



40
anos

APRO**F**UR**G**

**40 anos de história,
memórias e lutas**

**Leandro Braz da Costa
Nicolas Cardoso Setti**



**APROFURG:
40 ANOS DE HISTÓRIA,
MEMÓRIAS E LUTAS**



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE – FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE

LOBATO

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

LEANDRO BUGONI

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

Integrante do PIDL



Editora Associada à

ABEU

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS



EDUNI-SUL
UNIVERSIDADES DA REGIÃO SUL

APROFURG
Leandro Braz da Costa
Nícolas Cardoso Setti

**APROFURG:
40 anos de história,
memórias e lutas**



Rio Grande
2023

2023

Designer da capa: Diogo Mickken
Diagramação da capa: Murilo Borges
Formatação inicial: Isabela Rosa
Formatação e diagramação: Cinthia Pereira
Revisão ortográfica e linguística: Júlio Marchand

Ficha Catalográfica

A654a APROFURG – Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande.

APROFURG: 40 anos de história, memórias e lutas [Recurso Eletrônico] / APROFURG; Leandro Braz da Costa, Nicolás Cardoso Setti. – Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2023.

320 p.

Modo de acesso: <http://repositorio.furg.br>
ISBN 978-65-5754-202-6 (eletrônico)

1. Sindicato 2. Movimento Sindical 3. Servidor Público
4. Educação Superior 5. Magistério I. Costa, Leandro Braz da II. Setti, Nicolás Cardoso III. Título.

CDU 331.105.44

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFFPel – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ADUFScar – Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos
ADUFU – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia
ADUnB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
ADUFMS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
ADUFES – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
ADUFPI – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí
APRUMA – Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão
ADUA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
ADUFAC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre
AFURG – Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande
AGU – Advocacia Geral da União
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP – Agência Nacional do Petróleo
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
APROFURG-SS – Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande – Seção Sindical
APTAFURG – Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da Fundação Universidade do Rio Grande
ASSIBGE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CTASP – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CEA – Confederação de Educadores Americanos
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CFE – Conselho Federal de Educação
CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais
CNG – Comando Nacional de Greve
CNM – Conselho Nacional de Mobilização
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COEPEA – Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
CPERGS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CTI – Colégio Técnico Industrial
CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

CONAD – Conselho da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional

CONCEFET – Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CONSUN – Conselho Universitário

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular Conlutas

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

DOU – Diário Oficial da União

DRTs – Delegacias Regionais do Trabalho

DRU – Desvinculação de Receitas da União

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social

FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNL – Fórum Nacional de Lutas

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

FSE – Fundo Social de Emergência

FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

FURG – Fundação Universidade do Rio Grande

GED – Gratificação de Estímulo à Docência

GERES – Grupo de Estudos de Reforma do Ensino Superior

GRIFE – Gratificação Individual de Produtividade de Ensino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST – Movimento dos Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
NLDB – Nova Lei de Diretrizes e Bases
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCS – Plano de Cargos e Salários
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PND – Programa Nacional de Desestatização
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
PSC – Partido Social Cristão
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRE – Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU – Regime Jurídico Único
SEDAP – Secretaria de Administração Pública da Presidência da República
SEDUSFM – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria
SESI/RS – Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul
SESU/MEC – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDSEF/SP – Sindicato dos Servidores Federais do Estado de São Paulo
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União
SindoIF – Sindicato dos Professores e Professoras do IFRS na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros
SINFISCO-RS – Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Rio Grande do Sul
SINPRO – Sindicato dos Professores das Escolas Privadas
SINTERG – Sindicato dos Trabalhadores Em Educação do Município do Rio Grande
SINTEST/RS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau no Rio Grande do Sul.

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
SNI – Serviço Nacional de Informação
SOPS/RG – Secretaria de Ordem Política e Social de Rio Grande
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SURPLADE – Sub-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TST – Tribunal Superior do Trabalho
TRF – Tribunal Regional Federal
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UNAFISCO – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
URG – Universidade do Rio Grande
URP – Unidade de Referência de Preços
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Prefácio	10
Diretoria da APROFURG – biênio 2018/2020	
Nota do autor pesquisador	11
Leandro Braz da Costa	
Nota do autor copesquisador	13
Nícolas Cardoso Setti	
Apresentação	15
CAPÍTULO I	
O sopro das vozes	18
Arrancar o docente do ostracismo: Conscientizar, fortalecer e concretizar	30
A aparente democracia e os últimos suspiros de uma Ditadura agonizante	40
O desabrochar democrático	56
Assembleias de guerra: vivenciando as tensões democráticas	66
CAPÍTULO II	
Cidadania, participação e luta coletiva	85
Definindo rumos e sinalizando perspectivas	99
Autônoma, democrática e participativa	107
A união faz a força	119
Enfrentamentos em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade	130
CAPÍTULO III	
Vamos construir nossos sonhos?	147
Persistir na defesa dos nossos princípios	176
Nossa casa, nossa escola e nossa trincheira	194
Equilíbrio democrático e perseverança	212
CAPÍTULO IV	
Embates jurídicos, reestruturação da carreira docente e a greve conjunta dos servidores públicos federais	239
A greve mais longa da APROFURG, o “simulacro” e os impactos na militância docente	249
Apatia, Golpe e o aflorar das mudanças	262
O Pós-Golpe: a luta numa conjuntura de retrocessos e a ruptura de práticas obsoletas	272
Democracia em Movimento: a luta contra o fascismo e a pandemia	287
Considerações finais	309
Locais de pesquisa e fontes	310
Bibliografia	315

PREFÁCIO

Em junho de 2018, o “Democracia em Movimento” inicia sua atuação na diretoria da APROFURG, seção sindical do ANDES-SN, em sua maioria de docentes recentes na FURG e IFRS, com ímpeto e energia para fortalecer a APROFURG na luta e nos afetos cotidianos da vida docente. Ao nosso lado, a grande referência de luta e companheirismo do professor Mário Junges, que muito nos ensina e nos honra. Um período de muita luta, muita construção política, reunião, Congresso, CONAD, manifestação, assembleias, grupos de trabalho, comissão da verdade, paralisações, atividades culturais, a eleição de um governo de caráter fascista e mesmo uma pandemia. Não foi fácil. Foram muitos desafios, muitas dificuldades, mas se tornou mais fácil ao atuar ao lado de colegas, companheiras e companheiros, com vontade de reconstruir a APROFURG com dedicação, companheirismo, ética, horizontalidade e valorização dos afetos alegres.

A luta na defesa de nossos direitos, da educação pública, da FURG, do IFRS Campus Rio Grande e da democracia se tornaram ainda mais importantes no cenário extremamente adverso em que passamos a vivenciar a partir dos inúmeros ataques de um governo que nos fez ter uma permanente luta de resistência em defesa de nossa própria existência. Passamos a atuar de forma *multicampi*, respeitando e valorizando todos os espaços de atuação da APROFURG, o que deve ser um princípio sempre presente na atuação sindical, bem como institucional.

No sentido de resgatar nossa história, reconhecendo que apenas conhecendo nosso passado poderemos construir no presente o futuro que queremos, a diretoria via a importância de se construir uma publicação que apresentasse tal resgate histórico da APROFURG. Em 2019, foi publicado edital para selecionar o melhor projeto para assumir a tarefa de pesquisar e escrever a nossa história, pois, em 15 de outubro de 2020, completamos 40 anos. Um processo difícil, mas que permitiu que fosse escolhido o projeto que mais se adequou aos objetivos de contar a história da APROFURG.

O historiador Leandro coordenou a equipe que se debruçou sobre documentos, atas, os “Pó de Giz”, e entrevistas com quem fez a história da APROFURG. Um trabalho árduo, mas executado com grande competência, o que se pode verificar na leitura do presente livro. O que não se esperava era o advento de uma gravíssima pandemia, agravada por um governo negacionista e responsável pela morte e sofrimento de centenas de milhares de brasileiras e brasileiros. Isso fez com que o tempo para concretização deste livro fosse ampliado. Ainda assim, não se perde a importância e a riqueza da história da APROFURG, a qual agora é contada na presente publicação.

Conhecer os tantos fatos e pessoas que fazem parte dessa trajetória de 40 anos torna ainda mais motivo de orgulho fazer parte dessa história. Cada leitor e leitora terá a cada página uma leitura agradável, emocionante e estimulante. Com certeza, este livro não apenas faz um excelente resgate da história da APROFURG, bem como do ANDES-SN, mas também da própria FURG, e nos serve de guia para seguirmos firmes e fortes na luta. Que venham mais 40 anos. Boa leitura!

Diretoria da APROFURG – Biênio 2018-2020.

Cristiano Ruiz Engelke

Presidente da APROFURG – Biênio 2018-2020

Márcia Borges Umpierre

Presidenta da APROFURG – Biênio 2020-2022 e 2022-2024

NOTA DO AUTOR PESQUISADOR

“Pai! Tu consegue mexer no tempo?”
(Marina Acosta da Costa)

Comete um inocente equívoco a curiosa menina que fita o historiador em seus afazeres. O volume de documentos, fotografias, jornais e livros a impressionam ao ponto de criar a ilusão de que o profissional tenha a virtude ou até mesmo o poder de *Cronos* em “mexer no tempo”. Ao historiador soa pretensiosa a intensão de empreender um esforço de pesquisa – por maior que seja – que possa dar conta da complexidade inerente ao passado. Em contrariedade à candura da infância, ele reconhece que o inevitável confronto com a ira de *Cronos* consiste em um embate com poucas chances de êxito, implicando a impossibilidade de conquistar o tempo que a tudo devora com seu insaciável apetite.

Entre o equívoco e a pretensão, o ‘bico da pena’ do historiador procura dar sentido ao tempo através da construção das narrativas do passado, lidando com toda a sorte de imprevistos, infortúnios, silêncios, incertezas e causalidades que lhe revelam constantes desafios e aprendizados. Quiçá, os fragmentos de tempo lhe imputem a predisposição em reconhecer e aceitar sua incapacidade, valendo-se da odisseia enquanto subterfúgio que ameniza suas frustrações.

Esta árdua e, ao mesmo tempo, prazerosa empreitada de pesquisa e escrita ocorreu em meio a um contexto de grave crise sanitária, decorrente da pandemia de Covid-19, poucos meses após seu início, em dezembro de 2019, quando, com grande entusiasmo, recebeu-se a notícia de que o projeto que concorreu ao Edital nº 02/2019 da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) acabou selecionado dentre as propostas de tantos outros dignos, capacitados e competentes colegas de profissão.

Desde o início, avaliando a responsabilidade – irresponsabilidade, diriam alguns historiadores – de escrever este trabalho que compreende a trajetória de quarenta anos de história do Movimento Docente da Universidade Federal do Rio Grande e de sua Entidade representativa, a APROFURG, a imersão através das preciosas fontes de pesquisa dissolveu os finais de semana, feriados, dias, noites, madrugadas, ambos consumidos pelo desejo de vislumbrar seu resultado final.

Porém, às ocultas e subitamente, *Psique* decidiu romper o isolamento produtivo e adentrar no espaço de *Cronos*, alterando a ordem psíquica do historiador. A batalha de titãs acabou ocorrendo afastada do convívio social, em que a rotina depressiva dividiu espaço com um tipo de neofascismo tupiniquim, que ecoou estrondosamente no cotidiano que se tornou inóspito e repleto de crises morais, éticas, políticas, econômicas e institucionais.

Ao fim, superada a ideia de morte, pessimismo, incapacidade e fracasso – a história também tem tais intencionalidades – *Eufrosina* e *Atena* mediarão o embate entre *Cronos* e *Psique*, brindando o historiador com doses controladas de prazer, alegria e racionalidade. Em troca da retomada, ambas recomendaram que ele compartilhasse o fruto de suas investigações na forma de agradecimentos.

Ao incentivo, paciência e carinho, recebidos da Gabriela Cardoso Ribeiro e sua mãe, Eloiza Cardoso Ribeiro, que, com sabedoria, conduziu a *Zeus* a solicitação para que *Eufrosina* e *Atena* interviessem.

Ao amigo/irmão Francisco Alcides Cougo Junior. Por tudo! Sempre!

Ao Professor Cristiano Ruiz Engelke e à Professora Marcia Borges Umpierre, pelo apoio irrestrito, pelo respeito, pela paciência e pela gentileza no trato pessoal e profissional, extensivo aos demais membros da Diretoria da APROFURG do biênio 2018/2020.

Às jovens e competentes pesquisadoras Eliane Dias e Rita de Cássia, bem como ao pesquisador Nicolás Setti, que trabalharam ao meu lado, ainda que adoecidos, demonstrando interesse e motivação com os gradativos avanços obtidos através do desenvolvimento das pesquisas, ampliando minha capacidade de trabalho em grupo e contribuindo decisivamente, de forma quantitativa e qualitativa, desde a gênese até a concretização deste trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da APROFURG.

Às professoras e aos professores da Universidade Federal do Rio Grande, que, através das lutas empreendidas em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, tornaram possível que o filho de uma manicure, viúva de um ferroviário sindicalista morto em 1987, ingressasse na FURG, obtivesse o título de historiador, concluísse o mestrado na UFRGS e, enquanto doutorando da UFSM, tenha uma dívida de vida e gratidão contraída com a sociedade brasileira, e não com o sistema privado de Ensino Superior.

Minha inestimável gratidão por me permitirem tentar “mexer no tempo”.

Leandro Braz da Costa.

NOTA DO AUTOR COPESQUISADOR

Ao caminhar pelo *Campus* Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), nos primeiros dias de 2020, encontrei um amigo e ex-professor, Leandro, que, em conversa, revelou sobre projeto ao qual se dedicava: a organização do acervo documental da APROFURG e a produção de um livro de memórias em comemoração ao 40º aniversário da Sessão Sindical. Despertou-me, de imediato, interesse em conhecer de perto a história do Sindicato que, desde 2019, ano que ingressei no Bacharelado em História, esteve presente no cenário político do município, atuando junto de tantos outros colegas (que, assim como eu, integram o movimento estudantil), sindicatos, frentes e coletivos que diligentes tomam para si a tarefa de organizar suas respectivas categorias na defesa da Universidade Pública e na luta por diversas outras pautas.

Durante as longas leituras exigidas para contribuir na escrita do livro, tive a oportunidade de aprofundar a compreensão dos processos de condução do Ensino Superior no Brasil, desde meados da Ditadura Civil-Militar de 1964 até a atualidade, em âmbito nacional e também em relação às pressões estrangeiras, através dos Cadernos de grande qualidade do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Preciso destacar a oportunidade de assimilar a História não somente por seus acontecimentos passados, mas também no que tange à sua negativa: em suas ausências, equívocos e/ou contradições, das quais estão sujeitos(as) todos(as) militantes e suas organizações coletivas ao longo da vida política que compõem papéis fundamentais em sua (re)escrita. Da mesma forma, não poderia deixar de comentar sobre as dificuldades referentes ao trabalho remoto, estabelecido por necessidade de enfrentamento à disseminação da Covid-19 no país, que vieram a romper as noções de tempo e espaço do trabalho e causar forte impacto em minha vida – além de lamentar profundamente a perda de inúmeras famílias devido à pandemia e à irresponsabilidade governamental em seu controle.

Nesse sentido, o processo de pesquisa e escrita deste livro foi uma das experiências mais enriquecedoras em minha jornada acadêmica, em conjunto, sem sombra de dúvidas, à atuação política prática que pude vivenciar ao lado de muitos colegas e camaradas – partilhando tristezas, alegrias e aspirações por um futuro melhor – ao longo desse último par de anos.

Nícolas Cardoso Setti.

*... parei, então, no caminho... voltei os olhos para trás.
Descortinei horizontes do começo da jornada.
Entrevi incertezas e dúvidas na minha juventude.
Tanto tempo passou!... e parece que foi ontem...
Nas pedras, nos tropeços, compus cânticos e loas,
forjei homens, formei bravos.
Se, nas lutas, verti lágrimas, se espinhos vi cravados,
se houve sangue nos meus dedos, também rosas eu colhi.
No relógio, em desafio, vi o tempo a se perder.
O futuro hoje é presente e aqui está, sinceramente,
não o tempo a me vencer.*

*No trabalho, com amor, dei aos jovens formação.
Ensinei-os a lutar e a vida a enfrentar,
com exemplos e a palavra,
como quem a terra lavra,
com prazer de semear...*

(Minha vida em doação. Nelly Veronese Mascia
in Retalhos do Cotidiano, 1984.)

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de narrar a trajetória histórica da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande, a APROFURG, os escritos que compõem este livro, retratam acontecimentos que antecederam o período de sua fundação em 1980, procurando gradativamente adensar a narrativa, aprofundando aspectos pontuais acerca das práticas associativas e sindicais que foram determinantes para forjar sua representatividade e consolidar sua existência ao longo de quatro décadas.

Dividido em quatro capítulos, todos construídos através da inquirição de uma diversificada documentação que foi produzida pelos docentes e demais trabalhadores que compuseram e ainda compõem a Associação, assim como do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e do movimento sindical de diferentes categorias de trabalhadores, setores do legislativo, executivo e judiciário brasileiros, diversificados segmentos da imprensa nacional, testemunhos de professoras e professores, e dialogando com artigos científicos, dissertações, teses e livros, o trabalho contemplou fatos relevantes do passado da Entidade, com ênfase na atuação individual e coletiva dos docentes que compuseram suas equipes diretivas ou participaram de alguma forma em suas diversificadas atividades em prol dos interesses da categoria.

Gestada no limiar da década de 1980, a APROFURG resultou das lutas individuais e coletivas do professorado da Universidade do Rio Grande (FURG), travadas contra as condições aviltantes de trabalho, os baixos salários, a necessidade de representação coletiva e as insatisfações quanto às diretrizes políticas educacionais impostas pela Ditadura Civil-Militar. Em meio ao ímpeto de reorganização da classe trabalhadora brasileira, em grande medida, embasada nos princípios do “Novo Sindicalismo”, sem perder de vista as raízes do sindicalismo docente proveniente de uma “cultura associativa” e tendo como principais bandeiras a defesa intransigente da democracia e da educação pública em todos os níveis, seu surgimento foi simbolizado pela intensidade das muitas vozes que se levantaram, na época, contrárias ao autoritarismo.

Apesar do contexto de abertura política “lenta, gradual e segura”, as investidas em âmbito local, regional e nacional, contrárias aos interesses da classe trabalhadora, promovidas por parte dos agentes repressivos do Estado brasileiro com a contribuição prestimosa de seu séquito civil, dentre estes, alguns docentes da Universidade do Rio Grande, de certa forma, inibiam a consolidação das práticas e ações políticas que gradativamente foram moldando a “cultura associativa” da APROFURG. Ainda assim, em menos de uma década, em que pese os muitos embates externos e internos, através da Associação, muitos docentes passaram a aderir, com maior tenacidade, às propostas classistas e combativas dos trabalhadores brasileiros, marcadamente, quando da filiação da APROFURG ao Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sob a absoluta ausência de um projeto de Estado para a educação e devido ao agravamento das condições financeiras nas Instituições Federais de Ensino Superior, através de uma crise engendrada pelo trabalho incessante da imprensa que realizava agressiva campanha difamatória contra os funcionários públicos, influenciando assim a população brasileira acerca da falácia de que as Universidades Federais eram improdutivas e não mereciam receber investimentos, nos anos 1990, enquanto Seção Sindical do ANDES-SN, a APROFURG promoveu inúmeros enfrentamentos para barrar

as constantes ofensivas neoliberais, levadas a cabo pelos sucessivos governos, que atingiam frontalmente as relações trabalhistas dos docentes e das demais categorias de trabalhadores.

Além das dificuldades encontradas, ainda na década de 1990, buscando maior participação dos docentes nos assuntos e atividades da Entidade em seu ampliado espaço de atuação em defesa e concretização da democracia institucional das relações laboriosas, sobretudo para a consolidação do novo regimento estatutário da FURG, a Associação desempenhou papel de fundamental importância no processo de consulta para composição da lista que elegeu, pela primeira vez, por intermédio do voto direto da comunidade acadêmica, o Reitor da Universidade.

Nos anos 2000, mediante a situação econômica do país decorrente de sua inserção subordinada ao contexto da crise internacional, refletida em cortes nos investimentos sociais, aumento do desemprego, achatamento salarial e destruição dos direitos trabalhistas, o que, de forma geral, implicava o agravamento da debilitada qualidade de vida do povo brasileiro, com a política governamental pautada no desmonte da força de mobilização dos movimentos sociais e de resistência dos trabalhadores, apesar do refluxo sindical verificado em todo o mundo na década anterior, a resistência de algumas categorias de trabalhadores, dentre elas dos docentes do Ensino Superior, evidenciou a disposição da APROFURG em não ceder aos interesses usurpadores de seus direitos. No Brasil, as greves dos servidores públicos federais, estaduais e municipais nas áreas de educação e saúde foram exemplares desse quadro.

Inconformados e indignados, trabalhadores de diferentes categorias realizaram ações unificadas de luta contra o Governo. Motivada por um novo ímpeto sindical advindo das articulações de seus quadros diretivos, a APROFURG adotou uma postura classista, ainda que não acompanhada por grande parte dos docentes da Universidade. Enquanto simbolismo, em fevereiro de 2002, a Entidade realizou o 21º Congresso do ANDES-SN, resgatando o espaço público do Auditório do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, local de realização do evento, onde historicamente os movimentos sindicais de Rio Grande reuniam-se, até o golpe de 1964, para defender seus interesses e princípios.

Em razão das articulações políticas em âmbito nacional, a crise e a reorganização do movimento sindical brasileiro levaram os sindicalistas docentes da APROFURG a aprovarem, em Assembleia Geral, a desfiliação do ANDES-SN da Central Única dos Trabalhadores. Porém, ao término de 2007, depois de 24 anos de muita luta, finalmente os docentes comprometidos com a manutenção das relações democráticas da Universidade comemoraram a promulgação do Estatuto da FURG. Conquista histórica marcada pela participação efetiva e decisiva da APROFURG.

Com inúmeros embates jurídicos, reestruturação da carreira docente e a ocorrência de uma greve conjunta dos servidores públicos federais, a segunda década do novo milênio registra a paralisação mais longa da história da APROFURG. Mesmo com a mobilização de alguns militantes docentes, a apatia de grande parte da atordoada categoria, gradativamente assolou o movimento docente da FURG. Com o golpe travestido de *impeachment* em 2016, uma conjuntura de retrocessos fez com que a APROFURG reformulasse seus quadros diretivos, objetivando a ruptura de algumas práticas obsoletas e retomasse uma de suas principais características, ou seja, a defesa intransigente da democracia, tendo em vista o crescimento considerável do autoritarismo



advindo de tendências conservadoras e legitimado pelo voto da população brasileira ao eleger democraticamente um governo militar.

O desenrolar desses e outros importantes fatos e eventos que marcaram a história da APROFURG são oferecidos aos leitores através da utilização de uma farta documentação, toda referenciada ao longo do trabalho, atendendo à pluralidade e à complexidade daqueles que, ao longo de quarenta anos, de alguma forma, caminharam através de suas múltiplas trajetórias.

Boa leitura!

*Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo, asso, asso
Asso, asso, asso, asso, asso, asso
Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem
Em meio a tantos gases lacrimogênicos
Ficam calmos, calmos
Calmos, calmos, calmos
E lá se vai mais um dia
E basta contar compasso
E basta contar consigo
Que a chama não tem pavio
De tudo se faz canção
E o coração na curva
De um rio, rio, rio, rio, rio
E lá se vai...
Mais um dia...
E o rio de asfalto e gente
Entorna pelas ladeiras
Entope o meio-fio
Esquina mais de um milhão
Quero ver então a gente, gente
Gente, gente, gente, gente
(Clube da Esquina nº 2, 1972. Lô Borges, Milton Nascimento
e Márcio Borges)*

“O SOPRO DAS VOZES”

A gênese da Entidade representativa dos professores da Universidade do Rio Grande (URG) ocorreu no limiar da década de 1980, diante da premente necessidade de organização da categoria em virtude dos impactos políticos e econômicos que atingiam frontalmente a classe trabalhadora brasileira, motivada pela queda crescente dos padrões salariais, das inadequadas condições laboriosas e da insatisfação de grande parte dos docentes quanto aos rumos traçados e aos resultados até então obtidos em relação à educação no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

Anos antes do Golpe Civil-Militar em 31 de março de 1964, nasceu em agosto de 1961 – enquanto continuação do Comando Geral de Greve (CGG), que liderou a luta pela conquista do 13º salário – o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como “tentativa de se criar uma central sindical no país, ao arripio da legislação copiada, pelo Estado Novo, da Carta del Lavoro, de Mussolini”. Porém, o CGT acabou não estruturado a partir de suas bases, e sim “das entidades sindicais oficiais de âmbito estadual e nacional: federações e confederações, que desde a década anterior eram controladas por dirigentes ligados ao PCB e ao PTB”. Isso bastou para que os apoiadores do Golpe “esconjurassem as repetidas movimentações grevistas de 1963 e 1964 como encarnação da besta-fera comunista oculta sob o biombo da CGT”, pouco importando se sua cúpula advogava uma “linha pacífica de respeito à legalidade, diálogo permanente com as autoridades e conquistas graduais através das Reformas de Base”.¹

A Ditadura instaurada, além de impor o cerceamento da autonomia dos trabalhadores, promoveu o assassinato de dirigentes sindicais e lideranças, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, cassando direitos políticos e civis de opositores ao Regime Militar e desmobilizando movimentos sociais por meio de sua criminalização.²

No âmbito das Universidades, a Ditadura rapidamente passou a degradar o ambiente de trabalho dos docentes e, através da Lei nº 5.540 de 29/11/1968, que antecedeu em alguns dias o Ato Institucional nº 5 (AI-5) promulgado no Governo Costa e Silva, decretou uma Reforma Universitária que implicou inúmeras modificações estruturais e organizacionais no cotidiano dos professores do Ensino Superior. Dessa feita, houve o recrudescimento da interferência norte-americana na educação brasileira, observada através dos Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e United States Agency for International Development) de cunho privatizante em todos os níveis de ensino. A meta principal consistiu em transformar as universidades em instituições de apoio ao desenvolvimento econômico, objetivo gradativamente colocado em prática um ano após o Golpe, quando, através da assinatura de convênios firmados entre o MEC e o USAID, começaram a desembarcar no país inúmeros consultores que produziam

¹ Cf. Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 3ª Edição, Petrópolis: Vozes, 1985, p. 125.

² Cf. BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *O Novo sindicalismo brasileiro e o papel da crítica: Análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980*. Revista Primeiros Estudos, São Paulo, n. 6, 2014, p. 88.

diagnósticos ideológicos visando aos interesses do Governo em modernizar as universidades brasileiras.³ Além disso, promoveu-se o terror que, nas universidades, traduziu-se “em inquéritos, prisões, intervenções seguidas de cassação do mandato de diretores e reitores, demissões ou aposentadoria compulsória de docentes e expulsão de estudantes, sob a égide do combate à subversão”.⁴

As propostas do MEC referentes à reformulação estrutural das universidades brasileiras, formuladas no período de 1964-1970, possuíam uma concepção de Universidade prestadora de serviços, nos moldes empresariais, com ensino pago e direção recrutada entre os representantes da “livre iniciativa”. A contratação de docentes, bem como a criação e a manutenção de cursos estariam submetidos aos critérios de produtividade, eficácia e rentabilidade.⁵

Na esteira do conjunto das medidas tecnocráticas e do endurecimento da repressão política impostas pelo AI-5, o Decreto-Lei nº 477, em seu Artigo 1º, estabeleceu amplo controle ideológico às universidades, proibindo manifestações e protestos estudantis, ameaçando docentes, funcionários e instituindo punições que, em se tratando “de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos”⁶.

Refletindo as arbitrariedades promovidas pelo Regime em âmbito nacional, as práticas autoritárias e coercitivas contra alunos, funcionários e professores da Universidade do Rio Grande coexistiram desde o início de suas atividades, uma vez que os apoiadores e sustentadores diretos e indiretos do Golpe e do ‘novo regime’ ocupavam postos centrais de poder político na Universidade, legitimados por relações de reciprocidade e alinhamento ideológico, quando não de laços diretos de parentesco. Ao longo da administração do Reitor Eurípides Falcão Vieira (primo do Interventor Municipal Cid Scarone Vieira), tais métodos foram recorrentes, afinal, em sua gestão, ocorreu grande parte das demissões de professores sem justa causa, conforme o levantamento realizado pela Superintendência de Administração de Pessoas da Universidade do Rio Grande, tendo em vista o trabalho da Comissão Nacional de Anistia. Entre 16 de novembro de 1972 e 15 agosto de 1979, houve 29 demissões, conforme Ofício nº 261/86, de 8 de setembro de 1986, encaminhado ao então Reitor Jomar Laurino.⁷

³ Cf. VIEIRA, Rafael. *Monumento de cultura – Monumento de barbárie. Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a Universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)*. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 10.

⁴ Cf. FANTINATTI, Márcia. *O Movimento Docente na Universidade Pública*. Campinas: Alínea Editora, 2001, p. 67-68.

⁵ LYRA, Rubens Pinto. *Universidade e Movimento Docente*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPb/FUNAPE, 1982, p. 31.

⁶ Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969.

⁷ Cf. KANTORSKI, Leonardo Prado. *Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*. Dissertação de Mestrado em História: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – PPGH/UFPEL, 2011, p. 74-75. A lista dos professores expurgados ao longo deste período é composta pelos seguintes docentes: Atenéa Felistoffa (S/D Reintegrada pela justiça), Lucia Ayala (S/D Reintegrada pela justiça), Vera Bandeira Villamil (S/D Reintegrada pela justiça), Raymundo Paulo Tomkowski (20/03/1973), Brazilio Cezimbra Ruiz (29/08/1973), Mario José Simon (30/04/1974), Farid Butros Yonan Nader (31/05/1974), José Carvalho Freire (31/05/1974), José Renato

O caráter punitivo envolto pelas práticas autoritárias representadas pelos expurgos de docentes no decorrer dos sete anos da administração Eurípedes Falcão Vieira, violência inerente ao terrorismo de Estado enquanto produto da aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional⁸ apresenta, de forma abreviada, as arbitrariedades que promoviam prejuízos individuais aos docentes sumariamente demitidos, geralmente motivadas por antagonismos ideológicos. Na maioria das universidades brasileiras, estudantes e docentes lidaram com intervenções e fechamentos de órgãos representativos, proibições e repressões policiais quando da realização de passeatas, peças teatrais, apresentações musicais e outras manifestações públicas, assim como apreensões de cartazes e de panfletos, expurgos de estudantes, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos.⁹

A prática de perseguições individuais tornou-se mais recorrente a partir do momento no qual as relações coletivas no âmbito trabalhista passaram a ganhar fôlego, impulsionadas pela organização dos trabalhadores brasileiros, sobretudo, dos metalúrgicos do ABCD Paulista, representantes do Novo Movimento Sindical Brasileiro, que contou com amplo apoio de diferentes parcelas da sociedade da época, durante as greves de 1978, 1979 e 1980 no convulsionado processo de transição para a democracia, iniciado em 1974, sob o Governo do General-Presidente Ernesto Geisel, denominado “abertura política”.

Ainda assim, no decorrer de 1979, em pleno processo de liberalização “lenta, gradual e segura”, “o surto de greves verificado no período fez surgir inúmeras iniciativas associativas. Criam-se associações de classe de profissionais liberais, espalha-se o hábito das assembleias e reuniões”¹⁰, ainda que a Ditadura progressivamente recrudescesse a repressão, particularmente contra a categoria dos trabalhadores docentes e dos bancários. Apesar das inúmeras formas de violências aplicadas pelos agentes do Estado de Segurança Nacional, que contribuíram para promover o esvaziamento dos espaços de participação popular¹¹, os trabalhadores de diferentes categorias buscaram alternativas de resistência, tanto que os professores universitários promoveram quatro greves nesse mesmo ano, contando com a mobilização de 14.139 docentes.¹²

Nesse ínterim, decorrente do ano 1975, quando as Associações de Docentes do Ensino Superior se multiplicavam no interior das universidades públicas e privadas¹³, em um movimento associativo amiúde desvinculado do controle do Ministério do Trabalho

Amaral (27/06/1974), Luiz Carlos Crescenti Faleiro (31/08/1974), Alberto Garcia de Figueredo Junior (28/02/1975), Jorge Lopes da Silveira (31/07/1975), Oswaldo Cruz Felizolla (20/09/1975), Lenio Jones Borsato (13/11/1975), Kioko Yamasaki (16/02/1976), Hilda Maria Fogaça Stein (04/03/1976), Walter Pool Rodrigues (17/07/1976), Oscar Edmundo KoFreitag (12/04/1976), Irene Dupuy de Araújo (09/08/1976), Neusa Marchand Pinho (03/09/1976), Claudete Duarte Botelho (13/02/1977), Luiz Bassouat Laurino (28/02/1977), Maria Dias Blis (28/02/1977), Maria Helena da Silva de Magalhães (28/02/1977), Adolpho Roberto Brum (14/01/1978), Hilton Corrêa Lampert (30/01/1979).

⁸ PADRÓS, Enrique Serra. *História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos*. Tempo e Argumento: Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009, p. 37.

⁹ Cf. MANSAN, Jaime Valim. *Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988)*. Clio – Revista de Pesquisa Históricas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), n.º. 30.2, 2013, p. 6 e 7.

¹⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: história de uma crise*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p. 129.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 14.

¹² Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 254.

¹³ GADOTTI, Moacir. *Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflitos*. Revista Adusp: São Paulo, 1996, p. 15.

e caracterizado por um processo de degradação do *status* profissional, denominado posteriormente de “sindicalismo de classe média”¹⁴,

A ofensiva neoliberal dos anos 80 e 90 colocou em dificuldades os trabalhadores e o sindicalismo do setor público, que é onde se concentra o sindicalismo de classe média. Apesar desse golpe, a força do sindicalismo de classe média neste início do século XXI contrasta, fortemente, com a debilidade que o caracterizava até meados da década de 1960. A sua expansão chama tanto mais a atenção porque ocorreu numa conjuntura de estagnação ou declínio das taxas de sindicalização e da luta sindical nos setores estritamente operários em diversos países centrais e da América Latina... Ocorreu uma mutação no cenário sindical. Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados, como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de escritório e da administração e serviços públicos, fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinatura de acordos coletivos etc.¹⁵

No âmbito da educação superior privada, os preparativos que antecederam a organização do processo de criação da Entidade associativa e representativa da categoria docente da Universidade do Rio Grande, posteriormente traduzidos em sua Assembleia de Fundação, foram descritos de forma abreviada por uma das lideranças do movimento docente à época,

De um modo geral não houve coisas muito sérias a esse respeito. E também posso não ter tomado conhecimento. Eram questões assim ideológicas. Por exemplo: Quando o Pedone (Reitor Fernando Lopes Pedone) queria falar comigo: ‘Me chama aquele comunista, o Cláudio, que eu preciso ter uma conversa com ele’. Coisas do tipo! A gente tinha pessoas que tinham certo cuidado. Acho que nós tínhamos algum cuidado sim, porque estávamos saindo da Ditadura e ainda não estávamos completamente livres dos percalços ditatoriais de trabalho. Que batiam no trabalho. Se a pessoa era mal vista podia levar.¹⁶

Em que pese a constante vigilância e cerceamento ideológico aos docentes, a percepção ou, até mesmo, o desconhecimento do Professor Claudio Gabiatti acerca da ocorrência de tais práticas na URG, tais agruras acabariam suplantadas pelos anseios de alguns docentes em organizar a categoria, mesmo porque, no final da década de 70 e início dos 1980, diversos segmentos da sociedade brasileira buscavam formas de atuação democrática e representativa, vislumbrando o término definitivo do Regime político autoritário. “Os sindicatos e associações de classe existentes tornaram-se mais visíveis e atuantes. E aqueles elementos e categorias não organizados ainda buscavam

¹⁴ Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. Tendências futuras do sindicalismo brasileiro. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil 1990: Caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 139.

¹⁵ JÚNIOR, Armando Boito. *Classe média e sindicalismo*. POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004, p. 211-212.

¹⁶ Professor Claudio Gabiatti em entrevista concedida e gravada por telefone em 05/08/2020.

sua visibilidade, justamente organizando-se e reivindicando não apenas direitos, mas também reconhecimento... Não havendo organização de classe dos trabalhadores da FURG e percebendo essa aspiração difusa no meio, algumas lideranças, primeiro no âmbito de seu local de trabalho e depois mais amplamente, iniciaram a compartilhar conversas a respeito.”¹⁷

Acerca da necessidade de criação da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande, Claudio Gabiatti relatou que “era muito importante, porque, antes da Associação ainda houve a primeira greve na FURG, dos professores, e na verdade naquele momento, eu acho que comecei a ser a liderança ali, porque eu acho que era o único filiado ao SINPRO, o Sindicato dos Professores das Escolas Privadas e a FURG era uma entidade privada, era uma escola privada. Então, eu era, representava de certa forma o SINPRO, e justificava o sindicalismo, porque a greve precisa ter por trás uma Entidade, não poderia ser feita assim no vazio. Então eu colocava meu nome como representante do SINPRO, evidentemente tendo falado com os dirigentes do SINPRO no Estado”.¹⁸

Atuando em Instituição Privada de Ensino Superior, localizada em um Município com o epíteto de “Área de Segurança e Interesse Nacional” que, através da Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS/RG)¹⁹, integrava a nefasta “comunidade de informação”²⁰ – braço repressivo do Estado autoritário – com muita sagacidade e de maneira ponderada, alguns docentes pautados pelos ideais de classe e sindicais em proveito da organização da categoria foram gradativamente concretizando sua Associação, através do permanente diálogo e centralizando algumas ações na figura do professor Claudio Gabiatti. “Eu circulava e passava nas Comissões de Curso (ComCur)”. “Os Departamentos eram entidades muito largas e então não era muito fácil de andar e alguns diretores dos Departamentos, eu também fui, na área de Letras, não era tão fácil, era mais fácil falar do trabalho nas ComCur. E de modo geral, sempre muito bem recebido. E é por isso que sempre tive segurança quanto a esse processo de organizar a Entidade.”²¹ No contato direto com os docentes e funcionários, entre uma xícara de café que estimulava uma conversa e outra com os colegas de trabalho nos Departamentos e ComCur foi que:

[...] as sementinhas que o sopro das vozes espalhava meio aleatoriamente germinaram abundantes e geraram muitas mais. Assim, quando se fez as primeiras reuniões para concretizar a ideia de uma entidade de classe, as coisas andaram relativamente fáceis e velozes. As adesões foram – pode-se dizer – em massa e as contribuições vieram de todos os lados. Nos primeiros tempos, as tarefas, em partes burocráticas, de fundação, registro, organização e articulação foram uma espécie de pré-requisito para aquilo que se esperava e desejava, que era a representatividade, a postura diante das questões políticas mais amplas e aquelas institucionais, bem como a tarefa sindical propriamente dita.²²

¹⁷ Suplemento Especial de Aniversário da APROFURG – 25 anos. Entrevista realizada pela Equipe de Imprensa da APROFURG e publicada no PÓ DE GIZ de 11 a 19 de outubro de 2005, n° 264, p. 4.

¹⁸ Professor Claudio Gabiatti em entrevista concedida e gravada por telefone em 05/08/2020.

¹⁹ COSTA, Leandro Braz da. *A “Era dos Festivais” em Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 2021, p. 23.

²⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 94.

²¹ Professor Claudio Gabiatti em entrevista concedida e gravada por telefone em 05/08/2020.

²² Suplemento Especial de Aniversário da APROFURG – 25 anos. Entrevista realizada pela Equipe de Imprensa da APROFURG e publicada no Pó de Giz de 11 a 19 de outubro de 2005, n° 264, p. 4.

Nas muitas e constantes andanças pelos prédios e corredores da URG, a tenacidade e a militância do Professor Claudio Gabiatti acabaram lhe conferindo a condição simbólica de liderança do movimento docente da Universidade. “Na verdade eu acho, sem me orgulhar de nada, que fui o líder da organização da APROFURG. Eu ainda não era presidente, mas era considerado presidente.”²³

Enquanto parte dos movimentos sociais que afloraram no final da década de 70 em decorrência da trajetória de articulações desenvolvida no seio da categoria docente, bem como através dos intensos debates propagados nas Universidades brasileiras, acabou definida a transposição de um estágio de relativa inércia compulsória, motivada pelo inculcado temor produzido pelo contexto político da época, em um processo gradativo de transformação e consolidação da participação do movimento docente na luta político-sindical brasileira. “A sociedade e os professores aí incluídos acabam por chegar à conclusão de que se esgotara um ciclo do regime autoritário e que não era mais possível que a imposição pela força, que a falta de participação política, que a repressão, ditassem os rumos gerais de uma sociedade já então muito mais complexa, muito mais diferenciada, que havia evoluído de 1964 a 1978”.²⁴

Ainda assim, a criação da Entidade representativa dos docentes da URG explicitou uma das principais características socialmente definidoras das raízes do sindicalismo docente no Brasil, que diz respeito a uma “cultura associativa” enquanto prática de ação política, precedendo qualquer organização de aparência sindical, pois não remetia “somente a demandas de ordem trabalhista ou corporativa, mas, antes, a defesa da educação como princípio de igualdade e exercício cidadão”, resultando em intervenções diretas e organizadas acerca dos debates sobre a política educacional no país.²⁵ Com a criação das Associações dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade de São Paulo, houve o fortalecimento das pautas reivindicatórias referentes ao trabalho docente e à educação superior pública, em oposição à política do Regime Militar, o que foi decisivo para a formação de diversas outras Associações espalhadas pelo país – tanto no espaço público quanto no privado – entre elas foi fundada a APROFURG em 1980.²⁶

Em defesa dos seus interesses laboriosos e imbuídos do compromisso com a educação em todos os níveis, com a classe trabalhadora e com a sociedade brasileira e rio-grandina, em 15 de outubro de 1980, os docentes da Universidade do Rio Grande reuniram-se no Anfiteatro do *Campus* Central da Instituição, com o propósito de fundarem sua Entidade representativa.²⁷ Na ordem do dia, a aprovação do Estatuto

²³ Professor Claudio Gabiatti em entrevista concedida e gravada por telefone em 05/08/2020.

²⁴ Testemunho de Oswaldo Maciel, ex-presidente do ANDES-SN, em 02/02/1991. In: COELHO, Pedro Rabelo. *Sindicalismo na Universidade: Um estudo do movimento docente*. Santa Maria: SEDUSFM/ANDES-SN, 1996, p. 37.

²⁵ Cf. FERRAZ, Marcos & GINDIN, Julián. Sindicalismo no Governo Lula: desafios de protagonismos e fragmentação. In: BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcoz & OLIVEIRA, Roberto Vêras de (orgs). *Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Fino Traço Editora: Belo Horizonte, Coleção Trabalho e Desigualdade, 2014, p. 283.

²⁶ MIRANDA, Kênia Aparecida. *Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior*. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 38.

²⁷ A nominata dos professores presentes à Assembleia Geral de Fundação da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande pode ser consultada em DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 113.

da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande (APROFURG) e a posse da Diretoria Provisória.²⁸

A Comissão encarregada de preparar a Assembleia de Fundação da Associação esteve representada pela Professora Marlene Hamilton, que compôs a mesa juntamente com o Presidente da Assembleia, Professor Renato Cramer Peixoto e o secretário, Professor Claudio Gabiatti. Consciente da importância daquele momento, Renato Cramer Peixoto agradeceu a honra de ter sido escolhido Presidente da Mesa e seguiu os trabalhos sem delongas, passando a palavra a Claudio Gabiatti, que leu a Ata de Reunião Provisória e Preparatória da Assembleia Geral de Fundação, realizada quinze dias antes, em 30 de setembro. Posteriormente, seguiu-se a participação do Professor Roberto Crescimo da Silva, que, de forma breve, fez a prestação das contas relativas aos gastos e doações efetuadas até aquele momento.²⁹ Cabe ressaltar que, não havendo ainda a organização da categoria, muito menos contribuições mensais que auxiliassem nas despesas referentes à documentação necessária para oficializar a existência da Associação, os docentes inicialmente desenvolveram um sistema de arrecadação através de doações voluntárias.

A Professora Marlene Hamilton tratou de encaminhar a leitura de cada uma das Seções, Capítulos e Artigos que compunham o que, até então, era o esboço do Estatuto da Associação. Coletivamente, o regimento estatutário da Entidade foi debatido conforme o ímpeto dos presentes. Os relatos registrados na Ata de Fundação da Associação demonstram o interesse e a participação efusiva dos presentes em colaborar com a construção do documento que passaria a reger a Entidade. Após intensos debates e algumas alterações em relação ao texto original, ao término da Assembleia, cientes do momento histórico do qual faziam parte, dentre outras coisas, ficou definido que os(as) sócios(as) fundadores seriam todos(as) aqueles(as) docentes que assinassem a lista de presença, totalizando o montante de cento e sete membros. Posteriormente, o Livro de Atas percorreria todos os Departamentos da Universidade, para ser assinado pelos demais professores.

Conduzidos pelo Professor Roberto Crescimo da Silva, os docentes presentes na Assembleia de Fundação passaram a tratar da eleição da Diretoria Provisória da Associação. Seguindo as proposições do Professor José Vanderlei Borba, e após algumas considerações de outros(as) professores e professoras, ficou decidido em Ata que as Comissões que prepararam os estatutos e a própria Assembleia constituiriam, dentre eles, a Diretoria.³⁰ Assim sendo, a Assembleia de Fundação empossou a primeira Diretoria Provisória da Associação dos Docentes da Universidade do Rio Grande (1980-1982), que foi assim constituída: Presidente: Claudio Gabiatti; Vice-Presidente: Tabajara Lucas Almeida; Secretário-Geral: Newton Augusto dos Santos; 1º Secretário: Décio Rodrigues

²⁸ Cf. Jornal da FURG, Setor de Comunicação Social, Rio Grande: janeiro/1980, nº 9, p. 8. Em nota produzida pelos redatores do veículo de imprensa da Universidade, Renan Carvalho Rodrigues e Maria Cecília Barbosa Lopes alertavam que o surgimento da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande possuía objetivos primordialmente classistas, contando com a adesão de um número superior a 250 associados.

²⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata da Assembleia de Fundação, nº 1, 15/10/1980, Livro 1, p. 1.

³⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata da Assembleia de Fundação, nº 1, 15/10/1980, p. 2.

Oliveira; 2ª Secretária: Neusa Costa; Tesoureira-Geral: Sônia Magalhães dos Santos; 2º Tesoureiro: Guilherme Gadzer.

Ao rememorar o momento histórico de fundação da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande, o Professor Claudio Gabiatti relatou: “Nós fizemos uma Assembleia no auditório absolutamente lotado de ponta a ponta, pela primeira vez, em relação a questões de trabalho, organização da Entidade com os professores, como representação daqueles que na verdade faziam a construção diária daquilo que depois seria essa Universidade que teríamos hoje.”³¹

Após transcorrerem sete meses desde a sua fundação, ao que tudo indica sem adesão ao enfrentamento de uma greve nacional que durou 26 dias³², o movimento recém-organizado reuniu-se em sua segunda Assembleia Geral para debater alguns assuntos de interesse da categoria. Na pauta, esteve o posicionamento da APROFURG face aos problemas educacionais brasileiros, a escolha democrática dos dirigentes da Universidade e o plano de carreira do magistério de nível superior. Também foram abordadas e problematizadas propostas de reformulações ao Estatuto da Associação. A deliberação de que o posicionamento da APROFURG frente às celeumas do sistema educacional no país deveria transpor os muros da Universidade através do envio de moções às autoridades competentes, tais como a Presidência da República, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC), Congresso Nacional, e lideranças partidárias, visando a um melhor tratamento das questões da educação brasileira, expõe, desde sua gênese, o aspecto de inserção da jovem Entidade frente à realidade política brasileira.

A segunda Assembleia Geral acabou suspensa por vinte dias e, posteriormente, reaberta tendo como uma das pautas a proposta de filiação da APROFURG à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). A decisão acabou adiada através da justificativa de que os docentes necessitavam de maiores esclarecimentos para a tomada de decisão³³. Porém, a criação de uma assessoria de comunicação que auxiliasse na confecção de um boletim informativo da Associação e a existência de uma assessoria jurídica foram pautas aprovadas mediante consenso, tendo em vista a necessidade e a relevância de ações que possibilitassem a ampliação de canais de informação e estruturassem a organização voltada às questões da luta pelos direitos trabalhistas da categoria.³⁴

Ao mesmo tempo em que o Reitor Fernando Lopes Pedone agraciava com o título de *Doutor Honoris Causa* o rio-grandino Ministro-Chefe da Casa Civil dos governos

³¹ Professor Claudio Gabiatti. Bate-Papo com os Presidentes da APROFURG: Feira do Livro da FURG, 30/01/2020.

³² Apesar de não existirem registros de adesão em Atas de Assembleias da APROFURG, a greve realizada entre 16 de novembro e 11 de dezembro tinha como pauta de reivindicações o reajuste salarial na ordem de 48%, Plano de Carreira do Magistério junto ao Ministério da Educação (MEC), eleição direta para o cargo de Reitor e 12% do Orçamento da União para a Educação. Os resultados obtidos através da greve refletiram no aumento salarial de 82,25% para Servidores Públicos Federais, a aprovação do novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Instituições Federais de Ensino Superior e o reenquadramento dos docentes. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 1.

³³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, nº 2, 16/05/1981, Livro 1, p. 4.

³⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, nº 3, 03/04/1981, Livro 1, p. 12-13.

Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo e um dos criadores do temido Serviço Nacional de Informação (SNI), Golbery do Couto e Silva, tendo como justificativa os “relevantes serviços prestados à Universidade”³⁵, dentre eles, o empenho na aprovação do pedido de verbas para o ano de 1981³⁶, no decorrer da Gestão do Professor Claudio Gabiatti, as pautas do movimento docente da URG passaram a ser construídas em constante diálogo com as lutas conjuntas do movimento docente nacional. O envio de moções ao MEC e a Entidades que lutavam por melhorias no Ensino Superior, dentre elas a ANDES, consistia nas principais ações da APROFURG. Relatos contrários à privatização das universidades, a exigência de maiores investimentos para a educação e a defesa do ensino público e gratuito foram frequentemente registrados nas Atas de assembleias, assim como a elaboração do plano de carreira do magistério superior, melhorias nas condições de trabalho e reposição salarial para os docentes das Universidades Federais.³⁷

Na 2ª Reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes, foi reafirmado que, dentre as propostas para a Universidade Brasileira, deveria ser perseguido o objetivo de construção de uma Universidade autônoma e democrática, com o ensino superior regido por um padrão único de qualidade, fundamentado na estrutura da Universidade pública. Caberia, portanto, ao movimento docente lutar para impor ao Estado a responsabilidade na garantia de atendimento das demandas sociais de ensino público e gratuito em todos os níveis, objetivo que deveria ser alcançado através “da ampliação das vagas da rede pública, e não pela concessão de subsídios às escolas particulares”.³⁸

Com muitos desafios pela frente, tanto em relação às práticas laboriosas docentes quanto de organização da categoria, após apresentar o balanço anual das contas e atividades da Associação, o Presidente da APROFURG explanou o acréscimo das dificuldades com a saída do Vice-Presidente, Professor Tabajara Lucas Almeida, e do Tesoureiro, Professor Guilherme Gadzer. No intuito de recompor a Gestão, após consulta estatutária, foram empossados os professores Jaime Bech Nappi e José Vanderlei Borba, respectivamente como Vice-Presidente e Tesoureiro. Na mesma ocasião, foi trabalhada a pauta da repressão promovida pelos agentes do Estado contra as Associações Docentes (AD's) do Acre e do Maranhão, e ainda repercutida a presença das decadentes práticas autoritárias da Ditadura enquanto reflexo da submissão política aos Estados Unidos da América, a influência negativa dos Acordos MEC-USAID no âmbito da educação e do ensino, em todos os níveis.³⁹

Em contrarresposta e como instrumento de pressão política, foi materializada, em 11 de novembro, a realização da greve nacional dos docentes do Ensino Superior, que obteve o envolvimento de 19 Universidades Autárquicas, 5 Escolas e perdurou por 20 dias. O movimento grevista reivindicava a reposição salarial de 45%, retroativa

³⁵ Jornal da FURG, Setor de Comunicação Social, Rio Grande: janeiro/1981, nº 12, p. 8.

³⁶ Cf. Telegrama Oficial Municipal de 19/06/1979. Câmara Municipal do Rio Grande, 19/06/1981. Assinam o documento: Edes Cunha, Luiz Arthur Corrêa Dornelles, Adélia Andrino e Júlio Rodrigues.

³⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 4, 23/10/1981, Livro 1, p. 13.

³⁸ Cf. Relatório – Proposta para a Universidade. 2ª Reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes – 2º CONAD, Salvador, 5 a 7 de julho de 1981, p. 46.

³⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, nº 5, 30/10/1981, Livro 1, p. 15 a 17.

a março de 1981, reajuste semestral igual ao Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) de setembro do mesmo ano, enquadramento dos professores colaboradores que haviam sido discriminados no ano anterior e 12% do orçamento federal para a educação. Os resultados alcançados com a paralisação compreenderam reposição salarial de 30% para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) autárquicas, o reenquadramento dos colaboradores discriminados e a fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação das Universidades brasileiras.⁴⁰

A análise e avaliação da greve realizada pela categoria no 1º Congresso Nacional da ANDES, que ocorreu em Florianópolis, divergiu em interpretações quanto ao seu resultado, ainda que houvesse o reconhecimento de alguns ganhos materiais, organizacionais e políticos, na medida em que se rompia com uma política salarial de arrocho no contexto político da Ditadura Civil-Militar. Enquanto alguns docentes entendiam que o acúmulo de forças durante o movimento poderia acabar ocasionado uma continuação que viabilizasse o atendimento mais completo das pautas, a maioria dos professores percebia que a greve havia chegado ao fim no momento oportuno e propício para reaglutinação das forças visando à continuidade das lutas.

Em termos organizacionais, enfatizou-se a atuação da Diretoria da ANDES, tanto em relação ao encaminhamento da questão salarial, que, na visão de alguns docentes, foi conduzida com extrema morosidade quanto à falta de participação da Entidade nas lutas pela restauração da democracia no país. Outros pontos criticados por alguns professores foi o tom exageradamente corporativista no tratamento das questões salariais, a ínfima articulação com outros setores da sociedade civil e a inerte participação em eventos como a ausência de representantes do movimento docente na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)⁴¹. Um dos pontos consensuais foi o imperativo de maior politização do movimento, tendo como estratégia encaminhar as posições da categoria acerca do contexto com o envio de documentos políticos às bases.⁴²

⁴⁰ Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 1.

⁴¹ Cf. Comissão Nacional Pró-CUT. Tudo sobre a I CONCLAT. A caminho da Central Única. Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical (CIDAS), Editora do Grêmio Politécnico: São Paulo, 1981, p. 3 e 4. A realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora foi proposta publicamente, pela primeira vez, em novembro de 1977, quando uma delegação de 205 sindicalistas de São Paulo foram até Brasília com o intuito de discutirem questões sindicais diretamente com o General-Presidente Ernesto Geisel e reivindicar o direito dos trabalhadores realizarem congressos nacionais. O encontro acabou repercutindo entre políticos, e os principais jornais do país publicaram inúmeros editoriais sobre o assunto. Apesar de arrefecido por um período, o objetivo de realizar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora nunca foi abandonado, pelo contrário, continuou a ser defendido e divulgado por sindicalista em encontros de diversas categorias, como durante o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Em 1979, uma retomada de forma mais incisiva por parte de intersindicais organizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, definiu, após uma reunião em 21 de março de 1981, que o Congresso, além de um importante instrumento de diálogo para militantes sindicalistas, consistia em um enfrentamento direto à Ditadura vigente no país. Assim sendo, o I CONCLAT acabou sendo realizado entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, com a presença de centenas de apoiadores e delegações internacionais de várias partes do mundo. No último dia do Congresso, foi eleita a Comissão Nacional Pró-CUT, uma iniciativa determinante para que, dois anos depois, surgisse a maior entidade de representação das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983.

⁴² Cf. Ata da Plenária do 1º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 1º Congresso, Florianópolis, 1º a 5/02/1982, p. 4.

Dentre as atividades realizadas nas Plenárias do evento, que contou com representantes de dez Associações Docentes⁴³, os professores da URG apresentaram texto de cinco laudas, posteriormente publicado na íntegra no Relatório Final do Congresso, contendo escritos que abordavam, de forma resumida, as raízes socioculturais e políticas da Universidade na Europa, sua implantação na América Latina e o momento atual do Ensino Superior no Brasil, concretizando a participação da APROFURG enquanto uma das Entidades protagonistas do Evento.

A repercussão da mobilização de algumas AD's, em âmbito nacional, na promoção e execução de duas greves ao longo dos anos de 1980 e 1981, que reverteram melhorias salariais à categoria, ou ainda, o protagonismo da APROFURG no Congresso da ANDES foram insuficientes para motivar seus pares a participarem e engrossarem o coro por mudanças políticas na conjuntura nacional. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de maio de 1982, na sala 616 do *Campus* Central da Universidade⁴⁴, espaço físico consideravelmente menor do que o do Anfiteatro do *Campus* Central, expõe, sumariamente, a falta de participação e de mobilização dos docentes da URG, o que gerava apreensão por parte das lideranças da APROFURG e dos demais docentes engajados nas lutas, sobretudo, de restabelecimento da democracia no país.

Diante de pautas importantes como a eleição da Diretoria da ANDES, a Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito, o plano de carreira dos docentes e o início dos debates para a transformação das Associações Docentes em Seções Sindicais⁴⁵, o esvaziamento das Assembleias possivelmente refletiam o receio por parte dos docentes da URG, face aos acontecimentos contra a classe trabalhadora, como, por exemplo, o atentado do Riocentro, que consistiu em frustrada iniciativa de setores do Exército em realizarem um ataque a bomba no decorrer de um evento alusivo ao Dia do Trabalhador, motivados pela insatisfação em relação ao curso do processo de redemocratização do país⁴⁶. Tal acontecimento de grande repercussão acabou ocasionando a renúncia do Ministro Chefe da Casa Civil do Governo, Golbery do Couto e Silva.

Na última Assembleia como Presidente da APROFURG, o Professor Gabiatti tratou de apresentar e aprovar o relatório e a prestação de contas da Gestão, enfatizando a não realização de eleição para composição da nova diretoria da Associação, devido à

⁴³ Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPel), Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCar), Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS), Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFES), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) e Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC). Cf. Relatório – Fundações. 1º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 1º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, Florianópolis (SC), de 1º a 05/02/1982, p. 17.

⁴⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 616. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 7, 30/10/1981, Livro 1, p. 20.

⁴⁵ Cf. Relatório da Reunião Setorial das Fundações. Relatório Final do 5º CONAD, Belo Horizonte (MG), 11 a 13 de junho de 1982, p. 15.

⁴⁶ Cf. SANTOS, Vitor Garcia Rodrigues dos. *Caso Riocentro: Terror e violência no processo de abertura política brasileiro*. Revista Contemporânea. Niterói, Ano 4, v. 1, n. 5, p. 1-27, 2014.



impugnação da única chapa registrada.⁴⁷ Com a Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande criada e em funcionamento, dentre os objetivos espalhados pelo “sopro das vozes”, houve um tímido acréscimo na construção da consciência política da categoria enquanto classe trabalhadora, ainda que, em grande medida, subordinada essencialmente às questões de ordem financeira e salarial. Cientes dos compromissos políticos que assumiriam com a categoria docente, uma nova Gestão assumiria a Direção da APROFURG, motivada em enfrentar os desafios permanentes e aqueles que se avizinhavam.

⁴⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande, Sala 920. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, n° 7, 10/11/1982, Livro 1, p. 22-23.* Os motivos da impugnação não foram mencionados neste documento ou em qualquer outra fonte pesquisada.

“ARRANCAR O DOCENTE DO OSTRACISMO”: CONSCIANTIZAR, FORTALECER E CONCRETIZAR.

Um mês depois de assumir a Gestão da APROFURG para o biênio 1982-1984, a nova Diretoria da Associação, conduzida pela presidência do Professor Humberto Camargo Piccoli, Carlos Ademir Gonçalves de Lima (Vice-Presidente), Décio Rodrigues de Oliveira (1º Secretário), Nelson Monteiro Rangel (2º Secretário), Sônia Magalhães dos Santos (1ª Tesoureira) e Sérgio Luiz Alves Przybylski (2º Tesoureiro), deparou-se com a eclosão de uma nova mobilização grevista⁴⁸. O posicionamento da maioria dos docentes da URG quanto ao movimento foi de que não tomaria nenhuma posição, ainda que mantivesse o apoio aos colegas de outras instituições.⁴⁹

O desinteresse de grande parte dos associados em participar efetivamente do movimento grevista e o número reduzido de adesões às Assembleias promovidas pela Associação, somados à falta de envolvimento da categoria nos assuntos referentes à carreira profissional e à política educacional do ensino universitário brasileiro, apresentavam-se enquanto desafios e preocupações constantes a serem resolvidos ou remediados através de proposições da nova Gestão.

Na tentativa de alterar a característica murista e o perfil de estagnação, verificado a partir do ano subsequente à fundação da APROFURG, que gradativamente assolaram o movimento docente da URG, comprometendo o desenvolvimento das articulações que careciam da força coletiva da categoria, o Presidente Humberto Piccoli sugeriu a realização de atividades socioculturais de confraternização entre os associados, enquanto estratégia de aproximação e participação, visando à conscientização e à formação política. O Professor Luiz Paulo Rodrigues da Cunha sugeriu que a APROFURG desenvolvesse atividades recreativas direcionadas às práticas desportivas,⁵⁰ que posteriormente passaram a ser desenvolvidas no Ginásio de Esportes do Serviço Social da Indústria (SESI/RS). Para tanto, verificou-se a intensa movimentação da Diretoria e de alguns docentes comprometidos em incrementar e ampliar o repertório sociocultural, desenvolvendo atividades de esporte, lazer e recreação, enquanto instrumentos capazes de contribuir de forma eficaz no adensamento e na politização de seus pares.

⁴⁸ O movimento tem início em 18 de novembro de 1982 com 18 universidades autárquicas, 3 escolas isoladas e a adesão de técnicos administrativos em educação no dia 29 de novembro, através de uma mobilização conjunta com a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). A greve, que se estende por trinta e dois dias, traz as pautas de reposição salarial de 23,8% dos salários dos servidores, o reajuste semestral nos índices da inflação, igualdade de direitos para estatutários e celetistas e a reestruturação das instituições federais de ensino superior com base nas propostas da ANDES. A conquista resulta no recuo da tentativa governamental de implantar a cobrança dos cursos nas IFES público e, novamente, no freio da transformação das autarquias em fundações. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 1.

⁴⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 408. Ata do Conselho Deliberativo, nº 5, 23/11/1982, Livro 1, p. 12.

⁵⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 402. Ata de Assembleia Geral, nº 9, 09/12/1982, Livro 1, p. 24-27.

Outra relevante estratégia de aproximação entre a APROFURG e os docentes da URG foi o aprimoramento da estrutura organizacional da Associação através da contratação de uma secretária, possibilitando fixar lugar e horários de atendimento aos associados. Desse modo, a Associação começou a referenciar todos os assuntos relacionados à categoria. Para tanto, inicialmente, providenciou-se a cedência de um espaço para o funcionamento da Associação, que foi alojada na sala 913 do Pavilhão 9 do *Campus Central*. Ao mesmo tempo, a Diretoria encomendou uma análise jurídica visando avaliar a ideia de viabilizar a construção da sede própria no *Campus Central*.⁵¹

Na medida em que a APROFURG avançava, buscando formas de estruturação e de aprimoramento de seu funcionamento interno, visando ao atendimento das necessidades também no âmbito jurídico em proveito de seus associados, nesse estágio inicial do desenvolvimento instável das práticas associativas da categoria docente da URG, verificou-se a ampliação do alcance dos debates políticos no cerne do fragmentado movimento docente, cada vez mais relevantes e fundamentais enquanto razão de existência da Entidade. A contribuição que poderia ser prestada devido à representatividade de uma Associação de intelectuais no contexto político da época, tanto em âmbito local, quanto regional e nacional, passava a explicitar a construção do caráter simbólico da Associação.

No momento em que foi formada uma Comissão de Estudos para análise do Regimento e do Estatuto da URG, *pari passu* o Professor Carlos Ademir Gonçalves de Lima, retratando a instabilidade recorrente dos docentes da URG, ao oferecer seu relato de representação da APROFURG ao 2º Congresso da ANDES, não deixou de manifestar seu descontentamento diante da pouca participação dos professores nas atividades propostas pela Entidade.⁵² As pautas gerais aprovadas e debatidas no 2º Congresso da ANDES compreendiam a avaliação do momento político educacional, os desdobramentos da crise política e econômica em detrimento da educação e a apreciação dos docentes em relação ao movimento sindical, particularmente o CONCLAT e a CUT.⁵³

Com a interferência dos docentes nos assuntos relacionados à Universidade, através da participação da APROFURG nas discussões acerca da formulação do Regimento e do Estatuto da URG, a ampliação de sua visibilidade e atuação no contexto nacional através da presença de representantes em eventos organizados pela ANDES,

⁵¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 402. Ata de Assembleia Geral, nº 10, 06/01/1983, Livro 1, p. 28.

⁵² Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 607. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 11, 06/03/1983, Livro 1, p. 29 a 31.

⁵³ Cf. Ata da Plenária do 2º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 2º Congresso, Fortaleza, 31/01 a 04/02/1983, p. 65. Contando com a participação de 52 Associações Docentes, portanto numericamente muito superior ao 1º Congresso Nacional; entre as questões setoriais, o documento expõe a necessidade de que as lutas específicas dos setores deveriam acompanhar e estar em conformidade com as lutas gerais do movimento docente de todas as Instituições de Ensino Superior. Além disso, a reestruturação da Universidade e a Campanha do Ensino Público e Gratuito, a avaliação e as perspectivas da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito, a política geral de financiamento para o Ensino Superior, a luta por mais verbas para a educação, o corte nos orçamentos das IES públicas, a questão das verbas públicas para a rede particular, as agências de financiamentos e a pesquisa universitária, as fundações privadas no interior das IES públicas, o trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) e a luta por um padrão único de universidade foram pautas exaustivamente debatidas.

tendo em vista o 7º Congresso Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (7º CONAD), acabou sendo motivo de um acalorado debate entre os professores que estiveram presentes em Assembleia Geral Extraordinária, que, após intensas discussões, deliberaram desfavoravelmente acerca de sua representação no Evento.⁵⁴

Ainda que de forma ampla, a baixa incidência de participação de largas parcelas de docentes da URG dificultasse a realização de ações nas quais deveria prevalecer a força da coletividade, a recomposição da Diretoria da Associação em setembro de 1983, que conduziu à presidência o Professor Carlos Ademir Gonçalves de Lima e constituiu três novos cargos à Gestão, Diretor Social – Ernesto Luiz Gomes Alquati, Diretor de Comunicação – Claudio Gabiatti e Diretor Esportivo, Luiz Paulo Rodrigues da Cunha, oferece um panorama das estratégias colocadas em prática pela Diretoria da APROFURG, em contrarresposta à despolitização de grande parte da categoria docente da Universidade.⁵⁵

O Professor Humberto Piccoli ressalta que, na época, o episódio mais marcante de sua gestão como presidente da APROFURG foi seu desligamento do cargo de Presidente da APROFURG, “motivado por assumir a chefia de Departamento, o que nos daria um lugar no Conselho Universitário. Eu fui convidado pelo Reitor a assumir a chefia do Departamento de Materiais e Construção. Coloquei o convite para os meus colegas de diretoria e a avaliação foi que seria importante estar no Conselho Universitário, pois o próximo ano de 1984 seria o último do mandato da Reitoria e haveria processo de escolha do novo Reitor que se daria novamente no Colégio Eleitoral e a principal luta do movimento docente local e nacional era a democratização das Instituições de Ensino Superior.”⁵⁶

Em 15 de outubro de 1983,

Ao completar três anos de existência, enfrentávamos inúmeras dificuldades. Tínhamos como meta prioritária sensibilizar a comunidade docente no sentido de que se conscientizasse, tanto dos problemas que preocupavam na sua carreira profissional, quanto daqueles que a angustiavam frente à política educacional do ensino universitário. Queríamos arrancar o docente do ostracismo em que se encontrava, tornando-o mais vivo, mais participante e menos passivo, menos receoso, criando-lhe a certeza de que, com uma postura inquieta, estaria lutando por melhores condições de trabalho e ensino.⁵⁷

Diante das intermináveis dificuldades, com o objetivo de divulgar suas atividades, informar sobre o movimento docente nacional e promover a discussão em torno dos problemas internos da URG, a Diretoria da Associação criou um veículo de comunicação com a categoria docente, organizado inicialmente com a denominação de “Boletim da APROFURG”. Em seu Editorial inaugural, a publicação, em formato

⁵⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 12, 24/05/1983, Livro 1, p. 32-33.

⁵⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 13, 29/09/1983, Livro 1, p. 33.

⁵⁶ Professor Humberto Camargo Piccoli em entrevista concedida por e-mail em 23/08/2020.

⁵⁷ Boletim da APROFURG: Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, Seção Editorial, nº 000, 15/10/1983, (Editorial), p. 2.

de jornal impresso tipográfico, explicitou, em parte, o momento crítico pelo qual passava a Associação, tendo inclusive que constituir uma Comissão Especial para evitar a interrupção de suas atividades.⁵⁸

Na tentativa de sensibilizar o professorado, o presidente Carlos Ademir de Lima continuava chamando a atenção para o fato do esvaziamento das Assembleias realizadas pela APROFURG e, em nota, afirmava que na Assembleia do dia 29 de setembro o número de participantes era de oito membros, totalizando 2% do total dos 400 associados. “Sabemos, perfeitamente, que a mobilização dos associados é difícil. Há um temor em participar de atividades coletivas, proveniente, em parte, do período de exceção que vivemos até pouco tempo.”⁵⁹

Mencionando o esforço da atual Diretoria no sentido de fomentar o hábito participativo do corpo docente da URG nos assuntos relacionados à categoria, o Professor Carlos Ademir de Lima afirma que a Associação tem procurado diversificar a linha de atuação, criando a Assessoria Social e de Comunicação, tendo à frente, respectivamente, os professores Ernesto Alquati e Claudio Gabiatti. O objetivo da implantação desses setores era estimular os associados a participarem da Entidade, buscando atingir os objetivos associativos de formular a posição dos professores ante as diferentes exigências da vida universitária e da comunidade e constituindo-se num lugar de estudo, debate, questionamento e reivindicações. No cumprimento de suas funções, a APROFURG deveria ser um instrumento de unidade de pensamento e ação, capaz de colaborar e influir nos setores da Universidade como canal de diálogo, participação e promoção cultural e social, manifestando-se sobre atos que digam respeito às atividades funcionais de seus associados.⁶⁰

Ao que tudo indica, o retorno da pauta envolvendo as questões salariais, a reivindicação pela escolha democrática dos reitores das IFES, tendo em vista a solicitação feita ao Reitor Fernando Lopes Pedone referente à data de eleição da lista sêxtupla, e, sobretudo, a gênese do Boletim Informativo, posteriormente denominado de “Pó-de-Giz”⁶¹, fizeram com que a categoria retomasse timidamente a participação nas Assembleias, aumentando o interesse e a participação nos debates acerca da representatividade da APROFURG, até mesmo em âmbito nacional, quando da escolha dos delegados e observadores para o CONAD.⁶²

⁵⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Ordinária, nº 14, 27/10/1983, Livro 1, p. 34.

⁵⁹ Boletim da APROFURG: Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 000, 15/10/1983, (Editorial), p. 2.

⁶⁰ Boletim da APROFURG: Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 000, 15/10/1983, p. 4.

⁶¹ Sobre o processo de escolha do nome para o Boletim Informativo da Associação, segundo seus editores: “Por falar no jornalzinho, a partir de hoje, ele está batizado. Recebemos inúmeras sugestões. Reunimos a comissão para selecionar o título mais conveniente. Houve empate nos votos entre os nomes NOVOS TEMPOS, KATHEDRA E PÓ DE GIZ. O voto de minerva apontou: PÓ DE GIZ, mas condicionou-o para PÓ-DE-GIZ. Uma homenagem aos que mais empunham o famoso instrumento de trabalho, e uma permanente lembrança de nossa função.”. Pó-de-Giz. Boletim da APROFURG: Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande – APROFURG, nº 003, 12/01/1984, p. 3.

⁶² Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande*, Sala 611. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 16, 15/06/1984, Livro 1, p. 37.

A análise de conjuntura realizada no decorrer do 3º Congresso da ANDES denunciou a grave crise financeira que implicava desdobramentos nefastos na política e nas instituições brasileiras. Apesar do determinismo econômico da crítica, que levou em consideração a falência do modelo de desenvolvimento apoiado no mercado internacional, favorável à importação de capital e à política de incentivo à exportação, havia consenso de que não se articulavam alternativas concretas para a reversão do atual quadro político institucional, marcado pelo empobrecimento generalizado da população trabalhadora em um processo de recrudescimento das tensões sociais, com o dolo da administração pública. As Universidades eram diretamente atingidas por uma política de “redução do déficit público”, que tornava o serviço público sacrificante, agravado pela falta de verbas e o achatamento salarial dos docentes e funcionários.

Na avaliação do movimento docente nacional, a superação dessas condições dependia diretamente da capacidade de mobilização da categoria e da criação de condições que, aos olhos da sociedade, redefinisse a importância da Universidade para o contexto socioeconômico, político e cultural do país. Para tanto, o movimento docente deveria agir como estimulador dessa inserção, atuando ativamente na luta pela democracia em nível nacional e local.⁶³

Os ares do *continua exercitium* democrático advogado pelo “sopro das vozes” acabaram renovados e estimulados através do conteúdo veiculado nas páginas do Pó-de-Giz. Conforme o Professor Humberto Piccoli, “os canais de comunicação com o corpo docente, naqueles anos, não existiam. Precisávamos de um meio de comunicação para nos comunicar com os docentes. O jornal era, juntamente com o rádio, o meio de comunicação de massa.”⁶⁴. “Aqui não há censura!”, exclamava o Editorial do Boletim da APROFURG, que passou a prestar uma função vital para a categoria, ou seja, mantê-la informada, inquieta e opinativa.

Estamos vivendo no país, uma época em que assuntos como: abertura, democracia, eleições diretas, são discutidos em todas as rodas. A URG, engajando-se nesse clima, realizou seminários na área de ensino e extensão. A APROFURG preocupada que está com o funcionamento da estrutura interna da Universidade, também já promoveu um encontro para discutir o assunto. Parece ter chegado o momento ideal para repensar o compromisso da Universidade com sua própria comunidade. Uma Universidade só conseguirá funcionar na plenitude de suas potencialidades, no momento em que se estruturar democraticamente. Ao considerar que a grande massa de docentes, em cada departamento, está enquadrada na categoria de Assistente e Auxiliar, verificamos estar havendo um critério pouco justo de representatividade para essas classes. Assim sendo apontamos a vital importância do fortalecimento desses órgãos o que somente se efetivará no momento em que todos os professores dele façam parte.⁶⁵

⁶³ Cf. Conjuntura Política, Movimento Sindical e Movimento Docente. O Movimento Docente na Conjuntura Política e Sindical. Conjuntura política – Documento Final. 3º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 3º Congresso, Piracicaba, 13 a 18/02/1984, p. 2.

⁶⁴ Professor Humberto Camargo Piccoli em entrevista concedida por e-mail em 23/08/2020.

⁶⁵ Boletim da APROFURG: Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 001, 21/11/1983, (Editorial), p. 2.

Ao término de 1983, ano de sepultamento da fatídica Lei nº 6.733 de 1979, que dispunha sobre a nomeação dos dirigentes das Fundações instituídas ou mantidas pela União, ao realizar um balanço das transformações políticas que impactavam o cotidiano de todos os trabalhadores da URG, a Diretoria da APROFURG imediatamente reivindicou, de forma contundente, a reestruturação da ordem democrática na Instituição. A mensagem de final de ano dirigida aos docentes expressou os seguintes questionamentos e reflexões: “Pense nisto. Divergir é crime? Discordar é subversão? Perguntar é desobediência? PÓ-DE-GIZ deseja saúde civil a todos.”

Ao denunciar os antagonismos quanto à forma de composição dos Conselhos Superiores e enfatizando que os cargos de chefia eram distribuídos através de nomeação sem qualquer consulta à comunidade universitária, a Diretoria da Associação demonstrava otimismo em termos de avanços políticos, ainda que o substitutivo que impedia a recondução de reitores ao cargo, depois do cumprimento de seu mandato, não tivesse sido sancionado pelo Executivo Federal.

Conscientes do papel político desenvolvido pelos docentes universitários, que, através de suas AD's, fizeram-se presentes nas lutas por democracia, no que tange às batalhas travadas especificamente acerca das Fundações Universidades, os docentes acabaram obtendo considerável vitória quando a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, enviou um Projeto de Lei ao Congresso Nacional que excluía da legislação o dispositivo que dava plenos poderes ao Presidente da República para nomear seus reitores, e, por sua vez, de escolher os demais dirigentes das instituições sem qualquer participação da comunidade universitária.⁶⁶

Enquanto se desenvolviam os trâmites para a escolha do Reitor da Universidade, através da redação de uma lista sêxtupla e das respectivas normas que regulamentassem as eleições do Conselho Universitário (CONSUN) em meio à greve que eclodiu em 15 de maio⁶⁷ – a mais extensa da década – foi aprovada em Assembleia a publicação na imprensa local de uma moção de apoio da APROFURG⁶⁸ às Universidades Autárquicas. A Professora Sonia Magalhães dos Santos além de denunciar que a URG era “a única Fundação que o Reitor faz as nomeações de todos os chefes e coordenadores”⁶⁹, ao longo da condução dos trabalhos da Assembleia Geral, explanou sobre a reunião da ANDES em Brasília, que teve como mote a equiparação salarial da categoria e a proposta de dar continuidade aos debates com funcionários e alunos da URG, visando à possibilidade de greve no mês de agosto. Movimento que foi desaconselhado pela leitura do Telex com avaliação do movimento nacional pela não deflagração da greve naquele momento.

⁶⁶ Editorial do Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 003, 12/01/1984, p. 1.

⁶⁷ Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 2. A atividade durou 84 dias e recebeu a adesão de 19 Universidades Autárquicas, 8 Escolas Isoladas e a adesão de servidores. Entre as reivindicações, reposição de 64,8% (retroativo a janeiro de 1984), reajuste semestral, 13° para estatutários, quinquênios para os celetistas e o Piso de 3 salários para servidores. O resultado obtido foi a formação da “Comissão de Alto Nível” para reabrir negociações.

⁶⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 22. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Permanente, nº 17, 27/06/1984, Livro 1, p. 41.

⁶⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 22. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Permanente, nº 17, 01/08/1984, Livro 1, p. 44.

A Edição Especial do Boletim da APROFURG, que, na capa, estampou a frase “Diretas Já aqui também”, tratou de promover a abertura de discussões via questionamento de alguns aspectos que preocupavam os representantes docentes, sobretudo, a afirmação por parte de alguns docentes de que a comunidade universitária não teria condições de participar da escolha de seus dirigentes, devido à sua “imaturidade política”.⁷⁰

Apesar da reprodução e da tentativa de propagação do discurso embasado numa suposta ‘imaturidade política’ ou incapacidade de promover e desempenhar atribuições políticas, senso comum conhecido e disseminado no país há pelo menos vinte anos através dos grupos que compunham as esferas do poder da época, sobretudo, advindo no momento em que o povo brasileiro estava nas ruas reivindicando direitos e participação política, a APROFURG engajou-se na comemoração dos 15 anos da URG e, ao fazê-lo, salientou a necessidade de que, na sua adolescência Institucional, a Universidade vivenciasse o contexto de liberdade de expressão e de diálogo para que, ao tornar-se adulta, pudesse ter uma filosofia de vida assentada nos princípios democráticos que a levariam a consolidar seu perfil.

Ao organizar a eleição para a escolha da lista sêxtupla ao cargo de Reitor da Universidade, a APROFURG reafirmou os princípios fundamentais que deveriam orientar os professores na escolha de seu candidato, com destaque às bandeiras históricas do movimento nacional docente: ensino público e gratuito em todos os níveis, carreira única para todos os docentes do país e reajustes salariais semestrais nunca abaixo da inflação do período, democratização da Universidade em todos os níveis (eleições diretas para Reitor, Coordenadores das Comissões de Curso e Chefes de Departamento), maiores verbas para a educação, maior integração entre a Universidade e as Classes Trabalhadoras em geral (visando defender aos princípios que representem o anseio de toda a comunidade) e maior autonomia da Universidade, passando, necessariamente, pela sua democratização.

Entendendo como extremamente necessário o comprometimento do futuro Reitor com as lutas comuns aos docentes da URG e da população brasileira, a Diretoria da Associação afirmou que chegava a hora de a democracia plena ser instalada no país, sobretudo, porque era a vontade soberana do povo, e a Universidade, enquanto centro criador e difusor, não poderia permanecer à margem desse processo, pois tinha obrigação de situar-se na vanguarda do movimento. Enquanto integrante ativo do Comitê Rio-grandino pelas ‘Eleições Diretas Já’, a APROFURG reafirmava a convicção de que a melhor maneira de desenvolver a Universidade ocorreria através da participação efetiva nas decisões dos seus segmentos representativos e enviou aos membros do Conselho Universitário um ofício no qual reivindicou a participação no processo de escolha dos dirigentes da Universidade.

A APROFURG, legítima representante dos docentes desta comunidade universitária, empenhada em alcançar uma estrutura plenamente democrática para a Universidade do Rio Grande, pretende desenvolver, mais na prática do que na teoria, uma reflexão profunda sobre a direção e o destino desta instituição. Com efeito, nossa Universidade não se caracteriza como uma instituição que tenha uma filosofia fundamentalmente orgânica e uma política definida quanto a objetivos finais e quanto aos meios de alcançá-los. Ela funciona por força

⁷⁰ Pó-de-Giz: EDIÇÃO ESPECIAL. Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 004, 15/05/1984, (Editorial), p. 2.

de inércia e de rotina, e, eventualmente, os acontecimentos determinam práticas passageiras de ajuste. Além disso, num momento em que toda a sociedade brasileira empenha-se em fazer-se ouvir e em propor formas de ação para resolver os graves problemas em que foi mergulhada, a Universidade deve ser ponta de lança e não caudatária na busca de soluções. Agora é um dos melhores momentos para pensarmos e agirmos no sentido de unir a teoria à prática e, nessa ação, descobrirmos nossa identidade e nossos objetivos de preparar os cidadãos para o país e não para o egoísmo e a ganância. Dentro destas perspectivas principais, a escolha de dirigente é sempre o melhor momento de pesar o passado, avaliar o presente e propor formas de atuação para o futuro. Com o fim da Lei nº 6.733 e a entrada em vigor da Lei nº 7.177 é chegado o tempo de escolher novos dirigentes para a Universidade. A APROFURG, preocupada com isso, e temerosa de que tudo seja encaminhado através de conchavos espera que seja aberto um grande debate sobre a questão, envolvendo possivelmente toda a comunidade universitária. E quer – para não dizer EXIGE – que seus associados e demais docentes sejam consultados e, livremente, possam manifestar sua opinião na questão sucessória. Mesmo por que, com todo respeito que merece, o atual Conselho Universitário é esmagadoramente nomeado sob o signo de uma lei que já foi extinta. Este Conselho, certamente sem o respaldo da comunidade universitária não é o melhor Colégio Eleitoral. Nisto a Associação está preocupada com a pessoa dos conselheiros e sim com sua representatividade: “Uma função eleitoral não pode ser moralmente exercida por quem não foi eleito”. Assim, postas estas considerações, esperamos que V.Sa., se manifeste dentro do mais breve tempo possível sobre a questão, dirigindo sua correspondência à direção da APROFURG. Assinam: Carlos Ademir G. de Lima (Presidente) e Décio Rodrigues de Oliveira (1º Secretário).⁷¹

Com vistas ao processo eleitoral de escolha do novo Reitor da Universidade, destacando que “todo o professor da Universidade é elegível” e “Todo o professor da URG é um eleitor”, a APROFURG, empenhada na livre e democrática consulta para encaminhar a escolha dos dirigentes da Instituição, concluiu o primeiro turno da votação, festejando o comparecimento de 82% do corpo docente às urnas.⁷² Internamente, a avaliação era de que uma das funções da Associação, de lutar pelos interesses dos docentes e pela democracia foi cumprida, e que a Associação precisava promover novas ações que estimulassem seu crescimento.⁷³

Com sua legitimidade ampliada após a organização e a realização do pleito, a Diretoria acreditava ter cumprido alguns objetivos que motivaram a criação da APROFURG, sobretudo, de conscientização do corpo docente acerca da necessidade de assumir uma postura mais participativa na vida universitária. “A filosofia que sempre norteou

⁷¹ Pó-de-Giz: EDIÇÃO ESPECIAL. Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 004, 15/05/1984, p. 3.

⁷² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 005, 07/06/1984, (Editorial), p. 2.

⁷³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Permanente, nº 17, 01/08/1984, Livro 1, p. 47-48.*

os trabalhos dessa diretoria tem sido a de manter-se independente, defendendo os direitos dos professores e buscando o diálogo com a administração.”⁷⁴ Com essa linha de ação e atuando em momentos políticos marcantes e decisivos para o futuro da URG, a APROFURG passou a ocupar um lugar de destaque no contexto da comunidade universitária. Os reflexos da trajetória empreendida pela Diretoria da Associação, em sua busca por “arrancar os docentes do ostracismo”, puderam ser festejados, em razão do crescimento quantitativo e qualitativo do movimento docente, notado em razão da inscrição de duas chapas concorrentes à Diretoria da Entidade para o biênio 1984-86.

Defendendo os ideais de uma APROFURG livre, democrática, congregante, orientando-se na direção dos anseios da comunidade universitária, no final do mandato da Gestão 1982-84, o Presidente Carlos Ademir Gonçalves de Lima fez uso das páginas do PÓ-DE-GIZ para realizar uma importante reflexão acerca do processo de sucessão e dos rumos da Associação.

É um momento de extrema importância na vida da entidade, razão pela qual a definição do voto não pode ser precipitada, mas baseada numa análise concreta de cada chapa (eram duas chapas) e suas respectivas propostas de trabalho. Entretanto, um outro ponto de igual importância deve ser levantado – a origem de cada chapa. Pela primeira vez dentro da APROFURG são apresentadas duas chapas vindas de setores diferenciados, que devem necessariamente ser identificados por cada eleitor, antes de definir seu voto. Lembre-se outro evento eleitoral promovido pela APROFURG ainda este ano, e que está ainda gravado em nossa memória: a eleição da lista sêxtupla. Naquela ocasião, a vontade da maioria, expressa de forma real e concreta, através de elevado índice de participação, foi desprezada em favor de um grupo que se mostrou insensível e incapaz de aceitar o resultado das urnas. A comunidade acadêmica foi então derrotada nos corredores. Entretanto, a APROFURG saiu fortalecida, porque, se não conseguiu fazer com que imperasse o resultado democrático das urnas, conseguiu, por outro lado, facilitar identificações. Hoje, sabe-se quem, falando em democracia, está dizendo a verdade ou mentindo, quem está sendo consciente ou conveniente. Algumas questões devem ser encaradas: Independência ou atrelamento? Movimento docente forte e participativo ou fraco e submisso?⁷⁵

Com total de 301 votantes, dos quais 98 votos foram dados à Chapa 1⁷⁶ e 190 votos para a Chapa 2 – (PARTICIPAÇÃO) Presidente: Luiz Paulo Rodrigues da Cunha; Vice-Presidente: Ernesto Luiz Gomes Alquati; 1^a Secretária: Ana Maria da Silva Cafruni; 2^o Secretário: Norton Mattos Gianuca; 1^o Tesoureiro: Ângelo Fortini Maffissoni; 2^a Tesoureira: Isabel Cristina Tapada Belmonte – com 13 votos em branco, foi eleita a Gestão para o biênio 1984-1986.

⁷⁴ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n^o 006, 23/10/1984, (Editorial), p. 2.

⁷⁵ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n^o 006, 23/10/1984, p. 3.

⁷⁶ (UNIFICAÇÃO) Presidente: Luiz Antonio Pinto; Vice-Presidente: Pedro Lúcio de Souza; 1^o Secretário: Telmer Vargas; 2^o Secretário: Euclides dos Santos Filho; 1^o Tesoureiro: Cleber Mendes; 2^o Tesoureiro: Luiz Augusto Lemos.



Na avaliação da Diretoria, o conagraçamento proveniente do alto nível em que se desenvolveu a campanha, orientada pelo espírito democrático que norteou o debate entre as duas chapas e o alto índice de comparecimento dos sócios às urnas, foi uma intensa demonstração de vitalidade, força e participação que ratificou a certeza de que a APROFURG está inteiramente reconhecida pelos professores como sua representante de direito e de fato.⁷⁷

⁷⁷ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 007, 13/11/1984, (Editorial), p. 2.

“A APARENTE DEMOCRACIA E OS ÚLTIMOS SUSPIROS DE UMA DITADURA AGONIZANTE.”

A Diretoria que assumiu a APROFURG, tendo como Presidente o Professor Luiz Paulo Cunha⁷⁸, Diretor Esportivo da Gestão anterior, deparou-se com uma situação Institucional ainda marcada pelas práticas autoritárias. O Colégio Eleitoral Especial, após desconsiderar a consulta realizada à comunidade universitária, julgou sumariamente a APROFURG incapaz de elaborar a lista sêxtupla para as eleições à Reitoria, o que representou um duro golpe contra a democratização da Universidade, narrado pela Professora Sonia Magalhães dos Santos, 1ª Tesoureira da APROFURG ao longo das duas Gestões (1980 a 1984) com profundo descontentamento e decepção:

Aconteceu, principalmente, um momento extremamente infeliz: 10 de agosto de 1984, onde uma comunidade inteira foi desrespeitada em sua vontade... Fizemos luto, pois foi de profundo desgosto o nosso sentimento. A comunidade está cansada de ser manobrada, enganada e regida por uma minoria. Lideranças não se criam em gabinetes, mas no seio de uma classe.⁷⁹

Enquanto reflexos do simulacro de Instituição democrática, os retrocessos verificados na Fundação Universidade do Rio Grande causaram impactos imediatos e acirraram os ânimos no seio do movimento docente. Em análise conjuntural do Boletim da ANDES do mês outubro de 1984, o Professor Carlos Ademir de Lima destacou a tendência demonstrada no Setor Fundacional das IFES que, apesar da luta dos docentes pela modificação da constituição jurídica dos Conselhos Diretores (Conselhos Curadores), foi através deles que o Conselho Federal de Educação (CFE) procurou ressuscitar a Lei nº 6.733/79, desprezando a interposição da Lei nº 7.177/83, que obrigava os dirigentes das Fundações de Ensino Superior, nomeados pelo Presidente da República, a promoverem a indicação da Lista Sêxtupla.

Na iminência do descumprimento da lei, a APROFURG solicitou ao Professor Fernando Lopes Pedone, Presidente da Fundação Universidade do Rio Grande, o adiamento da homologação da nova redação do Estatuto da Instituição, bem como que se fizesse uma ampla divulgação da redação do texto atual e demais propostas estatutárias. Tais pedidos não foram sequer respondidos. É relevante mencionar, tendo enquanto referência as seguidas manifestações realizadas nas páginas do PÓ-DE-GIZ, que a Diretoria da Associação não reconhecia o Professor Pedone como Reitor de fato. Sem nenhuma legitimidade por parte da Associação que representava os docentes da Universidade, sobretudo porque fora nomeado pelo General-Presidente da República sem a possibilidade de consulta à comunidade universitária, as deliberações sob seu comando estiveram sempre sob suspeição.

A APROFURG tratou de denunciar que, nos últimos meses da administração do Reitor Fernando Lopes Pedone, no poder desde 1977, sua gestão esteve marcada pelo centralismo das decisões, extremo autoritarismo e pela “antidemocracia”, com as opiniões

⁷⁸ O falecimento do Professor Luiz Paulo Cunha ocorreu em 10/08/2016.

⁷⁹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 006, 23/10/1984, p. 3 e DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 27.

e sugestões dos docentes e alunos sistematicamente rechaçadas ou desconsideradas. O período final de seu mandato havia se caracterizado por um indisfarçável esforço com vistas à sua permanência na Reitoria por mais quatro anos, através da prática de neutralização de quaisquer outros postulantes e/ou candidatos potenciais ao cargo que pudessem comprometer as suas pretensões.⁸⁰

Tentando negociar com os dirigentes a construção coletiva do Estatuto da Instituição, a APROFURG manteve articulações com a Professora Cleusa Almeida, Presidente da Comissão de Legislação e Normas da URG, apresentando a preocupação com a redação atual e a necessidade de discussão da proposta pelos segmentos da comunidade universitária. Ainda assim, apenas respostas evasivas foram emitidas. Além disso, a Diretoria da APROFURG enviou aos chefes de Departamento e coordenadores de ComCur's – membros da Assembleia Geral da Fundação Universidade do Rio Grande – correspondências solicitando um posicionamento condizente com a importância do documento. Entretanto, a Assembleia homologou, sem discussão, a referida proposta. Na época, o Professor Lima realizou uma análise do texto do referido Estatuto, constatando o alto teor autocrático da proposta aprovada, na qual, somente ao Conselho Diretor era dado o poder de introduzir futuras mudanças no Estatuto, percebendo-se, nitidamente, a intenção de concentrar nas mãos de um grupo reduzido o controle sobre a Universidade.⁸¹

Perplexo com os últimos acontecimentos envolvendo a Lista Sêxtupla para a escolha do Reitor, o descumprimento da Lei nº 7.177/83 e a ausência de debates em relação à construção do Estatuto da Universidade, o Professor Claudio Gabiatti teceu duras críticas aos mandatários da Instituição. Afirmou que a Universidade caracterizava-se pela aparência democrática, porém, “era dirigida de forma centralizada e todas as decisões centrais e essenciais acabavam saindo dos gabinetes, distantes da opinião da comunidade, enquanto as pequenas questões – as menos importantes, não essenciais, marginais – eram levadas à consulta da massa”.⁸²

Aprofundando a problemática, o Presidente da APROFURG, Luiz Paulo Cunha informou à categoria docente da aprovação, no dia 30 de outubro, por uma Assembleia Geral tida como “da Fundação Universidade do Rio Grande”, o Anteprojeto do Estatuto que, se referendado pelo MEC, passaria a reger a Universidade. Ao expor a falta de transparência que envolveu a realização do processo, que durou apenas uma semana e contou somente com a participação dos Chefes de Departamento, Coordenadores das ComCur's, e membros do Conselho Diretor, Luiz Paulo Cunha denunciou que a incumbência dos docentes supostamente envolvidos na tarefa de construção do documento limitou-se à análise e homologação do anteprojeto, cuja cópia lhes foi previamente encaminhada.

Resultando da ação estratégica dos docentes, quando do episódio de recomposição da Diretoria no ano anterior, foi possível saber, através da participação do “companheiro Humberto Camargo Picolli”, que o documento foi aprovado de ponta a ponta, sem que lhe acrescentassem “nem um jota, nem um til”. Com sagacidade e ironia,

⁸⁰ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 010, 18/05/1985, (Editorial), p. 2.

⁸¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 007, 12/11/1984, (Editorial), p. 2.

⁸² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 007, 12/11/1984, p. 3.

o Professor Cunha faz uma provocação implícita aos docentes, para que o movimento “unifique suas inquietudes” nas Assembleias da APROFURG, afinal, lutar pela discussão ampla da estrutura da Universidade, reformular a forma de constituição dos Conselhos Superiores, assegurando a representação de professores escolhidos democraticamente entre seus pares, promover a revisão dos Estatutos da URG, sua ampla discussão e aprovação por uma Assembleia Universitária, bem como levar a cabo os permanentes debates que abarcavam os grandes temas da política universitária por todos os segmentos da comunidade compunham alguns dos itens da proposta de trabalho da nova Diretoria que acabara de assumir a Gestão da Associação.⁸³

Em nome da Direção da Associação, o Presidente recém-empossado tratou de expressar seu agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, até então, por aqueles que os antecederam:

Havendo chegado a honrosa posição de dirigentes da APROFURG com o expressivo apoio da classe docente... teremos compromissos tão somente com os objetivos estatutários de nossa Associação, com a proposta de trabalho que apresentamos à comunidade e com as deliberações emanadas de nossas assembleias... Quando toda a nação reclama a restauração da democracia em nosso País, como resultado da luta inabalável do povo brasileiro, não nos cabe, como educadores e como corpo pensante e participe do universo acadêmico e da sociedade, ficar inertes naquilo que de nós é esperado... na qualidade de cidadão e trabalhador assalariado, o professor de ensino superior vê-se assolado pelos mesmos problemas que afligem as demais categorias profissionais: arrocho salarial, moradia, transporte, alimentação, saúde, etc. Temos, portanto, o compromisso de seguir na luta por mais verbas para a educação, como condição essencial para a manutenção e ampliação do ensino público e gratuito em todos os níveis... Redescobrir a Universidade e repensar o ensino é um desafio que se insinua dentro de conquistas democráticas do País... Não existe mais espaço para as políticas e programas elaborados nos gabinetes, ao sabor dos personalismos dominantes, e tampouco para os casuísmos pelos quais se tem intentado cercear a livre manifestação das consciências acadêmicas... Nesse contexto, a participação das Associações de Docentes, Associações de Funcionários e Diretórios Estudantis tem cumprido papel relevante.⁸⁴

Ao destacar a importância da APROFURG em diferentes contextos, Luiz Paulo Cunha exaltou a trajetória da Associação, que foi forjada na luta pelas liberdades e amadurecida, em seus quatro anos de existência, no exercício da democracia, traduzido através de conquistas significativas em prol da democratização das relações internas de poder e na busca da afirmação e ampliação do espaço participativo da categoria. Até então, a APROFURG contava com 85% do quadro de docentes da URG como seus associados, orgulhando-se de estar entre as AD's com maior porcentagem nacional de filiação. A trajetória percorrida, até então, através da consolidação gradativa das práticas associativas do movimento docente da URG e demais AD's, foi descrita por Luiz Paulo

⁸³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 007, 12/11/1984, p. 3.

⁸⁴ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 008, 20/12/1984, (Editorial), p. 2.

Cunha como uma “massa crítica formidável e impaciente, que jamais conformou-se com as imposições do poder, movendo-se embalada pela grande esperança do reencontro da Universidade com sua essência”.⁸⁵

A democratização interna da administração das Universidades – sobretudo, a exigência de eleições para escolha de Reitores – assim como as reivindicações salariais e de verbas para a manutenção das atividades das instituições de ensino foram pautas predominantes nas lutas travadas pelo movimento docente fundacional em 1984. Em ambos os casos, os professores responderam com mobilizações em suas Associações Docentes – assembleias, paralisações, greves e atos públicos – coordenados nacionalmente, constituindo uma experiência até então ainda não vivenciada, com ações coletivas estruturadas e materializadas em reuniões do setor.

O término de 1984 conservava uma agradável surpresa ao movimento docente da URG. Acalentados pelo bom senso do General-Presidente João Figueiredo, e frustrados por não terem direito de escolha nas urnas, foi outorgado como Reitor “um nome comprometido com a democracia em nossa Instituição”. No dia 3 de dezembro, com justificada satisfação, a Universidade regozijou-se com a nomeação do Professor Jomar Bessouat Laurino.⁸⁶ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 de dezembro, a APROFURG aprovou a seguinte moção de saudação ao novo Reitor da URG:

No momento em que assume a mais alta função de nossa Universidade, o Prof. Jomar Bessouat Laurino, a APROFURG, legítima representante da classe docente da URG, saúda o nosso novo Reitor, augurando-lhe pleno êxito na condução do destino da Universidade do Rio Grande. Ao mesmo tempo, manifesta sua expectativa e profunda esperança de ver implantadas, nesta Casa, e sob a liderança deste nosso colega e associado, as mudanças reclamadas por toda a comunidade universitária, e as quais incluem, necessariamente, a democratização da Universidade, a renovação da estrutura de poder, a descentralização e desburocratização administrativa, o reconhecimento da autonomia dos Departamentos, a revisão dos Estatutos e Regimentos, a reestruturação dos órgãos colegiados, e o respeito e interesse pelas reivindicações dos professores, alunos e servidores técnico-administrativos da URG. Nesse esforço coletivo a APROFURG reitera o seu propósito de somar-se, postando-se sempre como canal de diálogo e posicionamento dos professores na luta por uma Universidade autônoma e democrática.⁸⁷

Na última Assembleia do primeiro ano de mandato da Gestão, ocorreram amplos e acirrados debates sobre a integração da APROFURG ao movimento sindical nacional, sobretudo em sua adesão à Central Única dos Trabalhadores (CUT), abrangendo as deliberações do I Congresso Nacional da CUT (CONCUT), que havia ocorrido poucos meses antes.⁸⁸ A campanha salarial para o ano seguinte, também mereceu destaque

⁸⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 008, 20/12/1984, p. 3.

⁸⁶ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 008, 20/12/1984, (Editorial), p. 2.

⁸⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus* Central da Universidade do Rio Grande, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Extraordinária Permanente, n° 20, 12/12/1984, Livro 1, p. 52-53.

⁸⁸ Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 5. Avaliando o andamento do Plano de Lutas aprovado no I CONCLAT –

por parte dos docentes, renunciando a mobilização que acabaria paralisando as atividades docentes na Universidade.

Após a posse do Professor Jomar Bessouat Laurino, houve uma significativa aproximação entre a APROFURG e a Reitoria, favorecendo a ampliação dos espaços de diálogo e estabelecimento de diretrizes democráticas voltadas ao cotidiano das relações de trabalho e na forma organizacional da URG. Logo após a posse do Reitor, o Professor Luiz Paulo Cunha informou a categoria sobre convite para uma reunião com a reitoria, tendo como pauta a eleição para escolha dos Chefes de Departamentos e de ComCur's. De antemão, o Reitor informou à Diretoria da APROFURG que os pedidos de exoneração dos Sub-Reitores nomeados pelo Professor Pedone aguardavam resposta de Brasília para serem homologados pelo Ministério da Educação.⁸⁹

Apesar das frustrações devido ao boicote à Campanha das Diretas Já, em 15 de janeiro de 1985, porém com os ânimos democráticos renovados, chegava ao fim a Ditadura Civil-Militar que havia perdurado por 21 anos. A eleição indireta via Colégio Eleitoral deu a vitória ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, que contava com amplo apoio popular. O novo Presidente da República, último governante eleito de forma indireta e submetido à Constituição de 1967, assumia o mandato com a promessa de que essa seria a última eleição indireta do país.⁹⁰ Em 14 de março, na véspera da sua posse, a imprensa, em uma das coberturas mais completas já vistas no Brasil, mantinha a população informada das condições de saúde de Tancredo Neves, que viria a falecer, dois meses depois, em 21 de abril, no Instituto do Coração em São Paulo.⁹¹

Para o movimento docente nacional, a eleição indireta de Tancredo Neves abriria novas perspectivas para todos os movimentos sociais engajados na luta por transformações profundas no país. Tal novidade no quadro político expressava o resultado da luta popular por democracia contra a Ditadura Civil-Militar, possível, devido à mobilização de parcelas da sociedade que, nos últimos anos, aderiram especialmente à luta por eleições diretas para escolha do Presidente da República.⁹²

Congresso que decidiu sobre a fundação da CUT – , entendeu-se que a Central Única dos Trabalhadores “hesitou” na deflagração da greve geral de 25 de outubro de 1983. O “erro”, no entanto, não estaria na CUT, “mas no movimento sindical”. Além das críticas à CUT no tocante à greve geral, o I Congresso fez uma avaliação bastante severa da atuação da recém-fundada Central em outras questões. Assim, a direção da CUT também teria vacilado na greve dos professores e funcionários das universidades federais autárquicas; pouco ou nada teria feito na luta pela terra; não teria dado apoio efetivo às chapas de oposição às diretorias sindicais consideradas pelegas; não teria conseguido unificar os trabalhadores e as entidades em torno das “reivindicações mais sentidas pela massa”; a CUT teria sido “tímida” no caso da greve de Volta Redonda; a “bandeira do ensino gratuito em todos os níveis” teria ficado no vazio; o Plano de Lutas não teria sido levado às bases, entre outras preocupações.

⁸⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. *Campus Central da Universidade do Rio Grande, Sala 605. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 21, 19/12/1984, Livro 1, p. 55.*

⁹⁰ Cf. MENDONÇA, Daniel. *A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É.* ALCEU – v. 5 – n. 10 – p. 164 a 185 – jan./jun. 2005, p. 168 a 177.

⁹¹ RODRIGUES, Marly. *A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às praças.* Editora Ática: São Paulo, 1992, p. 24.

⁹² Cf. Tema 1 – Conjuntura Nacional e Organização dos Movimentos Sociais. Conjuntura Nacional e Unificação dos Movimentos Sociais. 4º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 4º Congresso, Vitória, 24 a 01/03/1985, p. 7. Os representantes da APROFURG neste Congresso foram as Professoras Ana Maria da Silva Cafruni e Isabel Cristina Tapada Belmonte.

Em 12 de março, apenas três dias antes da posse do novo Presidente da República, José Sarney de Araújo Costa, até então vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo, enquanto o Brasil definitivamente rumava para o caminho da redemocratização, em âmbito local, ocorreu a primeira paralisação dos docentes da URG pós-criação da APROFURG. A paralisação contou com participação de quinze instituições federais, oito com paralisação total e três parciais.⁹³ O Editorial do PÓ-DE-GIZ enfatizava o momento histórico como “Dias de vitória” provenientes de embates por reivindicações salariais e trabalhistas dos professores das IES fundacionais, revertidos em uma paralisação que traria como resultado imediato o atendimento, ainda que parcial, das reivindicações mais prementes.

Em segunda instância, o mesmo Editorial coroava de êxito o processo para a escolha da lista sêxtupla para Vice-Reitor, com a participação dos três segmentos universitários através de voto direto, paritário e participativo. Processo que “consagraria o sepultamento político daquelas falsas lideranças que estiveram nas esferas do poder nos anos do autoritarismo que nos marcaram, e, por outro apontaria para o surgimento de novos nomes, com o respaldo legítimo das bases” com plenas condições de contribuir para a causa democrática da URG.⁹⁴ Tudo isso, acompanhado da renovação das Chefias de Departamento e de algumas Coordenadorias de ComCur’s, através de eleições democráticas, que, no primeiro caso, respeitaram os resultados das prévias realizadas em todos os Departamentos.

Apesar dos avanços obtidos, a APROFURG não abriu mão de prosseguir lutando e implementando ações que buscavam a participação efetiva da comunidade universitária, enquanto corpo consultivo e decisório das diretrizes Institucionais. Para tanto, ao longo de 1985, além de uma maior aproximação com o Diretório Central Estudantil (DCE) e a Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da Fundação Universidade do Rio Grande (APTAFURG) em meio a outras demandas não menos importantes, o movimento docente passou a dedicar grande parte de seus esforços nas questões estatutárias da URG.

O aprofundamento dos debates acerca do Estatuto da Universidade ocorreu em meio às Assembleias e foi amplamente problematizado no Boletim da Associação. Assim, enquanto se avizinhava a Nova República, o Editorial do PÓ-DE-GIZ retratava que, gestado no final da Administração anterior e aprovado por uma ‘pseudo-Assembleia’, o documento era um entulho do autoritarismo, que agredia os anseios mais legítimos da categoria. No entanto, chamava a atenção para o fato de que, para ser aprovado, o documento teria que contar necessariamente com a cumplicidade do atual Reitor da URG, que se declarava publicamente propenso a uma administração democrática, bem como do Ministro da Educação, Marco Antônio de Oliveira Maciel, que se apresenta como defensor da democracia.

A diretoria da APROFURG, representada pelo seu Presidente com respaldo das deliberações das Assembleias, nitidamente pressionava o Reitor e o MEC, exigindo a interrupção da análise e a retirada do Estatuto vigente. Para tanto, Luiz Paulo Cunha esteve em audiência com o Chefe de Gabinete do Ministro, Prof. Cláudio Lembo, obtendo dele

⁹³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 24, 12/03/1985, Livro 1, p. 62-63.

⁹⁴ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 009, 22/04/1985, (Editorial), p. 2.

o compromisso expresso de não encaminhar o Estatuto da URG para aprovação enquanto não houvesse um exame profundo pautado pelas considerações dos docentes da Instituição. Ao assumir o compromisso com a APROFURG, o Professor Lembo afirmou que a Entidade seria informada, antes, do resultado da decisão do MEC.⁹⁵

Isso porque o documento contestado foi aprovado e enviado pelo Conselho Diretor – até então, órgão de deliberação superior – sem consulta alguma aos docentes, discentes, funcionários, técnicos administrativos, ou seja, sem contemplar a comunidade universitária. Havia consenso em relação ao fato de que o Estatuto deveria ser discutido com a comunidade, portanto foi proposto ao Reitor que solicitasse o retorno do documento enviado ao MEC.⁹⁶ Passados dois meses, a APROFURG recebeu a notícia de forma extraoficial que o Estatuto não seria aprovado, “ainda que o Reitor não tenha tomado nenhuma atitude de trazê-lo de volta”.⁹⁷

Em Editorial do PÓ-DE-GIZ, o Professor Luiz Paulo Rodrigues Cunha, observando o contexto político da época, no qual largas parcelas da sociedade brasileira estiveram mobilizadas em torno da Assembleia Nacional Constituinte, conclamou os docentes a serem coerentes com suas lutas históricas, insistindo na necessidade da realização de uma Estatuante da URG, afirmando que o meio universitário rio-grandino não poderia permanecer à margem dessas discussões. Todavia, Cunha não deixa de ponderar o sentido de a categoria se deter apenas ao debate sobre a Carta Constitucional, enquanto os Estatutos e Regimentos Institucionais da Universidade estavam a padecer do “mal da caducidade, passando ao largo de muitos tópicos relevantes”.⁹⁸

Com a deflagração da greve, em 10 de agosto⁹⁹, os professores da URG, apesar de aventarem a possibilidade de adesão ao movimento, continuaram perseguindo obstinadamente a reelaboração do Estatuto da Universidade. Em Reunião Especial com o Conselho Universitário e o Reitor, o Professor Carlos Ademir Gonçalves de Lima explanou sobre a elaboração de um documento que exigisse a revisão do Estatuto antes de sua aprovação, fazendo com que o Reitor Jomar Laurino manifestasse contrariedade em relação ao retorno do Estatuto protocolado no MEC, aprovado ou não. Apesar do aparente posicionamento imparcial e inerte em relação a principal reivindicação do movimento docente da Instituição, o Reitor ainda afirmou que, com ressalva à greve,

⁹⁵ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 010, 18/05/1985, (Editorial), p. 2.

⁹⁶ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral Permanente, nº 26, 19/04/1985, Livro 1, p. 67.

⁹⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Anfiteatro do *Campus* Central da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral Permanente, nº 26, 06/06/1985, Livro 1, p. 69.

⁹⁸ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 011, 25/07/1985, (Editorial), p. 2.

⁹⁹ As principais reivindicações deste movimento, que contou com a adesão de 16 Universidades Fundações e se prolongou por 45 dias (10/08 a 23/09), consistiam na reposição salarial de 38,5%, reajuste igual ao INPC do semestre, implantação de reajuste trimestral, aposentadoria integral, adicional de DE (dedicação exclusiva) acima de 50%, 5% de produtividade, adicional de 5% por quinquênio e reajuste de 75.06% a partir de setembro. Os resultados obtidos contemplaram a liberação de Cr\$ 60 bilhões (cruzeiros) para IFES, bem como a promessa de criação de Planos de Cargos, garantindo isonomia entre Fundações e Autarquias. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 2.

respeitaria a vontade da maioria, porém, enquanto dirigente, não deixaria de pensar no restante da comunidade universitária.¹⁰⁰

No mesmo dia, em Assembleia Geral Extraordinária composta pela participação de representantes do DCE e SINPRO, na qual a Diretoria reiterou a necessidade de filiação ao Sindicato dos Professores das Escolas Privadas, campanha que havia sido intensificada desde o início do ano¹⁰¹, os presentes à plenária decidiram pela adesão à greve com início em 19 de agosto.¹⁰² No entanto, dando prosseguimento ao concílio anterior, realizado em 16 de agosto, após o Presidente Luiz Cunha comunicar que, em contato com a ANDES, foram obtidas respostas insatisfatórias quanto às reivindicações referentes ao plano de cargos e salários que acabariam analisados separadamente em cada instituição, acabou sendo aprovada a imediata deflagração da greve e a formação da comissão do comando local.

Até então, a URG era a penúltima Fundação que pior remunerava seus docentes. Desde 1981, os docentes denunciavam o vertiginoso achatamento de seus salários, condição agravada pelos pacotes casuísticos do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Antônio Delfim Neto. Às portas do novo reajuste, que não deveria ser confundido com reposição salarial, os docentes acumulavam um prejuízo superior aos 50%. Ou seja, tendo como referência os índices inflacionários, acabavam recebendo menos da metade do que ganhavam há quatro anos.¹⁰³

Ao longo da greve, a categoria docente da URG procurou refletir sobre as pautas através de um Fórum de Debate, que avaliou as ações e o desenrolar dos acontecimentos em âmbito local e nacional. Contando com a participação numerosa dos docentes da Instituição, foi sugerido que o Fórum tivesse um caráter permanente, no sentido de organizar internamente o movimento em suas diretrizes e normas de atuação, visando, sobretudo, obter um volume ainda maior de participação dos docentes no período subsequente à paralisação.¹⁰⁴

Ainda que alguns docentes não tivessem aderido à greve, demonstrando descontentamento e questionando a legitimidade do movimento¹⁰⁵, diversos segmentos políticos, bem como parcelas da comunidade rio-grandina e a imprensa local, inicialmente se mostraram simpáticos e solidários às reivindicações da categoria¹⁰⁶. Em contraponto, o Comando Nacional de Greve informava aos docentes das Fundações em greve que não haviam obtido nenhum avanço quanto às propostas enviadas ao MEC.¹⁰⁷

¹⁰⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Reunião Especial, nº 26, 14/08/1985, Livro 1, p. 73, 74 e 75.

¹⁰¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 011, 25/07/1985, p. 3. Como resultado da campanha movida pela Diretoria da APROFURG, houve um considerável aumento no número de associados da Universidade junto ao SINPRO. Foram verificadas 68 novas filiações, que se somavam aos 7 colegas anteriormente filiados.

¹⁰² Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 14/08/1985, Livro 1, p. 76-77.

¹⁰³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 011, 25/07/1985, p. 4.

¹⁰⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Reunião, nº 26, 19/08/1985, Livro 1, p. 81-82.

¹⁰⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 21/08/1985, Livro 1, p. 83,84 e 85.

¹⁰⁶ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 22/08/1985, Livro 1, p. 86.

¹⁰⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 26/08/1985, Livro 1, p. 88-89.

Procurando exercer pressão e sensibilizar a sociedade para o fato de que a luta da categoria por melhores condições salariais refletia diretamente na qualidade da educação oferecida pela Instituição, foi proposta enquanto ação grevista a realização de uma passeata no centro comercial da cidade. Para tanto, alguns cuidados foram observados, como, por exemplo, a orientação do Comando Local de Greve de que os participantes não utilizassem identificações de correntes políticas. A aparente despolitização simbólica do movimento parece ter agradado parte dos manifestantes, população e imprensa. Os relatos sobre a manifestação pública dão conta de que a “passeata foi um sucesso”.¹⁰⁸

Passados mais de vinte dias, a Diretoria da APROFURG pediu maior participação dos docentes junto ao Grupo de Trabalho que estudava o Plano de Cargos e Salários. Enquanto o núcleo diretivo da Associação procurava incentivar o desenvolvimento de ações coletivas, percebendo certa fragmentação e fadiga no movimento, o Professor Ernesto Luiz Gomes Alquati informou que o desenvolvimento da greve, em âmbito nacional, passava a contar com a falta de interesse dos meios de comunicação e que, na reunião da ANDES com o Ministro da Educação, foi emitido o parecer de que o Governo não atenderia a todas as reivindicações, somente o INPC integral e que a isonomia salarial era inviável.¹⁰⁹

Com moções de apoio do Partido Comunista do Brasil, da Câmara de Vereadores, da Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Seccional do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que, de certa forma, incentivava o movimento e fortalecia a manutenção de suas atividades, em vista da “constante ameaça de enfraquecimento”¹¹⁰, foi organizada uma confraternização de arrecadação para o fundo de greve. Além da venda de café e bolo, a APROFURG promoveu um almoço que teve no cardápio um prato típico da gastronomia local, peixe assado.¹¹¹ A promoção contou com a participação maciça da categoria, atingindo, assim, os objetivos de arrecadação de verbas e o encontro entre os docentes, que renovaram suas expectativas quanto à continuidade das mobilizações.

Ainda que a greve não tenha atendido à totalidade das reivindicações da categoria, a Diretoria da APROFURG comemorou a conquista do Plano de Cargos e Salários (PCS) unificado¹¹² – reivindicação histórica do movimento – e o acréscimo no número de associados, que chegou a 94% do corpo docente da Instituição. Com o associativismo e o gradativo aumento da participação dos docentes, fatores que fortaleciam ainda mais a categoria, a Professora Kátia Ott Tavares acabou avaliando o término da greve da seguinte forma:

Comentar sobre a validade de todo o processo ocorrido é dispensável, na medida em que qualquer movimento em defesa do ensino brasileiro e do trabalhador educador é, seguramente, uma causa justa e honesta... Jamais poderíamos negar a importância da nossa pauta de reivindicações

¹⁰⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 29/08/1985, Livro 1, p. 92-93.

¹⁰⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 02/09/1985, Livro 1, p. 95-96.

¹¹⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 06/09/1985, Livro 1, p. 98, 99 e 100.

¹¹¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, nº 26, 04/09/1985, Livro 1, p. 97-98.

¹¹² Cf. *Pó-de-Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 014, 17/03/1986, (Editorial), p. 2.

e a vontade da vitória total, mas não me surpreendeu a resposta vinda do Sr. Ministro Marco Maciel, uma vez que ainda não disponho de segurança necessária para afirmar que realmente uma Nova República esteja instalada neste País... A força de todo o nosso trabalho neste momento está exatamente na contradição entre as reivindicações dos trabalhadores educadores e as respostas dadas pelos órgãos responsáveis pela educação no país. A insistência do MEC no destrato às nossas reivindicações é que deverá fazer-nos fortes e unidos novamente. Com a nossa prática de participação e mobilização no movimento, certamente chegaremos à vitória. Essa nossa recente experiência foi marcante no movimento universitário brasileiro, ainda que os veículos de comunicação (grande imprensa) tivessem bloqueado a divulgação e a importância da paralisação... Continuemos, colegas, a caminhada pela melhoria do ensino, das condições de vida e salários, pela ampla participação da população nas decisões da vida do País. Evitemos o imediatismo e o radicalismo, e tomemos consciência da condição responsável de cidadãos que somos, e por isso, compromissados com o destino da sociedade brasileira.¹¹³

Em uma ação conjunta com o Comando Nacional de Greve da ANDES, durante audiência com o Ministro Marco Maciel, a APROFURG voltou a exigir o retorno do Estatuto aprovado na administração anterior. Após repercutir a manifestação de insatisfação dos docentes em relação à ausência de uma posição oficial do Reitor Jomar Laurino, quanto ao retorno do documento, foi convocada uma reunião em 21 de outubro, na qual os Presidentes da APROFURG, APTAFURG e DCE buscaram soluções para o impasse.

A proposta audaciosa da Reitoria de que as Entidades não questionassem a eventual aprovação do Estatuto pelo MEC, tendo em vista a tentativa de obter do Conselho Diretor da Universidade o compromisso de proceder à sua reforma, assegurando a participação dos segmentos universitários nesse trabalho, acabou rejeitada pelo Conselho Deliberativo da APROFURG, que entendeu não haver garantias por parte do Conselho Diretor e/ou MEC de que se poderia alcançar o propósito acenado. Por duas oportunidades, em Assembleias Gerais da APROFURG, nos dias 17 de abril e 14 de agosto, os docentes se manifestaram contrários à aprovação do documento.

Dois dias após a reunião do dia 21 de outubro, em Assembleia Geral, o Professor Newton Augusto dos Santos reavaliou sua posição no Conselho Deliberativo da APROFURG e encaminhou favoravelmente à proposta do Reitor, no sentido de que o assunto fosse discutido amplamente junto aos professores. Destacando que o MEC havia se comprometido em não aprovar o documento enquanto não fossem apreciadas as razões apresentadas pela APROFURG.¹¹⁴

O Professor Newton dos Santos afirmou que, historicamente, a APROFURG sempre lutou por novos Estatutos e que, no momento em que a administração anterior encaminhou açodadamente sua proposta para receber aprovação do MEC, a Entidade não contestou a legalidade do processo para o qual a Assembleia Universitária foi chamada pelo então Reitor Fernando Pedone. Na ocasião, a categoria procurou fazer-se

¹¹³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 012, 07/10/1985, (Editorial), p. 2.

¹¹⁴ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 013, 02/12/1985, (Editorial), p. 2.

ouvir pelos conselheiros, para que eles não aprovassem imediatamente aquele documento e, então, posteriormente, ocorresse uma ampla discussão sobre ele na comunidade universitária. A representação docente, talvez ingenuamente, não questionou, na origem, aquela Assembleia, preocupando-se mais com o próprio conteúdo daquilo que viria a ser aprovado, o que acabou acontecendo. Desde então, a partir da aprovação do dito Estatuto, a APROFURG tentava questionar a legalidade da Assembleia Universitária e, por extensão, a validade daquilo que ela aprovou. Porém, sem obter os resultados esperados.

O Reitor Jomar Laurino havia empenhado sua palavra de que seria elaborado um novo Estatuto para a Universidade do Rio Grande, tratando de salientar que o principal projeto de sua administração seria a feitura da nova legislação que passasse a reger a Comunidade Universitária. Diante dessa reflexão, o Professor Newton Augusto dos Santos afirmou que a luta ansiosa da categoria de que tudo ocorresse de forma mais ágil acabava retardando a decisão e tornando o processo de feitura do novo Estatuto, condizente com os novos tempos, necessidades e aspirações da época, ainda mais moroso.

Além disto, o momento atual não permite de nenhuma forma posições radicais. É preciso partir para fórmulas que reúnam a Comunidade Universitária. Propomos, então, que, como ponto para discussão, se componha uma fórmula capaz de ser conciliatória sem deixar de ser representativa, envolvendo docentes, discentes, técnicos-administrativos e administração superior. É indispensável que todas estas partes entrem em acordo prévio para termos chance de uma ótima ESTATUINTE, coesa, unitária e representativa, ao contrário de fórmulas que venham a privilegiar visões parciais ou corporativas.¹¹⁵

Diante do contexto conciliatório da abertura política “lenta, gradual e segura”, a proposta consistia, basicamente, em aceitar a decisão do MEC quanto à aprovação do Estatuto em tramitação, para, posteriormente, redigir um novo documento. Para isso, porém, era preciso inicialmente que o Conselho Diretor da URG aceitasse, sem condições prévias, que toda a comunidade universitária participasse da elaboração do novo Estatuto e se comprometesse em homologá-lo após sua elaboração por uma Comissão Estatuinte e aprovação por uma Assembleia Universitária.

O aceite conciliatório dividia as opiniões do movimento docente. Alguns segmentos entendiam que a vontade de transformar a Universidade, sepultando de uma vez por todas as práticas autoritárias, acabou criando junto à comunidade universitária atitudes favoráveis à nova Administração. Logo, rejeitavam radicalmente o Estatuto aprovado na Gestão Fernando Lopes Pedone, bem como seu aperfeiçoamento em termos de Legislação Universitária, exigindo uma verdadeira reforma na Instituição. “Será que dá para aperfeiçoar alguma coisa, quando isso deixa implícita a necessidade de preservar entulhos herdados do autoritarismo?”. “Aperfeiçoar já é por si só um verbo de conjugação conservadora, muito mais quando falta no dicionário desses “conciliadores” o verbo refazer.”¹¹⁶. Para a Diretoria da APROFURG, a realização de um novo processo Estatuinte de reelaboração do regimento da Universidade era uma condição inegociável.

¹¹⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 013, 02/12/1985, (Editorial), p. 2.

¹¹⁶ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 013, 02/12/1985, p. 3.

Em um ano marcado pelo envolvimento de grande parte da categoria docente nas escolhas de seus representantes – ANDES, SINPRO, APROFURG e estatuintes – a Diretoria da Associação empenhou esforços para que todos os pleitos transcorressem pautados por debates construtivos que pudessem promover participações conscientes por parte dos docentes nas urnas. Consonante ao Editorial do PÓ-DE-GIZ, o clima de otimismo em relação à instalação de uma Comissão Estatuinte dependia somente do entendimento mantido entre a Reitoria e os representantes técnico-administrativos, bem como da solução do problema do ‘Estatuto da FURG’, que continuava no Ministério da Educação. A Diretoria da APROFURG foi sempre contrária à revisão do Estatuto e Regimento da Universidade, também rejeitado amplamente pela comunidade universitária por ser considerado um instrumento autoritário, ilegal e ilegítimo.

Após a comunidade universitária oferecer ao Reitor as duas alternativas que almejava, a APROFURG aguardou do Professor Jomar Laurino o efetivo engajamento na luta que envolvia a todos. Na certeza de que os entendimentos seriam honrados, a Associação deu início ao processo de discussão, que culminaria na escolha de três representantes docentes para a composição da comissão integrada por doze membros (três professores, três alunos, três técnicos administrativos e três representantes dos órgãos colegiados superiores).¹¹⁷ A consulta prévia de escolha dos representantes docentes para a Estatuinte resultou em 18 nomes mais votados, dentre estes: Luiz Paulo Rodrigues Cunha (97 votos); Humberto Camargo Piccoli (48 votos); Ernesto Luiz Gomes Alquati (30 votos); Maria Antonieta Lavoratti (28 votos); Ângelo Fortini Maffissoni (26 votos).¹¹⁸

Ainda ecoando os resultados da greve do ano anterior, quando a categoria uniu esforços na luta para alcançar as pautas propostas pelo movimento nacional, o Professor Claudio Gabiatti relatou que ela “foi a coisa mais importante que aconteceu nesta Universidade dos últimos 10 anos. A partir dela, se voltarmos atrás, passaremos um autoatestado de incompetência na gestão do destino desta instituição.” Não se furtando de mencionar os ganhos como “classe politicamente organizada” e as “melhorias salariais”, o Professor afirmou que a categoria não poderia “perder o espírito da greve de questionar meios, métodos e fins da Universidade”, sobretudo, devido ao fato de que, inegavelmente, o ganho salarial havia deixado os docentes “relativamente satisfeitos e quase completamente desmobilizados”.

Aprensivo quanto aos constantes ciclos de “sístole e diástole” política do movimento docente da URG, possivelmente anestesiado pelos imediatos e catastróficos impactos causados no campo socioeconômico devido ao lançamento do Plano Cruzado, Gabiatti é assertivo ao enfatizar que “poucos se dão conta com clareza de que as falhas estruturais, políticas e econômicas da Universidade não foram atacadas e sanadas.” A política nacional da “Nova República”, não obstante os programas da chamada “Nova Universidade” continuam propondo paliativos. Ensino de ótima qualidade, Extensão quantitativa e qualitativa e, sobretudo, Pesquisa séria e profunda continuam sendo palavras que esgotam seu significado nas conversas, nos debates e na verificação da impossibilidade da prática.¹¹⁹

¹¹⁷ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 015, 28/04/1986, (Editorial), p. 2.

¹¹⁸ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 016, 28/05/1986, p. 1.

¹¹⁹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 016, 28/05/1986, p. 3.

No Relatório Final do 4º Congresso Nacional da ANDES, o movimento docente nacional repercutiu o entendimento de que a caracterização do campo especificamente educacional e universitário da atual conjuntura política exigia a avaliação das propostas e da atuação de pelo menos três polos fundamentais: o governo, o movimento social organizado de professores, funcionários e estudantes e, por fim, o “lobby” organizado em torno dos interesses privatistas.

Quanto ao Governo da Nova República, o documento produzido pelo movimento docente durante os seis dias de Congresso ponderou o conteúdo de suas diretrizes políticas fundamentais, afirmando que pouco se distanciava do seu antecessor, principalmente por sua capacidade de gerar, institucionalmente, novas políticas. O Ministério da Educação, razoavelmente competente, conseguiu articular um conjunto de propostas para a Universidade brasileira coerente com sua perspectiva “liberal-conservadora”, porém acabou não privilegiando as Entidades representativas no processo de formulação, em prol de interlocutores por eles selecionados para constituir o que denominaram de “comissões de alto nível”. Agindo assim, o Estado garantiu os interesses políticos que definiriam as propostas para a sua Universidade, abrindo espaço ainda para a participação de “representantes do lobby privatista na formulação da Política Educacional”.

No interesse da Universidade, o movimento social organizado, particularmente os docentes em torno do ANDES, realizaram importantes avanços na luta pelo ensino público e gratuito, com destaque à capacidade demonstrada em articular o processo de aprofundamento da reelaboração da universidade brasileira. O movimento no interior das Fundações Federais forçou o comprometimento do MEC com duas pautas de extrema importância, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a isonomia salarial.

Apesar de não se constituir como uma novidade, o “lobby privatista” reforçou as pressões junto ao MEC por verbas orçamentárias para as mantenedoras, num esforço de organização para influenciar a opinião pública e setores políticos pela manutenção integral da atual legislação referente ao ensino particular, visando à nova Constituição, bem como à radicalização no processo de repressão à organização dos docentes da rede particular.¹²⁰ Havia, portanto, a premente necessidade de mobilização do movimento docente da URG rumo à elaboração de propostas de Estatuto e Regimentos que pudessem satisfazer os anseios de democracia na escolha de seus dirigentes, de autonomia na administração dos recursos orçamentários e de reformas na organização dos Conselhos Universitários, permitindo um maior dinamismo e empenho nas lutas da Universidade.

Abre-se uma nova etapa. Ultrapassamos a fase de denúncia, extremamente valiosa, que criou e manteve firme o nosso movimento, e que nos proporcionou este momento. Agora, devemos mostrar a competência desse movimento não apenas em denunciar o errado, mas, principalmente, em propor e lutar pelo correto. A nossa recente experiência de greve mostrou, a todos nós, que somente unidos podemos vencer. E, embora alguns publicamente não concordem (mais por antagonismos pessoais), o nosso movimento foi plenamente vitorioso. Ganhamos, lá, uma batalha. Porém, a nossa luta é permanente, e já estamos diante de um novo desafio, uma nova batalha. Estatuinte. Para que? Para que possamos conduzir a nossa Universidade no rumo

¹²⁰ Cf. Ata da Plenária do 4º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 4º Congresso, Salvador, 19 a 24/01/1986, p. 38 a 42.

da democracia, do trabalho dedicado, da competência reconhecida, da dignificação do ensino, da sociedade, afinal.¹²¹

Depois de muitos anos e de árdua luta encabeçada pela APROFURG, ombro a ombro com o DCE e a APTAFURG, a Comunidade Universitária conquistou a vitória na caminhada pela democratização da Universidade do Rio Grande, desde que se livrou do autoritarismo institucionalizado através da figura do Reitor Fernando Lopes Pedone. No dia 11 de julho de 1986, o Conselho Universitário, através da Resolução nº 07/86 CONSUN/URG, decidiu instituir a Comissão da Estatuinte, com a finalidade de elaborar a proposta dos novos Estatutos e Regimento Geral da Universidade, a serem finalmente aprovados através de um plebiscito envolvendo toda a comunidade acadêmica.¹²² Nas eleições (prévia e turno final) realizadas pela APROFURG para a escolha dos representantes dos professores na Comissão Estatuinte, foram escolhidos, com expressiva votação, os Professores Humberto Camargo Piccoli, Luiz Paulo Rodrigues Cunha e Claudio Gabiatti.

A Professora Maria Antonieta Lavoratti, candidata vitoriosa, em Rio Grande e no Estado, como Suplente pela Chapa “ANDES, HOJE” na Eleição de Diretoria (Biênio 86/88), Vice-Presidentes Regionais: Rio Grande do Sul, também foi saudada pela Diretoria da APROFURG e sua vitória foi vista como um resultado eleitoral que revelou a “confiança que as lideranças da entidade seguem merecendo dos seus colegas, uma vez que, a atividade da APROFURG tem sido pautada por uma política coerente, unitária, marcada pelas lutas em defesa dos legítimos interesses da classe e em prol da Universidade”.¹²³

Enquanto marco histórico da democracia na URG, foi instalada oficialmente, no dia 16 de setembro, a Comissão Estatuinte, que, um mês depois, estava a pleno em seus trabalhos.¹²⁴ No decorrer desse período, a APROFURG preparou o processo sucessório de sua Direção, com votação marcada para ocorrer no dia 29 de outubro, com Chapa Única composta pela seguinte nominata: Presidente – Ernesto Luiz Gomes Alquati; Vice-Presidente – Osmar Olinto Möller Jr.; 1º Secretário – Luiz Antonio de Almeida Pinto; 2º Secretário – Isabel Cristina Tapada Belmonte; 1º Tesoureiro – Omar Fernandez Gonzales; 2º Tesoureiro – Luiz Eduardo Dia Pereira.¹²⁵ Após o pleito, a posse da nova Diretoria acabou ocorrendo em 19 de novembro. Ao rememorar o término da Gestão 1984/1986, o Professor-Presidente Luiz Paulo Rodrigues Cunha escreveu que:

Num contraponto ao autoritarismo vigente, iniciamos nossa campanha lembrando à comunidade acadêmica que, ‘para fazer boas coisas não é preciso estar acima dos homens, mas com eles’. Conclamamos, daí, nossos colegas a continuarmos a luta ‘por uma APROFURG independente e forte, democrática e participativa’. O que pressupunha

¹²¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 016, 28/05/1986, p. 4.

¹²² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 017, 31/07/1986, p. 4.

¹²³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 017, 31/07/1986, p. 4.

¹²⁴ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 019, 13/10/1986, p. 1.

¹²⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 020, 22/10/1986, p. 3.

não apenas o comprometimento com um ensino público gratuito e de qualidade, mas, também, com uma Universidade autônoma e democrática, tendo por premissa a imperiosa discussão de sua estrutura e a revisão de seus Estatutos, dentre outras questões mais presentes. Não é demais lembrar que vivenciávamos, por então, o processo de redemocratização nacional. Assim, no nosso discurso de posse, reafirmamos nossos compromissos com a luta, de todos os brasileiros, por uma Assembleia Nacional Constituinte, reiterando que “quando a Nação reclama a restauração da democracia plena em nosso País, não nos cabe, como educadores – participantes ativos do universo acadêmico e da sociedade – ficar inertes frente ao desafio que se apresenta diante de nós”. Mais adiante, dizíamos, relativamente às nossas bandeiras mais específicas: “Afora as justas preocupações salariais e de carreira, a realidade que vivemos tem colocado sobre professores, estudantes e servidores técnico-administrativos o compromisso de refletirmos e nos posicionarmos sobre a concepção e objetivos da Universidade e sua missão na sociedade. A URG, hoje, defronta-se com problemas estruturais que impedem a construção da almejada autonomia, tais como o excessivo centralismo das decisões; a burocratização de órgãos e estruturas; traços autoritários regendo as relações acadêmicas; e a desarticulação entre o acadêmico e o administrativo. Portanto, redescobrir a Universidade e repensar o ensino superior é o desafio que se impõe no contexto das reconquistas democráticas que vem vivendo nosso País”. Por fim, ao destacarmos o papel da nossa ainda “infante” APROFURG... lembrávamos: “Forjada na luta pelas liberdades e amadurecida, em seus quatro anos de existência, no exercício da democracia, a APROFURG – um verdadeiro oásis da expressão democrática em nossa Universidade – tem vivido um processo fascinante e questionador, traduzido por conquistas significativas em prol das relações internas de poder e na busca da afirmação e ampliação de nosso espaço participativo. E essa massa crítica formidável e impaciente, que jamais conformou-se com as imposições do poder, move-se embalada pela grande esperança do reencontro da Universidade com sua essência... Hoje, já retirado das lides acadêmicas e vivendo não tão próximo, fisicamente, dos companheiros das lutas de antanho, ainda me surpreendo, não raro, olhando para aqueles idos anos 80 e relembro os ideais que nos embalavam. E quando nos passa diante dos olhos a trajetória da APROFURG desde seus primórdios, não há como não concluir – num misto de saudade e orgulho – que, de fato, tudo fez sentido. Valeu a pena!¹²⁶

Até então, não restavam dúvidas de que a Universidade brasileira, bem como demais entidades educacionais vivenciavam momentos de particular avanço político, devido à capacidade de mobilização do movimento docente, tendo em vista o aprimoramento organizacional e político de sua cultura associativa.

A ânsia de largas parcelas do movimento docente da URG, que resultou em ações grevistas em defesa de investimentos na educação pública, melhorias salariais e relativo protagonismo nas propostas de alteração da estrutura política do país e da Universidade

¹²⁶ DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 28-29.



– após um período de relativo receio que incorria em uma passividade decorrente em grande medida das práticas autoritárias levadas a cabo pelo Estado brasileiro – de certa forma, representava um padrão de consciência difusa, que, conforme a Diretoria da APROFURG, foi definido pelas bandeiras de luta do movimento docente, que até então, acreditava que apenas a comunidade universitária seria capaz e teria autoridade para deliberar sobre as necessidades da URG, elegendo os seus meios de solução, sem permitir sectarismos partidários, até porque a comunidade universitária “em si” deveria ser suprapartidária.

Enfatizando as lutas empreendidas pela democratização do país e da Universidade que abarcavam a escolha democrática de seus representantes, a defesa do Ensino Superior público e gratuito, melhores condições de trabalho e valorização salarial, a Diretoria encerrava o biênio avaliando positivamente sua passagem pela Entidade, sobretudo em razão de sua contribuição na ampliação dos espaços de participação dos docentes no cotidiano do país e da URG.

“O DESABROCHAR DEMOCRÁTICO”

Na avaliação da Associação Nacional dos Docentes, as ações do Governo da Nova República, conduzidas por José Sarney, atingiam diretamente a Universidade brasileira, pois a política educacional não estava isolada da política mais geral do Governo para a sociedade brasileira, que impunha crescentes sacrifícios à maioria da população. Na luta em defesa da educação pública, os docentes, desde a criação de suas Associações e da ANDES, tinham como objetivo que a Universidade pública atuasse com protagonismo na construção da soberania do país, produzindo e criando ciência e tecnologia e, como consequência, oferecendo cursos de qualidade e formando profissionais competentes. Porém, o Governo não tinha compromisso com a educação superior pública, pois, ao fortalecer as empresas privadas de ensino, incrementava a privatização da produção intelectual e o estímulo à atividade de mera transmissão do conhecimento em detrimento da produção de saberes. Em contraposição a essa política e em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, entre os meses de março e maio, os docentes deflagraram greve nacional.¹²⁷

Os primeiros meses da gestão 1986-1988, conduzida pela presidência do Professor Ernesto Luiz Gomes Alquati, foram assinalados pela realização dessa greve, que durou 44 dias (25/03 a 07/05)¹²⁸, contando com a adesão de 45 Instituições Federais de Ensino Superior, entre Fundações e Autarquias. Ao longo desse período, em 10 de abril, através da Lei nº 7.596, a URG passou à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento essencialmente subsidiado por recursos da União.

Em razão da natural desmobilização da categoria docente da URG, que gozava seu período de férias, e da realização da greve que eclodiu no mês de março, o Pó-de-Giz ficou sem circular por seis meses. Na avaliação dos docentes, a dificuldade de comunicação com os associados e a falta de comprometimento e interesse deles foram responsáveis pela ínfima participação da categoria nesse episódio grevista. Tanto que, em Assembleia, os docentes reunidos acabaram propondo enquanto medida a criação de uma Comissão de Mobilização¹²⁹, pois o movimento recomeçava timidamente a retomar as discussões para a retomada da greve¹³⁰. A insatisfação quanto aos rumos e resultados obtidos anteriormente causava frustração e incômodo, tanto que começavam as articulações da categoria para ampliação das lutas através de indicativo de Greve Nacional, junto ao Comando Nacional de Mobilização (CNM).¹³¹

¹²⁷ Cf. Boletim da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Agosto de 1987, nº 31, p. 5.

¹²⁸ As principais reivindicações do movimento grevista foram a adoção do Plano de Carreira Única para Docentes, isonomia salarial, aposentadoria integral, verbas para funcionamento das IFES, revogação do Decreto que proibia a contratação de pessoal. Resultados: aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 7.592, criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (regulamentada em 87, com nova tabela salarial e efeito retroativo a abril de 1987). Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 3.

¹²⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AprofURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, S/N, 09/07/1987, p. 1.

¹³⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AprofURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, S/N, 10/07/1987, p. 2.

¹³¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AprofURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, S/N, 16/07/1987, p. 4.

Enquanto amadurecia a proposta de retomada, a Diretoria da APROFURG denunciava a gravidade do momento vivido pelas Instituições de Ensino Superior Federais. Em meio à crise instaurada pela dívida externa e pelas dificuldades fiscais do Estado brasileiro, herdadas da Ditadura, as universidades amargavam a redução drástica das dotações para ciência e tecnologia que perduravam desde o início da década de 1980.¹³²

No âmbito das questões salariais da categoria, depois de muito protelar, o MEC divulgou uma proposta elaborada pela Comissão Interministerial referente à regulamentação da Lei de Isonomia e do Plano de Cargos e Salários Unificado. O texto, além de afrontar a Lei de Isonomia, atentava contra dois princípios do movimento docente: a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Da sua análise, era possível chegar à mesma concepção de Universidade, que marcou o Projeto GERES (Grupo de Estudos de Reforma do Ensino Superior), ou seja uma Instituição voltada para o Ensino e reprodução do conhecimento. Tal postura ministerial foi classificada pela Diretoria da APROFURG como lamentável e irresponsável, caracterizada como “uma tentativa de golpe contra a Universidade Pública Brasileira”¹³³, até porque representava a retomada da implantação de uma antiga política educacional, de transformação das universidades em fundações autofinanciadas.

Um mês depois, o Governo sancionou, via Decreto-Lei, a regulamentação da Lei de Isonomia, instituindo o novo PCS, que passou a ser denominado de Plano Único de Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRE). Na avaliação da Diretoria da APROFURG, era evidente em todo o trâmite de tentativa de negociação, que o movimento docente esbarrou na estratégia governamental de transformar a negociação numa farsa, usando de manobras que visavam encontrar a melhor forma e oportunidade de fazer passar sua proposta, explicitada através do execrado projeto GERES.

Transcorrendo mais uma das muitas etapas de lutas do movimento docente em defesa da Universidade Pública, a mobilização em torno das pautas da aposentadoria integral, liberação de verbas, isonomia plena e o fim da Gratificação Individual de Produtividade de Ensino (GRIPE) continuava na ordem do dia. No plano interno, os docentes passaram a empreender esforços para retomar intensamente a discussão de reestruturação interna de cada IFE, principalmente no sentido de se buscar em cada uma delas a implantação de uma política séria de ensino, pesquisa e extensão, que, sem dúvida, era a melhor forma de luta para o movimento docente contra as tentativas do Governo de tentar consolidar a GERES.¹³⁴

No âmbito político-institucional, durante a reunião da Comissão Estatuante, foi comunicado oficialmente aos representantes da APROFURG, APTAFURG e DCE que o anteprojeto do Novo Estatuto da URG havia sido concluído. Durante o encontro, foi debatido o encaminhamento futuro do referido documento, ficando acordado que as Entidades encaminhariam as discussões em cada um dos segmentos da comunidade universitária. Posteriormente, dentro do prazo de 45 dias, a Divisão de Imprensa imprimiria o documento, e a Comissão Estatuante regulamentaria o que fosse necessário

¹³² Cf. ÉSTHER, Angelo Brigato. *Uma história da universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional*. Relatório de Pós-Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012, p. 12.

¹³³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 022, 20/07/1987, (Editorial), p. 2.

¹³⁴ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 023, 24/08/1987, (Editorial), p. 2.

para o efetivo andamento desse processo que se apresentava como um momento histórico para a Universidade Federal do Rio Grande.

Assim que foi divulgado o documento, a Diretoria da APROFURG conclamou todos os docentes a estudarem seu conteúdo e a participarem das discussões promovidas pela Entidade, que ocorreu através de painéis de apresentação a cargo dos representantes docentes na Comissão Estatuante. Além disso, tratou de lembrar, mais uma vez, que a luta exigia a participação de todos, a fim de que o novo Estatuto pudesse contemplar o conjunto de normas necessárias para garantir a concepção da Universidade Democrática e competente, a qual a categoria sempre almejou.¹³⁵

A intensa ocorrência de greves no Brasil, em 1987, cada qual com reivindicações e ritmos diferenciados, atividades realizadas de forma desigual e desarticuladas umas das outras, ainda que tivessem como objetivo defender os interesses dos trabalhadores, foram realizadas de forma isolada por diferentes categorias. Por meio desse diagnóstico empírico, a realização de uma greve nacional “de protesto político e reivindicativa era a forma de superar esse isolacionismo e dar uma resposta unificada contra o governo e sua política econômica recessiva, contra o pagamento da dívida externa e pelas Diretas-Já.” Para promover uma resposta unificada e classista, era necessária a construção de um movimento de mobilização que deveria ter continuidade na perspectiva de greves gerais com duração de três dias ou mesmo uma semana.¹³⁶

Assim sendo, pouco antes da greve de 20 de agosto de 1987, organizada pela CUT e CGT, na qual milhares de trabalhadores brasileiros cruzaram os braços em protesto contra o Plano Bresser, em prosseguimento ao Plano Cruzado II, que, na tentativa de controlar a inflação, congelou os preços e salários, a APROFURG retomou as discussões acerca do movimento nacional classista e, depois de muitas manifestações, reclamações e sugestões, foi aprovada a manutenção do indicativo de greve e a criação do Comando Local de Mobilização.¹³⁷ Porém, em menos de uma semana, após nova votação em Assembleia, a ampla maioria dos presentes decidiu pela suspensão do indicativo de greve conjunta com os demais trabalhadores brasileiros.¹³⁸

A instabilidade econômica e política verificada após o fracasso do Plano Cruzado I¹³⁹ e II motivou uma segunda troca no Ministério da Educação. O Ministro Jorge Bornhausen entendia que o Partido da Frente Liberal (PFL) deveria sair do governo, mas outra ala de seu partido, liderada por Antônio Carlos Magalhães, preferiu ficar. Convicto de sua decisão, Bornhausen pediu demissão do Ministério, e o PFL escolheu como seu sucessor Hugo Napoleão.¹⁴⁰

¹³⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 024, 30/09/1987, (Editorial), p. 2.

¹³⁶ Cf. COLBARI, Antônia. *A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80*. In: SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 08, v. 1, 2010, p. 229-230.

¹³⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, S/N, 21/07/1987, p. 6.

¹³⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, S/N, 27/07/1987, p. 7-8.

¹³⁹ Cf. GUILHERME, Cássio Augusto. *O Governo José Sarney (1985-1990): Transição sem ruptura*. Revista Confronteiras, Ano 1, nº 01, abril de 2017, p. 230. O novo plano conseguiu desagradar tanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) quanto as centrais sindicais, e uma greve geral em 12/12 contou com a adesão de mais de 10 milhões de trabalhadores.

¹⁴⁰ Cf. GOIS, Antônio. *Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros*. São Paulo: Fundação Santillana, 2018, p. 42.

A Diretoria da AprofURG festejava o afastamento de Jorge Bornhausen, afirmando que o ex-ministro ficaria lembrado como um dos piores ocupantes do cargo desde a implantação da República, pois sempre foi um arauto da privatização do ensino brasileiro e responsável pela elaboração do documento que visava ao sepultamento da Universidade Pública Brasileira, o Projeto GERES. Ainda assim, entendiam que a sua substituição não representaria o arrefecer da luta do movimento docente em resistir na defesa do ensino público e gratuito.¹⁴¹

Vivenciando momentos de incertezas e expectativas em relação aos rumos do país, com relativa morosidade devido à solicitação das demais Entidades envolvidas, a AprofURG encaminhava o término da etapa de apresentação de Emendas ao Anteprojeto de Estatuto, através de quatro Assembleias Gerais realizadas nos dias 28/10, 29/10, 04/11 e 05/11.¹⁴² Porém, o Coordenador da Comissão Estatuante, Professor Humberto Camargo Piccoli, acabou solicitando a prorrogação de prazo para entrega da Proposta de Emenda ao Anteprojeto de Estatuto. O principal objetivo da prorrogação de prazo foi permitir a ampla discussão do documento, afinal, no entendimento da Comissão, a prática democrática não poderia estar sujeita a imposições de qualquer ordem. Todo o processo deveria ocorrer sem atropelos, viabilizando o entendimento entre os diferentes segmentos da comunidade universitária e culminando na elaboração de uma contraproposta única, que expressasse, efetivamente, as concepções que constituiriam os fundamentos da Universidade que todos pretendiam construir.¹⁴³

Em 13 de novembro de 1987, a APROFURG encerrou o ciclo de oito sessões de Assembleias Gerais, convocadas para discussão e votação de propostas de emendas ao Anteprojeto de Estatuto da URG, todas elas tratando de relevantes questões para o avanço e democratização da estrutura da Universidade. Entre as alterações, o documento destacava que as atividades-fim da Universidade, ou seja, Ensino, Pesquisa e Extensão, seriam “desenvolvidas com o sentido de crescente integração, de modo que, indissociáveis mutuamente, se enriquecem e se projetam na comunidade, identificando problemas e propondo soluções...”. Além disso, propunha também a alteração da sigla da Instituição, de Universidade do Rio Grande (URG) para Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em que pese ao envolvimento e à mobilização de grande parte do movimento docente da URG, acerca da pauta de reestruturação da Universidade (função social, financiamento, reestruturação, avaliação, democratização), reflexo do novo momento político vivenciado pela sociedade brasileira, a inquietação quanto ao texto final da Nova Constituição – proveniente da Assembleia Nacional Constituinte instalada no Congresso Nacional em 1º de fevereiro¹⁴⁴ – foi percebida como o único instrumento capaz

¹⁴¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 024, 30/09/1987, (Editorial), p. 2.

¹⁴² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 025, 28/10/1987, p. 1-2.

¹⁴³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 025, 28/10/1987, p. 3.

¹⁴⁴ Cf. VIEIRA, Sofia Lerche. *A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 88, n. 219, maio/ago. 2007, p. 303-304. Uma das características marcantes do governo José Sarney, em termos do cenário educacional, foi a indefinição de rumos. Há um debate sobre educação expresso em alguns documentos que traduzem os anseios de mudança do período (Educação para Todos: caminhos para mudança, I Plano de Desenvolvimento da Nova República 1986-1989 e Dia Nacional de Debate sobre Educação). Tais instrumentos de política educacional, todavia, continuam iguais aos do período anterior, marcados pelo autoritarismo.

de oferecer subsídios para os propósitos estabelecidos por aqueles que faziam a Universidade, e, portanto, eram conhecedores de suas necessidades.¹⁴⁵

Contudo, em Editorial do PÓ-DE-GIZ, o Presidente da APROFURG, Professor Ernesto Alquati, afirmou que o arrocho salarial imposto pela política econômica do governo (Plano Bresser) colocou, na ordem do dia, para os docentes das IFES, a questão salarial. Além das inquietantes aflições relacionadas ao Estatuto da URG, a retomada da escalada inflacionária fez com que a ANDES divulgasse um estudo que comprovava estarem os docentes com seus salários defasados, em relação a 1º de abril, em 59,35%.

Na iminência da divulgação de um reajuste de salários, no dia do Funcionário Público (28/10), com perspectiva de não contemplar os docentes, a Direção da ANDES protocolou ofícios junto ao MEC e à Presidência da República, nos quais reivindicou um reajuste emergencial. Além disso, realizou contatos com o Ministro Interino da Educação, Aloísio Sotero, e com o Ministro Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP). Sem obter nenhum retorno do MEC, o Ministro-Chefe da SEDAP, Aluísio Alves, informou, em rápida audiência, que aos docentes caberia um reajuste de 17% a 20%. Portanto, bem abaixo das perdas. No início de novembro, a Direção da ANDES apresentou ao Ministro da Educação um extenso documento que escrutinava o itinerário das pautas do movimento docente nacional, passando pela reestruturação da Universidade, verbas, salários e PUCRE nas IFES, bolsas de pós-graduação e demissões na rede particular. O texto detalhava e aprofundava os princípios defendidos pelo MD para a Universidade, criticava a política educacional do Governo (GERES), o corte de verbas para a rede pública e seu desvio para a particular, o rebaixamento real dos salários, as distorções introduzidas no plano de carreira, a intromissão da SEDAP e apresentava as propostas e reivindicações dos docentes para cada uma das pautas.¹⁴⁶

Após a ocorrência dos debates da Constituinte Nacional que balizaram a conjuntura política brasileira, ao término do primeiro ano de mandato, a Diretoria da Entidade destacava, enquanto acontecimentos relevantes para o movimento docente, a deflagração e os desdobramentos da primeira greve nacional das IFES ocorrida no primeiro semestre, plano único de carreira, isonomia salarial e o desnudamento da política governamental de verbas para a Universidade pública brasileira. A divulgação do Anteprojeto de Estatuto para a URG, sua discussão e a elaboração de propostas de emendas, cristalizando o anseio histórico de mudança e a necessária democratização de sua estrutura, foram os acontecimentos mais festejados em âmbito local.¹⁴⁷

Outro assunto de grande repercussão e que despertava o interesse da comunidade universitária nos idos de 1987 foi a aproximação do pleito para a sucessão da Reitoria. Ao informar a categoria docente de que se aproximava o último ano de mandato da atual administração da FURG, o Professor Carlos Ademir Gonçalves de Lima demonstrava

Com efeito, a atenção dos educadores converge para a Assembleia Nacional Constituinte, que, mesmo antes de ser instalada, recebe contribuições dos atores ligados ao campo educacional, em franco processo de organização desde o início da década.

¹⁴⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 027, 07/12/1987, p. 5.

¹⁴⁶ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 026, 20/11/1987, p. 11.

¹⁴⁷ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 027, 07/12/1987, (Editorial), p. 2.

enorme otimismo em relação ao momento político vivenciado, levando-o a crer com convicção que a comunidade universitária teria a garantia de participação decisiva no processo de eleição da futura administração da Universidade. Ainda assim, afirmou saber que não eram todos os docentes, técnicos e estudantes que desejavam um processo participativo. Muitos continuavam agindo nos gabinetes e corredores para inviabilizar uma eleição direta, sob as mais diversas alegações. Por esse motivo, cabia àqueles que pensavam de maneira oposta garantir a participação de todos no processo.

Através da coalisão das forças políticas, o Professor Carlos Ademir reconhecia a importância fundamental das três entidades, DCE, APTAFURG e APROFURG, na montagem e na condução de todo o processo, no qual as pequenas diferenças de opinião ou de análise conjuntural deveriam ser sacrificadas em função de um objetivo maior, que tem sido ponto comum de luta para os três segmentos: a escolha da administração que conduza à Universidade dinâmica, crítica, criadora, transformadora, para a sociedade.¹⁴⁸

Cabe mencionar que a legislação não contemplava a escolha direta do Reitor, deixando nas mãos do Presidente da República a opção dentre seis nomes definidos através de uma lista. Enquanto princípio norteador da Reforma Universitária de 1968, através da Lei 5.540 de 28 de novembro – que antecedeu, em alguns dias, o famigerado Ato Institucional Nº 5 (AI-5) – o controle político das Universidades públicas e privadas do Brasil continuava conduzindo a um jogo de influências políticas de conveniência, altamente pernicioso para o desenvolvimento do Ensino Superior e da sociedade brasileira.

Diante da manifestação do Professor Carlos Ademir de Lima, que representava os anseios de grande parte da comunidade acadêmica, o Reitor Jomar Laurino convidou os Presidentes do DCE, APTAFURG e APROFURG para, em conjunto, formularem uma proposta de eleição. Tal iniciativa representou um fato político extremamente relevante e histórico para a Instituição e coincidiu com a decisão assumida pelas três Entidades de trabalharem nesse sentido. Além da realização de reuniões, foi definido o cronograma para a elaboração, discussão e deliberação da eleição para o ano seguinte. Ficou estabelecida, ainda, a realização de um plebiscito para definição da proposta unificada através de votação paritária. A partir desses entendimentos, o movimento docente acreditava que o encaminhamento dado ao processo de escolha do Reitor estabelecia um passo significativo no caminho da democratização da Universidade.¹⁴⁹

Com as atenções voltadas aos desdobramentos da Assembleia Nacional Constituinte, o Governo lançou mão do argumento de que os salários pagos aos funcionários públicos eram responsáveis pelo déficit da União e, conseqüentemente, pelas altas taxas inflacionárias, propalando através da imprensa a intenção de congelar os vencimentos do funcionalismo pelo prazo de três meses. Em plena campanha salarial, a ação foi entendida pela Diretoria da APROFURG, como nitidamente orientada pela cartilha de receitas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), evidenciada, sobretudo, na troca de direção do Banco do Brasil e do Banco Central que havia ocorrido recentemente.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 027, 07/12/1987, p. 6.

¹⁴⁹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 028, 18/01/1988, (Editorial), p. 2.

¹⁵⁰ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da AprofURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio

Apesar de lidar com ataques, ameaças e intimidações por parte do Governo Federal, os docentes que compunham a Diretoria da APROFURG continuavam firmes e comprometidos com a eleição direta para escolha do Reitor da Universidade, processo que dividiu opiniões quanto à forma de tramitação e execução. O Professor Luiz Paulo Rodrigues Cunha, apesar de festejar a aproximação do pleito, tratou de questionar o fato de sua elaboração ter ocorrido durante o período de férias. Cunha entendia que o Projeto de Resolução proposto pelo Reitor e pelos Presidentes das Entidades representativas dos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes deveria ser amplamente discutido, evitando decisões de “afogadilho e praticamente em cima dos fatos consumados”.

O cerne da questão, cujo resultado ficaria na dependência do Colégio Eleitoral Especial, segundo o Professor Cunha, consistia no fato de que as eleições não eram para Reitor, nem para a Reitoria, mas, antes, para a dobradinha Reitor-Vice. Crítico quanto ao modelo apresentado, Cunha foi taxativo ao afirmar que esse tipo de condução representava “um ‘baita’ retrocesso, travestido de avanço democrático”. Até porque, pelo processo antigo praticado pelos docentes nas Universidades que experimentaram os efeitos dos avanços democráticos, o Reitor e o Vice eram escolhidos pela via direta, um de cada vez, e a lista sêxtupla era posteriormente completada, partindo-se, em seguida, para a luta política junto ao MEC e às demais instâncias, objetivando a homologação do nome emanado legitimamente das urnas.

Porém, no entendimento majoritário dos docentes da URG, o modelo ideal deveria contemplar a escolha de toda a equipe gestora, sendo que chapas hexanominais (pelas regras até então vigentes) seriam submetidas à escolha da comunidade universitária. Essa ideia do “chapão”, inovadora e plenamente democrática, acha-se inclusive contemplada no Anteprojeto de Estatuto, apresentando-se como um dos pontos mais consensuais dentro da Estatuínte. O Professor Luiz Paulo Cunha afirmava que o Projeto foi confeccionado na ordem inversa, isto é, das cúpulas para a base, o que representava um grande retrocesso na caminhada rumo à consolidação democrática da Universidade.¹⁵¹

Nas articulações e negociações que ocorreram entre os três segmentos da Universidade e o Reitor, com a finalidade de elaborar o Projeto de Resolução que regulamentaria o processo sucessório da URG, alguns pontos acabaram não obtendo consenso. Dentre os antagonismos, o Professor Jaime Bech Nappi manifestou grande preocupação quanto a quem poderia exercer o cargo de Reitor da Universidade. Uma vez que, sob a acusação de elitismo, os Presidentes do DCE e da APTAFURG argumentavam que a escolha deveria recair sobre qualquer membro da comunidade universitária. Em contrapartida, o Presidente da APROFURG, Professor Ernesto Alquati, sustentou que o princípio de escolha deveria recair, unicamente, sobre qualquer integrante da Carreira do Magistério Superior.¹⁵²

Em meio às discussões, Ernesto Alquati, convicto de seu posicionamento, acabou solicitando desligamento da Direção da APROFURG, “... eu não acabei o mandato porque em 1987 acabei sendo candidato a Reitor e me exonerei da função de presidente.

Grande – APROFURG, nº 029, 11/03/1988, (Editorial), p. 2.

¹⁵¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 029, 11/03/1988, p. 12.

¹⁵² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 029, 11/03/1988, p. 13.

Me exonerei porque achava incompatível. A candidatura não era da APROFURG, era minha e de outros colegas”.¹⁵³ Em 14 de abril, portanto, acabou ocorrendo a Recomposição da Diretoria, passando a ocupar a presidência o Professor Osmar Olinto Möller Jr., que dirigiu a Entidade com a vacância do cargo de Vice-Presidente até o término da Gestão.¹⁵⁴

Enquanto episódio digno de nota é válido mencionar que, após a Resolução nº 014/1987 ser aprovada pelo CONSUN, a Universidade assumiu como vocação Institucional o Ecossistema Costeiro, que passou a orientar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de, gradativamente, utilizar a nomenclatura FURG em documentos oficiais.¹⁵⁵ Rememorando esse acontecimento, o Professor Alquati narrou o episódio com alegria, destacando o comprometimento da Associação, desde então, com as pautas ambientais e sua importância para o futuro do planeta.

Foi um fato de política interna. Hoje todos nós que somos da Universidade, conhecemos o slogan da FURG, Universidade voltada para o Ecossistema Costeiro. Eu quero, não sei se todos sabem disso, isso nasceu dentro da APROFURG. Por vários colegas, não foi iniciativa minha, me coube como presidente dirigir a Assembleia em que aquele documento foi aprovado e encaminhado ao Conselho Universitário, através do Reitor da época... Isso deu muito debate no Conselho Universitário, mas acabou sendo aprovado e está até hoje incorporado na nossa Universidade. Articulações para que a relatoria tentasse aprovar a ideia do slogan... Repare que a APROFURG esteve na ponta já no início dos anos 1980, final dos anos 1980... Já com aquela preocupação ecológica, vamos dizer assim. Que hoje o meio ambiente tá na primeira fila de qualquer país, de qualquer cidadão, não é?¹⁵⁶

Além de contribuir para que a Universidade passasse a orientar suas atividades através das questões ambientais, a APROFURG continuou lutando para que a FURG, assim como ela, perseguisse uma de suas principais vocações, ou seja, o exercício democrático na escolha de seus representantes. A consolidação do processo de eleição direta para Reitor, após a divulgação do Anteprojeto, que foi homologado pelo CONSUN, foi coerente ao momento histórico vivenciado na Instituição e correspondeu aos anseios da ampla maioria da comunidade universitária. Nessa ocasião, outra vitória muito celebrada pelo movimento docente da URG foi a liquidação da GRIPE pelo Conselho Universitário, seguindo o exemplo de outras Instituições Federais de Ensino Superior.¹⁵⁷

Essa etapa de conquistas e avanços na trajetória histórica de lutas pela democratização das Universidades Públicas, que culminou na realização das primeiras eleições diretas para Reitoria da FURG, apesar de significativamente importante, exigiu

¹⁵³ Professor Ernesto Luiz Gomes Alquati. Bate-Papo com os Presidentes da APROFURG: Feira do Livro da FURG, 30/01/2020.

¹⁵⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral, Sala 022 do *Campus* Cidade, 15/04/1988, p. 1.

¹⁵⁵ Cf. MACHADO, Débora Gomes; FREITAS, Luciana Lopes de & SOUZA, Maria José Carvalho de. *A Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Sua evolução através de um resgate histórico*. SINERGIA, Rio Grande, 15 (1): 23-36, 2011, p. 26.

¹⁵⁶ Professor Ernesto Luiz Gomes Alquati. Bate-Papo com os Presidentes da APROFURG: Feira do Livro da FURG, 30/01/2020.

¹⁵⁷ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 030, 25/04/1988, p. 1.

dos docentes a percepção e a reflexão em torno da necessária continuidade das ações promovidas pela categoria, afinal, independente do resultado eleitoral, o movimento docente enfrentaria mais duas etapas desse processo: a primeira quando da elaboração da lista sêxtupla pelo Colégio Eleitoral Especial; e a segunda relativa à ação conjunta que a comunidade deveria empreender no sentido de que o Governo nomeasse o Reitor eleito.¹⁵⁸

A primeira eleição direta para Reitor da FURG ocorreu em primeiro turno nos dias 8 e 9 de junho, e segundo turno em 20 e 21 de junho, tendo dois representantes da Entidade na Comissão Eleitoral; Ângelo Fortini Maffissoni e Luiz Antonio de Almeida Pinto. Após o Colégio Eleitoral encaminhar a lista sêxtupla ao MEC, a partir da homologação do resultado das urnas que apontou como vencedora a chapa “Desafio”, liderada pelo Professor Orlando Macedo Fernandez, além da reconhecida necessidade do aprimoramento do processo eleitoral, a Diretoria da APROFURG rapidamente procurou rearticular e mobilizar o movimento docente, objetivando a consolidação do processo Estatuinte¹⁵⁹, sem abdicar do enfrentamento à ameaça de não recebimento do reajuste salarial, participando de duas frentes de luta: na paralisação nacional dos dias 3 e 4 de maio e no encaminhamento da questão na Justiça do Trabalho, em conjunto com o SINPRO-RS.

Em 22 de setembro, a nova Constituição brasileira¹⁶⁰ foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte. Sua promulgação ocorreu em 5 de outubro e antecedeu em poucos dias as eleições para a composição da nova Diretoria da APROFURG, realizada em 17 de outubro. Ainda em 1988, precisamente em 19 de dezembro, assumiu a Reitoria, obedecendo à escolha da comunidade universitária, o Professor Orlando Macedo Fernandez.

No último Editorial da Gestão 1986-1988, a Diretoria da APROFURG afirmou que, embora descaracterizados pelo afastamento de metade de seus membros, havia conseguido encaminhar questões relevantes para o segmento docente local e para a Universidade, tais como as eleições para Reitoria e as ações judiciais contra o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP). Enquanto “herança política” deixava algumas questões, não menos importantes a cargo dos encaminhamentos da futura Diretoria, como, por exemplo, a necessidade de consolidação do processo Estatuinte. Em âmbito nacional, a Diretoria expôs que a APROFURG seria defrontada com duas questões de extrema importância, e que decorriam da promulgação da nova Carta Constitucional, quais sejam: as complexas questões de sindicalização ao ANDES e a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estava por ser discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.¹⁶¹

¹⁵⁸ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 031, 31/05/1988, (Editorial), p. 2.

¹⁵⁹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 032, 21/07/1988, (Editorial), p. 2.

¹⁶⁰ O documento ficou conhecido como a Constituição Cidadã, pois ampliava os direitos sociais e políticos, assegurando a liberdade de expressão, de reunião, garantindo o direito à privacidade, à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, proibindo a prisão sem decisão judicial, em contraponto a práticas do Regime anterior. Cf. CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELES, Thiago & PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 61.

¹⁶¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 033, 11/10/1988, (Editorial), p. 2.



Em de 17 de outubro, as eleições conduziram à Diretoria da Associação a Chapa “Integração”, composta por um grupo de companheiros com tradição de lutas no movimento docente, representados por Mário José Junges (Presidente); Romeu Selistre Sobrinho (Vice-Presidente); Marlene Teda Pelzer (1ª Secretária); Ricardo Gabriel Perez Habiaga (2º Secretário); Omar Fernandez Gonzalez (1º Tesoureiro) e Marina Antonieta Lavoratti (2ª Tesoureira). A Diretoria, ao se despedir, fez um chamamento aos associados para que apoiassem seus novos representantes, pois era chegada a hora de um novo impulso para a APROFURG.

“ASSEMBLEIAS DE GUERRA”: VIVENCIANDO AS TENSÕES DEMOCRÁTICAS.

Em Assembleia Extraordinária realizada no dia 4 de novembro de 1988, foi empossada a nova diretoria da APROFURG. No discurso de posse, após o Professor Mário Junges discorrer sobre as celeumas que envolviam a preocupante situação do ensino no país, os membros da Diretoria foram saudados pelos representantes da APTAFURG, Maria de Lourdes Lose, do DCE, Gilberto Verdum, bem como pelo Vice-Reitor, Orlando Macedo Fernandes.¹⁶²

A situação de algumas universidades federais, que chegaram a suspender as atividades por falta de recursos, foi um dos temas abordados em Assembleia pelo Professor Junges, que tratou de salientar o mesmo quadro em relação à FURG. Além disso, informou à categoria que, em algumas Universidades do estado de São Paulo, a comunidade acadêmica, em protesto motivado pela falta dos recursos que comprometiam o desenvolvimento das atividades, estava sofrendo violentas ações repressivas por parte dos agentes da segurança do Governo do Estado. Na mesma ocasião, o Vice-Presidente da Regional Rio Grande do Sul da ANDES, Professor Luiz Paiva Carapeto, através de um breve relato, expôs um panorama das condições das universidades que se encontravam paralisadas ou com dificuldades de manterem suas atividades, problematizando questões referentes ao não recebimento de verbas.¹⁶³

Em Assembleia muito movimentada, além de informar a categoria sobre a URP e o ajuste salarial previsto aos docentes do Ensino Superior, Mário Junges procedeu com a leitura do telex enviado pelo ANDES, cujo conteúdo retratava as represálias impostas contra os docentes que paralisavam as atividades laboriosas em sinal de protesto. Diante do exposto, os professores reunidos na Assembleia decidiram emitir uma nota de repúdio. Na mesma ocasião, o Bacharel em Direito, Flávio Correa, convidado a compor a mesa, passou a argumentar sobre a importância da sindicalização da categoria ao ANDES. Dentre os argumentos apresentados foi enfatizada a relevância do sindicato como entidade jurídica e as diferenças existentes entre o “organismo associativo e o sindical”. Logo em seguida, ocorreram inúmeras manifestações favoráveis à sindicalização da APROFURG. O presidente abriu espaço para o encaminhamento de propostas, sendo aprovada por unanimidade a proposta pela sindicalização da categoria junto ao ANDES.¹⁶⁴

O processo de transformação da ANDES em Sindicato Nacional foi desencadeado a partir do 7º CONAD, realizado em junho de 1988, acompanhando os trâmites de aprovação da nova Carta Constitucional.¹⁶⁵ Em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da Constituição Federal, a ANDES passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, o ANDES-SN. Baseado nos princípios do Novo Sindicalismo brasileiro, porém, com a organização da categoria,

¹⁶² Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 04/11/1988.

¹⁶³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 09/11/1988.

¹⁶⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 18/11/1988.

¹⁶⁵ Cf. NAVARRO, Igenes Pinto. *ANDES-SN: Um Sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994)*. Cuiabá: ADUFMAT, 2001, p. 427.

ocorrendo, inicialmente, em seus locais de trabalho, tendo a Diretoria o poder executivo de encaminhar as decisões deliberadas por seus sindicalizados nos CONAD's e Congressos, formato até então não praticado por nenhum outro sindicato do país.

O ano de 1988 terminou com inflação chegando ao patamar de 363%, não obstante tenha ocorrido uma mudança no quadro político a partir das eleições municipais, quando, finalmente, o eleitorado brasileiro pôde escolher sem restrições seus prefeitos. Em Rio Grande, a primeira eleição direta depois da promulgação da Constituição conduziu ao Paço Municipal, em 1º de janeiro de 1989, com pouco menos de 23 mil votos, Paulo Fernando Santos Vidal (PT/PSDB), tendo como vice-prefeito Ademir Casartelli (PC do B).¹⁶⁶

Analisando a conjuntura política da época, a Diretoria da APROFURG expunha que a comprovada inclinação do eleitorado brasileiro pelos candidatos de centro-esquerda gerou relativa apreensão por parte dos grupos dominantes que, depois de algumas décadas, passavam a nutrir inseguranças quanto ao futuro, frente às possibilidades eleitorais advindas das lideranças ligadas aos segmentos populares.

Observando criticamente que “um ambiente de quase desespero” foi engendrado num primeiro momento diante da farsa do “pacto social”, decorrente da promulgação da Constituição, numa verdadeira e hilariante cena de convivência harmoniosa entre os vários segmentos da sociedade, a Diretoria avaliava que, sob o rótulo da estabilização econômica, o Plano Verão de 15 de janeiro de 1989 havia congelado os salários da classe trabalhadora, através da eliminação da URP, sem fixar política salarial alguma. As perdas salariais para os trabalhadores brasileiros, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), oscilavam entre 41,27% a 49,91%. Por tais motivações, através de uma perspectiva classista, a Diretoria da APROFURG realizava um chamamento à categoria dos trabalhadores docentes para unirem-se às demais categorias laboriosas e realizarem um grande movimento de repúdio a tais práticas econômicas e políticas.¹⁶⁷

Ao analisar a relação entre o cotidiano do trabalho docente e das Universidades com o contexto econômico do país, o Professor Mário Junges afirmou que entre as consequências do Plano Verão¹⁶⁸ estavam a redução em 2/3 das verbas para a concessão de bolsas de Pós-Graduação, bem como um corte total do orçamento destinado às bibliotecas. Além disso, as IFES não possuíam perspectiva de concluir o primeiro semestre sem um repasse substancial de verbas. A redução drástica de investimentos em Educação Superior impelia inúmeros docentes a conviverem com ameaças frequentes de demissões. Porém, tratando de tranquilizar a categoria, a Professora Maria Antonieta Lavoratti informou que ainda não haviam acontecido quaisquer demissões, tanto na FURG quanto em outras IFES.

¹⁶⁶ Tribunal Regional Eleitoral do Estado Rio Grande do Sul – TRE/RS. Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15/11/1988.

¹⁶⁷ Cf. *Pó-de-Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 034, Março de 1989, (Editorial), p. 2.

¹⁶⁸ No dia 15 de janeiro de 1989, através da Medida Provisória n° 32, o governo decretou, pela terceira vez, um congelamento de preços. O Plano Verão representou um novo choque heterodoxo semelhante ao Plano Cruzado, porém acompanhado por rígidas medidas fiscais e monetárias. O principal objetivo era conter a hiperinflação, que compreendo a justificativa do Executivo Federal, poderia chegar a exorbitantes 1500% ao ano. Pronunciamento do Presidente José Sarney. (Documento) Revista de Economia Política, vol. 9, n° 2, abril-junho/1989, p. 127-128.

Os Professores Omar Gonzalez e Mário Junges entendiam que essa nova investida contra o funcionalismo público, através de uma campanha difamatória diária desencadeada com grande vigor pela imprensa, tinha o nítido objetivo de intimidar a categoria, tentando desmobilizá-la para o movimento que ocorreria entre os dias 14 e 15 de março. Em defesa da manutenção dos serviços públicos, os docentes denunciavam que, nos bastidores da campanha, o Governo acabava não assumindo seus compromissos nas áreas da saúde, educação, saneamento básico e acesso à moradia.¹⁶⁹ A manobra consistia na precarização dos serviços prestados à população, tornando o atendimento deficitário devido à falta de investimentos, comprometendo a imagem dos servidores públicos, que acabaria desgastada, fomentando assim o ímpeto da opinião pública acerca da necessidade de privatização desses setores.

Como forma de demonstrar o descontentamento em virtude das práticas governamentais que atingiam frontalmente o trabalho docente e impedia tanto a continuidade quanto os avanços da Educação Superior, parte da categoria docente da FURG, sobretudo seus representantes legitimados enquanto corpo diretivo da APROFURG, passou a se mobilizar em torno da paralisação das atividades entre os dias 14 e 15 de março. Bem mais do que cruzarem os braços, a paralisação se apresentou como um espaço de reflexão em torno de outros temas não menos importantes, tais como: ecologia, Lei de Diretrizes e Bases e a situação do desenvolvimento de pesquisas na FURG, com a ampliação dos debates, contemplando os três segmentos da Universidade.¹⁷⁰

No segundo dia da paralisação, em Assembleia conjunta com o DCE e a APTAFURG, amplos debates foram travados diante da intenção de ampliação do movimento por tempo indeterminado. Mário Junges informou que o ANDES-SN realizaria uma reunião em Brasília, na qual definiria, ou não, a realização de uma nova paralisação, caso a maioria das Associações Docentes estivessem de acordo. Inicialmente, de modo geral, a maioria dos presentes considerava que a FURG não teria força para suportar a realização de uma greve. Após ouvirem argumentos contrários e favoráveis ao desfecho de um movimento paredista, quando colocada em votação, a proposta recebeu a maioria dos votos.

Ao avaliar a paralisação dos dias 14 e 15 de março, a presidente da APTAFURG, Maria de Lourdes Lose, relatou que a atividade contou com o apoio de vários outros segmentos como ferroviários, funcionários do município, professores e funcionários de escolas particulares. Ainda que o movimento tenha obtido alcance classista, o Presidente da APROFURG avaliou que não houve crescimento político da categoria docente devido a pouca participação. Talvez, até mesmo porque destacamentos da Brigada Militar estiveram em vários pontos da Universidade durante a paralisação, o que acabou gerando constrangimento e intimidou os presentes.¹⁷¹

Alguns servidores públicos da FURG, particularmente membros da categoria de trabalhadores docentes, bem como dirigentes da atual Gestão da APROFURG passavam a perseguir com maior transparência as propostas classistas e combativas da classe trabalhadora

¹⁶⁹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 034, Março de 1989, p. 3.

¹⁷⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 09/03/1989.

¹⁷¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 15/03/1989.

brasileira. Um dos fatores determinantes para tal empreendimento foi a filiação do ANDES-SN à Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante o 8º Congresso que ocorreu entre 14 e 18 de fevereiro, realizado na Universidade de São Paulo (USP). Uma votação incontestada que coroou um longo processo de discussões – 167 delegados a favor, 18 contra e 19 abstenções –, fortaleceu a proposta classista, ampliando novos instrumentos de luta e consolidando aliados na defesa dos interesses da categoria.¹⁷² Em consonância com as propostas da classe trabalhadora, em seguida, doze Associações Docentes aprovaram greve por tempo indeterminado.

Na passagem do associativismo docente à organização sindical que compreende o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1990, devido ao reconhecimento constitucional do direito à sindicalização do servidor público, o movimento docente passou a estabelecer um diálogo político e ideológico com o Novo Sindicalismo, responsável pela criação da CUT, que foi determinante no processo que moldou as práticas sindicais para o reconhecimento do professor enquanto trabalhador integrante de um polo da luta de classes, através de uma aproximação com organizações sindicais, acadêmicas e estudantis, herdeiras das lutas pela redemocratização do Brasil, e que se referenciavam no Partido dos Trabalhadores (PT).¹⁷³ Parte decisiva desse processo histórico de passagem do associativismo para o sindicalismo docente foi descrito pelo Presidente da AprofURG à época:

[...] tive muitos episódios altamente marcantes. Eu terei, até certo ponto, uma certa dificuldade de dizer qual é o mais marcante. Mas um episódio que foi muito marcante foi aquela Assembleia de guerra. Se não me engano foi em novembro de 1989, quando nós colocamos a AprofURG como sendo Seção Sindical do ANDES. Nos transformamos em sindicato a partir daquele momento. Foi um ponto importantíssimo a AprofURG como sindicato. Sindicato ligado ao ANDES. E também um outro momento, quando nós numa Assembleia filiamos a AprofURG à CUT. A Central Única dos Trabalhadores. Foi um momento muito marcante! Foi uma Assembleia assim, pauleada. Uma pauleira, só!¹⁷⁴

Ao aderirem ao sindicalismo docente de orientação político-partidária, as articulações com o propósito de obter apoio e exercer pressão para engrossar o movimento e endossar o plano de lutas da URG em Brasília fizeram com que a AprofURG, APTAFURG e o DCE formassem uma Comissão que, a convite do edil Sérgio Satt, estiveram na Câmara de Vereadores de Rio Grande, oportunidade na qual o Presidente Mário Junges proferiu o seguinte discurso:

Neste histórico momento em que ocupamos essa tribuna, como segmento organizado, que luta duramente pela Educação Pública e gratuita em nosso país, nos sentimos até certo ponto reconfortados, pela forma cordial como nos foram abertas as portas desta casa. A nossa breve fala tem três momentos distintos: No primeiro falaremos

¹⁷² Cf. Ata da Plenária do 8º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional – São Paulo (SP), 14 a 18/02/1989, p. 54-55.

¹⁷³ Cf. FERRAZ, Marcos & GINDIN, Julián. Sindicalismo no Governo Lula: desafios de protagonismos e fragmentação. In: BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcoz & OLIVEIRA, Roberto Vêras de (orgs). *Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Fino Traço Editora: Belo Horizonte, Coleção Trabalho e Desigualdade, 2014, p. 284-285.

¹⁷⁴ Professor Mário José Junges em entrevista gravada no dia 11/09/2020.

sobre a tentativa de sobrevivência da Universidade Pública; Num segundo momento falaremos sobre as verdadeiras razões que levaram a Universidade a este estado de coisas. Iniciamos com a crise da nossa Universidade do Rio Grande. O que for dito, pode ser estendido as demais co-irmãs do país. A nossa Universidade não está mais conseguindo realizar a contento, as suas finalidades. O ENSINO se debate, com a falta de livros didáticos modernos, sobram volumes obsoletos e mofados de teorias ultrapassadas. Faltam periódicos, recursos áudio-visuais, falta xerox. Faltam produtos químicos e outros materiais para os alunos fazerem as suas experiências para o treinamento profissional. Falta papel higiênico, o restaurante universitário não funciona, a moradia dos estudantes está em condições sub-humanas. A PESQUISA está suspensa, projetos estão sendo interrompidos. A verba para manter estas atividades não está sendo repassada. Nos equipamentos não se faz mais a manutenção. E está havendo um rápido sucateamento na Universidade, grande número de equipamentos estão esperando manutenção, às vezes um fusível, uma lâmpada, às vezes um pequeno problema e as aulas são improvisadas porque os equipamentos estão pifados, prejudicando a formação de centenas de estudantes. Com relação a EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, a Universidade não está conseguindo sair de dentro de si mesmo. A Universidade não consegue cumprir seu papel crítico de centro gerador da polêmica e da discussão política tão essencial para a educação libertadora. Enfim, o governo não está cumprindo a Constituição que prevê um repasse de 13% do orçamento da União para a Educação, e por isso a crise; mas porque o governo quer a crise da Universidade? Este é o 2º momento de nossa fala. A resposta à pergunta é bastante simples! O governo entende que a Educação, Saúde e Moradia não são prioridades nacionais. O dinheiro da Educação desaparece. A prioridade do governo é a dívida externa, a submissão ao FMI e ao Capitalismo Internacional, por isso há um nítido interesse em acabar com a Universidade Pública, pois acabando com a Universidade Pública, acaba a pesquisa no país, pois a pesquisa é feita 98,3% nas Universidades Públicas e apenas 1,7% nas Universidades Particulares. O fim da pesquisa nas Universidades Públicas enterra definitivamente nossa possibilidade de independência tecnológica e consagra e perpetua a escravidão do nosso povo; submisso, subserviente e servil lacaios, dos interesses internacionais em nosso meio. Chegamos aqui ao 3º momento de nossa curta fala, onde tomamos a liberdade de solicitar os seguintes encaminhamentos aos nobres vereadores: 1º – Acionar através dos Partidos Políticos desta casa, suas lideranças em favor da nossa luta; 2º – Ações sobre o Congresso Nacional, via Partidos Políticos para viabilizar pela influência Parlamentar a liberação de verbas de socorro para nossa Universidade. 3º Tomar um posicionamento claro e definido em defesa do ensino público e gratuito; 4º Tomar um posicionamento público pelo cumprimento por parte do governo do Artigo 207 da Constituição que estabelece a autonomia universitária.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 035, Abril de 1989, p. 6.

Contrário às diretrizes políticas que afrontavam os princípios defendidos historicamente pelo movimento docente, o Professor Mário Junges esclareceu que quase trinta universidades brasileiras estavam com indicativo de greve definido. Algumas delas com previsão para meados de abril e outras ainda sem data de início. Em Assembleia, depois da apresentação de algumas propostas e intensos debates, a proposição do Professor Claudio Gabiatti, sugerindo “apoiar o indicativo de greve nacional, acompanhando a data a ser definida unificadamente, agindo em nível local com apoio à greve dos alunos e negociando a junção do movimento dos alunos, funcionários e docentes por uma greve nacional unificada”, foi votada e aprovada pela maioria dos docentes.¹⁷⁶

Na medida em que o movimento unificado avançava através da participação dos estudantes e técnicos administrativos dispostos à deflagração imediata da greve, ainda que respeitando a continuidade dos serviços essenciais da Instituição, bem como mantendo a preocupação em informar a população rio-grandina de suas razões¹⁷⁷, foi solicitada uma reunião por parte dos docentes, através de abaixo-assinado contendo noventa e oito assinaturas. A pauta compreendia a situação de adesão, ou não, dos professores em relação à greve.

Sem aguardar pela deflagração da greve nacional unificada, a URG “fechou suas portas” no dia 14 de abril, em defesa da manutenção das atividades da Universidade – em razão da falta de repasses das verbas – e do ensino público e gratuito. A administração da Instituição informou que as contas de água, luz e telefone estavam em atraso. O Reitor Orlando Macedo foi enfático ao afirmar que a FURG necessitava de 26 milhões de cruzados para seu pleno funcionamento. Do montante necessário, havia em caixa somente dois milhões. A Diretoria da AprofURG denunciava, através das páginas do PÓ-DE-GIZ, que a “Nova República e o desgoverno Sarney” eram os responsáveis pela situação de calamidade do ensino público no país. Na avaliação da Gestão, era evidente a intenção do Governo e do Fundo Monetário Internacional em não possibilitar ao povo brasileiro a independência cultural e tecnológica. “Quanto menos escolaridade, quanto menos conhecimento possuir a população, mais facilmente se dará a dominação política e econômica”.¹⁷⁸

Ao mesmo tempo em que tratavam de cerrar fileiras, organizar a luta e informar o movimento docente, a comunidade acadêmica e a sociedade rio-grandina, o Professor Mário Junges, após efetuar uma análise conjuntural que expôs as raízes que conduziram o problema ao atual estágio, mostrou seu desagrado em relação ao reduzido número de docentes na Assembleia Conjunta. Havia descontentamento por parte de alguns docentes em relação à forma como vinham sendo conduzidas as decisões do movimento, sobretudo, quanto às votações decisórias, se paritárias ou universais, inclusive aludindo à situação da APROFURG, “que contava apenas com dois membros, o presidente e a Professora Maria Antonieta Lavoratti”. Chegando a ser ventilado pela Professora Maria Lavoratti que havia o risco iminente de “não ter mais a Associação”, tamanho o desinteresse da categoria.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 09/04/1989.

¹⁷⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 14/04/1989.

¹⁷⁸ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 035, Abril de 1989, p. 3.

¹⁷⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 20/04/1989.

Após o Professor Gabiatti se posicionar sobre a greve, considerando o apoio do movimento estudantil como algo positivo e justificar sua desistência em fazer parte do comando local em virtude da dispersão e da falta de consenso dos demais colegas, ainda assim, o Presidente da AproFURG propôs iniciar o movimento, antecipando as manifestações nacionais agendadas para o dia 2 de maio. Além disso, os grevistas encaminharam por unanimidade a proposta de que “nas Assembleias Conjuntas o voto será sempre paritário e, se não for aprovado pelo comando de greve dos docentes, a orientação era de que não ocorressem mais Assembleias Conjuntas”.¹⁸⁰

Nitidamente, uma parcela da categoria docente da Universidade demonstrava desconhecimento da conjuntura que estimulou o surgimento do movimento grevista, tanto em âmbito local, quanto nacional. Mesmo depois de proceder a leitura dos telegramas de apoio vindos de outras inúmeras universidades, alguns professores continuavam preocupados e desinformados, indagando frequentemente sobre os motivos que levaram ao estado de greve.

Ainda que o Professor Jaime Bech relatasse o acréscimo da participação docente no movimento, as seguidas desistências mantiveram a necessidade de constantes substituições no Comando Geral de Greve, pois alguns professores se mostravam descontentes devido à tomada de decisões favoráveis e contrárias aos rumos da paralisação. Outros procuravam expressar seu apoio mesmo não estando de acordo com o movimento sob o argumento de que consideravam o movimento dos alunos mais organizado e fortalecido. Na ausência de compreensão quanto aos objetivos gerais e específicos da greve, enquanto ação concreta, foi apresentada a proposta de realização de uma palestra com o Professor Amílcar Gigante, no decorrer de uma passeata, para esclarecer à comunidade e aos docentes os motivos da greve.¹⁸¹

A eclosão da greve dos docentes da FURG em período anterior à deflagração do movimento em âmbito nacional, pela primeira vez, contou com a participação dos três segmentos e o apoio da Administração da Universidade. Enquanto o Reitor declarava que a “greve é a única salvação para a Universidade Brasileira”, as fontes pesquisadas apontam que as ações conjuntas, de certo modo, desorientaram parte dos docentes, sobretudo em relação à dificuldade de diálogo com os diferentes segmentos, bem como quanto ao caráter de legitimidade dos rumos e das ações que não estariam, exclusivamente, subordinados somente às decisões deliberadas pela categoria.

A Greve Nacional com início em 8 de maio perdurou até o dia 13 de julho.¹⁸² Nestes 66 dias, foram realizadas 15 Assembleias Extraordinárias, nas quais a diretoria

¹⁸⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 20/04/1989.

¹⁸¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 26/04/1989, p. 6.

¹⁸² Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 3-4. A greve (08/05 a 13/07) contou com a participação de 42 IFES, estudantes e servidores (adesão 02/06). Entre as reivindicações, estavam o aumento de OCC/OG em 27,8%, revogação do decreto que proíbe contratações e abertura imediata de Concurso, reajuste mensal, reposição salarial de 34,9%, anuênio de 1% (em substituição ao quinquênio), aposentadoria integral, incorporação da Gratificação de Nível Superior. Os resultados obtidos foram a liberação de verba de emergência no valor de Cn\$ 60 milhões (cruzados novos), promessa de liberar suplementação de Cr\$ 453 milhões (cruzados novos), aumento de DE de 40% para 50% sobre o salário base e de 25% para 30% para docentes de 1º e 2º graus das IFES, progressão horizontal de um nível para outro – de 4% para 5%, autorização de contratação de 760 docentes e 1.340 servidores para IFES e Direito à aposentadoria integral.

da AprofURG demonstrou desenvoltura para aprofundar os debates acerca dos informes que recebiam do ANDES em nível nacional, porém os problemas locais motivados pelo ínfimo engajamento dos docentes exigiam ainda maiores atenções. Alguns fatores como a defesa ativa, por parte da Diretoria da Associação, do voto paritário nas Assembleias conjuntas com alunos e técnicos administrativos influenciava, sobremaneira, na fragmentação do movimento, ao passo que, quando apreciada pelos docentes, a proposta acabou rejeitada pela ampla maioria.

Os professores divergiam quanto aos benefícios e aos prejuízos da unificação com alunos e o pessoal técnico-administrativo em prol da luta coletiva. Tentando encontrar uma solução para o impasse, após intensos debates, a Assembleia acatou por ampla maioria a proposta apresentada pelo Professor Cunha, decidindo que a APROFURG deveria ter um Comando de Greve próprio e estimular os demais segmentos a formarem os seus Comandos de Greve, porém mantendo as Assembleias Conjuntas e um Comando de Greve Unificado. Os docentes decidiram ainda que o processo paritário de votação deveria ocorrer somente quando das tomadas de decisões relacionadas às proposições gerais da Universidade, como, por exemplo, assuntos que abordassem a autonomia da Instituição e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As demais deliberações ficariam restritas a cada segmento e levadas como informações às Assembleias Gerais.¹⁸³

Enquanto o Comando Nacional de Greve em audiência com a Ministra do Trabalho Dorothea Werneck recebia a proposta de reajuste salarial de 17,94%, sem conseguir avançar na pauta referente ao repasse de verbas para as universidades, o Professor Mário Junges salientava o descaso do MEC com as reivindicações protocoladas pelo movimento, corroborando que os avanços nas negociações mantinham o foco na reposição salarial e, quando se tratava das verbas, o Governo acabava utilizando a tática da tergiversação.

Sob o risco iminente de implantação do projeto GERES, estrategicamente em meio às negociações de greve e à luta pela concessão do reajuste salarial para a categoria, ANDES e APROFURG salientavam a necessidade de coesão do movimento enquanto forma de pressionar o Governo para a obtenção das verbas orçamentárias que garantiriam o funcionamento das IFES. Preocupados com a continuidade das lutas, alguns professores da Universidade propuseram o encaminhamento de sugestão ao ANDES, no sentido de que a retomada da pauta salarial estivesse submetida à definição do envio de verbas para o funcionamento das universidades.¹⁸⁴

Enquanto as estratégias de mobilização surtiam efeito, ocasionando o crescimento da adesão ao movimento grevista em âmbito nacional, para surpresa da categoria, o Presidente da APROFURG relatou que a Ministra Dorothea Werneck, em reunião com o ANDES, afirmou que o MEC negociava assuntos relativos às verbas diretamente com os Reitores das IFES.¹⁸⁵ O Professor Tabajara Lucas de Almeida ressaltou que, conforme informação repassada pela Professora Maria Antonieta Lavoratti, representante do Comando Local de Greve em Brasília, o MEC estava

¹⁸³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 09/05/1989, p. 1-2.

¹⁸⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 12/05/1989, p. 1.

¹⁸⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 16/05/1989, p. 1.

disposto a negociar salários e não verbas. As informações desencontradas motivaram os docentes a solicitarem a presença do Reitor em Assembleia, a fim de esclarecer o assunto e indagar sobre sua postura como mediador entre o movimento grevista e o MEC. Enquanto alguns alunos da FURG passavam a exigir o reinício das aulas, um telex recebido do ANDES informou que a sugestão da APROFURG fora aceita e o Comando Nacional de Greve havia aprovado a ideia de discutir a pauta salarial, somente após a decisão sobre as verbas.¹⁸⁶

Ao expor a avaliação de seu período como representante do movimento docente da FURG em Brasília, a Professora Maria Antonieta Lavoratti salientou que existia uma perspectiva de “no máximo mais duas semanas de greve [...] e que não há, até o momento, nada de concreto oficialmente com relação ao envio de verbas”.¹⁸⁷ Durante reunião ocorrida em Brasília, o Secretário Geral de Educação, Professor Edson Machado de Souza, de forma truculenta, disse que “o salário dos docentes das IFES cresceu demais no ano passado e que os Reitores que querem aumento nas OCC (Matriz Orçamentária) que procurem reduzir o quadro de docentes”.¹⁸⁸

Enquanto persistia o problema da adesão dos docentes da FURG ao movimento grevista, no momento em que a greve parecia começar a perder forças devido aos avanços referentes à pauta salarial, bem como com a notícia vinda de Brasília, dando conta da previsão de chegada do repasse das verbas para os meses de setembro ou outubro, o ANDES alertava que o projeto que poderia instituir a privatização das IFES no país tramitava em caráter de urgência na Câmara dos Deputados para implantação em 1990.

Após solicitação, presente à Assembleia, o Reitor Orlando Macedo Fernandes prestou esclarecimentos aos docentes, justificando que sua ausência foi motivada em decorrência dos inúmeros compromissos de sua agenda. Na ocasião, ele declarou que “a investida dos parlamentares está sendo decisiva para as negociações em termos de repasse de verbas e que o Congresso deve estar sensibilizado para a nossa causa”.¹⁸⁹ Com o passar das semanas, o otimismo dos docentes, gradativamente, começou a se acentuar em virtude das notícias de que as reivindicações seriam atendidas pelo MEC.¹⁹⁰

A greve avançou sob o signo da aparente vitória por parte do movimento docente, que acabou obtendo a antecipação do recebimento das verbas e a definição de uma audiência pública entre o Presidente da República e representantes do ANDES, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras Entidades representativas dos servidores públicos federais.¹⁹¹

¹⁸⁶ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 20/05/1989, p. 2.

¹⁸⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 30/05/1989, p. 1.

¹⁸⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 01/06/1989, p. 2.

¹⁸⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 06/06/1989, p. 2.

¹⁹⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 19/06/1989, p. 2.

¹⁹¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 22/06/1989, p. 1.

Quanto aos discentes da FURG, sinalizavam sua retirada da greve, já a categoria dos técnicos administrativos indicaram sua retirada em Assembleia. A Professora Maria Antonieta Lavoratti informou que havia tomado conhecimento de que doze Associações Docentes optaram por se manterem em greve, e cinco delas indicavam prazos de saída, devido às condições de garantias mais concretas sobre os ganhos adquiridos. Diante da saída dos estudantes e do pessoal técnico, após inúmeras manifestações dos docentes, ficou estabelecido que “caso surja a suspensão da greve na Assembleia Geral Unificada do dia 30 de junho, quando muito seria informado o posicionamento autônomo assumido por esta categoria [docentes]. Qualquer deliberação seria posterior a essa Assembleia, após o ‘trabalhamento’ da questão por parte do Comando Unificado”.¹⁹² Algumas das tensões vivenciadas na época foram assim relatadas pelo Presidente da APROFURG:

Foi uma pressão violenta! Os alunos também entraram em greve e depois em Assembleia dos alunos, eles saíram da greve. Começaram a pressionar o retorno das atividades. Nós entramos antes e fomos a primeira Instituição a entrar nessa greve. Nós começamos e as outras Instituições foram pipocando atrás. Nós tivemos uma Assembleia muito forte, com muita gente, e teve uma Assembleia inclusive que eu fui ameaçado de morte, recebi uma ameaça de morte numa das últimas Assembleias lá no Ginásio da AABB. “Se ele aparecer lá, ele vai levar chumbo”. A pessoa que atendeu o telefone e recebeu a ameaça, foi a professora Maria Antonieta Lavoratti. Ela estava na sede da APROFURG no meio-dia. A ligação foi perto do meio-dia. E a Assembleia seria no início da tarde. Como presidente eu não pude dirigir a Assembleia porque a Direção da APROFURG achou que não seria conveniente, já que essa ameaça havia sido feita. E a Assembleia foi dirigida pelo Professor José Filgueiras... estava lotada de gente! Eu não recebi a ameaça. Não ligaram para mim. Ligaram para a APROFURG e a pessoa que atendeu foi Maria Antonieta Lavoratti. Ela me ligou apavorada! “Mário... Tu não vai dirigir a Assembleia”... Isso aconteceu mais próximo ao final da greve, pois eles queriam recomeçar as atividades a todo o custo. Foi de arrepiar! Mas passou!¹⁹³

Antes da realização da Assembleia Geral Unificada – Assembleia Conjunta – de 30 de junho, os docentes se reuniram para antecipar o debate dos principais pontos que seriam posteriormente definidos, bem como receberem informações acerca das últimas articulações grevistas no contexto local e nacional. Ao anunciar a decisão do segmento discente em permanecer na greve e a decisão dos técnicos administrativos de saírem da luta, o Professor Junges informou que a medida de suplementação de verbas se encontrava pronta para ir ao Congresso. Não obstante, deu-se início, então, a um caloroso debate sobre a situação do movimento e as atitudes dos parlamentares frente à situação atual, diante do clima de continuidade da greve.¹⁹⁴

A Assembleia Conjunta de 30 de junho 1989, última realizada antes do término da greve, iniciou com os informes acerca dos três segmentos e uma avaliação geral do movimento grevista em âmbito local e nacional. O Comando Local de Greve

¹⁹² Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 28/06/1989, p. 1.

¹⁹³ Professor Mário José Junges em entrevista concedida e gravada em áudio e vídeo no dia 11/09/2020.

¹⁹⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 28/06/1989, p. 2-3.

não apresentou avaliação, deixando os pareceres a cargo da Plenária. Além da preocupação com a reposição dos dias de aula, tanto por parte dos alunos quanto dos docentes, continuavam muito latentes as disputas que envolviam a continuidade ou não da greve.¹⁹⁵

Com o término da greve, duas semanas após a última Assembleia Conjunta, os docentes passaram a avaliar o movimento através das páginas do PÓ-DE-GIZ, fora de circulação durante o período em que intensificaram a histórica luta em defesa da Universidade Pública e gratuita, da educação superior de qualidade e de seus direitos trabalhistas. Além de enfatizarem a intransigência e o descaso do Governo em protelar ao máximo as negociações e apresentar somente propostas insuficientes, depois de muita pressão política advinda das articulações grevistas, o movimento conseguiu forçar o governo a se comprometer com uma suplementação adicional de verbas, com a correção de alguns pontos da carreira e, ainda, a reconhecer formalmente o direito à aposentadoria integral.

Conscientes de que as conquistas obtidas a duras penas não estavam totalmente garantidas, pois restavam ainda algumas pendências relacionadas às perdas salariais não repostas, o Comando Nacional de Greve passou a exigir do Governo o cumprimento integral dos pontos de pauta firmados por escrito, solicitação que acabou concretizada pelo Ministro da Educação, selando assim o acordo que deu fim à greve. Além da suplementação de verbas, o Executivo se comprometeu a realizar a contratação de 760 docentes para as IFES, corrigir distorções de enquadramento da categoria e pagar o valor integral dos salários aos docentes aposentados.

Ainda assim, apesar do anúncio de que a luta conjunta dos servidores públicos, com apoio dos estudantes, resultou em uma política de reajustes mensais dos salários de acordo com a inflação, observando a reposição das perdas salariais impostas pelo Plano Verão, a APROFURG procurava garantias de que a interrupção do instrumento de paralisação não significasse o enfraquecimento do movimento. Além de uma nítida intenção de preservar a força da unidade em âmbito nacional,¹⁹⁶ no momento em que a greve era suspensa, a vitória do movimento significava a comprovação da possibilidade de real integração dos segmentos universitários, que, mesmo com diferentes formas de organização política, possuíam uma proposta em comum, ou seja, a defesa da Universidade pública, democrática, autônoma e gratuita.

Na análise do Comando Local de Mobilização, a greve teve êxitos consideráveis. Primeiramente, porque efetivou a liberação do total de NCz\$ 453 milhões para o início do 2º semestre de 1989, com recursos previstos em Projetos de Lei endossados pelas assinaturas do Ministro da Fazenda, Educação e Planejamento, bem como do Presidente da República, que correspondiam num acréscimo de sete vezes o OCC com o qual as universidades, até então, vinham trabalhando. As demais conquistas foram a liberação de NCz\$ 60.000.000 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para funcionamento emergencial das universidades; a complementação de NCz\$ 170.000.000 publicado no Diário Oficial de 07/07/89; o incremento de 10% para a dedicação exclusiva, protocolado no Congresso Nacional; incremento de 1% na passagem de nível e de 5% para dedicação exclusiva dos docentes de 2º grau e a contratação de 760 docentes e 1340 funcionários para as IFES conforme publicado

¹⁹⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral Unificada, 28/06/1989, p. 1-2.

¹⁹⁶ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, nº 036, Agosto/1989, (Editorial), p. 2.

no Diário Oficial de 06 de julho de 1989. Acerca da política salarial, ANDES, UNE e FASUBRA continuavam na luta através do Comando Nacional de Mobilização em conjunto com demais categorias de servidores públicos federais.¹⁹⁷

Concomitante ao enfrentamento da greve e à posterior recomposição da Diretoria, quando assumiu o cargo de Vice-Presidente Maria Antonieta Lavoratti; 2ª Secretária Dorilda Grolli; e 2ª Tesoureira Ana Maria Xavier¹⁹⁸, a Associação enfrentava alguns problemas de ordem jurídica, que acabaram agravados quando o advogado do SINPRO/RS se ausentou de uma audiência de representação da APROFURG, o que gerou certo prejuízo à categoria.¹⁹⁹ Ao recordar o episódio, o Professor Mário Junges afirmou que:

Nós tínhamos um outro problema na nossa Associação. O nosso grupo de advogados pertencia ao SINPRO. E nas nossas ações, o SINPRO vinha de Porto Alegre, com seu advogado nos defender aqui no Fórum de Rio Grande. Então a coisa não era fácil! E teve um advogado, o Nogueira, que recebeu voz de prisão dentro do Fórum, por desacato ao juiz... Depois desse episódio, eu era presidente da Associação e no Fórum eu fiz uma fala defendendo as nossas pautas e ao mesmo tempo eu tinha um problemão na mão, pois tínhamos um advogado do SINPRO que não podia vir mais pra cá porque estava com ordem de prisão. Então... Sabe... Vamos abrir uma licitação, um chamamento para contratar um advogado. E aí nós contratamos... Abrimos um edital no jornal e se inscreveram uns vinte e poucos nomes. Daí em Assembleia, eu coloquei uma série de condições que eu queria como presidente da Associação, pedindo para a Assembleia me respaldar, pois eu queria um advogado jovem e corajoso. E que tivesse futuro! E que fizesse a defesa da APROFURG a partir daquele momento. Porque nós estávamos na mão do SINPRO. O SINPRO não mais nos representaria. E aí... Eu contratei o Alexandre Lindenmeyer. Esse Alexandre Lindenmeyer era um garotão muito jovem. Ele ia para a APROFURG lá no Pavilhão 7 de bicicletinha. Pedalava até a APROFURG, deixa a bicicleta dele lá e dava atendimento aos professores.²⁰⁰

Ao abandonar um modelo de assessoria jurídica de âmbito estadual, serviço até então prestado pelo advogado Paulo Nogueira, adotando um atendimento mais próximo das necessidades dos docentes, a Associação passou a disponibilizar semanalmente aos seus filiados, através do advogado Alexandre Duarte Lindenmeyer, o acompanhamento de processos judiciais e administrativos, observando, enquanto critério, a constante exigência atribuída ao jurista de conhecer as legislações e especificidades referentes aos servidores públicos docentes.²⁰¹

O ano de 1989 terminou com a concretização dos anseios de uma das maiores manifestações de massa ocorrida até então no Brasil. Após a promulgação da Constituição

¹⁹⁷ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG, n° 036, Agosto/1989, p. 7.

¹⁹⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral, 14/09/1989, p. 1.

¹⁹⁹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Extraordinária, 01/06/1989, p. 1.

²⁰⁰ Professor Mário José Junges em entrevista concedida e gravada em áudio no dia 11/09/2020.

²⁰¹ DALMAS, Leandra Marcia Pedrosa. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 27.

no ano anterior, em 15 de novembro, através do voto direto, os brasileiros elegeram o ex-governador do estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) para ocupar o cargo de Presidente da República. Alguns dias depois, em 20 de novembro, foi formalizada, por unanimidade, em Assembleia Extraordinária, a filiação da APROFURG ao ANDES, tornando-a a primeira Seção Sindical de Docentes do país.²⁰² Porquanto os novos ares democráticos tornavam ainda mais complexas as lutas da categoria, em decorrência do aprimoramento e da necessidade organizativa da Seção Sindical, refletida e motivada pela transformação do ANDES em Sindicato Nacional, em 12 de dezembro de 1989, a Associação dos Docentes da FURG deu início à construção de sua sede própria, inicialmente com o propósito de centralizar e agilizar o atendimento aos docentes.

Nós construímos uma sede pra nós. Saímos e ficamos independentes, embora nós tenhamos cometido um erro! Nós cometemos um erro! Porque eu estava vendo terrenos fora do *campus* da FURG. Porque um sindicato que fica dentro do pátio do patrão, dentro do pátio patronal, não tem independência. Daí nós queríamos um terreno ali na entrada, mas o preço estava muito alto. Os valores estavam muito altos. E nós estávamos descapitalizados, porque o presidente Lula perdeu a eleição em 1989, e a APROFURG teve todos os seus recursos bancários bloqueados pelo Governo Federal...²⁰³

Após os sucessivos fracassos das políticas de estabilização da economia por parte do governo José Sarney – Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989)²⁰⁴ – a equipe da Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, tentando conter a inflação de 84% ao mês, anunciou em 16 de março de 1990, as medidas de um novo plano econômico. Denominado de Plano Brasil Novo e conhecido como Plano Collor, as medidas promoveram o bloqueio da liquidez da maior parte dos haveres financeiros, derrubando de imediato a inflação elevada e em aceleração, da faixa de 70% mensais na média de janeiro e fevereiro, para a faixa de 10% ao mês nos meses seguintes. Num primeiro momento, além da limitação de saques das contas poupança em NCz\$ 50 mil, até meados de maio, ocorreu uma rápida monetização da economia, com inflação controlada e a passagem do medo de uma recessão catastrófica para o medo de descontrole da oferta de moeda e da inflação.²⁰⁵

Com o bloqueio parcial e a limitação do valor dos saques em contas poupança, mesmo com a obra orçada e dinheiro disponível, o Plano Collor acabou impondo dificuldades à diretoria da APROFURG, tendo em vista o pagamento dos trabalhadores e a compra de materiais para a construção da sede da Associação, uma vez que as contribuições dos docentes eram depositadas em caderneta de poupança. Além do caráter econômico da reforma levada a cabo pelo Governo Federal, destacavam-se ainda as medidas relacionadas diretamente às alterações na estrutura da Administração Pública, que compreendiam alterações na política de pessoal e na gestão do Setor Público, genericamente denominadas de Reforma Administrativa.

²⁰² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-Seção Sindical. Ata de Assembleia Extraordinária, 20/11/1989, p. 1.

²⁰³ Professor Mário José Junges em entrevista concedida e gravada em áudio no dia 11/09/2020.

²⁰⁴ Cf. CARVALHO, Carlos Eduardo. *As origens e a gênese do Plano Collor*. Nova Economia: Belo Horizonte (MG), 16 (1), janeiro-abril de 2006, p. 101.

²⁰⁵ Cf. CARVALHO, Carlos Eduardo. *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?* Economia, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, jul./dez. 2003, p. 284-285.

Em Editorial do *Pó de Giz*, a APROFURG afirmava que a Reforma Administrativa revelava a profundidade das pretensões do plano do Governo em redimensionar o Estado para atender às novas exigências do grande capital e seu atual projeto de expansão, contrariando a Constituição na forma e no conteúdo das medidas aplicadas, uma vez que oferecia ao Estado um caráter centralizador e policialesco, de interventor no processo social e político, hierarquicamente verticalizado. “Enxugado” pela extinção de empresas públicas, o Estado assumiu o papel de interventor das classes dominantes no processo social, afinal, a Reforma Administrativa não trazia novidades, muito menos rupturas quanto à sua participação e presença enquanto instrumento de expansão do grande capital e da internacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, a Diretoria da APROFURG previa que o projeto neoliberal para a economia do país prejudicaria sobremaneira os serviços e as funções desempenhadas pelo Estado, pois levava em conta o avanço do capitalismo e a acumulação de riquezas à custa do arrocho salarial sobre os trabalhadores.²⁰⁶

Em decorrência dos motivos elencados anteriormente, o início dos anos noventa, assim como a década que se encerrava, continuavam marcados pela efervescência sindical, tanto que, em 20 de fevereiro de 1990, foi fundada a Intersindical de Rio Grande, Entidade que congregava cerca de 50 sindicatos e tinha como finalidade o enfrentamento coletivo das questões dos trabalhadores. Ainda no ano de 1990, nasceu o SINTEST/RS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação²⁰⁷ do Terceiro Grau no Rio Grande do Sul, entidade representativa dos servidores das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, filiado à CUT e à FASUBRA. As experiências e perspectivas classistas, aparentemente, passavam a desbravar e vislumbrar uma nova década. A APROFURG, fortalecida enquanto Seção Sindical do ANDES, filiada à CUT, acompanhou o “período de consolidação do Sindicato Nacional Docente que, em confronto com o Ministério da Educação, legitimou através de movimentos grevistas seu combate às propostas educacionais do governo”.²⁰⁸

Em um balanço da década, o recém-empossado Presidente do ANDES-SN (1990/1992), Carlos Baldijão, efetuou uma síntese conjuntural do surgimento do sindicalismo brasileiro, suas pautas de luta e a inserção do movimento docente.

É neste período que nasce um movimento sindical renovado e com novas perspectivas em direção a um sindicalismo livre e autônomo. Organiza-se a luta por democracia política e econômica, cresce o movimento por anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento docente nasce no mesmo período e participa ativamente de todas essas lutas [...].²⁰⁹

²⁰⁶ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, n° 037, Abril/1990, (Editorial), p. 2. Cabe mencionar que, a partir da Edição de número 37, o Boletim Informativo da APROFURG tem sua grafia alterada para “Pó de Giz”, sem hifenização.

²⁰⁷ Cf. GADOTTI, Moacir. *Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflitos*. Revista Adusp: São Paulo, 1996, p. 15. A denominação “trabalhadores em educação” ao invés de “educadores”, “professores” ou “profissionais da educação”, reflete uma mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral.

²⁰⁸ NAVARRO, Igenes Pinto. *ANDES-SN: Um Sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994)*. Cuiabá: ADUFMAT, 2001, p. 277.

²⁰⁹ BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. *Os desafios do movimento docente nos dez anos de lutas do ANDES-Sindicato Nacional*. Universidade e Sociedade, ANDES-SN, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 6-10, fev. 1991, p. 6.

Após dezoito meses de espera, em meio às lutas por valorização e respeito aos funcionários públicos de diferentes categorias, em 5 de abril, acabou expirando o prazo constitucional para a regulamentação do Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos. O Governo Sarney havia protelado por mais de um ano até encaminhar um Projeto de Lei concebido dentro de uma concepção autoritária das relações do Estado com os servidores públicos. Acompanhando o Poder Executivo, o Congresso Nacional não se eximiu de votar, na noite de 04 de abril, o projeto que estabelecia diretrizes repressivas contra os servidores. Na avaliação da Diretoria da APROFURG, o Congresso Nacional foi conivente com o novo Governo recém-empossado do Presidente Fernando Collor de Mello, “cuja medida provisória propõe tratar o servidor público com chicote e punição”. O professor Mário Junges denunciou e repudiou, em nome da Entidade, tal modo de proceder do Governo e, em comum acordo com a categoria, destacou uma série de exigências, entre elas, que o Congresso Nacional votasse prontamente um projeto de Lei que transformasse radicalmente as relações autoritárias vigentes entre o Estado e os servidores públicos (MP 159, antiga Lei nº 1711 de 1952), estabelecendo os fundamentos institucionais para a democratização da gestão do Estado e da Administração Pública, possibilitando, assim, a transparência e a publicidade exigida dos atos da Administração Pública a fim de tornar viáveis direitos mínimos previstos na Constituição para os servidores públicos, até agora não implementados, em especial, a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego.²¹⁰

Após a crise do Plano Collor, a sociedade brasileira viveu momentos críticos, afinal, os efeitos desastrosos das medidas econômicas propostas pelo Governo atingiram, de forma contundente, o poder aquisitivo de toda a população. O abandono da política dita ortodoxa, com ênfase no controle da oferta de moeda e na supressão dos instrumentos típicos da convivência com a moeda indexada e com a inflação alta, em setembro de 1990, marcou a derrota do Plano Collor e deu lugar à fase de acomodação, que se estendeu até o chamado Plano Collor II, no final de janeiro de 1991.²¹¹ A Diretoria da APROFURG avaliava que a população e os movimentos sociais pareciam perplexos e sem capacidade de indignação face à conjuntura política e econômica do país. Através de um chamamento, a APROFURG conclamou o movimento sindical para traçar planos e buscar uma ofensiva classista, partindo para ações mais adequadas a essa difícil situação, avaliando que alguns sindicatos mais estruturados conseguiram vencer os grilhões do opressor, recompondo, ao menos em parte, o poder aquisitivo de seus salários. Porém, a maioria das categorias estava na defensiva, temendo a perda do emprego, situação típica do quadro recessivo vivenciado.

A Diretoria também entendia que, com uma política alinhada ao ideário neoliberal, Fernando Collor de Mello e seus assessores decidiam o futuro do país, desprezando negociações políticas, caçoando dos partidos e das organizações populares, chegando inclusive a declarar, durante campanha eleitoral, que pretendiam banir do país todas as bandeiras vermelhas. Através da recessão, os tecnocratas de Collor conseguiram impor um virulento arrocho salarial à classe trabalhadora, ampliando o medo de demissões tanto nas empresas públicas quanto nas privadas, causando angústia nos trabalhadores brasileiros e oportunizando a maximização dos lucros do grande empresariado nacional e internacional.

²¹⁰ Cf. Pó-de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, nº 038, Maio/1990, p. 7.

²¹¹ Cf. CARVALHO, Carlos Eduardo. *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?* Economia, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, jul./dez. 2003, p. 284-285.

Essa ofensiva neoliberal foi amparada sob o argumento de “superação do déficit público” e conduziu o Governo a realizar, de forma ágil, a privatização de inúmeras empresas estatais, que foram tornadas deficitárias de modo proposital, caracterizando uma prática política entreguista, que beneficiava a iniciativa privada nacional e internacional, contando com apoio dos poderosos monopólios de comunicação controlados pelas classes dominantes.²¹²

No momento em que a Universidade do Rio Grande completava 21 anos desde sua fundação, em meio a um cenário de reformas e emergindo de um processo político de democratização da escolha de seus representantes pela comunidade universitária, de modo geral, as Instituições Públicas de Ensino Superior se encontravam desacreditadas perante a sociedade brasileira, com docentes e demais servidores taxados de incompetentes. Acusada de corporativa, ineficiente e onerosa aos cofres públicos, tais falácias ecoavam entre a população e repercutiam com intensidade na imprensa nacional, favorecendo os interesses privatistas relacionados à exploração comercial da educação superior no país.

Diante dos ataques constantes à Universidade brasileira e ao funcionalismo público, a APROFURG tratava de promover a renovação de sua Direção, como forma de dar continuidade às lutas do movimento docente, em defesa da educação, dos interesses classistas e da categoria, bem como pela manutenção do respeito à Constituição Federal e das garantias democráticas nela previstas, através de Edital de Convocação para inscrição de chapas ao pleito da Entidade.²¹³

Com a inauguração de sua sede, em 16 de outubro, um dia após cumprir a trajetória de 10 anos de lutas, através do Pó de Giz, a Diretoria, além de tecer agradecimentos ao Reitor Orlando Macedo Fernandes, pelo empenho pessoal na cedência do terreno para a construção do prédio, reconheceu a importância do trabalho coletivo realizado com o pessoal da Sub-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (SURPLADE) – responsáveis pela elaboração do Projeto – particularmente aos professores Bolivar e Rudinei e aos estagiários do Colégio Técnico Industrial (CTI) pela instalação elétrica, bem como aos operários Flávio Luiz Machado de Ávila, Júlio Erlí da Silva Ayres, Luís Adão Aguiar Barbosa, Paulo Pereira Vieira e à funcionária Maria Alice Arona Santana.

Ao manifestar seu entusiasmo com a consolidação, as conquistas e os avanços obtidos pela Associação, o Presidente Mário Junges escreveu em nome da Diretoria:

Parabéns! Em andar ainda cambaleante os primeiros passos foram dados. O berço era hostil, mas o recém-nascido, com ar de “gente grande”, veio para não se curvar. Não havia pressa. Era necessária uma consolidação responsável e firme. Tinha caducado a velha entropia individualista. Não faltou quem quisesse, sem pudor algum, aferrado ao velho, golpear de morte, o novo. Foram dias de muita aflição. A certeza da afirmação definitiva gerava uma expectativa leve e ao mesmo tempo nervosa, em acaloradas discussões. O pugilo era coeso e decisões amadurecidas davam o rumo. Não descansavam. Andavam envoltos, pensando no porvir, assumindo as mazelas de um coletivo passivo e inerte. Frente aos olhos incrédulos de muitos, pisavam forte, com a cabeça erguida e olhar para o horizonte, sem ligar para os rostos

²¹² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, nº 039, Agosto/1990, (Editorial), p. 2.

²¹³ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, nº 039, Agosto/1990, p. 3.

que se viravam. Na verdade no pensar de não poucos, nascia um embrião subversivo. Com firmeza os espaços foram sendo ocupados. A discussão e o exercício dialético, começou a vicejar. Corporificava-se a ação combativa, na saga incansável, em defesa dos interesses do coletivo local e nacional. O ar de assombro inicial iluminava-se gradativamente. Se consolidou no palco da Universidade do Rio Grande, um espaço de igualdade, um espaço democrático. Nascia a APROFURG. Uma entidade, que conquistou o respeito da comunidade universitária, pelo avanço na discussão democrática e pela luta “teimosa” em defesa da autonomia da Universidade Pública Gratuita. Hoje ao completar 10 anos de existência, em nome da Diretoria, gostaria de abraçar e homenagear a todos os sócios desta entidade em especial os ex-diretores e ao mesmo tempo conclamá-los a cerrar fileiras para fazermos frente aos duros tempos que estamos passando.²¹⁴

No início da década 1990, próximo ao término de seu mandato, em síntese que abordava aspectos da trajetória de 10 anos da APROFURG publicada no jornal da Entidade, o Professor Mário Junges rememorou o contexto Institucional adverso, motivado pela tutela exercida através do Ministro Chefe da Casa Civil do Governo João Figueiredo²¹⁵ e destacou a resistência empreendida pelos docentes que promoveram, de modo consciente, articulações políticas que levaram à gênese de sua entidade representativa.

Em uma sociedade que se modernizou pela via do autoritarismo, a criação de universidades públicas – federais e estaduais – acarretou a ampliação dos corpos docente e discente²¹⁶, caracterizando uma expansão desordenada das Instituições que implicou o comprometimento dos docentes com a qualidade do ensino, ainda que baseado ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional, em que a educação servia aos interesses governamentais, sendo que o sistema de ensino superior do país passou a ser reformulado de acordo com essa Doutrina.²¹⁷

De 1979 a 1988, a educação superior passou a ser vigiada de maneira dissimulada: a conjuntura e o projeto de abertura “lenta, gradual e segura” requeriam que o caráter coercitivo do regime fosse ocultado. A continuidade da vigilância era fundamental para evitar que a distensão tomasse rumos indesejados, mas, ao mesmo tempo, isso deveria deixar de ocorrer de modo ostensivo, para evitar que a oposição, naquela conjuntura já com uma maior margem de manobra, utilizasse a situação como mote para críticas ao governo. Nesse sentido, vale lembrar que, em 8 de maio de 1979, o então Ministro da Educação

²¹⁴ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 040, Outubro/1990, (Editorial), p. 2.

²¹⁵ Jornal da FURG, Setor de Comunicação Social, Rio Grande: janeiro/1980, nº 2, p. 8. Quando da ocasião em que a Universidade passou a publicar seu jornal, Golbery do Couto e Silva e o Ministro da educação Eduardo Portella enviaram correspondência ao Reitor, com o intuito de festejar a iniciativa.

²¹⁶ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política*. Páginas – Revista Digital de La Escuela de Historia, Universidade Nacional de Rosario, año 8 – nº 17, Mayo – Agosto, 2016, p. 16.

²¹⁷ Cf. COSTA, Bianca Silva. *O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”*. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2009, p. 114-116.

Eduardo Portella, por meio de uma comunicação interna, teria solicitado às instituições de educação superior do país a extinção formal de suas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Aos poucos, as assessorias foram sendo formalmente extintas. Os militares que as chefiavam, contudo, permaneciam nas instituições, como “assessores especiais” dos reitores, dando continuidade ao exercício das funções de vigilância realizadas no interior das instituições de educação superior desde fins da década de 1960.²¹⁸

O malogro da Ditadura Civil-Militar e o abrandamento gradativo das práticas coercitivas nas Instituições de Ensino Superior, somados às lutas contra o autoritarismo vigente, desferidas por estudantes e docentes de diversas universidades brasileiras, ainda que mediadas e, de certa forma, controladas pelas elites que compunham o poder político, foram determinantes para a consolidação do processo de redemocratização do país.

A Constituição de 1988 declarou que o Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, tem entre os seus fundamentos “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” e entre seus objetivos “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em linhas gerais, esses arranjos jurídico-constitucionais são típicos do que se convencionou genericamente denominar “Estado social” ou “Estado de direito democrático e social”. O Estado de direito democrático e social, nesse sentido, é o tipo histórico de Estado característico do século XX, resultante das inflexões institucionais provocadas pelo ascenso da organização e da luta dos trabalhadores²¹⁹. Luta na qual muitos docentes da URG, representados pela APROFURG, participaram ativamente ao longo de toda a década.

Nos anos 1980, o modo de funcionamento e o papel do organismo sindical sofreram inúmeras mudanças, comparado ao período de estabilidade da Ditadura Civil-Militar (1968-1978), quando funcionou como um sindicalismo de governo, com a maioria de seus diretores pelegos. O gradativo arrefecimento do controle governamental sobre a vida dos sindicatos teve alguns marcos importantes, como o surgimento das greves de massa na conjuntura de 1978 a 1980; o processo de mudança do funcionamento e do papel do sindicalismo oficial com a criação da CUT em 1983, bem como a política liberalizante iniciada por Almir Pazzianotto em 1985, na qualidade de Ministro do Trabalho do governo civil de José Sarney, que aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor exemplarmente as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica. Por fim, a promulgação da Constituição de 1988 coroou de êxito esse processo de liberalização, ao impor obstáculos através de diversos dispositivos constitucionais que tratam das questões sindicais, promovendo a ingerência direta e pormenorizada do Governo na gestão dos sindicatos oficiais.²²⁰

Destarte, a luta dos trabalhadores em educação de nível superior buscou a eliminação dos antigos paradigmas educacionais, sobretudo em defesa da autonomia

²¹⁸ MANSAN, Jaime Valim. *Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988)*. CLIO-Revista de Pesquisa Histórica, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2013, p. 11.

²¹⁹ Cf. PINTO, Élica Graziane; XIMENES, Salomão Barros. *Financiamento dos direitos sociais na Constituição de 1988: do “Pacto Assimétrico” ao “Estado de Sítio Fiscal”*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 39, n.º. 145, 2018, p. 983-984.

²²⁰ Cf. JÚNIOR, Armando Boito. O sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção Trajetória 8), 2005, p. 81-82.

universitária, com vistas ao ensino público, gratuito de qualidade e socialmente referenciado, fazendo valer o texto constitucional e a promoção da consolidação do Estado de direito democrático e social.

O corolário do conjunto das circunstâncias elencadas anteriormente, quando observadas no contexto de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade do Rio Grande em meados da década de 1980²²¹, acarretou aumento qualitativo do ensino e quantitativo de docentes, tornando mais complexas e pluralizadas as relações políticas, no âmbito das interlocuções políticas que determinavam os fazeres associativos e sindicais dos trabalhadores em educação. Assim sendo, ao festejar a primeira década de existência da Associação dos Docentes da Universidade do Rio Grande, o Professor Mário Junges refletiu acerca dos tortuosos caminhos trilhados no sentido de garantir as liberdades necessárias para lutar, organizar e transformar.

(...)

*O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce (...)
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu
Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu (...)*

(A cidade, 1994. Chico Science)

²²¹ Entre os anos de 1984 e 1987, foram criados os cursos de Licenciatura Plena em Letras – Português/Inglês, enquanto extensão da FURG em Santa Vitória do Palmar, Licenciatura Plena em Educação Artística – habilitação Artes Plásticas e os cursos de Bacharelado em Geografia e Bacharelado em História.

“CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E LUTA COLETIVA”

Uma caricatura do Presidente Fernando Collor de Mello com o rosto em aspecto amadeirado e um nariz semelhante ao do personagem clássico da literatura infantojuvenil criado pelo italiano Carlo Callodi, ilustrava a capa do *Pó-de-Giz*, de abril de 1991, sob o título “Brasil, um país onde quem pode mais chora menos”. Nessa matéria de capa, a Diretoria da APROFURG afirmava veementemente que a conjuntura apresentava os piores momentos da Universidade brasileira em todos os tempos, bem como denunciava a falta de um projeto de Estado em relação à educação. A crise era agravada pelo trabalho incessante da grande imprensa, que mantinha agressiva campanha para influenciar a opinião pública acerca do argumento de que as Universidades Federais eram improdutivas e não mereciam receber investimentos.

Em dezembro de 1990, foi aprovada pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados a Nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (NLDB). Esse projeto foi resultado de um amplo debate, com audiências públicas, que garantiram ampla participação da sociedade em sua elaboração. Ainda assim, enquanto a comunidade envolvida na formulação da NLDB aguardava a tramitação do projeto, em contraproposta, surgiu o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação 1991/1995”. Esse documento que atropelou a NLDB em tramitação no Congresso Nacional tinha como base a competitividade e a modernização (autonomia e avaliação sem recursos), restringindo a ampliação das Universidades Públicas, exigindo a fixação dos quadros docentes, planos de carreira e tabelas salariais, bem como estabelecendo que os alunos prestassem serviço civil obrigatório ou pagassem pelo ensino/formação recebidos. Para a Diretoria da APROFURG, o Programa era definido por uma lógica na qual “quem não tem dinheiro trabalha para pagar o que recebeu (que é público) e quem tem, paga. É a política do quem pode mais chora menos”²²².

O açodamento na tramitação da NLDB, através de uma proposta parcial para o ensino superior de cunho privatizante, bem como o desrespeito ao acordo firmado para a aprovação do projeto de RJU – quando o Governo tentou reverter conquistas provenientes de lutas históricas da categoria – e o descumprimento frequente da Constituição Federal adido ao afronte ao MD e demais Servidores Públicos Federais (SPFs) – por meio do Projeto de Lei N° 910/91, enviado ao Congresso Nacional, que propunha excluir grande parte dos SPFs da reestruturação das tabelas salariais – fez com que, no decorrer do 10° Congresso do ANDES, fosse reafirmada a necessidade de intensificar a articulação com as demais categorias dos SPFs, na busca da unidade da luta e em contraposição à política do Executivo Federal. Assim sendo, em março, o movimento conjunto dos SPFs indicava a construção de greve conjunta das categorias.

Diante das constantes agressões à Universidade pública e aos trabalhadores(as) da educação, a Gestão 1990-1992, composta pela Presidenta Dorilda Grolli, Vice-Presidente:

²²² *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/n°, abril de 1991, folha de capa. O jornalista responsável pelas edições do *Pó-de-Giz* entre abril e setembro de 1991 foi Paulo Otávio Bainy Pinho.

Ernesto Luiz Casares Pinto, Secretário-Geral: Rafael Caldela Filho, 1ª Secretária: Neiva Maria Bohns, Tesoureira-Geral: Méri Rosane Santos da Silva e 1º Tesoureiro: João José R. Braga, entendia que as principais motivações da Entidade deveriam consistir na luta pela participação cidadã de forma organizada e pela via da construção coletiva por parte dos trabalhadores.²²³

Para tanto, a Direção da Associação propôs como política da Entidade, a ampliação do espaço democrático, tendo como ferramenta o veículo de imprensa da Seção Sindical, que se dispunha a expandir as discussões e produções científicas, políticas, sociais e econômicas surgidas na FURG e nas demais Instituições Federais de Ensino Superior. A Comissão Editorial, capitaneada pelo jornalista Paulo Otávio Pinho, passou a manter um canal permanente de recebimento de artigos dos docentes, inaugurando a possibilidade de utilização do *Pó-de-Giz* como veículo de difusão de informações e expositor das mais variadas opiniões formadoras do perfil da comunidade universitária. A inclusão de um profissional da área de comunicação era vista pela Diretoria como uma forma de o impresso contribuir para legitimar a luta por uma universidade pública e de qualidade, através da ampliação das discussões e exposição dos problemas da categoria.²²⁴

Enquanto os docentes reuniam-se a fim de deliberarem a proposição do ANDES-SN em relação à realização de uma paralisação nacional nos dias 09 e 10 de abril, a proposta do Governo de uma nova política para o Ensino Superior, lançada como detalhamento do “Projeto de Reconstrução Nacional”, incluía como prioridade uma ideia difusa de Autonomia Universitária. De modo geral, a nomeação do Reitor continuaria sendo feita por decreto, dentre uma lista tríplice, apresentada por cada universidade. Os demais dirigentes seriam designados pelo Reitor, nos termos do Estatuto, que definiria o processo de escolha. O documento evidenciava claramente a necessidade de ser assegurada a predominância da categoria docente, e tornava obrigatória a existência dos colegiados superiores, tais como Conselho Universitário – órgão deliberativo máximo e do Conselho Curador – órgão fiscal (com representação do MEC).

O Projeto previa, ainda, que o orçamento de cada universidade seria global, com delimitação, por força de lei, a ser alcançado num prazo máximo que a própria lei poderia estipular, de um teto para atividades-meio e de um piso para atividades-fim. O Congresso Nacional procederia à distribuição entre as universidades, oferecendo o MEC todos os subsídios e informações técnicas necessárias. Um dos itens mais polêmicos se referia à autonomia administrativa, em que, conforme o texto “As universidades teriam autonomia para fixar seus quadros, planos de carreira e tabelas salariais, bem como seus próprios critérios e políticas de administração do pessoal docente e técnico-administrativo.” Cabe mencionar que os processos avaliativos foram colocados como instrumentos imprescindíveis de ajuste do desempenho aos padrões exigíveis e de cobrança pela sociedade, em que a autoavaliação teria obrigatoriedade prevista em lei, cabendo aos colegiados superiores a forma de implementar o processo. Quanto à avaliação externa, seriam mantidos e desenvolvidos os atuais sistemas da Coordenação de Aperfeiçoamento

²²³ Texto publicado pela Professora Dorilda Grolli, Presidenta da APROFURG no biênio 1990/92. In: DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 35-36.

²²⁴ *Pó-de-Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, abril de 1991, (Editorial), p. 2.

de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A Professora Maria Teresa Papaléo, ao comentar o “Projeto de Reconstrução Nacional” e sua proposta referentes à autonomia universitária, tratou de lembrar que a luta das Universidades brasileiras para garantir a justa relação entre trabalho/salário/qualidade, fixou uma política salarial única, visando garantir que a remuneração pelo trabalho realizado possibilitasse igualdade e qualidade nas atividades acadêmicas. A política salarial tinha por objetivo garantir que as desigualdades estruturais e sistêmicas da sociedade não fossem automaticamente reproduzidas, uma vez que a remuneração pelo trabalho não poderia contradizer ou escapar das determinações do próprio plano de carreira, tanto dos docentes quanto do pessoal técnico. Nesse sentido, havia o temor de que ocorresse a concretização da nova proposta, na medida em que, para suprir seu quadro docente, muitas universidades federais, inclusive a URG, acabassem estabelecendo uma política de aviltamento profissional através da contratação de docentes mediante o achatamento dos salários.²²⁵

Refletindo acerca das medidas ditas “modernizantes”, propostas pelo Governo em decorrência do “Projeto de Reconstrução Nacional”, o Professor Ildemar Luiz Rech afirmava que o Brasil se caracterizava por práticas patrimonialistas, em que as elites dominantes encaravam os negócios públicos como negócios privados, e com apoio de setores ligados à grande imprensa, passavam a transmitir a sensação de modernidade para a população. Porém, em sua opinião, a modernidade não acontecia “magicamente”, muito menos pela metade, isto é, devido a uma atualização da estrutura do país, no sentido de sua adaptação dependente aos padrões internacionais e econômicos do capitalismo mundial. A modernidade exigia mudanças estruturais, que democratizassem e equalizassem a formação social brasileira, o que não aconteceria sem o desenvolvimento da sociedade civil e de sua efetiva participação política. Assim sendo, conforme o Professor Ildemar Rech, o “pacotão da equipe Collor, no que tange à educação universitária, quer introduzir o ensino pago, mas acena com a possibilidade de acesso democrático ao ensino, através de uma farsa”. Verificando a dilapidação do serviço público através da privatização de espaços vitais, o Professor entendia que a modernidade de Collor “é atrofiada e “modernosa”, na medida em que se restringia aos moldes de eficiência produtiva das grandes empresas, visando o lucro para uma minoria”, provocando concentração de renda, desemprego estrutural, arrocho salarial e dilapidação do sistema público de saúde, educação e demais serviços.²²⁶

Com vistas a esse quadro problemático que atingia frontalmente as relações trabalhistas, salariais e a qualidade do ensino superior no país, professores e servidores deflagraram, em 05 de junho de 1991, Greve Nacional.²²⁷ Inicialmente, os docentes

²²⁵ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, abril de 1991, p. 4.

²²⁶ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, abril de 1991, p. 5.

²²⁷ A greve conjunta de professores e servidores teve duração de 107 dias – 05/06 a 07/09 e contou com a adesão de 45 IFES. Entre as reivindicações estavam a reposição de 144,88%; incorporação das perdas salariais dos planos Bresser, Verão e Collor – 640,39%; abertura de concurso público; expansão do Quadro de Pessoal; eleição direta para Reitor; garantia de repasse para o ANDES das contribuições dos docentes. Os resultados obtidos foram a rejeição da MP 296/91 que excluía docentes e servidores do reajuste; reajuste aos SPFs de 20%; correção da tabela dos docentes das IFES – variando de 51,8% (auxiliar 1 – 20h) e 77,45% (titular e doutorado); Set. 91 – docentes conquistam novo reajuste na tabela

da FURG solicitavam esclarecimentos em relação ao número de universidades paralisadas durante a manifestação do dia 15 de maio. De comum acordo, com base no reduzido número de IFES paralisadas, concluíram que faltou competência do ANDES no planejamento da paralisação e permaneceram divididos quanto à adesão ao movimento de greve.²²⁸

Mais de dois meses depois, em nova Assembleia, foi feita a leitura de um comunicado remetido pelo ANDES, cujo ponto fundamental tratava da derrubada da Medida Provisória nº 296 de 29 de maio de 1991²²⁹. Ainda assim, alguns docentes, como a Professora Cleuza Almeida, externaram sua opinião contrária à greve, argumentando que os docentes da FURG não apresentavam condições de assumi-la, pois nem mesmo possuíam um fundo de greve. Enquanto alternativa de pressão política, foi sugerida pela Professora a organização de uma caravana à Brasília. A docente acrescentou ainda uma veemente solicitação de que o sindicato dos técnicos administrativos da FURG não interferisse no movimento docente, através de divulgações, tais como cartazes afixados no auditório, com informações referentes a salário. O Professor Jussemar Weiss Gonçalves observou que um jogo de forças pressupõe, ao menos, aparelhamento suficiente para tanto e questionou se o instrumento greve era eficaz naquele momento, concluindo que política se faz programaticamente. Depois de intenso debate, foi colocada em votação a adesão dos docentes ao movimento que havia eclodido há uma semana. Embora houvesse inúmeras divergências que sinalizavam um panorama de indecisões, a votação indicou por unanimidade a adesão imediata a greve em 13 de junho.²³⁰

Caracterizando a greve como “uma decisão madura”, a diretoria da APROFURG manifestou solidariedade em relação ao movimento nacional, afirmando que o sucesso da reação dos docentes em relação a um Governo que não respeitava parâmetros de negociações estava diretamente ligado à capacidade organizativa da categoria e que, portanto, a greve era o “termômetro da consciência e da responsabilidade da classe profissional”. Em Assembleia do dia 5 de junho, os docentes decidiram, em um primeiro momento, optar pela discussão de suas reais possibilidades de mobilização, ainda que, historicamente, até aquele momento, o movimento docente local houvesse participado de todas as greves nacionais.

– 20% (auxiliar 1 – 20h) e 48,8% (titular e doutorado). Aumento gratificações por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado); gratificação de 12% (especialização); aumento da Gratificação de DE de 50% para 55%. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 4.

²²⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Sede da APROFURG-SS, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 03/04/1991, p. 1.

²²⁹ O texto da Medida Provisória enviada ao Congresso Nacional tinha como principal dispositivo, alterar a remuneração dos funcionários civis e militares da União. Cf. Medida Provisória nº 296, de 29 de Maio de 1991. A justificativa de sua tramitação assentava-se na necessidade urgente de “corrigir distorções na remuneração de determinadas categorias de servidores civis e militares, respeitando o limite salarial fixado para o serviço público federal”. Cf. Diário do Congresso Nacional. Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Brasília – Distrito Federal, Junho de 1991, p. 1746. A votação ocorreu em dois turnos ocorreu em 26/06/1991, tendo como desfecho sua rejeição. Cf. Diário do Congresso Nacional. Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Brasília – Distrito Federal, Julho a Setembro de 1991, p. 2083 a 2098.

²³⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Sede da APROFURG-SS, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 13/06/1991, p. 1 e 2.

Considerando todos os aspectos apontados, a gravidade do momento, a urgência do setor em exercer uma pressão política mais contundente pelo atendimento de suas reivindicações e a necessidade de manter os esforços da unificação da luta com os demais servidores públicos federais, o setor das Federais do ANDES-SN deliberou pela aprovação da Greve dos Docentes das IFES, a partir do dia 5 de junho, com instalação do Comando Nacional de Greve, em Brasília.

Expondo a necessidade de repensar velhas práticas que algumas vezes acabavam redundando em profundo desgaste para o próprio movimento, a Diretoria da APROFURG frequentemente era confrontada pelos docentes com a seguinte indagação: “De que maneira chegaremos a uma ação contundente, não carregada de velhos vícios?”. Naquele momento, os docentes acreditavam que uma ação incisiva teria capacidade de atingir o opositor, fazendo-o repensar sua prática e, portanto, a greve enquanto instrumento de luta política, deveria ter esta capacidade e ser construída enquanto decorrência de um processo sustentado pela força e capacidade de mobilização da categoria.²³¹

Em que pese as reflexões dos professores em torno da adesão ao movimento grevista, o que, de certa forma, retardava quaisquer ações contundentes, condicionando o MD da FURG a uma situação vacilante frente à conjuntura local e nacional, com base nos ínfimos registros contidos em Atas de Assembleias realizadas na época, foi possível verificar que até sindicalizados mais adeptos e identificados com as práticas grevista não encontravam justificativas para levar a cabo quaisquer paralisação. O impasse compreendia, sobretudo, os efeitos da greve enquanto instrumento eficaz de reivindicação, mesmo diante do quadro de degradação das universidades, do Ensino Superior e do agravamento das condições laboriosas e das questões salariais.

Apesar da necessidade de a categoria avançar no aprofundamento do debate de questões mais gerais das lutas sociais e políticas, o começo da década de 1990 sinalizou um momento crítico para as diretrizes sindicais, trazendo, pela primeira vez desde o surgimento do movimento docente nacional, a apatia e a fragmentação de sua militância.²³² Sob a “era neoliberal”, ocorreu uma variação qualitativa na direção social-democrata do “novo sindicalismo”, alternando de uma “orientação de confronto para uma orientação propositiva”, indicando o desenvolvimento de um tipo de “sindicalismo de resultados” influenciado pela Central Única dos Trabalhadores, mais disposta ao diálogo que ao confronto com o capital.²³³

As aflições e reflexões proferidas pelo Professor Jussemar Weiss Gonçalves, durante Assembleia, no sentido de que “O Brasil está se desmanchando”, ao mesmo tempo em que “somos incapazes de levar uma luta pela melhoria do ensino”, pois “estamos aqui discutindo, mais do que salários, a eficiência de uma profissão que perde seu lugar na sociedade”, oferecem uma dimensão do clima da época.²³⁴

²³¹ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 1991, capa.

²³² VERGARA, Alcides José Sanches. *Ação sindical do movimento docente universitário (1982-2002)*. Dissertação de Mestrado, Programa Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPHS), Porto Alegre – RS, 2003, p. 78.

²³³ Cf. ALVES, Giovanni. *Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social”: Ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998)*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 15, 2000, p. 120.

²³⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Sede da APROFURG-SS, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 06/08/1991, p. 1.

Diante desse panorama de indecisões, incertezas e receios, em artigo ao *Pó de Giz*, o Professor Claudio Omar Nunes elencou os motivos que levaram os docentes da FURG a não decretarem greve. Conforme o docente:

Essa decisão não deve ser confundida com uma posição de conformidade com a política salarial do Governo, particularmente. Durante a assembleia, foram unânimes as manifestações contra essa política. Assim, o que acabou orientando o posicionamento dos docentes foi o entendimento, primeiro de que a greve não é o único recurso de que dispomos para pressionar o Governo. Segundo, o que também influenciou no posicionamento da assembleia foi a avaliação de que o momento de deflagração da greve (final de semestre) era politicamente inoportuno. A essa avaliação somou-se a consciência das escassas condições de sustentação da greve, devido à precariedade do fundo de greve. Dificilmente, a categoria conseguiria superar essa dificuldade, uma vez deflagrado o movimento, já que não se vislumbrava a perspectiva de apoios externos ao movimento. Na sociedade como um todo – e na comunidade rio-grandina em particular – manifesta-se claramente um sentimento de apatia, quando não de desaprovação com relação aos sucessivos movimentos paredistas. Desse modo, em se desejando respaldo às nossas reivindicações, precisamos considerar o risco de vulgarização da greve.²³⁵

Em sua avaliação, Claudio Omar Nunes afirmava que, devido ao cenário político de atuações inflexíveis do Governo, que tergiversava sobre a pauta de reivindicações do MD, reforçado por manobras que propunham alterações nas tabelas de várias categorias de servidores, o atropelo das negociações e a promulgação da Medida Provisória nº 296, com o mesmo teor do Projeto que se encontrava no Congresso causou um “corre-corre”, no qual, sob sua ótica, o MD acabou se “enredando”, afinal, a pauta original de reivindicações acabou esquecida e todas as demais articulações acabaram voltadas para a MP 296. Diante disso, as palavras de ordem passaram a ser “pressionar o STF para que declarasse a inconstitucionalidade da MP-296” e “pressionar o Congresso para que não aceitasse sua tramitação”.

Transcorridos 93 dias de greve, as pressões acabaram surtindo efeito e, em uma nítida ação derrotista, o Governo passou a atacar novamente os servidores públicos federais e o ensino público, investindo naquilo que denominou de “Emenda”, prevendo propostas de mudanças na Constituição Federal, com ideias de enxugamento das responsabilidades do Estado, o fim da exigência de aplicação de 18% da receita corrente em educação, o fim da irredutibilidade de vencimentos e da isonomia (ainda não implementada) aos docentes, bem como da aposentadoria por tempo de serviço e da suspensão da estabilidade.

Em artigo de capa do *Pó de Giz*, a Diretoria da APROFURG tratou de comemorar as diversas vitórias políticas obtidas durante os dias em que o Movimento Nacional Grevista atuou em defesa dos interesses da categoria e da educação superior. Dentre as conquistas, elencou a derrubada da MP 296, grande inserção do movimento grevista na imprensa nacional, apoio da opinião pública, de entidades e de parlamentares,

²³⁵ *Pó-de-Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, setembro de 1991, p. 3.

resultando na queda do Ministro da Educação, Carlos Alberto Gomes Chiarelli, tornando pública a grave crise pela qual passavam as universidades brasileiras.

Apesar do momento crítico em razão da extensão da greve, a Diretoria da APROFURG defendeu sua manutenção como expressão da consciência da categoria, baseada na representatividade das Associações Docentes que compunham o ANDES-SN, afinal, com a divulgação das propostas contidas no “Emendão”, mesmo após o término da greve, a luta deveria continuar na mesa de negociação, onde a correlação de forças determinaria seu resultado.²³⁶

Afora a dissensão da categoria docente da FURG, tanto em relação à adesão e avaliações de greve, quanto ao contexto político da época, na medida em que a mobilização em âmbito nacional passou a perder forças²³⁷, ao mesmo tempo em que transcorreu a recomposição da Diretoria da APROFURG²³⁸, o encaminhamento da formação da Comissão Estatuinte da FURG passou a ocupar o MD, gerando discussões acaloradas durante a Assembleia realizada em 20 de setembro.

Inconclusiva quanto à intenção da APROFURG em integrar a Comissão Estatuinte, durante a Plenária, o Professor Carlos Ademir Gonçalves de Lima afirmou que, caso a Entidade abandonasse a Comissão, deveria elaborar e entregar uma proposta, como forma de contribuição. A Professora Méri Rosane da Silva, por solicitação do Professor Ernesto Alquatti, explicou que a nova Comissão Estatuinte deveria rever o projeto antigo e, posteriormente, colocá-lo em votação através de plebiscito. O Professor Alquatti se colocou contrário à participação da APROFURG devido à ausência de apresentação de propostas claras e em decorrência da LDB não estar concluída, propondo a interrupção da Comissão. Enquanto outros docentes acompanhavam o posicionamento do Professor Ernesto, seu colega, Professor Manoel Luís Martins da Cruz “colocou-se favoravelmente à reativação da discussão dentro da APROFURG do conceito de democracia e sua inconformidade quanto a não participação dos segmentos discentes e técnicos nesta discussão”.

O debate acalorado seguiu com a afirmação do Professor Lima de que “muitos vivem falando em democracia e paridade, sem apresentarem o devido conhecimento do assunto”, enfatizando a necessidade de superação do impasse estabelecido. Sendo assim, optou-se pela apresentação de duas propostas, ambas aprovadas em Assembleia: a) A APROFURG suspende a participação na Comissão atual e promove discussão sobre o assunto; b) Realização de um fórum de debates, a fim de serem coletados elementos para a elaboração do Estatuto.²³⁹ Em vista das discussões e da reelaboração do novo Estatuto, a Diretoria da APROFURG passou a analisar as Atas da Estatuinte, cujas reuniões deram-se no período de 21 de março a 04 de julho. Tal apreciação

²³⁶ Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, setembro de 1991, capa.

²³⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sede da APROFURG, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 17/09/1991, p. 1.

²³⁸ Recomposição da Diretoria (20/06/1991). Presidenta: Dorilda Grolli, Vice-Presidente: Maria Antonieta Lavoratti, Secretário Geral: Neiva Maria Bohns, 1º Secretário: Hildemar Rech, Tesoureira Geral: Méri Rosane da Silva e 1º Tesoureiro: João José R. Braga.

²³⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Anfiteatro do *Campus* Cidade da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 20/09/1991, p. 1 e 2.

procurou elucidar para a comunidade o tipo de discussão realizada pela referida Comissão e suas consequências sobre a Universidade.

Na medida em que avançavam na leitura das Atas, os membros da Diretoria perceberam que as posições ali expressas deveriam ser divulgadas, pois elas deixavam explícitos que alguns membros da referida Comissão confundiam conceitos, viam antagonismos de classe e desconheciam a natureza da Instituição universitária. Em razão desses equívocos, propuseram uma democracia de cunho político para o contexto acadêmico. Os professores encarregados da análise notaram ainda que, subjacente a todas as atas, existia uma visão intransigente, autoritária que mascarada por discursos ditos democráticos, não cedia um milímetro e impossibilitava o fluir da Estatuinte, gerando um grave impasse, evidenciado transversalmente pela proposta de alguns membros para que a participação nos cargos da direção da Universidade fosse de acesso a todos os membros da comunidade, incluindo alunos e funcionários.

Ao incluir toda a comunidade acadêmica, o impasse acabou ganhando dimensões políticas que, na opinião de alguns membros que analisavam as Atas da Estatuinte, ultrapassava as especificidades e atribuições da Universidade, pois alguns pensavam e projetavam a Universidade como um lugar privilegiado de produção de um saber determinado, enquanto, para outros, a Universidade produzia todo e qualquer saber e que era o lugar de realização da luta de classes, considerando o professor – função – como classe social.²⁴⁰

Depois que a comunidade universitária rejeitou o Estatuto por considerar que a proposta não mexia na estrutura do aspecto administrativo e nas relações de poder, a Comissão Estatuinte realizou inúmeras reuniões com professores e técnicos administrativos. Havia ao menos um consenso entre os participantes: “a universidade deve ser pública, democrática e de qualidade”. Foram delimitados objetivos para a FURG, partindo da premissa de que a Instituição visa à produção do conhecimento, dessa forma, deveria buscar a qualificação através da pesquisa e graduação.

No decorrer das discussões, acabaram prevalecendo duas propostas. A primeira foi defendida pelo grupo que entendia que “a produção do conhecimento não poderia ser uma função específica do corpo docente, sendo responsabilidade de todos da universidade”. O outro grupo, apresentando a proposta de que a Universidade deveria funcionar com base em departamentos, cursos, e discentes participando dos colegiados. Tal proposta defendia a ideia de que a responsabilidade específica de produção do conhecimento é docente, por isso a FURG precisaria se qualificar, a partir de uma política de incentivo à qualificação dos professores. Devido ao impasse, os grupos voltaram-se às suas bases para ampliar o debate a respeito do que é a Universidade, qual seu objetivo e finalidade. O ponto mais polêmico nas discussões continuava sendo a possibilidade de alunos e funcionários elegerem-se para o cargo de reitor.

Os técnicos administrativos consideravam a proposta avançadíssima para o atual estágio das relações dentro da Universidade brasileira. Conforme a Vice-Presidente da APTAFURG, Maria de Lourdes Lose, “esta proposição foi feita para chegar a um meio termo”, afinal, reconhecia que a ideia não era unanimidade na FURG. Maria de Lourdes afirmava ainda que “não havia um medidor para se saber quem produzia conhecimento dentro da universidade”. “Quem pode afirmar que um laboratorista ou varredor não está contribuindo para a produção do conhecimento?”. Para Maria de Lourdes, a Universidade

²⁴⁰ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, setembro de 1991, p. 6.

era segmentada e, portanto, deveria produzir pesquisa social a partir de todos e não só de um segmento, apresentando-se como um polo de discussão permanente, “pois hoje ela retrata a situação que temos na rua, o poder concentrado nas mãos de poucos (professores)”.

Em contrarresposta, a professora Maria Tereza Papaléo questionava como um aluno que chegava à Universidade para se qualificar poderia chefiar aqueles dos quais depende para realizar essa formação e ser considerado um profissional. Maria Tereza salientava que era fundamental à Universidade, antes de tudo, definir questões “como o que ela é e para que se destina”, sob pena de a Instituição cair no corporativismo, fechada à sua essência, que é o conhecimento. “Não estamos num parlamento, estamos numa universidade, preocupados em prestar um serviço de qualidade de acordo com sua finalidade. Temos muitos outros problemas mais urgentes como a estrutura autoritária que a Estatuinte poderá transformar”.²⁴¹

Com poucos avanços, perspectivas indefinidas e sem encaminhamento de quaisquer resoluções em relação ao processo Estatuinte da Universidade no decorrer do ano, nos primeiros meses de 1992, enquanto a APROFURG passava por um momento financeiro delicado, advindo do investimento na edificação de sua sede própria, entraram em pauta as discussões acerca da construção da carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus das IES. Desencadeada a partir da realização do 22º CONAD, a aspiração histórica pela consolidação de um Plano de Carreira em todas as IES representava um importante instrumento para o avanço da luta em direção à conquista da isonomia, bem como parte determinante na construção de um padrão unitário de qualidade para a educação brasileira.²⁴²

Paralelamente ao Plano de Carreira, que atinge diretamente a prática docente, encontrava-se em pleno andamento a Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais – com o slogan “Estado de miséria: Isso vai mudar!” – que, através do ANDES-SN, CUT e outras Entidades representativas²⁴³, uniram esforços para lutar, visando ao atendimento de suas reivindicações.²⁴⁴ A Campanha deflagrada nacionalmente em 24 de março denunciava que os servidores públicos eram os trabalhadores que mais sofriam com o arrocho salarial imposto pelo Governo Collor, com perdas que chegavam a mais de 500%, somente em seu governo.

²⁴¹ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, setembro de 1991, p. 8.

²⁴² Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, abril de 1992, capa. O jornalista Lori Nelson trabalhou na redação do Pó-de-Giz de abril de 1992 até agosto de 1994.

²⁴³ Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), FASUBRA Sindical, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas (ASSIBGE), Federação Nacional dos Médicos, Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Rio Grande do Sul (SINDIFISCO), Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS) e a Coordenação Nacional dos Servidores Judiciário

²⁴⁴ Cf. Pó-de-Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, abril de 1992, capa. Os Eixos da Campanha Unificada: Política salarial que garanta a reposição integral das perdas salariais acumuladas no período do governo Collor e que mantenha o valor dos salários; Reajuste emergencial em 1º de abril, com recuperação das perdas salariais ocorridas durante o governo Collor; Cumprimento dos acordos firmados pelas Entidades com o governo; Não à privatização do Serviço Público e das Empresas Estatais; Isonomia salarial, com a unificação das Tabelas do Executivo e destas com o Judiciário e Legislativo; Contra o Emendão; Pelo pagamento dos passivos trabalhistas, incluindo o saque imediato do FGTS.

A mundialização do capital e a crise do Estado do Bem-Estar Social, devido aos ajustes neoliberais que se disseminaram pela Europa, EUA e Japão, bem como pela América Latina, ainda em meados da década de 1970, chegaram ao Brasil, a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, quando do Consenso de Washington (1989)²⁴⁵ e durante o Governo Fernando Collor de Mello.²⁴⁶ Muito identificado com o programa neoliberal, o discurso de governabilidade de Fernando Collor²⁴⁷ reduzia a perspectiva de luta dos movimentos sociais organizados, em que estava inserido o movimento docente, diante das redefinições do papel do Estado, contribuindo para o agravamento das contradições classistas. O período que compreende os anos de 1990 e 1993 foi denominado pelo sociólogo Giovanni Alves de “neoliberalismo selvagem”, em que:

A “década neoliberal” teve início com uma profunda recessão decorrente do Plano Collor I. Em fevereiro de 1990, a economia brasileira foi atingida pelos fracassados Planos de estabilização do Brasil Novo, os planos Collor I e II, que conduziram o país a uma profunda recessão (1990-1992), com o PIB acusando uma queda acumulada de quase 10% entre 1990 e 1992.²⁴⁸

Na esteira do fracasso das medidas econômicas – Plano Collor – que previam um amplo programa de privatização das empresas estatais seguido de uma ampla reforma administrativa²⁴⁹, expressas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), constituído pela Lei nº 8031, de 12 de abril de 1991, e caracterizadas como mecanismo de saneamento das contas públicas enquanto agenda política nacional²⁵⁰, sob o argumento de uma possível ineficiência do Estado, as universidades públicas brasileiras acabaram direcionadas ao mercado, sob o iminente risco de privatização. À vista disso, na medida em que “o processo inflacionário atingia a categoria dos docentes

²⁴⁵ Para um maior detalhamento ver: BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

²⁴⁶ SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, 2015, p. 872.

²⁴⁷ Cf. CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional*. 3ª Ed. São Paulo: FAPESP/UNICAMP, 1994, p. 29 e 30. 1. Os cinco pontos principais foram: 1. Insistir na inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, para eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado e um acordo com os credores internacionais, referendados naturalmente pelos dois “pilares” do capitalismo internacional, o FMI e o Banco Mundial; 2. Pregam a liberalização e “flexibilização” das relações trabalho-capital, acabando, portanto com alguns “privilégios” ou com a política salarial até então determinado pelos estados nacionais; 3. Postulam a rápida liberalização do nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir “livremente” no mercado internacional com a dos países mais avançados; 4. Afirmam ser possível tornar a economia nacional moderna, em prazo não longo, com o que passaríamos também a integrar o chamado “Primeiro Mundo”; 5. Acrescentam, ainda, a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia.

²⁴⁸ ALVES, Giovanni Antonio Pinto. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990 a 2000)*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 19, nov. 2002, p. 74.

²⁴⁹ NEVES, Newton & FAGUNDES, Milton. *Collor: o artífice do caos*. São Paulo: Mission Edições e Eventos Ltda, 1996, p. 163-164.

²⁵⁰ ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói, 2010, p. 273.

universitários, assim como a dos trabalhadores em geral, aumentando o desemprego e a miséria da população”²⁵¹, inúmeras universidades paralisaram suas atividades em 1991.

A insatisfação com as questões salariais, a falta de comprometimento do Governo com as IES e, de modo geral, com os serviços e servidores públicos, passaram a motivar as AD's de todo o país, na mobilização da categoria, inicialmente propondo indicativos de greve. Na FURG, a estratégia foi debatida em maio, durante Assembleia Geral da APROFURG, tendo em vista, inicialmente, através de uma espécie de efeito adesivo, a curiosidade de alguns docentes quanto ao número de Universidades paralisadas.²⁵²

Dividindo as atenções e o espaço na agenda das amplas lutas da APROFURG, o processo eleitoral de indicação da lista sêxtupla para escolha do Reitor da FURG, que seria realizado através do Colégio Eleitoral Especial, gerou manifestações favoráveis de seus sindicalizados. Os Professores Cláudio Gabiatti e Ernesto Casares Pinto comentaram na ocasião que “nessa hora estará sepultado um dos fósseis mais renitentes entre nós: a reunião consistorial a portas fechadas, de onde os eleitores só saíam após cumprirem a formalidade da escolha dos possíveis reitoráveis.”²⁵³ A abertura do Colégio Eleitoral Especial pelo CONSUN, com o compromisso de acatar o resultado da consulta para a formação da lista sêxtupla, finalmente viabilizaria a concretização do processo de escolha dos candidatos mediante consulta da comunidade universitária.

Nas discussões internas, a APROFURG, abrindo mão de possíveis conflitos de ordem política, indicava sua preferência para a construção de uma lista sêxtupla democrática, com processo de consulta eletivo, em que cada votante escolheria o melhor programa e indicaria, dentre os que o representassem, aquele de sua preferência para executá-lo, sem haver a possibilidade de arranjos puramente eleitoreiros entre grupos de interesse corporativos ou individualizados, evitando, assim, o choque entre a comunidade universitária e o Governo, responsável por sentenciar a escolha dentre os seis nomes enviados. Portanto, a comunidade não abdicaria de apontar a sua vontade e, se achar conveniente, lutar para que ela seja atendida. Na avaliação da Entidade, tal fato deveria ser aproveitado para uma nova retomada, em médio prazo, da discussão e encaminhamento dos novos Estatutos e Regimentos da Universidade.

Após a manutenção do cargo de Reitor ao Professor Orlando Macedo Fernandes, passados alguns meses, em 30 de setembro de 1992, chegava ao fim o mandato de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde o Golpe de 1964, amparado pela Constituição de 1988 através de um regime democrático e presidencialista.

Quando Collor foi empossado, em 15 de março de 1990, a inflação já chegava aos 82,18% ao mês, e a questão da dívida externa tornara-se crucial, pois o Brasil declarara moratória de seus débitos externos no começo de 1989, o que desestimulava qualquer ingresso de recursos de investimento no país... Foram adotadas iniciativas de intervenção aguda na economia, que congelaram preços, reduziram fortemente a liquidez, sequestrando por um ano e meio recursos das contas-correntes

²⁵¹ DONATONI, Alaíde Rita. *O Movimento Docente do Ensino Superior na Nova República*. Educação e Filosofia – v. 16, nº 31, 2002, p. 150-151.

²⁵² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Anfiteatro do *Campus* Cidade da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 26/05/1992, p. 1 e 2.

²⁵³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 1992, capa.

e das aplicações financeiras, reduziram o peso econômico do Estado por um programa de privatizações, reduziram o número de funcionários públicos, etc. O plano drástico de estabilização e reforma econômica materializava a imagem de “salvador da pátria” que fora construída durante a campanha eleitoral e depois, ao longo da tradicional viagem ao exterior do vitorioso e da formação do ministério. A despeito disso, as divergências em torno da relação do Estado com a esfera econômica não estiveram no cerne do confronto travado entre as forças políticas que conduziram o movimento pelo impeachment e as articuladas pelo presidente Collor. A despeito da frontal oposição de várias correntes de esquerda ao seu alegado neoliberalismo, as forças políticas, tanto partidárias como societárias, que se uniram contra o governo o fizeram em virtude do que parecia, de início, fora de questão: a democracia. Entretanto, as “políticas de ajuste fiscal e monetário” do governo e suas consequências socioeconômicas não podem ser descartadas entre os fatores que impulsionaram boa parte das forças políticas contra o governo. Em suma, a ineficiência das políticas governamentais, pelo menos em relação aos propósitos proclamados, a recessão e o mal-estar social que provocaram, fragilizaram o apoio político popular do presidente, fertilizando o terreno para a oposição política... Essa forma de governar, encarnação da utopia presidencial plebiscitária, foi bem-sucedida enquanto o presidente teve legitimidade popular em alto grau por combater um inimigo interno, a hiperinflação, que ameaçava a sobrevivência material da grande maioria dos brasileiros.²⁵⁴

O processo de impedimento que desencadeou a renúncia de Fernando Collor, alçando Itamar Augusto Cautiero Franco à cadeira presidencial, teve como estopim a entrevista de Pedro Collor, irmão do Presidente, concedida à Revista Veja, na qual ele apontou indícios de corrupção no governo, que tinham como pivô o ex-tesoureiro de sua campanha à presidência, Paulo Cesar Farias e seu envolvimento ilícito com empreiteiras como a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS.²⁵⁵

A administração Collor resultou numa sucessão de catástrofes em nome da proposição de uma agenda neoliberal: planos econômicos despropositados, destruição dos direitos sociais, péssimo relacionamento com o Congresso Nacional e recrudescimento da corrupção. A consequência foi um impeachment inédito e a ascensão de Itamar ao poder.²⁵⁶

A repercussão entre os diferentes órgãos de imprensa foi rápida, fazendo com que o Presidente, acuado, decidisse colocar à prova sua popularidade, realizando

²⁵⁴ Cf. SALLUM, Brasílio Jr. Crise política e impeachment. Novos estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 35.02, 183-203, Julho/2016, p. 188 a 190.

²⁵⁵ Um maior detalhamento dos casos de impeachment envolvendo escândalos de corrupção, pode ser obtido através da leitura de: BRANDÃO, Aline Lima. *Empreiteiras e impeachment: os agentes privados na cobertura midiática de escândalos de corrupção*. Revista Compólitica 7. FABICO/UFRGS, Porto Alegre, maio de 2017.

²⁵⁶ ARAÚJO, Raquel Dias; FONSECA, Laura Souza & VASCONCELOS, Elisabeth Carla. *O ANDES-SN e a defesa da educação pública: O Encontro Nacional de Educação como espaço de resistência*. Trabalho Necessário. Revista do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDDATE, v. 17, n° 33, mai/ago, 2019, p. 116.

um apelo público para que seus eleitores tomassem as ruas do país trajando roupas nas cores verde e amarelo. Sem apoio popular, em menos de duas semanas, o país estava tomado de manifestações pró-impedimento, com jovens e adultos trajando vestimentas pretas e com os rostos pintados em cores verde e amarelo, a fim de não serem confundidos com os simpatizantes do Presidente.

O movimento denominado de caras-pintadas, além de antipático às privatizações promovidas pelo Governo, exigia melhorias nas políticas educacionais, reformulação do sistema previdenciário e o fim do desemprego. Apesar das pautas transversais, o que guiou a mobilização foi a possibilidade de *impeachment*, tanto que, após a renúncia de Fernando Collor, o movimento acabou dissolvido por completo.²⁵⁷

Esse contexto de práticas do exercício individual e coletivo da cidadania parecia contagiar os diversos setores da sociedade civil brasileira, tanto que refletia nas palavras da Professora e Presidente da APROFURG, ao término do mandato de sua Gestão.

A cidadania é garantida por participação, por organização e por luta coletiva. Foi com este propósito que assumimos a direção da APROFURG... Além da diretoria executiva foi constituído o Conselho de representantes. Este assegurou a democratização, na medida em que permitiu maior participação no direcionamento político da Entidade, mediante os representantes dos Departamentos, fortalecendo a Assembleia Geral, como Instância última da legitimidade das resoluções coletivas. Iniciaram-se imediatamente debates, buscando formas de luta para recuperar perdas salariais e o fortalecimento da universidade pública... Acompanhar e fiscalizar a implementação e execução da política universitária aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão foi outra meta assumida, por entender que esta era a forma de participar, colaborar e promover a democracia e a autonomia da Instituição. Autonomia e democracia se exercem e se fortificam com a participação de todos e para isso foi preciso estabelecer canais de comunicação com toda a comunidade universitária, de forma a assumir o caráter da entidade de classe pública e transparente. Com este intuito criou-se a Revista: Utopia ou Barbárie, entendendo que as lutas do sindicato não podem se restringir às lutas econômicas de cunho meramente corporativista. “Uma entidade sindical de docentes universitários deve ter preocupações de ordem cultural” (Utopia ou Barbárie, 1992, p. 6). Utopia ou Barbárie foram conceitos gestados nas reflexões da diretoria com grupos de representantes, e explicitados nos ensaios publicados, mostrando que a barbárie vivenciada no século XX pode ser reproduzida ou superada. Parafraseando a grande pensadora Hannah Arendt, de modo contrário à barbárie, o século passado também nos legou a possibilidade de perplexidade e, por extensão, a coragem de pensar/agir adversativamente. Isto pode acontecer quando promovemos rupturas em nossa existência impedindo que o mundo permaneça sempre “o mesmo”, mas tentar compreendê-lo e torná-lo habitável para todos. Esta era compreensão que tínhamos, especialmente em se tratando de um sindicato composto por educadores. Para concluir lembramos que para viabilizar estas reflexões, nada mais oportuno para uma Entidade democrática,

²⁵⁷ Cf. DIAS, Luiz Antonio. *Política e Participação Juvenil: Os caras-pintadas e o movimento pelo impeachment*. História Agora – A Revista de História do Tempo Presente, jan. 2008, p. 15.

competente e de qualidade relembrar que salário justo e condições dignas de trabalho resultam no fato da cidadania ser garantida por participação, por organização e por luta coletiva.²⁵⁸

No respeito à ordem democrática e exercício da cidadania, reproduzido por uma de suas formas legítimas de manifestação, ou seja, a escolha através do voto direto e individual em seus representantes, a Comissão Eleitoral composta pelos Professores Sírío Lopes Velasco, Dionísio Loch e Marcos Costa Filho procedeu, no dia 7 de outubro, ao escrutínio da Eleição para a composição da nova Diretoria Executiva da APROFURG.

Com 277 votantes, 257 votos válidos, 8 nulos e 12 em branco, foi eleita a chapa única que tinha como prepostos: Maria Antonieta Lavorati (Presidente), Otacílio Luiz de Mello (Vice-Presidente), Luiz Augusto Andreoli de Moraes (Secretário-Geral), Ricardo Martins Cury (1º Secretário), Fernando Paulo Cunha (Tesoureiro-Geral), Rosimeri Carvalho da Silva (1ª Tesoureira), Antônio Domingos Brasil (1º Suplente), Jarbas Greque Acosta (2º Suplente), Débora Thomé Sayão (3º Suplente), Victor Hugo Guimarães Rodrigues (4º Suplente). A nova Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade do Rio Grande foi empossada no dia 19 de setembro.²⁵⁹

²⁵⁸ Texto publicado pela Professora Dorilda Grolli, Presidenta da APROFURG no biênio 1990/92. In: DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 35-36.

²⁵⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Escrutínio das Eleições 1992/1994, 27/10/1992, s/nº, p. 1 e Ata de Posse da nova Diretoria Executiva, 19/11/1992, s/nº, p. 1.

“DEFININDO RUMOS E SINALIZANDO PERSPECTIVAS”

Após um hiato de um ano e um mês sem circular, o *Pó de Giz* retornou com um aspecto bem inferior, comparado à forma e à qualidade das impressões anteriores. Com tamanho reduzido e aspecto artesanal, o volume referente ao mês de julho de 1993, impresso na Gráfica da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), tinha aparência de um folheto informativo e sua composição gráfica foi efetuada pela Comissão de Mobilização Docente.

A ausência e a retomada das publicações periódicas do *Pó de Giz*, depois de treze meses, foram justificadas em Editorial pela Diretoria da APROFURG, mediante a grande quantidade de problemas com os quais foram defrontados ao longo desse período. “Os problemas surgem e vão se avolumando um após o outro e a diretoria da Seção Sindical se encontra pequena frente a tudo”. Na opinião emitida pelo Editorial, o maior problema de todos era a “dificuldade de mobilização de nossa classe”, pois “um sindicato que não conte com seus associados não pode ser efetivo nos seus trabalhos”, afinal “os problemas devem e precisam ser discutidos com a classe”. A Diretoria afirmava a necessidade de se basear nas ideias e interesses da categoria para que pudesse se posicionar corretamente em relação à representação dos associados na luta pelos seus objetivos, para tanto, a participação dos docentes nas assembleias era condição *sine qua non*.²⁶⁰

No decorrer desses meses, os docentes da FURG aderiram ao movimento grevista em conjunto com os demais servidores públicos federais. A greve nacional, que teve início em 13 de maio e término em 14 de junho,²⁶¹ foi deflagrada pelos docentes da FURG no dia 18 de maio. Apesar da ínfima incidência de registros escritos acerca dessa atividade em Atas de Assembleias e a inexistência de documentos produzidos pelo Comando Local de Greve, a ampliação do escopo da noção de documento para a narrativa histórica via utilização de fotografias indica que a mobilização dos docentes ocorreu não somente no espaço acadêmico ou na sede da Associação. Imagens feitas pelas lentes das máquinas de alguns docentes demonstram intensas atividades que compreenderam a realização de passeatas com professores e demais manifestantes empunhando faixas e cartazes, bem como a ocupação de espaços de grande circulação de pessoas, como praças públicas.

O Professor João Carlos Brahm Cousin, Coordenador do Comando Local de Greve, em um dos poucos registros escritos sobre o movimento, festejou o fato de que os docentes da Universidade do Rio Grande, depois de um longo período de aparente imobilismo, tenham rompido o silêncio e acompanhado o conjunto dos servidores públicos federais. Na avaliação do Professor, desde o início da era Collor e tendo continuidade no Governo

²⁶⁰ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1993, capa.

²⁶¹ A greve com duração de 31 dias mobilizou 43 IFES, professores e servidores e foi a primeira greve unificada dos SPFs, com apoio dos estudantes. Entre as reivindicações da pauta unificada estavam a defesa da política salarial com reajustes mensais, isonomia salarial, recomposição do poder aquisitivo; pagamento dos Passivos Trabalhistas, incorporação de 84,32% do Plano Collor, liberação FGTS, Anistia para SPFs punidos em razão das greves. Os resultados obtidos foram: anistia dos servidores em greve, reajuste de 85% (escalonado), aprovação de política salarial até junho de 94, isonomia: concedida elevação da GAE escalonada. Cabe mencionar que o ANDES e FASUBRA mantiveram a greve, mesmo com a saída dos outros setores, por não concordarem com as propostas do governo. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 4-5.

Itamar, “as instituições públicas são ameaçadas dentro de uma campanha difamatória que servia a interesses outros que não o crescimento de uma consciência nacional de justiça social, garantia de direitos e livre exercício da cidadania”.²⁶²

Não era para menos, pois o clima de instabilidade política causada pelo *impeachment*, acrescido do descontentamento e indignação anteriormente diagnosticado em largas parcelas do movimento docente e demais servidores públicos ocasionou um movimento paredista sem precedentes na história do país, no qual as diferentes categorias, em uma ação, inicialmente classista, paralisaram de modo parcial ou total, cerca de trezentas Instituições Federais, exigindo do Governo a negociação sobre a pauta de reivindicações que estava em poder dos mandatários desde o final de outubro de 1991.

Na reminiscência do movimento iniciado em 1978 (ABC paulista), seguiu-se a onda de greves no país, processo que alcançou seu apogeu entre os anos de 1985 e 1992, fazendo com que o Brasil acabasse apresentando um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais, com a ocorrência de mais de duas mil greves. Na análise do cientista político Eduardo Noronha, esse “ciclo brasileiro de paralisações” comportou-se de forma claramente vinculada às características e ao processo de transição político-brasileira e foi fundamental para a democratização do país. O pesquisador afirma ainda que as mobilizações nas ruas, durante as “Diretas Já” e o *impeachment* de Collor, nasceram com as greves do ABC, fundamentais para instrumentalização das massas, bem como para introduzir os trabalhadores e suas lideranças no cenário político nacional.²⁶³

[...] a greve, antes considerada um “caso de polícia”, passou, paulatinamente, a ser encarada como um “caso de política”, ganhando reconhecimento como forma legítima de pressão social dos trabalhadores na busca de solução de conflitos coletivos, bem como instrumento efetivo dos mesmos em prol da melhoria de sua situação social. A greve, assim, é elemento fundamental da luta dos trabalhadores, configurando-se como manifestação da chamada “autonomia privada coletiva”, inerente das sociedades democráticas.²⁶⁴

Através desse instrumento legítimo de luta dos trabalhadores, o movimento docente conseguiu expor as preocupações da categoria ao Presidente da República e seus Ministros, que acabaram, de certa forma, reconhecendo a ampla dimensão do movimento nacional e a legitimidade das reivindicações. Na Universidade do Rio Grande, a decisão soberana da categoria docente contou com reconhecimento e apoio da imensa maioria das categorias que compunham o conjunto de trabalhadores da Instituição.

Ao final dos 23 dias de paralisação conjunta com os técnicos administrativos e marítimos, na apreciação do Comando Local de Greve, foi possível averiguar avanços na conscientização de setores, unidades e pessoas até então contrários, indiferentes ou alheios aos movimentos reivindicatórios. Além do apoio do Conselho Universitário, de parcelas da comunidade rio-grandina, de sindicatos de professores e do Legislativo Municipal,

²⁶² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, s/nº, julho de 1993, (Editorial), p. 2.

²⁶³ Cf. NORONHA, Eduardo Garuti. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. Lua Nova, São Paulo, 76: 2009, p. 133 a 135.

²⁶⁴ FRAGA, Ricardo Carvalho Fraga & VARGAS, Luiz Alberto de. *Greve dos Servidores Públicos e STF: O direito de greve dos servidores públicos após a decisão do Supremo Tribunal Federal*. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 51, n. 81, jan./jun.2010, p. 155-156.

uma série de atividades culturais e de debates políticos a respeito da conjuntura nacional teria contribuído, sobremaneira, para que, no conjunto das forças, a coletividade manifestasse interesses em comum.

Após o término da greve, alguns sindicalistas demonstravam preocupação em manter a categoria mobilizada e unificada aos demais trabalhadores da Universidade, face aos resultados obtidos que resultaram em um dos maiores movimentos reivindicatórios da história do Brasil verificados até então. Entretanto, a frágil perspectiva de continuidade da coligação de forças dos trabalhadores de diferentes categorias foi percebida pelo Professor Manoel Luís da Cruz, integrante da Comissão de Mobilização, como uma oportunidade de encaminhamento dos embates relativos às questões gerais dos servidores públicos federais (SPFs) e demais trabalhadores, creditando ao reestruturado Pó de Giz, um caráter de instrumento facilitador e fundamental para a circulação das informações referentes ao movimento.²⁶⁵

Enquanto os informes da Comissão Nacional de Mobilização, criada após o fim da greve conjunta, com o objetivo de negociar as reivindicações da categoria com o Governo, davam conta de que os parlamentares estavam sendo pressionados para efetivarem o Projeto de Lei 3.610/93²⁶⁶, ocorreu a recomposição da Diretoria da APROFURG²⁶⁷, motivada por desistências e problemas de saúde de alguns docentes, como no caso da Presidente, Professora Maria Antonieta Lavoratti, que deixou o cargo para seu sucessor, o Vice-presidente, Professor Otacílio Luiz de Mello²⁶⁸.

Aparentemente, o fim da greve sucumbiu a mobilização docente, planejada e almejada de forma permanente, através de um plano de ação colocado em prática pela Comissão de Mobilização Local. No entanto, ainda que as Atas de Assembleias Gerais realizadas ao longo do ano demonstrem o esvaziamento de algumas atividades, de certa forma, essas fontes históricas indicam uma tímida renovação no quadro de docentes militantes, com destaque à qualificação dos debates políticos acerca de questões sindicais e do cotidiano socioeconômico da população e dos trabalhadores brasileiros.

Mesmo com problemas financeiros advindos do bloqueio de 18 meses imposto pelo Plano Collor, o que dificultou, até mesmo, o envio de delegados²⁶⁹ para o 27º CONAD, realizado na vizinha cidade de Pelotas, e que, alegadamente, impôs restrições financeiras que refletiram na suspensão, por quatro meses, da circulação do Boletim Informativo da APROFURG, a Diretoria da Associação passou a reestruturar a Entidade, apostando

²⁶⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1993, p. 3.

²⁶⁶ Em suma, o PL 3.610/93 dispunha sobre o salário mínimo e a política nacional de salários, procurando reintroduzir a discussão da política salarial e para o salário mínimo, compatíveis com a realidade econômica vivenciada pelos trabalhadores. Cf. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília – Distrito Federal, Ano XLVIII, nº 46, 23 de março de 1993, p. 5675-5676.

²⁶⁷ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/07/1993, s/nº, p. 1.

²⁶⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 26/07/1993, s/nº, p. 1. Recomposição de diretoria – Presidente: Otacílio Luiz de Mello; Vice-Presidente: Antônio Domingues Brasil; Secretário Geral: Luiz Augusto Andreoli de Moraes; 1º Secretário: Jarbas Greque Acosta; Tesoureiro Geral: Fernando Paulo Cunha e 1º Tesoureiro: Victor Hugo Guimarães Rodrigues.

²⁶⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 04/02/1993, s/nº, p. 1.

na modernização como ferramenta de organização rápida e eficiente, através da aquisição de um microcomputador.²⁷⁰

Enquanto a Associação atravessava mais um período de recomposição da Diretoria, de grandes dificuldades financeiras e de limitações da capacidade operacional de sua sede, os docentes da Universidade do Rio Grande, no decorrer das onze Assembleias realizadas em 1993, debateram intensamente a pauta referente ao processo Estatuinte da Universidade. Após quase uma década sem resolução e cinco anos sem entrar em pauta, o tema foi retomado pouco antes da recomposição da Diretoria, em Assembleia Geral, pela Presidente Maria Antonieta Lavoratti, que expôs “a necessidade de decidir a forma como vão ser escolhidos os delegados da Entidade para o Congresso Estatuinte”²⁷¹, considerando a realização de uma Assembleia Geral para a escolha dos representantes da APROFURG²⁷².

A escolha dos delegados para a Estatuinte acabou gerando uma série de discussões acaloradas, tendo a Assembleia resolvido, no que é soberana, em não escolher os delegados nesse momento, mas agir da seguinte maneira: em primeiro lugar propôs que as entidades dos professores, dos funcionários e dos alunos se reúnam, a fim de identificar suas necessidades e sua real situação atual. Num segundo momento, após reunidos estes dados, manter um contato com a Reitoria da FURG, visando o acesso ao CONSUN, tendo essa atividade regime de urgência, a fim de que a Estatuinte não se postergue mais ainda.²⁷³

Em nova Assembleia Geral, o Presidente Otacílio Luiz comunicou aos docentes que a Diretoria havia entrado em contato com a Reitoria e demais segmentos da comunidade universitária, no intuito de possibilitar o perfeito andamento do processo. Expôs que, na última reunião entre o DCE, a Reitoria e a APTAFURG, os segmentos se manifestaram desfavoráveis em relação à proposta da APROFURG, que solicitou a prorrogação do prazo, em dois meses, para a realização do Congresso Estatuinte.²⁷⁴

Após a manifestação do Presidente, pediu a palavra o Professor Manuel Luís Martins da Cruz, que indagou por qual motivo a antiga Presidente da APROFURG não havia informado a atual Diretoria sobre todas as negociações que estavam sendo encaminhadas. Diante da ausência de respostas, o Professor Manuel Luís, “mostrando-se inconformado com a forma em que foram elaboradas as negociações pela Presidente anterior, assim como pelo Tesoureiro-Geral, coloca que a estabilidade dos dirigentes da Entidade deveria ser revista.”²⁷⁵ Conforme avaliação do Professor João Carlos Brahm Cousin, o episódio se constituiu como um “grave problema de encaminhamento”, pois quaisquer compromissos não podem ser firmados sem consulta às bases.

²⁷⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/08/1993, s/nº, p. 1.

²⁷¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/07/1993, s/nº, p. 1.

²⁷² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 26/07/1993, s/nº, p. 1.

²⁷³ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/08/1993, s/nº, p. 1.

²⁷⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/09/1993, s/nº, p. 1.

²⁷⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/09/1993, s/nº, p. 2.

O Professor Artur Santos Dias de Oliveira não entendia como o “segmento docente” poderia ter uma proposta de Estatuto, uma vez que, há muito tempo, o assunto não era discutido e, portanto, a proposta atribuída aos docentes, à época, era muito antiga. Seguindo os debates, o Professor Antonio Domingues Brasil salientou que a atual Diretoria, ao se deparar com o problema, buscou informações de forma a ter pleno entendimento de todas as negociações até então realizadas. Esclareceu à plenária que o compromisso assumido pela APROFURG consistia em participar do Congresso Estatuinte, tendo como objetivo contribuir para a construção de uma proposta única de Estatuto para a Universidade.²⁷⁶

Na fase de encaminhamentos, o Professor Manoel Luís propôs que a APROFURG participasse do Congresso Estatuinte, de onde deveria sair uma única proposta de Estatuto, em data que respeitasse a solicitação dos demais segmentos da comunidade universitária. A contraproposta do Professor João Carlos Brahm Cousin divergia apenas em relação à ampliação do prazo da data limite para a realização do Congresso. Por dez votos a três, ficou aprovada a proposição do Professor Cousin, com prazo de realização do Congresso Estatuinte para os dias 18 a 23 de outubro.

Em uma última intervenção, o Professor Manoel Luís afirmou que “a categoria foi traída, pois desde março havia discussão em torno do Estatuto, e apenas dois membros da Diretoria participavam, sem levar ao conhecimento dos demais”. Ao término da Assembleia, o encaminhamento proposto pelo Professor foi colocado em votação, obtendo oito votos favoráveis, nenhum contrário e quatro abstenções.

Enquanto eram desenvolvidos estudos para a reformulação das propostas de Estatuto para a Universidade²⁷⁷, foram escolhidos como delegados da APROFURG, no Congresso Estatuinte, os professores Péricles Gonçalves, Antonio Domingues Brasil, Luiz Augusto Andreoli de Moraes, Eder Dion de Paula Costa, Jaime Bech Nappi e Victor Hugo Guimarães Rodrigues²⁷⁸.

Finalmente, alguns dias após a realização do Congresso Estatuinte, que ocorreu de 1º a 5 de novembro, a proposta de Estatuto para a Universidade foi entregue ao Conselho Universitário (CONSUN), que, em reunião no dia 23 de novembro, manifestou interesse em analisar o Projeto elaborado no Congresso.²⁷⁹ Porém, o CONSUN acabou não se pronunciando

²⁷⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/09/1993, s/nº, p. 1 e 2.

²⁷⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/10/1993, s/nº, p. 1.

²⁷⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/10/1993, s/nº, p. 2.

²⁷⁹ Em suma, o Congresso Estatuinte definiu que o Curso seria a Unidade Acadêmica da Universidade, com poderes para planejar e executar sua política de ensino, pesquisa e extensão, administrar seus próprios recursos humanos e materiais e atuar mais decisivamente na formulação da política global da Instituição. Essa proposta, aprovada unanimemente, representa a principal inovação do documento entregue ao Magnífico Reitor em sessão solene do CONSUN. Entenderam os delegados que essa seria a maneira mais direta de se eliminar da estrutura universitária a separação de atribuições que dividem os Departamentos e as ComCur's, em prejuízo de docentes e discentes. Outro aspecto inovador da proposta que responde as antigas aspirações dos segmentos da comunidade universitária, diz respeito à constituição dos órgãos colegiados, hoje estruturados por critérios administrativos. Os colegiados dos cursos teriam sua representação docente determinada em função da formação acadêmica, privilegiando-se em número os doutores e mestres. A proposta previa ainda representação de alunos do curso e técnicos lotados nessas unidades. Além dos diretores de curso e do Reitor, estariam representados no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração os docentes, discentes e técnicos, com representação paritária, com o objetivo de permitir a participação nas decisões de quem não atua em cargos de direção executiva.

e postergou a discussão.²⁸⁰ O Professor Luiz Carlos Krug discordou em vários pontos em relação à proposta de Estatuto e sugeriu que a Entidade retomasse a sua discussão, o qual foi contestado veementemente pela plenária, quando ficaram claras, mais uma vez, a legitimidade e a condução exemplar da Diretoria no processo Estatuinte²⁸¹. Contrariando as informações da Ata de Assembleia Geral de 22 de outubro, a representação da APROFURG²⁸² no Congresso Estatuinte esteve a cargo dos(as) professores(as) Antonio Domingos Brasil, Cláudio Engelke, Margareth Badejo Santos, Luiz Augusto Andreoli de Moraes, Jaime Bech Nappi, Jaime John, Sírio Lopes Velasco, João Carlos Brahm Cousin, Otacílio Luiz de Mello, Manoel Luis Martins da Cruz (Maneca), Zilá Nunes Lawson, Victor Hugo Guimarães Rodrigues, Gisele Daltrim Felice, Eder Dion de Paula Costa e Átilla Lousada Júnior.²⁸³

A última Assembleia do ano acabou marcada por uma pequena manifestação de encerramento, proferida aos presentes pelo Presidente da Associação, Otacílio Luiz de Mello.

Companheiros! O trabalho da APROFURG só será consolidado se tivermos garantido uma dinâmica de organização com a base. É acreditando na possibilidade de um sindicalismo democrático e participativo, que mantenha uma íntima relação: sindicato/base, base/sindicato, na busca de um trabalho consequente. Só no trabalho coletivo é que podemos construir uma relação que possibilite autonomia e segurança, numa articulação política e não orgânica entre sindicato e a base. Precisamos, companheiros, criar comissões de trabalho, não para legitimar as políticas e as práticas dos dirigentes do sindicato, mas enquanto núcleos articuladores com o sindicato e com as demais instâncias da sociedade civil, na luta contra a exploração e pela cidadania. Temos que conjuntamente construir um “Sindicalismo Classista” com eixos temáticos que nos possibilite substituir a consciência corporativista por uma consciência de classe. Acredito que é no coletivo que se dá a educação do trabalhador, porque é a partir da realidade viva e não de doutrinas frias e enciclopédicas que vai se dar o avanço do movimento sindical. A base e o sindicato num trabalho coletivo constroem o “Sindicalismo Classista”.²⁸⁴

O Conselho Universitário, em vista de ser naturalmente um foro de recursos, terá suas cadeiras ocupadas por delegados eleitos nos cursos, mas não necessariamente por membros da administração, além dos segmentos da comunidade universitária, inclui-se uma representação da comunidade municipal. A Assembleia procurou produzir um Estatuto conciso, deixando o detalhamento das propostas, bem como, sua regulamentação, para o momento em que a comunidade, em acordo com a Reitoria e o CONSUN, trabalhar no Regimento Geral. Previu-se que a organização administrativa passe por revisão profunda, precedida de estudos técnicos. Do mesmo modo, espera-se que sejam, tratadas as questões relativas às atribuições dos ocupantes de cargos diretivos, sua qualificação mínima, o processo eleitoral interno, entre outras providências necessárias. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, novembro de 1993, p. 6.

²⁸⁰ Cf. CABERLON, Vera Isabel. *Universidade Federal do Rio Grande: Revisando Movimentos Político-Institucionais. Reflexão e Ação* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC, v. 17, nº 2, 2009, p. 99.

²⁸¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 30/11/1993, s/nº, p. 1.

²⁸² A partir de novembro de 1993, na documentação produzida pela Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande é possível verificar a alternância da composição de sua sigla, ora totalmente com letras maiúsculas, ora com letras maiúsculas e minúsculas.

²⁸³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, novembro de 1993, p. 6.

²⁸⁴ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/09/1993, s/nº, p. 5.

A retomada do *Pó de Giz*, em novembro, oferece um panorama das ações colocadas em prática pela Diretoria até o término de seu mandato. Pela primeira vez, o intitulado *Jornal da APROFURG* ostentou e explicitou a identidade sindical da Associação, ostentando em sua capa a filiação à CUT e ao ANDES-SN. No Editorial, assinado pelo Professor Octacílio Luiz de Mello, foi feita uma avaliação dos primeiros quatro meses à frente da Entidade, na qual, de forma extremamente lúcida, o Professor afirmou que, apesar do entusiasmo, ainda que não suficientemente assentados e consolidados, o objetivo principal da Diretoria era caminhar no sentido da organização e da sistematização gradativa dos trabalhos da Seção Sindical.²⁸⁵

Ao expor práticas autoritárias atribuídas às gestões passadas, Otacílio de Mello conclamou a participação dos docentes, enquanto forma de descentralização do poder advindo de uma estrutura presidencialista que estaria, até então, arraigada ao associativismo e sindicalismo docente da APROFURG. Diante do desafio de colocar fim a esse ciclo histórico personalista incumbido ao monopólio da Presidência, a Diretoria criou a Assessoria de Trabalho para Assuntos Sindicais Locais, coordenada pelos Professores Eder Dion de Paula Costa e Manoel Luís Martins da Cruz, bem como a Assessoria de Trabalhos para Assuntos Sindicais junto ao ANDES-SN, coordenada pelo Professor João Carlos Brahm Cousin.

Nossa intenção no longo desta gestão é criar outras comissões de trabalho amadurecendo a prática da gestão coletiva criando espaço de germinação de novas lideranças. Nossa intenção é fazer com que estas comissões sejam autônomas dentro daquilo que a ANDES/SN propõe, para tanto, as comissões terão que gerar reflexos, estudos, análises e propostas. Reabastecendo-se e por consequência subsidiando aos demais companheiros da coordenação. Só assim teremos um sindicato autêntico. Juntos construiremos, com ações políticas organizadas um sindicato classista. Criando e garantindo a democracia com capacidade de iniciativas, geração de propostas, adotando medidas e definindo rumos para consolidar, já para a próxima gestão, reformas indispensáveis nos estatutos da entidade. Com isto, sepultando os riscos de retrocesso político o que poderá ocorrer se não mudarmos as regras que hoje norteiam nossa entidade. O segmento docente tem que recuperar a confiança e a capacidade de ação e ocupar seu espaço na condução do processo estatuinte. Com a base desarticulada e o sindicato com a credibilidade comprometida, é grande a nossa responsabilidade. O rompimento do imobilismo da base só se dará com decisões e medidas competentes e eficazes. Octacílio Luiz de Mello – Presidente da APROFURG.²⁸⁶

Ao redefinir os rumos e sinalizar outras perspectivas para a vida sindical da APROFURG, a Associação passou a integrar a coordenação da Intersindical de Rio Grande, juntamente com os sindicatos de trabalhadores do transporte rodoviário, das indústrias de fertilizantes e alimentação, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Rio Grande (SINTERG) e a APTAFURG. Interessados em aproximar

²⁸⁵ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, novembro de 1993, (Editorial), p. 2.

²⁸⁶ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, novembro de 1993, (Editorial), p. 2.

a Universidade da comunidade rio-grandina, mediante conclusão de que o movimento sindical dedicava-se única e exclusivamente a defender os interesses corporativos e de cunho econômico de cada categoria, tais articulações políticas visavam aglutinar forças para as lutas comuns de todos os trabalhadores, dentre elas, a defesa pelo ensino público e gratuito, a reforma agrária, melhor distribuição de renda e a campanha contra a fome e a miséria.

Outra relevante ação da APROFURG no sentido de mobilização dos trabalhadores rio-grandinos foi a rearticulação do núcleo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, enquanto peça-chave para a definição do planejamento da Intersindical de Rio Grande, preparando sua infraestrutura e as ações necessárias ao enfrentamento dos embates que se apresentavam para o ano seguinte.

“AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA”

A Assembleia Geral do dia 7 de abril de 1994, que deliberou pela antecipação das Eleições da APROFURG, realizada nos dias 24, 25 e 26 de maio, sacramentou a continuidade dos trabalhos que, até então, foram conduzidos após a recomposição da Diretoria em julho de 1993. Com o slogan “Ensino público gratuito: Direito de todos. Dever do Estado”, chapa única, trezentos e trinta votos favoráveis, trinta e dois votos em branco e vinte e cinco nulos²⁸⁷, totalizando 387 votantes – maior percentual desde sua fundação – ficou assim definida a composição da Diretoria para o biênio 94/96: Presidente: Otacílio Luiz de Mello, Vice-Presidente: Eder Dion de Paula Costa, Secretária-Geral: Sheila Stolz da Silveira, 1º Secretário: Manoel Luis Martins de Cruz, Tesoureiro-Geral: Arthur Santos Dias de Oliveira, 1ª Tesoureira: Carmem Helena Braz Mirco, 1º Suplente: Sírio Lopez Velasco, 2º Suplente: Luis Felipe A Hecktheuer, 3º Suplente: Carlos André S. Birnfeld e 4º Suplente: José Antonio Vieira Flores.²⁸⁸

Mesmo com ímpeto sindical renovado e acréscimo político substancial na comunidade rio-grandina e acadêmica, bem como no interior do movimento docente nacional, o trabalho de mobilização no interior da FURG, tanto nos momentos que antecederam ou abrangeram a deflagração da Greve do dia 19 de abril²⁸⁹, foi descrito pela Diretoria enquanto incipiente e realizado, sobretudo através de publicações no *Pó de Giz*, divulgações maciças de folhetos, cartazes e correspondências diretas a todos os associados, tanto da ativa, como inativos e aos que estavam em cursos de Pós-Graduação em outros estados do país. Todavia, a Associação, enquanto “Entidade de Classe, havia criado espaços e tomado acento no seio da comunidade rio-grandina, através da imprensa: jornal, rádio e televisão; junto à Intersindical, à CUT Local e Estadual e na estreita relação com os demais sindicatos locais”.²⁹⁰

As proeminentes articulações com vistas às diferentes categorias de trabalhadores apontavam para a existência de uma mentalidade classista, no núcleo diretivo da Gestão, que, ao elencar algumas metas de seu programa, de forma consciente, trataram de propor articulações com demais trabalhadores em âmbito local, regional e nacional.

Maior inserção da APROFURG no Movimento Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e integração na ação sindical dos trabalhadores em geral... Coordenação com as ADs (Associações de Docentes) das universidades federais e particulares

²⁸⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Comissão Eleitoral, Ata de Apuração de Eleição, 27/05/1994, p. 1.

²⁸⁸ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, s/nº, maio de 1994, (Editorial), p. 2.

²⁸⁹ Cabe mencionar que o ANDES-SN elencou como principal característica deste movimento grevista a falta de mobilização da categoria docente. Reivindicações: Manteve-se pauta específica dos docentes das IFES – reajuste de 139,24% (referente aos planos Bresser e Collor e reajuste 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário); Plano Nacional de Capacitação de Docente; Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas; Pauta Unificada SPFs. Resultados: STF decide que os SPFs têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; Governo ameaça SPFs de corte de ponto e demissões. Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 5.

²⁹⁰ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, maio de 1994, (Editorial), p. 2.

do estado do Rio Grande do Sul, estreitando o relacionamento com as Seções Sindicais das federais... Ampliar a participação dos associados nas diferentes atividades promovidas pela entidade; promover a integração social dos docentes da URG através de atividades culturais, desportivas e de confraternização; estimular a criação de GTs sobre as principais questões levantadas pelo movimento docente; manter os associados permanentemente informados a respeito de todos os assuntos relativos ao MD, criando outros veículos de informação além do Pó-de-Giz e cadernos de textos (programa de rádio, boletim, revista, murais e etc); promover uma atualização do Regimento da APROFURG através de uma ampla discussão entre os associados, visando uma maior agilização dos trabalhos e ampliação do exercício da democracia no seio da entidade... Promover a integração com a comunidade propondo e participando de campanhas de cunho social e das instâncias de coordenação sindical da cidade do Rio Grande; promover e incentivar a participação em eventos de divulgação científica, artística e cultural, de elevado nível de qualidade, proporcionando o acesso a produções de âmbito local, regional, nacional e internacional, zelando por sua autonomia e tendo em vista o crescimento da comunidade a nível crítico e estético [...].²⁹¹

Enquanto forma de aprofundamento dos debates acerca dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora, a APROFURG acabou criando um Grupo de Trabalho de Política Sindical, composto pela Professora Sheila Stolz da Silveira e pelos Professores Eder Dion de Paula Costa, André Tavares da Cunha Guimarães, Otacílio Luiz de Mello e Manoel Luís Martins da Cruz²⁹².

Em contraposição e reação à tendência verificada nos anos 1990, de uma relativa perda do espaço sindical no plano político nacional, a APROFURG passou a procurar alternativas para associar as reivindicações dos trabalhadores aos anseios do conjunto da sociedade, uma vez que, com a consolidação do regime democrático e a permanência da crise econômica, ocorreu uma fragmentação de interesses que, de certa forma, dificuldades de representações organizadas no tecido social.²⁹³

Os preparativos que antecederam a greve dos trabalhadores dos serviços públicos federais, que eclodiu em 19 de abril, tornaram evidente, desde a primeira plenária realizada em 11 de março pela APROFURG²⁹⁴, que, embora alguns docentes e membros da Diretoria ocupassem posições políticas estratégicas no cerne do movimento sindical, a dispersão da categoria implicaria incapacidade de mobilização em torno de suas pautas de luta. Momentos antes da deflagração, em nova plenária, depois de amplamente discutida a pauta referente à greve unificada dos SPFs, ampla maioria do movimento docente entendeu que havia necessidade de amadurecer a ideia em apoiar o movimento nacional dos servidores. A estratégia consistia basicamente em “aguardar novas posições

²⁹¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, maio de 1994, p. 3.

²⁹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/03/1994, s/nº, p. 1.

²⁹³ Cf. POCHMANN, Marcio. *Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil*. Novos Estudos, São Paulo, nº 50, 1998, p. 154-155.

²⁹⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/03/1994, s/nº, p. 1.

a nível nacional²⁹⁵”. Após dez dias transcorridos do início da greve, apesar das ponderações e pareceres favoráveis das lideranças da APROFURG, uma nova plenária decidiu não tirar o indicativo de greve para o dia 19 de abril.²⁹⁶

Procurando reconsiderar a recusa de adesão à greve unificada dos servidores, que contou com a participação do ANDES-SN, em nova Assembleia, foram lidos na íntegra os fax referentes às reuniões dos dias 20, 21 e 27/03 do Setor das Federais, porém a discussão acerca do Movimento Nacional de Greve acabou sequer iniciada, pois a plenária deliberou contrariedade à pauta com 88 votos contra e 26 votos favoráveis. O parecer desfavorável à greve foi manifestado pelos docentes com 101 votos contrários, 8 favoráveis e cinco abstenções.²⁹⁷ Enquanto grande parte dos docentes da Universidade do Rio Grande, em conformidade, optou por não aderir à greve unificada, o Movimento Nacional, fortalecido, resistiu, forçando a abertura de negociações com o governo, considerando como danosos os efeitos do Plano FHC²⁹⁸ e denunciando o fracasso da Unidade Real de Valor (URV).²⁹⁹

Após 22 dias e adesão de 55% dos SPFs, o movimento nacional avaliou como relevante a paralização, pois a “participação política culminou na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros e no enfrentamento ao neoliberalismo”, representada pelo Plano Econômico do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Os imperativos classistas que motivaram o embate ao Plano FHC compreendiam o processo inflacionário elevado, as limitações nos recursos da União destinados às áreas sociais e as despesas pessoais, bem como a política salarial lesiva, que desconsiderava as perdas anteriores ao mês da conversão dos salários em URV.³⁰⁰

Com o término da greve de 50 dias em 08 de junho, após reunião setorial, o ANDES-SN tratou de enaltecer a importância do movimento, reforçando os alertas em relação à perda de direitos adquiridos e ao arrocho salarial conferido aos servidores públicos.

[...] primeiro movimento, em nível nacional, de uma categoria de trabalhadores a enfrentar o Plano FHC nos seus efeitos sobre a classe trabalhadora... Os servidores públicos são os trabalhadores mais prejudicados seja pelas perdas históricas acumuladas, seja pela perda da política salarial conquistada na greve de 93 a fevereiro de 94 quando os salários do final de 93 foram os mais baixos do ano [...].³⁰¹

²⁹⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/03/1994, s/nº, p. 1.

²⁹⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/04/1994, s/nº, p. 1.

²⁹⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 29/04/1994, s/nº, p. 1.

²⁹⁸ Cf. BACHA, Edmar Lisboa. *Plano Real: Uma avaliação Preliminar*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, junho de 1995. O Plano FHC compreendia o Programa de Ação Imediata (PAI), a Unidade Real de Valor (URV) e o Plano Real. Em linhas gerais, enfatizava a necessidade de ajuste das contas do setor público, apontado como responsável pelos desequilíbrios que causavam a inflação crônica no país. “O primeiro estágio consistiu em equilibra o orçamento federal através de cortes profundos na proposta orçamentária para 1994. A implementação desses cortes requereu a aprovação, pelo Congresso, de uma emenda constitucional (que ficou conhecida como Fundo Emergencial de Assistência), permitindo a esterilização, para os anos fiscais de 1994 e 1995, de 20% dos gastos vinculados.” p. 7.

²⁹⁹ Cf. Comando Nacional de Greve – ANDES/SN, Fax nº 008, 11/05/94.

³⁰⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, maio de 1994, p. 4.

³⁰¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 1994, p. 4.

Seguindo os fios do Sindicato Nacional Docente, pela primeira vez, a Regional do ANDES-SN no Rio Grande do Sul teve um docente da Universidade do Rio Grande assumindo a 1ª Vice-Presidência, Professor João Carlos Brahm Cousin. A Diretoria da Regional, eleita e empossada no 28º CONAD, foi, assim, constituída com dois docentes sindicalizados da APROFURG: 1º Vice-Presidente: João Carlos Brahm Cousin (APROFURG); 2º Vice-Presidente: Mauro Augusto Del Pino (ADUFPEL); 1ª Secretária: Méri Rosane Silva (APROFURG); 2ª Secretária: Maria Antonieta Dall'igna (ADUFPEL); 1º Tesoureiro: Edson Luiz Lindner (ADUFRGS); 2º Tesoureiro: Valério de Patta Pillar (ADUFRGS).

Tendo em vista que o 1º e o 2º Vice-Presidentes Regionais integravam a Diretoria Executiva Nacional da ANDES-SN e participavam das discussões e decisões maiores da Entidade e do MD, à época, João Carlos Brahm Cousin afirmou “que as Regionais devem implementar nos Estados, a política definida pelo Sindicato em seus Fóruns deliberativos, representando efetivamente a ANDES na região”. Outro aspecto destacado pelo professor foi “a importância da atuação da Regional no que se refere ao trabalho de integração dos docentes das diferentes Instituições de Ensino, visando debater problemas comuns em eventos regionais ou através de aproximações dos grupos de trabalho”, uma vez que, no caso da Regional do Rio Grande do Sul, “o trabalho de integração/debates e propostas de ação, devem ser levadas também, no contexto do MERCOSUL”.³⁰²

Sem perder de vista os diversificados setores organizados da educação pública e privada, a busca por estabelecer diálogos permanentes com o movimento docente nacional, enquanto estratégia de conscientização e mobilização da categoria *in loco*, foi intensificada e ampliada aos trabalhadores da saúde, seguridade social, ciência e tecnologia, com o objetivo de fortalecer suas propostas e ampliar a discussão na base da sociedade. Esses foram os principais objetivos perseguidos pela Diretoria da APROFURG, concomitantes às propostas apresentadas pelo ANDES-SN. “Democracia, educação e cidadania”, com ênfase na perspectiva de fortalecer os espaços e serviços públicos para reverter a apropriação privada do Estado, foram os eixos norteadores das ações do Sindicato Nacional, definidos no 28º CONAD em Recife (PE), que também deliberou, enquanto principal tarefa, a “construção de um projeto alternativo, democrático e popular”, aprovado e posteriormente entregue a todos os candidatos à presidência da República.³⁰³

Vislumbrando o horizonte das eleições presidenciais no mês de outubro, a análise de conjuntura realizada no 28º CONAD expôs a polarização política de projetos antagônicos para o país, o que implicava presteza em mobilizar todos os setores na defesa do ensino público, gratuito e contra a intervenção do projeto neoliberal do Governo, que provocava a “extrema concentração de renda e à conseqüente exclusão social da imensa maioria da população”³⁰⁴. Ainda assim, alguns meses após, em um ato de reafirmação de sua autonomia sindical, ANDES-SN, APROFURG e demais Associações

³⁰² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 1994, p. 5.

³⁰³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 1994, p. 10.

³⁰⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, agosto de 1994, p. 3-4.

Docentes manifestaram-se contrárias a apoiar explicitamente quaisquer candidaturas à Presidência da República.³⁰⁵

Por conseguinte, ANDES-SN e Seções Sindicais, através de seus GTs, deveriam elaborar propostas setoriais que, depois de aprovadas no 29º CONAD – no ano seguinte –, seriam apresentadas à Direção da Central Única dos Trabalhadores, onde ocorreria a apreciação dos documentos produzidos, avaliando a necessidade ou não de constituição de um fórum para a efetivação daquilo que denominaram “Projeto Democrático-Popular”³⁰⁶. O ANDES propôs ainda o encaminhamento do projeto aos Departamentos e Confederações da CUT enquanto forma de ampliar o debate, alcançando outras Entidades democráticas e o movimento social organizado.

As sínteses das pautas de luta do ANDES, elaboradas durante a realização do 28º CONAD, contidas na Carta de Recife, apresentadas ao final do evento pela Secretaria Geral do Sindicato Nacional, previam também a urgente efetivação do Projeto de Universidade almejado pelo movimento docente através de ações concretas, no sentido de impedir que propostas antagônicas acabassem incluídas no Projeto de Lei que regulamentava a autonomia de gestão financeira e patrimonial nas IFES (Art. 165 da Constituição Federal³⁰⁷). Entre as exigências para a execução do Projeto estavam a aprovação, em caráter de urgência, da LDB e a realização da Avaliação Institucional de forma ampla e democrática, visando ao conjunto das práticas docentes com o incremento qualitativo de suas carreiras, ao passo que o ANDES ainda aprofundaria

[...] o debate sobre diretrizes para elaboração e concretização de um Plano Nacional de Educação. E, na perspectiva da construção de um Projeto Alternativo Democrático e Popular, realizará uma ampla campanha nacional em defesa da escola pública, em articulação com entidades representativas dos movimentos sociais organizados nacionais e internacionais. O Sindicato deve atuar junto ao CRUB [Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras], MEC e Congresso Nacional, visando a comprometê-lo com a implantação da carreira e do Projeto da universidade. No referente à Ciência e Tecnologia dar-se-á continuidade aos esforços para estabelecer e consolidar o Fórum de C&T e Desenvolvimento, instância concebida como democrática e socialmente representativa da elaboração e controle das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico; definição de princípios a serem observados na elaboração de um modelo de financiamento para a pesquisa científica e tecnológica; e encaminhamento de ações, destacando-se estreitamento de relações com a CUT sobre C&T.³⁰⁸

³⁰⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, outubro de 1994, (Editorial), p. 2. O jornalista Marcelo Guimarães passa a ser o responsável pelo Pó-de-Giz, permanecendo até junho de 1997.

³⁰⁶ A obra “ANDES: Um sindicato de intelectuais”, de autoria da pedagoga e cientista social, Ignez Pinto Navarro, resultante de sua Tese de Doutorado, em seu capítulo sexto, realizada uma brilhante análise do combate ao neoliberalismo para a construção do Projeto Alternativo Democrático-Popular, entre os anos de 1989 e 1994.

³⁰⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 114-115.

³⁰⁸ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). O ANDES-SN em cartas. Organização ANDES-SN, 1ª Ed, São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 29.

Além dos aspectos contrários ao projeto neoliberal em voga no país, a Carta de Recife apresentava propostas de ação para a política agrária e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito das relações internacionais, “visando o aprofundamento da constituição de uma perspectiva sindical classista em nível continental”, propunha o fortalecimento da Confederação de Educadores Americanos (CEA). Todas as pautas dialogavam transversalmente com a CUT, apontando para a construção de um processo de intensificação da inserção do movimento docente à Central Única dos Trabalhadores.

Com a instalação da Sede da Regional do Rio Grande do Sul do ANDES-SN junto à APROFURG, as articulações passaram a ter um considerável acréscimo. A Diretoria da Regional pretendia, ao longo dos dois anos de mandato, reafirmar o caráter político-sindical dos seus trabalhos, direcionando as principais discussões e ações no Rio Grande do Sul em conjunto com as AD's. A Diretoria ainda buscava promover maior relacionamento e integração entre as AD's, as instâncias representativas dos trabalhadores da região, tais como a CUT e a Coordenação Regional dos Servidores Públicos Federais, incentivando a participação ampla do movimento docente nas discussões fundamentais do sindicato.³⁰⁹

A eleição realizada em outubro de 1994 conduziu à cadeira presidencial, com 34,4 milhões de votos, o ex-ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, inaugurando um período denominado de “neoliberalismo claudicante (1994 a 1997)” com um Governo constituído a partir de uma coalizão política liberal-conservadora bastante ampla, articulado com as elites políticas, regionais e nacionais através de um programa econômico voltado para a estabilização monetária e a reforma do Estado capitalista, que criou novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos.³¹⁰

Alguns episódios com potencial de influência sobre o quadro sucessório ocorreram durante o primeiro turno da eleição, como, por exemplo, a consolidação da aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), os encontros de Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT) – com lideranças políticas e empresariais da comunidade internacional, a conquista brasileira do tetracampeonato na Copa do Mundo, a greve dos metalúrgicos do ABCD e a afirmação de Paulo Cesar Farias de que, em 1990, financiara a campanha ao Senado do novo candidato a vice de Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel. Porém, do ponto de vista do eleitorado brasileiro, a escolha foi regida por um único movimento, qual seja, a implementação da segunda etapa do Plano Real, que ocasionou a queda abrupta da inflação.³¹¹

Ao longo do Horário Eleitoral Gratuito, o apelo mais utilizado por Fernando Henrique foi direcionado às “políticas futuras”, que compreendiam 33% do tempo total de seu programa. Pautando a apresentação de propostas de governo consideradas viáveis e tendo como ponto de partida a continuidade das políticas existentes, FHC dedicou 18% do seu tempo de televisão para vincular sua candidatura como “criador do Plano Real”. O Real foi definido como um plano “sério”, “de verdade”, que “devolveu

³⁰⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, agosto de 1994, p. 10 e 11.

³¹⁰ Cf. ALVES, Giovanni Antonio Pinto. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990 a 2000)*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 19, nov. 2002, p. 74.

³¹¹ Cf. MENDES, Antonio Manuel Teixeira & VENTURI, Gustavo. *Eleição presidencial: O Plano Real na sucessão de Itamar Franco*. Opinião Pública, Campinas, vol. II, nº 2, Dezembro, 1994, p. 60.

respeito” e “levantou a moeda”. FHC afirmava: “Eu criei o Real. Comecei sua implantação, defendo o Real desde o início”. Em outras ocasiões, associou o Plano a valores como estabilidade e tranquilidade, afirmando que “hoje é possível planejar a vida sem os sobressaltos da inflação” e que a estabilidade econômica seria o primeiro passo para resolver os demais problemas ao longo de seu governo. O diagnóstico em relação ao Real foi de que “ele conseguiu derrubar a inflação, baixar os preços, aumentar o nível de emprego e derrotar a carestia”. Na época, o candidato apresentou o índice de inflação medido pela FIPE, comemorando a sua queda para 1,95% em setembro de 1994.³¹²

[...] A partir de 1994, impulsionado pelo Plano Real, ocorreu uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira. Em virtude da redução drástica dos índices inflacionários (de 46,60% em junho de 1994, para 3,34% em agosto do mesmo ano), ocorreu um crescimento das atividades de consumo, produção e emprego (que iria até março de 1995).³¹³

Nem mesmo a denúncia de manipulação nas eleições, realizada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, quando da transmissão acidental das declarações do ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, nos estúdios da Rede Globo, afirmando que “a propaganda do Plano Real veiculada pela emissora não tinha nada de civismo, era propaganda subliminar de uma candidatura”, teve força para sulcar o *status* político e eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, que ainda contava com a simpatia de muitos outros veículos de comunicação³¹⁴, numa evidente coalizão de interesses de grupos políticos e econômicos com projetos próprios, assentados no neoliberalismo e expressos na defesa de reformas estruturais (previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa), bem como em um programa sistemático de desestatização.³¹⁵

Alguns meses após a posse de FHC, em Editorial do *Pó de Giz*, a Diretoria da APROFURG manifestava seu descontentamento em relação aos problemas e ataques praticados pelo Governo através da condução política do país.

E aí está o novo Brasil do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Novo neoliberal, novo discurso, novo esquecido, novo “ditocrático” com novas alianças à base do REAL, novas companhias, nova maioria, novas reformas, nova inflação e novas ideias para o bem da modernidade. Esqueçam o que eu disse no passado para o bem da humanidade. Ó Velho Brasil da esperança! Da democracia plena! Da constituição cidadã! Da alegria do povo! Onde estás, compromisso assumido com assinatura de Presidente? Onde estás Art. 7º da Constituição de 88? Onde estás Estatuto da Criança e do Adolescente? Onde estás saúde? Onde estás educação? Onde estás esperança? Aqui estamos. Com fome. Com sede “de justiça”. Com R\$ 100,00. Nós continuamos. Nós lutamos. Nós Universidade Pública. Até quando? Até quando? Até quando professor?³¹⁶

³¹² Cf. GUAZINA, Liziane Soares & PORTO, Mauro Pereira. *A política na TV. O horário eleitoral da eleição presidencial de 1994*. Revista Contracampo, vol. I, nº 3, janeiro/junho, 1999, p. 11-12.

³¹³ ALVES, Giovanni Antonio Pinto. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990 a 2000)*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 19, nov. 2002, p. 74.

³¹⁴ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, outubro de 1994, p. 3.

³¹⁵ Cf. MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. *História, imprensa e poder: Folha de São Paulo e o Globo como atores políticos nas eleições presidenciais de 1994 e 1998*. In: PEREIRA, Denise (Org.) *A transversalidade da prática do profissional de história*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, v. 1, 2019, p. 195 a 206.

³¹⁶ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1995, (Editorial), p. 2.

Repercutindo insistentemente as investidas do Governo contra a Universidade Pública, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), considerando as reiteradas manifestações do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira, acerca das reformas do aparelho do Estado e da Constituição Brasileira, que apontavam para a transformação das IFES em “organizações sociais públicas não estatais” – bem como diante das propostas elaboradas pelo Ministério, do anteprojeto de lei que visava à extinção de organizações estatais, transformando-as em Associação Civil ou Fundação de Direito Privado, a serem administradas por “contrato de gestão” – passou a reafirmar sua posição de defesa intransigente do caráter público das Instituições Federais de Ensino Superior como dever do Estado e direito dos cidadãos.

Contrária ao conteúdo das propostas de privatização, como também à forma pela qual o projeto de extinção e recriação das Universidades Públicas estava sendo conduzido, pois pretendia retirar do Ministério da Educação e do Desporto a interlocução sobre questões referentes à educação, a ANDIFES ressaltou que o “ensino público, gratuito e de qualidade deveria ser entendido como direito da condição humana e como o mais decisivo investimento social no processo de desenvolvimento do país, contribuindo para a superação das diferenças sociais”. A Entidade refutava a dimensão “formalista e administrativa com que a educação superior pública estava sendo tratada neste processo e a ausência de uma análise histórica, estrutural e política decorrente de uma avaliação mais profunda”.³¹⁷

[...] a política voltada para a mercantilização da educação superior tem sido irradiada para toda a América Latina pela atuação do Banco Mundial ao longo da década de 1990 (World Bank, 1994). Desde então, a idéia de que a educação deveria ser encarada como “Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado” passou a orientar a ação do Estado em relação às universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal).³¹⁸

O novo ordenamento que acelerou a configuração das práticas sociais, inseridas, de modo contundente, em valores mercantis no âmbito da educação superior, propagado por diversos países do mundo e instigado pelo processo de globalização neoliberal, movimentou a Universidade, reformatando suas discussões e reorganizando seu funcionamento, especialmente no que tange às universidades públicas.³¹⁹

Reforçando a luta em defesa da educação, do serviço público, da democracia e da cidadania, a Carta de São Luís, produzida no 30º CONAD de 2 a 4 de junho de 1995, no Maranhão, aprovou um conjunto de deliberações enquanto forma de fortalecer a solidariedade sindical entre os trabalhadores que lutavam contra as reformas propostas por FHC. Com o slogan “Mexeu com o meu companheiro, mexeu comigo”, o texto também expunha a urgência da construção do Projeto Democrático-Popular a fim de criar

³¹⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1995, p. 3.

³¹⁸ BOSI, Antônio de Pádua. *A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior no Brasil nesses últimos 25 anos*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 101, set./dez. 2007, p. 1507.

³¹⁹ Cf. LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. “*Universidade produtiva*” e trabalho docente flexibilizado. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Ano 6, nº 1, 2006, p. 36.

condições de existência e de liberdade para toda a sociedade e não apenas para as “classes dominantes”.³²⁰

Caracterizando o Governo e os aliados de FHC, nesse caso, a União Democrática Ruralista (UDR) – “bancada ruralista” – enquanto arbitrários e violentos, devido às intimidações e repressões promovidas em detrimento dos interesses dos trabalhadores e instrumentalizadas por via dos atos do Executivo, como editado pelo Decreto Lei nº 1.480³²¹, coube aos docentes, organizados no ANDES-SN, aprofundar a discussão sobre o significado de suas propostas, reafirmando posição contrária a todas as tentativas de destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores. A Diretoria da APROFURG assim como o ANDES-SN entendiam que a tentativa de implantar tal projeto de sociedade, na medida em que reduzia o papel do Estado, dilapidava o patrimônio público via privatizações e implodia as políticas sociais, aviltando as condições de vida da maioria da população, evidenciava sua mais dura face de excludência, pois impossibilitava as condições básicas de cidadania, “traduzidas no direito à educação, saúde, previdência social e, até mesmo, a própria vida”.³²²

Assim a defesa da soberania nacional, do patrimônio público e dos direitos sociais expressos na Constituição, ameaçados pelo governo FHC, mais e mais submisso aos ditames do capital, exige nesse momento da Central Única dos Trabalhadores a ampliação das alianças com movimento popular e sindical. A intensificação dos atos de solidariedade da classe trabalhadora torna, cada vez mais premente e forte, a necessidade de ampliarmos o grito de guerra da Greve Nacional Unificada dos Trabalhadores das Empresas Estatais e dos Servidores Públicos Federais.³²³

Especificamente no âmbito da educação, a conjuntura e as práticas políticas de descumprimento sistemático do preceito constitucional, que determinava que a União aplicasse 18% da arrecadação líquida de impostos nessa área, inquietavam o movimento docente nacional desde 1990, afinal, as políticas públicas para o setor não evidenciavam nenhuma preocupação, fosse com a expansão de matrículas ou com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados. No discurso da época, o então presidente Fernando Collor defendia a ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas, porém, na prática, houve a expansão do ensino privado.³²⁴

Contudo, a ampliação do ensino privado acabou esbarrando na estrutura interna do Estado, precisamente no órgão responsável pelo reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições, o Conselho Federal de Educação (CFE). Após a deposição do Governo Collor e a assunção de Itamar Franco, as disputas entre o CFE e o Executivo Federal prosseguiram. Entre as muitas fases desse embate, ficou estabelecido que

³²⁰ Cf. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). *O ANDES-SN em cartas*. Organização ANDES-SN, 1ª Ed, São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 33 a 35.

³²¹ O Decreto nº 1.480 de 3 de maio de 1995, tentou caçar o direito de greve garantido pela Constituição aos funcionários públicos. Para tanto, contava com a subserviência do judiciário e, até mesmo, se necessário em alguns casos, o uso das forças armadas contra os trabalhadores.

³²² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1995, p. 3.

³²³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1995, p. 4.

³²⁴ Cf. VELLOSO, Jacques. *Políticas do MEC e recursos para o ensino no Governo Collor*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 12, n. 42, ago. 1992, p. 261.

todas as resoluções aprovadas pelo Conselho deveriam passar pelo crivo do Presidente da República. Em contrapartida, o CFE procurou limitar seus poderes por meio da descentralização nos processos decisórios relativos à criação de instituições e à autorização de cursos, fazendo com que até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional de Saúde passassem a ter a prerrogativa com relação aos cursos de Direito e Medicina.³²⁵

Posteriormente, o CFE foi considerado uma estrutura arcaica e não sintonizada com as diretrizes da política nacional estabelecida pela Constituição de 1988, devendo ser, portanto, reestruturado para que se adequasse às novas demandas nacionais.

O CFE foi criado pela Lei nº 4.024/1961, após treze anos de tramitação no Congresso Nacional de um projeto de lei encaminhado pelo ministro da Educação, em 1948. Em torno do assunto houve, na ocasião, muita polêmica e muita movimentação política. Sem exagero, pode-se dizer que esse movimento – conhecido como a luta pela escola pública – foi um dos mais importantes na história da educação na República. Educadores, intelectuais, políticos e estudantes tomaram posições radicais na defesa dos interesses da escola pública ou na defesa dos interesses privatistas e confessionais. Quando, afinal, o último dos projetos transformou-se na Lei nº 4.024, Anísio Teixeira comentou: “Meia vitória, mas vitória”.³²⁶

Juntamente com as justificativas de sua dissolução, foi publicada uma Medida Provisória nº 661/95, que extinguiu o CFE e instituiu uma comissão de transição, cuja atribuição seria a de formular as diretrizes para o funcionamento de seu órgão substitutivo, o Conselho Nacional de Educação (CNE). Entre as mudanças propostas, estava a redução de seu poder decisório, de modo que o novo Conselho assumiria funções consultivas e de assessoramento ao MEC. Dessa forma, a política do MEC para o ensino superior brasileiro, no Governo Fernando Henrique Cardoso, acabou beneficiada pelas medidas adotadas nas gestões anteriores, sobretudo quanto à extinção do CFE, ocorrida no Governo Itamar Franco. A partir de então, o MEC delegou maior responsabilidade pela expansão do ensino superior à esfera privada, evidenciada pela ampliação considerável da participação desse setor na oferta de vagas.³²⁷

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 destacava dois pressupostos norteadores das ações na área da educação superior: 1) contribuição do setor para a melhoria da qualidade do ensino; 2) formação de recursos humanos qualificados para a modernização do país; com a necessidade de se criar um sistema de avaliação da qualidade do ensino ofertado, sobretudo o da esfera privada. No que diz respeito à Ciência e Tecnologia (C&T), reconhecia que o Brasil se encontrava em posição inteiramente desfavorável em comparação com outras nações.

³²⁵ Cf. CORBUCCI, Paulo Roberto. *Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: Deserção do Estado ao Projeto de Reforma*. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 88, Edição Especial – Out. 2004, p. 680.

³²⁶ AZANHA, José Mario Pires. *Conselho Federal de Educação: Significado de sua dissolução*. Martins Fontes: São Paulo, 1995, p. 215-216.

³²⁷ Cf. CORBUCCI, Paulo Roberto. *Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: Deserção do Estado ao Projeto de Reforma*. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 88, Edição Especial – Out. 2004, p. 680-681.

O país teria investido em C&T, na década de 1980, entre 0,6% e 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), ao passo que em países industrializados esse investimento correspondia a 3% do PIB. Desse modo, estabeleceu-se como meta de gastos em C&T, para 1999, o equivalente a 1,5% do PIB. As análises relativas aos investimentos em C&T apontavam para a necessidade de se adquirir domínio no campo tecnológico, com vistas a preparar o país para a abertura da economia e sua consequente inserção no processo de globalização. Neste sentido, dever-se-ia enfatizar a formação de um corpo técnico apto a atender às demandas do desenvolvimento tecnológico. A despeito dessas diretrizes políticas integrantes dos discursos oficiais, os dispêndios do MEC com a educação superior, em especial aqueles destinados à manutenção da rede federal, foram sistematicamente contingenciados ao longo da década de 1990. Além disso, sua composição foi bastante alterada, à medida que se ampliaram os gastos com inativos e pensionistas, e, conseqüentemente, reduziu-se a parcela destinada ao pagamento de pessoal ativo e aos investimentos em infraestrutura. Ao se estrangular a capacidade de expansão das IFES, também se abriu caminho para o crescimento do setor privado.³²⁸

Na medida em que outro capítulo da histórica luta do MD em defesa da educação pública começava a ser escrito, tendo como principais motivações a promulgação de diversos projetos de lei, medidas provisórias e decretos, que, encaminhados pelo Governo, opunham-se à filosofia e aspirações da Universidade, os docentes da APROFURG deliberaram, em Plenária, a aprovação do pedido de convocação urgente de uma Assembleia Universitária para debaterem questões relativas à educação e aos ataques dirigidos às Universidades Públicas e aos membros das comunidades universitárias.³²⁹

Enquanto iniciativa que antecedeu à Assembleia Universitária, foi articulado um movimento paredista que contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau do Rio Grande do Sul (SINTEST/RS), APTAFURG, CUT, FASUBRA, APROFURG e o Comando de Mobilização dos Estudantes da FURG. A atividade em forma de piquete na entrada do *Campus* acabou reprimida, por solicitação da Reitoria, através de um “Interdito Proibitório” expedido pela Justiça Federal, que incluía aplicação de multa individual aos manifestantes. Tal fato foi descrito pela Diretoria da APROFURG como “arbitrário e inconseqüente”, o que demonstrava, sobretudo, a “incompetência política e a incapacidade administrativa para resolver os primeiros conflitos internos gerados pela diversidade de opiniões”, pois publicamente a reitoria manifestava-se a favor das reivindicações do movimento, mas “traçoeiramente recorre à força externa à Instituição como forma de amedrontar, coagir e coibir as legítimas manifestações dos que lutam contra as arbitrariedades do Governo Federal”.³³⁰

³²⁸ CORBUCCI, Paulo Roberto. *Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: Deserção do Estado ao Projeto de Reforma*. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 88, Edição Especial – Out. 2004, p. 681.

³²⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/05/1995, s/nº, p. 1.

³³⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, s/nº, julho de 1995, p. 4.

Diante dessa amostra de mobilização, organização da categoria e resistência classista, a Diretoria da APROFURG, que, ao longo de seu mandato, construiu um trabalho autônomo, democrático, participativo e comprometido com uma sociedade mais justa, mediante “uma atuação dinâmica, vigilante, transparente e coerente com os princípios que norteiam os rumos da proposta renovadora da Universidade Brasileira”³³¹, gradativamente foi encerrando seu mandato no biênio 94/96.

³³¹ Excerto do texto publicado pelo Professor Otacílio Luiz de Mello no Boletim Em Pauta, nº 19, julho de 1996, p. 1 e 2. In: DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 39.

“A UNIÃO FAZ A FORÇA”

A lacuna de fontes no período compreendido entre agosto de 1995, que inclui o processo eleitoral para a composição da nova Diretoria e a interrupção da circulação do Boletim Informativo Pó de Giz durante todo o ano 1996 e metade de 1997, impôs grandes dificuldades para a escrita acerca da trajetória diretiva do primeiro ano da Gestão que conduziu a APROFURG no biênio 96/98. Nesses vinte e um meses de atividade do movimento docente, o levantamento das fontes recuperou pouco mais de vinte Atas de Assembleias.

As fontes mostram que a Diretoria da APROFURG para o biênio 96/98 foi eleita com chapa única, totalizando 142 votos favoráveis, 16 votos em branco e 14 nulos³³². Em que pese o desinteresse dos docentes da FURG em participarem do processo de escolha sucessório da Seção Sindical, demonstrado pela exorbitante diferença de 245 votantes em relação ao pleito realizado anteriormente, foi empossada a seguinte composição: Presidente: José Carlos Vieira Ruivo, Vice-Presidente: Carlos Guilherme Kremer, Secretário-Geral: Humberto Calloni, 1º Secretário: Aloísio Ruscheinski, Tesoureiro-Geral: Tarcísio Praciano Pereira, 1º Tesoureiro: Jovino Geraldo Mansan, 1º Suplente: Otacílio Luiz de Mello, 2º Suplente: José Antonio Vieira Flores, 3º Suplente: Sírio Lopes Velasco, 4º Suplente: Carmen Helena Braz Mirco.³³³

Tais registros deixados nas Atas das Assembleias demonstram que, no decorrer do primeiro semestre de 1996, o movimento docente local passou a organizar um calendário interno de paralisação, inicialmente propondo um dia de interrupção das atividades docentes por semana, entre os meses de março e maio. A iniciativa tinha como objetivo fomentar a reflexão da comunidade universitária, tendo em vista o momento crítico vivenciado na FURG³³⁴ e a realização, ao término do movimento, de uma Assembleia Universitária para debater soluções para os problemas existentes.³³⁵

Sem obter avanços em relação à pauta de greve escalonada, entrou em discussão durante as plenárias a paralisação nos dias 13 e 14 de março, que acabou votada e aprovada pela maioria dos presentes. A situação verificada na FURG, motivada pelo não envio dos repasses orçamentários³³⁶, fez com que parcelas do movimento docente propusessem um indicativo de greve para o dia 16 de abril, que acabou nem mesmo debatido ou votado.³³⁷ Ainda assim, alguns docentes da Universidade, num contexto não oficial de greve, acabaram aderindo ao movimento nacional, também não oficializado, mesmo sem a deliberação das plenárias realizadas pela APROFURG.

³³² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/06/1996, s/nº, p. 1.

³³³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral. Posse da nova Diretoria 26/06/1996, s/nº, p. 1.

³³⁴ Esse é o primeiro registro de substituição da sigla URG (Universidade do Rio Grande) por FURG (Fundação Universidade Federal do Rio Grande) tendo em vista os documentos produzidos pelo Movimento Docente da Universidade. Aparentemente, desde a promulgação da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, seu caráter de Fundação Federal, gradativamente foi sendo assimilado e reconhecido pelos docentes.

³³⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/01/1996, s/nº, p. 1.

³³⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 08/03/1996, s/nº, p. 1.

³³⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 09/04/1996, s/nº, p. 1.

O Presidente da APROFURG e também do Comando Local de Greve, Professor José Carlos Vieira Ruivo, enfatizava a intransigência do Ministro da Educação Paulo Renato Souza em relação às negociações acerca da pauta nacional de reivindicações do movimento docente, o qual aceitou receber em seu gabinete somente parlamentares e não os docentes em greve.

Enquanto o ANDES-SN propunha o engajamento a uma Greve Geral para o dia 21 de junho 1998, o Professor Ruivo articulava a participação dos docentes na Assembleia Unificada, que ocorreria no dia 19 do mesmo mês. Após alguns debates, acabou colocada em votação a continuidade ou não de realização de greve na FURG. No total, 67 votos foram contrários à greve e 14 votos foram favoráveis. Posteriormente, foi votada a proposta de término da greve não oficial para o dia 24 de junho, com 60 votos favoráveis ao término da greve e 25 à sua permanência.³³⁸

Com o afastamento espontâneo do Presidente Ruivo, assumiu a Entidade o Professor Carlos Guilherme Kremer, diante de uma conjuntura na qual foram efetuados os primeiros ajustes neoliberais por parte do Governo, que primavam pelo esvaziamento do polo social-público do Estado e pelo fortalecimento de seu polo privado-mercantil, concomitantemente com a liberação da educação superior para o mercado. Esses ajustes iniciaram com a desregulação e flexibilização das relações de trabalho e pela redução e privatização dos sistemas de seguridade social. Após a retirada do controle estatal sobre empresas e serviços, o “grande capital” recebeu do Estado inúmeros complexos industriais e os serviços de importância básica para o país, como distribuição de energia, transportes, telecomunicação, saneamento básico, saúde e educação.³³⁹

É nesse contexto que se estanca, no Brasil, a expansão da educação superior pública federal, reduzem-se os recursos a ela destinados de 0,91% para 0,54% do PIB de 1995 a 2003; institui-se o Provão na graduação e o modelo Capes de avaliação na pós-graduação, em 1996/97/98, e, principalmente, editam-se os dois Decretos – 2.207/97 e 2.306/97 – que irão legalizar o negócio mercantil na educação.³⁴⁰

A edição dos decretos desencadeou um movimento sem precedentes de alterações estatutárias e regime administrativo do conjunto das IES privadas de 1997 a 1999. Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as Instituições de Ensino particulares, com fins lucrativos, eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas.³⁴¹

Ademais, as perspectivas de mudanças do quadro político, econômico e educacional do país, almejadas pelo movimento docente nacional, foram duramente frustradas em razão da promulgação da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, que abriu a possibilidade de reeleição, em todos os níveis, para cargos do executivo em único período subsequente³⁴². Aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados,

³³⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/06/1996, s/nº, p. 1 e 2.

³³⁹ Cf. NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política – uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 225 a 229.

³⁴⁰ SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?* Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, nº. 133, out.-dez., 2015, p. 874.

³⁴¹ Cf. SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?* Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, nº. 133, out.-dez., 2015, p. 874.

³⁴² Cf. Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997.

sua tramitação no Congresso Nacional foi cercada de suspeitas e denúncias de compra de votos dos parlamentares para confirmar sua aprovação. Grandes veículos da imprensa nacional noticiavam constantemente o envolvimento de políticos que compunham partidos da base do Governo, sobretudo do PFL.³⁴³

Com a retomada do Pó de Giz³⁴⁴, as preocupações administrativas e sindicais no interior das práticas laboriosas da Universidade passaram a ser novamente evidenciadas e denunciadas de forma mais contundente e explícitas, tendo em vista os impactos causados pela falta de investimentos na educação superior pública. Conforme manifestação do Vice-Reitor, João Carlos Brahm Cousin, uma nova política estava em discussão na Instituição:

Estamos trabalhando na elaboração de um documento capaz de propor ações prioritárias na Universidade, com possíveis desdobramentos dentro do projeto de autonomia. Seminários estão sendo estruturados, e a comunidade universitária estará sendo chamada para participar desse debate, que se pretende amplo. Com início previsto para este mês, as discussões servirão para construir um projeto de consenso de maioria, visando balizar a administração 1997/2000 [...]³⁴⁵

João Carlos Brahm Cousin afirmava que as maiores limitações que a FURG sofria eram relativas às aposentadorias sem reposição de quadros de pessoal, e que, em última análise, os escassos recursos para atividades de ensino, pesquisa e extensão estavam sendo redistribuídos para os contratos temporários. O orçamento da Universidade, menor que em anos anteriores, tinha cerca de 90% de seu total comprometido com pagamento de pessoal. Frente à realidade da limitação orçamentária, a administração passou a investir na formulação de projetos em diferentes áreas, com o objetivo de captar recursos junto às agências de financiamento. A crise no ensino público, exposta pela necessidade das receitas extraorçamentárias enquanto única estratégia de captação de recursos para cobrir o orçamento da Instituição, corroborava com a avaliação realizada pelo MEC, que havia divulgado, no mês de abril, o que considerava o “retrato do ensino universitário nacional”. Segundo o Ministério da Educação e Cultura, “a situação retratada é ruim”.³⁴⁶

³⁴³ COSTA, Flambo Santos. *O Poder Constituinte de Reforma: Análise da Emenda Constitucional nº 16, de 04/06/1997, que garantiu a reeleição para a chefia do Poder Executivo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 142.

³⁴⁴ Em Editorial, a Diretoria afirmava que a retomada do Pó de Giz representava a tentativa de resgate do diálogo da categoria com a retratação de seu cotidiano escrito. Para tanto, tal empreendimento passou a contar com o aporte de um Núcleo de Imprensa e Comunicação, composto pelas jornalistas Deise Veiga, Fernanda Castillo e o historiador Isaac Gonçalves, cuja proposta englobava a produção de matérias, através de registros de testemunhos, acerca do presente e do passado do movimento docente local. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS, s/nº, julho de 1997, (Editorial), p. 2. As jornalistas Fernanda Castillo e Denise Veiga passam a produzir matérias para o Pó-de-Giz. Fernanda Castillo permanece até setembro de 1997 e Denise Veiga até 2007.

³⁴⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1997, (Editorial), p. 2. A partir de julho de 1997 a Diretoria da Entidade alterou a sigla da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande, de APROFURG para APROFURG.

³⁴⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, julho de 1997, p. 3.

A escassez de recursos enquanto principal limitação da FURG não expunha a Instituição a uma pior situação, justamente porque as administrações anteriores conseguiram cumprir com os compromissos financeiros da Instituição ao longo dos seus 28 anos. Ainda assim, devido ao pagamento das contas de água, luz, telefone, entre outros, não sobravam recursos que pudessem ser investidos na manutenção básica das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Frente ao quadro orçamentário e financeiro de outras Universidades, a FURG se destacava com seus gastos compatíveis com a receita, até porque inúmeras Instituições brasileiras estavam endividadas.

O jaez neoliberal que condicionava o ensino público a uma situação nunca antes vivenciada, criando novas regras que comprometeram o desenvolvimento das universidades brasileiras, atingindo frontalmente sua autonomia, fez com que a Reitoria da FURG conclamasse a comunidade universitária ao debate, através da proposição da Assembleia “Construindo a FURG do III Milênio – Ações Prioritárias”. De antemão, o Reitor Carlos Alberto Eiras Garcia apresentou um documento, ainda em construção, que traçava as diretrizes para a Universidade no período 1997-2000, conclamando a comunidade universitária a transpor a retórica e a trabalhar no campo das ações.

Em linhas gerais, o documento propunha intervenções dentro de um projeto político-pedagógico, prevendo a integração entre a universidade e a comunidade, formação de recursos humanos, política estudantil, avaliação institucional, reorganização administrativa, legislação interna, suporte às atividades fins e meios e reestruturação do setor de comunicação. Procurando romper o campo meramente retórico das proposições, a Reitoria apresentou um cronograma de realização de seminários.³⁴⁷

Além da busca por alternativas de minimizar os impactos dos problemas mencionados anteriormente, pesava sobre os ombros do movimento docente o fato de que os servidores públicos federais não recebiam reajustes salariais desde janeiro de 1995. Nesse período de mais de mil dias sem reajuste, a inflação medida segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) variou de 37,1% a 75,4%, conforme aferição do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do DIEESE. Para a Diretoria da APROFURG, tudo isso significava o profundo desprezo com a classe trabalhadora dos serviços públicos, pois, “desde o início da perseguição do Governo aos servidores”, o aluguel havia aumentado 212,94%, os serviços de saúde 42%, educação 108,13% e habitação 117,81%.³⁴⁸

Na avaliação da Diretoria, que passou por nova recomposição – Otacílio Luiz Mello (Vice-Presidente) e Tarcísio Praciano Pereira (Tesoureiro) – os mil dias sem reajuste salarial, promovidos pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, a apropriação dos equipamentos da Universidade para uso próprio por parte de um grupo restrito de professores, a quebra das relações éticas entre o público e o privado, bem como a ausência do trabalho universitário com a comunidade e a adesão de minorias de docentes, que, progressivamente, ocupavam espaços acadêmicos de produção do conhecimento para a venda de serviços localizados, acabaram estabelecendo vínculos com a “classe dominante”, que foram responsáveis pelo gradual desmantelamento verificado na FURG. Esse panorama foi observado pelo viés de que a Universidade

³⁴⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 54, agosto de 1997, p. 3.

³⁴⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 55, setembro de 1997, capa.

estava sendo privatizada de dentro para fora, através da contribuição de uma parcela de seus próprios docentes.³⁴⁹

O desafio de satisfazer com eficácia, em um ambiente de severas restrições econômicas e políticas (corte de gastos públicos e sociais, privatizações, globalização da economia), as funções que historicamente a sociedade atribuiu às universidades, aparentemente fez com que o movimento docente, consciente ou inconsciente de suas funções sociais, permanecesse reticente em relação à deflagração de ações visando a pequenas paralisações ou a greves por tempo indeterminado.³⁵⁰ As atas de Assembleias, de modo muito disperso, apontavam para a tentativa sem êxito de organização dos trabalhadores docentes com demais categorias que compunham a classe trabalhadora através da aproximação com sindicatos locais, demonstrando que um novo ciclo de fragmentação do movimento docente se apresentava como um sólido obstáculo a ser superado.³⁵¹

O trabalho de criar vínculo e de reforçar ainda mais a aliança do movimento docente com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, sobretudo a CUT, reafirmando a necessidade de as Associações Docentes construírem o curso do processo de greve, na defesa do direito ao trabalho, garantia do emprego e contra o programa neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, foram pontos amplamente abordados no Plano de Lutas do Sindicato Nacional durante a realização do 15º Congresso do ANDES.³⁵²

No ano seguinte, durante o 16º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a posição de rejeição ao projeto neoliberal e a defesa da democracia – “seus princípios e práticas fundamentais na direção da construção de uma sociedade socialista: livre, justa e igualitária” – foram reafirmadas. Em vista disso, o movimento docente nacional passou a denunciar o processo de reforma constitucional e política, como uma clara iniciativa de esvaziar as potencialidades de democratização da estrutura do Estado Brasileiro contidas na Constituição Federal de 1988. Essa luta esteve centralizada na defesa da autonomia universitária e implantada ao lado dos estudantes e trabalhadores da educação, com ênfase na defesa intransigente da Universidade pública, como patrimônio do povo brasileiro, a quem deve servir e com quem deve trabalhar na perspectiva da democratização do saber e da construção da cidadania. Apesar das tensões políticas, 1997 foi um ano de fortalecimento da ANDES, de reafirmação de seus princípios, seu caráter

³⁴⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 55, setembro de 1997, p. 3.

³⁵⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 57, novembro de 1997, p. 2.

³⁵¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 20/02/1997, s/nº, p. 1. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/03/1997, s/nº, p. 1. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/05/1997, s/nº, p. 1 e 2. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/07/1997, s/nº, p. 1. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 04/09/1997, s/nº, p. 1. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/09/1997, s/nº, p. 1 e 2. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 13/10/1997, s/nº, p. 1. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 30/10/1997, s/nº, p. 1.

³⁵² Cf. Ata da Plenária do 15º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 15º Congresso, Santa Maria, 01 a 06/02/1996, p. 34.

nacional, classista, autônomo, articulado com os trabalhadores e a sociedade, aspectos indispensáveis e decisivos para a efetiva construção da greve geral, que eclodiria um ano depois, enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora na defesa dos direitos historicamente conquistados.³⁵³

Lutando ao lado do ANDES, ao parodiar o livro do jornalista Zuenir Ventura, no Editorial do *Pó de Giz* com o título: “1997 – o ano que não terminou”, a Diretoria da APROFURG afirmou que este período havia deixado marcas em todos os funcionários públicos, que foram definidos como inimigos da população, num processo semelhante aos governos de exceção que perseguiram estudantes, professores e políticos de oposição. Relativizando a metodologia repressiva dos anos de Ditadura Civil-Militar, o Editorial denominou de “despotismo esclarecido” o Governo FHC, pois, ao perseguir, de forma declarada ou sutil, os trabalhadores, praticou torturas psicológicas e morais que causaram a “atenuação da morte por desemprego, falta de terra e descaso”. As denúncias compreendiam ainda a compra de votos de parlamentares e a prática de chantagens que desqualificavam os Atos Institucionais, revertidos em Medidas Provisórias que impingiam ao funcionalismo público as reformas e planos de carreira nos momentos em que estavam menos mobilizados.³⁵⁴ Para atender a Emendas individuais dos deputados, o Governo liberou R\$ 611,2 milhões do Orçamento Geral da União, generosidade que coincidiu com o período de negociações sobre a Reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno pela Câmara, atendendo aos interesses e às reivindicações das bancadas dos ruralistas e evangélicos.³⁵⁵

Enquanto os docentes da FURG decidiam aguardar os resultados dos acontecimentos em Brasília, envolvendo servidores públicos e o Setor das Federais de Ensino Superior, para decidirem sobre os rumos do movimento, optando pelo fortalecimento da Marcha em Defesa da Universidade Pública e determinando estratégias de trabalho durante o processo de avaliação do movimento nacional, porém com indicativo de greve definido em Assembleia Geral, ocorreram inúmeras manifestações de insatisfação e repúdio ao Programa de Incentivo à Docência (PID).

Dirigentes e integrantes das entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária da FURG rejeitaram o PID, proposto pelo MEC. Em linhas gerais, entendiam que o programa além de discriminatório, em hipótese alguma, conforme foi anunciado pelo Governo, compensaria as defasagens salariais entre servidores públicos federais, bem como entre os professores universitários. Além disso, o Programa, ao excluir professores sem titulação, técnicos administrativos e docentes de segundo grau, favorecia o aumento da insatisfação, do desestímulo e até das desavenças no âmbito da Instituição. Ao analisar o programa, a comunidade universitária concluiu que ele incentivava a concorrência desgastada entre professores titulados, desestruturando ainda mais a carreira docente e favorecendo a dissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ao passo que reafirmaram que a solução para a grave crise por que passavam as universidades brasileiras, em termos de financiamento, de pessoal

³⁵³ Cf. Ata da Plenária do 16º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 16º Congresso, João Pessoa, 25/02 a 02/03/1997, p. 50-51.

³⁵⁴ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 58, dezembro de 1997, (Editorial) p, 2.

³⁵⁵ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 58, dezembro de 1997, p. 3.

e de reajuste salarial, não seria resolvida com medidas paliativas e discriminatórias como as apresentadas no programa.³⁵⁶

Promulgada no início do segundo mandato de FHC, mediante Medida Provisória nº 1.616, de 13 de março de 1998, o Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior (PID) estipulava, entre outros fatores, que a cada Universidade Federal seria concebida uma quota de bolsas, com vigência de dois anos e passíveis de prorrogação a juízo do MEC, mediante avaliação de desempenho, correspondente, no máximo, a 60% do número de docentes com título de Doutor, 50% com título de Mestre e 30% de Especialização.³⁵⁷ Consistindo basicamente em um sistema rotativo de bolsas, direcionado aos professores da graduação com no mínimo 12 horas/aula por semana, distribuídas com percentual de 60% para os doutores, 50% para os mestres e 30% para os especialistas, excluindo professores aposentados e aqueles que tinham apenas a titulação de graduados; ainda assim, para disputar o número restrito de bolsas, os professores teriam que aumentar a carga horária na graduação, o que poderia causar um grave desequilíbrio devido à concentração do trabalho docente na graduação em prejuízo das atividades na pós-graduação, na pesquisa e na extensão.³⁵⁸

Considerando os incessantes ataques cotidianos a que era submetida a Universidade Brasileira, expressos por cortes de bolsas de estudo e pesquisa, supressão de vagas, demissões, congelamento salarial, quebra da autonomia e acréscimo de privatizações, os docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no 17º Congresso do ANDES-SN, repudiaram veementemente o PID, declarando Estado de Greve.³⁵⁹ Após o anúncio da MP do PID, não restavam dúvidas quanto à alternativa de deflagração da Greve Nacional.³⁶⁰

Com a aprovação da Greve Nacional a partir do dia 31 de março, gradativamente cresceu a mobilização dos docentes, bem como a indignação e a necessidade imperiosa de obter respostas do Ministro Paulo Renato de Souza, tendo em vista a pauta de reivindicações entregue pela Diretoria do ANDES-SN. Algumas delas protocoladas no Ministério da Educação desde 5 de dezembro de 1996. Em relação às “reivindicações emergenciais”, os docentes exigiam reajuste salarial de 48% a 65%, retirada do programa de Incentivo à Docência das IFES, compromisso de não redução dos quadros funcionais, ampliação de vagas e abertura imediata de concursos, bem como a instalação

³⁵⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 59, fevereiro de 1998, capa.

³⁵⁷ Cf. Medida Provisória nº 1.616-16, de 13 de março de 1998.

³⁵⁸ Cf. DUARTE, Adriana Cancelli, OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira & VIEIRA, Lívia Fraga. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CDROM, p. 46.

³⁵⁹ Cf. Ata da Plenária do 17º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 17º Congresso, Porto Alegre, 06 a 12/02/1998, p. 66.

³⁶⁰ A Greve Nacional contabilizou 104 dias de paralização (31/03 a 13/07) e contou com adesão de 51 IFES, bem como, o apoio de servidores públicos e estudantes. As principais reivindicações compreendiam o reajuste salarial de 48,65%, recomposição do quadro de docentes das IFES, ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes e a retirada da Medida Provisória nº 1.616 – Programa de Incentivo à Docência. Enquanto resultados, o Governo concedeu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) – adicionais de remuneração aos docentes, porém, não abriu mão do projeto privatizante e de seguir a cartilha do FMI e Banco Mundial. Circular nº 127/2014. Cf. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 6.

da mesa de negociação³⁶¹ com vistas à discussão e ao encaminhamento de soluções à pauta protocolada pelo MEC.³⁶²

Além do envolvimento com a Greve Nacional, o movimento docente da FURG deparou-se novamente com o problema da Estatuinte e do Regimento Geral da Universidade. A retomada da pauta foi iniciativa do CONSUN, oportunidade na qual o Reitor nomeou uma comissão composta por membros de seu Gabinete para organizar o processo que culminaria na feitura do novo Estatuto da Universidade. Após interferências da APTAFURG, DCE e APROFURG, o Reitor acatou a proposta de composição da referida Comissão com um representante de cada Entidade, articulada ao fórum dos segmentos em razão de uma meta apontada explicitamente no Plano Nacional de Educação.

Cabe lembrar que, em 1993, após a realização do Congresso Estatuinte, a comunidade universitária, depois de muito trabalho, apresentou o Estatuto ao CONSUN para que tomasse as devidas providências. Porém, a 3ª Câmara do Conselho não chegou a nenhuma conclusão, a não ser considerar uma nova proposta que surgiu de um dos componentes da própria Câmara, sem anuência inclusive de seus pares. Portanto, havia três propostas de Estatutos: o documento da comunidade universitária com organização da estrutura administrativa por cursos; a proposta oriunda de um antigo membro de uma das câmaras do CONSUN, que organizava a Universidade através de Institutos e Centros; e um terceiro, que utilizava a atual organização por Departamentos.³⁶³ A morosidade em modificar princípios e estruturas que eram herança do período da Ditadura e que urgiam por reformas, de certa forma, causava estranheza, afinal, a academia, questionadora, atenta, investigadora, projetiva, que, muitas vezes, adianta-se aos anseios sociais e políticos, parecia descuidada e inerte, especificamente nesse caso.

Nos momentos que antecederam à Greve Nacional, a inclinação da Diretoria da Associação dos Docentes da FURG foi de adesão irrestrita às propostas apresentadas pelo ANDES-SN. Para a construção da greve, foram pensadas estratégias de mobilização da categoria docente que visavam, inclusive, ao envio do Pó de Giz diretamente para as residências dos sindicalizados, a realização de ampla campanha de esclarecimento na mídia a respeito das propostas do Governo para a Universidade brasileira (Rádio da FURG e demais veículos de imprensa como jornais e televisão) e panfletagem em conjunto com a APTAFURG nos dias de matrícula para os alunos e calouros (organizando uma aula inaugural e uma Assembleia Universitária, tendo em vista, discutir a situação da Universidade).³⁶⁴

³⁶¹ A instalação da mesa de negociações visou à discussão e encaminhamento de solução a pauta de reivindicações acerca da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, em contraposição ao projeto do governo para a educação, que privatizava, feria a autonomia e a democracia interna das Universidades, além de reduzir seu financiamento, provocando arrocho salarial, diminuindo e flexibilizando seu quadro funcional, prejudicando aposentados e interferindo na construção de uma proposta político-pedagógica socialmente referenciada, desconectando a educação da necessidade de desenvolvimento do país e colocando a formação técnico-profissional como mero adestramento de mão-de-obra. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 60, março de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁶² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 60, março de 1998, capa.

³⁶³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 60, março de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁶⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/01/1998, s/nº, p. 1.

Diante do “Estado de Greve” declarado pelo ANDES-SN, proposta acatada por unanimidade pelos docentes presentes à Plenária, assim como da veemente rejeição ao PID, foi declarada a condição de Assembleia Geral Permanente da APROFURG. Com intuito de fortalecer e conscientizar o movimento docente local no encaminhamento das lutas, foi criada uma Comissão de Mobilização composta pela Professora Méri Rosane Santos da Silva e dos Professores Mário Junges, Luís Andreoli e Arthur Santos Dias de Oliveira.³⁶⁵

A dimensão das práticas sindicais dos docentes da FURG, na qual a ação grevista representaria o cessar coletivo do trabalho desenvolvido pela categoria em âmbito nacional, tendo em vista propósitos diversos como a ampliação da cidadania através da permissividade e capacidade de associação, anteriormente, por décadas controlada e mitigada, acabou relativizada nos momentos que antecederam a Greve Nacional. Em outros termos, ao que tudo indica, as experiências herdadas, apesar de transmitidas e historicamente construídas³⁶⁶, passavam por uma etapa de reelaboração mediante a necessidade de conscientização política no âmago das relações de trabalho, impondo obstáculos quanto à adesão ao movimento paredista.

Quando da realização da Assembleia Universitária, o Professor Arthur Santos Dias de Oliveira expôs, com contornos metafóricos, sua percepção acerca do ambiente verificado na época:

Foram chegando aos poucos. Depois vieram muitos. O salão, improvisado em uma quadra esportiva, fora o cenário escolhido para aquela reunião: uma Assembleia da Comunidade Universitária. Ao fundo, a mesa diretora; aos lados, servindo de moldura, nas arquibancadas e escassas cadeiras, a plateia de alunos, professores e funcionários administrativos; no ar, as palavras que a acústica não permitia que chegassem nítidas aos ouvidos. O salão, demarcado com linhas que regulamentam jogos, estava vazio. Na primeira hora vieram informações sobre a situação da Universidade. Os dados eram alarmantes, mas as vozes não soavam com a devida importância. Desfilaram oradores tentando motivar os presentes, esclarecendo que o momento era crítico. E lá, ficaram por 3 horas. Comentou-se que parecia um encontro fúnebre. Talvez o que tenha acontecido, naquele dia 11 de março de 1998, retrate exatamente a paisagem do local: a moldura humana acotovelando-se, fora das quatro linhas, esperando por um jogo que não começara; o grupo dirigente, longe do público; o som local evanescendo-se no ar, sem alcançar os ouvidos. Entretanto, aquela assembleia, naquele molde, deixou, bem claro, a necessidade de que dirigentes, plateia e ideias, precisam estar juntos, dentro do “campo de jogo”, movimentando-se na luta pelo mesmo ideal. Assim, com o devido alerta, agora com o nivelamento realizado, pretende-se que em um novo encontro, não muito distante, não haja, nem posições de espectadores nas arquibancadas, nem dirigentes afastados, nem som sem entendimentos, mas que pulem todos para dentro da quadra e joguem o jogo. O jogo da união pela sobrevivência da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.³⁶⁷

³⁶⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/02/1998, s/nº, p. 1 e 2.

³⁶⁶ Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁶⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 60, março de 1998, p. 7.

Após os devidos esclarecimentos feitos à comunidade universitária, ao colocar em discussão o indicativo de greve, inúmeros professores manifestaram contrariedade, argumentando que tal instrumento de luta era ineficaz e que, quando praticada, não conseguia reverter benefícios à categoria. Outros docentes afirmavam que o salário dos professores universitários, apesar de baixo, ainda era maior do que os proventos da maioria da população brasileira, por esse motivo, não havia justificativa para uma ação reivindicatória de reajuste dos proventos. Em contraposição, alguns sindicalizados rememoravam o fato de que as greves passadas foram vitais para a sobrevivência da Universidade pública e que, apesar do desânimo, da insegurança e da ausência de perspectivas de futuro para a profissão, toda manifestação grevista possuía, enquanto elemento pedagógico, o exercício da cidadania, marcadamente influenciado por uma consciência classista, que devido ao fato de reconhecer e admitir a melhor condição socioeconômica dos docentes, não abria mão da luta para que todos os trabalhadores também recebessem um bom salário.³⁶⁸

Com o Comando Local de Greve constituído na antevéspera da deflagração da Greve Nacional, foi discutida a unificação dos comandos de greve de docentes e técnicos administrativos, bem como a indicação da Professora Rosária Garcia Costa como representante da APROFURG no Comando Nacional de Greve (CNG).³⁶⁹ Com ambas as propostas aprovadas, os sindicalistas realizaram os últimos ajustes antes de partirem para o embate.

Após o início da Greve, os docentes da FURG começaram a organizar uma manifestação, prevista para o dia 15 de abril, porém realizada em 19 de maio, na Ponte Alberto Pasqualini (Ponte Velha), mediações da BR-392, divisa entre as cidades de Rio Grande e Pelotas, demonstrando que, mesmo depois da manobra governamental de revisão, reedição e revogação do PID entre os meses de abril e maio, o movimento não havia perdido suas forças. Na véspera do protesto, após a leitura do comunicado de greve remetido pelo CNG, os docentes sinalizaram a continuidade do movimento, solicitando ainda ao CNG que encaminhasse ao MEC um questionamento a respeito das razões que fundamentavam as diferenças de reajustes, concedidos linearmente aos militares e não aos docentes universitários.³⁷⁰

No dia 19 de maio vários professores, alunos e funcionários da FURG e UFPEL, realizaram protesto de duas horas na Ponte desativada do Canal São Gonçalo, entre Pelotas e Rio Grande. A manifestação foi realizada através de faixas, fogos de artifício, balões, cartazes, com apitos chamavam a atenção de quem passava. Há cinquenta dias reclamavam da atitude do governo em relação a Universidade, com a defasagem dos salários e o processo de privatização. Os grevistas tinham intenção de recuperar as atividades, com vistas a não perder o semestre nas universidades. Os manifestantes escolheram a ponte velha por estar sucateada e simbolizar um Estado que não quer as universidades públicas brasileiras. Mesmo com o Governo Federal ameaçando cortar os salários dos grevistas, os manifestantes mantiveram a greve. No final do protesto,

³⁶⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/03/1998, n° 2, p. 1 e 2.

³⁶⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 28/03/1998, s/n°, p. 1.

³⁷⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 13/05/1998, s/n°, p. 1.

os grevistas seguiram em passeata pelo acostamento da nova ponte que liga os municípios. O movimento acabou contando com o apoio dos motoristas que trafegavam naquele momento, buzinando e acenando para os manifestantes, como prova de solidariedade.³⁷¹

Em meio às dúvidas quanto sua eficácia, o que, de certa forma, tolhia o ardor de alguns docentes em aderirem ao movimento paredista, alguns professores realizavam jejum em protesto contra o caos na educação e aposentados prestavam socorro financeiro aos colegas grevistas³⁷². Ao término da mobilização, dentre as avaliações e debates que acaloraram as Plenárias realizadas pela APROFURG, tanto nos encontros que antecederam ou abrangeram os 103 dias de duração da mais longa greve, até então realizada pelos docentes das Universidades públicas brasileiras, o Congresso Nacional acabou retirando de tramitação a Medida Provisória referente ao PID.

Apesar da derrota em seu intento de implantar o PID, por conta das pressões advindas da Greve Nacional, o MEC acabou não abdicando do Programa e apresentou outra proposta de remuneração para os docentes, baseada no pagamento de uma gratificação com critérios quantitativos e produtivistas, a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), fixada aos docentes através da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998. A GED incidia em um sistema de atribuição de pontos às atividades desenvolvidas pelos professores, observando o regime de trabalho e sua titulação. Para receber a GED integralmente, o docente teria que cumprir uma determinada quantidade de pontos, que seria conferida por comissões instituídas em suas respectivas Unidades Acadêmicas.³⁷³

Dentre as medidas concernentes à avaliação dos docentes, implementadas pelo MEC no quadro da Reforma do Ensino Superior, ao final do primeiro Governo de FHC, a GED foi avaliada como a estratégia que mais se aproximou do perfil mercadológico dos organismos multilaterais, entre eles, do Banco Mundial. Com o objetivo de potencializar a GED, para reformular as práticas docentes, o Governo sustentou a imagem de que a gratificação traria melhorias que estimulariam a produtividade dos docentes nas Universidades Federais.³⁷⁴

³⁷¹ Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 61, agosto de 1998, p. 5.

³⁷² Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 61, agosto de 1998, p. 4-5.

³⁷³ Cf. Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998.

³⁷⁴ Cf. ROCHA, Vânia Amaral da. *Políticas de Avaliação Docente no Ensino Superior: O Significado da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2005, p. 61.

“ENFRENTAMENTOS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE.”

No período subsequente ao fim da Greve Nacional, acabou ocorrendo o processo de escolha e posse da nova Diretoria da APROFURG³⁷⁵ para o biênio 1998/2000, que tinha em sua composição os Professores Otacílio Luiz de Mello (Presidente); Mario José Junges (Vice-Presidente); Eder Dion de Paula Costa (Secretário-Geral); Normélia Maria Parise (1ª Secretária); Marcos Costa Filho (Tesoureiro-Geral); Jaci Maria Bilhalva Saraiva (1ª Tesoureira); Luis Bessouaut Laurino (1º Suplente); César Augusto Ávila Martins (2º Suplente) e Manoel Luís Martins da Cruz (3º Suplente).

Não alinhada com o resultado das articulações propostas pela recém-eleita Direção do ANDES-SN, que desconsiderou as deliberações do Comando Nacional de Greve e negociou o retorno dos grevistas mediante a majoração dos valores propostos para a GED³⁷⁶, a Diretoria da APROFURG manteve a mesma postura do grupo de docentes dissidentes que, no 4º CONAD Extraordinário, reforçou o caráter democrático e instrumental do ANDES-SN na luta em defesa dos interesses da categoria, da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, das lutas sociais pela democracia e por uma sociedade mais justa e igualitária.

A necessidade de reafirmação dos princípios do Sindicato Nacional dos Docentes ocorreu mediante as divergências advindas entre o CNG e a intervenção da Diretoria do ANDES-SN, quando da aprovação da Lei Nº 9.678, que implementou a GED e deu fim ao movimento grevista, gerando uma grave crise de confiança sem precedentes na trajetória do Sindicato. Lei esta que o movimento docente jamais havia reivindicado.

A avaliação pós-greve, durante o 4º CONAD, foi de respaldar a posição assumida pelos Comandos Locais e Nacional de Greve, pois, apesar de não constituírem instâncias estatutárias, ambos eram coletivos historicamente consagrados pelas diversas lutas empreendidas pelo ANDES-SN. Do funcionamento dos Comandos depende a democracia interna do Sindicato, ao mesmo tempo em que o respeito às decisões de base adotadas nas Assembleias Gerais das Seções Sindicais. Nesse sentido, foi totalmente desaprovada a atitude tomada pela Diretoria do Sindicato, quando negociou, de forma paralela, contrariando as deliberações do CNG, que representava a posição política da imensa maioria das Plenárias realizadas em todo o território nacional.³⁷⁷

Durante esse momento delicado entre o Sindicato Nacional e muitas outras Seções Sindicais, de imediato, a Diretoria da APROFURG tratou de retomar a comunicação periódica entre os docentes, através das páginas do *Pó de Giz*, e, em seus primeiros Editoriais, abordou questões referentes ao término da Greve Nacional.

[...] Foi encerrada, no último dia 13 de julho, a mais longa das greves já acontecida nas universidades públicas brasileiras. Não só a mais longa como a mais maciça das greves. Foram 104 dias em que docentes

³⁷⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 02/06/1998, s/nº, p. 1.

³⁷⁶ Texto publicado pelo Professor Eder Dion de Paula Costa, Vice-Presidente da APROFURG após a recomposição da diretoria em agosto de 1999. In: DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 42.

³⁷⁷ Cf. Ata da Plenária II – Avaliação da Greve nas IFES e Democracia Interna do Movimento Docente. 4º CONAD Extraordinário – Conselho da ANDES Sindicato Nacional, São Paulo (SP), 12 a 14 de setembro de 1998, p. 32-33.

de 53 IFES, em todo o Brasil, lutaram por melhores condições de vida e de trabalho para todos e na defesa intransigente da Universidade Pública. Desculpem-nos os contrários à greve e que dela não participaram, mas lutávamos por vocês também. Tudo o que poderíamos ganhar seria válido para o conjunto de todos os docentes. E o que mais precisávamos ganhar, a Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada, seria um ganho para além do universo de muitos de nós, representaria um ganho para uma sociedade que precisa urgentemente se desenvolver. Seria um ganho para os que fazem parte dessa ponta, mas seria também um valioso ganho para os milhões de brasileiros que sobrevivem com um dólar por dia. Desculpem-nos os que não foram às assembleias, aos atos, às manifestações, mas quando assumimos uma postura de reivindicar o que de direito nos cabe, não estávamos pensando somente em nós, assumimos um compromisso de defender o que é público, fruto do trabalho de gerações e gerações de brasileiros, um verdadeiro patrimônio da Nação. Por isso era preciso lutar até o limite de nossas forças, como aliás realmente o fizeram os colegas voluntários da Greve de Fome. Uma UNIVERSIDADE necessita de diversidade, do bom conflito e do encontro de ideias. Uma UNIVERSIDADE se constrói no cotidiano do fazer acadêmico do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja no dia-a-dia do fazer humano, que por certo é muito maior que o primeiro e abarca em seu interior o fazer político. Fazer político que não significa necessariamente ligar-se a partidos políticos. Diz respeito, isto sim, à participação na construção da história. Significa a inserção de nosso potencial humano nas tentativas de resolução de problemas que afetam ao conjunto da sociedade. Remete-nos sim a uma situação aflitiva de decisão, de tomada de partido. No sentido mais claro de uma opção por qual das partes da sociedade com que mais nos identificamos naquele momento. Fazer política significa dizer não à indiferença, significa a opção pelo exercício pleno da nossa humanidade, até porque, como disse Brecht, “o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do trigo, do aluguel, do sapato e do remédio, depende das decisões políticas”. Enganam-se os que pensam que nossa luta é em defesa deste ou daquele partido político. Deixam-se enganar aqueles que se afastam da participação e ficam à mercê de uma mídia que definitivamente já tomou partido na sociedade. Querem se deixar enganar os que tomam suas decisões com base nos preconceitos emitidos por terceiros. Continuaremos lutando pela democratização efetiva da sociedade, na defesa da diversidade, o que significa lutar contra o monopólio do saber científico, contra a destruição das universidades públicas, contra a instalação de um modelo de universidade que privilegia ainda mais aqueles que historicamente têm se utilizado da miséria da maioria e das profundas desigualdades sociais como motor de seu crescimento econômico. Finalmente, aos que participaram dessa jornada, em todos ou em algum momento, tenham a certeza de que fizemos o melhor, no caso, expusemos nossos empregos, nossas carreiras, mas para muito além disso, expusemos nossos sonhos e descobrimos que eles são os sonhos de milhares de pessoas que circulam no meio acadêmico, de norte a sul deste imenso País. Se por isso merecemos o rótulo de intransigentes, muito bem, é um tremendo orgulho encostar a cabeça

no travesseiro com a certeza de ter cumprido mais uma vez o dever intransigente de buscar sempre a transformação de nossos sonhos em realidade. A UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE AINDA PULSA!³⁷⁸

As críticas tecidas pela Diretoria da APROFURG aos docentes que não aderiram à Greve Nacional apontavam para a problemática frequentemente verificada na maioria das plenárias que antecediam as votações decisórias acerca das articulações políticas que motivavam e determinavam a adesão e a intensidade das manifestações paredistas levadas a cabo pela categoria. Tal objeção, percebida enquanto indiferença, opróbrio e, em alguns casos, alheamento político, foi um elemento característico e sempre presente nas práticas sindicais do movimento docente da FURG.

Durante a Greve Nacional, o Governo desrespeitou a decisão dos reitores e cortou os salários dos docentes paralisados, e, após seu término, em uma nítida retaliação, não nomeou os primeiros colocados nas eleições para Reitor das Universidades Federais da Bahia e do Rio de Janeiro, desrespeitando o princípio democrático historicamente construído no interior das Universidades Federais brasileiras. Além disso, o Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza, “promoveu encontros com professores, cientistas (tentando cristalizar a diferenciação entre pesquisa e o que ensinam os professores) e reitores, para debater autonomia universitária”, desrespeitando os legítimos representantes da comunidade universitária, ANDES-SN, FASUBRA, UNE e ANDIFES.³⁷⁹

Com evidentes traços de autoritarismo e intransigência, vide a greve dos petroleiros ocorrida no início de seu mandato, quando de maneira despótica e repressiva, lembrando os governos militares que o antecederam, FHC enviou tropas do exército para as refinarias, demitiu trabalhadores e abriu inquéritos policiais contra os grevistas³⁸⁰, ao final do primeiro ano de seu Governo, Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT, assinalou que o principal ponto que marcou as relações entre as entidades sindicais e o Governo, apesar de destacar as mobilizações contra a política econômica, foi a luta pela defesa dos direitos garantidos e não para conquistar novos direitos. “Essa imagem de um movimento sindical acuado diante de uma situação de perdas constantes, tentando resistir às propostas da flexibilização dos direitos trabalhistas e de desregulamentação do sistema de relações de trabalho”, caracterizou o primeiro mandato de FHC.³⁸¹

Além de lidarem com o bloqueio das verbas por ordem do Presidente reeleito ao MEC³⁸², a pauta da autonomia universitária passou a ocupar em definitivo os esforços do movimento docente. Retomando um período de participação e contribuição do movimento docente em sua rotina sindical, a Diretoria da APROFURG inaugurou o debate acerca da temática com o Editorial do *Pó de Giz* intitulado “Autonomia na Universidade”. Nele, afirmava que a destruição do princípio da autonomia da Universidade Pública brasileira não ocorreria somente através da alteração do artigo 207

³⁷⁸ *Pó de Giz* Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 61, agosto de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁷⁹ *Cf. Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 62, agosto de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁸⁰ SINGER, Paul. *O petroleiro é nosso*. Folha de S. Paulo, 16/06/1995.

³⁸¹ MARTINS, Heloísa de Souza & RODRIGUES, Iram Jácome. *O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90*. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, N° 11 (2), outubro de 1999, p. 159-160.

³⁸² *Cf. Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 64, outubro de 1998, p. 3.

da Constituição Federal³⁸³, via aprovação da PEC nº 370 de 1996³⁸⁴, pois, na prática, o Governo FHC desrespeitava, sobremaneira, a autonomia das Universidades brasileiras.

Em âmbito local, num episódio envolvendo a liberação de crédito docente provisório durante o período de greve, por parte do Vice-Reitor, Professor João Carlos Cousin, ocorreu denúncia de “intervenção branca” (Governo Federal), que instaurou uma Comissão de Sindicância e indiciou docentes da Universidade. Para a Diretoria da APROFURG, o MEC “não suportou a ideia de ter suas ordens desrespeitadas e imediatamente impingiu sua ação sancionadora sobre uma atitude que poderia servir de exemplo para outras universidades, quando por qualquer razão, o MEC resolvesse cortar o salário de seus servidores”. Portanto, o exercício da autonomia se apresentava possível, somente se efetuado no limite do autorizado pelo MEC e atendendo aos interesses do Governo Federal. Nesse momento, cabia aos docentes sindicalizados lutarem para defender a autonomia universitária, enquanto princípio que deve estar associado à democracia e à transparência interna da FURG.³⁸⁵

Mediante a reivindicação da reposição de perdas salariais acumuladas a partir de janeiro 1995 – que, segundo o Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV-DIEESE), era de 49,38% até setembro de 1998 – e a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º e 2º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas³⁸⁶, o Relatório da Plenária “Políticas Públicas, Campanha Salarial e Atualização do Plano de lutas” oriundo do 37º CONAD, no que tange “Autonomia, Democracia e Verbas”, em seu conteúdo, exigia a garantia do cumprimento do Art. 207 da Constituição Federal, dialogando com pautas transversais como carreira única – segundo proposta do ANDES-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior, de 1º, 2º e 3º graus (equivalência de reajuste salarial entre os docentes da ativa e aposentados) – isonomia e garantia do financiamento público para as IFES com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da Universidade para custeio e capital, bem como o repasse de verbas para o funcionamento e a manutenção dos Hospitais Universitários.³⁸⁷

As reformas nas áreas sociais, sob a égide do projeto neoliberal que culminou com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Ensino Superior, com a Lei nº 9.192/95³⁸⁸, que estabeleceu pesos diferenciados entre os segmentos que constituem

³⁸³ O Art. 207 da Constituição Federal garantia o direito das universidades usufruírem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 138.

³⁸⁴ A Proposta de Emenda Constitucional nº 370, de 1996, em parágrafo único, dispunha em seu teor que Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa poderiam perceber diferentes graus de autonomia. Cf. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília – Distrito Federal, Ano LI, nº 108, 18 de junho de 1996. Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 370, de junho de 1996.

³⁸⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 62, agosto de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁸⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 65, novembro de 1998, p. 7.

³⁸⁷ Cf. Relatório do 37º CONAD – Conselho da ANDES Sindicato Nacional, Belo Horizonte (MG), 20 a 23 de novembro de 1998, p. 44-45.

³⁸⁸ A Lei nº 9.192, de dezembro de 1995 alterava alguns dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, sobretudo, o Artigo 1º e demais alterações introduzidas pela Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977 e Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983, dando uma nova face a regulamentação do processo

a comunidade universitária na escolha dos reitores e composição dos órgãos colegiados, mantendo a decisão final sobre a indicação dos reitores nas mãos do Presidente da República, representavam um ataque frontal à democracia e à autonomia universitária por ferir o Art. 207 da Constituição Federal.

Na década de 1980, por força da mobilização e da luta de todos os segmentos que compõem a Universidade, o processo de escolha de seus dirigentes obteve um aspecto razoável de democracia e de participação da comunidade universitária. Esse processo foi pautado pela discussão de que todos os integrantes da comunidade universitária deveriam participar da escolha de seus dirigentes, de forma paritária e proporcional, e culminou, legitimamente, na sobreposição da lei, ao estabelecer o respeito e o acatamento por parte do Governo Federal, do resultado obtido nas eleições, tornando a famosa “lista sêxtupla” uma deliberação legal superada e inócua devido às práticas cotidianas e democráticas no interior das universidades brasileiras.

Na FURG, o processo foi um pouco mais complexo, ainda que a legislação acabasse acatada mediante contestação e tentativa de discussão, por parte do movimento docente, de uma proposta que mantivesse minimamente a democracia conquistada, como inúmeras universidades brasileiras conseguiram implementar. Além do mais, a FURG foi a única universidade brasileira que estendeu as exigências da lei à eleição dos chefes de departamentos, exigindo título de doutor, nível de adjunto 4 ou titular para chefias de Departamentos ou Direção de Cursos ou Centros.³⁸⁹

Historicamente, a escolha de reitores das Universidades pelo poder executivo, partindo da composição das listas sêxtuplas e tríplexes, foi identificada pelo movimento sindical docente como um intrínseco procedimento das relações entre a Ditadura Militar, grupos privados emergentes, docentes e pesquisadores. Em contrapartida, a escolha dos dirigentes em eleições diretas, mediante voto dos professores, estudantes e funcionários, foi percebida como sinônimo de democracia e de autonomia universitária, fazendo com que a reivindicação de paridade dos votos de ambas as categorias ocasionasse conflitos dentro dos Conselhos Universitários.

A esse conflito subjaz uma estrutura de poder fundamentada na maioria dos órgãos colegiados formada de docentes, com estudantes e funcionários que possuem pouca representatividade (com base na legislação em vigor de 1931 a 1995), e outra estrutura de poder projetada pelas organizações sindicais com igualdade na representação das respectivas categorias nos órgãos colegiados. Assim sendo, “não se trata de uma disputa entre o poder sindical e o poder dos professores, pois o sindicato dos docentes não expressa o poder acadêmico”. A trajetória assinalada há alguns anos é de que as direções sindicais, tanto em nível local como nacional, não expressam demandas sintonizadas com os padrões de mais alto nível acadêmico, no ensino e na pesquisa. Essa disputa entre o poder acadêmico e o poder sindical, organizados por lógicas distintas, ocorre através de inúmeras lutas³⁹⁰, nesse caso, uma de suas dimensões foi percebida quando da escolha dos dirigentes da Instituição.

de escolha dos dirigentes universitários, que em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevaleceria a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias.

³⁸⁹ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 66, dezembro de 1998, (Editorial), p. 2.

³⁹⁰ Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *Luta política nas Universidades Federais: poder sindical versus poder acadêmico*. Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, volume 8, nº 3, 2003, p. 12 e 13.

Após a exoneração do Vice-Reitor, através de processo implementado pelo MEC, por conta do episódio envolvendo o crédito docente provisório, punição acatada e referendada pelo Conselho Universitário, a Diretoria da APROFURG denunciou o agravamento dos princípios de “governabilidade da universidade”, em decorrência da realização de uma nova eleição para preenchimento do cargo vacante, via Conselho Universitário. “A justificativa para a adoção de uma eleição indireta, sem consulta da comunidade universitária, foi baseada na “tradição” do colégio eleitoral da FURG”. Na opinião da Diretoria, ficou evidente o desrespeito ao descumprimento dos princípios básicos da democracia e à participação da comunidade universitária de escolher seus dirigentes, expressando sua vontade através do voto, não existindo nenhuma justificativa política ou acadêmica que pudesse sustentar tamanho retrocesso democrático.³⁹¹

Enquanto o Governo promovia a figura dos servidores públicos federais como responsáveis pela crise que a política neoliberal, impingida ao país, os encaminhamentos políticos referentes à recomposição salarial dos docentes eram conduzidos de forma irresponsável, desde a negociação que selou o fim da Greve Nacional, entre a atual Diretoria do ANDES-SN, o Ministro da Educação Paulo Renato Souza e o Presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães. Além da GED, o movimento docente nacional foi surpreendido com a omissão da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes ao não encaminhar a proposta de Pauta de Reivindicações para o Setor das Federais no 37º CONAD. Além da grave situação financeira das universidades federais pela primeira vez na história do ANDES-SN, nenhuma pauta de reivindicações salariais foi protocolada no MEC. Tentando contornar a situação, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) apresentou, no 37º CONAD, uma proposta de pauta de reivindicações que deveria ser analisada por todas as Seções Sindicais e aprovada no próximo Congresso do Sindicato.³⁹²

Em suma, durante a realização do 18º Congresso do ANDES-SN, em Fortaleza, predominou a oposição à atual Diretoria do Sindicato Nacional e a reafirmação da luta contra a proposta de organização sindical e autonomia universitária, até então não enviadas pelo Governo ao Congresso Nacional. A agenda política do movimento docente nacional passou a consistir em absoluto antagonismo à política de Fernando Henrique Cardoso, que, conforme a Diretoria da APROFURG, “favorecia os grupos econômicos nacionais e internacionais, cujos resultados geravam desemprego e exclusão social”³⁹³, tendo como bandeiras de luta “Fora FHC e seu projeto neoliberal”, “Fora FMI”, “Não pagamento da dívida externa e interna”, “Pelo pagamento da dívida social: saúde, educação, terra e trabalho” e “Não ao pacto social”.³⁹⁴

Depois que o 18º Congresso do ANDES-SN deliberou pela luta intransigente da manutenção do Artigo 207 da Constituição Federal e sua autoaplicabilidade, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou que a proposta de projeto de lei de regulamentação da autonomia universitária, que seria enviada, no mês de maio, ao Congresso, previa que as Universidades Federais poderiam optar pela adesão gradativa ou imediata à autonomia

³⁹¹ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 66, dezembro de 1998, p. 2-3.

³⁹² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 67, janeiro de 1999, (Editorial), p. 2.

³⁹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 68, fevereiro de 1999, p. 4.

³⁹⁴ Ata da Plenária do 18º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 18º Congresso, Fortaleza, 25/02 a 02/03/1999, p. 52.

administrativa e financeira. Paulo Renato Souza afirmou ainda que a União manteria a transferência de recursos para as universidades, mas em contratos de gestão, sob o risco de perda de sua liberdade gerencial.³⁹⁵

Em linhas gerais, o Art. 207 da Constituição Federal não era aceito pelo MEC, que assumiu a posição de regulamentá-lo a fim de implantar a “autonomia plena” nas IFES, tendo como fundamento básico a autogestão patrimonial e financeira, ou seja, a flexibilização da administração. Para o Ministério da Educação, o financiamento das IFES não deveria ser de responsabilidade exclusiva do Estado, devendo as Instituições viabilizarem formas de captação de recursos em outras fontes como, por exemplo, no setor privado. Assim sendo, na visão do MEC, a ampliação das IFES ocorreria mediante opção da Instituição por sua “autonomia gerencial”, via celebração de contrato de gestão (organização social), o que seria garantido pela Reforma Administrativa, implicando no fato de que cada IFES teria uma relação específica com o MEC.

Com o debate acerca da autonomia universitária ocupando o cotidiano do movimento docente, sobretudo a partir das posições representadas pelo ANDES-SN, ANDIFES, MEC e FASUBRA, o Ministério da Educação continuava não admitindo a garantia constitucional da autonomia universitária (Art. 207) e sua autoaplicabilidade, o que na visão da Diretoria da APROFURG era uma nítida tentativa de esfacelamento do Sistema Federal de Ensino Superior, através deste Projeto de Lei de regulamentação da autonomia das Universidades Federais, que equivocadamente ou propositalmente, possibilitaria a “ampliação da autonomia” mediante contrato de gestão. Ante a gravidade do momento, a APROFURG alertou e conclamou a comunidade a resistir contra a investida do Governo Federal em detrimento da Universidade Pública Brasileira, em especial ao Sistema Federal de Ensino Superior. A Diretoria da Entidade entendia que estava em jogo a impossibilidade de avanços na construção e consolidação de uma Universidade comprometida com o desenvolvimento social enquanto instrumento para a soberania nacional.³⁹⁶

Destacando que o ataque do Governo Federal contra a Universidade pública, gratuita e de qualidade foi efetivado através do projeto de Autonomia Universitária, efusivamente apresentado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no início do Governo FHC e retomado em seu segundo mandato, a APROFURG chamou a atenção dos docentes para o fato de que a autonomia universitária proposta pelo MEC estava gradativamente se efetivando na FURG, através de Propostas de Cursos Sequenciais, de Reformas Curriculares, da formação de fundações – efetivando o mecanismo de captação de recursos financeiros fora do financiamento público –, da regulamentação da venda de serviços, da Reforma Regimental da Universidade e da revisão de sua filosofia e política, ainda em discussão no CONSUN.

[...] o que nos causa espanto é que estas reformas estão sendo efetivadas de forma indiscutível, sustentadas pelo princípio da inevitabilidade, como se este projeto fosse positivo, como se ele fosse benéfico para a Universidade. São feitos belos e emocionados discursos contra o projeto do governo de Autonomia Universitária, mas se concorda com ações que nada mais são do que o próprio projeto na prática. Ainda pior

³⁹⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 69, março de 1999, p. 3.

³⁹⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 71, junho de 1999, p. 3.

é que estas ações são propagandeadas como se a FURG devesse se orgulhar de ter sido pioneira na efetivação destas propostas... Porque será que nenhuma outra universidade não pensou nisso antes? Não seria porque elas estão preocupadas em não entregar este patrimônio público da sociedade brasileira para os interesses privatistas? Será que apenas nós estamos certos? Devemos estar atentos, porque no ritmo que a FURG está absorvendo o projeto de instituição defendido pelo governo, não precisará mais de projeto de lei de Autonomia para sustentar o fim de nossa universidade. Nós já teremos feito todo o trabalho, senão por uma ação mais efetiva, mas pela simples omissão e falta de compromisso com a própria Universidade.³⁹⁷

Em reunião, o Conselho Universitário da FURG aprovou e colocou em vigor um documento referente ao posicionamento da Instituição sobre as diretrizes da autonomia universitária. O posicionamento abarcava a contrariedade a qualquer contrato de autonomia e a “defesa de uma política de manutenção e desenvolvimento harmônico do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior”. Defendia a “Personalidade Jurídica Especial de direito público para todas as Instituições Federais de Ensino Superior” e a garantia de aplicação da totalidade dos recursos previstos no Artigo 212³⁹⁸ da Constituição Federal para o sistema de Instituições Federais de Ensino Superior. Em relação às questões laboriosas, defendia plano de carreira e salário único para o sistema de Instituições Federais de Ensino Superior e a intensificação do processo da avaliação institucional, por entender indispensável e inadiável para a consolidação de uma instituição de Ensino Superior de qualidade.

Enquanto fatores condicionantes para a efetivação da autonomia universitária, o documento exigia a “garantia de recursos para pagamento de precatórios de ações trabalhistas anteriores e aqueles resultantes da implantação da autonomia”, bem como de “pagamento dos proventos atuais e futuros de inativos e pensionistas do Regime Jurídico Único”, “recomposição em número e em remuneração dos atuais quadros docente e técnico-administrativo e marítimo” e “recursos adicionais aos previstos no artigo 212 da Constituição Federal, para assegurar o funcionamento pleno dos Hospitais Universitários”.³⁹⁹

Influenciando de forma significativa no cotidiano da FURG, tanto que acabou reverberando pela comunidade rio-grandina, a pauta da autonomia universitária foi exaustivamente debatida e problematizada, fazendo com que, pela primeira vez, o Boletim Informativo Pó de Giz publicasse três edições em um único mês sobre o tema. Em vista desse envolvimento, acabou ocorrendo uma Sessão Especial de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Rio Grande, que contou com a participação de apenas quatro vereadores, foram discutidos os prejuízos que poderiam ser causados à FURG e à comunidade em geral, caso o modelo de autonomia universitária, proposto

³⁹⁷ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 72, junho de 1999, (Editorial) p. 2.

³⁹⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 140. “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

³⁹⁹ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 72, junho de 1999, p. 4.

pelo MEC, acabasse implementado. Na ocasião, o Reitor Carlos Alberto Eiras Garcia enumerou alguns pontos conflitantes no documento do Governo, afirmando que eram prejudiciais à qualidade do ensino superior brasileiro.

[...] Os prejuízos poderiam ser muitos e graves, principalmente porque a autonomia subentende um grande corte orçamentário para as instituições, que precisam buscar fontes alternativas de renda, bem como cobrar mensalidade dos alunos, venda de serviços (pesquisas e projeto) e diminuição dos serviços gratuitos prestados à comunidade, principalmente na área da saúde [...].⁴⁰⁰

Carlos Alberto Garcia disse ainda que o corte orçamentário poderia resultar em um entrave no crescimento da Universidade, diante da necessidade de aumentar o número de vagas oferecidas no vestibular, repor quadros de funcionários, ampliar laboratórios e salas. O Reitor afirmou que, no sentido de captar recursos, a FURG estava abrindo espaços para Fundações de apoio que prestavam serviços de ordem privada, em benefício próprio, utilizando-se do nome da Universidade e dos recursos do governo em troca de apoio cultural, técnico e financeiro.

A Carta do Rio de Janeiro resultante do 38º CONAD expunha o quadro de aviltamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) enquanto uma síntese da política que o MEC adotava em relação às universidades federais. A falta de investimentos para projetos de desenvolvimento acadêmico era agravada pela carência de condições mínimas para o seu funcionamento cotidiano. Além do mais, a UFRJ estava sendo administrada por um interventor nomeado pelo MEC, que não representava a vontade coletiva de sua comunidade. O desrespeito ao processo eleitoral, realizado de forma livre e autônoma pela UFRJ demonstrava o cerne da política do MEC, que feria de todas as formas o princípio da autonomia universitária expresso na Constituição.⁴⁰¹

De acordo com a Diretoria da APROFURG, em conformidade com a análise de conjuntura do movimento docente nacional, os frequentes ataques à Universidade fizeram parte da implantação de toda uma estrutura política neoliberal ditada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Subserviente e fragilizado em decorrência da crise vivida no início do ano, o Governo FHC vinha contornando os impactos nefastos dessas práticas políticas, graças ao aprofundamento dos desequilíbrios macroeconômicos sobre os quais se sustentava o Plano Real, ou seja, a confiança na moeda forte e na estabilidade da inflação. Com a popularidade em queda franca, nesse momento de debilidade do Governo, a APROFURG reivindicou uma atuação prática do ANDES-SN, no sentido de buscar uma aproximação concreta ao conjunto das forças dos movimentos sociais, para intensificar a mobilização e organização na realização da “Marcha dos 100 mil a Brasília” em um ato de protesto contra o Governo.⁴⁰²

Com uma prática adesista, descomprometida e na contramão das disposições da categoria dos docentes sindicalizados em não negociar propostas consideradas paliativas, divisionistas e discriminatórias de reajuste salarial, a Diretoria do ANDES-SN, pontuando

⁴⁰⁰ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 72, junho de 1999, p. 4.

⁴⁰¹ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). *O ANDES-SN em cartas*. Organização ANDES-SN, 1ª ed, São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 63.

⁴⁰² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 72, junho de 1999, p. 4.

sua agenda política em conformidade com o MEC e atuando como mediadora parcial dos conflitos, a despeito das deliberações das instâncias decisórias, encaminhou uma “audiência com o MEC, tendo como pauta a bolsa para professores de 1º e 2º graus das IFES, reformulação da Carreira Docente, autonomia universitária e aumento da GED em 10%”.⁴⁰³

Perpassando as orientações do FMI e do Banco Mundial, fundamentadas nos interesses do mercado financeiro nacional e internacional que dominavam o capitalismo financeiro, as ideias neoliberais enfrentaram resistências emanadas das ambições internacionais do Brasil, sobretudo dos interesses liberal-desenvolvimentistas ligados ao capital produtivo nacional e das demandas igualitárias decorrentes do impulso para a democracia, ambas traduzidas em disputas políticas e institucionais. O avanço do impulso democratizante, enraizado na classe média urbana, acabou incorporando as demandas de trabalhadores da indústria e dos serviços, “seguinto adiante com o reforço das “demandas potenciais” da maioria do eleitorado brasileiro e com as pressões distributivas dos movimentos sociais e das associações de trabalhadores”.⁴⁰⁴

Com a perda da capacidade de intervenção do Estado no campo econômico, devido ao ritmo do programa de desestatização e privatizações de grandes empresas estratégicas, como da Companhia Vale do Rio Doce, e a incapacidade de mediação dos problemas das desigualdades em decorrência da ausência de políticas redistributivas, ainda que a diminuição das desigualdades sociais, na visão do governo, dependesse “diretamente da resolução dos problemas econômicos e da manutenção da estabilidade”⁴⁰⁵, enquanto representação das “pressões distributivas” e da insatisfação dos movimentos sociais, sindicatos, sociedade civil, partidos políticos de oposição e associações de trabalhadores, aos gritos de “Fora FHC” ocorreu em Brasília a “Marcha dos 100 mil”, em 26 de Agosto de 1999, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Na ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a “Marcha dos 100 mil”, chamando-a de a “marcha dos sem rumo”, pois, segundo ele, não apresentava nenhuma proposta ao Governo. Dentre os objetivos da Marcha, estava ainda a reivindicação de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção envolvendo a privatização da Telecomunicações Brasileiras (Telebrás).⁴⁰⁶ O desrespeito aos movimentos sociais e sindicais, por parte do Governo Federal, de certa forma, acabou refletindo em violentas ações contra os trabalhadores, ocasionando, nesse caso, motivações que levaram ao assassinato de sindicalistas do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, no decorrer de uma manifestação contra a corrupção na saúde.⁴⁰⁷

Mesmo com o cotidiano sindical marcado pelo autoritarismo e práticas coercitivas, 80% dos servidores públicos federais da FURG interromperam suas atividades e realizaram

⁴⁰³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 73, julho de 1999, (Editorial), p. 2.

⁴⁰⁴ SALLUM, Brasília Jr. & GOULART, Jefferson. *O Estado brasileiro contemporâneo. Liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, Vol. 24, nº 60, 2016, p. 121.

⁴⁰⁵ EIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando & VALENTE, Ana Luzia. *Governabilidade e concentração de poder institucional: o Governo FHC*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Vol, 11(2), out. 1999, p. 60.

⁴⁰⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 74, agosto de 1999, p. 3.

⁴⁰⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 75, setembro de 1999, p. 3.

um ato unificado no Largo Dr. Pio, durante a Paralisação Nacional do dia 14 de setembro. Demonstrando repúdio ao Programa de Demissões Voluntárias do Governo FHC, que desconsiderava o arrocho salarial, que acumulava 57,57% de perdas, ao longo do ato, algumas das reivindicações específicas dos presentes e das Entidades que integravam a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESEF) foram a defesa do emprego, dos salários, dos direitos de organização sindical, da defesa da seguridade social, da educação pública e gratuita. Ao mesmo tempo em que os servidores públicos encaminhavam as bases de uma greve nacional, o Reitor da FURG emitiu ofício exigindo dos Chefes de Departamentos da Instituição o número e os nomes com as respectivas assinaturas dos docentes que participaram da manifestação.⁴⁰⁸

Poucos dias depois de passar por reformulações em seu quadro diretivo⁴⁰⁹ e com Assembleia Geral para discussão de indicativo de greve, a APROFURG esteve presente no Fórum em Defesa da Universidade Pública, realizado no Anfiteatro da FURG, quando foram retomadas as discussões sobre Autonomia Universitária, nesse evento, que teve como objetivo analisar os principais projetos apresentados até então e que contou com a participação de reitores de IFES, representantes da ANDIFES e do Governo.⁴¹⁰

Desde antes do anúncio, por parte do Governo Federal, da proposta de projeto de lei sobre Autonomia Universitária, a APROFURG Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, vinha alertando para a gravidade da situação gerada pela adoção do receituário neoliberal por parte do governo do Professor Fernando Henrique Cardoso e seus aliados. Apesar do ceticismo de alguns, há muito vem sendo denunciado que as ações do MEC são parte de um conjunto de políticas que tem por finalidade primeira o cumprimento do ajuste fiscal imposto pelo FMI. Além desta, outro objetivo perseguido pelas forças políticas que controlam o Estado Brasileiro é o cumprimento das determinações do Banco Mundial, que visam adequar os sistemas educacionais dos países subdesenvolvidos aos interesses da produção capitalista globalizada, que adquiriu novos contornos a partir do desenvolvimento tecnológico. Aqui em Rio Grande, o resultado das políticas há pouco referidas é flagrante. Os cursos sequenciais, o corte no orçamento, a proposta de autonomia universitária, o arrocho salarial, a Gratificação de Estímulo a Docência (GED), o corte nos programas de bolsas de iniciação destinadas a pesquisa e as dificuldades para o pagamento de água, luz e telefone são exemplos de como se reflete na realidade a implementação das orientações emanadas do Banco Mundial.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 75, setembro de 1999, p. 3-4.

⁴⁰⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/08/1999, s/nº, p. 1. Direção da APROFURG após a recomposição da Diretoria. Presidente: Otacílio Luiz de Mello; Vice-Presidente: Eder Dion de Paula Costa; Secretária Geral: Normélia Maria Parise; 1º Secretário: Manoel Luís Martins da Cruz; Tesoureiro Geral: Marcos Costa Filho; 1ª Tesoureira: Jaci Maria Bilhalva Saraiva; 1º Suplente: Luís Bessoaut Laurino.

⁴¹⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 75, setembro de 1999, (Editorial) p. 2.

⁴¹¹ Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 76, outubro de 1999, (Editorial) p. 2.

Um ano após sua reeleição com 53,06% dos votos e sua coligação obter mais de 70% dos cargos no Congresso Nacional, a Diretoria da APROFURG, que, desde o início do ano, exigia a saída do Presidente através do bordão “Tire o emprego dele, antes que ele tire o seu – Fora FHC”, além de visitar os Departamentos da Universidade com a intenção de aproximar os docentes da Entidade, procurando reforçar o movimento, deixava explícita a “necessidade urgente de integração na luta pelo fim do Governo FHC/FMI ou de qualquer outro que aceite o vergonhoso papel de gerente local dos interesses do capital financeiro internacional”. Nesse contexto de gradativa ruptura com o bipartidarismo do Regime Militar advindo da “Nova República”, no qual o aprofundamento das medidas de cunho liberal acarretaram cisões nos dois grandes partidos políticos (MDB e Arena, então PMDB e PDS), fazendo surgir partidos de esquerda e inúmeros micropartidos⁴¹², os 84,77% dos votos dirigidos aos dois principais candidatos ao pleito – Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva – podem ser percebidos como fatores indiciários de uma tendência do eleitorado brasileiro, na substituição do bipartidarismo pela polarização política, acompanhada em parte pelo movimento docente nacional e local.

Ao mesmo tempo em que o MEC apresentou um novo projeto de lei como a versão mais recente do antigo projeto de autonomia universitária, dessa vez, não com o objetivo de regulamentar a autonomia como faziam os anteriores, mas dispendo sobre o financiamento, a organização e a administração das universidades federais, assumindo publicamente que seu interesse era tratar da questão do financiamento e da política de pessoal, no sentido de diminuir os gastos públicos através da redução dos aportes orçamentários e da retirada de servidores das universidades cobertas pelo Regime Jurídico Único⁴¹³, a Diretoria da APROFURG tecia duras críticas à Diretoria do ANDES-SN,

A Diretoria Nacional do ANDES-SN optou desde a sua posse por definir a pauta de luta e de intervenção do sindicato pelas políticas adotadas pelo governo federal. Assim, ela não propõe nenhuma política de intervenção mais efetiva à questão educacional brasileira nem no seu aspecto mais específico, que no nosso caso é o Ensino Superior, deixando o sindicato à mercê das políticas governamentais. Desta forma, na realidade não produzimos intervenção, mas nos condicionamos ao que é definido pelo MEC. A primeira demonstração desta conduta se deu logo após a sua posse, quando a diretoria, contrariando a maioria das deliberações das Assembleias Gerais das Seções Sindicais que estavam em greve – diga-se de passagem, o maior movimento reivindicatório que um sindicato de trabalhadores conseguiu organizar no país – fechou um acordo ilegítimo com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e com o MEC, através do Ministro da Educação, que propiciou a aprovação do projeto da GED, reforçando a quebra da isonomia salarial e criando um clima de insegurança ainda mais terrível para os docentes das Universidades Federais. O segundo momento desta política foi a defesa que a Diretoria Nacional insiste em fazer no sentido de apresentarmos um Projeto de Lei de Autonomia Universitária para,

⁴¹² Cf. LIMA, Olavo Brasil Jr. *Eleições Presidenciais: Centralidade, contexto e implicações*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, n° 40, junho de 1999, p. 22.

⁴¹³ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 77, outubro de 1999, (Editorial), p. 2.

segundo eles, contrapor-se ao projeto apresentado pelo MEC. Esta proposta foi sistematicamente encaminhada às instâncias deliberativas do sindicato (CONAD's e Congressos) e sempre foi rechaçada.⁴¹⁴

Desrespeitando as sucessivas deliberações de suas bases, a Diretoria do ANDES publicou, em seu informativo (InformANDES), com o título “Enunciados para o Estatuto da Universidade Autônoma”, o anteprojeto de lei do MEC. Porém, o Governo Federal, ao retirar o projeto original de autonomia universitária, reeditando a proposta, acabou deixando a Diretoria Nacional do ANDES-SN sem perspectiva e nenhuma proposta de intervenção para o Sindicato. A partir disso, o movimento docente da FURG foi enfático ao afirmar que a estratégia de definir a política do sindicato à pauta do Governo foi um equívoco, pois rompia com a independência e a autonomia sindical, deixando a categoria docente sem perspectiva de luta, concluindo, portanto, que a atual Diretoria Nacional não possuía acúmulo de discussão nem capacidade de formulação para produzir saídas viáveis e independentes para o Sindicato. Ironicamente, o movimento docente preferiu considerar a estratégia da Direção Nacional como falta de capacidade, ante a prática de uma política deliberada de adesão ao modelo de destruição do Sistema Nacional de Ensino Superior, encaminhado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação.

Ao seguir a cartilha neoliberal, o Governo FHC desresponsabilizava o Estado de seus compromissos com a Educação, dilapidando e incentivando a privatização das Instituições públicas, aumentando o desemprego, as desigualdades sociais e destruindo as conquistas dos trabalhadores, além de promover ataques às suas organizações. Assim sendo, a Carta de Curitiba reafirmou a condição de que o 39º CONAD ocorria em um momento particularmente grave para o país e para as Instituições de Ensino Superior, nas quais a questão da autonomia era paradigmática, sobretudo enquanto bandeira histórica do movimento docente e assegurada pelo Artigo 207 da Constituição Federal. No sentido do enfrentamento contra o projeto neoliberal, o movimento docente presente ao 39º CONAD priorizou cinco pontos centrais para atualização do plano de lutas: campanha salarial, autonomia universitária, unificação da carreira e do piso salarial, enfrentamento às “reformas” da seguridade social de política educacional.⁴¹⁵

Os encaminhamentos gerais do 39º CONAD deliberaram pela continuidade da luta contra o Governo FHC e suas políticas neoliberais – ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial – em articulação com o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania e, mais especificamente, com a CUT e CNESF, reforçando o eixo “Fora FHC e o FMI”. A luta, no âmbito das Universidades, deveria reunir as diferentes categorias – professores, técnicos administrativos e estudantes – e ser direcionada para o combate da política de autonomia e privatizações promovidas pelo Governo Federal.⁴¹⁶

Na chegada do segundo milênio, a desvalorização cambial do Real⁴¹⁷ e os impactos das políticas neoliberais, traduzidas em números por um estudo do DIEESE, afetaram prejudicialmente a situação dos trabalhadores brasileiros. Ainda assim, o número de greves

⁴¹⁴ Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 78, novembro de 1999, (Editorial), p. 2.

⁴¹⁵ Cf. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). *O ANDES-SN em cartas*. Organização ANDES-SN, 1ª ed, São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 67 a 69.

⁴¹⁶ Cf. Relatório da Plenária do Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Autonomia Universitária, Democratização do Acesso à Riqueza; Integridade Nacional. 39º CONAD – Conselho da ANDES-Sindicato Nacional – Curitiba (PR), 19 a 22 de novembro de 1999, p. 44-45.

⁴¹⁷ CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Desvalorização do real: a agonia de uma estabilização inacabada. Indicadores FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, 1999, p. 91.

no país caiu 26% em 1999, em comparação com 1994, ano da implantação do Plano Real. No segundo semestre de 1999, apenas 31% das categorias conseguiram repor perdas salariais decorrentes da inflação medida pelo INPC, perante 61% em 1998.

Na contramão do alijamento de diversos sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores, a propósito de incentivar a participação das Seções Sindicais na luta e na organização do Setor da Educação na CUT e buscando a integração da classe trabalhadora, a APROFURG convocou Assembleia Geral para discutir indicativo de Greve⁴¹⁸, acompanhando a Plenária dos SPFs, que encaminhou pela deflagração do movimento a partir da primeira quinzena de maio, após o DIEESE indicar que o índice acumulado de perdas salariais dos servidores públicos, de janeiro de 1995 a dezembro de 1999, era de 63,68%.

Ao fitar a greve cada vez mais próxima no horizonte de suas lutas – “6 anos sem reajuste é greve!” – a Diretoria da APROFURG expôs que três fatos novos haviam surgido no cenário do movimento docente: a criação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID)⁴¹⁹ para os professores de 1º e 2º graus; a deflagração, por parte dos Servidores Públicos Federais, do indicativo de greve por tempo indeterminado; e, por fim, a medida apresentada pelo Governo Federal, que instituiu uma comissão que começaria a debater a forma de contratação dos novos servidores públicos federais das Universidades, definindo uma proposta de cargos e salários para esses novos servidores. Com o futuro da Universidade fadado a conviver com professores atuando em três regimes de trabalho distintos: o estatutário, o baseado na CLT e os substitutos, o processo de precarização do trabalho docente, legitimado através da reforma administrativa do PND, andava a passos largos.⁴²⁰

Na medida em que a APROFURG realizou Plenárias para discutir o indicativo de greve dos SPFs ou as paralisações de servidores em algumas universidades, o primeiro trimestre do ano parecia indicar a retomada dos movimentos grevistas de várias categorias de trabalhadores do país. Em São Paulo, nas universidades estaduais, docentes e técnicos administrativos, com apoio de alunos da USP, UNICAMP e UNESP, deflagraram greve reivindicando aumento salarial. Quanto à adesão à greve por tempo indeterminado, marcada para o dia 10 de maio, a APROFURG encaminhou uma Assembleia Geral e conclamou todos os sindicalizados para discutirem a mobilização da categoria e encaminharem posicionamento quanto ao movimento de greve dos Servidores Públicos Federais, “porque não existe nenhum sentido delegarmos aos outros uma decisão que é de todos. O compromisso é de todos, a responsabilidade é de cada um de nós”.⁴²¹

Enquanto o movimento nacional ganhava força e gradativamente colocava em prática o instrumento de paralisação, foi publicado o Edital de Convocação de Eleições da APROFURG com pleito marcado para os dias 23 e 24 de maio. A única chapa inscrita, denominada “ANDES – Autônoma e democrática”, nomenclatura que também remetia ao apoio à Chapa de oposição que concorreu e venceu as eleições para a composição

⁴¹⁸ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 80, janeiro de 2000, p. 3.

⁴¹⁹ Medida Provisória n° 2.020 de 24 de março de 2000.

⁴²⁰ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 82, março de 2000, (Editorial), p. 2.

⁴²¹ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 82, abril de 2000, (Editorial), p. 2.

da Diretoria do ANDES-SN (2000-2002) tinha, enquanto princípios gerais de ação em âmbito nacional,

[...] defender a liberdade e a autonomia sindical em relação ao governo, aos dirigentes universitários, aos partidos políticos, às confissões religiosas e lutar em defesa da unidade e da liberdade sindical. Lutar pela construção de um sindicalismo que respeite a pluralidade de posições, cuja materialização se traduza no respeito às decisões da base da categoria através das instâncias deliberativas do Sindicato; Garantir a concepção sindical que defende a organização por local de trabalho, autossustentado pelos seus participantes, com um máximo de horizontalidade nas suas muitas instâncias e nos seus processos decisórios, garantindo assim a democracia interna do Movimento Docente; Consolidar a atuação da APROFURG no Movimento Sindical desenvolvido pelo ANDES-SN e na ação sindical da CUT, com o objetivo de construir uma participação unitária dos docentes nas lutas gerais e com a afirmação do direito de cidadania crítica do conjunto dos trabalhadores; Efetivar a participação permanente nas reuniões do Setor das Federais do ANDES-SN e nas Plenárias dos Servidores Públicos Federais; Integrar-se aos Grupos de Trabalho (GT's) do ANDES-SN, em especial, ao GT Política Educacional (GTPE), GT Ciência & Tecnologia (GTC&T) e GT Seguridade Social (GTSS), pois estes grupos constituem importantes fóruns de assessoria à diretoria e a todo o Movimento Docente, contribuindo com a elaboração de políticas e servindo de ligação entre a diretoria e os sindicalizados; Aprofundar a discussão sobre a participação dos novos professores substitutos e aposentados na vida do Sindicato, aperfeiçoando a democracia a partir da base do movimento e da defesa dos seus interesses; Lutar pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e na defesa do Sistema Público, mantendo o Regime Jurídico Único e buscando a isonomia plena de salários e carreira, vinculando a um Projeto de Universidade (Caderno nº 2 do ANDES-SN); Opor-se às políticas governamentais que visam o arrocho salarial e lutar pela recomposição dos salários da categoria; Efetivar a luta contra a precarização do trabalho docente, representado pelo sucateamento dos laboratórios, bibliotecas, etc.; Lutar pela consolidação de uma universidade pública vinculada ao conjunto da sociedade; Estabelecer políticas de resistência às propostas governamentais que pretendem quebrar a autonomia universitária, bem como destruir o sistema nacional de ensino superior vigente, principalmente, através da redução do financiamento da universidade pública; Ampliar a discussão sobre o processo de democratização das Universidades, principalmente no que se refere à escolha de dirigentes e à gestão das Instituições Federais de Ensino.⁴²²

Na esfera da Regional Rio Grande do Sul, a chapa propunha a ampliação da participação nas atividades e reuniões da Regional, visando à maior integração dos docentes das Universidades de sua abrangência nas ações político-sindicais do ANDES-SN, bem como garantir a participação da APROFURG no Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública e no Fórum em Defesa do Serviço Público da CUT Estadual.

⁴²² Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 83, maio de 2000, p. 3.

As propostas de atuação na esfera local visavam dinamizar as atividades promovidas pela entidade, principalmente a efetivação do trabalho do Conselho de Representantes, promover a integração dos docentes da FURG através de atividades sociais, desportivas e de confraternização, estimular a criação de Grupos de Trabalho (GT's), principalmente, do GT Política Educacional (GTPE), GT Ciência & Tecnologia (GTC&T) e GT Segurança Social (GTSS). Como últimas propostas, porém, não menos importantes, a nova Diretoria da APROFURG desejava ampliar a política de comunicação da Entidade através da integração com o ANDES-SN, e ainda atualizar o Regimento da APROFURG, através de uma ampla discussão com os sindicalizados, visando agilizar os trabalhos e ampliar o exercício da democracia da Entidade.

Em 24 de maio de 2000, último dia do pleito para eleição da nova Diretoria da APROFURG, eclodiu a greve em âmbito nacional, contando com a participação de docentes, técnicos administrativos e alunos de 31 Instituições Federais de Ensino Superior, bem como demais categorias de SPFs, totalizando 87 dias de paralisação. As principais reivindicações da Pauta Unificada eram reposição de 64% e garantia de investimentos para o serviço público federal. Entre os resultados obtidos, os grevistas conseguiram barrar o Projeto de Autonomia do MEC para as universidades brasileiras e o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público.⁴²³

*Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
No Amazonas, no Araguaia-ia-ia
Na Baixada Fluminense
Mato Grosso, Minas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte, eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papéis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão*

⁴²³ Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 6.

Que país é esse?

Que país é esse?

Que país é esse?

Que país é esse?

(Que país é esse?, 1987. Renato Russo)

“VAMOS CONSTRUIR NOSSOS SONHOS?”

A grave situação econômica do país expunha explicitamente a fragilidade decorrente de sua inserção subordinada ao contexto da crise internacional, resultando no comprometimento do financiamento do Estado com os organismos financeiros internacionais, refletindo em cortes dos investimentos sociais, aumento do desemprego, achatamento salarial e destruição dos direitos trabalhistas, implicando a diminuição da qualidade de vida do povo brasileiro. A subserviência desmedida do governo FHC às ordens do FMI e dos organismos internacionais levava o país à falência, priorizando reformas para o desenvolvimento e o lucro dos setores ligados ao capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Com a política governamental pautada no desmonte do poder de mobilização dos movimentos sociais e de resistência dos trabalhadores, em que pese o refluxo sindical, sensível na última década em todo o mundo, a resistência não saiu de cena, pois movimentos importantes demonstraram que não estavam dispostos a ceder, em face da usurpação de seus direitos. No Brasil, em 2000, as greves dos SPF's e dos servidores estaduais e municipais nas áreas de educação e saúde foram exemplares desse quadro, no qual a indignação contra o Governo acabou se transformando em ações unificadas e de luta dos trabalhadores de diferentes categorias.

O assassinato de um trabalhador rural e a retomada da Lei de Segurança, em resposta à ocupação dos prédios públicos pelo Movimento dos Sem Terra (MST), deram mostras de que o Governo não tolerava manifestações contrárias à sua política e usaria a força, se necessário, para contê-las. Mesmo assim, no dia 10 de maio, os servidores públicos federais deflagraram sua greve nacional, exigindo reposição das perdas salariais na ordem de 64,68% e em defesa do serviço público enquanto direito de todos e dever do Estado. Ao ignorar a determinação constitucional de revisão anual dos salários, os SPF's ficaram mais de cinco anos sem reposição, ocasionando uma situação dramática que sensibilizou amplos setores da sociedade brasileira.

Contando com o apoio da opinião pública e a cobertura da mídia impressa e televisada, que descrevia e apresentava o papel desempenhado pelo movimento docente nacional na conjuntura política brasileira, apesar da legitimidade e justeza das reivindicações dos SPF's, o Governo se mantinha intransigente, tentando rachar o movimento através da prática de retaliações e propostas de negociações diferenciadas.

Portanto, nesse momento, a greve cumpria um importante papel, pois, além de ser um local de questionamento do pensamento único e de contraposição à política de FHC, exercia uma função estratégia fundamental para a luta dos trabalhadores, ou seja, a unificação de diferentes categorias. Ainda que alguns setores sinalizassem a necessidade de rediscutir táticas, face aos ritmos diferenciados do movimento e da repressão imposta pelo Governo, continuar a mobilização, o fortalecimento e a presença do movimento nos espaços públicos, ou seja, nas ruas, era a única possibilidade de imprimir uma derrota ao Governo⁴²⁴, até porque “a greve não é a única ação importante e pertinente do movimento

⁴²⁴ Diretoria do ANDES-SN. Texto nº 22 – Movimento Docente e Conjuntura. 40º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional – Brasília, 22 a 24 de junho de 2000, p. 217 a 219.

sindical, mas é, seguramente, uma de suas ações mais contundentes e de maior visibilidade política e social”⁴²⁵.

Os parágrafos escritos anteriormente pela nova Diretoria do ANDES em meio à greve oferecem um amplo panorama das lutas empreendidas, obstáculos enfrentados e formas organizativas do movimento docente em âmbito nacional. Na FURG, porém, a avaliação de grande parte dos professores foi contrária ao contexto verificado e momento vivenciado pela categoria e demais trabalhadores do país, tanto das IFEs quanto de outros segmentos e setores, até porque “ser membro de uma comunidade é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”.⁴²⁶

[...] os docentes da FURG acabaram não aderindo. Nós vivíamos naquela época o Governo Fernando Henrique, e... vamos dizer assim, tinha dentro da Universidade do Rio Grande uma forte adesão ao Fernando Henrique. Então... nós tivemos assim, por parte das pessoas que acreditavam e defendiam o Governo. Não deu nem de fazer muito uma mobilização, por que na Universidade aconteciam coisas estranhas. As Assembleias às vezes estavam esvaziadas e na hora de votar, chegavam uma dezena de professores. Vinham algumas pessoas para as Assembleias e na hora da votação elas chamavam os colegas que estavam nos laboratórios. E essa votação se dava sem a participação, discussão nas Assembleias. Era muito difícil o debate nessa época. Era o início da nossa Gestão, mas nós éramos muito tranquilos em relação à isso. Vamos para a Assembleia defender nossas ideias, mas a Assembleia que decide. Se eles utilizarem essa estratégia, não tem como nós evitarmos. É lamentável dentro de uma Universidade as pessoas fazerem isso, mas é a categoria. É a categoria que temos! Nós tínhamos clareza que deveríamos trabalhar para a categoria e atender à todos da mesma maneira, com a mesma atenção, independente de posicionamento ideológico, porque o Sindicato está na frente em defesa do trabalhador, independente do posicionamento ideológico do trabalhador [...] ⁴²⁷

A estrutural, identitária e histórica fragmentação característica do associativismo docente brasileiro, em razão de que a atividade sindical do setor público ficou alijada da estrita regulação realizada pelo Estado das relações de trabalho construída nas décadas de 1930 e 1940, acabou forjando um “sindicalismo livre”, no qual as tendências fragmentadoras das diferenças profissionais ou políticas tiveram um solo fértil para se expressar. A complexa estrutura federativa brasileira e suas implicações na política educacional influenciavam diferentes dinâmicas organizativas entre os professores nos diversos estados e municípios, “tendo como pano de fundo, um argumento bastante simples, diferentes entes patronais e diferentes patamares de atendimento das demandas trabalhistas moldam interesses concretos, muitas vezes, divergentes”.⁴²⁸

⁴²⁵ BOITO, Armando Jr. & MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000*. Caderno CRH, Salvador, vol. 23, nº 59, Maio/Ago. 2010, p. 328.

⁴²⁶ HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 25.

⁴²⁷ Professor Manoel Luís Martins da Cruz em entrevista gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021.

⁴²⁸ Cf. FERRAZ, Marcos & GINDIN, Julián. Sindicalismo no Governo Lula: desafios de protagonismos e fragmentação. In: BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcoz & OLIVEIRA, Roberto Vêras de (orgs).

Conscientes, participativos e identificados com o Sindicato Nacional e com a classe trabalhadora brasileira, o processo de formação da Chapa e a dinâmica de funcionamento da recém-empossada Diretoria da APROFURG foram narrados, de forma breve e objetiva, pelo Professor Manoel Luís da Cruz.

A gente tinha um coletivo nacional, naquela época, denominado “ANDES – Autônoma e democrata”. Era uma corrente nacionalmente constituída de pessoas que se colocavam a esquerda no espectro político e se organizavam para fazer o Sindicato funcionar. Em Rio Grande, nós tínhamos também um grupo, chamado “ANDES – Autônomo e democrático” e nós fizemos algumas reuniões para compor a Chapa da Gestão 2000-2002 e naquela ocasião nós conseguimos formar a Chapa com tempo razoável anterior à inscrição e eu era o 4º Suplente da Chapa. Ocorre que houve uma reunião em Brasília, uma reunião do Setor das Federais, e eu fui enviado para essa reunião. Quando eu voltei de Brasília, o pessoal havia modificado a Chapa e me passado de 4º Suplente para Presidente. Até hoje eu não sei as verdadeiras razões para que isso tenha sido feito. Porque existia a tese de que havia rejeição ao meu nome em relação à categoria... Mesmo com Chapa única a gente tem o receio de ter uma votação fraca, mas a votação foi boa! E assim de 4º Suplente eu me tornei Presidente... a minha motivação era ajudar na Diretoria, fosse em que cargo fosse, por que a nossa proposta sempre foi um trabalho colegiado. Para nós, tanto fazia se era presidente ou 4º Suplente. Todos tinham o mesmo voto dentro da Diretoria... O importante, debater a política e decidir era feito por todos, tendo todos direito a voto. Essa era a nossa proposta de trabalho.⁴²⁹

A Diretoria da APROFURG para o biênio 2000-2002 assumiu a Seção Sindical no mês de junho⁴³⁰ e esteve constituída pelos Professores Manoel Luís Martins da Cruz (Presidente); Luiz Bessouat Laurino (Vice-Presidente); Luis Fernando Minasi (Secretário-Geral); Normélia Maria Parise (1ª Secretária); Marcos Costa Filho (Tesoureiro-Geral); Luiz Felipe Hecktheuer (1º Tesoureiro); Eder Dion de Paula Costa (1º Suplente); Mári Rosane Santos da Silva (2º Suplente); Omar Fernández González (3º Suplente); José Antônio Vieira Flores (4º Suplente).⁴³¹

Em seu primeiro Editorial ao *Pó de Giz*, a Diretoria expunha a realização da reunião conjunta, em Brasília, entre os três setores que compunham o ANDES-SN – Setor das Federais, Setor das Estaduais e Setor das Particulares – destacando que, na ocasião, as Seções Sindicais puderam se apropriar da Direção do Sindicato enquanto bases sindicalizadas, dando mostras de que

[...] foi possível perceber, de maneira cristalina, como os “radicais” dirigirão o Sindicato. Radicalidade na democracia interna. Radicalidade no respeito às decisões da base da categoria. Radicalidade no combate

Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Fino Traço Editora: Belo Horizonte, Coleção Trabalho e Desigualdade, 2014, p. 284-285.

⁴²⁹ Professor Manoel Luís Martins da Cruz em entrevista gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021.

⁴³⁰ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 85, junho/julho de 2000, p. 2.

⁴³¹ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 83, maio de 2000, p. 3.

a um projeto político que tenta nos aniquilar. Radicalidade do respeito às divergências. Radicalidade na defesa da Universidade Pública e do Serviço Público. Radicalidade na transparência e na ação administrativa. Radicalidade que, sem dúvida, faltou a diretoria anterior... O resultado da eleição no ANDES-SN foi uma demonstração inequívoca a respeito da visão de negociação que queremos... Negociar não significa colaborar. Negociar não significa desprezar conquistas. Negociar não significa transigir na defesa da Universidade Pública. Negociação exige firmeza, mobilização e informação na base da categoria, serenidade e disposição para o diálogo, transparência, respeito às decisões da maioria e, acima de tudo, uma ação coletiva, hoje ainda mais necessária... Obtivemos uma boa amostra da capacidade da nova diretoria do ANDES-SN. A começar por convocar uma reunião do conjunto do Sindicato, o que possibilitou novamente nos vermos enquanto entidade nacional de docentes universitários de todos os segmentos: federal, estadual, municipal e particular, o que, sem dúvida alguma, nos fortalece enquanto categoria profissional. Importante também aquela reunião porque, apesar de seu conteúdo polêmico, verificou-se o respeito que voltou a reinar entre os diferentes.⁴³²

O parecer da APROFURG em relação à postura verificada anteriormente pelo ANDES-SN, quando “acertou” o término da greve com Antônio Carlos Magalhães e Paulo Renato Souza, baseado em retóricas colaboracionista e assegurando que era preciso “negociar com o MEC e com o governo”, foi em parte aceito, pois era evidente a necessidade de negociação, porém sem perder de vista a condição de que “o projeto de FHC (entenda-se Banco Mundial) para a universidade estava em curso”. Com apoio de uma pequena parcela da categoria, a GED introduziu o conceito de produtividade no meio acadêmico, enquanto estratégia definida pelo MEC para inviabilizar qualquer possibilidade de resistência coletiva ao avanço do mercado sobre a educação pública, porém sem obter êxito. A Diretoria ainda chamava a atenção dos sindicalizados para permanecerem atentos às discussões, tendo em vista que a greve dos SPF’s não havia terminado, estava suspensa até a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quando, posteriormente, o Setor das Federais aguardaria a posição das Seções Sindicais, diante dos resultados da LDO e das discussões referentes à continuidade da greve.

Em Editorial que sintetizou alguns posicionamentos políticos e conjunturais, a Diretoria da APROFURG afirmou que o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso consolidou, no país, um projeto de hegemonia dos interesses internacionais, nomeado de “monstrengo híbrido”, uma vez que se apresentava como “social-democrata”, porém buscava legitimação via discursos liberais, construindo seu poder sobre bases “patrimonialistas”, resultado da união “de interesses entre uma forma de ajuste mundialmente imposta aos países periféricos e as piores tradições da política brasileira”. Tal projeto, economicamente insensato e socialmente indiferente, comprometia a sobrevivência do Brasil enquanto “Estado Soberano”, através do crescimento exponencial das dívidas públicas e externa.

Com a proximidade do desfecho da greve, o Governo continuava não respondendo à pauta da carreira docente protocolada no MEC, mesmo assim o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, acabou recebendo representantes do ANDES-SN

⁴³² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 85, junho/julho de 2000, (Editorial), p. 2.

em seu gabinete e reafirmou sua defesa intransigente ao regime da CLT e à quebra da paridade entre os docentes ativos e aposentados.⁴³³

Tanto no decorrer da greve quanto do ano, a questão central que norteou a luta dos sindicatos dos funcionários públicos, em especial a comunidade universitária, foi o combate ao Projeto de Lei de “Emprego Público nas Instituições Federais de Ensino Superior”. Para tanto, algumas medidas foram encaminhadas com o objetivo de impedir novamente os frequentes ataques praticados contra a Universidade pública brasileira, como a realização do Encontro Unitário entre ANDES-SN, FASUBRA, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), para implementar uma política mais consistente, buscando impedir a apresentação do Projeto de Lei por parte do Governo.

Entre as ações, cabe destacar o posicionamento contrário ao Projeto por parte dos Conselhos Universitários das Universidades Públicas Brasileiras e a aprovação do indicativo de greve dos docentes, por tempo indeterminado, que foi apreciado pela categoria durante o 41º CONAD, caso o MEC apresentasse o Projeto no Congresso Nacional. Entretanto, para a Diretoria da APROFURG, o combate a essa proposta de destruição da Universidade brasileira, além do engajamento dos docentes nas lutas sindicais, deveria ser encaminhado diariamente, pois, de forma sub-reptícia, a proposta poderia acabar sendo implantada no cotidiano das universidades. Uma das propostas que surgiram despreziosamente, como se não tivessem relação com os projetos gerais do Governo, foram os Fundos Setoriais, que, de forma direta, acabariam implantando o projeto de Emprego Público apresentado pelo MEC.

Cientes de que a proposta de liberação dos recursos dos Fundos Setoriais estava em discussão na FURG, a Diretoria da APROFURG chamou a atenção dos docentes para o fato de que a liberação dos recursos dos Fundos Setoriais deveria atender às orientações das agências nacionais – Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) –, o que acabaria condicionando as Instituições de pesquisa que desejassem ter acesso aos fundos a se adaptarem às reformas gerais do Estado, ou seja, transformarem-se em organizações sociais e adotarem o Regime de Emprego Público. Nesse sentido, a luta da categoria não deveria ser de adequação da Universidade às exigências dos Fundos Setoriais, mas de combatê-los com veemência, pois representariam o fim do caráter público da FURG.⁴³⁴

Na ocasião em que completou 20 anos desde sua fundação, a APROFURG promoveu a palestra “Emprego Público: o começo do fim?”, que foi ministrada pelo Presidente do ANDES-SN, Professor Roberto Leher. Preocupados com o atual Governo, docentes e técnicos administrativos reconheciam que o conjunto dos serviços públicos, desde a promulgação da Constituição de 1988, sofreram sucessivas investidas com variados graus de êxito por parte do Governo, sobretudo após a Emenda nº 19, que instituiu as linhas gerais da Reforma do Estado, quando a trajetória rumo à privatização e à segmentação do trabalho nas IFES ganhou intensidade. Um de seus principais

⁴³³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 85, junho/julho de 2000, p. 6.

⁴³⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 88, outubro de 2000, (Editorial) p. 2.

instrumentos é o emprego público que abre as comportas para a aplicação da CLT em inúmeras atividades na órbita estatal. Na ocasião, o presidente do ANDES-SN disse que

[...] o anteprojeto normatiza o emprego e a carreira dos docentes e dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior, do magistério do ensino profissional, da educação especial e dos servidores técnico-administrativos ligados a todas essas instituições, além de não haver menção, entretanto, dos docentes dos Colégios de Aplicação e Casas de Cultura [...] o anteprojeto significa um importante passo adiante na política do Banco Mundial, de colocar um fim na pretensão do País de construir uma universidade pública, mantida pelo Estado, gratuita, autônoma, assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com autogoverno participado: um modelo, conforme o Banco, inadequado para a periferia do capitalismo.⁴³⁵

Dando mostras de que, mesmo com o quadro desolador de avanço da miséria, da violência, da corrupção e da impunidade no Brasil, país com uma das maiores economias do planeta, que concentrava renda nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, a Diretoria da APROFURG afirmava que “era tempo de renovar as esperanças e sonhar com um mundo melhor”. Jubilados com os 20 anos da Entidade, em Editorial, a APROFURG trouxe à tona reminiscências de um passado recente, no qual, em plena Ditadura Militar, muitos docentes ousaram se reunir para fundar uma Associação com capacidade de congregar trabalhadores que sonhavam com um futuro melhor, o que ajudou a garantir a existência das Universidades e Escolas federais. Afinal, não fossem aqueles(as) sonhadores(as) dos idos da década de 1980, nosso país estaria ainda mais dependente do capital financeiro internacional.⁴³⁶

Reafirmando sua identidade combativa enquanto membros de uma comunidade sindical associativa e conscientes de seu passado forjado por resistências e lutas, com o fitar voltado para a construção de um futuro mais digno, de crença no trabalho coletivo para enfrentamento dos problemas, de defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade, contra exclusões e destruição dos direitos sociais, bem como do patrimônio público, a Diretoria da APROFURG impôs-se contra o pensamento único que designava o mercado como solução para os males da sociedade. Em que pese as forças antagônicas que, por vezes, invariavelmente acabavam desqualificando o caráter utópico presente em alguns Editoriais da APROFURG, a realidade cotidiana vivenciada pelos trabalhadores brasileiros e a população em geral, até então, em seus 20 anos de existência, nunca foi negligenciada.

A busca pela construção coletiva e plural via amplo debate de ideias, característica fundamental para toda e qualquer Entidade representativa dos trabalhadores pautada por uma gestão democrática, foi contemplada pela APROFURG, quando a Mesa Coordenadora dos Trabalhos do 20º Congresso do ANDES-SN informou ao plenário que votado por unanimidade, no ano seguinte, o 21º Congresso do ANDES-SN seria realizado na cidade de Rio Grande, sob a organização da Seção Sindical. Após o pleito, a Mesa concedeu a palavra ao Professor Manuel Luís Martins da Cruz, que dirigiu

⁴³⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 88, outubro de 2000, p. 4.

⁴³⁶ Cf. Pó de Giz Edição Especial: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 88, outubro de 2000, (Editorial), p. 2.

mensagem de agradecimento e votos de pleno êxito ao ANDES-SN no ano 2001 e no próximo Congresso a se realizar na cidade sede da Associação.⁴³⁷

Procurando ampliar ainda mais os debates através da veiculação de toda e qualquer informação relevante ao movimento docente da FURG e suas articulações com as diferentes categorias de trabalhadores brasileiros, a APROFURG criou sua página na rede mundial de computadores⁴³⁸ e passou a editar o *Pó de Giz* com tiragem semanal. Logo em suas primeiras edições, a matéria de capa anunciou a realização do 21º Congresso Nacional do ANDES, para o ano seguinte, em Rio Grande.⁴³⁹

Com acentuado teor de ironia e utilizando linguagem coloquial, o Editorial do *Pó de Giz*, ao anunciar “Ano novo, vida nova”, dava boas-vindas aos docentes da FURG em seu primeiro ano letivo do terceiro milênio (cristão), alertando que, em 2001, a comunidade acadêmica começaria a vivenciar uma “odisseia num espaço pantanoso para não dizer, já dizendo: enlameado”. Mencionando discussões e brigas no CONSUN, e diante de um “Ministro Candidato a Pré-Candidato”, sob o olhar de Fernando Henrique Cardoso e a tutela do FMI, que tentava convencer os servidores públicos federais que o fim do RJU e a implantação do Emprego Público eram suas melhores opções.

Mas, como não somos de dormir de touca e nem de capinar sentados, estamos atentos e, com certeza, estaremos nas lutas que se avizinham, pois não podemos concordar com a destruição da Universidade Pública. Acabamos de participar do Congresso de NOSSO Sindicato, prestigiado pelos mais variados Movimentos Sociais de nosso país, o que demonstra o acerto de nossa política e a sintonia do Movimento Docente com os milhões de pessoas que foram representadas no Fórum Social Mundial. Também não aceitamos a globalização econômica (ou neocolonização) como única e derradeira saída. Se depender de nós, não passará! Resistiremos de todas as formas. Nos negamos a morrer e a deixar morrer os ideais de um outro mundo possível. Os que hoje governam os destinos do mundo já começaram a sentir o perfume das flores e, por certo, já não conseguem dormir diante da eminente possibilidade de, em breve, terem de se deparar com a chegada de uma nova primavera. Isso parece um sonho? Não! Não parece um sonho! É um sonho! Com certeza é o sonho de milhões de pessoas, portanto, não sonhamos sozinhos... Por aqui, ano novo vida nova. O *Pó de Giz*, a partir desta edição, muda de cara. Esperamos para melhor. É a nossa maneira de contribuir para a realização de nossos sonhos. Ampliar, intensificar e qualificar ainda mais as informações que levamos aos sindicalizados

⁴³⁷ Cf. Ata da Plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras, do 20º Congresso do ANDES-SN. 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 a 21/02/2001, p. 53. Os Delegados da APROFURG que estiveram presentes ao 20º Congresso do ANDES-SN foram os professores Manoel Luís Martins da Cruz, Luís Fernando Minasí, Méri Rosane Santos da Silva, Ângelo Fortini Maffissoni, Jaci Maria Bilhalva Saraiva, Marcos Costa Filho. Na condição de observador, esteve presente ao Congresso o Professor Eder Dion de Paula Costa.

⁴³⁸ Informação obtida do texto do Professor Manoel Luís Martins da Cruz. In: DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. APROFURG 27 anos de luta. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 27.

⁴³⁹ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 85, 3 a 7 de março de 2001, (Capa). É digno de nota, enquanto esclarecimento ao leitor (a) mais atento (a), destacar que a numeração do *Pó-de-Giz* não obedece a uma sequência numérica quanto a cada exemplar publicado.

e à sociedade... Assim estamos começando 2001... Um bom ano para todos (as)! Vamos construir nossos sonhos?⁴⁴⁰

O ano da APROFURG em busca da construção dos sonhos de muitos docentes da Universidade teve início com a Rodada Nacional de Assembleias Gerais para discutir o indicativo da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, de retomada da Greve Nacional Unificada. Durante todo o primeiro semestre, inúmeras atividades estavam programadas, como o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, com paralisações, manifestações e atos em todo o país e realização das Plenárias Estaduais para lançamento da Campanha Salarial dos SPFs em nível estadual. A Marcha sobre Brasília em Defesa do Serviço Público, a manifestação no MEC em favor da carreira única do ANDES-SN e pela imediata abertura de concurso público no RJU, bem como a Reunião do Setor das Federais e a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, completavam a agitada agenda da Diretoria da APROFURG. As pautas compreendiam luta contra a implementação do Emprego Público no Sistema Federal de Ensino Superior, colocar em execução a Proposta do ANDES-SN para Carreira Única, acompanhada do Plano Nacional de Capacitação Docente, reajuste salarial linear de 75,48% pelo ICV do DIEESE e defesa intransigente do direito à organização sindical.⁴⁴¹

Além de destruir as Universidades, o anteprojeto de Lei do Emprego Público afetaria todos os docentes, através de um processo de degradação do trabalho acadêmico, atingindo contratados e servidores de carreira dos quadros efetivos. O primeiro ataque aconteceria através dos reajustes salariais para os docentes em atividade e regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), pois, com sua extinção, os docentes perderiam o direito de receberem aposentadoria integral, enquanto, aos contratados pelo regime celetista, o valor máximo a ser recebido por um docente seria de dez salários mínimos, conforme rege a Seguridade Social Pública.⁴⁴²

Reiterando a necessidade de o MEC receber a Diretoria do ANDES-SN para uma audiência, o Sindicato Nacional e a APROFURG denunciavam que, com o propósito de dar “encaminhamento à agenda de reformas acordadas com o FMI e o Banco Mundial no período de crise do Plano Real, em 1998, o Governo Federal prosseguia com a Reforma do Estado, regulamentado, a ferro-e-fogo, as Reformas Administrativas e da Previdência”. Assim sendo, novas versões do Anteprojeto de Emprego Público e do Decreto de regulamentação da GID foram colocadas em circulação pelo Executivo, uma vez que, afundado em denúncias de corrupção⁴⁴³

⁴⁴⁰ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 85, 3 a 7 de março de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁴¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 85, 3 a 7 de março de 2001, p. 3.

⁴⁴² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 87, 19 a 23 de março de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁴³ A pesquisa realizada pelo Datafolha em 24/03/2001 apontou que 84% dos brasileiros defendiam a instalação de uma CPI para investigar crimes de corrupção do Executivo Federal e 71% acreditavam que havia corrupção. As principais denúncias compreendiam: Caso Eduardo Jorge – Acusado de estar envolvido com desvio de verbas do Fórum Trabalhista em São Paulo. Na época, Eduardo Jorge era Secretário-Geral da Presidência. Leilão da Telebrás – Consta da acusação que o ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, fraudou licitação que privatizaria o Sistema Telebrás para obter vantagens financeiras e patrocínio em prol de interesses políticos. Precatórios do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) – Pagamentos irregulares desde 1997. Caixa dois – Concessão de benefícios a empresas de publicidade em troca de recursos para campanhas eleitorais. Dossiê Caribe – Desvio de verbas para as Ilhas Cayman, em 1994. Desvios no Fundo de Amparo ao Trabalhador

e acentuada crise de legitimidade, o Governo FHC tornava o Executivo Federal cada vez mais dependente do apoio dos organismos internacionais, influenciando em seu ímpeto reformista.⁴⁴⁴

Em relação à Campanha Salarial dos Servidores Públicos, seus eixos norteadores foram: reposição de 75,48%, garantia do emprego, defesa do serviço público gratuito e de qualidade, “Fora FHC e o FMI”, contra o emprego público e a terceirização, abertura de concurso público de acordo com a Lei 8112/90⁴⁴⁵, defesa dos direitos dos(as) aposentados(as) e pensionistas e Isonomia salarial.⁴⁴⁶ No caso dos servidores públicos federais, mediante análise da Diretoria da APROFURG, o Governo achatava salários, fazendo “sobrar dinheiro para enviar aos especuladores que controlam a economia mundial”, fazendo com que amargassem sete anos sem reajuste de salário, para, em contrapartida, oferecer a introdução no meio acadêmico da “livre concorrência”, através do pagamento da GED, em detrimento da solidariedade e do espírito coletivo.⁴⁴⁷

Em Assembleia Geral da APROFURG, a categoria aprovou a paralisação para o dia 28 de março, Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, bem como o indicativo de retomada da greve dos SPFs para a primeira quinzena de março.⁴⁴⁸ De acordo com o presidente da APROFURG, Manoel Luís Martins da Cruz, “A partir de agora terá início o trabalho de mobilização da categoria para a retomada da greve”. Nessa Plenária, a APROFURG em conjunto com o DCE e APTAFURG encaminharam mensagem ao Reitor Carlos Rodolfo Hartmann, solicitando a retirada da proposta de Estatuto da FURG, enviada por ele ao CONSUN, uma vez que o Congresso Estatuinte era o fórum adequado para as discussões dos Regimentos da Entidade.⁴⁴⁹

Demonstrando capacidade de mobilização, parte dos docentes, técnicos administrativos e estudantes da FURG, juntamente com as demais categorias de SPFs, aderiram à Paralisação Nacional no dia 28 de março, Dia Nacional de Luta em Defesa

(FAT) – Irregularidades e desvio de recursos. Banco do Estado do Pará – Desvio e apropriação de rendimentos em favor do Presidente do Senado, Jader Barbalho. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – Fraudes em incentivos fiscais. Portos – Irregularidades em licitações e execuções de contratos nos portos de Salvador e Santos. OAS – Envio irregular de dinheiro para as Ilhas Virgens Britânicas e Suíça em favor da empreiteira, financiadora da campanha de FHC à presidência, que também é acusada de fraude, crime tributário, sonegação fiscal e contas fantasmas em Salvador. Construções irregulares – No porto de Juazeiro e no aeroporto de Salvador. Banco do Nordeste – Irregularidades na concessão de empréstimos e financiamentos. Pasta Rosa – Antônio Carlos Magalhães teria provas de que o Banco Econômico contribuiu ilegalmente com campanhas eleitorais do PSDB. Energéticas – Contratos da Eletrobrás sob suspeita em relação à Eletronuclear, Furnas, Centrais Elétricas e distribuidores de energia. Banco da Bahia – Irregularidades e desvio de recursos públicos, emissão de CPFs falsos pelo governo da Bahia. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 89, 02 a 06 de março de 2001, p, 2.

⁴⁴⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 87, 19 a 23 de março de 2001, p, 3.

⁴⁴⁵ A Lei n° 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

⁴⁴⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 88, 26 a 30 de março de 2001, p, 3.

⁴⁴⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 88, 26 a 30 de março de 2001, (Editorial), p, 2.

⁴⁴⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Sede da APROFURG-SS, *Campus Carreiros* da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/n°, 22/03/2001, p. 1.

⁴⁴⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 89, 02 a 06 de abril de 2001, (Editorial), p. 2.

da Educação, data tradicionalmente revestida pelas lutas empreendidas pela União Nacional dos Estudantes.

Como expressão de protesto em defesa de seus direitos, contra as ações do governo na destruição da educação pública brasileira e do serviço público em geral, os docentes e técnicos-administrativos realizaram várias atividades no *Campus* Carreiros. Na entrada do *Campus*, os manifestantes protestaram, colocando balões pretos em forma de arco, faixas e distribuindo panfletos que esclareciam à comunidade universitária o porquê da paralisação. No carro de som que percorreu todo o *Campus*, tocavam marchas, gravadas por Carla e Renato da Banda Rawelly, que demonstravam a indignação dos servidores com a política de desmonte do serviço público que o governo federal vem implementando. A APROFURG – Seção Sindical estima que houve uma adesão de 80% ao movimento. No dia 28 de março, os docentes e técnico-administrativos da FURG disseram não: Aos 7 anos sem reajuste salarial; À implementação do Anteprojeto de Lei do Emprego Público, destruindo, assim, a carreira docente e a liberdade acadêmica; À privatização interna das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), levando à apropriação do patrimônio pelos oportunistas de plantão. Na sede da APROFURG, foi realizada uma plenária para discutir o Anteprojeto de Lei do Emprego Público, pois a categoria tem consciência do prejuízo que este poderá trazer, ou seja, suas alterações e as consequências que o anteprojeto poderá trazer para o exercício da docência, com possíveis perdas na aposentadoria. A plenária foi considerada positiva pelo nível da discussão [...].⁴⁵⁰

A ‘ofegante epidemia’ que marcou a paralisação ocorreu no compasso da animação de refrões em formato de paródias e ritmo de consagradas marchas carnavalescas, cantadas e entoadas por artistas e docentes: “Ó, professor, por que estás tão triste? Mas onde está sua estabilidade? É que o Fernando está sucateando, privatizando a Universidade”; “Ô Fernandinho, pode esperar: Sou professor, vou resistir, eu vou lutar. Boto o bloco na rua para não privatizar”; “Ei você aí, quem manda no Brasil é o FMI”; “Eu vou lutar, lutar até sair o FHC e o FMI”; “Fernando, eu quero. Fernando, eu quero. Fernando, eu quero um aumento. São sete anos, são sete anos, são sete anos, e assim eu não aguento”. O que aos olhos de alguns docentes consistiu na representação dos ‘estandartes do sanatório geral’, para os manifestantes, empunhar faixas, cartazes e bandeiras, simbolizou a continuidade das históricas lutas do movimento docente em prol da democracia, da educação pública e dos direitos dos trabalhadores brasileiros, bem como a total insatisfação diante da expropriação do país, num evidente recado aos ‘pigmeus do bulevar’ de que não mais ‘dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações’.

A realização de inúmeras atividades de protesto verificadas em âmbito nacional, em contrariedade à política praticada pelo Executivo Federal com apoio de seus correligionários, influenciou reações e reivindicações adversas, por parte de manifestantes, bem como de apoiadores do Governo. Em Rio Grande, estudantes secundaristas e universitários acabaram agredidos pela polícia enquanto reivindicavam pacificamente

⁴⁵⁰ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 89, 02 a 06 de abril de 2001, p. 3.

ao Executivo Municipal e à empresa de transporte coletivo, Noiva do Mar, melhorias nos serviços prestados. Na vizinha cidade de Pelotas, em um ato de truculência, a Reitoria da UFPEL proibiu manifestações por parte da comunidade acadêmica através da presença de soldados do exército armados, que efetuaram prisões de professores e alunos⁴⁵¹.

A mobilização em torno de pautas e demandas sociais históricas, como a realização da reforma agrária, melhorias nas condições dos serviços públicos como educação e saúde e o direito ao trabalho, foram as principais preocupações do povo brasileiro durante os mandatos de FHC. Organizados em torno do Fórum Nacional de Lutas (FNL), do qual participaram entidades e movimentos que criticavam a chamada “agenda neoliberal” do Governo, sobretudo porque priorizava “projetos que favoreciam o sistema financeiro e parte das elites brasileiras e internacionais”, FHC menosprezou e ridicularizou as reivindicações populares, fazendo com que relações conturbadas e inúmeros confrontos com o Executivo Federal ocorressem. A relação do sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo com os movimentos sociais foi de afastamento, pouco diálogo, repressão policial e judicial. Enquanto metodologia, aproveitou a radicalização de alguns grupos para se apresentar como vítima das ações e protestos, cooptando militantes através da prática de recebimento de benefícios governamentais e pessoais.⁴⁵²

Após a realização da Marcha dos Servidores Públicos Federais sobre Brasília, quando trabalhadores da ativa, aposentados, estudantes secundaristas, alunos de pós-graduação, técnicos administrativos e docentes de Instituições Federais de Ensino Superior exigiram “Reajuste, já”, “CPI, já!”, “Não à CLT!” e “Fora FHC e FMI”⁴⁵³, a base das Entidades ligadas à CENESF acabou aprovando um novo indicativo de greve, em articulação com a CUT, Fórum Nacional de Lutas (FNL), MST, estudantes e demais movimentos populares.

Enquanto “legítimo instrumento de defesa dos trabalhadores” e dialogando com as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, a realização da greve foi defendida pela Diretoria da APROFURG, mediante a construção de um “movimento forte”, “uma greve de todo o funcionalismo público federal”, como única forma possível de enfrentamento ao desmonte da rede de serviços públicos, à perda de direitos trabalhistas e aos sete anos sem reajustes salariais. Era preciso organizar e promover a mobilização das categorias, por fim, mediante o posicionamento do Governo, não restava outra alternativa.⁴⁵⁴

Com a possibilidade cada vez mais concreta de realização da greve em seu horizonte, o Governo apresentou uma nova versão do projeto de Emprego Público para as IFES, ainda que os sucessivos projetos apresentados mantivessem, em sua essência, problemas recorrentes, como a transposição de uma regulamentação típica do setor privado para a órbita pública, reforçando, assim, “as tendências patrimonialistas e nepotistas na administração pública”. Conscientes de que o objetivo do Governo

⁴⁵¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 90, 09 a 13 de abril de 2001, p. 3.

⁴⁵² CARVALHO, Rodrigo de. A Imprensa Escrita na Era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mercado, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006, p. 23 e 24.

⁴⁵³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 90, 09 a 13 de abril de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁵⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 91, 16 a 20 de abril de 2001, (Editorial), p. 2.

era extinguir o quadro de servidores públicos das IFES, a Diretoria da APROFURG entendia que, “uma vez adotada a dualidade de regimes, os que permanecerem no RJU serão submetidos a tratamento discriminatório, para forçá-los à demissão ou à eventual realização de concurso para o emprego celetista”.

O grande problema verificado pelo movimento docente consistia no fato de que a ANDIFES apresentou uma proposta que, em sua essência, era igual à do Governo e, em alguns pontos, até mesmo mais ofensiva à Universidade Pública e aos seus servidores, assentando sua justificativa na garantia da isonomia entre os dois regimes, propondo mesma carreira para estatutários e celetistas.

Na avaliação da APROFURG, a proposta da ANDIFES, além de ser conivente com a lógica da diferenciação contemplada no projeto governamental, por vezes, aprofundava-a, quando propunha que a isonomia salarial entre as IFES deveria ser feita pelo piso salarial e ao defender a criação de uma gratificação por produtividade que poderia chegar a 80% do salário-base. Pelas razões expostas, a Diretoria afirmava que qualquer tipo de projeto que estivesse baseado na dualidade de regime, rejeitando o RJU, deveria ser veementemente recusado pelo movimento docente, bem como por todos que defendiam a Universidade Pública, desconsiderando suas concepções de carreira.⁴⁵⁵

A decomposição e desmobilização do movimento docente da FURG, em razão do acúmulo de tarefas dos professores e da polarização advinda dos embates empreendidos contra o projeto de Emprego Público, o Governo FHC e o FMI, acabaram influenciando sobremaneira na decisão da Diretoria da APROFURG em não participar da paralisação programada para os dias 9 e 10 de maio de 2001. Apesar da frustração em relação à ínfima participação dos docentes da Universidade nas discussões sobre temas que afetariam diretamente suas carreiras profissionais⁴⁵⁶, em contrapartida, os Diretores da APROFURG estiveram reunidos com a equipe diretiva do Instituto de Educação Juvenal Miller, quando ficou acertada a cedência das instalações da Escola Estadual para a realização do 21º Congresso do ANDES-SN.

Tendo em vista o quadro de paralisações dos dias 9 e 10 de maio, a reunião do Setor e Plenária dos SPF decidiu intensificar a mobilização no interior das Universidades, uma vez que não restava alternativa que não o acúmulo de forças para enfrentar o governo de FHC e FMI. Na ocasião, foi aprovada a proposta de paralisação de três dias como advertência ao Governo Federal e reafirmada a disposição de continuar atuando para a construção da Greve dos SPFs e de uma Greve do Setor da Educação, nos marcos da deliberação do 20º Congresso do ANDES-SN.⁴⁵⁷

Tentando ampliar o alcance do movimento grevista, a comunidade universitária da FURG, diante dos ataques constantes do Governo Federal contra a Universidade pública, com intenção de privatizá-la, anunciou a realização de um painel com o tema: “Universidade e Emprego Público: caminho para a privatização?”, atividade de paralisação

⁴⁵⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 92, 23 a 27 de abril de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁵⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 96, 21 a 25 de maio de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁵⁷ Cf. Resoluções do Tema II – Políticas Setoriais, Estratégias, Greve da Educação, Greve dos Servidores Públicos Federais. 20º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 a 21/02/2001, p. 96-97. Intensificar a mobilização em curto prazo de tempo, com a perspectiva de retomar a Greve Nacional dos SPFs, garantindo a diversidade de organização de luta das categorias, porém sem perder de vista a gravidade e urgência de uma resposta por parte dos servidores em diferentes estágios de mobilização, tendo como horizonte a primeira quinzena de maio.

realizada pelo fórum dos três segmentos – APROFURG, APTAFURG e DCE –, que ocorreu durante a Jornada de Luta e Mobilização aprovada em Plenária dos SPFs.⁴⁵⁸

Como parte da divulgação da Semana de Jornada de Lutas e Mobilização, foi editado o *Jornal do Fórum*, que destacou em matéria de capa sua preocupação com a política salarial do MEC e suas seguidas versões do Projeto de Lei do Emprego Público, que preconizava a precarização das relações de trabalho nas universidades federais, aniquilava o sistema de Previdência Pública nas IFES e não lograva uma resposta sustentável ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil⁴⁵⁹. Na análise do setor jurídico da APROFURG,

[...] o Emprego Público, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), acabaria por se constituir em ameaça à existência de efetiva autonomia individual. A autonomia individual e institucional, que deve existir em relação à universidade e seus membros, é importante pelo fato de que ela se diferencia dos demais entes estatais, onde o que se expressa é a vontade do Estado. Na universidade o que deve ser respeitada é, principalmente, a diversidade de pessoas que nela se integram profissionalmente, e em consequência a necessidade da garantia da autonomia individual. Diante disso, não há espaço para a conformação de relações de poder, ou mesmo de subordinação, pelo que cabe intervenção normativa do Estado para restringir o poder de gestão, para tutelar a eficácia da autonomia individual ante a direção da universidade. Se assim não ocorrer, poderemos estar diante das precariedades das garantias dos empregados regidos pela CLT, onde o que se vê, na prática, é a relação de poder. Ao nosso modo de ver, o Estado, ao legislar para os empregados subordinados regidos pela CLT, visa a garantir a proteção jurídica da pessoa em si. Ao legislar sobre as relações de trabalho firmadas entre universidade e cada um dos seus membros, estabelece uma proteção jurídica que deve pretender garantir a liberdade acadêmica, liberdade de ciência, em especial, a liberdade de pensar, que é um dos valores fundamentais da democracia moderna. Para nós, a universidade deve se constituir em um espaço público formado por sujeitos que nela se integram profissionalmente e livre para o exercício da razão crítica, condição básica para o avanço do saber. Para tanto, se torna indispensável a existência de liberdade, constituindo-se dessa forma em local próprio para a formação dos interesses públicos. Vemos, contudo, face às contradições postas, preocupação com a possibilidade e prática de contratação de empregados públicos regidos pela CLT, os quais são condicionados à ótica da relação de subordinação, enfim, as relações de poder existentes na iniciativa privada.⁴⁶⁰

Além de perderem o direito ao plano de saúde, em 1995, os SPFs tiveram uma perda salarial de 27,44%, quando passaram a receber o equivalente a 72,56% do salário. Desde então, as perdas foram aumentando nos anos subsequentes, em 1996, com 59,89%; em 1997, com 51,33%; em 1998, com 50,63%; em 1999, com 36,32%; e, em 2000,

⁴⁵⁸ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 97, 28 de abril a 1° de maio de 2001, p. 3.

⁴⁵⁹ Cf. *Jornal do Fórum*, Ano: 1, n° 1, 1° de junho de 2001, capa.

⁴⁶⁰ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 98, 11 a 15 de junho de 2001, p. 4.

com 24,52%. Assim sendo, suas principais pautas de reivindicações compreenderam o pagamento imediato do FGTS sem ônus para os trabalhadores, concurso público no RJU, repúdio à Lei do Emprego Público, defesa dos direitos sindicais e reposição das perdas salariais na ordem de 75,48%⁴⁶¹.

FHC suprimiu mais de cinquenta direitos dos servidores públicos, desde o início de seu Governo, quando os elegeu “como objeto dos ajustes necessários à implantação de uma política neoliberal, ampliando a ofensiva após o acordo com o FMI”, recorrendo a medidas infraconstitucionais e constitucionais como, por exemplo, a supressão dos direitos e vantagens assegurados aos servidores na Lei nº 8.112/90, do Regime Jurídico Único, que, entre outros prejuízos, causou “congelamento de salários, suspensão da readmissão de anistiados, cerceamento ao exercício do mandato sindical, limitação de despesas com pessoal, proibição de conversão de um terço de férias e eliminação de ganho na passagem para inatividade”.⁴⁶²

Esse quadro desolador verificado pela Diretoria da APROFURG inspirou o Editorial do *Pó de Giz* com o título “Responsabilidade individual ou individualismo?”, espaço no qual os articulistas questionaram a responsabilidade da equipe governamental em aceitar, sem questionamento, as políticas macroestruturais impostas pelo Banco Mundial e FMI, sobretudo no que se referia aos ajustes nas áreas sociais, que incluíam a privatização do ensino superior, a diminuição dos gastos públicos e a reforma no setor previdenciário.

Tecendo críticas a alguns docentes e servidores públicos, por terem “deixado que este grupo que hoje é governo, entregasse o país de forma tão aviltante ao desmando e à crise em todos os campos, sejam eles morais, sociais, políticos e econômicos”, devido à obtenção do espaço de consolidação de uma política neoliberal, que “achatou salários, aniquilou a dignidade e a capacidade de indignação dos docentes”, a Diretoria da APROFURG identificou uma espécie de letargia por parte do movimento docente, por vezes substituída por indiferenças ou omissões que, ao invés de aglutinar a categoria, fragmentou-a ainda mais, resultando em assembleias cada vez mais esvaziadas, impossibilitando, assim, a construção coletiva de propostas que pudessem reverter a indigna situação diagnosticada.⁴⁶³

Com a conjuntura de greve e a realização do 42º CONAD, o movimento docente nacional aprovou uma paralisação de advertência com duração de uma semana, de 10 a 14 de setembro. O 42º CONAD recomendou que as Seções Sindicais realizassem rodadas de Assembleias Gerais para deliberarem sobre a participação na paralisação dos SPFs programadas para o início do mês de agosto, avaliando o processo de mobilização, possibilidades da greve e definindo a sua forma de adesão: paralisando as atividades e/ou participando das mobilizações promovidas pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESEF).⁴⁶⁴

No decorrer do 42º CONAD, os Servidores Públicos Federais realizaram uma plenária em Brasília com representantes de todas as entidades que compunham a CNESEF.

⁴⁶¹ Cf. *Jornal do Fórum*, Ano: 1, nº 1, 1º de junho de 2001, p. 2.

⁴⁶² Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 100, 25 a 29 de junho de 2001, p. 3.

⁴⁶³ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 100, 25 a 29 de junho de 2001, (Editorial) p. 2.

⁴⁶⁴ Resoluções do Tema I – Eixos Políticos e Planos de Lutas. Planos de Lutas do Setor das IFES. Relatório Final do 42º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional. Uberlândia – MG, 28 de junho a 1º de julho de 2001, p. 75.

Os diretores do ANDES relataram que a pauta abarcou a avaliação da jornada de lutas dos SPFs, que reafirmou a estratégia de construção de uma greve unificada para a segunda quinzena de agosto, tendo em vista que, com a aprovação da LDO para o ano de 2002, novamente não receberiam aumento salarial. A plenária também deliberou pela discussão com a CUT da necessidade de construir a greve geral dos trabalhadores no segundo semestre de 2001.⁴⁶⁵

Pouco tempo depois, a aprovação de greve para o dia 25 de julho pela FASUBRA foi festejada pela Diretoria da APROFURG como um acontecimento que deveria ensejar a reflexão por parte dos docentes da FURG, ressaltando que as motivações da greve dos técnicos eram as mesmas que levariam os docentes a uma paralisação prevista para setembro, ou seja, a luta do movimento docente entraria em curso com a deflagração da greve dos técnicos administrativos, que, além de contrários à regulamentação do Emprego Público, reivindicavam reposição salarial, autonomia com democracia, Plano Único de Carreira e Salários e a defesa dos hospitais universitários. “Os técnicos estarão em luta, defendendo os seus interesses (que são também os nossos), a partir de 25 de julho. Lutarão por eles, pela universidade pública, pelo Brasil e, com certeza, lutarão também por nós. E nós?”⁴⁶⁶

Importante mencionar que o Governo FHC, através do Decreto nº 2.066 de 1996⁴⁶⁷, tratou de tentar interferir na atuação sindical do Setor Público, limitando o número de dirigentes em suas Associações e, a partir de uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de não reconhecer o direito de greve aos servidores, enquanto tal direito não estivesse regulamentado por Lei, fazendo com que o Poder Executivo estabelecesse punições para os servidores que participassem de greves e paralisações. Em conjunto com essas limitações ao exercício da atividade sindical, o Governo não manteve uma postura de diálogo com os servidores federais e os trabalhadores das estatais. A forma como o Governo mediou a Greve dos Petroleiros, em 1995, foi emblemática de sua postura conflitante em detrimento dos trabalhadores, revelando a ausência de disposição para a negociação nas áreas em que o Estado era o empregador e a intenção de comprometer as resistências do movimento sindical às reformas de caráter privatizante e de fortalecimento dos mecanismos de livre mercado no campo das relações de trabalho.⁴⁶⁸

Com a imediata adesão da APTAFURG, a Greve Unificada dos Servidores Públicos Federais, dois dias após a deliberação, em Assembleia Geral, por parte dos docentes

⁴⁶⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 101, 02 a 06 de julho de 2001, capa.

⁴⁶⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 103, 16 a 20 de julho de 2001, (Editorial), p. 2.

⁴⁶⁷ O Decreto nº 2.066, de 12 de novembro de 1996, que dispunha sobre a licença para desempenho de mandato classista, em seu Artigo 1º, estipulava que ao servidor eleito para cumprimento de mandato em cargo de direção ou representação em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidades fiscalizadoras da profissão poderia ser concedida licença sem remuneração do cargo efetivo, sendo-lhe assegurada a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, exceto para promoção por merecimento.

⁴⁶⁸ Cf. KREIN, José Dari & OLIVEIRA, Marco Antonio de. *Mudanças institucionais de relações de trabalho: As iniciativas do Governo FHC no período de 1995-1998*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Direção e Coordenação da Escola da Magistratura, Campinas, São Paulo, nº 22, 2003, p. 246-247.

da FURG em aderir ao movimento⁴⁶⁹, que contava com adesão de mais de 50% das universidades brasileiras, a CUT passou a articular com as diferentes categorias uma Greve Geral de Servidores Federais, caso o Governo não incluísse na Lei de Diretrizes Orçamentárias o reajuste dos salários e de ganhos reais ao salário mínimo.⁴⁷⁰

Depois de esgotar as alternativas para resolução dos impasses com o Executivo Federal, restou aos SPFs, fazendo uso da força coletiva entre as categorias, recorrerem ao recurso da Greve Unificada, com 100% dos servidores de dezesseis Estados paralisados, num movimento que, inicialmente, envolveu, além dos técnicos administrativos das universidades federais (representados pela FASUBRA), o ANDES-SN, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), ASSIBGE, CONDSEF, trabalhadores dos Ministérios e da Biblioteca Nacional, Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE), entre outros.⁴⁷¹

Os docentes da FURG acabaram aderindo à Greve Unificada⁴⁷² por tempo indeterminado quando, no Anfiteatro 6 do Pavilhão 4 da FURG, por ampla maioria, cento e nove professores votaram favoráveis no sentido de engrossar o coro nacional de vozes sindicais da categoria que reivindicava reajuste salarial de 75,48%, incorporação ao salário-base da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), abertura de concurso público para contratação de professores pelo RJU, manutenção dos direitos sindicais e dos funcionários aposentados e que não fosse enviado ao Congresso Nacional o projeto de Emprego Público proposto pelo MEC. Enquanto representante da Entidade no Comando Nacional de Greve, a Plenária aprovou o nome da Professora Méri Rosane Santos da Silva.⁴⁷³

A primeira Assembleia de avaliação da greve contou com a presença de setenta docentes e foi considerada, pela Diretoria da APROFURG, como atividade em que prevaleceu o bom nível dos debates por parte dos sindicalizados. Entre as principais deliberações, a Assembleia aprovou a solicitação de uma reunião com o presidente do CONSUN, para obter um posicionamento do Conselho em relação à greve

⁴⁶⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AproFURG-SS. Anfiteatro do *Campus* Cidade da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 20/08/2001, p. 1.

⁴⁷⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 105, 30 de julho a 10 de agosto de 2001, p. 4.

⁴⁷¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 107, 13 a 17 de agosto de 2001, p. 4.

⁴⁷² Cf. Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012), p. 6. A Greve teve duração de 108 dias (22/08/2001 a 07/12/2001) e contou com o apoio de estudantes e a mobilização de docentes e servidores de 51 IFES. Cf. PELLICCIONE, André Luis Pires. A Greve Docente de 2001 no noticiário de O GLOBO e do ADUFRJ: Um diálogo de surdos. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004, p. 46. Seus resultados foram obtidos através da assinatura de um termo de acordo que resultou do consenso entre o ANDES e MEC, prevendo os seguintes pontos: incorporação da GAE; equiparação entre GED e GID; e extensão de 60% desta última aos docentes aposentados de 1º e 2º graus. No termo de acordo, atendidos os compromissos pelo MEC, o ANDES-SN se comprometeu em apresentar ao conjunto das Associações Docentes o indicativo de saída da greve. Para a consecução da referida proposta seriam necessários mais R\$ 250 milhões no orçamento da União para 2002.

⁴⁷³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 108, 20 a 24 de agosto de 2001, capa.

dos docentes.⁴⁷⁴ O primeiro Editorial da Edição Especial de Greve do Pó de Giz, intitulado “Defender a universidade é defender o Brasil”, demonstrou entusiasmo da Diretoria da APROFURG frente aos embates que estariam por vir,

[...] O Brasil está em movimento. Há vida pulsando nos *Campi*! A maioria dos docentes presentes às Assembleias Gerais disse SIM à greve por tempo indeterminado, em conjunto com os demais Servidores Públicos Federais. O primeiro item da pauta unificada dos SPF reflete a importância do momento: concurso público pelo RJU, contra o “emprego público”. Esse eixo de nossa luta é decisivo. Perder o Regime Jurídico Único significa a perda dos serviços públicos, dentre eles a Universidade Pública. O governo federal já acena com algum recuo nesse campo... O anúncio da abertura de concursos para o preenchimento de 2.000 vagas, pelo RJU, ainda que restritas a doutores, pode ser considerada uma vitória parcial, pois representa o reconhecimento implícito, por parte do governo federal, que há vagas a serem preenchidas... Governo que, também, há pouco tempo alardeava que não mais faria contratações pelo RJU. Não podemos, sob pena de perdermos a Universidade e os serviços públicos, neste momento, titubear diante das ameaças e armadilhas que o MEC nos possa fazer ou preparar. Este é o ponto crucial... juntamente com a necessária e imprescindível paridade de vencimentos entre docentes da ativa e aposentados, bem como entre docentes de 1º, 2º e 3º graus, e também colado à não menos necessária recomposição do poder de compra de nossos salários, a manutenção do RJU está no epicentro da crise por que passa a Universidade Pública Brasileira... Compreender e participar deste momento decisivo da vida de nosso país representa a possibilidade concreta de assumirmos, cada um de nós e coletivamente, nossa condição de agentes sociais, de partícipes afirmativos da história, e não somente coadjuvantes que esgueiram por trás das janelas a espreitar os acontecimentos... Finalmente, para além de nosso compromisso institucional com o ensino, a pesquisa e a extensão, coloca-se anteriormente a este nosso compromisso com a democratização da Universidade Pública, garantindo uma chance de acesso a toda a população que paga imposto e garante, com seu trabalho diário, a existência do sistema federal de ensino, base para o desenvolvimento de um país mais justo, com menos desigualdade e mais democracia.⁴⁷⁵

Em poucos dias, contando com 80% de adesão, a greve dos professores das Universidades Federais paralisou 38 instituições, segundo balanço realizado pelo ANDES-SN. Para o Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, Roberto Leher, a decisão de entrar em greve foi “praticamente consensual” nas principais universidades do país. Até então, a Secretaria de Educação Superior do MEC não havia se pronunciado oficialmente sobre a greve, afirmando que o ANDES-SN não tinha informado quais eram as reivindicações da categoria. Na opinião do Professor Roberto Leher, “a posição do governo não passa de uma tentativa de desqualificar o movimento”, até porque garantiu

⁴⁷⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 109, 27 a 31 de agosto de 2001, (Edição Especial de Greve), capa.

⁴⁷⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 109, 27 a 31 de agosto de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

que o Ministério conhecia a pauta de reivindicações da categoria desde 2000, quando se reuniram com a Secretaria e o Secretário-Executivo do MEC, Paulo Renato Souza.⁴⁷⁶

O início da greve nacional unificada dos servidores públicos federais confirmou os prognósticos de um movimento que, apesar das diferenças entre as categorias, seria mais forte que nos anos anteriores. Alcançando 95% de adesão nos primeiros dez dias, o movimento conseguiu manter o apoio dos reitores à greve nas Universidades e a disposição dos parlamentares em forçarem a abertura de negociações com o Executivo. Por outro lado, os relatos das negociações com a FASUBRA indicavam uma disposição do MEC em não ceder e endurecer nas propostas apresentadas aos servidores técnico-administrativos. Contudo, na avaliação da Diretoria da APROFURG, para forçar a abertura de negociações com o governo, o movimento nacional deveria criar fatos políticos no sentido de demonstrar que a greve, além de ampla adesão, possuía um grande poder de mobilização.⁴⁷⁷

Enquanto demonstração da capacidade de mobilização, a UNE deflagrou greve em apoio aos docentes no dia 1º, assim como os Diretórios Centrais de Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior.⁴⁷⁸ Em Rio Grande, a Passeata no Dia Nacional de Luta mobilizou centenas de manifestantes, ao tempo em que a greve dos docentes da Fundação Universidade Federal do Rio Grande completava 25 dias, com adesão de 90% da categoria e com apoio do CONSUN. Das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) existentes no país, 50 estavam em greve por tempo indeterminado.⁴⁷⁹

A permanência da intransigência, incapacidade ou falta de vontade em negociar com professores, servidores e estudantes, que exigiam dialogar com o Ministro Paulo Renato Souza a fim de discutir as reivindicações da greve, ocasionaram manifestações em sete estados. Empunhando bandeiras vermelhas, sentados no meio da pista e ateando fogo em pneus, estudantes universitários interditaram a BR-040 em Brasília. Em outras localidades, fecharam um porto, rodovias e importantes avenidas.

Ao completar 30 dias de paralisação, Paulo Renato Souza passou a ameaçar os servidores por meio da imprensa, anunciando possíveis cortes salariais e cancelamento de contrato dos professores substitutos, caso não retornassem às atividades até o final do mês, sem, em momento algum, dirigir comunicado ao Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, ignorando a existência das manifestações e da greve, para qualquer consideração a respeito da pauta de reivindicações dos docentes.⁴⁸⁰ Após o MEC anunciar a retenção dos salários dos servidores da educação, o ANDES-SN impetrou Mandado de Segurança Preventivo, obtendo ganho de liminar que obrigou o MEC a conceder o pagamento aos docentes.⁴⁸¹

⁴⁷⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 109, 27 a 31 de agosto de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 3.

⁴⁷⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 110, 03 a 07 de setembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁷⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 111, 10 a 14 de setembro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 4.

⁴⁷⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 112, 17 a 21 de setembro de 2001, (Edição Especial de Greve), capa.

⁴⁸⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 113, 24 a 28 de setembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁸¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 113, 1º a 5 de outubro de 2001, (capa).

Alguns dias após as manifestações do Ministro, o movimento grevista finalmente obteve uma resposta favorável em relação à abertura de negociações com o MEC. A reunião com representantes dos professores, servidores e estudantes das universidades federais, deliberou a criação de sete grupos de discussão entre as partes. O principal deles analisaria a incorporação ao salário da gratificação por atividade especial, que representa 60% do salário dos servidores públicos.⁴⁸²

Ainda assim, as ações de manutenção e fortalecimento do movimento grevista não cessavam. Em âmbito local, o apoio do Legislativo Municipal aos grevistas, bem como a realização da Marcha da Educação, que reuniu 60 mil manifestantes em Brasília, e a intensificação do apoio de outros parlamentares, acabou colocando a greve no centro das atenções. A Central Única dos Trabalhadores, através de sua Executiva Nacional, assumiu a greve dos SPFs, reconhecendo que ela possui grande peso político e organizativo. Essa situação passou a ser configurada com o slogan A CUT está em Greve.

A reação imediata do Ministro da Educação foi de suspender o repasse das verbas para o pagamento dos salários, descumprindo as ordens judiciais. Até mesmo os parlamentares da base governista repudiaram a atitude de Paulo Renato Souza. Para o Comando Nacional de Greve, a ação configurou uma recusa à abertura das negociações e desrespeito ao movimento em suas iniciativas de intermediação. O CNG, ao considerar quebrado o acordo, teve sua posição referendada pela categoria.⁴⁸³ Rapidamente, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior encaminhou um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que cassou uma liminar que garantia o pagamento dos salários dos professores universitários.⁴⁸⁴

No segundo mês de greve, as Seções Sindicais começaram a emitir os resultados das rodadas de Assembleias Gerais que avaliaram uma proposta apresentada pela SESU ao CNG/ANDES-SN. Algumas Seções Sindicais sinalizaram pela abertura de negociações com o MEC mesmo sem o pagamento do salário de setembro; outras, porém, indicaram que o pagamento era condição obrigatória para o restabelecimento das negociações. A maioria rejeitou *in totum* a proposta de 30% de aumento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) feita pelo Ministério da Educação, reafirmando a pauta dos docentes no que concerne à incorporação das gratificações, tanto da GED quanto da Gratificação de Administração Executiva (GAE).

No parecer da Diretoria da APROFURG, as Assembleias Gerais indicavam que a questão envolvendo o pagamento dos salários não deveria ser condicionante no processo de negociação. No entendimento da categoria, mesmo sem o restabelecimento de condições democráticas para a interlocução, havia ficado evidente que o Governo tinha premência em solucionar a greve, uma vez que o Presidente da República havia convocado reunião com ministros e lideranças da base governista, especialmente para cobrar

⁴⁸² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 113, 1º a 5 de setembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁸³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 115, 8 a 12 de setembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁸⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 116, 8 a 12 de setembro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 4.

uma resolução imediata para o impasse.⁴⁸⁵ Ainda assim, o Ministro Paulo Renato, em manifestações constantes com tom de ameaça, cedeu entrevista à Folha de São Paulo, quando novamente procurou desqualificar o movimento docente, deixando clara sua pretensão de privatizar a Universidade pública. Sua afirmação de que “o ensino público está morrendo, e de que as universidades públicas só deverão durar mais cinco ou seis anos”⁴⁸⁶ nitidamente consistia em uma tentativa de desestabilizar emocionalmente os trabalhadores mobilizados na greve.

Com a confirmação de rejeição da proposta do MEC por parte da categoria docente, novamente o STF teve que ordenar o pagamento do salário dos professores em greve, após o Sindicato Nacional pedir reconsideração da decisão do Vice-Presidente do STF, Ministro Ilmar Galvão, que suspendeu os salários, modificando uma liminar do Superior Tribunal de Justiça, que garantia o pagamento.⁴⁸⁷ Porém, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, determinou o repasse de recursos, acatando a liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça, garantindo o pagamento do salário aos professores das Universidades Federais. Nas palavras do Ministro, a falta de repasse de verbas às universidades resultava na realização da “justiça com as próprias mãos”, porque feria a autonomia administrativa e de gestão financeira prevista pelo Artigo 207 da Constituição Federal.⁴⁸⁸

Recuperando a análise de conjuntura contida no Informe Especial CNG/ANDES-SN nº 22, após mais de setenta dias de paralisação, a Diretoria da APROFURG resgatou o histórico da greve, apontando todo o processo desenvolvido, no qual a Pauta de Negociação acabou transformada em Minuta do Termo de Acordo que encaminharia o encerramento dos impasses.

Nesse período porém, gradativamente, a conjuntura evoluiu para outro quadro, quando o Banco Mundial divulgou a lista de países com a economia em situação de risco, incluindo o Brasil. Enquanto as negociações entre os grevistas e o MEC avançaram, o FMI esteve em missão no país, analisando o cumprimento das metas do último acordo e orientou que o Governo “deveria ter mais cuidado nos gastos com o funcionalismo público”, fato que balizou o entendimento da Diretoria da APROFURG acerca do recuo do Executivo em relação ao cumprimento do acordo para o fim da greve.

[...] Existiam R\$ 400 milhões disponibilizados pelo governo para negociar com a FASUBRA, o ANDES e o SINASEFE. Destes R\$ 150 milhões ficaram com a FASUBRA. Restaram, portanto, R\$ 250 milhões para o ANDES e o SINASEFE. Como esse montante não era suficiente para cobrir a nossa Pauta de Reivindicações, buscou-se a intermediação dos parlamentares, os quais disseram que fariam todo o esforço possível para conseguir mais R\$ 100 milhões. As conversações

⁴⁸⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 115, 22 a 26 de outubro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁸⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 116, 22 a 26 de outubro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 3.

⁴⁸⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 116, 29 de outubro a 02 de novembro de 2001, (Edição Especial de Greve), capa.

⁴⁸⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 116, 29 de outubro a 02 de novembro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 2.

realizadas no Parlamento apontaram para a possibilidade de se contar com R\$ 350 milhões, o que seria suficiente para atender a incorporação da GAE. No entanto, para dar conta da demanda relativa às questões do 1º e 2º graus, necessitar-se-ia de mais R\$ 13,5 milhões, os quais, a partir de entendimentos feitos entre o sub-relator orçamentário da Comissão de Educação, Deputado Gilmar Machado (PT/MG), com as Direções da ANDIFES e do CONCEFET, teriam origem nos recursos da ordem de R\$ 310 milhões, que estariam disponibilizados para este campo do orçamento, em particular, os valores destinados à cobertura das emendas pleiteadas por essas entidades. Destaque-se, entretanto, que tais recursos eram valores virtuais na proposta orçamentária em elaboração, por não estarem ainda nominalizados em rubricas específicas, isso significa dizer que os R\$ 13,5 milhões não estariam sendo subtraídos de verbas destinadas ao custeio das IFE como alguns inicialmente interpretaram. Tratava-se, na verdade, de uma estratégia política para indicar onde os mesmos seriam contabilizados. Com relação ao “desaparecimento” dos R\$ 250 milhões, a explicação veiculada foi a de que os mesmos deveriam sair das verbas das emendas individuais dos parlamentares, contrariando, assim, o entendimento dos parlamentares, que imaginavam serem os mesmos decorrentes da fonte que deu sustentação à negociação da FASUBRA.⁴⁸⁹

Até então, as articulações demonstravam que o MEC não pretendia sustentar financeiramente acordos que prejudicassem o projeto político do Executivo, haja vista que, ao sinalizar o aumento de 30% sobre a GED, referia-se aos recursos do Ministério. Quando era obrigado a recuar politicamente, devido à força do movimento, retirou a verba, que passava a ser virtual e redirecionava a responsabilidade para o Ministro do Planejamento. Assim sendo, o Termo de Acordo não era assinado sob o argumento de que não havia sustentação financeira em função da crise que se instalou entre o Legislativo e o Executivo.

A rejeição da proposta de 30% de reajuste nas gratificações, deliberada através da rodada nacional de Assembleias, realizada pelas Associações Docentes, fez com que o ANDES-SN mantivesse o indicativo de continuidade e radicalização da greve, reafirmando a disposição do movimento em impedir o envio de um novo Projeto de Lei ao Legislativo e referendando a assinatura do Termo de Acordo. Ao negarem uma política salarial baseada em gratificações, a sinalização política da categoria pressupunha a manutenção da estratégia de reafirmar a defesa da isonomia salarial entre 1º, 2º e 3º graus, e da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.⁴⁹⁰

Na manutenção de sua peculiar intransigência, o Governo acabou desrespeitando a decisão judicial do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), uma vez que, novamente, o MEC não disponibilizou os recursos financeiros necessários para o pagamento dos salários de outubro dos docentes das Universidades Públicas Federais. Ademais, Fernando Henrique Cardoso mandou publicar, no Diário Oficial da União (DOU),

⁴⁸⁹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 119, 05 a 09 de novembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

⁴⁹⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 120, 12 a 16 de novembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

o Decreto nº 4.010⁴⁹¹, que centralizou as autorizações para os pagamentos dos funcionários públicos da administração federal em suas mãos. O Presidente do STJ, Ministro Paulo Costa Leite, reagiu ao decreto presidencial com as seguintes afirmações: “É um ato de força! Eu diria que se trata de um ato de força. Isso é muito grave institucionalmente e cria um clima de insegurança e instabilidade jurídica, incompatível com o Estado Democrático de Direito”.⁴⁹²

Em mais um capítulo das lutas dos grevistas com o Governo Federal, o Tribunal Regional Federal (TRF) suspendeu a liminar da Advocacia Geral da União (AGU), acatando recurso interposto pelo ANDES-SN para extinguir a liminar que obrigava os docentes a encerrarem a greve no prazo de 24 horas. A decisão proferida por Fernando da Costa Tourinho Neto também extinguiu a multa de R\$ 50 mil que o Sindicato Nacional teria que pagar por dia de greve. O jurista afirmou que a Constituição Federal garantia o direito de greve aos servidores públicos, uma vez que “a eficácia da norma constitucional não pode depender de uma norma hierarquicamente inferior e que nunca é editada”.

Enquanto o ANDES-SN buscava a instauração de um inquérito criminal contra o Ministro da Educação, acionando o STJ para questionar a recusa do Governo em cumprir a decisão judicial de pagar os salários dos professores paralisados, em contrarresposta, seguiu a tentativa do Executivo Federal na regulamentação do direito de greve no setor público, por meio de um Projeto de Lei conhecido como “pacote antigreve”, composto por um Decreto que transferia dos Ministros para o Presidente da República a incumbência de liberar o pagamento dos servidores públicos. Além disso, o Projeto de Lei também autorizava a demissão coletiva de servidores amparado por Medida Provisória que permitia a contratação de temporários para substituir grevistas. Mediante esse quadro, Tourinho Neto chegou a declarar que “talvez o governo militar respeitasse mais o Judiciário do que o atual governo”.⁴⁹³

A ofensiva do movimento docente, disposto a dialogar com o Governo, foi encaminhada pelo Comando Nacional de Greve, que passou a trabalhar na apresentação de uma proposta diferente daquelas construídas pelo MEC e ANDIFES, para que se garantisse a negociação na Comissão de Educação. Dessa forma, os docentes protagonizariam o processo de tramitação do Projeto de Lei substitutivo da Minuta de Acordo, enquanto forma de isolar o Governo em sua intransigência, reafirmando sua disposição em negociar e evitando uma proposta que ampliase o peso da GED/GID em suas remunerações.

Para os grevistas, era fundamental “colocar na mesa” um projeto de preservação de seus princípios e garantia das bases do Termo de Acordo, bem como manter a força e a unidade das Seções Sindicais, para alcançar o atendimento de suas reivindicações e obter conquistas políticas acumuladas ao longo do movimento, como a rejeição

⁴⁹¹ O Decreto nº 4.010, de 12 de novembro de 2001, dispunha sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Em seu Art. 1º, instituía competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para processar a folha de pagamento dos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, após liberação de recursos para o respectivo pagamento, mediante expressa autorização do Presidente da República.

⁴⁹² Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 119, 12 a 16 de novembro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 8.

⁴⁹³ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 121, 19 a 23 de novembro de 2001, (Edição Especial de Greve), p. 2.

do emprego público, a abertura de novos concursos públicos no RJU, a garantia dos direitos previdenciários, a equiparação GID/GED, os princípios de isonomia entre docentes das carreiras de 1º, 2º e 3º graus e a paridade de remuneração entre ativos e aposentados.

O desgaste do Governo com as medidas econômicas que causavam descontrole inflacionário⁴⁹⁴, aliado à participação do Presidente da República nos embates ao longo da greve e a tentativa de impedir o afastamento do Ministro da Educação, evidenciando a derrota governamental, levou o Executivo Federal a fechar todos os canais de interlocução com o movimento grevista. Desse modo, havia impossibilidade de estabelecer um acordo com a base governista em favor da retirada do Projeto de Lei do MEC, ou mesmo, a sua rejeição no Congresso, condições necessárias para a apresentação de um PL substitutivo contendo a incorporação da GAE.

A nova configuração política, em contraste com a crescente intransigência e autoritarismo do Governo, indicou a necessidade de incidir fortemente na conjuntura apontando para a construção coletiva entre o ANDES-SN e a SINASEFE de um projeto substitutivo ao PL do Executivo, que, dentro do possível, avançasse na direção da busca de isonomia e de equidade entre as carreiras de 1º, 2º e 3º graus, bem como de uma Minuta de Termo de Acordo que sustentasse os demais itens da pauta de reivindicações dos docentes, negociada anteriormente com o MEC. A categoria contava também com condições políticas de apoio da ANDIFES, do CONCEFET, da maioria dos membros da Comissão de Educação da Câmara e de um movimento significativo de parlamentares e líderes de bancadas.⁴⁹⁵

Com o esgotamento das possibilidades de negociação, o movimento docente conseguiu forçar o Executivo Federal a concordar com o Termo de Acordo para instalação de mesas de negociação com o ANDES-SN e o SINASEFE, coordenadas pela ANDIFES e CONCEFET, para tratar da carreira e financiamento das IFES. A saída unificada e vitoriosa da mais extensa greve dos docentes das universidades brasileiras, desde o ano de 1980, foi efusivamente comemorada.

No âmbito político, conseguimos barrar o Projeto de Emprego Público, com sua proposta de precarização do contrato de trabalho do servidor. Novos concursos, com contratos regidos pelo RJU, além dos 2000 já em andamento, serão abertos. Enterram-se as propostas de retomada da cobrança do desconto previdenciário sobre os aposentados e pensionistas, estendendo a eles 60% da GID. Avançamos em valores e critérios e diminuimos as diferenças salariais da categoria. Diminuimos o peso das gratificações no vencimento... Expusemos ao fracasso a política de destruição do Sistema Federal de Ensino Público, Gratuito e Socialmente referenciado pretendida pela política educacional de Paulo Renato. Forçamos o governo a explicitar suas mais ardilosas iniciativas

⁴⁹⁴ Cf. REZENDE, Ricardo Pazzotti. *Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009, p. 21. As metas inflacionárias alcançadas pelo governo só se mantiveram dentro da banda pré-estabelecida nos anos de 1999 e 2000. A partir de 2001 até 2004, a inflação efetiva foi muito maior que os limites estabelecidos com destaque para o ano de 2002, em que a inflação foi de 12,53%, enquanto seu limite superior estava estabelecido na casa do 5,5%.

⁴⁹⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 122, 26 a 30 de novembro de 2001, (Editorial da Edição Especial de Greve), p. 2.

para destruir o sindicalismo no Brasil. Conseguimos comprometer o MEC com a instalação de mesas de negociação e grupos de trabalho sobre financiamento da Universidade, recomposição dos quadros, carreira e hospitais universitários. Além disso, garantimos uma recuperação em nosso vencimento básico que atingiu a todos e sobre o qual incidirá o reajuste geral do funcionalismo. Os ganhos econômicos foram distribuídos da maneira mais justa possível, sem abrir mão dos nossos princípios.⁴⁹⁶

A greve, que teve início com a luta em defesa da Universidade Pública, em meio à ênfase pela preservação dos serviços públicos, adquiriu, devido ao peso do inimigo que enfrentou, “uma característica de defesa dos direitos sindicais e, diante das arbitrariedades do governo, de defesa do próprio Estado de Direito e da democracia”. Além disso, o destaque diário da imprensa ao movimento, mediante a problemática vivenciada pelas Instituições Federais de Ensino em meio a uma conjuntura internacional complexa, fez com que o movimento recebesse a solidariedade de vários setores da sociedade brasileira, bem como de entidades internacionais.

As vitórias legitimamente conquistadas, dentre as quais aquelas junto ao Poder Judiciário, permitiam ainda ao movimento docente festejar a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 5805/01⁴⁹⁷. Dessa feita, na avaliação da Diretoria da APROFURG, as conquistas provenientes da greve, apesar dos transtornos causados, pertenciam a várias frentes consolidadas por setores que se dispuseram a defender a Universidade Pública, contra o projeto de Universidade do Governo e no enfrentamento às suas arbitrariedades antissindicais e anticonstitucionais. Relembrando episódios marcantes da Gestão, o Professor Manoel afirmou que

[...] efetivamente, foi aquela greve de agosto a dezembro de 2001, pouco mais de cem dias, em que a gente conseguiu evitar o que o Governo está fazendo agora. A gente conseguiu evitar o fim do Regime Jurídico Único... Foi a nossa principal pauta! Primeiro conseguimos fazer o Governo negociar. O Governo disse que não negociaria conosco em Greve. Na negociação conseguimos com que o Governo nos concedesse reajuste, mesmo afirmando que não nos concederia de forma alguma. E o mais importante de tudo! Conseguimos barrar a aprovação da Lei do Emprego Público. Essa Lei era o retorno ao regime de CLT, o fim do Regime Jurídico Único e a colocação de todos os servidores regidos pela Lei 8.112, enquanto cargos em extinção. A gente fez uma luta muito forte junto com os técnico-administrativos do Brasil inteiro e conseguimos barrar essa Lei do Emprego Público. No que diz respeito aos salários, nós docentes não tivemos reajuste linear. O Governo dizia que jamais daria reajuste linear, mas nós tivemos um bom reajuste, consideradas as condições do momento, em greve com suspensão de salário e tudo mais... Mas os técnico-administrativos tiveram reajuste linear. Então nós conseguimos fazer um movimento que naquela ocasião

⁴⁹⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 124, 26 a 10 a 14 de dezembro de 2001, capa.

⁴⁹⁷ Deu nova redação ao artigo 4º da Lei nº 6932, de 7 julho de 1981, alterando as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e alterou dispositivos da Lei nº 10187, de 12 de fevereiro de 2001.

conseguiu fazer o Governo Federal recuar e atender várias das nossas reivindicações.⁴⁹⁸

Além de agradecer o apoio da sociedade e demais segmentos da Universidade, em editorial, a Diretoria da APROFURG ressaltou a unidade alcançada entre o ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE e UNE, em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente referenciada, frente às medidas paulatinamente adotadas pelo Governo para destruir o Sistema Público de Ensino.⁴⁹⁹

Uma moção especial de agradecimento por parte da Diretoria foi feita aos docentes que participaram da luta do vitorioso movimento e a ele se dedicaram, “fazendo a História que, por certo, terá reflexos em todo o mundo, pois nossa resistência significou uma séria derrota para os interesses da banda privatizante que desfila incessantemente pela América Latina, espalhando a miséria, a violência e o desrespeito à dignidade humana”. Os agradecimentos foram estendidos aos demais trabalhadores da APROFURG, “que, para além de suas obrigações, compreenderam as dificuldades e o caráter de nossa luta e dedicaram às suas tarefas diárias o ímpeto dos que desejam construir o novo, tornando INESTIMÁVEL o seu apoio solidário. Obrigado a todos(as): Alice, Jaqueline, Denise, Gabriel, Raquel, Fátima e Jáder”.⁵⁰⁰

Os primeiros meses de 2002 guardavam outra grande responsabilidade para a Diretoria da APROFURG, sediar a realização do 21º Congresso do ANDES-SN, que aconteceria no Auditório do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller⁵⁰¹ entre os dias 23 e 28 de fevereiro. A tarefa fundamental do Congresso, que teve como lema “Projeto Histórico e Educação: a luta do sindicalismo classista”, era definir as principais políticas que o Sindicato Nacional deveria encaminhar no decorrer do ano, bem como estabelecer as tarefas que se referem às Seções Sindicais e à diretoria nacional, no intuito de efetivar as deliberações referentes aos Eixos e Plano de Lutas dos três setores do sindicato.⁵⁰² Acerca dos preparativos que envolveram a realização do 21º Congresso do ANDES-SN, o Presidente da APROFURG relembra que

[...] Numa cidade do tamanho da nossa. Imaginemos Rio Grande sem os hotéis que tem hoje. Sem o apoio da Universidade que teria hoje. Nós não conseguimos com a Reitoria se quer empréstimo de computadores. Tivemos que utilizar outros caminhos para conseguir os computadores. Ainda hoje lembrado porque teve características bem peculiares. Ele foi

⁴⁹⁸ Entrevista com o Professor Manoel Luís Martins da Cruz, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021.

⁴⁹⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 124, 26 a 10 a 14 de dezembro de 2001, (Editorial), p. 2.

⁵⁰⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 124, 26 a 10 a 14 de dezembro de 2001, p. 3.

⁵⁰¹ Na avaliação feita pelo professor Manoel Luís Martins da Cruz, um dos mais importantes fatos do 21º Congresso ANDES-SN foi o resgate de um espaço público de lutas sindicais. Rememorando a história do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, local do Congresso e, historicamente, espaço utilizado pelos movimentos sindicais que, até o golpe de 1964, conferiam a Rio Grande o título de “Cidade Vermelha”, neste local, trabalhadores ferroviários, portuários e sindicalistas de várias categorias reuniam-se até o golpe de 1964, para defender seus interesses e princípios. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 132, 11 a 18 de março de 2002, p. 3.

⁵⁰² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 124, 28 de janeiro a 1º de fevereiro de 2002, (Editorial), p. 2.

realizado no Instituto Juvenal Miller e, para isso, a APROFURG auxiliou na recuperação da escola e, particularmente do auditório do Juvenal Muller, que até então estava sendo utilizado como depósito. E de lá pra cá, desde 2001, nunca mais foi depósito e continua em atividade até hoje. Aquilo foi uma parte importante também!⁵⁰³

Diante desse grande desafio, que consistia em atender com o máximo de esforços e dedicação a todos que se deslocaram de suas instituições para permanecerem em Rio Grande durante o período do 21º Congresso do ANDES-SN, a Diretoria da APROFURG contou com o apoio de um engajado grupo de docentes. Além das plenárias e grupos mistos, durante o evento, ocorreu exposição e venda de livros, revistas, discos e material pedagógico, com a presença de diversas editoras. A intenção da Diretoria da Seção Sindical foi transformar o 21º Congresso também em um espaço de encontro, onde docentes de todo o país pudessem trocar experiências, expor diferenças e, acima de tudo, “construir a unidade necessária para derrotar a praga que nos assola desde o final do século passado, e contra a qual lutamos duramente durante 108 dias: o neoliberalismo”.⁵⁰⁴

[...] Trazê-lo para Rio Grande foi uma ousadia, mas tanto a Universidade quanto Rio Grande merecem receber este evento: a expressão máxima do movimento que representa hoje um dos expoentes na defesa da universidade pública, da democracia e da cidadania – será o primeiro congresso após a grande jornada que recolocou o caráter público da universidade no centro das discussões em todos os recantos deste país, mobilizando setores da população que, mesmo excluídos do acesso, compreenderam a justiça e a pertinência da luta em defesa da universidade pública.⁵⁰⁵

Mesmo em meio à maior greve da história do movimento docente, logo após retornarem do 20º Congresso, em fevereiro de 2001, os trabalhos, para viabilizar a realização da 21ª edição do evento, foram iniciados por parte da APROFURG e do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller. A diretoria da APROFURG, enquanto base do ANDES-SN, acreditava que “realizar o 21º Congresso em uma instituição pública significa a materialização da luta em defesa dos serviços públicos e o reconhecimento ao inestimável valor da Escola Pública, tão bem representada neste município pela tradição do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller”.

A APROFURG, em conjunto com a Escola, foi responsável pela recuperação do auditório do “Juvenal” em especial na aquisição de 500 cadeiras, “o que hoje nos permite falar com orgulho de nossa participação na vida da cidade, pois nosso Congresso motivou toda a movimentação que culminou em um importante ganho para Rio Grande, que hoje pode usufruir de um espaço público em excelentes condições para a realização de eventos”. A opção por investir em uma escola pública mereceu destaque por parte dos docentes de diversas partes do Brasil durante todo o Congresso.

⁵⁰³ Entrevista com o Professor Manoel Luís Martins da Cruz, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021.

⁵⁰⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 131, 18 a 22 de fevereiro de 2002, (Editorial), p. 2.

⁵⁰⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 131, 18 a 22 de fevereiro de 2002, (Editorial), p. 3.

[...] Durante os seis dias, o pátio da escola transformou-se em um local de encontro dos congressistas e das pessoas que visitaram o evento. Lá estiveram diversos expositores apresentando seus produtos, livros, revistas, discos, brinquedos pedagógicos, artesanato indígena, produtos da Ilha do Leonídio (vinho e jeropiga), além da banca que tornou-se o “point” do congresso: a dos churrasquinhos e bebidas. Deixando a modéstia de lado, podemos preliminarmente avaliar que, do ponto de vista da infraestrutura montada para o evento, o Congresso foi um sucesso. Os docentes de todo o Brasil que aqui estiveram saíram muito satisfeitos com a acolhida, tanto da cidade quanto da APROFURG... Certamente, o congresso não teria sucesso não fosse o grande número de pessoas que se agregaram à diretoria da APROFURG para a sua realização [...]⁵⁰⁶

Em seus parágrafos iniciais, a Carta de Rio Grande confirmava as impressões e afirmações da Diretoria da APROFURG em relação ao Congresso, repercutindo ainda que o evento serviu para reafirmar “a condenação das políticas educacionais determinadas pelos organismos financeiros internacionais e patrocinadas pelo governo FHC e pelo ministro Paulo Renato, de triste fama”, considerando e denunciando que os governos estaduais auxiliavam no processo de utilização das Universidades Públicas e dos Serviços Sociais fundamentais para a população “como laboratório privilegiado na implementação das medidas neoliberais que subservientemente e de bom grado realizam”.

Projeto Histórico e Educação: a luta do Sindicalismo Classista foi a temática que reuniu 321 delegados, 46 observadores, 61 Seções Sindicais e uma Secretaria Regional, na cidade de Rio Grande, de 23 de fevereiro a 1 de março, no 21º CONGRESSO do ANDES-SN. O Congresso reuniu-se em um local pleno de significações sociais e históricas: uma escola pública, cujo auditório foi palco de grandes manifestações seja de arte seja de assembleias dos movimentos sindicais. Um espaço que foi abandonado pelo poder público, durante muito tempo, tendo seu auditório chegado a ser reduzido a um mero depósito de sucata. O Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, cenário do nosso Congresso, teve seu auditório reconstruído pela APROFURG, nossa Seção Sindical, para voltar a ser um espaço público que possibilite a efetiva atuação dos movimentos sociais. O esforço solidário dos sindicatos de trabalhadores desta cidade, com o empréstimo de computadores e apoio à realização do evento foi decisivo na construção das condições de êxito do nosso Congresso. Contrariamente ao afirmado pelos governos, foi a ação comum das entidades dos trabalhadores que, ultrapassado os estreitos limites do corporativismo, permitiram e permitirão a reconstrução do espaço público.⁵⁰⁷

O Congresso reiterou a identidade classista do Sindicato Nacional dos Docentes, sob a ótica da retomada de uma linha política influenciada diretamente pela mudança da Diretoria do ANDES-SN, que, simpática às Seções Sindicais, expôs ainda mais o aprofundamento dos antagonismos ideológicos entre largas parcelas do movimento

⁵⁰⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 132, 11 a 18 de março de 2002, (Editorial), p. 2.

⁵⁰⁷ Carta de Rio Grande. Relatório Final do 21º Congresso Nacional do ANDES-SN, Rio Grande (RS), 23/02 a 1º/03/2002, p. 81.

docente e o Executivo Nacional. Até porque foi neste panorama de “inserção subalterna na mundialização do capital que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista no Brasil”. O “choque de competitividade” foi um traço marcante da “década neoliberal”, nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O governo Collor, por exemplo, sustentou e ampliou as bases de diretrizes voltadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade, próximas dos paradigmas internacionais⁵⁰⁸, através de ações que posteriormente refletiram negativamente no setor da Educação Superior.

Tendo em vista que as questões classistas estão em constante construção, uma vez que as relações socioculturais, políticas e econômicas não são estáveis, assim como os elementos de identidade que culminavam para o reconhecimento e consciência de pertencimento coletivo a determinada categoria laboriosa, a APROFURG, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, através de suas Gestões, atuou com maior ou menor intensidade no cerne do movimento docente da FURG, auxiliando os professores na percepção de que constituíam a classe trabalhadora.

Esse foi um dos outros objetivos que nós traçamos e em boa medida conseguimos cumprir, que foi justamente, aproximar a APROFURG de outras categorias de trabalhadores. Porque, professores, ainda naquela época de maneira geral, não conseguiam se verem como trabalhadores, e, no ensino superior então era muito difícil os professores se verem como trabalhadores. Hoje isso está mais assimilado pela categoria, que somos assalariados e, portanto membros da classe trabalhadora. E a gente buscou então se integrar junto com os demais sindicatos. Tivemos sempre uma presença forte, por exemplo, nos atos municipais. Aqueles atos que se faziam no Largo Dr. Pio a APROFURG estava sempre muito presente. Não só presente como na organização dos atos. Na organização, na divulgação, no auxílio financeiro para a estrutura. A gente sempre se preocupou em dar esse apoio e fazer esse trabalho em conjunto. Tanto no interior da Universidade, juntamente com a APTAFURG e o DCE, foi um momento assim de grande integração com os demais segmentos. Muitas atividades conjuntas e na cidade a gente fez esse trabalho de levar a APROFURG para fora dos muros da Universidade.⁵⁰⁹

Enquanto fenômeno tardio, comparado ao sindicalismo operário, o sindicalismo de classe média teve na ideologia meritocrática um dos principais fatores que, durante toda a primeira metade do século XX, acabou mantendo os trabalhadores de classe média afastados do movimento sindical, isso porque há uma contradição entre meritocracia e sindicalismo.

O sindicalismo, em quaisquer de suas vertentes, e ainda que em graus variados, concebe e representa o nível salarial, as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores como resultado da organização e da luta coletiva, isto é, concebe e representa como resultado da correlação

⁵⁰⁸ Cf. ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990 a 2000). Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 19, nov. 2002, p. 75.

⁵⁰⁹ Entrevista com o Professor Manoel Luís Martins da Cruz, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021.

de forças aquilo que, para o trabalhador de classe média, é fruto e sinal distintivo dos seus dons e méritos pessoais. Daí o trabalhador de classe média ter se mantido durante tanto tempo refratário ao sindicalismo. Na concepção de um trabalhador apegado à ideologia meritocrática, o movimento sindical seria algo apropriado para os trabalhadores manuais, isto é, para trabalhadores que têm de compensar, recorrendo ao uso da força coletiva, a falta de dons e de méritos pessoais e o trabalho simples e degradado que executam. A ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social – identificação com os trabalhadores manuais.⁵¹⁰

Fortalecidos em razão da vitória na maior greve do movimento docente que foi unificada com demais categorias de servidores públicos, legitimada pelo judiciário e apoiada por largas parcelas da sociedade e do Congresso Nacional, o sindicalismo docente vivenciava, nos primeiros anos do novo milênio, um momento de franca expansão e de interferência em diversas pautas de interesse da classe trabalhadora, sem perder de vista os princípios que historicamente lhe conferia unicidade diante de contextos que ameaçavam, de forma geral, a democracia e a educação.

Ao final do mandato da Gestão 2000/2002, o Presidente da APROFURG destacou a greve de 2001 e o 21º Congresso do ANDES-SN, realizado em Rio Grande, como referências da atuação desenvolvida pela Diretoria ao longo do biênio. Sob o slogan “Ousar lutar, ousar vencer” – frase cunhada por Carlos Lamarca – e identificados com os anseios, direitos e deveres democráticos, nos dias 22 e 23 de maio, ocorreu o pleito para a composição da nova Diretoria da Entidade, juntamente com a escolha da nova Diretoria do Sindicato Nacional.

Em um de seus últimos editoriais, a Diretoria afirmou que o trabalho de organizar o sindicato pela base, fortalecendo e ampliando cada vez mais a participação dos docentes nos rumos da entidade deveria prosseguir, levando em conta a necessidade de recuperar a participação daqueles mais experientes, “pois não podemos prescindir do acúmulo de experiências de dezenas de professores que dedicaram suas vidas para a construção da universidade pública e gratuita que todos sonhamos”. Em um breve balanço da participação dos docentes da FURG no processo eleitoral de escolha da Diretoria para o próximo biênio, a Gestão se despedia avaliando positivamente o total de 240 votantes que compareceram às urnas, representando mais de 50% dos docentes em atividade na Universidade.⁵¹¹

⁵¹⁰ JÚNIOR, Armando Boito. *Classe média e sindicalismo*. POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004, p. 225.

⁵¹¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 140, 27 a 31 de maio de 2002, (Editorial), p. 2.

“PERSISTIR NA DEFESA DOS NOSSOS PRINCÍPIOS”

Enquanto ocorria a transição entre diretorias, depois de seis meses desde o término da Greve Unificada, o Governo Federal insistia em não cumprir o Termo de Acordo, gerando insatisfação ao movimento docente que trouxe à baila a frase de ordem: “Cumprir o Acordo!”.⁵¹² Apesar do trabalho do Sindicato, de insistentemente reivindicar a instalação das mesas, o MEC acabou utilizando medidas protelatórias, argumentando que, ao final do ano, a SESU estava em processo de mudança, o Ministro Paulo Renato seria candidato a algum cargo eletivo e a não alteração da GID ocorria em função de a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) estar sem titular, afastado por denúncias de corrupção.

Após três reuniões entre o ANDES-SN e o MEC, com o balanço desfavorável das negociações, o Sindicato Nacional indicou o dia 19 de junho como “Dia Nacional de Paralisação e Mobilização” pelo cumprimento do Termo de Acordo que selou o fim da greve de 2001. A Diretoria recém-empossada afirmava que, “historicamente, avanços expressivos com relação ao atendimento de nossas reivindicações somente foram conquistados com mobilizações, e a tarefa política de cada sindicalizado é buscar meios de retomá-las”. Assim sendo, a APROFURG acompanhou o indicativo de paralisação, com o objetivo de sinalizar para o Governo Federal que a categoria continuava mobilizada e lutando pelo atendimento de suas reivindicações, bem como na defesa intransigente da Universidade Pública Brasileira. A pauta de reivindicações da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais previa reposição salarial de 89,12%, reajuste emergencial de 25,42%, incorporação das gratificações e realização de concursos públicos.⁵¹³

Contrários ao desmonte dos serviços públicos, o pacote antigreve, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a ALCA, com o lema “Fora FHC e o FMI!”, a nova Diretoria da APROFURG para o biênio 2002/2004 esteve composta dos professores: Méri Rosane Santos da Silva (Presidenta)⁵¹⁴, Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer (Vice-Presidente), Celso Luis Lopes Rodrigues (Secretário-Geral), Ângelo Fortini Mafissoni (1º Secretário), Osvaldo Casares Pinto (Tesoureiro-Geral), Carlos Guilherme Kremer (1º Tesoureiro), Maria Alice Araújo da Silva (1ª Suplente), Aloísio Ruscheinsky (2º Suplente), Roberto Carlos Pereira (3º Suplente) e Maria José Chaplin (4ª Suplente).⁵¹⁵

Em seu discurso de posse, a Presidenta Méri Rosane Santos da Silva destacou que um dos objetivos da Gestão era “fortalecer o trabalho coletivo dentro da nossa comunidade enquanto professores da universidade, buscando na defesa da universidade pública a defesa dos direitos dos docentes enquanto trabalhadores da educação superior”.⁵¹⁶

O primeiro ano da Gestão da Diretoria autodenominada “APROFURG Autônoma e Democrática” foi profundamente marcado por debates relacionados às questões

⁵¹² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 140, 10 a 14 de junho de 2002, (Editorial), p. 2.

⁵¹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 143, 17 a 21 de junho de 2002, (Editorial), p. 2.

⁵¹⁴ O falecimento da Professora Méri Rosane Santos da Silva ocorreu em 31/12/2016.

⁵¹⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AprofURG. Sede da APROFURG-SS, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral de Posse da Diretoria, s/nº, 12/06/2002, p. 1.

⁵¹⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – AprofURG. Sede da AprofURG-SS, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral de Posse da Diretoria, s/nº, 12/06/2002, p. 2.

que envolviam a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁵¹⁷. Em Editorial, a Diretoria expunha que “os debates acerca da ALCA têm produzido análises relevantes que auxiliavam na compreensão não só da política externa americana e brasileira vivenciada na atual conjuntura, como também do passado”. Conforme o Professor Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, considerado um dos maiores especialistas brasileiros sobre as relações internacionais do Brasil, o “governo norte-americano pretende anexar toda a América Latina a seu espaço econômico e subordiná-la a seu mando político-militar, por meio da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”. Assim sendo, o professor apontava os efeitos nocivos da ALCA aos interesses do Brasil e que o Governo brasileiro deveria ter suspenso imediatamente as negociações com os Estados Unidos.⁵¹⁸ A intensa campanha contrária desenvolvida pela APROFURG em relação à instalação da ALCA tinha dentre as principais motivações:

[...] 1º – Os acordos relativos a serviços limitam a ação dos governos em todas as políticas públicas e facilitam o acesso das empresas multinacionais a todos os serviços públicos, inclusive os vinculados à educação; 2º – As condições sobre investimento concedem novos poderes às empresas de toda a América, permitindo-lhes contestar todos os regulamentos e atividades de governo e destruindo gradualmente a capacidade de todos os governos de proporcionarem previdência social e proteção à saúde de seus cidadãos; 3º – Abrem-se todos os contratos, serviços e bens públicos a licitações competitivas em que podem participar as empresas de outros países da ALCA; 4º – Eliminam-se todas as tarifas (impostos aplicados para importação e exportação) e obstáculos “não tarifários”. Um obstáculo “não tarifário”, por exemplo, pode ser uma norma de defesa do meio ambiente ou de defesa da saúde dos cidadãos; 5º – Na agricultura, eliminam-se os subsídios de exportação dos produtos agrícolas que protegem o comércio dos países da América. Pretende-se, também, disciplinar as práticas agrícolas e a definição das chamadas “medidas sanitárias ou fitossanitárias”, que incluem, por exemplo, as medidas contra os transgênicos; 6º – Os acordos da OMC serão as referências para a ALCA e, neste sentido, haverá limites quanto ao que os governos podem ou não subsidiar, sendo que estes acordos da OMC têm sido muito criticados por favorecer os países ricos. Outra área favorecida pelos acordos da OMC é a da indústria de armamentos, dominada pelos EUA; 7º – No que se refere a propriedade intelectual, privilegiam-se os direitos privados das empresas no patenteamento de plantas, animais

⁵¹⁷ “A Terceira Cúpula das Américas que se realizou em Quebec de 20 a 22 de abril de 2001 – precedida pela de Miami, em fins de 1994 e pela de Santiago, em 1998 reuniu os 34 chefes de Estado das três Américas, com exclusão de Cuba. O objetivo foi discutir o projeto de constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cuja data de implantação, marcada para 1º de janeiro de 2006, obteve, depois de algumas idas e vindas em relação a sua antecipação, consenso entre os países participantes. Contudo, a realização da “II Cúpula dos Povos”, paralela à oficial, organizada por representantes de movimentos sociais do continente, e as manifestações de rua em Quebec – cidade declarada zona militar durante três dias – e em outras cidades latino-americanas, mostrou ao Presidente George W. Bush que os assuntos hemisféricos estavam passando por um momento de extrema turbulência, maior do que há apenas alguns anos”. In: CAMARGO, Sonia. *O Canto da sereia. América Latina perante a ALCA*. São Paulo em Perspectiva, Vol. 16, nº 1, 2002, p. 94.

⁵¹⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 150, 05 a 09 de junho de 2002, (Editorial), p. 2.

e sementes, bem como sua herança genética. Neste caso, não são considerados os direitos das comunidades locais em que as descobertas ou as pesquisas foram realizadas; 8º – Aqueles serviços em que os estados latino-americanos mantêm monopólio, como no caso do petróleo brasileiro (através da Petrobrás), devem dissolver tal “barreira”, concedendo às empresas multinacionais direito de entrar em disputa, transferindo o monopólio para empresas privadas, internacionais e protegidas pela nova legislação; 9º – O acordo estabelece a criação de um juizado supranacional, que terá o poder de arbitragem sobre as disputas entre os países. Para isso, as leis dos países latino-americanos sobre saúde, relações de trabalho, previdência social, segurança de alimentos, povos indígenas, meio ambiente, etc, devem ser derrubadas. Além disso, os governos nacionais perdem totalmente a sua soberania, pois sua legislação estará condicionada aos multinacionais. Extingue-se os poderes do judiciário, do legislativo e limita-se os do executivo; 10º – Quando um país possui oferta de serviços públicos e privados, como é o caso da educação brasileira, estes setores tem obrigação de respeitar o critério da máxima liberalização e abertura ao capital estrangeiro, de forma a maximizar os lucros das empresas que investem nestes setores.⁵¹⁹

Impressionava ainda o fato de que o acordo previa que as transnacionais tinham o direito de processar os governos por “potenciais lucros não alcançados” em função da legislação nacional restritiva. Nesse sentido, a Diretoria da Entidade realizou um chamamento à comunidade universitária para participarem do plebiscito contra a ALCA, enquanto uma das ações possíveis para barrar essa política destruidora da soberania nacional.

No dia 17 de setembro de 2002, a coordenação da Campanha Nacional contra a Alca entregou aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário um Manifesto contendo os resultados do plebiscito, bem como a explicação do seu objetivo: “informar, ouvir e debater com a população a respeito da aceitação ou não da proposta estadunidense de implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas – Alca”. O resultado levado no dia da entrega ainda era parcial, mas já ultrapassava os 10 milhões de votos. A votação final divulgada oficialmente pela Campanha chegou ao total de 10.234.143 para 46.475 urnas apuradas, com a participação de 120.860 voluntários. Em relação ao número de voluntários, a soma foi depois alterada para cerca de 150 mil.⁵²⁰

⁵¹⁹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 154, 02 a 06 de setembro de 2002, (Editorial), p. 2.

⁵²⁰ SILVA, Suylan de Almeida Midlej. *“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”: A visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não-assinatura do acordo.* Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2008, p. 118. Nesse primoroso trabalho de pesquisa (p. 28), a socióloga elencou que as Entidades e os movimentos sociais que participaram da organização do plebiscito foram: Pastorais Sociais, Grito dos Excluídos e organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): Caritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Consulta Popular e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP) e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO). Além da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), Aliança Social Continental (ASC) e o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS).

Ao mesmo tempo em que o Presidente do STF, Marco Aurélio de Mello, ao receber as Entidades que organizaram o plebiscito sobre a ALCA⁵²¹, defendeu a legitimidade da consulta popular, transcorreu a reunião do Setor das IFES, que indicou as estratégias de enfrentamento acerca da Campanha Salarial Unificada, ocasião na qual foi realizada uma avaliação do plebiscito e reforçada a necessidade da participação dos docentes, bem como o trabalho nos Comitês Estaduais e Regionais, a fim de dar início às tarefas organizativas, existentes no calendário da Coordenação da Campanha Nacional contra a ALCA. A reunião do Setor das IFES determinou a necessidade de ampliar a discussão durante a Plenária Nacional da CUT, aprofundando os debates sobre a relação entre a ALCA, a Educação Pública e a Universidade Pública, no sentido de empreender esforços para a realização de um plebiscito oficial e retirar o Governo brasileiro das negociações.⁵²²

De forma geral, o incremento da precarização e o descaso do Governo com a educação brasileira em todos os níveis, face ao não cumprimento das metas do programa “Avança Brasil – Mais quatro anos de desenvolvimento para todos” – lançado por FHC quando foi candidato à reeleição em 1998 – foram percebidos pelo movimento docente como um processo natural, rumo à tentativa de privatização do ensino público. Tamanha irresponsabilidade do Executivo Federal no trato das questões educacionais e as políticas sociais a elas vinculadas foram traduzidas, por exemplo, no corte de 45% das bolsas de pesquisa na área de Ciência e Tecnologia, episódio retratado pela imprensa nacional como “penúria científica”, bem como na prática de distorções da política de financiamento da educação pública através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pelo Governo para desresponsabilizar a União de qualquer possibilidade de suplementação orçamentária à educação dos estados e municípios.⁵²³

Ao mesmo tempo e sob pressão de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ex-vice-diretor do BID em Washington, conduz o quase desmonte do “setor” federal da educação superior, congelando os recursos financeiros e salários, e não criando nenhuma IFES ao longo de dois mandatos presidenciais (1995-2002). Nesse mesmo tempo patrocinava o arcabouço jurídico – Decretos 2.207 e 2.306 de 1997 – para a legalização do “negócio” da educação superior. Nisto seguia à risca as recomendações do Banco Mundial que, mediante três documentos – *Financing education in developing countries – An exploration of policy options* (WORLD BANK, 1986), *Higher education: the lessons of experience* (WORLD BANK, 1994), e *The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms*, (WORLD BANK, 1998) –

⁵²¹ “O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?” Essa foi a pergunta do Plebiscito realizado na FURG, que reverteu o seguinte resultado: Votos favoráveis: 30 – Votos contrários: 2.386. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 156, 16 a 20 de setembro de 2002, p. 3.*

⁵²² *Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 157, 23 a 27 de setembro de 2002, p. 3.*

⁵²³ *Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 155, 09 a 13 de setembro de 2002, (Editorial), p. 2.*

disseminava algumas “teses” que respaldariam as ações de governos dispostos a dar consequência ao ajuste neoliberal no campo educacional.⁵²⁴

As práticas sindicais empreendidas por largas parcelas do movimento docente em defesa dos interesses da categoria, dos trabalhadores e da população brasileira, sobretudo na manutenção e valorização dos serviços públicos essenciais, com ênfase na Educação Superior e demais níveis, passaram a percorrer e vislumbrar o contexto da campanha eleitoral para a presidência da República, que ocorreria entre os meses de agosto e outubro, mediante a gradativa construção da mobilização grevista em torno da campanha salarial.

Após o resultado do Primeiro Turno da Eleição, ficou evidente a rejeição da continuidade do projeto social e econômico do Governo de FHC por parte da população brasileira, quando a oposição, representada pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, obteve a maior votação em 23 dos 26 estados da Federação. A insatisfação da maioria do eleitorado com os rumos tomados pelo país, especialmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em parte, se deu por conta da fragilidade do país frente às instabilidades externas, porém, fundamentalmente, devido às altas taxas de desemprego e à manutenção de desigualdades sociais.⁵²⁵

A Diretoria da APROFURG chamou a atenção dos docentes para a pluralidade do quadro político brasileiro, a partir dos resultados das eleições, afinal, dos treze estados que definiram seus governadores, em sete obtiveram vitória candidatos da “legenda de esquerda” ou de “oposição ao atual governo federal”. “Nas Assembleias Legislativas dos estados dos cinco maiores colégios eleitorais (SP, MG, RJ, BA e RS), 19% das cadeiras pertenciam ao Partido dos Trabalhadores, consolidando-se na maior bancada em SP, MG e RS”. “Na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores, sozinho, obteve 91 deputados, tornando-se a maior bancada e a terceira força no Senado Federal, com 14 parlamentares”.

Sem garantias de que a oposição teria condições imediatas e pacíficas de confirmar suas propostas de governo, uma vez que a herança do Governo FHC de legislações e acordos aprovados para períodos que adentram o governo de seus sucessores – Lei de Responsabilidade Fiscal, acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional e a Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2003 –, causando impactos negativos aos trabalhadores, em especial aos servidores públicos, couberam duas tarefas imediatas: “estabelecer acordos e alianças com objetivo de conquistar maiorias parlamentares que viabilizem a definição de suas políticas”, lutar pelo cumprimento do Termo de Acordo da Greve de 2001 e buscar propostas alternativas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA/2003), que, se não fosse modificado, inviabilizaria a possibilidade de reajustes salariais aos servidores públicos federais para o próximo ano.⁵²⁶

Com a pesquisa científica em queda vertiginosa no país, segundo resultados de um estudo coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e as análises efetuadas pelo Grupo Temático de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, que ofereciam um parecer avaliativo acerca da aproximação e compromisso dos candidatos à presidência do país com relação

⁵²⁴ SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?* Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 133, out.-dez., 2015, p. 873.

⁵²⁵ Cf. CARREIRÃO, Yan. *A Eleição Presidencial de 2002: Uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.º 22, 2004, p. 181.

⁵²⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n.º 158, 14 a 18 de setembro de 2002, (Editorial), p. 2.

às propostas defendidas pelo Sindicato e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a Diretoria da APROFURG comunicava aos seus sindicalizados que,

[...] Embora as duas propostas sejam preocupantes, elas não podem ser colocadas no mesmo patamar de comparação. O projeto do candidato José Serra deixa claro que pretende dar prosseguimento às propostas do governo FHC. Isso é evidente, inclusive, na superficialidade e na não explicitação clara de seu projeto para a universidade pública. No que se refere ao programa do candidato Lula, na avaliação do GTPE, “são as propostas que mais se distanciam das políticas educacionais do governo FHC, embora Lula não chegue a um cumprimento de fato. Têm, como premissa, um diagnóstico crítico dos oito anos de gestão Paulo Renato. Neste sentido, elas se aproximam das posições defendidas pelo ANDES-SN ao longo deste período”. Porém, o fato de ser próxima não deixa de apresentar propostas que não são conflitantes com aquilo que defendemos. Neste sentido, a necessidade de mobilização e organização do movimento docente torna-se, ainda, fundamental para que possamos, minimamente, garantir as possibilidades de que o nosso projeto de universidade pública seja mantido. A mobilização será no sentido de aprofundarmos a análise sobre os pontos conflitantes do projeto vencedor na eleição que acontecerá no próximo fim de semana, bem como estabelecendo interlocuções com os autores políticos responsáveis pelos referidos projetos de universidade. Temos expectativas de que as possibilidades de interlocuções sejam maiores. No entanto, para que isso efetive-se, será necessário que esta discussão esteja amadurecida em ações pensadas e articuladas. Independente do presidente eleito no próximo final de semana, o projeto e a luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada deve continuar. Professores unidos para não apagar o Brasil!⁵²⁷

No momento em que se definia a presidência do Brasil e a configuração das forças políticas nos Estados e no Parlamento (Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado), docentes, estudantes e demais servidores públicos federais vivenciavam uma conjuntura adversa no interior das universidades, proveniente do desmonte dos serviços públicos, na qual a compreensão gerada pelos oito anos sem reposição das perdas salariais e a quebra dos acordos firmados ao fim da última greve dos SPF e dos docentes das IFES ressaltavam a pauta urgente a ser cumprida pelo novo governo de recuperação dos serviços públicos em todas as suas esferas e da valorização dos seus trabalhadores, no âmbito da “manutenção ou retomada dos direitos sociais do conjunto da população brasileira, prejudicada com a falência da educação, da saúde, da habitação, do saneamento”, entre outros tantos serviços essenciais.

Situados plenamente na luta mais ampla dos trabalhadores, na qual se insere os servidores públicos, o movimento docente propunha iniciativas unitárias com as demais categorias. “Face à crise do país, os trabalhadores não podem aceitar nenhuma solução que implique a ampliação de suas perdas, a renúncia de suas reivindicações ou o abandono de seus métodos de luta, inclusive a greve como um de seus instrumentos”.

⁵²⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 159, 28 de setembro a 01 de outubro de 2002, (Editorial), p. 2.

“As saídas de que necessitam os trabalhadores e o país são aquelas que, ao contrário, resgatem e ampliem os direitos e as conquistas do povo”.

Continuamos considerando que as classes dominantes, que sempre se beneficiaram do caos a que conduziram o país, é que devem pagar pela crise. Não se coloca, do ponto de vista dos trabalhadores, nenhum acordo plenamente permanente, pacto ou trégua que visem a fazer cair nas costas de nossa classe, totalmente ou em parte, o ônus da situação criada pelo atual governo, a serviço dos interesses do imperialismo. O governo de FHC atrasa o repasse de verbas para as universidades federais e demais IFES. Há quatro meses o duodécimo (1/12) do orçamento das universidades não é repassado e seus recursos próprios estão bloqueados. Além disso, a “Emenda ANDIFES”, que previa R\$ 90 milhões, ainda não foi executada. A expansão de vagas discentes nas IFES tem sido pífia – pouco mais de 1% ao ano, no período FHC. Mas cresceram as contratações de docentes substitutos, atenuadas apenas no período eleitoral, em flagrante violação de acordos feitos com o MEC para abertura de concurso pelo RJU. Outros componentes do Termo de Acordo de Greve simplesmente não foram cumpridos integralmente... Em relação ao funcionalismo público federal, a previsão orçamentária para 2003 não contempla o atendimento das reivindicações salariais emergenciais e, muito menos, a recuperação de perdas históricas. As tentativas de flexibilizar os artigos da Constituição Federal, remetendo-os para leis menores, ameaçam a autonomia universitária, o pleno direito de greve, bem como a independência do judiciário, por meio de reformas que estão sendo monitoradas pelos organismos internacionais – BM e FMI. Alterações na CLT, em especial seu Artigo 618, em tramitação no parlamento, preveem, em nome da reforma trabalhista, a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. A defesa, hoje reconhecidas reivindicações da classe trabalhadora, exige a continuidade da construção histórica da independência sindical bem como da ampliação e unidade da classe trabalhadora. O que está sendo posto continua sendo o enfrentamento das relações perversas entre o Estado, capital e trabalho, as quais se configuram em políticas de Estado, as medidas necessárias para a hegemonia das falidas políticas de perfil compensatório. Nesse sentido, compreendemos serem responsabilidade do Estado e direito da cidadania, os serviços públicos (saúde, alimentação e nutrição; educação; habitação; transportes; saneamento; segurança; cultura e lazer), fundamentais para a organização e estruturação da sociedade em um sentido democrático e igualitário, capaz de garantir condições de sobrevivência e bem-estar de seus membros. Com base em tais reivindicações, mantendo, portanto, a autonomia e independência sindical, o ANDES-SN se propõe a enfrentar, com o conjunto de trabalhadores, as causas que tornam o Brasil uma nação subserviente e submissa aos ditames do imperialismo, tendo, como horizontes, a construção do socialismo.⁵²⁸

Com a notícia de que o recém-eleito, porém ainda não empossado, Governo do Partido dos Trabalhadores tinha pretensões de avançar nas negociações para a criação da ALCA, apesar das duras críticas tecidas pelo futuro Presidente Luiz Inácio Lula

⁵²⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 160, 04 a 08 de novembro de 2002, (Editorial), p. 2.

da Silva em relação aos Estados Unidos durante toda campanha eleitoral⁵²⁹, a Diretoria da APROFURG manteve uma postura simpática, porém vigilante e independente em relação às suas ações, salientando a necessidade de participação do movimento docente na condução firme de suas pautas.

A luta contra a ALCA, percebida enquanto fundamental para a garantia da independência e autonomia do país, esteve assentada nas tarefas que foram deliberadas no 21º Congresso do ANDES-SN, reafirmadas e atualizadas no 45º CONAD, dentre elas a intensificação da participação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior como protagonista das ações políticas que se desenvolviam nos Fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação e no Fórum contra a ALCA. As ações compreendiam ainda a promoção no âmbito do ANDES-SN da realização de debates, seminários e encontros de abrangências internacional, nacional, regional e local sobre a ALCA, a reforma do Estado sob a égide da ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical, aprofundar a discussão sobre a mercantilização da educação e a relação entre a ALCA, a educação pública e a universidade pública, bem como discutir, na Plenária Nacional da CUT, a sua participação na Campanha do Plebiscito da ALCA, empreendendo esforços para a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA.⁵³⁰

A trajetória do ANDES-SN e suas Seções Sindicais, ao longo de mais de duas décadas de atuação em defesa dos interesses da categoria docente e dos trabalhadores brasileiros, fizeram com que o Ministro Francisco Fausto do Tribunal Superior do Trabalho (TST) classificasse a Entidade “como modelo para reforma sindical no país”. O Presidente do TST afirmou que “O ANDES dá um exemplo de ética e de bom senso quando opta por devolver os valores relativos ao imposto sindical. Esse é o posicionamento que o TST considera ideal como ponto de partida para reformulação do movimento sindical brasileiro”, sendo assim “O ANDES-SN mostra que é possível a uma entidade manter-se apenas por meio da vontade de seus associados, posição que somente os sindicatos representativos realmente fortalecidos conseguem adotar”.⁵³¹

Logo após assumir a Presidência da República em 1º de janeiro de 2003, os primeiros dias do Governo Lula ficaram marcados pelo anúncio de uma ambiciosa proposta de Reforma da Previdência. A reação imediata da Diretoria da APROFURG foi repercutida no veículo de imprensa da Entidade, tendo em vista a radicalidade da reforma do regime previdenciário que seria aplicado aos servidores públicos.

Em linhas gerais, dentre as principais diferenças apresentadas em relação à proposta anterior, pelo Ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini, enquanto no projeto de FHC, as regras valeriam para aqueles que ingressaram no serviço público a partir da publicação da Lei, na proposta do Governo Lula, a reforma teria validade para os funcionários em atividade e para os militares. Além do mais, seria feita através de Emenda Constitucional e não mais Projeto de Lei, como encaminhado anteriormente.

⁵²⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 161, 11 a 15 de novembro de 2002, p. 3.

⁵³⁰ Cf. Resoluções do 45º CONAD. Relatório do Tema I – Avaliação do Plano de Lutas. II – Plano Geral de Lutas do Sindicato. 45º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – Belém (PA), 1º a 3 de novembro de 2002, p. 49.

⁵³¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 165, 09 a 13 de dezembro de 2002, p. 3.

Nesse novo sistema previdenciário, o servidor público contribuiria para o INSS e receberia o valor referente ao teto do benefício, igual ao trabalhador da iniciativa privada. A proposta do Governo Lula ainda previa que o servidor público ativo teria uma parte de sua aposentadoria integral garantida, porém proporcional ao tempo de contribuição, o que, segundo a proposta governamental, consistia no “respeito ao direito adquirido”. O valor provável para o teto da aposentadoria, tanto para os trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores públicos, seria de R\$ 2 mil e a contribuição previdenciária de 20% do salário sofreria redução aos mesmos percentuais pagos pelos trabalhadores da iniciativa privada, que variam de 7,65% a 11%.

O Servidor Público Federal poderia ingressar no fundo de pensão, custeado por contribuições paritárias do trabalhador e da União, “no sistema um real por um real”. A proposta do Governo previa um limite para contribuição da União. Tais regras valeriam para todos os servidores públicos da União, estados e Municípios, que passariam a ter uma aposentadoria básica, conforme o teto do INSS, ou seja, caso as medidas entrassem em vigor, todos passariam a contribuir para o INSS, e uma parcela das aposentadorias dos servidores estaduais e municipais passaria a ser paga pelo INSS. Essa parcela seria crescente, até que toda aposentadoria básica desses funcionários fosse feita pelo INSS.

Diante das manifestações iniciais do Ministro Ricardo Berzoini, a Diretoria da APROFURG evidenciava que a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora continuaria com contornos contundentes e difíceis de serem enfrentados, afinal, o embate ocorreria em “um cenário bastante ruim e injusto, qual seja trabalhar no sentido de não colocar em conflito parcelas da classe trabalhadora, fazendo com que demais categorias não vissem a aposentadoria integral como um privilégio, mas como um direito de pessoas de todas as classes, projetando um enfrentamento às propostas governamentais e deixando explícito que “direitos adquiridos” são aqueles que atendem aos interesses e às necessidades da classe trabalhadora e não os do capital.⁵³²

A fundamentação política que respaldava a proposta e justificava as novas regras para a aposentadoria, conforme argumento apresentado por Ricardo Berzoini, consistia no “direito acumulado” versus o “direito adquirido”. Em sua avaliação, o conceito de “direito acumulado”, utilizado no regime de transição, preservava o direito adquirido pelo servidor, ou seja, seria preservado o benefício a que ele tem direito pelas regras atuais até a entrada em vigor da nova lei. Ao longo dos últimos anos, a tese do direito adquirido sempre foi o principal obstáculo para as propostas de reforma previdenciária do serviço público, sobretudo para aquelas que se pautavam pela suspensão de direitos que foram adquiridos com muita luta e mobilização.⁵³³

Após o Ministro da Previdência anunciar o plano de reforma no sistema de Seguridade Social que se estruturava, basicamente, na eliminação do direito dos Servidores Públicos de terem acesso à aposentadoria integral, as relações entre a Universidade e o Governo Federal pareciam distantes de se tornarem amistosas. Na avaliação da Diretoria da APROFURG, quando muitos esperavam e acreditavam que a Universidade retomaria sua essência pedagógica e científica, o movimento docente da FURG acabou constatando que continuariam lutando, prioritariamente, pela sua sobrevivência. Outro aspecto

⁵³² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 166, 13 a 17 de janeiro de 2003, (Editorial), p. 2.

⁵³³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 167, 27 a 31 de janeiro de 2003, (Editorial), p. 2.

relevante que dificultou as relações entre o movimento docente e o Governo Federal foi o encaminhamento político, por parte de Ricardo Berzoini, de centralizar as discussões e os debates dos problemas da Universidade com as administrações, especificamente com os reitores, sonegando a participação dos legítimos representantes da comunidade universitária brasileira, ou seja, os sindicatos docentes e o movimento estudantil.

A proposta governamental de reforma previdenciária, concretizada através do Projeto de Lei Complementar nº 9 de 16 de março de 1999 (PLP 9/99), foi o fato mais incisivo, no que se referia especificamente aos docentes da FURG e criou grande instabilidade na Universidade. A Diretoria da APROFURG afirmava que “o real motivo da reforma previdenciária foi exposto neste último dia 17 de março, quando foi publicada no *site* do Ministério da Fazenda a Carta de Intenções do Governo Federal junto ao FMI, emitida no dia 28 de fevereiro deste ano”.

A APROFURG denunciava que o Governo se responsabilizava em cumprir e reforçar a estabilidade macroeconômica, colocando a Reforma Tributária e da Previdência como garantias para o cumprimento das metas econômicas firmadas junto ao Fundo Monetário Internacional visando à manutenção do pagamento da Dívida Externa, utilizando o aumento nos lucros advindos dos recursos da Seguridade Social e o aumento na arrecadação de impostos como garantia na negociação com o FMI.

Tendo em vista que os recursos arrecadados em 2001, através de impostos e contribuições destinadas ao financiamento da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), totalizaram R\$ 161 bilhões, descontados todos os investimentos da União em todas as áreas, inclusive no pagamento das aposentadorias dos setores privado e público, totalizando R\$ 143 bilhões, restou um superávit de 17 bilhões de reais. Esse superávit, que deveria ser investido em políticas sociais (habitação saneamento, segurança), como determina a legislação, foi desviado para o pagamento dos juros da dívida externa.

O mecanismo de desvio dos recursos da Seguridade Social para o pagamento da dívida externa foi possível através do Fundo Social de Emergência (FSE), viabilizado através da lei de Desvinculação de Receitas da União (DRU). Além do que, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), criada para recolher fundos para a promoção da saúde pública, acresce ainda maior valor ao superávit da Seguridade Social, aumentando seu lucro que estava comprometido com o pagamento da “eterna dívida externa”. Os desvios, segundo cálculos de especialistas do ANDES-SN, chegavam a R\$ 30 bilhões por ano.

Sendo assim, no parecer da Diretoria da APROFURG, a economia dos recursos advindos dos cortes na aposentadoria dos servidores públicos federais, tachados como os principais responsáveis pelo suposto déficit, passaria a ser a moeda de troca para o Governo negociar e fechar acordos com o FMI. Por essa razão, a Plenária dos Servidores Públicos Federais deliberou pelo indicativo de greve no dia 8 de abril, contra o PLP 9/99⁵³⁴, exigindo que o Executivo Federal arquivasse o Projeto de Lei e ampliasse o debate com a sociedade acerca da “construção de uma Seguridade Social Pública, Universal, por repartição e com a integralidade dos salários para todos os trabalhadores”.⁵³⁵

⁵³⁴ O Projeto de Lei Complementar nº 9, de 13 de março de 1999, dispunha sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, regulamentando o disposto nos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

⁵³⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 169, 31 de março a 04 de abril de 2003, (Editorial), p. 2. Além de Denise

Frente ao contexto verificado, os delegados das seções sindicais do ANDES-SN, reunidos no 22º Congresso, votaram favoráveis à greve em caso de tramitação do PLP 9/99, que instituiria a Previdência Privada complementar para os servidores públicos federais, estaduais e municipais.⁵³⁶ Após o Congresso do ANDES-SN, as Seções Sindicais realizaram uma rodada de Assembleias Gerais para deliberarem o indicativo de greve. Na reunião do Setor das Federais, realizada alguns dias depois, estiveram presentes 27 Seções Sindicais, destas, 13 haviam realizado Assembleias para apreciação do indicativo de greve e 14 delas aprovaram o indicativo deliberado pelo Congresso do ANDES-SN.⁵³⁷ A APROFURG realizou Assembleia Geral e aprovou um indicativo de greve de 24 horas no Dia Nacional de luta contra o PLP, bem como greve por tempo indeterminado, caso o Projeto entrasse em votação no Congresso.⁵³⁸

Durante a paralisação de 24 horas no Dia Nacional de Luta contra o PLP, a Seção Sindical dos Docentes da FURG, APTAFURG e funcionários da Justiça do Trabalho realizaram um ato público e pedagógico no Largo Dr. Pio, quando distribuíram panfletos e esclareceram à comunidade rio-grandina suas contrariedades em relação ao Projeto da Reforma da Previdência. Com 90% dos servidores da Universidade aderindo à paralisação, destes, 98% docentes, a Presidente da APROFURG, Méri Rosane da Silva, afirmou que a retomada dessa prática foi simbólica, afinal, demonstrava que, apesar de ter mudado o Governo, a categoria precisava das mesmas estratégias de luta porque “o ataque aos direitos dos trabalhadores continua”.⁵³⁹

Em nova Assembleia Geral, os docentes da FURG reafirmaram o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir da segunda quinzena de junho, com paralisação de 48 horas prevista para os dias 14 e 15 de maio. Entre as deliberações estratégicas do movimento docente foi definida a participação da Diretoria da APROFURG em programas nas rádios AM e FM do Município, bem como o encaminhamento de convites aos deputados federais do Rio Grande do Sul ou representantes de bancadas para debates a respeito da Reforma Previdenciária e o envio de telegramas, e-mails, cartas e visitas aos parlamentares de cada estado da Federação, como forma de pressioná-los para votarem contra a Reforma da Previdência.⁵⁴⁰

Durante os dois dias, a Comissão Nacional de Mobilização (CNM) do ANDES-SN entregou aos deputados um documento contrário à Reforma, com o intuito de fornecer subsídios para a compreensão e estímulo ao debate acerca do PLP. Na FURG, a paralisação

Veiga, a partir da Edição nº 169, o Setor de Imprensa da APROFURG passou a contar com a jornalista Raquel Carlucho na produção e organização do conteúdo publicado no *Pó-de-Giz*.

⁵³⁶ Cf. Carta de Teresina. Relatório Final do 22º CONGRESSO do ANDES – Sindicato Nacional, Teresina (PI), 8 a 13 de março de 2003, p. 89 a 91.

⁵³⁷ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 170, 07 a 11 de abril de 2003, p. 4.

⁵³⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 24/04/2003, p. 1.

⁵³⁹ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 175, 14 a 18 de abril de 2003, p. 4.

⁵⁴⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 12/05/2003, p. 1.

de 48 horas acabou contando com a adesão de mais de 90% dos professores e técnicos administrativos.⁵⁴¹

Concretizando movimentos indiciários de que as mobilizações rumavam em direção à greve, o Setor das Federais do ANDES-SN indicou o dia 25 de junho como data para a deflagração do Movimento Nacional contra a Reforma da Previdência. Na FURG, um dos pontos de pauta da Assembleia Geral da APROFURG, realizada em 29 de maio, foi a adesão da Seção Sindical à Greve Nacional dos Servidores Públicos. Os docentes presentes aprovaram a manutenção do indicativo de greve, bem como que o Setor das Federais do ANDES definisse imediatamente uma data para a deflagração da greve enquanto forma de luta, independente dos demais servidores, pois a compreensão das demais categorias estava aquém da realidade e da gravidade da situação vivenciada.⁵⁴²

Enquanto o Comando Nacional de Mobilização do ANDES-SN passou a organizar estratégias de construção e participação dos professores em uma greve nacional contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 40 (PEC-40)⁵⁴³, que estava em tramitação no Congresso Nacional, a reunião do Setor das Federais do ANDES-SN confirmou o dia 25 de junho para a data de deflagração da greve. FASUBRA, SINASEFE, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO), SINTRAJUFE e a UNE também estavam com indicativo de deflagração do movimento na mesma data.

Em seguida, a Plenária dos Servidores Públicos Federais acabou aprovando a realização de Greve Nacional contra a Reforma da Previdência. ANDES-SN, SINASEF, FENAJUF, FENASPS, UNAFISCO, CONDISEF, ASSIBGE e FASUBRA deliberaram os seguintes encaminhamentos: envio de uma carta dos servidores públicos federais aos congressistas da CUT, esclarecendo sobre a Reforma da Previdência e solicitando seu posicionamento pela retirada da PEC-40, sugerir aos congressistas que lutem para que a CUT convoque uma greve geral de luta contra a Reforma da Previdência e remeter

⁵⁴¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 176, 19 a 23 de abril de 2003, capa.

⁵⁴² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 29/05/2003, p. 1.

⁵⁴³ A PEC-40 propunha modificação nos Artigos nº 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal e no Artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Em resumo, as principais consequências criadas pela PEC-40 aos servidores públicos federais que haviam adquirido direito à aposentadoria até a data da Emenda, inativos ou não: 1 – preservam o direito de paridade; 2 – incide na contribuição previdenciária com isenção até R\$ 1.058,00; 3 – contribuição previdenciária com alíquotas mínimas de 11%; 4 – incide no teto remuneratório do inciso XI do artigo 37 da Constituição; 5 – as pensões serão integrais. Para aqueles que ingressassem no serviço público até a data da edição da PEC-40, mas que iriam adquirir direito à aposentadoria durante a vigência das novas regras: 1 – valem todas as regras novas, exceto o regime complementar que se aplicaria somente mediante expressa opção pessoal de cada servidor; 2 – contribuição previdenciária com alíquota de no mínimo 11%; 3 – incidiria na contribuição previdenciária sobre os inativos; 4 – limite de isenção da contribuição previdenciária sobre aposentadoria e pensões até o valor de R\$ 2.400,00; 5 – pensão de 70% do valor da aposentadoria; 6 – fim da integralidade e da paridade. Para aqueles que ingressarem no serviço público após a edição da PEC-40: 1 – valeriam todas as novas regras, inclusive os regimes complementares (desde que criados); 2 – alíquota mínima de 11%; 3 – limite de isenção dos inativos e pensionistas R\$ 2.400,00. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 179, 09 a 13 de junho de 2003, p. 3.

correspondência aos congressistas da UNE, contendo esclarecimentos sobre a greve.⁵⁴⁴ O alinhamento de diversos sindicatos com o Governo Federal, entre eles a CUT, causava grande preocupação entre o movimento docente nacional, o que foi manifestado pelos sindicalistas durante as Assembleias da APROFURG.

A frustração com o Governo Lula e a avaliação de que a deflagração de uma ação grevista, prevista para o dia 8 de julho, tendo como eixos de luta a defesa da Previdência Pública e a retirada da PEC-40, era a única forma possível de barrar o projeto governamental entendido como um “projeto de destruição da sociedade brasileira”, acabaram agravadas diante do contexto adverso vivenciado pelos trabalhadores brasileiros e funcionários públicos, em razão do posicionamento da CUT diante dos impasses.

Durante o 45º CONAD, Agnaldo Fernandes, membro da executiva Nacional da CUT, que integrava um grupo que se opunha à Reforma Previdenciária, avaliou que, “apesar da grande vitória que a classe trabalhadora teve com a eleição de Lula, as transformações não estão apontadas com a perspectiva dos trabalhadores”. Agnaldo destacou que há uma tentativa em curso na CUT de dividir o movimento dos servidores e que era preciso manter a unidade e a firmeza na condução da luta. Ele acreditava que a batalha deveria ser travada dentro da CUT, no sentido de resgatar o compromisso histórico da Central com os trabalhadores. “O melhor caminho para dar resposta à maioria da Central Única é realizar uma grande greve no dia 8 de Julho”.

O contraponto foi a participação do Presidente da CUT do Espírito Santo, José Carlos Pigatti, que disse estranhar ver “coincidência entre o discurso da extrema-esquerda com o da extrema-direita” e que “não devemos fazer palanque para a direita”. Pigatti afirmou que era preciso combater os “privilégios”, afinal havia pontos da Reforma da Previdência que precisavam ser debatidos, melhorados e ampliados e que “o Governo Federal é nosso aliado”. Acabou amplamente vaiado pelos docentes, que, em seguida, entoaram o refrão “CUT, presta atenção, essa reforma é privatização”.

O Presidente do ANDES-SN, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, ressaltou que o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi uma das poucas organizações que não apoiou candidatura à Presidência da República. Sobre a Reforma da Previdência, perguntou: “A quem interessa essa reforma, a não ser a banqueiros, ao Banco Mundial, ao FMI e a alguns segmentos do sindicalismo que estão ávidos pela oportunidade de participarem individualmente do controle dessa montanha de dinheiro?”. Lucas ainda afirmou que a Diretoria da CUT estava tomando uma postura de desagregação da classe trabalhadora. “A partir deste momento, é natural que haja iniciativa de ruptura, no sentido da criação de uma nova Central”. Porém, ressaltou que ainda acreditava na possibilidade de mudança de postura da CUT e que “jamais seria a favor de uma central dos Servidores Públicos. Isso é incompatível com a nossa concepção de solidariedade entre os trabalhadores”.⁵⁴⁵

Uma semana após o início da greve dos Servidores Públicos Federais⁵⁴⁶, os docentes da FURG realizaram Assembleia Geral na qual deliberaram pela paralisação de três dias (16, 17 e 18 de julho). Enquanto isso, uma reunião do Diretório Nacional

⁵⁴⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 178, 02 a 06 de junho de 2003, p. 3.

⁵⁴⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 182, 30 de junho a 04 de julho de 2003, p. 3.

⁵⁴⁶ A greve teve duração de 36 dias (08/07 a 13/08) e contou com a participação de 35 IFES, resultando na aprovação da PEC, com modificações que evitaram maiores prejuízos a classe trabalhadora brasileira.

do Partido dos Trabalhadores ratificava “que fechou questão a favor da aprovação das propostas de reformas Tributária e da Previdência”. O Presidente do PT, José Genoíno Neto, afirmou que a “espinha dorsal” da proposta previdenciária não seria alterada e “assinou favorável à integralidade das aposentadorias, mas não admitiu a paridade de reajuste para servidores ativos e inativos”.⁵⁴⁷

No período de discussão sobre a adesão ou não à greve por parte dos docentes da FURG, o papel da Diretoria da Seção Sindical foi muito questionado. Segundo o Regimento da APROFURG, era de competência da Diretoria “cumprir e fazer cumprir as resoluções da Assembleia Geral, dando ampla divulgação às suas deliberações e informando os resultados a todos os sindicalizados”. No entanto, a função da Diretoria, embora de caráter executivo, não se limitava a encaminhar o que foi deliberado pelas suas instâncias máximas, ou seja, as Assembleias Gerais da base da categoria, pois cabia à equipe diretiva da Seção Sindical o compromisso político de apontar os encaminhamentos e o plano de lutas que deveriam ser assumidos e deliberados pela base.

A Diretoria da APROFURG chegou a essa conclusão em razão do esgotamento de todas as demais possibilidades “de demover o governo de encaminhar e aprovar o seu projeto de reforma da Previdência, pois os servidores públicos principalmente os federais, desde a campanha eleitoral para presidência já tinham mantido contato com equipe de campanha do atual presidente”. Além disso, salientou a necessidade de revisão da proposta de Reforma da Previdência apresentada nos documentos que explicitavam o Programa do Governo, pois atentavam “contra os princípios básicos de manutenção de direito da classe trabalhadora de ter uma Previdência Pública, Universal, Solidária e por Repartição”.

Inúmeras reuniões foram realizadas após a eleição presidencial, tanto com equipe de transição quanto com a de futuros ministros, oportunidades nas quais a mesma preocupação foi aventada pelos trabalhadores, “destacando o quanto uma reforma previdenciária nos moldes em que estava sendo apresentada era lesiva aos servidores públicos, à sociedade brasileira e à concepção de Estado democrático”. Depois da posse de Lula, novas tentativas foram feitas, porém o Governo se mostrou intransigente e retomou o PLP 9/99, atacando os servidores públicos, bem como a PEC-40, protocolada na Câmara dos Deputados, o que representou o maior ataque aos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira.

Os ataques adquiriram contornos ainda mais invasivos quando o documento assinado pelo atual Governo com o FMI colocou a Reforma da Previdência e a Tributária como garantias de mais um empréstimo a ser liberado. Dado a intransigência e a celeridade com as quais o Executivo Federal impunha o processo de tramitação e votação da Reforma da Previdência, evitando qualquer forma de debate com a sociedade, não restou alternativa ao movimento sindical, se não a deflagração de greve.

Assim sendo, em comum acordo com a avaliação dos demais trabalhadores, a Diretoria da APROFURG encaminhou os indicativos de greve, em unidade com o Setor Público Federal, “entendendo que não pode se imiscuir de sua tarefa de indicar a direção política a seus sindicalizados, para que estes deliberem de forma responsável e consequente”. Nesse sentido, admitia que a tarefa política da Diretoria de sindicato não se “limita a encaminhar aquilo que é deliberado pela sua instância máxima que são as Assembleias Gerais, compromisso este que é cumprido à risca e com a maior dedicação,

⁵⁴⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 184, 14 a 18 de julho de 2003, (Editorial), p. 2.

mas se completa e se efetiva com o compromisso de indicar a direção política”, que deve ser assumida pelo movimento docente da FURG.⁵⁴⁸

No momento de acirramento das tensões por parte dos servidores e o Governo, em nova Assembleia Geral, os docentes da FURG aprovaram o indicativo de greve para o dia 30 de julho, com 50 votos a favor, 37 contrários e nenhuma abstenção, bem como a indicação do Professor Manoel Luís da Cruz como delegado da APROFURG no Comando Nacional de Greve.⁵⁴⁹

A instauração da crise entre o Governo Lula e o conjunto das diferentes categorias laboriosas, que motivaram a deflagração da Greve Unificada dos SPF contra a Reforma da Previdência, apontaram para caracterização de um marco histórico do sindicalismo docente, que abriu um novo ciclo de organização interna, no qual as experiências compartilhadas, em virtude do ímpeto governista na obtenção da confiança dos setores empresariais, através da retirada de direitos trabalhistas e do posicionamento da CUT frente à Reforma da Previdência, aguçaram tensões políticas e ideológicas, fomentando ainda mais o encaminhamento de uma cisão no campo da organização sindical brasileira.⁵⁵⁰

Ao término da greve por parte dos docentes da FURG em 28 de agosto⁵⁵¹, menos de um mês desde sua deflagração, a Diretoria da APROFURG afirmou que o Governo Lula agiu de forma insensível e irresponsável ao impor um modelo inadequado à cultura e à estrutura econômica, demográfica e previdenciária nacional. Na avaliação dos sindicalistas, as alterações feitas na PEC-40 pela Câmara dos Deputados contribuíram parcialmente com o projeto inicial, pois, além de desfigurar a paridade, manteve a redução de salários dos aposentados (desconto) e das pensões, criando “uma situação de não isonomia quanto aos direitos dos atuais servidores e os dos novos admitidos, que, praticamente, serão obrigados a aderir a um fundo de pensão”.⁵⁵² Em seguida, foi publicado no Editorial do Pó de Giz o texto da Diretoria do ANDES-SN, contendo um panorama geral do movimento sindical docente e suas relações com o Governo e a Central Única dos Trabalhadores.

Coloca-se a luta pela reafirmação do sindicato como a Instância legítima de organização da Luta dos Trabalhadores, pois este momento peculiar da história da luta de classes no Brasil faz-nos defrontar com um elemento novo: a relação das entidades sindicais com um governo de coalizão presidido por um ex-dirigente sindical. A história do movimento dos Trabalhadores do mundo contemporâneo indica-nos que há uma tendência a entrelaçar entidades do movimento com instituições do governo e dos patrões comungando projetos idênticos. Corre-se o risco

⁵⁴⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 185, 21 a 25 de julho de 2003, (Editorial), p. 2.

⁵⁴⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 28/07/2003, p. 1.

⁵⁵⁰ MIRANDA, Kênia Aparecida. *As lutas dos trabalhadores da educação: Do Novo Sindicalismo à Ruptura com a CUT*. Tese de Doutorado em História: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, Rio de Janeiro – Niterói, 2011, p. 301.

⁵⁵¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 26/08/2003, p. 1.

⁵⁵² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 187, 1º a 05 de setembro de 2003, (Editorial), p. 2.

de perder a autonomia do movimento o que pode se espalhar por diversas entidades representativas de classe. O exemplo mais categórico foi a posição assumida pela CUT que acabou por se subordinar a política governamental, chegando ao limite de ter seu presidente ungido pelo atual presidente da república. Isso se reflete num claro recuo na política de ação da Central Sindical que, no marco do enfrentamento dos projetos, vive o conflito entre adesão e a autonomia frente ao governo. O significado do substitutivo da PEC 40/03, aprovado na Câmara Federal, para a nossa vida de trabalhadores do serviço público e de todos os trabalhadores da sociedade brasileira, deve ser debatido em todos os aspectos, departamentos, salas de aula e grupos de pesquisa. Mas nunca assumindo a fragmentação e a descaracterização do nosso lugar no mundo do trabalho, pressuposto da ação política e sindical, o que consagraria a passividade diante do ataque desfechado pelo governo em nome do capital. Não nos deixamos enganar pela ideologia do fim (Fim da História, do trabalho, do estado, da Nação, dos sindicatos classistas e de luta). Essa modernização conservadora, em tempo de reforma do neoliberalismo lulista se efetiva nas blindagens que estão sendo executadas pelo governo para tranquilizar o mercado e garantir a governabilidade. Não nos dobremos a fórmula simples de supor como nova a mais clássica prática capitalista: os trabalhadores e a de dismantelar suas organizações facilitando a eliminação de suas conquistas sociais. Os ganhos políticos dessa greve devem ser encarados como elementos constitutivos de nossas lutas anteriores em defesa dos serviços públicos e, em especial, da universidade pública. Àqueles que se renderam a lógica da privatização interna e acusam o movimento de ser corporativo (governos, empresários e sindicalistas chapas brancas), ou de não ter obtido ganhos nessa greve (governistas envergonhados), cumpre lembrar que foi por meio das greves que foram obtidas as conquistas históricas da mais alta relevância para a consolidação de um sistema público de ensino superior de excelência, faz como garantia da responsabilização do estado no financiamento das instituições de ensino superior, visando a manter o caráter público gratuito e socialmente referenciado dessas instituições; estabelecimento de um plano único de cargos e salários; isonomia salarial entre ativos e aposentados; isonomia entre as instituições federais de ensino superior; aposentadoria integral; realização de concursos públicos de provas e títulos; gestão democrática das instituições de ensino superior, entre outras. Este legado político da história do movimento não pode ser esquecido sob pena de sucumbirmos a sombria conjuntura da mercantilização de todas as instâncias da vida social que caminha, a passos céleres, de forma avassaladora, contaminando cada vez mais a nossa conduta profissional e ética. Os fatos demonstram que a extensão da crise do capital é estrutural e conjuntural. A Evidente resistência mundial a política destrutiva do imperialismo, que invade Nações e destrói a soberania e autodeterminação dos povos, as constantes, frequentes e cada vez mais amplas manifestações da classe trabalhadora em suas Organizações e formas de luta demonstram: a saída é ganhar as ruas, unificados. Não é no nosso caminho levar propostas para serem debatidas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, fórum do empresariado, dos banqueiros e do latifúndio, antro de sonegadores do INSS que legitimaram

a privatização da Previdência. A única saída é ganhar as ruas todos juntos, sem baixar bandeiras, sem abrir mão das reivindicações e dos instrumentos de luta construídos ao longo da história, exigindo: emprego, salário, direitos e ruptura com a ALCA e o FMI. “A luta é contra ALCA, o FMI e as Reformas Privatizantes”.⁵⁵³

A pluralidade de orientação ideológica, o reconhecimento da legitimidade da organização de seus sindicalistas por tendências, assim como seus constantes embates internos, consistiam nas principais características históricas de formação da CUT. Suas ramificações foram ainda mais ampliadas na virada dos anos de 1980 para 1990, com a entrada política da Corrente Sindical Classista (CSC), tendência sindical formada, sobretudo, por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Concomitantemente, essa diversidade de matrizes político-ideológicas também esteve na formação do sindicalismo docente pós-democratização. O primeiro fenômeno que alterou de forma substancial o padrão do diálogo e do conflito entre suas forças internas foi a mudança nas regras da previdência dos servidores públicos e as diferentes reações e posicionamentos das tendências cutistas em relação à Reforma.

A insatisfação de parte do movimento sindical durante o primeiro ano do Governo Lula, marcado pela austeridade na economia, tanto na política monetária quanto na política fiscal, estratégia que “resultou no aumento da taxa de desemprego (de 11,7% para 12,4%), na redução da massa salarial (queda de 5,7%) e do rendimento médio dos ocupados (contração de 12%)”, foi manifestada com a assinatura conjunta pela Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), CUT e Força Sindical, do documento “A pauta do crescimento”, em setembro de 2003. Por meio desse documento entregue pelas Centrais ao Presidente, os sindicalistas manifestaram seu descontentamento com os indícios de recessão e apresentaram vinte e uma propostas concretas para o aumento do nível de atividade econômica e a geração de postos de trabalho.⁵⁵⁴

Entendida como a extensão de um processo iniciado no Governo José Sarney, aprimorado nos governos Collor e FHC, a Reforma da Previdência foi considerada como um passo substancial para a destruição do Estado, pois desconsiderou completamente a “necessidade da promoção da universalização da cobertura do risco-velhice e adotou a agenda do FMI, do Banco Mundial e dos arautos do capital financeiro com relação aos fundos de pensão”. A Reforma encaminhada pelo Governo Lula, “denominado ‘democrático e popular’ completou, em apenas um ano, a agenda do Banco Mundial e do FMI quanto à reforma previdenciária”. Seu caráter antidemocrático e antirrepublicano de promoção de uma redistribuição de renda às avessas, entre servidores e o capital financeiro, “desconsiderava a necessidade de regras de transição adequadas para mudanças como as provocadas por uma reforma previdenciária”.⁵⁵⁵

O ano de 2003 foi marcado por ataques contundentes e ameaças aos direitos dos servidores públicos. O Projeto de Reforma Previdenciária – aprovado como Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro – a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2698

⁵⁵³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 196, 3 a 7 de setembro de 2003, (Editorial), p. 2.

⁵⁵⁴ Cf. CONCEIÇÃO, Jefferson José da, RAMALHO, José Ricardo & RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de Trabalho e Sindicato no Primeiro Governo Lula (2003-2006). Revista Ciência e Cultura. Volume 60, nº 4, São Paulo, 2008, p. 54.

⁵⁵⁵ MARQUES, Rosa Maria & MENDES, Áquilas. *O Governo Lula e a Contra-Reforma Previdenciária*. São Paulo em Perspectiva, 18(3): 3-15, 2004, p. 3 e 4.

– que desconstituiria a investidura em cargos efetivos de todos os servidores públicos federais estabilizados pela Constituição de 1988 que não prestaram concurso público para os cargos – e a proposta de regulamentação da greve, denominada Pacote Anti-Greve, que impunha medidas arbitrárias contra organização sindical dos trabalhadores do serviço público, dividiram as atenções com a nova proposta de Reforma Universitária, através da criação de um grupo de trabalho interministerial, que, em um prazo de 60 dias, deveria propor um plano de ação para reformar e desenvolver as IFES.⁵⁵⁶

Propondo alterações significativas nas Universidades Públicas do país, o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva, defendeu a ideia de uma “revolução” nas universidades públicas para evitar que elas fossem superadas por Instituições privadas. Sem entrar em detalhes, José Dirceu afirmou somente que se tratava de “um tema muito polêmico” e que “o pau vai comer como aconteceu na Reforma da Previdência”. A declaração do Ministro-Chefe contrastava com a crise financeira vivenciada pelas IFES, que sofriam com cortes dos repasses das verbas que garantiam seu funcionamento.

Na FURG, as demandas da Instituição deveriam ser relatadas semanalmente, para tão somente depois que Governo realizasse uma análise de relevância das solicitações, efetuasse o repasse daqueles valores que considerava pertinentes de serem saldados naquela semana. Ou seja, as políticas de investimento e de responsabilidade financeira deixaram de ser da Universidade, ficando elas centralizadas no Governo Federal.

A redução gradativa dos valores repassados à FURG pelo Governo Federal desde 1995 e a não liberação de verbas complementares em 2003 agravaram a crise financeira, refletindo, inclusive, no atraso do pagamento de contas de água, luz, telefone e limpeza. Impedidas de utilizarem recursos próprios por determinação do Governo, de forma geral, em sete anos, as Universidades Federais tiveram uma redução de 32% em suas receitas orçamentárias. Segundo a ANDIFES, o investimento de R\$ 551.605 milhões em 1995 foi reduzido para R\$ 375 milhões em 2002. A previsão para o ano de 2003 era de que o custeio com as IFES chegasse perto de R\$ 473 milhões, ou seja, muito aquém do que era investido no início do Plano Real e do Governo FHC.

Com o anúncio da manutenção do orçamento insuficiente para o ano de 2004, o Governo reafirmou que as “questões emergenciais das universidades federais serão discutidas em um grupo de trabalho interministerial encarregado de apresentar uma proposta para o ensino superior até o final do ano”. O grupo interministerial, formado por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Fazenda, Planejamento, Educação e da Casa Civil, realizaria um diagnóstico e apresentaria um plano de ação que desembocaria na proposta de Reforma Universitária que seria defendida pelo Governo e discutida pelo Poder Legislativo.⁵⁵⁷

O final de 2003 ainda reservou outra surpresa desagradável ao movimento docente, quando, no dia 2 de dezembro, foi publicado no Diário Oficial da União o despacho da Secretária de Relações do Trabalho, Eva Maria Cella Dal Chiavon, que suspendeu, com base nas portarias nº 343 de 04/05/2000 e nº 310 de 05/04/2001, o Registro Sindical do ANDES-SN, concedido e publicado no DOU em 26/09/2003, seção I, pág. 667 de nº 187.⁵⁵⁸

⁵⁵⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 197, 11 a 14 de novembro de 2003, (Editorial), p. 2.

⁵⁵⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 198, 17 a 21 de novembro de 2003, (Editorial), p. 2.

⁵⁵⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 202, 15 a 19 de dezembro de 2003, p. 3.

“NOSSA CASA, NOSSA ESCOLA E NOSSA TRINCHEIRA”

Pela segunda vez, desde a sua fundação em 1980, um pleito para a composição da Diretoria da APROFURG foi disputado por duas chapas. A preferência dos sindicalizados, expressada por uma diferença de 12 votos, deu a vitória à chapa de oposição denominada “Propositiva”, que obteve 113 votos. A chapa 2, “Sindicato Autônomo”, recebeu 101 votos. Do montante dos 229 votos, 7 foram em branco e 8 nulos. A nova Diretoria da APROFURG, que assumiu a Entidade para o biênio 2004/2006, tinha em sua composição: Presidente: José Carlos Vieira Ruivo; Vice-Presidente: Aloísio Ruschinsky; Secretário-Geral: Humberto Calloni; 1º Secretário: Péricles Antonio Gonçalves; Tesoureiro-Geral: Daoiz Mendoza Amaral; 1º Tesoureiro: Vitor Paulo Lopes Leonardo; 1º Suplente: Alfredo da Silva Schlorke; 2ª Suplente: Virginia Maria Machado; 3º Suplente: Jussemar Weiss Gonçalves e 4º Suplente: Cláudio Engelke.⁵⁵⁹

Ao assumir a Entidade, logo após a reunião do Setor das IFES aprovar indicativo de greve, e com a FURG em delicada situação financeira, a Direção da APROFURG tratou de saudar os colegas de todos os sindicatos, em especial seus apoiadores, afirmando que a Seção Sindical também se constituía como “escola”, convidando os docentes a refletirem e a reconhecerem que sua condição de trabalhadores da educação, pesquisa e extensão, implicavam repercussões éticas e morais. Imbuídos desse sentimento, a APROFURG esteve presente na mesa de discussão do “II Encontro de Educação dos Trabalhadores em Educação”, que teve como tema “Uma escola com cidadania ultrapassa a democracia de representação para a de participação”, organizado pelo SINTERG. O Vice-Presidente da Entidade apresentou dez pontos que se inseriam no debate atual e que serviam como princípios norteadores nos encaminhamentos pertinentes para a construção do “Plano Municipal de Educação”.⁵⁶⁰

Para além das contribuições realizadas em todos os níveis no contexto educacional público do Município, o movimento docente da FURG, através do encaminhamento de indicativo de greve aprovado em Assembleia Geral, passou a dar ênfase, sobretudo, a duas pautas de luta no ano de 2004: Campanha Salarial e Reforma Universitária.⁵⁶¹

Com a categoria dos técnicos administrativos da FURG em greve por tempo indeterminado e a aprovação, no 48º CONAD, do indicativo de greve da categoria docente⁵⁶², um protesto com cerca de 10 mil manifestantes de entidades estudantis, sindicais e movimentos sociais, realizado na Esplanada dos Ministérios em Brasília, organizado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), marcou o início das mobilizações das Entidades contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária, propostas pelo Governo.⁵⁶³

⁵⁵⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 219, 25 de maio a 1º de junho de 2004, p. 3.

⁵⁶⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 221, 15 a 22 de junho de 2004, p. 2-3.

⁵⁶¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 14/06/2004, p. 1.

⁵⁶² Carta de Aracaju. Relatório Final do 45º CONAD – Conselho do ANDES/SN, Aracaju (SE), 17 a 20 de junho de 2004, p. 60.

⁵⁶³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 223, 22 a 29 de junho de 2004, p. 4.

Mesmo estando à testa do Governo um político que se projetou devido à sua postura aberta de defesa dos direitos dos trabalhadores, as negociações de encaminhamentos relativas às melhorias das condições de trabalho do professorado continuavam frustradas, gerando um clima de apreensão e angústia por parte da categoria. Com a Direção Nacional do ANDES-SN recuando da pauta histórica de reajuste na ordem de 127,30%, sensibilizada pelo clamor de muitos sindicalizados em privilegiar o diálogo, até então, as tratativas por parte do Sindicato Nacional não haviam revertido quaisquer avanços efetivos, fazendo surgir avaliações que davam conta de que o Governo Lula protelava as negociações para um período próximo das eleições.⁵⁶⁴

Pressionados com o indicativo de greve definido para o dia 13 de agosto, representantes do Executivo Federal afirmaram que, seguindo a lógica de chegar a bom termo nas negociações, a proposta do movimento docente foi agregada à criação de um Grupo de Trabalho composto pela SESU, ANDIFES e ANDES-SN, para tratar dos seguintes pontos: extinção da GED, isonomia, paridade e incorporação das gratificações. O Grupo seria constituído para atuar no segundo semestre de 2004, com o objetivo de realizar estudos e simulações, buscando possibilidades de atender às reivindicações da categoria, uma vez que não havia condições para tal no momento. Quanto à carreira docente, o Governo esclareceu que pretendia construir um plano para o conjunto dos servidores federais, jogando essa discussão para a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e demais mesas temáticas, prevendo que, no início de 2005, haveria uma proposta acordada.

Na avaliação da Diretoria da APROFURG, a categoria demorava em decidir pela realização da greve, sobretudo mediante a inflexão na atitude do Governo em relação ao que vinha sendo acordado na MNNP, que propunha a exclusão da isonomia entre docentes de 1º, 2º e 3º graus e da paridade entre ativos e aposentados. Ainda assim, qualquer ação de enfrentamento deveria ser forte e coesa entre a categoria. Nesse sentido, o ANDES-SN aguardava respostas que viriam das Assembleias realizadas por suas Seções Sindicais, decorrendo de suas avaliações e deliberações, as orientações que a Diretoria Nacional seguiria na reunião com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG).⁵⁶⁵

Em Editorial, a Diretoria da APROFURG deu destaque aos eixos da Campanha Salarial, apresentando que o manifesto da categoria continha enquanto reivindicações: reposição salarial emergencial de 50,19%; reposição salarial de 127% (acumulada de 1995 a 2003); política de correção salarial; isonomia de piso salarial e paridade e abertura de concursos públicos. Além disso, chamou a atenção para o fato de que “nos últimos 10 anos, fomos envolvidos no processo de redução da presença do Estado em declínio das políticas públicas, quando não a venda e conseqüente privatização do patrimônio público”. “A redução dos recursos destinados às universidades seguiu a mesma lógica do sucateamento das estruturas públicas, insistindo numa noção de que o setor público é oneroso ou incompetente”. Nesse caso, com um Governo dito de esquerda, “por suposto sensível aos anseios populares – do que, nesse aspecto, o atual parece ter se afastado – temos que nos fazer mais presentes, para disputar a partilha dos recursos”.

⁵⁶⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 224, 29 de junho a 3 de agosto de 2004, (Editorial), p. 2.

⁵⁶⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 224, 10 a 17 de agosto de 2004, (Capa).

Ao longo do percurso de sete meses de negociações salariais, em abril, o movimento docente viu surgir as primeiras simulações de valores que geraram sonhos e desafetos. Em julho, foram oferecidas as primeiras formulações resultantes de pouco diálogo, e, em decorrência delas, o ANDES-SN acabou construindo uma contraproposta que buscou estabelecer em benefício da categoria a isonomia aos da ativa e a paridade com os aposentados. A partir dos resultados do Setor das Federais, ficou constatado que a Diretoria do Sindicato se esmerava para que as propostas divergentes apresentadas naquela instância não chegassem até as Assembleias Gerais das Seções Sindicais, compreendendo a existência de uma “unidade forjada”, inexistente em nível local e nacional.

Até então, a forma como foram conduzidas as negociações em nada colaborou para a unidade do movimento docente, ao contrário, esfacelou as energias em face da pauta de reivindicações, fazendo com que, enquanto amostra de boa vontade, o ANDES-SN deslocasse a data do indicativo de greve. Nesse contexto de expectativas parcialmente revertidas, quando o movimento docente supunha rumar para um diálogo que encerrasse as negociações salariais, as tensões vivenciadas acabaram criando um impasse centrado na perspectiva de ampliar as divisões do movimento docente, uma vez que o Governo, ao propor reajuste acima da inflação do ano de 2003, apontou os valores dirigidos à aposentados e docentes da ativa. Portanto, conforme a Direção da APROFURG, a “janela ou espaço de manobra” da categoria parecia “uma fásca como capacidade de mobilização”.⁵⁶⁶

Confirmando as expectativas, ao menos em âmbito local, a Assembleia Geral dos Docentes da FURG, ao discutirem os rumos das negociações salariais com o Governo Federal, deliberou pela não deflagração da greve. Dos 60 docentes presentes, a decisão foi tomada por 36 votos contra a deflagração do movimento. Na ocasião, o Presidente da APROFURG explicou que a categoria tinha entendimento de que o Governo Federal não estava encaminhando suas reivindicações e que, por esse motivo, continuaria mobilizada. As informações repassadas pelo ANDES-SN confirmavam o descaso do Executivo Federal com a categoria, uma vez que o MPOG não emitiu nenhum parecer acerca das reivindicações dos docentes. Considerando o resultado da votação da Assembleia Geral, que, com larga vantagem, votou contrária à deflagração da greve, a Diretoria da APROFURG manteve sem previsão de encaminhamento uma nova data para a deflagração de greve.⁵⁶⁷ Pouco tempo depois, em nova Assembleia da categoria, a jornalista Raquel Carlucho perguntou para um docente da FURG que não foi identificado “Sobre o indicativo de greve: devemos marcar nova data para o início da greve na FURG?”

Não. Acredito que o resultado da Assembleia anterior deixou claro que os professores não querem greve, pois, naquele mesmo dia, pensou-se colocar novos indicativos e não foi aprovado. Temos é que TRABALHAR e mostrar que somos importantes no processo educacional. Será que não se deram conta ainda que a greve não leva a nada? Alguém está sentindo falta dos técnicos-administrativos em greve? Minha resposta é não. Não devemos entrar em greve já que este não é, a meu ver, instrumento eficaz de pressão. Penso que devemos aceitar o reajuste

⁵⁶⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 224, 10 a 17 de agosto de 2004, (Editorial), p. 2.

⁵⁶⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG -SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 13/08/2004, p. 1.

salarial proposto pelo governo e continuar negociando. Principalmente agora que os funcionários já estão saindo da greve, não faz sentido os professores iniciarem uma greve.⁵⁶⁸

O olhar apreensivo dos docentes em relação às condições de trabalho, a Campanha Salarial e a situação da Universidade Pública no Brasil despertavam a necessidade urgente de debates, que, segundo a Diretoria da APROFURG, não estiveram contemplados pela comunidade acadêmica, muito menos por aqueles que defendiam, em seu exercício profissional, a continuidade da Universidade Pública, pois a apatia que assolava a categoria docente foi uma das principais características, dificultando o encaminhamento dos principais processos em curso,⁵⁶⁹ dentre eles, a pauta da Reforma Universitária proposta pelo MEC.

Com o slogan “Educação não é mercadoria”, a Plenária Nacional “Vamos barrar essa Reforma Universitária” reuniu milhares de participantes, entre docentes, estudantes, técnicos administrativos e militantes partidários, deliberando um calendário de lutas unificado e a realização de uma marcha em Brasília. Na avaliação da Presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, a “Plenária provou na prática que a unidade é possível”, pois o evento “reuniu os setores que sempre lutaram em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade”.⁵⁷⁰

De forma lúcida e reflexiva, porém vigilante, a Diretoria da APROFURG manifestava suas primeiras impressões acerca das propostas de Reforma Universitária apresentadas até aquele momento,

[...] Após mais de 10 anos da reforma da constituição nacional, emergiu a década das reformas. Transcorreu mais de um decênio onde sucessivamente se anunciaram reformas a partir do Estado Republicano, com os respectivos sobressaltos para uns e surpresas para outros. Uma visão retrospectiva em curto prazo, certamente, seremos pessimistas quanto ao desenrolar das reformas anunciadas. Todavia, se observarmos no médio prazo perceberemos como as reformas implementadas foram fundamentais para a ampliação da Cidadania para construção de políticas públicas e para desenhar um Estado ampliado. O cerne da questão da reforma Universitária, da nossa reforma, ainda não está evidenciado, ou melhor, o que será o pilar da iniciativa ainda está por ser retificado, pois temos propostas. Mas devemos especialmente considerar a movimentação de interesses no jogo de forças em curso. O debate a respeito da reforma da universidade gira em torno de um projeto cujos contornos não se encontram tão evidente como gostaríamos, exceto algumas partes daquilo que não desejamos. Por certo, visualizar uma hecatombe no horizonte da reforma colabora pouco para o esclarecimento das questões ambíguas da complexidade e dos conflitos múltiplos envolvidos.⁵⁷¹

⁵⁶⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 229, 31 de agosto a 7 de setembro de 2004, p. 3.

⁵⁶⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 228, 24 a 31 de agosto de 2004, (Editorial), p. 2.

⁵⁷⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 231, 14 a 21 de setembro de 2004, (capa).

⁵⁷¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 231, 14 a 21 de setembro de 2004, (Editorial), p. 2.

O texto editorial ainda afirmava que “a defesa da universidade pública requer uma revisão urgente e profunda das mediações através das quais pretendemos protegê-la, preservá-la, e fortalecê-la”, começando pela autocrítica por parte dos “defensores da universidade pública”, relacionada aos instrumentos de análise e mediações utilizadas para obtenção de êxito junto a todos os segmentos da sociedade, afinal, ainda havia muito a ser feito dentro da Universidade para a construção de uma educação amplamente amparada em direitos de cidadania. Portanto, cada docente estava desafiado a responder sobre a questão fundamental dos encaminhamentos para democratização do acesso à Universidade.

Dessa feita, para a Diretoria da APROFURG, era demasiadamente limitado pensar a democratização da Universidade somente no sentido do acesso ao ensino. “Além do ensino, temos a interrogação de como os resultados da pesquisa e de produção do conhecimento se traduzem através da extensão”, ou seja, de que forma e até que ponto a sociedade se apropriava ou beneficiava da academia, tendo em vista a socialização ou democratização do conhecimento. “Talvez nisto todas as Universidades públicas desde já podem proceder a uma avaliação e a uma reforma na sua contribuição à sociedade local”. Portanto, a Reforma Universitária transcendia o permanente apelo para que os conhecimentos “produzidos no atacado sejam democraticamente construídos e socializados, contribuindo de forma eficaz às reais necessidades da sociedade”. “O que está em jogo são os próprios conceitos da reforma de Universidade, de democracia, de organização social e de conhecimento. Do conceito do que é público e do que é privado”, pois,

[...] Para os neoliberais, é preciso que a universidade pública se adapte aos vorazes dentes do mercado e sirva este cínico senhor, submetendo-se aos seus apetites econômicos na forma única de varejo a fim de que atenda a demanda (venda) de uma mercadoria com vários rótulos e embalagens anarquicamente produzidos: a educação. Eis que para o atacado já existem suficientes monopólios, ou seja, fontes internacionais para a previsão e provisão de produtos como pesquisa, por exemplo... O que está no horizonte é a destruição da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada. Não se trata de reforma, como adverte o ex-presidente do Andes, Roberto Leher, mas contra-reforma. Não se trata de democratizar o acesso à universidade, mas num processo de privatização dissimulada, em nível varejista, sobre a denominação de parceria público-privada (PPP) com aval da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das “receitas” do FMI e do Banco Mundial. Por último, o que está em jogo, não é uma reforma, mas de fato, uma contra-reforma que inverte o sentido do ideal democrático e público de Universidade que defendemos. Conceitos por excelência como: direito à educação, cidadania, inclusão social, qualidade de vida, criticidade e humanidade estão em franco processo de biodegradação [...].⁵⁷²

Nos debates sobre a Reforma Universitária, as forças sociais assumiram posicionamentos que suscitavam as mais diferentes ópticas, desde o endosso das medidas governamentais, até a negociação ou disputa pelo teor das propostas e a luta

⁵⁷² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 233, 05 a 12 de outubro de 2004, (Editorial), p. 2.

para “barrar a reforma”, como rejeição pura e simples. Na perspectiva vislumbrada pela APROFURG, a melhor forma de lutar contra a reforma ou barrá-la consistia no estímulo ao debate e na promoção de um consenso mínimo sobre o que era preciso mudar na Universidade pública, possibilitando, assim, sua legitimidade junto à sociedade, afinal, o processo de globalização e suas perspectivas de mercantilização, lucro e concentração de renda, pressionavam a liberalização ou flexibilização nas áreas da educação, saúde, energia, previdência, abastecimento d’água, entre outros.⁵⁷³

Ao passo que os debates promovidos por diversos setores avançavam, outros atuavam em importantes frentes de luta como, por exemplo, os estudantes universitários e secundaristas de Rio Grande, que bloquearam a Ponte do Canal São Gonçalo em protesto contra a Reforma Universitária⁵⁷⁴, chamando a atenção da imprensa e da opinião pública para esse tema tão distante da realidade de grande parte da população local.

Após recomposição de sua Diretoria⁵⁷⁵ ao término de 2004, nos primeiros meses de 2005, entrou em pauta, na APROFURG, a desvinculação do ANDES-SN da Central Única dos Trabalhadores. Apontando falta de consenso por parte de muitos docentes em relação à saída da CUT, a Diretoria afirmava que “existe uma parcela dentro do sindicato que deseja descredenciar-se da Central na medida em que pondera sobre este tema há algum tempo como o desvio de rumo político dessa Central”, enquanto para outros, “as incertezas sobre o assunto só tendem a crescer na medida em que o momento é de somar forças e não de dividir sendo que uma saída da CUT tende a dificultar a permanência numa mesa de negociação das reformas”.⁵⁷⁶ De qualquer forma, ao que tudo indica, sem muito debate – devido à carência de fontes – o movimento docente da FURG acabou aprovando, em Assembleia Geral, a desfiliação do ANDES-SN da Central Única dos Trabalhadores.⁵⁷⁷

No decorrer do processo de desfiliação do ANDES-SN junto à CUT, o Professor Jussemar Weiss Gonçalves esteve presente, representando a APROFURG, na reunião de discussão para formação de uma Central Sindical Classista Independente, realizada no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERGS), em Porto Alegre. Participaram do evento representantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e da Regional Sul do ANDES-SN, quando foi discutida a viabilidade de criação de uma nova Central Sindical a partir do CONLUTAS.

Ao narrar suas impressões acerca da reunião, o Professor Jussemar Weiss observou que havia “a predominância dos quadros dos dois partidos – PSTU e PSOL – na disputa da construção de Nova Central Sindical”. A grande diferença, segundo o Professor Jussemar Gonçalves, residia no fato de que, “quando da criação da CUT para esta nova

⁵⁷³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 237, 09 a 16 de novembro de 2004, (Editorial), p. 2.

⁵⁷⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 239, 16 a 23 de novembro de 2004, p. 3.

⁵⁷⁵ Cf. DALMAS, Leandra Marcia Pedrosa. *APROFURG 27 anos de luta*. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008, p. 52. Após a recomposição, em 15 de dezembro, os cargos diretivos ficaram assim distribuídos: Presidente: José Carlos Vieira Ruivo; Vice-Presidente: Humberto Calloni; Secretário-Geral: Péricles Antonio Gonçalves; Tesoureiro-Geral: Daoiz Mendoza Amaral; 1º Suplente: Alfredo da Silva Schlorke; 2º Suplente: Jussemar Weiss Gonçalves e 3º Suplente: Cláudio Engelke.

⁵⁷⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 241, 08 a 28 de fevereiro de 2005, (Editorial), p. 2.

⁵⁷⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 17/02/2005, p. 1.

Central, há a participação desses partidos”, uma vez que, “quando a CUT nasceu o PT era um pequeno partido sem expressão e a Central (CUT) era representante de interesses de setores sindicais independentes”. O Professor mencionou ainda que “a luta por uma nova Central Sindical, hoje ainda chamada CONLUTAS, deveria surgir mediada por ações que fossem além de uma crítica ao peleguismo da CUT”, pois “apesar da boa vontade dos defensores da ideia de uma nova Central, o que se nota é uma reprodução das velhas práticas centralizadoras e burocráticas na articulação da crítica à CUT”. “Não defendemos centrais atreladas, mas também não poderemos agir sem reflexão, pois os mesmos que fizeram a CUT ontem querem hoje a CONLUTAS”. Na conclusão do Professor Jussemar, partidos como PSTU e PSOL “se engalfinham na tentativa de dirigir o processo, reproduzindo o mesmo problema que atingia a CUT”.⁵⁷⁸

Confirmando as expectativas de parte do movimento docente nacional, o 24º Congresso do ANDES-SN deliberou sua desfiliação da CUT.

O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho, do qual faz parte a CUT, encaminhou uma reforma sindical que visa a estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, a aniquilar a resistência dos trabalhadores, com vista a impor a reforma trabalhista, baseada no malfadado mito do “Custo Brasil”, a qual objetiva retirar os direitos básicos dos trabalhadores, conquistados na luta (décimo terceiro, férias, licença-maternidade e outros) e impor a completa flexibilização do trabalho, cenário de barbárie, que é o grande objetivo do capitalismo “global”. A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24º CONGRESSO deliberou a desfiliação do ANDES-SN da CUT. Essa decisão é tomada de forma clara, tendo como parâmetro a defesa do sindicalismo classista, autônomo e democrático, opondo-se ao sindicalismo comprometido com a total adaptação das burocracias sindicais à ordem existente.⁵⁷⁹

A manifestação da Diretoria da APROFURG em relação à desfiliação foi de vislumbrar perspectivas de futuro ao conjunto dos trabalhadores docentes em educação do Ensino Superior, pautados por encaminhamentos democráticos e no acúmulo das discussões até então existentes, até porque a nova bandeira sindical herdaria ideias e mesclaria interesses de grupos e não conseguiria “omitir os diferentes formatos e as diferentes cores dos carimbos datados ao passar pelas alfândegas que autenticarão sua inscrição no novo projeto de luta e defesa das classes trabalhadoras”. A Diretoria afirmava ainda que não havia equívocos nessa forma de reorganização sindical, até porque a luta maior não estava representada no amálgama das bandeiras de denúncia e anúncio de um “Novo Mundo”, mas principalmente, nas maiúsculas e indelévels ideias provenientes das “mentes e espíritos de indivíduos que prescindem de bandeiras na luta

⁵⁷⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 241, 08 a 28 de fevereiro de 2005, p. 3.

⁵⁷⁹ Carta de Curitiba. Relatório Final do 24º Congresso Nacional do ANDES-SN, Curitiba (PR), 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, p. 88-89.

contra o egoísmo, a injustiça, a maldade e a indiferença em relação à dor e ao sofrimento alheio para, coletivamente, construir o ideal de um mundo melhor”.⁵⁸⁰

Ainda repercutindo a saída do ANDES-SN da CUT, o Ex-Presidente da APROFURG, Professor Manoel Luiz Martins da Cruz, afirmou, em artigo publicado no *Pó de Giz*, que tal decisão foi difícil por várias razões. A primeira delas foi o fato desagradável de “levantar o cartão para sacramentar a saída de uma entidade em cuja construção investimos tanta energia”, afinal, “o ANDES participou diretamente da constituição da Central Única dos Trabalhadores, em 1983”. A segunda razão tinha relação com o acréscimo de responsabilidade que recairia sobre os docentes, que teriam pela frente “a dura tarefa de reunir as forças que continuam se opondo à destruição pública”, juntamente com a SINASEFE, entidade também desfilhada que reunia professores e técnicos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Uma terceira razão tinha relação direta com a “dificuldade de clarificar as nossas posições diante do emaranhado de análises decorrente da política do governo Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente no que concerne à relação entre o Governo Federal e a Central”, porém a maior motivação para a desfiliação, segundo Manoel Luiz, surgiu a partir do questionamento “por que criamos a CUT? Ao respondermos a esta questão, estaremos mais próximos da raiz de nossa difícil decisão”.

[...] A Central Única dos Trabalhadores foi criada, na primeira metade dos anos 80, em resposta aos anseios de amplos setores do movimento sindical brasileiro que indicavam a necessidade de uma “ferramenta” que aglutinasse os vários setores da classe trabalhadora em torno de suas reivindicações históricas, organizando-os para a luta. Mas essa ferramenta precisava ser diferente. Os fundadores da CUT defendiam que a central fosse uma entidade de combate, democrática, classista, organizada pela base e que, acima de tudo, tivesse por princípio a mais completa autonomia frente aos patrões e aos governos. A CUT surgiu como uma referência classista e radical, pois propunha-se não só a defender os interesses imediatos da classe trabalhadora. Desde seu início, tratou de apontar a necessidade de enfrentarmos a raiz de nossos problemas, o capitalismo, sob pena de nossas conquistas serem destruídas uma a uma. Aliás, como hoje todos nós podemos perceber. Para cumprir aqueles desígnios, a central não poderia, portanto, colocar-se a serviço de nenhum partido e de nenhum governo, sob pena de perdermos nossa independência de classe. Ao longo dos anos 90, infelizmente, as sucessivas direções da CUT a afastaram irremediavelmente de seus objetivos. A Entidade passou por um brutal processo de burocratização, o que determinou a sua completa verticalização e, por conseguinte, um estrangulamento da democracia interna. Durante o governo de Lula da Silva, o resultado dessa política tornou-se mais aparente aos olhos de quem não queria ver. O completo atrelamento de parcela importante de dirigentes sindicais ao aparato do Estado, ausência de respeito às posições de base e aos princípios citados acima, fizeram com que não fosse mais possível esconder que a CUT abandonara o seu caráter classista, de combate ao capitalismo e de autonomia frente ao estado e seus governos... A CUT abandonou os seus princípios, optou por colaborar com o capital no sentido

⁵⁸⁰ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 242, de 16 a 22 de março de 2005, (Editorial), p. 2.

da “domesticação” do movimento sindical, tido como “radical”. A central abandonou os trabalhadores, e no último período, traiu servidores públicos federais.⁵⁸¹

Além disso, afirmava o Professor que a CUT estava preparando mais um duro golpe contra o conjunto da classe trabalhadora, pois a sua Direção desenvolvia um grande esforço para ver aprovadas as reformas sindical e trabalhista, “organizadas com o beneplácito da Central e que chegavam para destruir direitos duramente conquistados pelos trabalhadores”. Portanto, para dar continuidade à luta por melhores condições de vida e de trabalho para todos, livres da tutela dos governantes de plantão, com democracia interna e autonomia: “Por isso saímos da CUT”.

No decorrer da reunião do CONLUTAS, realizada em Brasília, que contou com presença do SINASEFE, Sindicato dos Servidores Federais do Estado de São Paulo (SINDSEF/SP), SINDIPETRO, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP), CONLUTAS/BA, CONLUTAS/RS, SINDIFISP/SP, Federação dos Metalúrgicos Minas Gerais e do ANDES-SN, na medida em que evoluíam as participações dos movimentos sociais e de diferentes categorias de trabalhadores no fortalecimento da nova central sindical, ocorria o aprofundamento dos debates acerca da Reforma Sindical e a aprovação de um calendário de mobilização.⁵⁸²

Após receberem o Projeto de Reforma Universitária apresentado pelo Governo Federal, a partir da leitura do texto “Agenda para educação superior”, a Diretoria da APROFURG reafirmou sua contrariedade, sobretudo em virtude de que todas as reformas propostas até então apresentadas pelo Executivo Federal eram contrárias aos interesses e às motivações do povo brasileiro.⁵⁸³

Com o fracasso da primeira versão do Projeto da Reforma Universitária, uma segunda versão, com 67 emendas, foi divulgada pelo Ministro da Educação Tarso Genro, após ultrapassar o prazo estipulado pelo Governo, em decorrência de uma análise preliminar, realizada pelo Secretário da Educação Superior, Nelson Maculan, que identificou a existência de inconstitucionalidades em seu teor.⁵⁸⁴

Em linhas gerais, o MEC retirou da proposta anterior alguns pontos que aumentariam o controle sobre as Instituições privadas, após ser pressionado pelo setor das IFES. Foram excluídas a criação dos Conselhos Administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das Universidades e dos Centros Universitários particulares. Esses Conselhos, que seriam responsáveis pela parte administrativa e acadêmica, teriam no máximo 20% de representantes das mantenedoras – espécie de empresa que controla as instituições privadas. O Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad, afirmou que “retiramos o que procurava estabelecer regras no Conselho Administrativo porque nos pareceu inconstitucional”. O novo texto regulava, ainda, a aplicação de recursos de Instituições sem fins lucrativos fora da Entidade, procurando evitar ilegalidades.

⁵⁸¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 242, de 16 a 22 de março de 2005, p. 3.

⁵⁸² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 243, 28 de março a 1° de abril de 2005, p. 4.

⁵⁸³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 246, 27 de abril a 03 de maio de 2005, (Editorial), p. 2.

⁵⁸⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 249, 18 a 25 de maio de 2005, p. 4.

Em relação às IFES, dentre as mudanças, o projeto previa que 5% dos recursos de custeio das Instituições deveriam ser investidos em ações voltadas à assistência estudantil, como bolsas de fomento à pesquisa, moradia, alimentação, auxílio transporte, entre outros.

Manteve a eleição direta para os cargos de reitores, bem como a previsão de cotas para alunos de escolas públicas e afrodescendentes. Em relação ao acesso à rede pública, devido às reivindicações da UNE, o MEC fixou que as Federais deveriam oferecer pelo menos um terço de seus cursos e matrículas de graduação à noite.⁵⁸⁵

O ínfimo debate acerca da Reforma Universitária verificado nas Atas de Assembleias da APROFURG, ainda que muito repercutido nas páginas do *Pó de Giz*, acabou perdendo fôlego, quando da divulgação da segunda Proposta apresentada pelo Governo, em relação à pauta salarial da categoria. Em Assembleia, os docentes deliberaram que a APROFURG deveria continuar insistindo nas reivindicações do reajuste salarial proposto pelo ANDES, enquanto, localmente, deveria atuar na mobilização da categoria, destacando o histórico da campanha salarial de 2004, quando foi presenciado um tratamento desrespeitoso por parte do Governo Lula para com a categoria docente.

A partir da Pauta do ANDES, a Assembleia deliberou no sentido de promover manifestações, em torno da campanha salarial, bem como a continuidade de produção de materiais para a mobilização da categoria. A Diretoria passou a atuar na prática de mobilizar pela ação, entrando em contato com o professorado, percorrendo salas de permanência, laboratórios e explicitando a inconformidade de grande parte dos docentes com o evidente descaso do Governo Lula para com os compromissos assumidos durante sua campanha, em relação à educação e os servidores públicos. Apesar de identificada a indignação que se manifestava em críticas e descrença em um “Governo que traiu o projeto de um Brasil para todos”, a realização de uma greve não agradava o professorado, mas havia o “desejo por ações mais fortes que repercutam na mídia local”.⁵⁸⁶

Após mais de meio ano de estabelecimento da MNNP, o Governo repetia as mesmas práticas de 2004, prorrogando reuniões com a Bancada Sindical e ausente de orientações relativas ao estabelecimento de uma proposta que dialogasse com as expectativas dos servidores federais. “Ante a omissão e ao desrespeito”, assim como a falta de propostas, os SPF protocolaram uma pauta que apontava para recomposição geral dos salários, passando por um índice emergencial de 18%, incorporação de todas as gratificações, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, implantação das Diretrizes de Planos de Carreiras e a definição de um piso salarial para todo o funcionalismo público federal.

Sob uma evidente motivação das prorrogações, tanto por parte do Congresso quanto do Governo, através da Campanha Salarial, a CENESF deu início à exposição das insatisfações das categorias, manifestadas também pela deflagração de greve por tempo indeterminado entre aqueles movimentos cujas categorias atingiram seu limite de expectativas. Na FURG, enquanto o Comando Local de Mobilização atuava no sentido de concretizar uma ação grevista, a APROFURG retomou as pautas reformistas e promoveu o Fórum das Reformas da Educação, propondo a transversalidade do diálogo

⁵⁸⁵ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 252, 1° a 08 de junho de 2005, p. 4.

⁵⁸⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus* Carreiros da Universidade do Rio Grande. Ata de Assembleia Geral, s/n°, 17/06/2005, p. 1.

com sindicatos da educação (APTAFURG, CPERS, SINPRO, SINTERG) e a Universidade Atlântico Sul.⁵⁸⁷

Diante do quadro de deterioração salarial aviltante, foi aprovado, durante o 50º CONAD, o indicativo de greve para a segunda quinzena do mês de agosto. A crise diagnosticada pelo ANDES, quando do escândalo de corrupção envolvendo o Deputado Federal e Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson⁵⁸⁸, e a renúncia do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira e Silva, despiram os instrumentos utilizados pelos interesses do capital na garantia pela influência e controle sobre a economia brasileira, em que a hegemonia das classes dominantes, através do tráfico de influência, a troca de favores e as concessões expunham a trajetória histórica das práticas ilícitas observadas em todos os governos brasileiros, que remontavam, inclusive, aos 21 anos de Ditadura Civil-Militar.

Os impactos das denúncias de corrupção que envolvia o Governo, partidos políticos e congressistas acabaram imobilizando o Executivo Federal, que, aprisionado em sua própria estratégia de aliança com os interesses do capital, acabou contrário aos interesses populares, aprofundando a crise política de cooptação e colaboração de classes. Assim sendo, tratou de integrar de uma vez a CUT com a nomeação de seu Ex-Presidente, Luiz Marinho, como Ministro do Trabalho, enquanto isso:

Professores recebem ganhos maiores de gratificação do que salariais. Há um ano, houve “reajuste” da Gratificação de Estímulo à Docência – GED. E pouco têm avançado as negociações para a sua extinção. Agora, o governo anuncia que as perspectivas de modificações salariais ficam somente para 2006. O 50º CONAD indicou às seções sindicais a greve nacional dos docentes das IFES para a 2ª quinzena de agosto com os seguintes eixos: valorização do trabalho docente e defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.⁵⁸⁹

Acompanhando o indicativo de greve proposto pelo ANDES, em Assembleia Geral, os docentes da FURG propuseram a deflagração do movimento para o dia 25

⁵⁸⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 251, 1º a 08 de junho de 2005, (Editorial), p. 2.

⁵⁸⁸ Cf. TREIN, Sérgio. *A retórica da corrupção: os neologismos propagandísticos utilizados para denunciar a corrupção no Governo Lula, em 2005*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa nº 03 – Publicidade, Propaganda e Marketing, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 2006, p. 3-4. Os argumentos de Lula, em seu discurso de posse e durante toda a sua campanha, de combater a corrupção e defender a ética no trato das questões públicas em seu governo, caíram ante as denúncias do ex-deputado federal e ex-presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. Na época, “o parlamentar acusou a cúpula do Partido dos Trabalhadores de comandar um esquema de corrupção, que envolvia desde o pagamento a deputados, para que votassem junto como Governo, à formação de caixa dois para campanhas eleitorais de aliados”, com o dinheiro proveniente de empresas que tinham contratos com estatais. Os valores eram distribuídos pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, com auxílio de “operadores como o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio das agências de publicidade DNA e SMP&B, responsáveis pela maior parte das verbas publicitárias do Governo Lula”. Jefferson afirmou que recebeu “quatro milhões de reais do Partido dos Trabalhadores para o seu partido e ainda acusou outros dirigentes de outros partidos políticos, que também teriam recebido dinheiro do PT.” Desde então, foram criadas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias.

⁵⁸⁹ Carta de Fortaleza. Relatório Final do 50º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Fortaleza (CE), 15 a 17 de julho de 2005, p. 48.

de agosto.⁵⁹⁰ Na véspera da deflagração, um ato contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do Governo Lula e FMI, organizado pelo CONLUTAS, reuniu cerca de trinta mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.⁵⁹¹ Contudo, enquanto os confrontos ficavam cada vez mais acirrados, fazendo com que outras categorias de servidores públicos deflagrassem greve, como os técnicos administrativos e marítimos da FURG, após a reunião do Setor das IFES, o indicativo acabou alterado para o dia 30 do mesmo mês, prazo que acabou mantido e respeitado através da deliberação em Assembleia da APROFURG.⁵⁹² Poucos dias depois, em nova Assembleia, os docentes da FURG rejeitaram o indicativo, optando em declinar da tendência do movimento nacional, mantendo o sindicato em condição de Assembleia Geral Permanente.⁵⁹³

Após a deflagração da greve em âmbito nacional em 5 de setembro⁵⁹⁴, a busca por uma alternativa que pudesse despertar a adesão dos docentes da FURG ao movimento paredista, definido como insuficiente e retrógrado por parte dos trabalhadores docentes, acabou motivando a sugestão, por parte de um docente, de um “novo modelo de greve”, surgido na Suíça no século XIX. Mediante novo fracasso na investida da APROFURG em mobilizar os docentes para interromperem suas atividades e aderirem ao movimento nacional⁵⁹⁵, a “greve rotativa” se apresentou como uma alternativa que consistia na paralisação alternada de dias no decorrer das semanas que compõem o mês, em que, “na primeira semana, há paralisação na segunda-feira; na semana seguinte, na terça-feira; e assim sucessivamente. O processo é, então, rotativo, repetitivo, sucessório e constante”.⁵⁹⁶

Enquanto proposta de contestação alternativa para resolver impasses entre a categoria docente, sobretudo nesse caso específico, o Professor e escritor português João Bernardo afirmou, ao tecer suas observações acerca do contexto, que, caso os professores quisessem objetar os mecanismos do capital, deveriam aproveitar o lugar estratégico

⁵⁹⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 11/08/2005, p. 1.

⁵⁹¹ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 257, 17 a 24 de agosto de 2005, (Capa).

⁵⁹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral, s/nº, 25/08/2005, p. 1.

⁵⁹³ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 259, 31 de agosto a 07 de setembro de 2005, (Capa).

⁵⁹⁴ A greve teve duração de 106 dias (05/09 a 19/12) e contou com a adesão de 40 Instituições Federais de Ensino Superior. Entre os pontos das reivindicações estavam a valorização do trabalho docente e a defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da educação e a favor do aumento da dotação orçamentária para as IFES, reajuste de 18% como parte de recomposição salarial, incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia, retomada dos anuênios, abertura imediata da discussão em torno da Carreira Única para os docentes das IFE e a realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES. Mesmo não atendendo ao conjunto das reivindicações dos professores, o Governo Federal, por força de pressão, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões.

⁵⁹⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Sala de Reuniões da APROFURG, *Campus Carreiros da Universidade do Rio Grande*. Ata de Assembleia Geral Permanente, s/nº, 21/09/2005, p. 1.

⁵⁹⁶ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 262, 29 de setembro a 5 de outubro de 2005, p. 3.

que ocupam, e, nas suas greves, “em vez de se limitarem a não dar aulas, dariam aulas ao contrário, alterando não só o conteúdo do ensino, mas sobretudo invertendo as hierarquias, abolindo a disciplina, realmente sabotando um dos aspectos básicos das relações sociais capitalistas”.⁵⁹⁷

Ao completar trinta dias de luta, o movimento docente recebeu do MEC a primeira proposta de acordo para o término da greve. Na avaliação do Comando Nacional de Greve do ANDES, que rejeitou a proposta de aumento de 50% dos percentuais sobre titulação a partir de 2006, a oferta consistiu numa “atitude maliciosa, tendenciosa e a intenção clara, por parte do Governo, de dividir a categoria”, no momento em que o movimento ganhava força e apoio dos diferentes segmentos da sociedade.⁵⁹⁸

Desde o início das negociações, o Ministério da Educação instituiu uma lógica de proposição de reajustes diferenciados por titulação que geravam maiores distorções na carreira, ocasionando a divisão entre os professores de 1º, 2º e 3º graus. Com desenvoltura, as Assembleias Gerais das Seções Sindicais orientaram o Comando Nacional de Greve do ANDES e apresentaram uma contraproposta ao Governo, que propunha a incorporação das gratificações com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária. O MEC acabou desconsiderando os pequenos ajustes apresentados na contraproposta, superestimando as reivindicações dos docentes e sugerindo que o atendimento das demandas era inviável, configurando uma tentativa de desqualificar o ANDES perante a opinião pública e omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas Assembleias, em negociar o término da greve.⁵⁹⁹

Com valores inferiores às expectativas assumidas pelas diferentes categorias de trabalhadores do funcionalismo público federal, em relação aos reajustes prometidos pelo Governo, considerando o montante aprovado pelo Congresso Nacional para o cumprimento dos compromissos financeiros em 2006 através da LDO, a APROFURG, reconhecendo a gravidade da situação, destacou a ausência do professorado em eventos como, por exemplo, durante a Audiência Pública solicitada pela Seção Sindical e promovida através da Comissão de Educação e Saúde da Câmara dos Vereadores do Rio Grande. A ausência nos debates implicava a dificuldade de identificar uma clara posição sobre as expectativas dos docentes da FURG acerca dos desdobramentos em curso. Por esse motivo, acabou aprovado em Plenária um novo indicativo de greve o dia 8 de novembro.⁶⁰⁰

Com o posicionamento contrário ao novo indicativo de greve, os docentes da FURG, em Assembleia, repudiaram a participação do PROIFES na mesa de negociações, bem como as ações do MEC “no sentido de protelar as negociações através de sucessivas atitudes que afrontam os mais basilares princípios da respeitabilidade entre as Instituições”, sobretudo, ao convidar o PROIFES para reuniões de negociações, uma vez que tal Entidade não tinha nenhuma representatividade entre os docentes.⁶⁰¹

⁵⁹⁷ BERNARDO, João. *Um duplo desafio*. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, Ano XV, nº 37, março de 2006, p. 25.

⁵⁹⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 263, 6 a 12 de outubro de 2005, p. 3.

⁵⁹⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 266, 25 de outubro a 03 de novembro de 2005, (Capa).

⁶⁰⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 266, 25 de outubro a 03 de novembro de 2005, (Editorial), p. 2.

⁶⁰¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 267, 09 a 16 de novembro de 2005, (Editorial), p. 2.

Na medida em que o Ministério da Educação insistia na manutenção de uma proposta rejeitada pela categoria, enquanto resposta, o CNG propunha, entre outros pontos, a radicalização do movimento grevista, conclamando as Seções Sindicais não anuentes a buscarem apoio de parlamentares e o estreitamento das relações com a FASUBRA, o SINASEFE e os movimentos sociais, estabelecendo o dia 10 de novembro como Dia Nacional de Luta com presença pública e manifestações dos docentes, objetivando denunciar o impasse criado pelo governo.⁶⁰²

Em um longo comunicado, o CNG reafirmou a continuidade do movimento e destacou sua relevância enquanto único instrumento capaz de superar a intransigência do Governo Lula, pois esteve alicerçado nos princípios da paridade e isonomia, da valorização do trabalho docente e da defesa da Universidade pública e gratuita. Acusando o Executivo Federal de desconhecer as potencialidades da greve, ao utilizar o artifício do Grupo de Trabalho/Ministério da Educação (GT/MEC) com a finalidade de desviar a centralidade das negociações com o Comando Nacional de Greve, recebido pelo MEC somente após mais de um mês desde a deflagração do movimento, o Ministério da Educação foi obrigado a reconhecer a expansão do movimento que demonstrou a persistência da categoria diante de suas constantes tergiversações e omissões.

A intransigência com que o MEC atuava em relação à greve dos docentes expunha o projeto estratégico defendido pelo Executivo Federal, em que as restrições do limite orçamentário impostas pelo MPOG escondiam a política de adesão irrestrita do Governo Lula aos ditames do projeto neoliberal, em um contexto de instabilidade com sua base de aliança conservadora, ainda sobre o fogo cruzado dos escândalos do “mensalão”.⁶⁰³ “As denúncias continuavam a surgir, ligando nesse esquema de corrupção em empresas estatais, bancos oficiais, fundos de pensão e empresas privadas e privatizadas”, porém o Governo continuava passando uma imagem da estabilidade político-financeira, com o país mantendo-se fiel aos acordos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

À medida que o governo mantém a política de elevados superávits primários para honrar os compromissos com o capital faltam investimentos em setores básicos (hoje visivelmente sucateadas), e o quadro de insegurança e a violência no trato com os movimentos sociais não condizem com o Estado democrático. A empatia do governo, quer no “mensalão”, quer na política do dia a dia, é de transferir as responsabilidades para aqueles que são críticos e se opõem à sua política deliberada de manter o poder a qualquer preço e o país atrelado um projeto contrário às aspirações e necessidades do povo brasileiro. O governo não age isolado. O seu plano de poder inclui alianças com a base Conservadora do Congresso Nacional. Em relação a sociedade civil, busca seduzir os setores mais necessitados com políticas assistencialistas e/ou compensatórias e garantir a sustentação política advinda de parte dos movimentos sindicais que aí ele se associam. Há anos a política

⁶⁰² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 268, 16 a 23 de novembro de 2005, (Editorial), p. 2.

⁶⁰³ A crise do chamado “mensalão” se configurou através de um esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor das pautas propostas pelo Governo. O “mensalão” foi considerado como um dos escândalos de corrupção mais estrondosos da história recente da República brasileira. In: ALMEIDA, Aline de & COUTINHO, Miguel Luis Felipe. *A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais*. Revista Opinião Pública, Vol. 13, nº 1, 2007.

governamental vem, em nome da modernização, atingindo a Universidade Brasileira. Esta política de submissão ao ideário neoliberal implantada a partir de Collor de Mello, avançou nos anos 90 com FHC por meio de privatizações e o objetivo de tornar mercadoria todos os componentes da vida social, submetendo a cultura, a vida e a existência a condição de bem material excluídos como direito subjacente a todo ser humano. O governo Lula só fez aprofundar essa linha perniciosa de atuação. Emblematicamente assumiu as bandeiras mais caras ao capital: o ajuste fiscal aplicado até o "osso"; a reforma privatizante da Previdência, que retirou direitos dos trabalhadores para ampliar a esfera de reprodução do capital; a reforma Universitária para definir a submissão cultural, científica e tecnológica aos interesses das Nações centrais do capitalismo e aprofundar os processos de privatização e mercantilização da educação e do conhecimento; a Reforma Trabalhista e Sindical para suprimir direitos e desorganizar movimentos que não perfilam no seu interesse e atrelá-los (tão somente) à causa dos dominantes.⁶⁰⁴

Os representantes do Ministério da Educação, acuados pela resistência e disposição do movimento docente em “condenar o sindicalismo paralelo” e lutar pela sua pauta de reivindicações com o apoio e atuação de uma “força-tarefa” parlamentar, atuaram de forma sincronizada aos propósitos orientadores da política governamental, que condenava os interesses coletivos dos trabalhadores à lógica do capital financeiro.

Orientado por essa opção estratégica de reapresentar seguidas vezes a mesma proposta, prolongando uma greve que poderia estar solucionada e pressionado pela resistência e luta da categoria docente, em uma atitude autoritária, o MEC rompeu as negociações, declarando que tomaria medidas legais para implementar sua proposta.

[...] A relação custo/benefício entre qualquer atitude do governo que desconsidere as reivindicações docentes, coloca-o em situação extremamente delicada posto que a proximidade das eleições e a capacidade de influência sobre a opinião pública da categoria não podem ser ignorados. Para além destes aspectos, ainda que considerar a pressão dos parlamentares solidários ao Movimento e da Comissão Parlamentar de Intermediação comprometida com o atendimento da Pauta de Reivindicações docente, assim como a delicada situação que envolve o até então intocável Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Se até algum tempo atrás, tanto oposição quanto situação partilhavam (dentro do possível) pacto tácito de preservação da política econômica do governo (de acordo com os ditames do ideário neoliberal), este aspecto se fragiliza cada vez mais. As denúncias que agora atingem o Ministro Palocci, assim como o registro de não crescimento da economia (após meses consecutivos de crescimento), permitem a oposição atuar de forma mais contundente na crítica ao governo e incluir a economia na esteira da crise política que o envolve a mais de 6 meses [...].⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 268, 16 a 23 de novembro de 2005, p. 3.

⁶⁰⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 268, 16 a 23 de novembro de 2005, p. 3.

Para o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, diante desse quadro, as tarefas primordiais para o Movimento Docente compreendiam a manutenção e o fortalecimento da greve, tornando-a mais visível de forma a estreitar relações com a sociedade, com o objetivo de demonstrar a irresponsabilidade e a incapacidade do Governo em seu prolongamento e desfecho, na medida em que não negociava concretamente com o Movimento Docente.⁶⁰⁶

Com o encerramento das negociações e a não resolução dos impasses, o Ministério da Educação comunicou que enviaria o projeto de reajuste salarial para o Congresso Nacional até o fim do mês. No entanto, o ANDES afirmava que a proposta do Governo não estava de acordo com as reivindicações da categoria e ratificou a disposição em levar a paralisação adiante.⁶⁰⁷

A análise preliminar do Projeto de Lei enviado ao Congresso, realizada pelo Comando Nacional, diagnosticou, dentre outros pontos, que o Governo aumentou os recursos para viabilização de sua proposta, de R\$ 500 para R\$ 650 milhões, mesmo depois de afirmar que havia chegado ao limite financeiro possível (R\$ 500 milhões), argumento utilizado para interromper as negociações. Em suma, na avaliação do CNG, “o Governo aumentou o recurso e manteve a lógica que confirma que o problema não é financeiro. Os R\$ 150 milhões a mais não impediram que o governo diluísse, ao longo do ano de 2006, os efeitos financeiros aos docentes”. Como o Projeto de Lei não apresentava “qualquer novidade que pudesse alterar a avaliação do movimento docente em relação à proposta do governo”, o CNG se comprometeu a acompanhar sua tramitação, para, tão somente depois, “realizar uma avaliação política do momento atual da greve e de seus desdobramentos”.⁶⁰⁸

Alguns dias após, em 19 de dezembro, a greve chegou ao fim, ainda que o movimento não tenha concordado com a proposta apresentada pelo MEC, “os professores avaliaram que não havia mais condições de alterar o texto, pois o Governo Lula encerrou as negociações e enviou um projeto de lei para o Congresso para impor a sua proposta”.⁶⁰⁹

Entre os meses de dezembro de 2005 e março de 2006, o movimento docente nacional aguardou a tramitação do PL n° 6.368/05, que, caso aprovado, cumpria o acordo referente ao término da maior greve realizada até então pela categoria, com duração de cento e doze dias. Após a SINASEFE realizar paralisação pelo cumprimento do acordo, foi aprovada, em regime de urgência, a tramitação do PL, que criava a classe de professor associado, intermediária entre os níveis de adjunto e titular. “Para ingressar na nova classe, o docente precisará estar, no mínimo, há dois anos no último nível da classe de professor adjunto, possuir o título de Doutor, e ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico”.

Ademais, pelo Projeto de Lei, o professor que possuísse o título de doutor ou de livre-docência passaria a receber um adicional de 75%, e não mais de 50%, sobre o salário básico. Docentes com “título de mestre passariam a receber 37,5% de adicional, ao invés dos atuais 25%, enquanto os detentores de certificados de especialização ganharam 18%,

⁶⁰⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 268, 16 a 23 de novembro de 2005, p. 3.

⁶⁰⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 269, 23 a 30 de novembro de 2005, p. 3.

⁶⁰⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 269, 1° de dezembro a 06 de março de 2006, p. 3.

⁶⁰⁹ Cf. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano n° 8, terça-feira – 20 de dezembro de 2005, p. 36.

e não mais 12%”. A proposta criava ainda um percentual de 7,5% para aqueles que tivessem certificado de aperfeiçoamento.⁶¹⁰

Ao irromper da Campanha Salarial 2006 das IFES e SPF, que basicamente envolvia a atualização dos índices de reajuste que constavam na pauta do ano anterior, o movimento docente ainda exigia o cumprimento dos acordos firmados no ano anterior, particularmente, com o professorado de 1º e 2º graus, e com outros segmentos dos SPFs.⁶¹¹ O movimento docente entendia que a estagnação do PL nº 6368/05 demonstrava de fato o descaso do Governo Federal com as políticas para a educação pública, gratuita, referenciada e de qualidade. Nesse sentido, a Plenária dos SPFs, realizada no início de abril, propôs o fortalecimento imediato da mobilização do movimento docente, que protocolou sua pauta de reivindicações junto ao MEC.⁶¹²

O atraso no cumprimento dos acordos e as intrincadas relações entre o Governo e os trabalhadores sofreram um agravamento diante do contexto de criação de um “pacote sindical e trabalhista”, precisamente, de um Decreto “sobre a composição tripartite das instâncias que deliberam sobre as políticas públicas estaduais e se utilizam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, proposto pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pela fundação da Central Sindical do CONLUTAS, que contava com o apoio de 250 sindicatos e de 80 movimentos populares, representando cerca de três milhões de trabalhadores. O principal nome da nova Central Sindical, José Maria de Almeida, fundador da CUT e Presidente Nacional do PSTU, afirmou que a “CUT já vinha funcionando com precariedade desde o governo FHC, porém ainda era um instrumento dos Trabalhadores. Mas no governo Lula a crise aumentou, porque a CUT agora é um instrumento do governo”, que contribui na aplicação de suas políticas e defende interesses contrários aos dos trabalhadores.⁶¹³

Antecedendo em alguns dias a oficialização da criação da nova central sindical, foi realizada eleição para a composição da nova Diretoria da APROFURG. Com chapa única ao pleito, o candidato à presidência da Seção Sindical, Professor Paulo Juarez Rieger, relatou reminiscências de sua trajetória de lutas na FURG, afirmando que sempre participou das atividades da Entidade, como Congressos, palestras e Assembleias. No decorrer desse tempo, percebeu a necessidade de lutar para contribuir com a sociedade de um modo geral, principalmente com a Universidade pública e gratuita. Assim, acabou surgindo a iniciativa de colocar à disposição da APROFURG, seu nome para representar a categoria, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela atual gestão. Paulo Rieger afirmou ainda que a atual conjuntura vivenciada pelo país não permite “que fiquemos parados” e “que todos devemos lutar e enfrentar os problemas vividos pela Universidade no atual Governo”.⁶¹⁴

Em seu último Editorial, a Diretoria da APROFURG fez um balanço dos dois anos em que esteve à testa da Entidade, destacando que tal empreitada “foi uma jornada

⁶¹⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 272, 23 a 29 de março de 2006, p. 3.

⁶¹¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 274, 06 a 12 de abril de 2006, (Editorial), p. 2.

⁶¹² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 276, 27 de abril a 03 de maio de 2006, p. 3.

⁶¹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 277, 04 a 10 de junho de 2006, p. 3.

⁶¹⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 278, 11 a 17 de maio de 2006, p. 3.



de muito diálogo e aprendizado”, acompanhada pelo “refluir dos sonhos de um governo que se elegeu afirmando estar inspirado na defesa do estado brasileiro, comprometido com a melhoria e fortalecimento das estruturas políticas”. Por esses motivos, “persistimos na defesa de nossos princípios – universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada”, identificando a educação como direito de todos e dever do Estado, “não arredamos o pé da isonomia – aumento igual para o mesmo trabalho, e da paridade – os ativos e os aposentados devem receber o mesmo percentual de reajuste”. “Convictos na consciência de que a liberdade é uma conquista, e que o nosso exemplo é fundador do respeito que ainda recebemos, reafirmamos que a APROFURG é a nossa casa, nossa escola e nossa trincheira – é de todos nós!”.⁶¹⁵

⁶¹⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 280, 25 a 31 de maio de 2006, (Editorial), p. 2.

“EQUILÍBRIO DEMOCRÁTICO E PERSEVERANÇA”

Contando com cento e sessenta e oito votos válidos, dez em branco e nove nulos, em 1º de junho de 2006, assumiu a APROFURG para o biênio 2006/2008, a Chapa “Atuação”, que tinha os seguintes Professores em seu quadro diretivo: Presidente: Paulo Juarez Rieger, Vice-Presidente: Elmo Swoboda, Secretária-Geral: Susi Heliene Lauz Medeiros, 1ª Secretária: Marlene Teda Pelzer, Tesoureiro-Geral: Jarbas Greque Acosta, 1º Tesoureiro: Oswaldo José de Paula Barbosa, 1º Suplente: Cláudio Gabiatti, 2º Suplente: Paulo Roberto Armanini Tagliani, 3º Suplente: Lauro Roberto Witt da Silva e 4º Suplente: João Sarkis Yunes.

Ao tomar posse, a Diretoria da Associação dos Docentes da FURG reafirmou o compromisso de dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido. Estiveram presentes na solenidade de posse representantes sindicais, associações de bairro, Professores aposentados e ativos, e o Reitor João Carlos Brahm Cousin. Ao dar por abertos os trabalhos, o presidente da mesa diretora, Professor José Carlos Vieira Ruivo, tomou a palavra e expressou profundo agradecimento aos funcionários da entidade pelo apoio indispensável ao trabalho realizado ao longo dos dois anos.⁶¹⁶ Em seu discurso de posse, o Presidente da APROFURG, Professor Paulo Rieger, ressaltou importantes aspectos da organização sindical dos docentes da FURG, indicando que, apesar de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Gestão anterior, caracterizaria seu mandato pautado por uma política de coalizção.

Muitos são os caminhos que podemos trilhar em nossas vidas, muitas são as opções que a vida nos oferece, mas poucas são as oportunidades de podermos contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das nossas instituições democráticas, como essa possibilidade que hoje se concretiza em nossa caminhada. Quero agradecer ao Professor Ruivo e o Professor Humberto pelo apoio a nós oferecido durante a nossa jornada inicial. Aos colegas que nos prestigiaram com o seu voto, bem como aos que não concordaram com a nossa proposta de trabalho, queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer e dizer da satisfação e orgulho que sentimos em representá-los, bem como queremos dizer que sempre procuraremos contar com o vosso apoio, conhecimento e experiência ao longo da nossa caminhada. Hoje, ao analisarmos a atual conjuntura, o desenrolar do último processo eleitoral para presidência da nação brasileira, as propostas políticas, humanitárias com relação aos servidores públicos federais utilizadas como plataforma pelo atual governo para chegar ao poder, percebemos o grande engodo ao qual fomos submetidos. Achávamos que não mais precisaríamos enfrentar lutas que no passado eram uma constante, governo após governo, que estaríamos começando a viver uma condição de vida com mais qualidade, sem mais precisarmos nos preocupar com movimentos reivindicatórios, com as perdas de nossos direitos trabalhistas, previdenciários, isonomia salarial, plano de carreira, as nossas aposentadorias não nos seriam aviltadas, não aconteceriam mais os processos de sucateamento e precarização do ensino superior, teríamos

⁶¹⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 282, 07 a 13 de junho de 2006, (Capa).

uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Porém, ao contrário estamos vivendo uma condição, quem sabe, igual ou pior do que aquela que vivíamos nos governos anteriores. Manter o equilíbrio democrático, perseverar na manutenção dos nossos valores culturais, ético-morais são a síntese de nossa proposta de campanha, a qual manteremos ao longo de nossa caminhada à frente desta instituição que é fundamental para nós, pois a APROFURG foi, é e será o instrumento de nossa representação, de nossos direitos como classe, como formadores de opinião, como professores desta Instituição Superior de Ensino. Agradecemos a todos os que nos prestigiaram, até este momento, estando certos do mesmo apoio nos momentos futuros.⁶¹⁷

Com o objetivo de “manter o equilíbrio democrático”, fragilizado em razão das expectativas frustradas de grande parte dos trabalhadores docentes em relação ao Governo Lula, o crescimento da imposição de medidas autoritárias contra os sindicatos, o ‘peleguismo’ da Central Única dos Trabalhadores – que gerou uma série de rupturas por parte do movimento docente com o Partido dos Trabalhadores – e a construção de uma nova Central Sindical ligada ao CONLUTAS, implicando uma retomada voluntária, ou não, da reestruturação da identidade sociocultural e política sindical, advinda do limiar da década de 1980 e herdeira das lutas por redemocratização no país, uma das primeiras ações da Diretoria foi tentar aproximar os docentes da Entidade.

Para tanto, no decorrer de 2006, fazendo uso de uma metodologia que consistiu na realização de entrevistas, posteriormente transcritas no *Pó de Giz*, a APROFURG passou a ouvir o professorado que emitiu opiniões diversas sobre suas práticas laboriosas, o contexto político e impressões acerca do trabalho desenvolvido pela Seção Sindical, deslocando o espaço de diálogo, ausente nas Plenárias, para as páginas de seu jornal.

O Professor Carlos Roney Tagliani, atuando há 15 anos na FURG, afirmou que participou de várias Assembleias da Entidade e observou que, em relação ao número de sindicalizados, apenas uma minoria resolvia as questões e votava. “Todas as vezes que participei de algumas Assembleias, me senti um pouco excluído por parte dos grupos fechados ali presentes”. “Sinto que são questões extremamente políticas que fogem de uma verdadeira democracia”. Carlos Tagliani afirmou ainda que “diversos professores sindicalizados não participam de nenhuma atividade por causa dessa falta de democracia e insistência desses grupos pequenos e políticos”, acrescentando que, “pelo que tenho visualizado, esta Diretoria tem novas estratégias de integração com a classe docente”.⁶¹⁸

Para a professora Marta Riegert Borba, docente há 25 anos na FURG, ao rememorar sua participação em diversas atividades desenvolvidas pela APROFURG, ressaltando sua presença nos Comandos Locais de Greve, a Entidade era referência para os docentes, pois, além de defender os direitos dos professores, “é um local de defesa da Universidade como um todo e, ainda, da comunidade em geral”. “Por isso, deve retomar certas iniciativas, como a discussão permanente da atual conjuntura da educação no Brasil”, oferecendo seminários voltados não somente à educação, mas aos demais aspectos relacionados à vida dos brasileiros e rio-grandinos.⁶¹⁹

⁶¹⁷ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 282, 07 a 13 de junho de 2006, (Editorial), p. 2.

⁶¹⁸ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 285, 23 a 29 de agosto de 2006, p. 4.

⁶¹⁹ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 286, 30 de agosto a 04 de setembro de 2006, p. 4.

Com mais de 24 anos de trabalho na FURG, a Professora Maria José Chaplin descreveu que o papel da APROFURG “é desmistificar as questões que norteiam as lutas da classe docente e trabalhadora mantendo a coerência de observar o que está previsto no Estatuto do Sindicato Nacional”. Na concepção da Professora, a Entidade deveria usar os meios de comunicação que possui para apontar sua razão de ser enquanto Seção Sindical, enfocando assuntos relacionados à Reforma Sindical, pois havia pouca ou nenhuma informação a respeito. A docente salientou que a Associação não pode ser confundida como uma entidade recreativa cultural ou desportiva, pois a Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande (AFURG) cumpria esse papel. “Quando se pensa em recreação, o sindicato foge de sua verdadeira linha, que é a defesa dos trabalhadores”. “A APROFURG tem que estar à frente dos interesses da classe docente e também da comunidade em geral, discutindo os problemas enfrentados pela nossa sociedade, onde estamos inseridos e educando”. Maria José Chaplin ainda avaliou que a luta não deveria passar apenas pela remuneração, mas também pelos aspectos sociais ambientais e de saúde, políticos e dos direitos dos trabalhadores.⁶²⁰

Na opinião do professor Mauro Nicola Póvoas, a APROFURG “tem um lado negativo perante a classe docente”, pois “as pessoas comentam em seu Departamento que a Entidade existe, mas que ninguém se envolve em suas atividades por causa de um pequeno grupo político, com as mesmas visões e sempre com a mesma luta”, o que causava o afastamento dos docentes de participarem efetivamente da Entidade.⁶²¹

A Professora Elizabeth Itusarry argumentou que a Assessoria Jurídica da APROFURG “está de parabéns, pois tem atendido as dificuldades encontradas pela categoria docente”, porém, relatou que a Associação não tinha mais a mesma aceitação perante os docentes da Universidade, “diferentemente de anos atrás, quando era muito mais movimentada, quando os professores participavam efetivamente de suas atividades”. “Os anos foram passando e a APROFURG passou a ser um sinônimo de PT, mas e aqueles professores que não têm partido e não têm direito a manifestação nas assembleias, porque sempre são mal interpretados?”. Afirmando que esse tipo de conduta praticada por militantes partidários não era saudável para a categoria, a Professora concluiu que, apesar de pagar suas mensalidades, “me sinto simplesmente afastada por conta de um pequeno grupo que deixa a desejar, tornando o processo de debate e defesa dos interesses da categoria um círculo vicioso, que deixam certo desânimo em vários docentes da Universidade, desmotivando, assim, a participação em qualquer atividade na Entidade”.⁶²²

Sugerindo alteração dos horários das Assembleias realizados pela Entidade, tendo em vista a dificuldade de muitos docentes participarem, o Professor Marcos Cardoso Rodriguez fez menção que “a criação de seminários e palestras com assuntos de interesse da classe associada atrairia muito mais os professores”. Além disso, o docente ressaltou a necessidade de criação de instrumentos de socialização entre a Comunidade Universitária,

⁶²⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 287, 04 a 19 de setembro de 2006, p. 4.

⁶²¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 289, 27 de setembro a 04 de outubro de 2006, p. 4.

⁶²² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 289, 27 de setembro a 04 de outubro de 2006, p. 3.

através da realização de eventos que reunissem toda a categoria, como festas, churrascos e atividades artístico-culturais.⁶²³

O Professor Antônio Sérgio Varela Júnior observava o momento da APROFURG com “bons olhos”, embasado na percepção de que “a atual Diretoria está inovando e buscando novas formas de integrar-se com os sindicalizados”. “Enquanto sindicalizado da Associação dos professores da Universidade Federal de Pelotas sempre observei que a cultura é a parte importante das atividades do movimento sindical. Na ADUFPel, é comum a exposição de fotos, seminários, jantares, almoços e, inclusive exposição de vídeos como forma de integração entre os docentes”. O professor acrescentou que, dessa maneira, “os sindicalizados sentem-se mais à vontade para participar dos eventos promovidos pela associação”. “A APROFURG poderia se espelhar na Associação vizinha, para fazer com que os sindicalizados da FURG se façam mais presentes nas atividades desenvolvidas pela entidade”.⁶²⁴

Oswaldo José de Paula Barbosa – professor e fundador do Hospital Psiquiátrico de Rio Grande e um dos pioneiros na criação da Faculdade de Medicina – via “no trabalho de resgate e integração com os docentes a possibilidade de uma participação mais efetiva”, sobretudo a partir da Gestão do Professor Ruivo, “ocorreu uma mudança importante de enfoque, quando sem esquecer o pessoal da ativa, passou-se a resgatar os jubilados”.⁶²⁵

A Professora Derocina Alves Campos Sosa afirmava que “mais do que pensar no Sindicato como defensor da categoria, deve-se pensá-lo como um espaço para reflexão e ação nas soluções dos problemas locais, regionais, nacionais e até internacionais”. “Esta discussão, me preocupa. Muitas vezes, despende-se uma energia muito grande com assuntos muito amplos, assuntos gerais, e esquecemos de salvaguardar ou resguardar os nossos direitos adquiridos”. A Professora utilizou como exemplo o período em que a APROFURG esteve imersa no debate sobre ALCA, mesma época em que acontecia Reforma Previdenciária, “que, na verdade, passou despercebida por todos nós”. “A ALCA é muito importante, mas que, em função dessa discussão a Reforma da Previdência passou de ‘roldão’”. “Discutiu-se muito sobre a ALCA e, quando a categoria se deu conta da atual reforma previdenciária, não havia mais tempo para retroceder, para que não chegássemos a esta catastrófica reforma que, na verdade, é um assassinato das garantias constitucionais”. “Devemos debater temas econômicos nacionais e internacionais, para que possamos manter o espaço que conquistamos ao longo desses anos de trabalho”.⁶²⁶

A Professora Clara da Silva dos Santos afirmou que tentou integrar a APROFURG, porém sucumbiu diante da constatação de que a “APROFURG está no casulo”. “Só conjugam os mesmos verbos, e quem não fala do mesmo modo logo é rejeitado, ou não entendem”. A “APROFURG está ali, sei que existe, é meu grêmio, sei que tenho que ajudar, reconheço a importância, mas não me sinto comprometida afetivamente”.⁶²⁷

⁶²³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 290, 06 a 11 de outubro de 2006, p. 4.

⁶²⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 291, 12 a 17 de outubro de 2006, p. 4.

⁶²⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 293, 02 a 14 de novembro de 2006, p. 4.

⁶²⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 295, 23 a 29 de novembro de 2006, p. 4.

⁶²⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 298, 13 de dezembro a 11 de janeiro de 2007, p. 4.

As manifestações proferidas pelos docentes, motivadas por suas inúmeras insatisfações, algumas delas oriundas das propostas efetuadas pelo Governo Lula, bem como das denúncias de corrupção que atingiram os altos escalões do Executivo e do Partido dos Trabalhadores, amplamente divulgadas pela imprensa nacional, de certa forma, retratavam características elementares dos antagonismos historicamente verificados no movimento docente, ao passo que os sentimentos de exclusão, de apartação e de repulsa política contidos em alguns relatos oferecem um panorama daquilo que passou a forjar um *locus* do fazer político denominado de “antipetismo”.

As reclamações constantes por parte dos professores, visando a melhorias das condições de trabalho e valorização salarial, que contribuíam para o acirramento dos ânimos entre os SPF e o Executivo, decorriam da intensificação de ações visando ao equilíbrio fiscal, que priorizavam a elevação do superávit primário e transferia grande parte do esforço fiscal para o pagamento de juros a serviços da dívida pública, comprometendo a realização de alguns serviços essenciais à população em áreas como saúde e educação.⁶²⁸

Atentos à pluralidade de opiniões e vislumbrando um processo de reorganização da classe trabalhadora através da construção do CONLUTAS, em Editorial, a APROFURG conclamou os docentes para participarem da Assembleia realizada pela Seção Sindical, quando da apreciação de filiação do ANDES-SN à nova Central Sindical. Na opinião da Diretoria, o “CONLUTAS se apresenta como uma nova opção de representatividade a qual, se não atende integralmente a todas as nossas necessidades, pode vir a tornar-se mais um instrumento de defesa dos nossos direitos trabalhistas já tão combatidos e combatidos pelos últimos governos”. Por outro lado, afirmava que “não devemos nos esquecer de que também somos e representamos uma Entidade Sindical forte o suficiente para gestionar junto ao MEC, pela manutenção e, além disso, por novas conquistas, sejam elas de cunho salarial, político, previdenciário, ou sindical”.⁶²⁹

Culminando os debates sobre a organização da classe trabalhadora, desenvolvidos na base do Sindicato desde o 25º CONGRESSO e, particularmente intensificados em decorrência do cronograma deliberado pelo 51º CONAD, foi aprovada a filiação do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS e a centralização de esforços para a constituição de um amplo pólo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que potencialize as lutas antineoliberais com vista à unidade dos que estão dispostos a lutar.⁶³⁰

Após o ANDES-SN deliberar pela sua filiação ao CONLUTAS, a Plenária dos SPFs realizada pela CNESF, aprovou o indicativo de Greve Unificada para a primeira quinzena de junho, porém os docentes da base do ANDES-SN defenderam o posicionamento de que ainda não havia condições para a construção de um movimento grevista nas universidades.

⁶²⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 298, 13 de dezembro a 11 de janeiro de 2007, p. 2.

⁶²⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 302, 02 a 09 de fevereiro de 2007, p. 4.

⁶³⁰ Carta de Campina Grande. Relatório Final do 26º Congresso Nacional do ANDES-SN, Campina Grande (PB), 27 de fevereiro a 04 de março de 2007, p. 114.

A Diretoria da APROFURG, apesar de afirmar que a necessidade de união da categoria docente da FURG, em defesa de seus interesses, “aos poucos emergia, fazendo-nos perceber, tomar consciência e enfrentar a realidade que hoje vivemos em nossas Instituições de Ensino Superior”, deixando de “lamentar as perdas das ‘tradições políticas’ as quais fomos e estamos submetidos há alguns anos, acobertados por um silêncio cúmplice tanto da ‘oposição como da situação’, que parecem rezar pela mesma cartilha”⁶³¹, por ausência de quórum, acabou não realizando a Assembleia Geral marcada para ocorrer no dia 21 de maio⁶³².

Envolvidos com as propostas governamentais como a aprovação urgente do REUNI e transcorrendo um período conturbado que explicitava a crise político-sindical, a APROFURG, em uma Assembleia Geral esvaziada, conseguiu aprovar para o dia 21 de agosto o indicativo de greve e a criação da Comissão de Mobilização, a fim de discutir os procedimentos a serem adotados de forma a conscientizar e viabilizar o debate junto à Comunidade Universitária.⁶³³

Professores e professoras! Com a crescente precarização do trabalho docente e o sucateamento da educação pública, estamos preocupados e em busca de uma mudança que beneficie nossa cidade. Os últimos acontecimentos mostram que, por exemplo, através do REUNI a questão salarial, embora importante, não é uma questão isolada na nossa luta por mudanças que tragam melhorias efetivas não apenas para nós professores, mas também para o ensino público. Em busca dessa melhoria é que foi aprovado o indicativo de greve e criada a comissão de Mobilização dos Professores da FURG, na qual queremos contar com seu apoio e colaboração nessa luta que é de todos nós.⁶³⁴

No debate idealizado e promovido pela Comissão de Mobilização dos docentes da APROFURG, com a presença do Professor Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente do ANDES-SN, sobre o Projeto de Reforma Universitária denominado REUNI, o Reitor João Carlos Brahm Cousin afirmou que a FURG participaria aderindo ao Programa, o que preocupou a Diretoria da APROFURG, sobretudo, em razão da adequação e realização do REUNI na Universidade, naquilo que compreendia o montante de recursos, contratações de docentes e investimentos na ampliação dos espaços físicos. Destacando ainda que a questão salarial não foi levada em conta, bem como a ampliação do número de professores concursados.⁶³⁵

Na busca incessante pela mobilização do movimento docente local, a Diretoria da APROFURG fez uso do mito fundador da identidade regional do Rio Grande do Sul, pautando, em seu Editorial, os ideais da Revolução Farroupilha.

⁶³¹ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 305, 16 a 23 de maio de 2007, p. 2. Na Edição anterior do *Pó-de-Giz*, nº 304 de 09 a 15 de maio, assumiu a editoração e o setor de jornalismo da Associação a jornalista Lisandra Reis.*

⁶³² Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 306, 23 a 30 de maio de 2007, (Capa).*

⁶³³ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 306, 23 a 29 de agosto 2007, p. 3.*

⁶³⁴ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 319, 29 de agosto a 05 de setembro de 2007, (Editorial), p. 2.*

⁶³⁵ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 322, 19 a 26 de setembro de 2007, (Editorial), p. 2.*

Professor e Professora. Vamos na semana farroupilha, dia 20 de setembro lembrar-nos da luta dos gaúchos pela independência dos mandos e desmandos do governo central. A data faz lembrar o momento em que nós, docentes, igualmente estamos vivendo. Sem querer comparar com os guerreiros do ideal farroupilha, também nós professores temos sido grandes em nossa luta. Se nossos antecedentes farrapos já lutavam contra um governo que desfavorece o povo, nós enfrentamos também uma luta contra o poder central que impõe duras realidades contra a nossa categoria, dessa vez via o Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI). Contamos, então, professor e professora, com a sua presença e participação nessa luta que é de todos nós, através de nossas mobilizações, como na paralisação do último 13 de setembro e na próxima assembleia, marcada para a última semana deste mês. Esperamos que, assim como nossos irmãos farrapos, “não nos entreguem pros homi, de jeito nenhum, amigos e companheiros”.⁶³⁶

Além de paralisarem as atividades no dia 13 de setembro, em protesto contra a postura do Governo Lula em não abrir negociações, após alguns dias, membros da Diretoria da APROFURG estiveram em Brasília para um encontro com as Setoriais, quando receberam a informação de que o Executivo sinalizou a abertura de diálogo com a categoria, para a construção de uma resolução aos impasses relacionados às questões salariais. Na avaliação do movimento Docente Nacional, a intenção significava que o Governo estava pressionado pelo movimento, que organizava ações para a deflagração da greve nacional, pois das trinta setoriais presentes no encontro em Brasília, treze foram favoráveis à greve, oito contrárias e nove ainda não tinham uma definição deliberada por suas bases.⁶³⁷

Enquanto os debates avançavam lentamente sem a definição de uma linha concreta de negociações, em nova reunião do Setor das Federais, o movimento docente declarou seu empenho na rejeição ao REUNI e pela conquista, em especial, de sua pauta de reivindicações, respaldada pelo resultado das Assembleias Gerais de base, que explicitaram um quadro crescente de indignação e mobilizações.

Com indicativo de greve aprovado em Assembleia e denunciando que a Universidade pública sofria um dos ataques mais virulentos de sua existência, traduzidos em propostas do Governo “pretensamente inovadoras e de ampliação social que, na realidade, são antigas formas de privatização” e “de precarização do trabalho docente”, “ainda mais agressivas, de desmonte do sistema com o aviltamento da produção dos saberes e da cultura”, a Diretoria da APROFURG afirmava enfaticamente que “a expansão do público para a inclusão social”, através do REUNI, provocaria “tão somente o fim da qualidade da Universidade pública”.⁶³⁸

Após reuniões do grupo técnico para tratar da pauta de reivindicações dos docentes das IFES, realizada na Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a Diretoria

⁶³⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 323, 26 de setembro a 03 de outubro de 2007, (Editorial), p. 2.

⁶³⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 324, 03 a 10 de outubro de 2007, p. 3. A jornalista Lisandra Reis deixa de atuar como editora do Pó-de-Giz e responsável pelo Setor de Imprensa da APROFURG, que contrata para o seu lugar a assessora de imprensa Luciana Daunis.

⁶³⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 326, 17 a 24 de outubro de 2007, (Editorial) p. 2.

da APROFURG passou a reportar os informes prestados pelo presidente do ANDES-SN, Professor Paulo Rizzo, das pautas abordadas na mesa de negociações. Paulo Rizzo fez uma análise detalhada das tabelas salariais propostas pelo Governo e apresentou hipóteses e simulações, visando propiciar o entendimento com vista ao debate. Destacou que, nas negociações com o Governo, o ANDES-SN deveria priorizar os princípios contidos na sua pauta de reivindicações protocoladas no MPOG e no MEC, procurando evitar que o Governo apresentasse soluções pontuais que dificultassem a defesa dos princípios da paridade, isonomia, incorporação das gratificações e da “imprescindibilidade do tratamento simultâneo das questões salariais dos docentes nas carreiras de 1º, 2º e 3º grau”.⁶³⁹

Ao abordar a campanha salarial e a resistência da comunidade universitária ao REUNI, o Presidente do ANDES-SN afirmou que o Sindicato continuaria sua luta contra os “efeitos deletérios” do Decreto nº 9.096/07⁶⁴⁰, que instituiu o REUNI. O debate em torno dos números de adesões, ou não, ao Programa, expunha ao movimento docente um processo heterogêneo, afinal, algumas Universidades acabaram aderindo rapidamente e outras demoraram muito tempo, ao passo que outras instituições não haviam pautado o tema em seus Conselhos Universitários. “Umadas aderiram praticamente sem discussão, enquanto em outras o debate foi intenso e os projetos são diferentes, nem todos estão adequados exatamente às metas do REUNI”. O Professor Paulo Rizzo afirmou que permaneceriam acompanhando ativamente os processos em curso, conscientes de que a luta estava apenas no começo.

No decorrer das reuniões de negociação da pauta dos docentes, o Ministério do Planejamento manifestou a pretensão de construir uma proposta de consenso com as Entidades. No entanto, apresentou uma proposta fundamentada em diretrizes que foram de encontro às reivindicações, insistido em negociar em momentos diferentes com as carreiras de 1º, 2º e 3º graus. A contradição entre o discurso governamental e sua prática política foi narrada por Paulo Rizzo da seguinte forma:

[...] A negociação se dá não apenas em torno de índices de reajustes, mas em torno da composição da estrutura remuneratória e as propostas buscam atender objetivos diferentes, o que dificulta se chegar a um acordo e a possibilidade de um consenso é ainda mais remota. Veja bem, reivindicamos paridade entre ativos e aposentados e a política do governo é a de reduzir ainda mais os benefícios e os direitos dos atuais e, principalmente, dos futuros aposentados. A remuneração por desempenho é também política do governo, enquanto defendemos que a avaliação de desempenho deve se restringir aos processos de progressão na carreira. Por último, mas não menos importante, nós reivindicamos tratamento isonômico para todos os professores e a separação das negociações em momentos distintos para os docentes do ensino superior e para os de 1º e 2º graus é expressão de uma política

⁶³⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 328, 31 de outubro a 06 de novembro de 2007, (Editorial) p. 2.

⁶⁴⁰ O Decreto nº 9096/07, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em seu teor, tinha como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. O Programa tinha, como meta global, a “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” elaborado e apresentado pelas Instituições de Ensino Superior.

que insiste no tratamento diferenciado. É importante ressaltarmos que os resultados da atual negociação serão implantados parceladamente em 2008, 2009 e 2010, consequências serão de longo prazo. [...] ⁶⁴¹

Para o Presidente do Sindicato Nacional, o Governo deveria completar em 2007 um processo iniciado em 2004, relativo à aproximação do valor da GED dos aposentados ao da GED dos docentes em atividade, porém a intensão do Executivo era manter a diferenciação até, pelo menos, 2010. O ANDES insistia que a resolução da distorção existente deveria estar entre as primeiras medidas a serem implantadas, sob pena dos docentes jamais conquistarem tal reivindicação. O governo propunha a incorporação ao vencimento básico de duas parcelas que compunham a remuneração dos docentes, a GAE e a Vantagem Pecuniária Individual (VPI), o que correspondia a uma das reivindicações da categoria. Contudo, “o que o governo dá com uma mão, retira com a outra e propõe a separação do incentivo de titulação do vencimento básico, o que resulta em perdas para os professores”. Assim sendo, o Sindicato exigia a manutenção do incentivo de titulação na composição do vencimento.

Após a apresentação de uma nova proposta ao movimento docente no dia 20 de novembro, a Coordenação do Setor das IFES identificou os pontos que divergem das reivindicações dos docentes, afirmando que a proposta do Governo não compensava as perdas de maneira uniforme e, em alguns casos, sequer repunha os índices inflacionários. Mesmo assim, Paulo Rizzo reconheceu que o governo avançou ao tornar a GED paritária para ativos e aposentados, bem como ao valorizar os professores com doutorado em regime de dedicação exclusiva, mas explicou que não havia nenhuma garantia legal de que essas propostas seriam cumpridas. ⁶⁴²

Em processo de disputas profundas, não apenas em virtude da proposta salarial, mas também em relação ao REUNI, na reunião do ANDES-SN, realizada no dia 2 de dezembro, foi feita uma avaliação de vários temas que necessitavam de reformulações, a fim de que pudessem ser aceitos pelo movimento docente. Foi consensual o objetivo de estabelecer um acordo com o Governo, desde que não impusesse prejuízos e discriminações para a categoria.

Para o ANDES-SN, a ânsia do Executivo na assinatura do acordo era estratégica, pois comprometia a realização do debate entre as Seções Sindicais. Além disso, a “tática de dividir o adversário para derrotá-lo mais facilmente vem sendo adotada pelo governo, separando nas negociações o magistério superior do magistério do 1º e do 2º graus, desvalorizando segmentos da categoria” para forçar o Sindicato a aceitar um acordo que discriminatório e insuficiente não incluía os docentes da carreira do 1º e do 2º grau. Nesse sentido, assinar o acordo nas condições impostas pelo Governo era nocivo para a categoria, pois impossibilitava qualquer mudança ou ajustes posteriores, pelo menos até 2010, deixando o Sindicato engessado. ⁶⁴³

Em 5 de dezembro, a despeito da insistência do ANDES em continuar com as negociações sobre a campanha salarial, subitamente, o Governo impôs o término das tratativas relativas ao magistério do ensino superior, dando continuidade apenas para

⁶⁴¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 329, 07 a 13 de novembro de 2007, (Editorial) p. 2.

⁶⁴² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 332, 28 de novembro a 4 de dezembro de 2007, (Editorial) p. 2.

⁶⁴³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 333, 05 a 11 de dezembro de 2007, (Editorial) p. 2.

as carreiras do 1º e 2º graus. Imediatamente, a Diretoria do ANDES encaminhou o comunicado às Seções Sindicais, solicitando divulgação, análise e posicionamento dos docentes. O Governo utilizou como argumento para o encerramento das negociações a crise da CPMF, alegando que a negativa do Congresso pela sua não renovação traria prejuízos não apenas para o Governo, “mas para as pessoas que usufruem dos serviços públicos e para os servidores”. Em razão disso, afirmou ainda que tinha “suspendido todas as negociações com entidades de servidores que estavam no começo e que apenas concluiriam aquelas que já estavam em estágio avançado”, fazendo com que o ANDES-SN e o SINASEFE não concordassem em assinar o termo de acordo conclusivo do processo de negociação.⁶⁴⁴

Após meses repercutindo em seus editoriais as etapas dos enfrentamentos entre os docentes e o Governo Federal, sobretudo através de entrevistas do Presidente do ANDES-SN, deixando escapar até mesmo a concretização de uma pauta histórica de luta do movimento docente da FURG, quando depois de 24 anos foi promulgado o Estatuto da Instituição⁶⁴⁵, ao término de 2007, a Diretoria da APROFURG fez um balanço das melhorias que foram promovidas em sua sede.

[...] Ao longo deste ano foram realizadas várias alterações em nossa APROFURG, começando pelas novas mobílias que foram adquiridas para a sala da presidência, da cozinha, a nova sala de reuniões/biblioteca, com a criação de uma biblioteca virtual (em construção), uma estante nova para os periódicos, livros e revistas, etc. Enfim, um novo espaço para nosso sindicalizado desfrutar, utilizando-o para se informar e ao mesmo tempo relaxar. Foi comprada uma nova mesa de reunião, criamos uma sala para presidência (diretoria), fizemos modificações na estrutura funcional da sede, com a troca da antena de rádio para internet, banda larga com maior capacidade de velocidade de conexão, adquirimos computador e impressoras novas, foi construído um cercado para a área da churrasqueira, possibilitando assim uma maior segurança para os nossos sindicalizados que desejam utilizar a sede para suas reuniões e confraternizações... Pretendemos ainda realizar a pintura da sede, estamos reformando alguns móveis, tais como estofados para o hall de entrada e algumas cadeiras que serão utilizadas na nova cozinha e na sala de espera da assessoria jurídica. Estamos construindo uma galeria de presidentes da entidade, bem como publicando um livro que relata os 27 anos de lutas e conquistas da instituição, o qual tem por objetivo manter viva a chama da esperança de tempos melhores para todos nós, professores e professoras, sendo este uma boa síntese de toda a nossa trajetória de lutas, enfrentamentos, derrotas e conquistas que obtivemos até o final deste ano de 2007. Buscamos ao longo deste ano valorizar a nossa APROFURG, resgatando nossa história, e esperamos que o ano de 2008 seja mais um período de grandes conquistas e que todos nós, Diretoria, sindicalizados e funcionários da APROFURG, tenhamos um natal cheio de felicidade e que o ano que se aproxima seja repleto de realizações. “Que esse ano novo nos traga muita ‘Paz’, sem esquecer que, para isso, é preciso

⁶⁴⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 334, 12 a 16 de dezembro de 2007, (Editorial) p. 2.

⁶⁴⁵ O Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande foi aprovado pelo Conselho Universitário, conforme Resolução n° 031 de 23 de novembro de 2007.

encontrar um novo jeito de caminhar, tendo fé na construção de uma nova história”. São os votos da Diretoria da APROFURG.⁶⁴⁶

No início de 2008, o Governo apresentou procedimentos semelhantes em relação às suas propostas para os docentes do 3º grau. Persistiam as dificuldades de negociação, independente dos protestos realizados pelo ANDES, que foram reiteradamente enviados ao MPOG. Surpreendentemente, o ANDES-SN acabou não convidado para a rodada de negociações propostas pelo Ministério do Planejamento. Dela participaram somente a CUT, o PROIFES e o SINASEFE, o que explicitou e justificou a tentativa do Governo de promover a separação dos docentes de 1º e 2º graus (SINASEFE) do 3º grau (ANDES). Após analisar o documento enviado pelo Executivo, o ANDES questionou a diferenciação entre níveis e classes em relação ao vencimento básico das cinco estruturas (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado), bem como os valores integrais relativos à gratificação de carreira de 1º e 2º graus e o motivo pelo qual o vencimento básico do topo da carreira de especialista ser mais alto do que o de mestre e doutor.⁶⁴⁷

Um mês antes, no 27º Congresso do ANDES, que definiu os posicionamentos e o plano de lutas do Sindicato Nacional para 2008, entre os diversos assuntos abordados, foi analisada a falácia da política de financiamento da educação dos últimos governos que, ao contrário do que se propalava, não ampliou as verbas para a área da educação. Nesse sentido, o Congresso deliberou a luta por mecanismos que assegurassem o financiamento estável e suficiente de todos os níveis do ensino público.

Considerando o cotidiano vivenciado no interior das Instituições de Ensino, o Congresso denunciou práticas de assédio moral, enquanto uma das formas mais aviltantes de exploração e de desvirtuamento das relações de trabalho realizada contra os trabalhadores em geral e, nesse caso em particular, contra professoras e professores. “O acinte à democracia, de maneira orquestrada, recentemente protagonizada nos *campi*, receberá como resposta um amplo movimento de solidariedade política a todos os que lutam em defesa da universidade pública e são submetidos à odiosa criminalização”⁶⁴⁸, desencadeada por administrações universitárias através de uma escalada de ações truculentas contra o movimento de resistência ao REUNI.

Após uma semana de intensos debates, os docentes presentes no Congresso entenderam que deveriam promover uma radicalização contrária ao processo de precarização do trabalho nas universidades, paralelamente à ocorrência de ações de criminalização dos movimentos de resistência às políticas neoliberais para a Educação Superior brasileira, e ao não atendimento das reivindicações contidas na pauta da campanha salarial de 2007, tendo como alternativa mais eficaz de enfrentamento a realização de uma greve contra a intransigência do Governo Lula.

Mediante o quadro de indefinição quanto ao desfecho da campanha salarial de 2007 e a perspectiva de prosseguirem sem reajuste salarial em 2008, o Setor das Federais do ANDES conclamou a categoria à luta, reafirmando a urgência de discutir a necessidade da greve. A discussão que poderia levar a cabo a eclosão de um movimento

⁶⁴⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 335, 19 de dezembro de 2007 a 15 de janeiro de 2008, (Editorial) p. 2.

⁶⁴⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 337, 07 a 12 de fevereiro de 2008, (Editorial) p. 2.

⁶⁴⁸ Carta de Goiânia. Relatório Final do 27º Congresso Nacional do ANDES-SN, Goiânia (GO), 14 a 21 de janeiro de 2008, p. 158.

grevista resultava da tentativa de o Governo Lula impor, na mesa de negociação, uma proposta rejeitada pela grande maioria das assembleias gerais realizadas pelas Seções Sindicais, também pela inadiável retomada das negociações relativas aos docentes do 3º grau e pela ausência de proposta para o reajuste salarial para os docentes de 1º e de 2º grau.

Na avaliação do Setor das Federais, havia elementos concretos para a mobilização da categoria, pois, no âmbito das IFES, eram propagadas reações de protesto ao avanço das políticas de desestruturação do sistema educacional que pretendiam, cada vez mais, adaptá-lo à lógica do mercado. Porém, não restavam dúvidas de que o esgotamento do tempo de espera por propostas do Governo às demandas salariais frustrava e causava indignação na categoria, levando-a a optar pela radicalização da luta, mediante rodadas de Assembleias Gerais das bases, para aprofundar a avaliação da campanha salarial, considerando a conjuntura, o estágio e os resultados das negociações, para então, na reunião do setor, marcada para o dia 15 de março, a categoria pudesse deliberar sobre a radicalização da luta e do enfrentamento que se apresentava inadiável.⁶⁴⁹

Neste ínterim, a Diretoria do ANDES encaminhou ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, um documento solicitando a reabertura das negociações salariais com os docentes do Ensino Superior, “encerradas de forma unilateral pelos representantes do Governo, em dezembro de 2007, quando apresentaram para a categoria uma proposta que não contemplava as reivindicações aprovadas pela base do movimento”. O Presidente do ANDES afirmava que não havia “desculpas para o governo se esquivar de negociar seriamente, para conceder imediato reajuste aos servidores” e que, portanto, a Diretoria do Sindicato insistiria “nas reivindicações aprovadas pela base do movimento desde o início da campanha salarial 2007, como a incorporação das gratificações ao vencimento básico e a consequente valorização do salário da categoria” e na garantia de que o Governo concedesse o reajuste salarial aos professores ainda no primeiro trimestre de 2008.⁶⁵⁰

Participando ativamente das reuniões em Brasília, a Diretoria da APROFURG anunciou que o ANDES, durante encontro do Setor das IFES, deliberou pela realização de uma Semana de Mobilização Nacional, entre 31 de Março e 4 de abril. A mobilização tinha como principal objetivo “pressionar o governo a restabelecer as negociações salariais devido às distorções nas carreiras do ensino superior e de 1º e 2º grau” que as propostas do governo promoviam. Apesar de ter havido concordância das partes na mesa de negociações acerca da valorização do vencimento básico, o Governo tentava impor a permanência do peso elevado da GED e da GAE na remuneração dos docentes.⁶⁵¹

Com extremas dificuldades em mobilizar a categoria, em Assembleia que contou com a presença de apenas nove docentes, a APROFURG traçou estratégias a fim de obter a participação do professorado da FURG nos debates referentes à política sindical, através da utilização de “meios complementares de luta” que não somente a realização de greve. Os professores sugeriram a realização de debates junto aos docentes, proferidos por especialistas vindos de outros estados, bem como a gravação de um DVD

⁶⁴⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 340, 27 de fevereiro a 04 de março de 2008, (Editorial) p. 2.

⁶⁵⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 342, 12 a 18 de março de 2008, (Editorial) p. 2.

⁶⁵¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 345, 02 a 08 de abril de 2008, (Editorial) p. 2.

como forma de motivação e a intensificação na utilização dos meios de comunicação como carro de som e envio de e-mails.⁶⁵²

Num contexto marcado pela intransigência do Governo ao impor um acordo salarial válido até 2010, pela quebra da isonomia entre os docentes do ensino superior e do 1º e do 2º grau, a implantação do REUNI, o assédio moral nas instituições públicas e particulares, as práticas antissindicais e as reformas universitárias, trabalhista, sindical e previdenciária, acrescidos de episódios frequentes de autoritarismo e violência nos *campi* universitários, nos dias 13 e 14 de maio, ocorreram as eleições para escolha da Diretoria da APROFURG e do ANDES-SN.

O pleito confirmou a continuidade do trabalho desenvolvido pelo atual grupo diretivo, que, com chapa única e mais de 150 votos, foi reeleito para desempenhar as funções sindicais no biênio 2008/2010. A composição da Diretoria sofreu poucas alterações e ficou com a seguinte formatação; Presidente: Paulo Juarez Rieger, Vice-Presidente: Elmo Swoboda, Secretária-Geral: Marlene Teda Pelzer, 1ª Secretária: Susi Helene Lauz Medeiros, Tesoureiro-Geral: Oswaldo José de Paula Barbosa, 1º Tesoureiro: Ubiratan Soares Jacobi, 1º Suplente: Humberto Calloni, 2º Suplente: Anderson Luiz Ruhoff, 3º Suplente: Hélio Gomes e 4º Suplente: Paulo Figueiredo.⁶⁵³

No discurso de posse da Diretoria, ficou evidente a insatisfação e a frustração dos sindicalistas em relação ao Governo Lula, sobretudo em relação à perda dos direitos historicamente conquistados através da luta dos trabalhadores brasileiros.

Não são muitos os momentos que se repetem em nossas vidas e as razões para que estes aconteçam deixam-nos muitas vezes, no mínimo, muito intrigados. Hoje estamos vivendo este momento! Momento este que nos remete ao início de nossa jornada, há dois anos passados. Houve muitas dúvidas, desafios a serem vencidos, resolvidos, o trabalho que se apresentava era intenso. As lutas que enfrentaremos nos tornavam, de certa forma, reféns das circunstâncias. Circunstâncias estas bastante confusas, com quadro político com fluxos e refluxos jamais esperados por aqueles que ao longo do processo participaram de sua construção. Hoje, pouco ou quase nada mudou neste sentido, ao contrário, aprofundaram-se as estratégias comportamentais daqueles que ocupavam os cargos mais importantes de nosso país. Houve perdas dos nossos direitos trabalhistas e previdenciários historicamente conquistados. Nos foram retirados através de manobras vis por aqueles a quem nós apoiamos para lá chegar e defender nossos direitos e deveres. Porém, ao mesmo tempo em que nos tornaram reféns de uma situação inesperada, tornaram-nos involuntariamente partícipes de resultados que nos impressionam pela rapidez com que foram realizados, nos impedindo de qualquer pronta reação que pudesse ser eficaz. Estamos neste momento vivenciando novamente este tipo de situação! Os fluxos e refluxos deste processo que a todos já não é mais desconhecido, não nos causa mais surpresas. A nossa luta sindical tem sofrido nesses últimos anos muitos reveses, os quais não irão nos enfraquecer ou desestimular em nosso espírito de luta, na defesa dos nossos direitos. Todavia, em nosso papel frente a essa instituição,

⁶⁵² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 345, 02 a 08 de abril de 2008, p. 3.

⁶⁵³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 351, 14 a 20 de maio de 2008, p. 4.

estaremos sempre buscando construir as diferenças a este modelo, de forma a sempre estarmos viabilizando oportunidades de crescimento, diferenciações estas que irão enriquecer mais e mais a nossa luta que é sempre diária. Quero aproveitar essa oportunidade que se enseja para agradecer a todos que no passado acreditaram em nós e que no presente continuam acreditando, nos fazendo merecedores desta, permitindo-nos a continuar a nossa luta em defesa de universidade pública, gratuita e de qualidade.⁶⁵⁴

Durante a cerimônia de posse da Diretoria, o Professor Claudio Gabiatti reconduziu o Professor Paulo Rieger à presidência da Entidade e, ao pedir a palavra, afirmou que a Diretoria “faz parte da nova geração sindical e enfrentará perspectivas bastante severas e dificuldades, pois é mais difícil lidar hoje com o sindicato porque não se sabe como fazer e a quem entregar. Antes, a luta e os inimigos eram mais visíveis”. Claudio Gabiatti ressaltou que a Universidade deve ser conduzida para o bem comum e não para aqueles que já são privilegiados. “As pedras colocadas no caminho são de dar dor de cabeça. Elas são de todos, mas a tarefa de removê-las é dos dirigentes”.

O Reitor da FURG, João Cousin, disse que era preciso “preservar as entidades para manter o foco e o objetivo maior naquilo em que se acredita, uma universidade pública e de qualidade”. Além disso, citou a “Carta de Cartagena”, que “exige responsabilidade do governo com a educação superior, cobra a função do Estado em torná-la pública, de qualidade e que proporcione o desenvolvimento das ciências com a minimização dos problemas da América Latina”. O Reitor declarou que é “através do ensino superior que se pode construir melhores tempos para todos, com solidariedade e fraternidade”. Também pediu a palavra o representante da Diretoria Regional do ANDES-SN, primeiro-secretário Manuel Martins da Cruz, que desejou “que a diretoria continue firme e atuando nos próximos dois anos dando continuidade ao trabalho diferenciado das outras regionais”, e deu destaque aos ataques que o sindicato vem recebendo do Governo, como impedir o recolhimento de verba mensal dos docentes e a criação do PROIFES. “Uma briga muito grande e muito forte vem por aí e é bom saber que a diretoria que se renova está preparada para isso e é parceira do ANDES”.

Após o encerramento da Assembleia pelo primeiro presidente da APROFURG, Claudio Gabiatti, o professor Paulo Rieger fez o lançamento do livro “APROFURG, 27 anos de luta”, que foi distribuído aos participantes e, posteriormente, encaminhado a todos os professores sindicalizados. Nas palavras do Presidente, o livro nasceu com o objetivo de “marcar para sempre na memória dos docentes as lutas do sindicato pelos seus sindicalizados, ressaltando momentos de tristezas, alegrias, glórias, batalhas vencidas e perdidas, mas com presença constante nos combates impostos pelas circunstâncias”, para que o “olhar no passado possa nos dar mais força e garra para vencer todos os combates que ainda temos nesse futuro próximo”.⁶⁵⁵

Pouco tempo depois, na abertura do 53º CONAD, foi empossada a nova Diretoria do ANDES-SN, e, em seu discurso de posse, o Professor Ciro Teixeira Correia reafirmou o compromisso do Sindicato Nacional em dar continuidade à luta por verbas e salários, “pela autonomia de execução orçamentária sem interferências de entidades

⁶⁵⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 355, 11 a 17 de junho de 2008, (Editorial) p. 2.

⁶⁵⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 355, 11 a 17 de junho de 2008, p. 3.

ou procedimentos privados nas instituições públicas, por um padrão unitário de qualidade para universidade brasileira e pela ampliação da rede pública de ensino com garantia de permanência dos alunos”. Ciro Correia teceu duras críticas à perspectiva individualista dos setores conservadores na defesa de um modelo de Universidade voltada para a elite e o mercado, afirmando que atuam no incentivo de saídas individuais para resolver problemas de financiamento e salários, viabilizados, por exemplo, “pelas fundações privadas, que têm promovido desvirtuamento do caráter público e gratuito da universidade, a descaracterização do regime de Dedicção Exclusiva e, não raro, usam a credibilidade das nossas instituições de ensino superior para viabilizar atividades ilegais”.

Conclamando todos os sindicalizados à luta e em defesa da Universidade pública, o Presidente do ANDES-SN destacou ainda de modo contundente o desrespeito do Governo Lula em relação à liberdade de organização sindical. “Nesse sentido, vale tudo: da arbitrária suspensão do registro sindical de uma entidade com o nosso histórico e reconhecimento, a cooptação explícita de setores outrora combativos do trabalho”, no entanto, “o ANDES-SN reage fortemente a essa ofensiva e lutará incessantemente pelo seu direito de existir”.⁶⁵⁶

A intrincada tarefa de reorganização da classe trabalhadora brasileira, assegurando sua autonomia e independência para enfrentar os desafios apresentados pela conjuntura nacional e pela crise econômica mundial que se anunciava, esteve no centro dos debates que mobilizaram as 3,5 mil pessoas que participaram do 1º Congresso Nacional da CONLUTAS, realizado de 3 a 6 de julho, em Betim (MG).⁶⁵⁷ O “direito de existir”, defendido pelo Presidente do ANDES-SN durante o 53º CONAD, ecoou através de um manifesto em defesa do Sindicato Nacional, redigido por entidades sindicais e movimentos populares quando da realização do 1º Congresso Nacional do CONLUTAS.

Ao longo dos seus quase 30 anos de história, o ANDES-SN sempre foi politicamente reconhecido na sociedade e pelo Estado como sindicato nacional que representa os docentes das instituições de ensino superior no Brasil. Não obstante ter sido ratificado pelo STF, depois de longa disputa jurídica, seu registro sindical se acha hoje suspenso, em mais um claro ataque do Estado e do governo Lula a liberdade e autonomia de organização sindical dos trabalhadores. Mas os ataques do governo Lula ao ANDES-SN e a liberdade e autonomia de organização sindical não se limitam a suspensão do registro sindical. Dando continuidade as tentativas de restringir a ação sindical desencadeadas pelo governo FHC, que limitou a liberação de dirigentes para cumprir em mandato sindical, o governo Lula, por meio de alterações nas regras para autorização de consignações, vem tentando estrangular a arrecadação do sindicato, a fim de inviabilizar a continuidade de sua luta. Na mesma direção, o governo articulou, em manobras palacianas com a participação da CUT, a criação de um ambiente pretensamente sindical na base do ANDES-SN. Tal agrupamento (PROIFES), da campanha salarial de 2007, assinou juntamente com a CUT o acordo com o governo, aceitando a proposta salarial que foi amplamente recusada nas assembleias gerais da categoria. Como se tudo isso não bastasse, arma-se agora o ataque

⁶⁵⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 358, 02 a 08 de julho de 2008, p. 2.

⁶⁵⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 360, 17 a 23 de julho de 2008, (Editorial), p. 2.

do Estado, do governo e das organizações sindicais que o apoio no sentido de suspender o registro sindical do ANDES-SN e impedir sua atuação entre os docentes do ensino superior que trabalham no setor privado. Este ataque impõe, evidentemente, sérias dificuldades e obstáculos a que o ANDES-SN dê continuidade a sua luta incansável em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade como um direito de todos e um dever do Estado. O ANDES-SN sempre defendeu intransigentemente a liberdade e autonomia de organização sindical dos trabalhadores em relação ao Estado. Sempre foi contrário ao imposto sindical, ao recebimento de qualquer tipo de auxílio ou financiamento do governo e a qualquer tentativa de constranger a liberdade de organização sindical da classe trabalhadora. Sempre afirmou sua autonomia em relação à governos, partidos, patrões e reitorias. Sempre investiu suas energias na independência e autonomia de classe das organizações dos trabalhadores. E é justamente em função dessas lutas que o ANDES Sindicato Nacional tornou-se alvo dos ataques sucessivos do governo Lula. Por tudo isso, as entidades sindicais e populares presentes no 1º Congresso Nacional da CONLUTAS manifestam seu irrestrito apoio ao ANDES-SN na sua luta pelo direito ao registro sindical e em defesa da liberdade e da autonomia sindical.⁶⁵⁸

As perseguições que as entidades dos movimentos sociais e sindicais de todo o país sofriam, embora com ares de legalidade, não podem ser interpretadas sem o componente político da disputa dos espaços de mobilização da sociedade. Essa opinião era compartilhada por representantes de várias entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A intensificação por parte do Estado e do empresariado em dificultar e fragmentar a luta dos trabalhadores foi ratificada através da Portaria nº 186/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelecia regras para a concessão do registro sindical.⁶⁵⁹

Inconformada com a suspensão intempestiva do seu registro sindical, através de ato administrativo de 4 de dezembro de 2003, ou seja, menos de quatro meses após a publicação do registro por força das decisões judiciais favoráveis ao Sindicato, em carta remetida ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi, a Diretoria do ANDES-SN argumentou que, em 1988, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior “transformou-se, por decisão democrática de seus associados, em Sindicato Nacional”, tornando-se o “representante legítimo dos docentes das instituições brasileiras de ensino superior”, como atestava sua carta sindical outorgada em 1990 e o despacho da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), publicado no Diário Oficial da União em 26/8/2003 de seu registro sindical, em cumprimento à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e mantida pelo STF. Portanto, o MTE reconheceu o desmembramento da categoria docente, na época, nos exatos termos da legislação vigente, e os questionamentos judiciais apresentados por outras Entidades e professores não foram acatados nas instâncias máximas do Poder Judiciário.⁶⁶⁰

⁶⁵⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 359, 09 a 15 de julho de 2008, (Editorial), p. 2.

⁶⁵⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 364, 13 a 19 de agosto de 2008, (Editorial), p. 2.

⁶⁶⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 365, 06 a 12 de agosto de 2008, p. 3.

Após sua manifestação, a Diretoria do ANDES reuniu-se com o Ministro Carlos Roberto Lupi, para tratar do sobrestamento do registro sindical da Entidade. Na ocasião, o Ministro afirmou que “só poderia haver solução administrativa mediante acordo do ANDES-SN com as entidades que contestavam sua representação no setor das particulares”.⁶⁶¹

Diante do impasse propositalmente provocado pelo Governo e em razão do Edital de Convocação de Assembleia de criação de um Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior Público Federal, a Diretoria do ANDES-SN manifestou que,

Quando, em 1988, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES transformou-se, por decisão democrática de seus associados, em Sindicato Nacional, tornou-se o ANDES-SN representante legítimo dos docentes de todas as instituições brasileiras de ensino superior. Nesta condição, em seus 27 anos de existência, o ANDES-SN sempre se orientou pela luta em defesa da valorização do trabalho docente e da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. Mais do que isso, a partir da compreensão política da necessidade concreta de articular suas lutas com as lutas do conjunto da classe trabalhadora, o sindicato se pautou pela preocupação de jamais apartar a universidade, o trabalho acadêmico e a atividade política e sindical da dura realidade social em que estamos inseridos. Assim articulado, o ANDES-SN nunca se ausentou do debate das grandes questões sociais. Infelizmente todo esse esforço não foi suficiente para deter o processo de desvinculação da educação de suas verdadeiras finalidades em relação à sociedade. Reagimos com preocupação à situação desastrosa da educação e ao avanço do processo nefasto de sua privatização e mercantilização, a desvalorização contínua do trabalho docente e os ataques sistemáticos dos governos de plantão contra universidade pública, situação em que se coloca em xeque este importante patrimônio do povo brasileiro. Para Além disso, assiste-se no país a generalização de práticas antissindicalistas, a crescente subordinação do movimento sindical ao Estado, ao governo e a patronal e os ataques sistemáticos que vem sendo desferidos contra o sindicalismo autônomo, classista e combativo, do qual o ANDES-SN é expressão. [...] ⁶⁶²

Para a Diretoria do ANDES-SN, as manobras sistemáticas do Governo Lula, empenhado em “cooptar” e “domesticar” os movimentos sociais e sindicatos, tinha como objetivo principal garantir que os organismos construídos pela classe trabalhadora acabassem imobilizados, garantindo, assim, que não haveria resistência à continuidade da implementação da agenda neoliberal imposta à sociedade pelos governos que se sucederam no poder nas últimas décadas. Portanto, a constituição artificial de um ente pretensamente sindical na base do ANDES-SN, ou seja, o PROIFES, pelo governo Lula, CUT e as forças políticas que o apoiam, representava uma ameaça para o Sindicato Nacional e para a luta em defesa da Universidade e da valorização do trabalho docente.

No cenário de publicação no Diário Oficial da União e em outros órgãos da imprensa, da convocação de uma assembleia na sede da CUT, com objetivo de criar

⁶⁶¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 359, 06 a 12 de agosto de 2008, p. 3.

⁶⁶² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 365, 20 a 26 de agosto de 2008, (Editorial), p. 2.

um sindicato nacional de professores do ensino público federal, conforme deliberação do 4º Encontro Nacional do PROIFES, o ANDES-SN identificou a tentativa de criar uma nova entidade na tortuosa perspectiva de vinculação estreita com o Governo, que implicaria a fragmentação da organização e da luta que os docentes do Ensino Superior historicamente conduziram em defesa de políticas efetivas e transformadoras da realidade educacional do país e da conquista de condições dignas de trabalho nas universidades.

Num auditório com menos de 100 lugares, no interior da sede da CUT, em São Paulo, com seguranças na entrada impedindo acesso da imprensa, constringendo os docentes com desrespeitosa revista, fazendo a retenção de celulares e máquinas fotográficas, além de um simulacro de credenciamento feito um a um e apenas por uma pessoa, o que permitiu credenciar apenas 7 docentes em 45 minutos, teve lugar a farsa previamente anunciada: encenação da criação de uma nova entidade sindical para representar os professores do ensino superior público federal (Universidades Federais). Declarados pela mesa os 115 votos dos atores presentes, cuja vinculação a instituições federais de ensino superior demanda comprovação, e os 485 votos por procuração, nem sequer disponíveis na mesa e não previsto no edital, proclamou-se criada a forjada entidade. Foi eleita uma diretoria provisória e aprovado o estatuto, e tudo isso em apenas 15 minutos, para a perplexidade de alguns dos presentes contrários a proposta que conseguiram passar pelo credenciamento. Impedidos de entrar, permaneceram em reunião assemblear defronte ao bunker cutista os mais de 200 professores de 36 instituições federais de educação superior filiados ao ANDES-SN que ali se encontravam, com contracheques na mão, para se contrapor a desqualificada iniciativa, mobilizados na defesa da entidade que, criada em 1981 como Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior e, em 1988, transformada, por decisão democrática de seus associados, em congresso público realizado no Rio de Janeiro, após decisões de assembleias também públicas em todo o país, em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), passando este a ser o legítimo representante dos docentes de todas instituições brasileiras de ensino superior.⁶⁶³

Conforme a Diretoria do ANDES-SN, a iniciativa que conduziu à “encenação” da criação de um sindicato nacional de professores do ensino público federal teve início em 2004, após a aproximação entre um grupo de docentes derrotados nas eleições do ANDES com o Ministro da Educação, Tarso Genro, e o Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad. Nesse cenário evidente de reafirmação da identidade sindical dos docentes do Ensino Superior, inerente à luta em defesa da educação pública, dos direitos da categoria, da sociedade, da ação sindical independente do Estado, dos Governos, autônoma em relação aos partidos políticos e comprometida com procedimentos democráticos deliberados de modo público pela categoria, todos estavam convocados para defender o ANDES, seus princípios e sua história.

Em resposta ao apoio de várias entidades sindicais que aderiram à campanha de solidariedade ao ANDES-SN proposta pelo CONLUTAS, o MTE recebeu inúmeras

⁶⁶³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 368, 10 a 16 de setembro de 2008, (Editorial), p. 2.

manifestações solicitando a reativação imediata de seu registro sindical, sob pena de que, caso contrário, estaria configurada, de fato, a utilização do Ministério como instrumento político de um setor do movimento sindical em uma disputa por espaço dentro das organizações dos trabalhadores, o que seria inaceitável politicamente, além de significar uma afronta aberta às leis e à própria Constituição Federal⁶⁶⁴.

Com a Diretoria da APROFURG praticamente abdicando de redigir os Editoriais do *Pó de Giz*, grande parte do material publicado em seu Boletim Informativo entre os anos de 2008, 2009 e 2010 foram conteúdos produzidos pela Assessoria de Imprensa do ANDES-SN. Além disso, pouquíssimos artigos escritos por docentes da FURG circulavam nas páginas do Boletim. Em uma das raras exceções, quando do episódio da indicação para o cargo de Reitor da Universidade, o Professor Sírio Lopez Velasco relatou que “após votação do Colégio Eleitoral da FURG em 5 de setembro, foi enviada para Brasília, a lista tríplice para indicação do Reitor da nossa Universidade por parte do Presidente da República”, o docente, além de fazer uso do espaço para defender a eleição direta para o cargo de Reitor da Universidade, lembrou

[...] o que já ocorreu várias vezes na eleição da direção do sindicato dos docentes da FURG (a APROFURG) houve a inscrição de tão somente uma chapa (fato lamentável para o debate e a escolha democrática), mas nem por isso suspendeu-se a eleição. Para que serve uma votação com chapa única? Para saber qual é o apoio efetivo que as pessoas que supostamente vão representar uma comunidade têm na mesma; assim, as eleições na APROFURG tem mostrado nos últimos 20 anos que apenas um terço dos filiados comparecem às urnas, num preocupante sintoma de falta de vitalidade democrática que obriga o sindicato a investigar as causas desse desinteresse e buscar formas de recuperar o protagonismo participativo dos seus integrantes.⁶⁶⁵

Enquanto o processo de perda da “vitalidade democrática” de grande parte dos docentes da FURG cumpria sua trajetória, durante o 3º Congresso Extraordinário do ANDES, deliberado pelo 53º CONAD para discutir a organização sindical, tendo como temática sua liberdade de organização, a defesa das lutas dos docentes e da sua história, foi aprovada a jornada de lutas contra o recrudescimento dos ataques desferidos ao Sindicato Nacional.

As inúmeras e diversificadas manifestações de apoio e solidariedade política, recebidas na abertura do 3º Congresso do ANDES-SN, demonstraram a relevância histórica e política do sindicato dentre os protagonistas das lutas sociais, da organização da classe trabalhadora e da defesa da educação pública e gratuita no Brasil. Os 331 participantes, entre delegados, observadores e convidados, reafirmaram o ANDES-SN como o único e legítimo representante dos professores das Instituições de Ensino Superior de todo país e repudiaram os procedimentos praticados pela CUT e PROIFES, entendidos como afronta direta à democracia, à autonomia sindical e à categoria como um todo, rejeitando a tentativa de criação de um novo sindicato de professores na base de atuação do ANDES-SN.

Entre os encaminhamentos necessários ao enfrentamento político, o 3º Congresso Extraordinário deliberou o plano geral de lutas por meio de um calendário de mobilizações,

⁶⁶⁴ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 367, 03 a 09 de agosto de 2008, p. 3.

⁶⁶⁵ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 369, 10 a 16 de setembro de 2008, p. 4.

em âmbito local, regional e nacional, articulado com as lutas dos movimentos sociais definidos pelo CONLUTAS, CNESF e demais sindicatos e entidades, culminando com a realização de um grande ato político em Brasília, em frente do MTE, visando à reversão da suspensão do registro sindical.⁶⁶⁶

Em 11 de novembro, nem mesmo a forte chuva que caiu sobre Brasília inibiu a marcha de mais de 2,5 mil pessoas durante o Ato Público em Defesa da Liberdade de Organização e Autonomia Sindical e pela regularização imediata do registro sindical do ANDES-SN. Ao final do protesto, os manifestantes puderam comemorar a obtenção de audiências com o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e a Coordenadora-Geral de Carreiras da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Maria Lúcia Félix Silva, bem como a formação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Sindical.⁶⁶⁷ Ainda assim, o processo em curso que visava à exclusão do ANDES-SN na participação das mesas de negociações que deliberariam os acordos entre a categoria e o Governo ganhou um novo capítulo através da publicação no DOU, em 1º de dezembro, da Portaria nº 3210/SRH/MP, que instituiu o grupo de trabalho para discutir a Carreira do Magistério de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino.⁶⁶⁸

Na FURG, o início de 2009 foi marcado pela realização da Assembleia Universitária de recondução à Reitoria do Professor João Carlos Brahm Cousin, evento que oficializou a nova estruturação da Universidade, mediante a ampliação do seu número de vagas e a criação de 12 novos cursos. Para modernizar e agilizar o atendimento à comunidade universitária, a Instituição extinguiu os antigos Departamentos, criando Institutos, Faculdades, Escolas e Centros Educacionais. As antigas Pró-Reitorias foram ampliadas de cinco para sete. Com as alterações, foi criada uma Pró-Reitoria para tratar especificamente da gestão de pessoal e a antiga Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis foi desmembrada em duas, a de Extensão e Cultura e a de Assuntos Estudantis.⁶⁶⁹

Devido à ausência das Atas de Assembleias realizadas pela Diretoria da APROFURG entre novembro de 2005 a janeiro de 2010, e a tendência da Assessoria de Imprensa em replicar o conteúdo da Agência de Notícia do ANDES-SN, apenas ínfimos registros da atuação do movimento docente da FURG puderam ser encontrados nas páginas do Pó de Giz. Um desses raros registros diz respeito à realização de uma Assembleia no dia 13 de janeiro, para escolha dos delegados da Seção Sindical ao 28º Congresso do ANDES-SN. Foi deliberada e aprovada por unanimidade a participação dos professores Paulo Juarez Rieger, Elmo Swoboda, Alfredo Guilherme Martin Gentini, Ubiratã Soares Jacobi, Ângelo Fortini Maffissoni, Méri Rosane Santos da Silva e Raquel da Silveira como delegados de base, e da Professora Marlene Teda Pelzer como observadora e suplente de delegado.⁶⁷⁰

⁶⁶⁶ Cf. Carta de Brasília. Relatório Final do 3º Congresso Extraordinário do ANDES-SN, Brasília (DF), 19 a 22 de setembro de 2008, p. 71.

⁶⁶⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 378, 19 a 25 de novembro de 2008, p. 2.

⁶⁶⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 382, 17 a 23 de dezembro de 2008, p. 2.

⁶⁶⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 385, 21 a 27 de janeiro de 2008, p. 4.

⁶⁷⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 387, 04 a 16 de fevereiro de 2009, p. 4.

O Congresso que ocorreu na cidade de Pelotas (RS) reuniu 248 docentes delegados, 29 observadores e seis convidados de 52 Instituições de Ensino Superior e teve como temática de debate a proposta de “Resistir e avançar na defesa do ANDES-SN, da universidade pública e dos direitos dos trabalhadores”. Ainda que quantitativamente o evento tenha contado com a menor presença de sindicalistas em comparação aos demais Congressos realizados pelo Sindicato Nacional na década de 2010, a Carta de Pelotas manifestou o apoio recebido dos professores, reafirmando o ANDES-SN como sindicato dos docentes das instituições de ensino superior, públicas e privadas e deliberou a ampliação da luta em defesa do seu registro sindical e contra todas as formas de cerceamento do direito à autonomia e à livre organização sindical dos trabalhadores do setor privado e do setor público, além disso, denunciou que:

No momento histórico em que irrompe a maior crise econômica do capitalismo desde 1929, com as principais economias do mundo em recessão, pratica-se a maior transferência de recursos públicos para o setor privado de toda a história: já são cerca de 10 trilhões de dólares para socializar os prejuízos do capital, resgatar bancos e empresas falidas. Na busca do resgate das taxas de lucro dos capitalistas, ataca-se a classe trabalhadora com demissões em massa, redução de salários, retirada de direitos, numa ação conjugada entre governo, setor financeiro, interesses privados e o apoio da mídia. No Brasil, os empresários, o governo Lula e os demais setores da sociedade, alinhados aos interesses do capital e do Estado, já defendem um pacto de redução de salários e de direitos e de intervenção estatal para subsidiar o capital em crise, com a pretensa garantia da preservação dos empregos. Esta história nós trabalhadores já conhecemos: no auge da acumulação de capital, os ganhos permanecem com os patrões; na crise, os prejuízos ficam com os trabalhadores.⁶⁷¹

Frente à conjuntura nacional e internacional, a Diretoria do ANDES-SN afirmou que cabia aos trabalhadores organizarem-se, buscando autonomia, independência e unidade classista, resistindo de todas as formas em defesa de seus empregos, salários e direitos, pois “Esta crise não é nossa! Os trabalhadores não podem pagar por ela!”. Observando os impactos da crise financeira e econômica, especialmente no que tange ao financiamento das Instituições Públicas de Ensino Superior, a categoria deliberou por acompanhar seus desdobramentos e impactos sobre as políticas governamentais na área da educação, trabalhando a perspectiva de denunciar amplamente suas consequências, bem como a tentativa de destruição do Sindicato promovida pela PROIFES, setores do Governo e CUT, materializada em suas propostas e ações.

Repudiando a postura do Governo em não manter mecanismo que impedissem as práticas antissindiais e motivada pelas denúncias do ANDES acerca das perseguições a professores sindicalizados pelas Instituições particulares de Ensino Superior em 2006, a Organização Internacional do Trabalho: Escritório no Brasil (OIT) apresentou à Comissão de Justiça e Cidadania do Senado uma proposta de criminalização das práticas antissociais, visando alterar o Código Penal para tipificar práticas antissindiais. O projeto previa detenção de seis meses a dois anos, multa e pena correspondente ao abuso praticado para quem “impedir alguém, mediante fraude, violência ou grave ameaça, de exercer

⁶⁷¹ Carta de Pelotas. Relatório Final do 28º Congresso do ANDES-SN, Pelotas (RS), 10 a 16 de fevereiro de 2009, p. 143-144.

os direitos inerentes à condição de sindicalizado”. A pena poderia ser aumentada em casos nos quais a vítima fosse dirigente sindical. A proposta ainda previa penalidades para quem exigisse atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical ao trabalhador no momento da contratação. Dispensas, suspensões, medidas disciplinares injustas, alterações de locais de trabalho, de jornadas ou de tarefas como punições pela participação lícita nas atividades sindicais, inclusive greve, terão a mesma punição.⁶⁷²

Em contrarresposta, rapidamente, o Governo passou a ultimar o envio de um PL ao Congresso Nacional com o intuito de regulamentar as greves dos servidores públicos. O Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, afirmou que a institucionalização da negociação e a adoção de um instrumento legal para tratamento dos conflitos trabalhistas são compromissos do governo. “Este é um processo difícil, pois há muitos interesses envolvidos. Tanto que a Constituição Federal vai completar 21 anos e ainda não houve regulamentação em torno da questão”, entretanto, acrescentou, “estamos propondo um esforço compartilhado com as entidades e pretendemos chegar logo a um acordo para enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional regulamentando a greve no serviço público”.⁶⁷³

Embora reconhecida pela Constituição de 1988, que assegurava ao funcionalismo o direito à sindicalização, a realização de greve no serviço público não estava devidamente regulamentada, como estabelecido desde sua promulgação no Artigo 37, inciso VII, “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”⁶⁷⁴, o que gerava situações controversas quando levada ao Judiciário, afetando ainda diretamente o atendimento às necessidades da sociedade, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2008, que o Estado deveria seguir, no decorrer das negociações para resolver os conflitos, o mesmo instrumento que impõe limites às paralisações na iniciativa privada conforme a Lei 7.783/89⁶⁷⁵.

A dura luta do funcionalismo público com o Governo Lula, por vezes revelada de forma sutil através de pressões psicológicas, como no anúncio do Presidente da República em relação ao possível atraso no pagamento do reajuste escalonado aos servidores públicos, que esteve condicionado a uma suposta “normalidade do país”⁶⁷⁶, mediante as manifestações organizadas por entidades sindicais e movimentos sociais como o CONLUTAS, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), CUT, Força Sindical, Intersindical, CGTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e MST, com milhares de trabalhadores indo às ruas contra as demissões e exigindo estabilidade no emprego⁶⁷⁷, apontava para uma reconfiguração do movimento sindical, em razão das reformas sindical e trabalhista, em que, por inúmeras razões, as diversas correntes de sindicalistas se opunham às propostas de extinção da unicidade

⁶⁷² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 387, 04 a 16 de fevereiro de 2009, p. 4.

⁶⁷³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 391, 18 a 24 de fevereiro de 2009, p. 2.

⁶⁷⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 37.

⁶⁷⁵ O Artigo 1º da Lei nº 7.783/89, de 28 de junho de 1989, assegura o direito de greve aos trabalhadores, competindo a eles decidirem sobre a oportunidade e interesses em sua realização, porém regulada com o atendimento das necessidades inadiáveis à comunidade.

⁶⁷⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 392, 25 a 31 de março de 2009, p. 2.

⁶⁷⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 393, 1º a 7 de abril de 2009, p. 3.

sindical e de algumas contribuições compulsórias, mesmo que o projeto de reforma em discussão no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), até então, não assegurasse plenamente nenhuma dessas mudanças.⁶⁷⁸

As instabilidades e incertezas no âmbito das práticas laboriosas e sindicais, em grande parte, acabavam mediadas pelo judiciário, em vista da incapacidade do Governo na resolução dos impasses criados por suas atrozidades articulações políticas, como no caso da criação do PROIFES, que, devido às ilegalidades cometidas na assembleia realizada na sede da CUT, em São Paulo, tentou criar um novo sindicato para representar os docentes das universidades federais, reprimindo a entrada de docentes contrários à sua criação.⁶⁷⁹

As relações entre o PROIFES e o Governo acabaram questionadas pelo ANDES quando um possível convênio firmado entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Ministério do Planejamento estaria beneficiando o Presidente do PROIFES, Gil Vicente Reis de Figueiredo. Documentos comprovavam a vinculação de Gil Vicente ao contrato do convênio, como um dos pesquisadores que faria jus a R\$ 114 mil, destinados ao pagamento de professores. Além disso, dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal indicavam despesas em seu favor no valor de R\$ 4.508,10, em 2009. O ANDES-SN questionou o Ministro Paulo Bernardo quanto à evidência de conflito de interesses e à falta de isenção entre as partes envolvidas nessa relação, o que agredia as mais elementares normas e princípios que regiam a administração pública.

Em 2007, como presidente do PROIFES, Gil Vicente participou do grupo de trabalho instituído pelo Ministério do Planejamento em um estudo para avaliar o mesmo tema, conforme demonstrava a Portaria nº 1.486/07. Em 2008, assinou o acordo salarial proposto pelo Governo para os docentes, mesmo ciente de que a base da categoria havia rejeitado terminantemente os termos do acordo, conforme comprovavam os resultados das Assembleias realizadas pelas Seções Sindicais do ANDES-SN em todo o país.⁶⁸⁰

Pouco tempo depois que a Diretoria do ANDES lançou nota sobre a ata da audiência da ação de anulação dos atos constitutivos do PROIFES – gestado no gabinete do então Ministro da Educação, Tarso Fernando Herz Genro – na qual reafirmou a defesa da plena liberdade de organização sindical e a contrariedade à unicidade sindical, bem como a qualquer contribuição compulsória para financiar sindicatos, entre elas o imposto sindical, denunciando que, desde 2003, lutava pela reversão da decisão arbitrária do Ministério do Trabalho de Emprego, que suspendeu seu registro sindical⁶⁸¹, o MTE regularizou o registro do ANDES, no que concerne à representatividade dos docentes das instituições públicas de ensino superior, porém a definição sobre as Instituições privadas dependia do processo que tramitava no Tribunal Superior do Trabalho (TST).⁶⁸²

Ainda assim, a Carta de Curitiba do 54º CONAD, em suas linhas iniciais, tratou de comemorar essa “grande conquista” da categoria e de “toda a classe trabalhadora brasileira”. Enquanto destaque no evento, o seminário “Construindo uma nova organização

⁶⁷⁸ Cf. GALVÃO, Andréia. *A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula*. Revista Outubro, nº 18, 2009, p. 188.

⁶⁷⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 394, 08 a 14 de abril de 2009, p. 2.

⁶⁸⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 397, 29 a 12 de maio de 2009, p. 3.

⁶⁸¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 400, 10 a 16 de junho de 2009, p. 2-3.

⁶⁸² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 401, 17 a 30 de junho de 2009, p. 3.

classista para a luta dos trabalhadores” discutiu a construção de uma nova Entidade, autônoma e independente em relação ao Estado, aos patrões, às instituições e aos partidos políticos, bem como contrária à cobrança de qualquer taxa compulsória, capaz de unificar e fortalecer as lutas do campo sindical e popular.

Com o objetivo de trabalhar para a construção dessa Entidade, a categoria deliberou pela participação do ANDES no Seminário Nacional organizado pela CONLUTAS – Intersindical e demais movimentos sociais que participaram do processo de reorganização da classe trabalhadora, reafirmando a estratégia de luta pela construção do socialismo como horizonte estratégico e instrumento de orientação das lutas e organizações da classe trabalhadora, através de uma perspectiva internacionalista, com o objetivo de fortalecer a independência da classe trabalhadora e unindo esforços para barrar a reforma universitária que tramitava no Congresso Nacional, combatendo o modelo privatizante e mercantil embutido nela.⁶⁸³

Em meio ao conjunto de ataques à educação pública, promovidos pelo Governo Lula, o 54º CONAD definiu algumas ações de combate às medidas adotadas ou propostas que visam à privatização e à desobrigação do Estado para com a educação pública, materializadas pela tramitação e discussão no Congresso Nacional de vários projetos que tratam da Reforma Universitária, do REUNI, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros. Dessa feita, diante da necessidade de ampliação das lutas e buscando a “união dos trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais”, o movimento docente das Instituições Federais de Ensino passou a desenvolver suas ações vislumbrando a chegada de uma nova década.⁶⁸⁴

Em âmbito local, ocorreu a consolidação da APROFURG como Entidade representativa dos docentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS *Campus* Rio Grande. De acordo com a deliberação em Assembleia Geral realizada em 6 de janeiro, foi aprovada a alteração estatutária e a permanência dos docentes junto ao Sindicato, fato recebido de forma positiva pelo Diretor do *Campus* Rio Grande, Osvaldo Casares Pinto, que relatou “[...] que 22 docentes estão sendo nomeados para fazer parte do quadro do IFRS e manifesta sua satisfação em poder continuar pertencendo ao quadro de sindicalizados da APROFURG.”⁶⁸⁵ Posteriormente, o Presidente da Seção Sindical, Paulo Juarez Rieger, manifestou que “[...] a Diretoria também está contente com o desfecho positivo deste processo.”⁶⁸⁶ O Diretor do IFRS ainda destacou, em entrevista concedida ao Pó de Giz, que:

⁶⁸³ De 2009 a 2010, o total de Instituições de Ensino Superior passou de 1097 para 2378, com 116% de crescimento. Porém, o número de IES públicas aumentou apenas 44,8%, ou seja, de 192 para 278, enquanto as IES privadas tiveram aumento de 132%, passando de 905 para 2100. Dentre essas, as IES comunitárias ou confessionais tiveram redução de 34%, passando de 379 para 250, enquanto as IES particulares ou com fins de lucro aumentaram 252%, mais do que o dobro do total das IES do país (116%), passando de 526 para 1850. As proporções que eram em 1999 – 17,5% públicas; 34,5% comunitária ou confessionais; e 48% particulares ou com fins de lucro – passam, em 2010, para: 11,7% públicas; 10,5% comunitárias ou confessionais; e 77,8% particulares ou com fins de lucro. Cf. SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?* Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n.º 133, out.-dez., 2015, p. 882.

⁶⁸⁴ Cf. Carta de Curitiba. Relatório Final do 54º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Curitiba (PR), 16 a 19 de julho de 2009, p. 80-81.

⁶⁸⁵ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 06/01/2010, s/n.º, p. 1.

⁶⁸⁶ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 06/01/2010, s/n.º, p. 1.

Nossos professores são filiados desde o início dos anos 80, tendo eleito diretores, participado de greves, congressos e todas as atividades da associação. E, apesar da criação da nova instituição, não haverá separação da FURG. Continuará o trabalho conjunto em pesquisa, graduação e pós-graduação, apesar de serem duas instituições separadas.⁶⁸⁷

Unindo esforços para desenvolver ações contundentes de resistência aos avanços das reformas propostas pelo Governo, a APROFURG participou da Plenária dos Servidores Públicos Federais, enviando para o evento os Professores Paulo Juarez Rieger e Elmo Swoboda⁶⁸⁸. A participação na Plenária marca uma das últimas atividades realizadas pela Diretoria, na ocasião em que foi discutido o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009⁶⁸⁹ – que previa, entre outros efeitos, o congelamento salarial do funcionalismo público por dez anos⁶⁹⁰. Com coordenação da Confederação Nacional das Entidades de Servidores Públicos, a articulação contra o PL resultou no protesto que levou cerca de duas mil pessoas à Esplanada dos Ministérios, contando com a participação de servidores da educação, saúde, justiça, meio ambiente e estudantes de diversos estados⁶⁹¹.

Enquanto prática para o fortalecimento da representação e retomada da legitimidade da APROFURG junto aos docentes, através de seu Setor Jurídico, a Seção Sindical passou a ajuizar processos coletivos, fazendo uso de uma resolução de 2005, na qual as Entidades sindicais e Associações classistas puderam representar juridicamente as ações movidas pelos docentes, o que fez surgir “um impressionante número de processos judiciais da APROFURG em representação/defesa de seus filiados”⁶⁹². Apesar de se apresentar como uma prática comum ao longo dos quase trinta anos da Entidade, particularmente, nesse contexto, ocorreu o fortalecimento do APROFURG no âmbito jurídico, o que de fato acaba evidenciado em registros posteriores do Pó de Giz.

Chegando ao término da Gestão, a publicação do Edital de Convocação⁶⁹³ para as Eleições da nova diretoria, biênio 2010-2012, foi divulgado pelo então Presidente, Paulo Juarez Rieger, em março de 2010, tendo a previsão de realização das eleições no dia 11 e 12 de maio. Havendo uma única candidatura, foi homologada a inscrição da Chapa 1 – “A Luta Continua”, no dia 20 de abril, iniciando posteriormente o período de campanha até o dia anterior à votação.

⁶⁸⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 409, fevereiro de 2010, p. 5.

⁶⁸⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/03/2010, s/nº, p. 1.

⁶⁸⁹ O PLP 549/09 foi proposto originalmente pelo Governo Federal, como o PLP 001/07, vinculado ao pacote de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. No Senado Federal, foi aprovado por unanimidade, às vésperas do recesso parlamentar de dezembro de 2009, com a rubrica de PLS 611/07. Em seguida, foi remetido à Câmara para ser analisado à toque de caixa, conforme orientação do Governo Lula, com a denominação de PLP 549/09. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, s/nº, junho de 2010, p. 6.

⁶⁹⁰ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 411, abril de 2010, p. 4.

⁶⁹¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 412, maio de 2010, p. 6.

⁶⁹² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 410, março de 2010, p. 3.

⁶⁹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 411, abril de 2010, p. 7.

Os professores foram às urnas e, posteriormente, no dia 13 de maio, a Comissão Eleitoral – formada pelos professores Claudio Gabiatti, Guassenir Gonçalves Born e Celso Luiz Lopes Rodrigues – realizou o escrutínio do pleito⁶⁹⁴. De um total de 718 docentes aptos a votar, 149 deles optaram pela Chapa 1, ainda sendo computado um voto em branco. Assim, “A Luta Continua” foi oficialmente eleita para presidir a APROFURG no biênio 2010-2012, composta por: Ubiratã Soares Jacobi, Presidente; Paulo Juarez Rieger, Vice-Presidente; Marlene Teda Pelzer, Secretária-Geral; Billy Graeff Bastos, Primeiro-Secretário; Humberto Calloni, Tesoureiro-Geral; Elmo Swoboda, Primeiro-Tesoureiro; e José Francisco Baroni Silveira, José Carlos Vieira Ruivo, Antônio Sérgio Varela Junior e Carlos André Hüning Birnfeld, como respectivos suplentes.

Ainda anterior à posse da Direção do próximo biênio, a APROFURG, junto ao Sindicato Nacional, pôde comemorar a rejeição da PL 549 pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Após a mobilização dos docentes e trabalhadores de outras categorias, organizados através da CNESF, com participação da CONLUTAS, o movimento acabou obtendo o comprometimento do deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), relator da proposta, que emitiria parecer contrário à matéria. Contudo, o PL seguiu para outras Comissões e, em caso de aprovação, seguiria para a votação em Plenário⁶⁹⁵.

A equipe diretiva que esteve à frente da Gestão da Seção Sindical até 2010 pôde, ainda, antes de transmitir a Direção para a nova chapa, finalizar a organização da Biblioteca da Sede da Entidade, que passou a contar com centenas de livros e periódicos enviados pelo ANDES-SN, CUT e outras organizações parceiras⁶⁹⁶.

*Estão nas mangas dos senhores Ministros
Nas capas dos senhores Magistrados
Nas golas dos senhores Deputados
Nos fundilhos dos senhores Vereadores
Nas perucas dos senhores Senadores
Senhores, senhores
Senhores, minha senhora
Senhores, senhores
(...)
Bandido, Corrupto, Ladrão (Senhores)
(...)
Bandido (Senhores), Corrupto, Ladrão
Sorrindo para a câmera
Sem saber que estamos vendo
Chorando que dá pena
Quando sabem que estão em cena
Sorrindo para as câmeras
Sem saber que são filmados
Um dia o sol ainda vai nascer quadrado
(...)*

⁶⁹⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Eleição para Escrutínio do Pleito, 13/04/2010, s/nº, p. 1.

⁶⁹⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 413, junho de 2010, p. 6.

⁶⁹⁶ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 413, junho de 2010, p. 7.

*Isso não prova nada
Sob pressão da opinião pública
É que não haveremos de tomar nenhuma decisão
Vamos esperar que tudo caia no esquecimento*

E aí então

Faça-se a justiça

(...)

Há dez mil anos atrás

Um sábio compositor baiano

Já tinha a solução

Pros problemas do povo brasileiro

Fala Raul

(Vossa Excelência, 2005. Antonio Bellotto, Charles Gavin
e Paulo Miklos)

“EMBATES JURÍDICOS, REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE E A GREVE CONJUNTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.”

A nova Direção foi empossada durante Assembleia Geral no dia 14 de junho⁶⁹⁷, em cerimônia que contou com a participação da Reitoria da FURG, representada por João Carlos Brahm Cousin e Ernesto Casáes Pinto, Reitor e Vice-Reitor da Universidade, bem como com o Vice-Presidente da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, Fernando Molinos, o Vice-Presidente da ADUFPEL e Vice-Presidente eleito do ANDES-SN (Gestão 2010-2012), Luiz Henrique Schuch, além de familiares e convidados.

Entre os votos de força e energia à nova direção eleita da Entidade e as reflexões do Professor Schuch acerca do estabelecimento da teoria capitalista e o incêndio do Instituto Butantã, o professor Paulo Rieger fez sua despedida emocionado, agradecendo a oportunidade de presidir a Seção Sindical durante quatro anos. Em seguida, deu posse ao novo presidente, Ubiratã Soares Jacobi, que, após apresentar seus colegas membros da Diretoria, expôs, de forma breve, sua trajetória de lutas, dando destaque ao motivo que o prende à ação política sindical⁶⁹⁸: “É interessante porque cada vez que chego em uma instituição afirmo que só vou fazer pesquisa, mas não consigo me livrar deste ser político quando vejo uma injustiça. E é importante esta revolta para poder dar movimento, fazer as coisas acontecerem”.⁶⁹⁹

No mesmo dia da posse, horas mais tarde, ocorreu a Assembleia Geral na qual foi realizado o processo de escolha do delegado e dos observadores e suplentes que representariam a APROFURG no 55º CONAD. Foram aprovados os nomes dos professores Ubiratã Soares Jacobi, como delegado, e Paulo Juarez Rieger, Elmo Swoboda, Marlene Teda Pelzer, Billy Graeff Bastos e Antonio Libório Philomena, como observadores e suplentes de delegado.

O 55º CONAD teve como eixo central a “atualização do Plano de Lutas em defesa da educação pública de qualidade, da valorização do trabalho docente e da sua participação na reorganização da classe trabalhadora brasileira”.⁷⁰⁰ Dentre as deliberações efetuadas pelo movimento docente acerca da organização dos trabalhadores, o ANDES

⁶⁹⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Posse Biênio 2010/2012, 14/06/2010, s/nº, p. 1.

⁶⁹⁸ O professor ainda destacou que “No terceiro ano primário chegávamos na escola pública estadual e, até em dia de chuva, tínhamos que fazer fila e cantar o hino nacional. Ao meu lado estava um colega, Eduardo, que contou uma piada e eu comecei a rir, então a diretora nos chamou e nós dois fomos expulsos. Aquilo me marcou! Não marcaria vocês também? Eu não podia fazer nem uma piada? A coisa era rígida e talvez tenha sido isso o gatilho que me colocou: vai para a luta!”. Entrevista com o Professor Ubiratã Soares Jacobi, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 06/10/2020.

⁶⁹⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 414, julho de 2010, p. 4-5.

⁷⁰⁰ Cf. Carta de Fortaleza. Relatório Final do 55º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Fortaleza (CE), 24 a 27 de junho de 2010, p. 84.

e suas bases deveriam promover e intermediar a articulação entre os trabalhadores do campo e da cidade, procurando fortalecer as lutas pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática, denunciando a política de destruição dos serviços públicos, de ataque às conquistas sociais dos trabalhadores levada adiante em âmbito mundial, traduzindo a tendência de desferir a crise do capital em detrimento dos trabalhadores e da população sem recursos, ambos sem nenhuma responsabilidade por ela.⁷⁰¹

O processo de transição entre as Gestões da APROFURG culminou em um menor número de Assembleias Gerais promovidas ao longo do segundo semestre de 2010. Em contrapartida, foi nítido, a partir da metade do ano, o avanço do suporte jurídico oferecido aos docentes pela Assessoria da Entidade, muitos deles encaminhados ainda pela Gestão anterior. A Assessoria Jurídica não atuou apenas na abertura de processos pelos professores, mas também de modo a instruí-los e instrumentá-los nas discussões políticas através de diversos pareceres, que puderam fazer avançar a consciência na luta contra os ataques sofridos pela categoria em temáticas variadas, como direitos salariais, aposentadoria e carreira. Além disso, a conjuntura exigiu do Sindicato, como afirma o ex-presidente Ubiratã, constantes viagens da Diretoria à Brasília, a fim de solucionar entraves burocráticos e institucionais em defesa da existência e representação das Seções Sindicais do ANDES, bem como do próprio Sindicato Nacional⁷⁰².

Tais articulações naturalmente levaram a APROFURG, no dia 21 de outubro, a mobilizar-se junto a outras Seções Sindicais do ANDES em Ato Público, organizado pelo Sindicato Nacional, em defesa da autonomia sindical. O ato foi promovido após questionamentos de uma nota técnica enviada pelo Ministério do Trabalho que impedia a representação do Sindicato de docentes do ensino superior em Santa Catarina⁷⁰³. Em artigo publicado no *Pó de Giz*, a Presidenta do ANDES-SN, professora Marina Barbosa, destacou que o “que está em discussão é o direito de representação sindical, a liberdade e a autonomia. Não somos contra o governo conceder autorização para a abertura de novos sindicatos, isso é democrático. Mas somos contra o governo impedir a atuação do nosso sindicato em Santa Catarina”.⁷⁰⁴

De modo a expandir as noções da militância docente em âmbito nacional, a APROFURG acompanhou as negociações do ANDES-SN junto ao MEC e ao MPOG,

⁷⁰¹ Cf. Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do Plano de Lutas: Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores do 55º CONAD do ANDES-SN, Fortaleza (CE), 24 a 27 de junho de 2010, p. 38, 40-41.

⁷⁰² “Eu me lembro das secretárias, cada vez que elas vinham fazer a prestação de contas para o dinheiro dos professores, que era levado ao sindicato, tinha que ir até Brasília e toda hora tinha que arrumar a lista, era uma dificuldade, cada vez que acontecia isso colocavam um empecilho e era muita burocracia para conseguirmos ficar com o dinheiro arrecadado e prestar contas disso. Foi um processo burocrático muito chato, ainda bem que tínhamos as secretárias que entendiam mais sobre essa parte de orçamento e legislação”, afirma o ex-presidente Ubiratã, destacando uma das maiores dificuldades encontradas para organizar a categoria. Entrevista com o Professor Ubiratã Soares Jacobi, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 06/10/2020.

⁷⁰³ “[...] eles [o Governo] dificultavam o repasse da arrecadação dos sindicalizados, questionavam na justiça. Me lembro que em Santa Catarina eles proibiram o ANDES de ter uma representação sindical, várias coisas confusas e antidemocráticas/ilegais dentro da legalidade da lei”, destacou o Presidente em entrevista realizada no dia 06/10/2020.

⁷⁰⁴ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 417, novembro de 2010, p. 7.

reivindicando a abertura do diálogo entre o Sindicato Nacional e o Governo acerca das tratativas referentes às questões da carreira docente⁷⁰⁵. A discussão esteve centrada, sobretudo, no questionamento do Projeto de Lei de reestruturação da carreira docente apresentado pelo Executivo e as propostas elaboradas pelas bases do ANDES. Nesse sentido, a partir de setembro, teve início uma longa discussão entre o movimento docente e o Governo, que, em conjunto com outras pautas, levaria, mais tarde, em 2012, à realização de uma das maiores greves da história, realizada pelos professores do Ensino Superior no Brasil. Em meio a esse processo, a APROFURG completou seu 30º Aniversário de fundação, que foi comemorado com uma grande festa em 15 de outubro de 2010.

Com merecido destaque no Pó de Giz, foram expostos episódios da trajetória de lutas da Seção Sindical, bem como diversos acontecimentos importantes da história da Entidade, que,

[...] criada como forma de materializar a luta pelos ideais de uma Universidade Pública, Gratuita e de qualidade, a entidade, em 1980, nasceu como associação e depois virou sindicato representativo da classe vem servindo como suporte para importantes lutas. Em todos esses anos de história, muitos são os acontecimentos que precisam ser lembrados [...]⁷⁰⁶

Desde a primeira grande greve, em 1985, até a luta contra a Reforma Universitária, em 2010, a APROFURG, como afirmou o Professor Claudio Gabiatti, mesmo com a aparente menor participação da categoria, continua desempenhando seu papel e sendo um espaço onde “todos os trabalhadores docentes e pesquisadores da FURG têm, nela, a garantia e o suporte de seus anseios mais diretamente ligados ao trabalho”⁷⁰⁷.

O ano de 2010 chegou ao fim com indefinições sobre as discussões referentes à reestruturação da carreira docente, que acabaram prorrogadas para 2011, durante o Governo da recém-eleita Presidenta Dilma Vana Rousseff. Com o objetivo de participar dos debates, em dezembro, foi realizada a escolha dos representantes da Seção Sindical para o 30º Congresso do ANDES-SN, através das indicações dos professores Ubiratã Soares Jacobi, como Delegado da Diretoria, e Elmo Swoboda, Humberto Calloni, Paulo Juarez Rieger, Marlene Teda Pelzer, Billy Graeff Bastos e Luis Fernando Minasi, como Delegados de Base. Ainda foi indicado um observador/suplente para o evento, vaga ocupada pelo professor José Carlos Ruivo.

O 30º Congresso do ANDES-SN aprovou a intensificação da ação da CNESF como espaço de organização da luta dos SPF, dando ênfase à perspectiva de construção de uma proposta de política salarial contrária ao congelamento proposto no PLP 549/2009 “e a exigência do processo de negociação para aplicar as determinações da Convenção 151 da OIT⁷⁰⁸”. Aprovou, ainda, uma atualização necessária na Pauta de Reivindicações

⁷⁰⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 416, setembro de 2010, p. 5-6.

⁷⁰⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 417, novembro de 2010, p. 4-5.

⁷⁰⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 417, novembro de 2010, p. 5.

⁷⁰⁸ Cf. SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. Editora LTr, 2ª edição, 1998, p. 338. A Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho foi aprovada em 1978 em Genebra e entrou em vigor no plano internacional em 25 de fevereiro de 1981. Enquanto instrumento regulador do direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, a Parte II do documento “Proteção do Direito de Sindicalização”, em seus artigos 4º e 5º, previa, entre outras coisas, que “os empregados

dos docentes das IFES e a Proposta de Projeto de Lei de Reestruturação da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino, bem como a agenda de lutas pela aprovação e implantação da Carreira de Professor Federal.⁷⁰⁹

A continuidade da aproximação dos docentes a outras categorias do funcionalismo público foi uma das ações praticadas pela APROFURG ao longo de 2011. Em abril, a Entidade participou da Plenária Nacional dos Servidores Federais, representada pelo Professor Paulo Juarez Rieger⁷¹⁰. A partir da organização conjunta nessa Plenária, foi realizada a Marcha dos Servidores Públicos, no dia 16 de junho, em Brasília, que contou com a presença de trinta e duas entidades e cerca de 8 mil pessoas com o objetivo de protestar na Esplanada dos Ministérios contra a demora do Governo Federal na elaboração de uma resposta concreta à pauta de reivindicações da Campanha Unificada⁷¹¹ protocolada em fevereiro de 2011⁷¹².

Com as avaliações de conjuntura e seus reflexos sobre a classe trabalhadora, bem como de aspectos pontuais da categoria docente abrangendo parte dos debates na APROFURG, entraram em pauta a Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010 – referente à criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S. A. (EBSERH)⁷¹³, e a discussão sobre o Plano de Carreira do ANDES-SN⁷¹⁴. Através do Pó de Giz, o movimento docente registrou ainda o acompanhamento do processo de envio do Novo Plano Nacional de Educação (PNE) em encontro realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), além de expandir criticamente em seus editoriais a denúncia de questões sobre o trabalho docente, o atual estágio da educação brasileira, as privatizações e questões ambientais e políticas, destacando que:

Hoje temos professores trabalhando mais do que operários em uma fábrica para produzir artigos cada vez menos importantes em termos de criação, mas com uma produção significativa para as empresas, no caso, as universidades. E o ranking das universidades e dos programas de pós-graduação reforçam ainda mais essa fábrica que funciona a todo vapor, ou melhor, papel impresso, e cada vez menos com ideias revolucionárias e modificadoras.⁷¹⁵

públicos gozariam de proteção adequada contra todo ato de discriminação sindical em relação com seu emprego”, bem como que “as organizações de empregados públicos gozarão de completa independência a respeito das autoridades públicas”. No Brasil, a Convenção nº 151 foi aprovada com ressalvas pelo Decreto Legislativo nº 206 de 7 de abril de 2010.

⁷⁰⁹ Cf. Carta de Uberlândia. Relatório Final do 30º Congresso do ANDES-SN, Uberlândia (MG), 14 a 20 de fevereiro de 2011, p. 120.

⁷¹⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 06/04/2011, s/nº, p. 1. Em 1º de abril, a jornalista Tiellen Antonacci assumiu o Setor de Imprensa da APROFURG, permanecendo até dezembro de 2017.

⁷¹¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 422, junho de 2011, p. 7. A campanha unificada reuniu, em um mesmo fórum, representantes de três centrais sindicais (CSP-CONLUTAS, CTB e CUT), além de federações e sindicatos nacionais das diferentes categorias de servidores públicos.

⁷¹² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 422, junho de 2011, p. 7.

⁷¹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 420, março e abril de 2011, p. 1.

⁷¹⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 421, maio de 2011, p. 1.

⁷¹⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 422, junho de 2011, p. 2.

A APROFURG também esteve presente no 56º CONAD, através da participação do Professor Ubiratã, como delegado, e de Paulo Juarez Rieger, Elmo Swoboda, Marlene Teda Pelzer, Billy Graeff Bastos e Luis Fernando Minasi, como observadores/suplentes de delegado⁷¹⁶. A temática central do evento foi acerca da Autonomia Universitária, Trabalho Docente e Independência Sindical, com debates que analisaram a conjuntura nacional e internacional enquanto balizadores das atividades do Sindicato na atualização de seu Plano de Lutas⁷¹⁷. Entre as atualizações, destaque para a proposição, junto ao CONLUTAS, de uma campanha nacional envolvendo entidades classistas representativas pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 270/2008⁷¹⁸ e nº 555/2006⁷¹⁹, pela volta do adicional do tempo de serviço a todos os servidores federais e o combate ao Projeto de Lei nº 1749/2011, que reeditou o texto da Medida Provisória nº 520/2010, que promovia a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).⁷²⁰

Em agosto, teve início a mobilização que começou a dar forma definitiva ao que viria estruturar a organização grevista da APROFURG e das Universidades Federais brasileiras. Sobretudo em razão da retirada da URP dos vencimentos docentes, ainda que alinhado a demais questões sindicais, acabou ocorrendo a formação do Comando de Mobilização da FURG, que, após agendar Assembleia Geral para pautar o indicativo de Greve, passou a realizar panfletagens pelo *Campus* da Universidade, a fim de informar e conscientizar a comunidade acadêmica acerca do momento vivenciado. Uma das bandeiras centrais da luta docente, em construção conjunta a outras entidades de servidores públicos, passou a ser a reivindicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, pauta que levou alguns associados da APROFURG, no dia 24 de agosto, a se juntarem aos cerca de vinte e dois mil manifestantes que marcharam na Capital Federal⁷²¹.

A Assembleia Geral do dia 17 de agosto aprovou, de forma unânime, a paralisação dos docentes nos dias 23 e 24 do mesmo mês, de acordo com a proposta do ANDES. Também, ficou definida a realização de um programa de rádio gravado no Centro de Convivências do *Campus* Carreiros da FURG⁷²². No primeiro dia da paralisação, ocorreu, ainda, conforme deliberação em Assembleia, a análise e posicionamento sobre o indicativo

⁷¹⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 08/06/2011, s/nº, p. 1.

⁷¹⁷ Cf. Carta de Maringá. Relatório Final do 56º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Maringá (PR), 14 a 17 de julho de 2011, p. 74.

⁷¹⁸ A PEC nº 270 de 26 de junho de 2008 alterou a Constituição Federal e garantiu ao servidor aposentado por invalidez permanente o direito de receber os proventos integrais com paridade em relação aos servidores ativos.

⁷¹⁹ A PEC nº 555, de 22 de junho de 2006, propunha a revogação do dispositivo da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência, liquidando a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.

⁷²⁰ Cf. Ata da Plenária do Tema III – Plano de Lutas Geral do 56º CONAD do ANDES-SN, Maringá (PR), 14 a 17 de julho de 2011, p. 33.

⁷²¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 425, setembro e outubro de 2011, p. 5.

⁷²² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/08/2011, s/nº, p. 1.

de greve por tempo indeterminado, ficando definida a manutenção de Assembleia Geral Permanente⁷²³, com indicativo de greve sem data definida⁷²⁴.

A partir da Assembleia Geral, passou a ser discutido pelos docentes da FURG o corte na URP, o que despertou imediato desgosto por parte da Reitoria durante reunião com a Diretoria da APROFURG, sob a alegação de que “não caberia a si contrariar decisões do Tribunal de Contas da União (TCU)”. A alegação foi contestada pelo Professor Ubiratã e pela Assessoria Jurídica da Seção Sindical, fazendo referência ao ocorrido na Universidade de Brasília (UNB), que conseguiu obter a reversão do corte da URP.⁷²⁵ Em nova Assembleia, os associados adotaram a postura de concentrar esforços em apoiar à Assessoria Jurídica, uma vez que a questão ultrapassou os limites reivindicatórios, adentrando no embate judicial. Dessa feita, a Diretoria da APROFURG realizou ações nos espaços institucionais da Universidade, visando mobilizar os docentes em ações conjuntas com o objetivo de fortalecer a atuação da Assessoria Jurídica na defesa dos direitos da categoria⁷²⁶.

As aflições e manifestações de incerteza por parte da Diretoria da APROFURG acerca da reestruturação da carreira docente eram encontradas com frequência em trechos publicados nos editoriais do *Pó de Giz*.

As propostas do ANDES-SN, Proifes e Governo começam a ocupar espaço junto as mesas de negociação. Agendam-se reuniões, oficinas, grupos de trabalho, mas parece que estamos malhando em ferro frio. [...] O governo marca as reuniões, escuta, fala, porém a impressão que resta ao final de cada reunião é a de que tudo que for contrário as suas pretensões e objetivos político-econômicos não vicejam! [...] o governo justifica seu plano de carreira baseado na reforma do Estado, aspectos de gestão, buscando o desenvolvimento do servidor em sua carreira através de trabalho mais produtivo, baseado em metas a serem atingidas, na excelência do desempenho das funções, lógica governamental que sustenta a evolução na carreira atrelada à progressão e à promoção fundadas nos critérios de desenvolvimento. [...] Desta forma o professor passará toda sua vida acadêmica em uma verdadeira corrida de obstáculos.⁷²⁷

⁷²³ A abertura da Assembleia Geral Permanente, em 2011, na APROFURG, não consta na documentação produzida pela Diretoria, tanto em Atas quanto no *Pó-de-Giz*, bem como não foi apresentada nos informativos das reuniões de Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do ANDES-SN, o que impossibilitou a recuperação precisa de sua data de início. Contudo, é possível identificar que o processo de início da abertura das Assembleias Permanentes se deu a partir das negociações do Sindicato Nacional com o Governo, o que leva as Seções Sindicais à adesão de tal prática entre os meses de julho e agosto. *Cf.* *Jornal da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUSFM/ANDES-SN)*. Agosto a outubro de 2011, p. 5.

⁷²⁴ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/08/2011, s/nº, p. 1.

⁷²⁵ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/08/2011, s/nº, p. 1.

⁷²⁶ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 30/08/2011, s/nº, p. 1.

⁷²⁷ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG*. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 426, novembro e dezembro de 2011, p. 2.

Na mesma edição, em artigo intitulado “Governo ignora qualidade e autonomia na reestruturação da carreira docente”, a APROFURG destaca alguns aspectos da reunião ocorrida em dezembro:

O governo federal desconsidera os preceitos constitucionais do padrão de qualidade na educação e também da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao insistir na intenção política de diferenciar as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), e ainda fragmentá-las internamente. [...] as falas durante a oficina evidenciam ainda o desrespeito à natureza própria da atividade acadêmica e à autonomia universitária, ao incentivar o caráter produtivista predatório às instituições.⁷²⁸

Coerente com as deliberações do 30º Congresso do ANDES, a APROFURG participou da intensificação da luta contra a implantação do “pacote da autonomia” proposto pelo Governo, pois os ataques à autonomia das Instituições Públicas fortaleciam e ampliavam o funcionamento das Fundações privadas, ditas “de apoio”, interferindo, de forma danosa, na graduação, através de uma política que adotava critérios que estimulavam o “ranqueamento das universidades com base em princípios de produtividade quantitativa”, em “uma lógica de atendimento a demandas mais afeitas ao mercado, que distorciam a função social da universidade e o exercício do magistério, precarizando e intensificando o trabalho docente.”⁷²⁹

Em meio às negociações e disputas travadas entre os trabalhadores em educação e a burocracia estatal sobre o piso salarial e a carreira docente, ambas tarefas centrais da categoria⁷³⁰, em janeiro de 2012, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira, responsável pelas tratativas junto ao ANDES, acaba falecendo. Tal fato leva a um adiamento das reuniões marcadas para fevereiro, que acabaram reagendadas para o mês de março.

Com atuação fundamentada e apoiada nas deliberações do ANDES-SN, a APROFURG esteve integrada e atuante junto aos movimentos sociais e às diferentes categorias de trabalhadores que gradativamente auxiliaram na construção e organização da greve nacional dos docentes, que foi deflagrada em diversas Instituições Federais de Ensino.

Denunciando as contradições existentes no discurso governamental veiculado pela imprensa, que repercutia a negativa da existência de uma crise financeira no país, apesar do corte orçamentário na ordem de R\$ 55 bilhões para 2012, do congelamento dos salários dos servidores públicos e das constantes ameaças de privatizações dos hospitais universitários⁷³¹, num contexto de intolerância em relação ao Governo, cumprindo o Estatuto da Entidade, a Diretoria da APROFURG lançou o Edital de Convocação de Eleição para o pleito sucessório ao biênio 2012/2014, contando com a inscrição de apenas uma chapa denominada “Valorização do Professor”.

⁷²⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 426, novembro e dezembro de 2011, p. 3.

⁷²⁹ Cf. Ata da Plenária do Tema III. Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores. Relatório Final do 30º Congresso do ANDES-SN, Uberlândia (MG), 14 a 20 de fevereiro de 2011, p. 39.

⁷³⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 427, janeiro e fevereiro de 2012, p. 2.

⁷³¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 428, março de 2012, p. 2.

O clima desfavorável aos trabalhadores em educação das IFES e demais servidores públicos acabou contribuindo ainda mais para a mobilização dos docentes de todo o país, fazendo com que a deflagração da greve passasse a ocupar o centro dos debates na agenda sindical dos professores. A partir de Assembleia Geral realizada no fim de abril pelos docentes da FURG, foram votados e encaminhados a criação da Comissão de Mobilização e o Calendário de Mobilização Local, constituído por duas Assembleias que definiriam, a partir da análise conjuntural, a viabilidade e necessidade ou não da deflagração da greve⁷³². No dia 10 de maio, ocorreu a primeira Assembleia, que definiu o indicativo de greve para o dia 16 de maio⁷³³, data na qual ocorreu a segunda Assembleia, na qual foi deliberada a aprovação de greve⁷³⁴ com 43 votos favoráveis, 13 contrários e 6 abstenções.

A defasagem salarial da categoria, o descumprimento de acordos por parte do Governo, as condições de trabalho precárias, a retirada de direitos dos aposentados, carreira docente e hospitais universitários foram apontadas como as pautas que deveriam agregar os esforços das lutas dos docentes da FURG durante a greve⁷³⁵, tendo como eixos centrais da mobilização a reestruturação da carreira docente e a melhoria nas condições de trabalho nas Instituições Federais, como destacado em artigo do ANDES, replicado no *Pó de Giz*.

Há anos os(as) professores(as) vêm lutando pela reestruturação do Plano de Carreira da categoria, por acreditarem que essa reivindicação valoriza a atividade docente e, dessa forma, motiva a entrada e permanência dos profissionais nas instituições federais de ensino. No ano passado, o ANDES-SN assinou um acordo emergencial com o governo, que previa como um dos principais pontos, a reestruturação da carreira até 31 de março. Já estamos na segunda quinzena de maio e nada aconteceu em relação a essa reestruturação. [...] Existem instituições sem professores, sem laboratórios, sem salas de aula, sem refeitórios ou restaurantes universitários, até sem bebedouros e papel higiênico, afetando diretamente a qualidade do ensino. Ninguém deveria ser submetido a trabalhar, a ensinar ou aprender num ambiente assim. Sofrem professores, estudantes e técnicos administrativos das Instituições Federais de Ensino.⁷³⁶

Além de toda mobilização para organizar e levar a cabo o movimento paredista, no mês de maio, ocorreu a eleição para a composição da Diretoria da APROFURG. O escrutínio do pleito divulgado pela Comissão Eleitoral, composta pelos professores

⁷³² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/04/2012, s/nº, p. 2.

⁷³³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 10/05/2012, s/nº, p. 2.

⁷³⁴ A deliberação da greve pela categoria foi apontada pelo então presidente, Ubiratã Jacobi, como “o ato mais importante, porque aquilo foi sendo construído e as pressões vinham de todos os lados”. Assim, mesmo próximo ao fim de seu mandato frente à Seção Sindical, destacou: “Já estava, inclusive, no final da minha gestão e eu acabei depois fazendo parte do comando de greve, não era mais do sindicato, mas fazia parte do comando de greve da FURG”. Entrevista concedida em 06/10/2020.

⁷³⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 10/05/2012, s/nº, p. 2.

⁷³⁶ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 429, abril e maio de 2012, p. 4.

Claudio Gabiatti, Carlos Ademir Gonçalves de Lima, Celso Luiz Lopes Rodrigues e Jarbas Greque Acosta, foi realizado no dia 11 de maio, verificando 748 docentes aptos a votar. A Comissão, que homologou a inscrição de uma única chapa, Chapa 1 – “Valorização do Professor”, contabilizou 116 votos, dos quais, 112 na Chapa 1, 2 votos em brancos e ainda outros 2 votos nulos. Assim, declarando a chapa eleita para presidir a Seção Sindical no próximo biênio, a gestão ficou composta por Paulo Juarez Rieger, Presidente; Elmo Swoboda, Vice-Presidente; Marlene Teda Pelzer, Secretária-Geral; Neusa Ribeiro Costa, Primeira-Secretária; Humberto Calloni, Tesoureiro-Geral; Tiarajú Alves de Freitas, Primeiro-Tesoureiro; e Silvia Fresteiro Barbosa, José Carlos Vieira Ruivo, Anderson Ruhoff e Marco Silva Gottschalk, como respectivos suplentes⁷³⁷.

Alguns docentes da FURG atribuíram a realização da eleição, pouco antes da deflagração da greve, como um acontecimento que interferiu para a composição de um ínfimo número de professores envolvidos no processo em curso. Tal fato fez emergir uma questão que recebeu destaque no Editorial do *Pó de Giz* da gestão “A Luta Continua”: “Onde está o professor que não vem às assembleias e ao seu sindicato?”

Esta pergunta me vem à cabeça no momento em que o governo nos retira direitos como aposentadoria integral, não dá reajuste de salário, isto é, não repõe as perdas devido à inflação e tenta impor um plano de carreira essencialmente produtivista. O que será que aconteceu ao professor, está assoberbado de trabalho e por isso não vem lutar por salário e condições dignas para exercer sua profissão? Será que está complementando seu trabalho com bolsas, com pareceres e projetos para empresas privadas? Não depende do salário de professor, pois tem outro emprego ou é profissional liberal? [...] Pobre professor, não consegue muitas vezes nem sair da sua sala de permanência e quando o faz vai para uma reunião ou ministrar uma aula. Tudo isto além de isolar o professor, afastar de suas lutas reivindicatórias o está deixando doente. Bem, se tudo isto está acontecendo agora, faço outra pergunta: e como fica o ensino? [...] impossível cumprir os três eixos da universidade (ensino, pesquisa e extensão) sem as condições mínimas de trabalho, salário e saúde. Será que por isso ele desapareceu das assembleias e do seu sindicato?⁷³⁸

Com o desenrolar da greve, as semanas foram intensas de atribuições aos sindicalistas⁷³⁹, exigindo dos professores um contato mais próximo com os técnicos administrativos em educação e estudantes da FURG, que também deflagraram greve e,

⁷³⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata nº 3 da Comissão Eleitoral, 11/05/2012, s/nº, p. 1.

⁷³⁸ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 429, abril e maio de 2012, p. 2.

⁷³⁹ “Ficávamos até tarde da noite, lembro-me de uma colega enfermeira, já era meia noite, eu estava muito cansado, e ela fazia contas de gastos das movimentações, então eu disse ‘De onde você tira energia? Eu tô morto!’. Isso é muito bacana, pois se cria uma amizade. Quando é que eu poderia falar com alguém da enfermagem, que é de fora do *Campus* Carreiros, com outras pessoas da química, os técnicos e outros alunos de diversas tendências. Foi um processo muito rico, era trabalhoso e cansativo, mas não se sentia o cansaço, porque tu estavas vendo as coisas fluírem, as pessoas unidas e lutando. Estávamos construindo e tentando avançar”, destaca o ex-presidente, Ubiratã Soares Jacobi, sobre as mobilizações e construção das tarefas em entrevista concedida em 06/10/2020.

através do Comando Local de Greve (CLG), buscavam unificar as ações⁷⁴⁰. O movimento ganha ainda mais força com a ocupação da Reitoria pelos estudantes, que, em apoio político à posição docente, mesmo sem ter legalmente o direito à greve⁷⁴¹, incorporaram com vitalidade as ações e participaram intensamente dos espaços de discussão e da execução das tarefas.

A 2ª Sessão da Assembleia Geral de Greve da APROFURG, realizada quinze dias após a deflagração do movimento, redefiniu os eixos centrais da pauta local com reivindicações que exigiam melhorias infraestruturais e a garantia da autonomia universitária⁷⁴². Logo a seguir, em uma mostra da força de greve unificada, no dia 5 de junho, foi realizada, na Esplanada dos Ministérios, uma grande marcha que levou mais de 15 mil servidores públicos a protestarem em Brasília, contando também com representação de integrantes do ANDES-SN, APROFURG e da FURG⁷⁴³.

⁷⁴⁰ “Tínhamos discordância de como fazer as coisas, mas na hora de fechar a gente fechava, era redondinho: estudantes, técnicos e professores. Era tudo casadinho, muitas discussões, mas conseguimos fluir aquela greve de uma maneira tal, que me lembro que fomos ao pedágio e conseguimos abri-lo. Também houve outras manifestações de rua, nos unimos ao SINASEFE, que era outro sindicato dos professores do IF, e fazíamos assembleias lá. Houve um momento propício para que aquilo fosse trabalhado numa forma de que foi desencadeando, crescendo e adquiriu uma forma e contexto muito interessante. Foi um aprendizado muito bacana”, afirma o ex-presidente, Ubiratã Soares Jacobi, em entrevista concedida em 06/10/2020.

⁷⁴¹ De acordo com o parecer produzido em Assembleia Geral pela Assessoria Jurídica. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 30/05/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁴² *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 2ª Sessão, 30/05/2012, s/nº, p. 2.

⁷⁴³ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 3ª Sessão, 06/06/2012, s/nº, p. 1.

A GREVE MAIS LONGA DA APROFURG, O “SIMULACRO” E OS IMPACTOS NA MILITÂNCIA DOCENTE.

Em Assembleia no dia 6 de junho, o então Presidente, Ubiratã Soares Jacobi, agradece aos colegas e à comunidade pelo apoio recebido durante a realização das tarefas da Gestão “A Luta Continua”, comunicando também sua permanência no Comando Local de Greve e exaltando a dedicação dos funcionários da APROFURG e da Assessoria Jurídica pelos serviços prestados junto ao sindicato.

A posse da nova Diretoria se deu em meio ao contexto agitado das mobilizações⁷⁴⁴, bem como da inesperada vacância do cargo de Presidente, por parte do Professor Paulo Juarez Rieger, que, por motivos de saúde, acabou renunciando⁷⁴⁵. Assim, após recomposição, a Diretoria da APROFURG ficou com a seguinte nominata: Elmo Swoboda⁷⁴⁶, Presidente; Tiarajú Alves de Freitas, Vice-Presidente; Marlene Teda Pelzer, Secretária-Geral; Neusa Ribeiro Costa, Primeira-Secretária; Humberto Calloni, Tesoureiro-Geral; e José Carlos Vieira Ruivo, Primeiro-Tesoureiro⁷⁴⁷.

Após a posse da Diretoria para o biênio 2012/2014, porém não a gestão da Entidade propriamente dita, o Comando Local de Greve deu continuidade às atividades⁷⁴⁸ e, no dia 6 de junho, em Assembleia Geral, foi informada, pelo Professor Ubiratã Jacobi, a unificação do movimento de greve, que passou a contar com a adesão dos médicos do Hospital Universitário para construção direta das lutas. Nesse ritmo, é desenvolvida uma série de atividades de mobilização e agitação da greve, com destaque à organização de Ato Unificado em 15 de junho, em Porto Alegre, e a caminhada

⁷⁴⁴ Em período anterior à sua posse oficial na gestão da APROFURG, o Vice-Presidente da Seção Sindical, Tiarajú Alves de Freitas, destaca que o momento mais marcante foi quando “acabei participando de uma dessas idas, que é bem comum se organizar um ônibus e ir a Brasília, para se fazer pressão junto ao Governo Federal. Mesmo que os docentes que participavam do comando de greve fossem de avião aos atos, eu fui, junto a outra professora (responsável pelo ônibus), dois técnicos administrativos da APTAFURG e mais 25 alunos, de ônibus [para a Capital Federal] e foi uma experiência muito legal. Saímos de Rio Grande, passamos por Santo Antônio da Patrulha, onde um grupo de alunos dos novos cursos existentes na FURG também foi conosco. Fizemos essa jornada de ida a Brasília de ônibus, que foi uma coisa bem gratificante. Lá nós participamos de uma marcha, que para mim foi uma experiência muito marcante e muito legal de participar”. Entrevista concedida em 05/11/2020.

⁷⁴⁵ Oficialmente, no dia 8 de outubro de 2012. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Reunião da Diretoria, 08/10/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁴⁶ O professor e ex-presidente da APROFURG, Elmo Swoboda, faleceu no dia 10 de maio de 2019, desse modo, as entrevistas realizadas para composição do livro foram realizadas com o Vice-Presidente da Gestão, Tiarajú Alves de Freitas. A mesma situação se repete durante a direção seguinte, biênio 2014-2016, em que Elmo Swoboda foi reconduzido à presidência da Seção Sindical, tendo como Vice-Presidente Professor Tiarajú de Freitas.

⁷⁴⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 430, outubro de 2012, p. 2.

⁷⁴⁸ “Logo que acabou a greve começou a nossa gestão propriamente dita, pois em estado de greve se tem o ‘comando local de greve’ e quem está gerenciando todo o processo de atuação do sindicato é esse grupo instituído. Esse grupo é responsável por enviar alguns docentes a Brasília, para participar do processo de trabalho e engajamento”, afirma Tiarajú Alves de Freitas, em entrevista concedida em 05/11/2020.

no Balneário Cassino⁷⁴⁹, no dia 17 do mesmo mês, com distribuição de panfletos e promoção de atividades culturais⁷⁵⁰.

Mesmo com o andamento da greve, o CONSUN deliberou a manutenção do calendário acadêmico, indicando ao Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA) a sequência do processo de consulta à comunidade acadêmica para a escolha da nova Reitoria, previsto para ocorrer entre os meses de setembro e outubro. Tal ação recebe desaprovação da categoria docente e de todo movimento grevista, que indica que o processo deve ser composto com a participação da APROFURG, APTAFURG, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e também do CLG⁷⁵¹. Os docentes, reunidos nessa Assembleia Geral, também rechaçaram a presença do PROIFES na mesa de negociações de greve com o Governo, discussão que, posteriormente, acabou levada ao Comando Nacional de Greve do ANDES-SN.

Ao completar o primeiro mês de paralisação, em 18 de junho, foi entregue à Reitoria, por meio do Comando Local de Greve, a pauta de reivindicações do movimento docente da FURG, que cita os pontos debatidos durante a 2ª Sessão da Assembleia Geral realizada no dia 30 de maio. Ao mesmo tempo, a greve vai ganhando visibilidade e alcança o tecido social mais amplo, graças à realização dos atos de rua e uma considerável movimentação nas redes sociais⁷⁵².

O processo de sucessão administrativa da FURG teve um novo capítulo quando o movimento grevista foi chamado para uma reunião com a Reitoria, estando presentes representantes dos técnicos administrativos e dos estudantes, dentre eles, dois membros que continuavam resistindo na ocupação no prédio da Reitoria⁷⁵³. Efetivada a reunião, foi percebida a necessidade da realização de uma Assembleia Conjunta da comunidade universitária a fim de tratar do assunto. Na ocasião, foi proposta pelos estudantes a realização de um seminário sobre a “Democracia na Universidade”, ideia bem recebida em Assembleia, vindo a ser assumida e realizada pelos professores posteriormente⁷⁵⁴.

Com quase dois meses de greve, em meio a diversas reuniões do CLG, envio de representantes ao CNG e atividades locais, o movimento passa a desgastar-se e os docentes começam a deixar de participar das Assembleias, uma vez que não é percebido

⁷⁴⁹ Tiarajú destaca a atividade como uma das mais marcantes durante a greve: “Foi gratificante ver as pessoas conversando conosco e valorizando a FURG como Instituição. Na nossa comunidade ela tem um papel fantástico, consegue ter uma atuação muito grande, não só em relação ao ensino, mas também com os projetos de extensão existentes. A penetração no nosso ambiente, em que a FURG está estabelecida, como Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, não só os *campus* fora da sede, mas também as outras unidades, pois temos muitos cursos de ensino a distância, então a FURG tem um papel fundamental. Nessa caminhada a gente percebeu as pessoas conversando conosco sobre a importância de irmos às ruas, dizendo ‘você estão certos, é isso mesmo’ e ‘tem que se respeitar os professores, vocês são muito importantes para a comunidade’. Temos muitos alunos formados na FURG e isso é um sinônimo de orgulho para nós. Foi muito bonito de ver essa valorização”. Entrevista concedida em 05/11/2020.

⁷⁵⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 3ª Sessão, 06/06/2012, s/nº, p. 2.

⁷⁵¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 4ª Sessão, 13/06/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 5ª Sessão, 20/06/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 5ª Sessão, 20/06/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 6ª Sessão, 27/06/2012, s/nº, p. 2.

abertura nas negociações entre o governo e o Sindicato Nacional da categoria. Com o esgotamento do fundo de greve, passam a ocorrer dificuldades financeiras que preocupavam sobremaneira os docentes, o que impossibilitou, inclusive, a participação de representantes da APROFURG em ato conjunto com os trabalhadores de outras categorias, em frente ao Banco Central, na cidade de Porto Alegre. Simultaneamente, observa-se a tentativa do governo de capitalizar um acordo com a União Nacional dos Estudantes (UNE), como caminho para resolução da crise, enquanto se negava a estabelecer diálogo com o CNG estudantil⁷⁵⁵.

As atividades, contudo, seguem sendo articuladas e, no dia 27 de junho, por ocasião da proximidade com a data de realização das Festas Juninas, acontece o “Arraial da Greve”⁷⁵⁶. Pela necessidade de dar auxílio logístico aos colegas da Associação dos Docentes da UFPel (ADUFPel) na organização grevista, são enviados professores para estarem presentes durante as Assembleias na Universidade Federal de Pelotas⁷⁵⁷. Também, foi enviada uma delegação da APROFURG para Santa Vitória do Palmar, a fim de contatar os docentes do *campus* para prestar suporte e aproximá-los da APROFURG. Nesse momento, foram identificadas algumas adversidades decorrentes do número reduzido de professores fixos na cidade de Rio Grande, o que dificultava a participação efetiva no movimento.

Com a realização do Seminário Democracia na Universidade, no início de julho, e de nova Assembleia, são deliberados, a respeito do processo de escolha da nova Reitoria, três condições a serem seguidas: “primeira – que o processo eleitoral se dê após o final da greve; segunda – voto paritário, considerando o universo dos votantes; terceira – previsão de tempo para o cronograma”⁷⁵⁸ – todas aprovadas por unanimidade pela categoria. A decisão se deu a partir de apresentação da sessão do Caderno nº 2 do ANDES, que abordava a escolha de dirigentes para as Instituições de Ensino Superior⁷⁵⁹. O documento, que seria discutido posteriormente, após a Assembleia da Comunidade Universitária, e entregue pelo conjunto das categorias no dia 13 de julho, voltou a ser discutido em Assembleia da APROFURG no dia 11, sendo sugeridas modificações, fato que acabou gerando conflitos – sobretudo em questão do voto paritário entre os segmentos. Contudo, por decisão unânime acerca de cada um dos pontos propostos na assembleia anterior, o recurso levantado sobre o tema acabou sendo rejeitado pelos professores⁷⁶⁰, sendo mantida a posição de paridade dos eleitores a ser levada para a Assembleia da Comunidade Universitária.

No dia 18 de julho, chega ao sindicato, através do CNG, a primeira proposta do Governo, imediatamente rejeitada pela categoria, que reafirmou “a proposta do ANDES-SN

⁷⁵⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 6ª Sessão, 27/06/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 5ª Sessão, 20/06/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 6ª Sessão, 27/06/2012, s/nº, p. 1-2.

⁷⁵⁸ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 7ª Sessão, 03/07/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁵⁹ Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Cadernos ANDES – nº 2. Proposta do ANDES para a Universidade Brasileira. 4ª Ed, Florianópolis: 1981.

⁷⁶⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 8ª Sessão, 11/07/2012, s/nº, p. 1-2.

para negociação, exigindo uma resposta formal do governo com relação à proposta do ANDES-SN, item por item”⁷⁶¹.

Ainda em julho, ocorre o início de um embate jurídico pelo sindicato, que levaria a APROFURG a ingressar com uma série de ações coletivas, relativas à desaverbação de licenças-prêmio, ao pagamento de auxílio-transporte independentemente do uso de transporte público, ao reajuste de aposentadoria e à pensão concedida na forma da Emenda Complementar nº 41/2003 pelos índices do INSS, às diferenças não pagas de insalubridade majorada concedidas a partir de junho de 2009, à revisão de proventos em função do Mandato de Injunção nº 880⁷⁶² e à contratação de um escritório de advocacia para atuar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no Mandato de Segurança impetrado pela Seção Sindical com o objetivo de frear o corte da URP⁷⁶³.

Passados mais de três meses após a deflagração da greve pelo movimento docente da FURG, articulados até então a partir de dois eixos centrais que fundamentavam a mobilização da categoria: reestruturação da carreira docente e pautas locais – sintetizados pela “ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna” e nas “precárias condições de trabalho e de infraestrutura que hoje ocorrem no interior das instituições federais de educação” – a APROFURG sofreu com os impactos da fragilização sindical, advinda dos ataques desferidos pelo Governo a partir de 2008 contra o ANDES, que fragmentou severamente suas bases, sobretudo em razão da ausência de pautas de luta que respondessem aos interesses e às demandas dos docentes.⁷⁶⁴

Dessa forma, devido ao momento crítico de abrandamento da greve, para o desenvolvimento eficiente das reivindicações, foram constituídos Comandos Locais de Greve em diversas Seções Sindicais do ANDES de todo o país, com a tarefa de mobilizar e desenvolver as discussões e atividades que constituiriam as pautas de luta específicas de cada Instituição de Ensino junto ao Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional – responsável pelas negociações com o Governo.

A análise da conjuntura nacional e internacional acumulada por este Sindicato [ANDES-SN] permitiu afirmar que o inimigo era forte, que a disputa era entre projetos estratégicos para a educação pública no país, e como se tratava do enfrentamento a um novo modelo de relações de trabalho, somente com forte mobilização haveria chance de avançar nosso projeto. O movimento associado à análise crítica do processo de precarização das condições de trabalho, com acúmulo nas pautas locais, foi desenhando o quadro do processo de mobilização que foi incentivado e trabalhado politicamente pela direção para a construção da greve nacional.⁷⁶⁵

⁷⁶¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Greve – 9ª Sessão, 18/07/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁶² Em linhas gerais, através do Mandato de Injunção nº 880, o STF reconheceu o direito dos servidores à contagem especial de tempo de serviço para aposentadoria ou à própria aposentadoria especial, em razão de atuarem sob ação de agentes insalubres e nocivos à saúde. Mandato de Injunção nº 880, MI 880. Aposentadoria Especial. Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, Brasília – DF, 2006, p. 3.

⁷⁶³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 31/07/2012, s/nº, p. 1.

⁷⁶⁴ ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília, 27 de setembro de 2012. p. 2.

⁷⁶⁵ ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília, 27 de setembro de 2012. p. 4.

A estratégia da Direção do ANDES em mobilizar suas bases diante do contexto de enfrentamento à imposição de projetos para a educação pública que implicariam um novo formato das relações laboriosas entre docentes e o Governo demonstrou a consciência de parte da categoria, em relação ao projeto de sociedade vislumbrado pelo Sindicato Nacional, que não visou tão somente à realização de um acordo de greve por reajustes salariais.

O desgaste natural da categoria durante a longa greve recebeu um acréscimo importante no primeiro dia de agosto, quando ocorreu a assinatura do acordo de reajuste salarial, entre o Governo e PROIFES⁷⁶⁶, fato que abalou a organização grevista por todo o Brasil. Ainda assim, o ANDES, o SINASEFE e o CONDSEF mantiveram a rejeição da proposta governamental. Marinalva Oliveira, presidenta do ANDES, na reunião em que foi anunciado o “acordo”, tratou de denunciar as articulações que constituíram o simulacro entre as partes, enfatizando a atuação ilegítima do PROIFES⁷⁶⁷:

[...] Sérgio Mendonça estava introduzindo uma inovação nos processos de negociação para menos, já que ignora resultados de AGs, e que nosso sindicato sempre se recusou a assinar acordo que represente prejuízos para a categoria, que retiram direitos conquistados. Ressaltou ainda que com essa proposta o governo também “rifa” os aposentados, mas como a Marcela Tapajós [Secretaria das Relações do Trabalho do MPOG] vem dizendo nas mesas, “quem se aposenta, aposentou-se”, ou seja, os aposentados não preocupam o governo. Afirmou, ainda que a proposta do governo representa um projeto de universidade e de educação, que exige outro tipo de trabalhador o qual deve se adequar a esse projeto e é nesse perfil que se desconstrói a carreira. Por fim, afirmou que tem muita tranquilidade em relação ao que está acontecendo nessa mesa e que quem irá decidir o que faremos é a categoria, em Assembleias Gerais, e o ANDES encaminhará a decisão da mesma forma, como historicamente tem feito.⁷⁶⁸

A partir de então, ocorreu a intensificação das atividades do movimento docente grevista em conjunto com outras categorias de servidores públicos federais através da realização de atos e, principalmente, no plano parlamentar, através de audiências públicas

⁷⁶⁶ “[...] diante da aceitação do Proifefes, queremos sim fazer o acordo, se possível ainda amanhã, pois ainda não temos o termo de acordo pronto para ser assinado. Respeitamos a dinâmica das outras entidades em relação à rejeição. Sabemos que a proposta não é perfeita e reconhecemos os problemas, mas o conjunto de injunções nos permitiu chegar a isso. Não temos como avançar nem em relação à estrutura nem em relação ao montante de recursos. Convidamos, a despeito das críticas, as entidades a aderirem ao acordo no momento que julgarem necessário. Pode ser amanhã, ou depois de amanhã, ou daqui a semanas. Vamos estruturar um PL com a proposta daqui e encaminhar até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional. Seria mais fácil se todas as entidades tivessem acordado. Como não há esse acordo será mais difícil a negociação no Congresso Nacional. Enfim que as entidades tenham o tempo que julgarem necessário para participar mais para frente desse acordo. Queremos dar um desfecho nesse momento à negociação”. Secretário Sérgio Mendonça de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em reunião no dia 1º de agosto de 2012. Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado Especial 02/08/2012, p. 2-3.

⁷⁶⁷ Como argumento, o PROIFES informou “sobre a realização de uma consulta eletrônica com a participação de 5.222 professores de todo o país, (de 43 Instituições Federais, destas 36 Universidades e 7 Institutos Federais) e que 3.864 professores (74%) responderam que o Proifefes deveria assinar o acordo com o Governo”. Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado Especial 02/08/2012, p. 2.

⁷⁶⁸ Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado Especial 02/08/2012, p. 3.

pautadas pelas reivindicações da categoria e no direito à greve. O movimento influenciou alguns congressistas a cobrarem a reabertura das negociações e o CNG protocolou contraproposta junto ao Governo, conforme deliberação das bases. Ainda assim, mesmo depois de diversas tentativas, não houve abertura para negociação e sequer resposta por parte do governo⁷⁶⁹.

Na FURG, o movimento docente deliberou em Assembleia⁷⁷⁰ pela manutenção da greve da categoria, exigindo a retirada ou a modificação essencial do PL nº 4.368/2012, resultado do simulacro realizado entre o Governo e PROIFES. Porém, sem perspectivas de negociações, no fim de setembro, os docentes deliberaram por encerrar a greve⁷⁷¹. Posteriormente, o impacto sob a atuação sindical foi significativo, fundamentado principalmente por conflitos relativos à forma como a greve foi encerrada⁷⁷² e sobre o envio de propostas de emendas ao PL, encaminhadas pela Direção do ANDES. Contudo, em âmbito nacional, a categoria sentia necessidade de compreender o processo e os avanços alcançados:

[...] tanto nos elementos que dizem respeito ao ANDES-SN, quanto àqueles que o extrapolam. Neste último, vale enfatizar que no setor da educação o governo respondeu à força da greve alterando sua posição do ano passado frente aos Técnicos Administrativo da Educação (TAE) e estabelecendo negociação efetiva, atendendo a pontos importantes da pauta de reivindicações, cuja greve termina com a FASUBRA assinando o acordo no qual constam conquistas em relação à pauta de reivindicações. O Sinasefe considerou que a proposta, apesar de não responder a importantes reivindicações da categoria, em especial no que se refere aos técnicos de nível superior, deliberou em sua Plenária, por assinar o acordo. Estas ações em separado findaram por evidenciar a tentativa do governo em isolar e enfraquecer o ANDES-SN.⁷⁷³

Os meses que antecederam o fim de 2012 foram direcionados à luta, por parte dos docentes da APROFURG, pelas modificações no PL, bem como na continuidade das mobilizações em defesa dos hospitais universitários, contra a EBSERH. A mobilização

⁷⁶⁹ “Uma vez protocolada, o CNG/ANDES-SN solicitou audiência no Ministério da Educação (MEC), Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG) também na Secretaria Geral da Presidência da República. Em nenhum desses espaços governamentais o movimento docente obteve resposta mostrando a intransigência e a indisposição em negociar por parte dos representantes do governo federal”. ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília: 27/09/2012. p. 5.

⁷⁷⁰ A referência sobre a Assembleia Geral do dia 5 de setembro de 2012 pode ser encontrada no editorial do Pó de Giz nº 430 de outubro (página 2), pois a referida Ata não consta para consulta na documentação da APROFURG.

⁷⁷¹ Documento não disponível para consulta, contudo, a Assembleia Geral que definiu o fim da greve ocorreu no dia 19 de setembro de 2012 e compôs a 18ª Sessão de Assembleias durante a greve da APROFURG.

⁷⁷² “Eu me lembro da primeira reunião depois da greve em que foram dois professores, isso depois da greve já ter acabado. Esgotou-se para chegar ao recorde e depois vem uma frase, num documento da central de greve [CNG], que diz que poderia ser interessante voltar, mas não tinha nenhuma Seção Sindical que havia aprovado a volta [às atividades docentes]. Foi muito estranho, ninguém sabe da onde saiu essa decisão de encerramento da greve, parece que a mão invisível do mercado, como dizemos na economia, baixou e nos disse isso. Foi um balde de água fria. Desmobilizou, não conseguimos ter a manutenção da mobilização”, recordou Tiarajú Alves de Freitas em entrevista concedida no dia 05/11/2020.

⁷⁷³ ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília, 27 de setembro de 2012. p. 7.

em relação a modificações no Projeto de Lei se deu também em nível regional, no contato direto com deputados, objetivando “obter o compromisso em relação às proposições apresentadas pelo sindicato”⁷⁷⁴, uma vez que o PL tramitaria em Comissões⁷⁷⁵ na Câmara e, posteriormente, seria enviado de forma direta ao Senado. A continuidade das atividades passou a ser organizada por uma Comissão Local de Mobilização da APROFURG⁷⁷⁶. Através da atuação desse grupo de docentes, foi identificada uma série de situações, como a:

[...] baixa qualidade das construções dos prédios, junto com atrasos das obras; falta constante de energia elétrica e internet com baixo sinal em vários locais do *Campus*; ausência de equipamentos, tais como ventiladores de teto e multimídia nas salas de aula, assim como, computadores nas salas de permanência dos professores; número insuficiente de técnico-administrativos em educação e de professores, proporcionalmente ao aumento do número de vagas para os estudantes; necessidade de ampliar os processos democráticos voltados para a escolha de ocupantes de cargos de coordenação/direção, assim como para o acompanhamento do processo de expansão pelo qual a FURG tem passado.⁷⁷⁷

Não foi esse o primeiro e, absolutamente, não seria o último dos embates travados pela categoria na defesa por uma Universidade Pública voltada de forma concreta aos interesses da classe trabalhadora. Desde o início da década de 1980, a APROFURG, junto a tantas outras Seções Sindicais do ANDES, esteve disputando o protagonismo no cenário político, lutando por um modelo de Instituição baseado nas necessidades e anseios do povo brasileiro – resultado que foi apresentado, em 1982, através das Propostas das Associações de Docentes e do ANDES para a Universidade Brasileira, renovado, posteriormente, chegando, até o momento, à sua quarta edição. A trajetória de lutas pela construção desse modelo conflita com o fatalismo natural imposto pelo grande capital, por fim:

As reformas na educação superior, desde 1995, vêm exigindo das universidades uma nova capacidade: transformar o conhecimento em valor econômico e social e, logo, demonstrar sua relevância social para o desenvolvimento do país, seja no âmbito local, regional ou nacional, seja no âmbito internacional. Nessa perspectiva, as universidades devem assumir novas finalidades, como a formação de profissionais

⁷⁷⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 430, outubro de 2012, p. 4.

⁷⁷⁵ Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Educação e Cultura (CEC), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 430, outubro de 2012, p. 4.

⁷⁷⁶ “[...] um grupo constituído a partir da suspensão do movimento de Greve, que tem como objetivo manter os docentes mobilizados em torno dos encaminhamentos relativos ao Projeto de Lei que trata da Reestruturação da Carreira Docente e articulados em ações que busquem a melhoria das condições e relações de trabalho dentro da Universidade”. Informe Especial da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS/Comando Local de Mobilização 2012. Encarte Especial do Pó de Giz, 2012, p. 3.

⁷⁷⁷ Informe Especial da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS/Comando Local de Mobilização 2012. Encarte Especial do Pó de Giz, 2012, p. 3.

qualificados para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo, e a geração de conhecimento, tecnologias e inovação a serviço do capital produtivo.⁷⁷⁸

A APROFURG seguiu atuando na tentativa de corrigir alguns dos pontos centrais de desestruturação da carreira docente gerados pelo PL nº 4.368/2012, que acabaria, posteriormente, recebendo mais de 70 propostas de emenda. Apesar disso, no dia 5 de dezembro, sem discussões, o texto acabou aprovado em votação relâmpago na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público⁷⁷⁹, expressando o simulacro e ignorando as propostas do ANDES, justificado por um pedido de regime de urgência em sua tramitação. O desdobramento final das negociações é evidenciado na denúncia realizada no Editorial do *Pó de Giz* de novembro:

A negativa do Governo em negociar com o ANDES-SN, legítimo representante dos professores federais, contrasta com o afago a entidade oficialista, constituída para atender a proposta governamental. [...] O envio ao Congresso Nacional do projeto de lei 4.368/12, resultado do simulacro de acordo entre o governo e o PROIFES, apresenta uma série de cláusulas contrárias à carreira docente defendida pelo ANDES-SN e que fragiliza ainda mais a estrutura atual.⁷⁸⁰

A Presidenta do ANDES, Marinalva Oliveira afirmou que “existia um acordo forjado entre o Governo, seus parlamentares e o ‘amém’ de alguns dirigentes sindicais”, porém a realização da greve conseguiu retirar o Governo dessa “zona de conforto”, onde tudo estava pactuado, ainda que o Executivo tenha dado prosseguimento ao seu plano de continuidade de reforma do Estado.⁷⁸¹ Nas palavras de Mariana, a maior greve da história do movimento docente, com duração de 125 dias, mostrou que, somente com grande mobilização das bases, “conseguiremos desconstruir, reverter o sentido destrutivo que vem sendo imposto pelos governos há duas décadas e arrancar conquistas reais. Se não conseguirmos avançar na nossa pauta como gostaríamos, o governo também não atingiu seu objetivo final”⁷⁸².

Concomitante ao andamento do PL, à luta conjunta da comunidade acadêmica contra a implementação da EBSEH e a privatização dos hospitais universitários, foi articulado, na FURG, um debate que compôs a agenda de mobilização contra a adesão dos HU's à EBSEH⁷⁸³. Participaram do evento representantes de diversas entidades⁷⁸⁴,

⁷⁷⁸ FERREIRA, Suely. *Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)*. Linhas Críticas, Brasília, DF, n.º 36, 2012, p. 469.

⁷⁷⁹ O Projeto de Lei nº 4.368 de 2012 viria a consolidar-se como Lei Ordinária nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012.

⁷⁸⁰ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 431, novembro de 2012, p. 2.

⁷⁸¹ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 432, dezembro de 2012, p. 5.

⁷⁸² *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 432, dezembro de 2012, p. 5.

⁷⁸³ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 431, novembro de 2012, p. 4.

⁷⁸⁴ Conselho Nacional de Saúde – CNS, Federação dos Trabalhadores Técnicos Administrativos – FASUBRA, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE e Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação

bem como o Diretor da Fundação de Apoio Universitário da Universidade Federal de Pelotas, Luiz Vicente Aquino, e a Assessora Política do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Rio de Janeiro, Vera Miranda⁷⁸⁵.

Nos primeiros meses de 2013, a APROFURG participou do 32º Congresso do ANDES, enviando quatro delegados, dentre eles o professor Elmo Swoboda, como delegado da diretoria, a professora Marlene Teda Pelzer e os professores Ubiratã Soares Jacobi e Luis Fernando Minasi, como delegados da base⁷⁸⁶. No Congresso, é definida a sequência do plano de lutas que irá orientar a atuação do sindicato no ano. O espaço também proporciona sequência às discussões sobre a EBSERH, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), a precarização das condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino e as políticas educacionais brasileiras, lançando a versão revisada do Caderno nº 2 do ANDES – que definiu a proposta do Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira⁷⁸⁷.

De acordo com os registros disponíveis, a atuação *in loco* da APROFURG, após o término da greve, gradativamente, foi esmaecendo, em razão da baixa participação dos docentes nas atividades sindicais⁷⁸⁸. Ainda assim, são registradas ações conjuntas com outras categorias de servidores públicos federais, como no episódio de lançamento da Campanha Unificada dos SPF, em 19 de fevereiro, organizada mediante a “necessidade de aprofundar o debate e construir a unidade na luta pela negociação e contratação coletiva no serviço público e em defesa do direito de greve no funcionalismo”, durante Seminário realizado na Câmara dos Deputados⁷⁸⁹. Após seu lançamento, através de ato realizado no dia 20 de fevereiro, a Ministra do MPOG, Miriam Aparecida Belchior, rejeitou qualquer possibilidade de estabelecer diálogo com os mais de trezentos militantes do serviço público que protestavam na Câmara dos Deputados⁷⁹⁰.

dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 431, novembro de 2012, p. 4.

⁷⁸⁵ Como fruto da mobilização nacional das categorias, “ANDES-SN e a FASUBRA entraram recentemente com o pedido no Supremo Tribunal Federal de Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei que cria a EBSERH, pois essa vai contra os princípios constitucionais da autonomia universitária, Artigo 207 da Constituição Federal, e também fere o princípio da universalidade do SUS”. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 431, novembro de 2012, p. 4.

⁷⁸⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 04/02/2013, s/nº, p. 1.

⁷⁸⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 433, janeiro e fevereiro de 2013, p. 4-5.

⁷⁸⁸ O vice-presidente, Professor Tiarajú, destaca que, no período posterior ao encerramento da greve, “tentou-se fazer uma mobilização, logo a seguir, e aí a adesão foi muito fraca, pelo desgaste que teve dessa greve – que foi recorde. Acabou gerando um desgaste, como se tu tivesses feito uma corrida, correu demais e depois e aí? A gente não concorda com o resultado da corrida, dá uma fadiga muito grande e se convoca para uma próxima corrida e as pessoas responderam que estavam cansadas, esgotadas. O que acabou gerando um desânimo para frente”, ainda, “acho que houve muito essa questão do desgaste em relação a recuperar as aulas, trabalhar no verão, desvincular quem tem filhos ao período de recesso e todo esse impacto emocional do teu ambiente de trabalho em relação ao teu ambiente de escola, fica tudo desorganizado. Acho que isso contribui para as pessoas não se aproximarem tanto”. Entrevista concedida em 05/11/2020.

⁷⁸⁹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 433, janeiro e fevereiro de 2013, p. 6.

⁷⁹⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 433, janeiro e fevereiro de 2013, p. 7.

Mesmo com a desmobilização dos professores da FURG, a Diretoria da APROFURG e alguns docentes militantes continuaram a integrar atividades conjuntas com o Sindicato Nacional e demais categorias de servidores públicos federais, participando, por exemplo, da Marcha na Esplanada dos Ministérios⁷⁹¹, no dia 24 de abril, e da Plenária da CNESF⁷⁹², no dia 26 de maio, ambos em Brasília. A Marcha, que compôs a Jornada de Lutas dos docentes, deveria ter culminado em paralisação no dia 22 de maio pelos trabalhadores das redes Estadual e Municipal de ensino, porém, por falta de quórum para a aprovação da atividade⁷⁹³, acabou deliberada em Plenária a realização de panfletagens pelos *campi* da Universidade, pautando melhores condições de trabalho e a reestruturação da carreira docente nas Instituições Federais de Ensino⁷⁹⁴.

Ainda em abril, durante as mobilizações de entidades ligadas à educação e à saúde, o ANDES-SN realizou um plebiscito de avaliação sobre a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares na gestão dos Hospitais Universitários. De acordo com o resultado nacional da consulta, mais de sessenta mil pessoas rejeitaram a privatização dos Hospitais Universitários e, na FURG, foram registrados 703 votos contrários à EBSEH, sendo menos de 90 votos favoráveis a tal política⁷⁹⁵.

Com a realização do 58º CONAD entre os dias 18 e 21 de julho, que contou com a presença do Presidente da APROFURG, Elmo Swoboda, e de outros seis observadores⁷⁹⁶, foi elaborado pela categoria uma série de encaminhamentos, entre os quais estavam as mobilizações a serem construídas no mês seguinte contra o Projeto de Lei das Privatizações⁷⁹⁷, respondendo às convocações efetuadas pelas centrais sindicais, movimentos sociais e compondo uma agenda conjunta de articulação a outras entidades⁷⁹⁸.

No interior das práticas sindicais, a Diretoria da APROFURG passou a sensibilizar os novos professores a fim de alcançar maior adesão e participação em suas mobilizações⁷⁹⁹. Desse modo, além de denunciar e debater a PL das Privatizações, foram retomadas as discussões tangentes às aposentadorias, com encaminhamento em Assembleia do contato com demais entidades em Rio Grande para a promoção de ações de rua, bem como a divulgação do PL em emissoras de rádio e jornais locais e a realização de um seminário. A paralisação aprovada para o dia 30 de agosto trouxe oito eixos que compuseram a pauta unificada das entidades:

⁷⁹¹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 435, abril e março de 2013, p. 2.

⁷⁹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/05/2013, s/nº, p. 1.

⁷⁹³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 09/07/2013, s/nº, p. 1.

⁷⁹⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/05/2013, s/nº, p. 1.

⁷⁹⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 435, abril e março de 2013, p. 7.

⁷⁹⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/06/2013, s/nº, p. 1.

⁷⁹⁷ O Projeto de Lei nº 4.330, de 26 de outubro de 2004, dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e às relações de trabalho dele decorrentes.

⁷⁹⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 437, julho e agosto de 2012, p. 4.

⁷⁹⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 27/08/2013, s/nº, p. 1.

[...] a redução do preço e melhor qualidade dos transportes coletivos; mais investimentos na saúde e na educação pública; fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias; redução da jornada de trabalho; salário igual para trabalho igual, combatendo a discriminação da mulher no trabalho; fim dos leilões das reservas de petróleo; contra o PL 4330, da terceirização; e reforma agrária.⁸⁰⁰

Os últimos meses de 2013 foram de ínfimo movimento e mobilização da categoria⁸⁰¹, fazendo com que a APROFURG passasse a noticiar, prioritariamente, as ações realizadas pelo ANDES-SN. Nesse sentido, o *Pó de Giz* destacava o andamento das tratativas referentes à reestruturação da carreira docente. A negociação, até então mantida em estado de resolução devido ao acordo firmado entre PROIFES e o Governo, ganha nova perspectiva a partir de maio, com o Governo editando a Medida Provisória nº 614/13 a fim de corrigir a Lei nº 12.772/12, que dispunha sobre alterações da carreira docente, dando margem para a abertura de novos espaços de debates sobre a pauta⁸⁰². Entretanto, a Secretaria de Ensino Superior do MEC, titular na discussão com o Sindicato Nacional, prorrogaria a apresentação de resposta sobre o tema, mesmo depois de afirmar a disposição ao diálogo, sob a prerrogativa de que “a negociação envolve uma formalidade que extrapola a Secretaria de Educação Superior e envolveria uma interlocução no âmbito do Ministério como um todo e outras instâncias da Esplanada”⁸⁰³, defendendo a ideia de necessidade de um debate conceitual sobre a carreira docente.

No início de 2014, foi retomada pela APROFURG a mobilização conjunta entre docentes e demais categorias de SPF durante o ato de lançamento nacional da Campanha Unificada no dia 5 de fevereiro⁸⁰⁴. No decorrer das falas das lideranças amplificadas pelo carro de som, os dirigentes das dezenas de entidades que integravam a atividade manifestaram a insatisfação com a postura das políticas aplicadas pelo Governo, que investiu grandes recursos na construção de estádios para a realização de uma Copa do Mundo de futebol no país, porém ignorava os trabalhadores e a população, não garantindo acesso aos serviços públicos de qualidade, além de não valorizar os servidores⁸⁰⁵.

No mesmo dia, sob pressão dos SPF, o Governo recebeu uma comissão de representantes do movimento junto à Secretaria-Executiva do Planejamento e à Secretaria de Relações do Trabalho, que acabou se comprometendo em efetivar uma resposta oficial até março à pauta construída coletivamente pelos servidores, entidades e centrais sindicais. Na oportunidade, foi deliberada a realização de um novo ato

⁸⁰⁰ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 437, julho e agosto de 2013, p. 6. *Cf.* ANDES-SN. Ofício circular nº 136/2013. Brasília, 6 de agosto de 2013.

⁸⁰¹ São escassos os registros documentais que possibilitam identificar o andamento preciso das movimentações da Seção Sindical durante tal período.

⁸⁰² *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 436, junho de 2013, p. 4.

⁸⁰³ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 438, setembro e outubro de 2013, p. 7.

⁸⁰⁴ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 440, janeiro e fevereiro de 2014, p. 4-5.

⁸⁰⁵ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 440, janeiro e fevereiro de 2014, p. 4-5.

para o mês de março⁸⁰⁶, porém a proposta de paralisação não foi possível ser construída pela APROFURG, devido à falta de quórum em suas Assembleias.⁸⁰⁷

Após realização do 33º Congresso do ANDES, entre os dias 10 a 15 de fevereiro, em São Luís no Maranhão – que definiu 2014 como “*ano de luta em defesa da Educação*”⁸⁰⁸ – foi lançado o Edital de Convocação para as Eleições da nova Direção da APROFURG para o biênio de 2014-2016⁸⁰⁹. O processo, que viria a contar com duas candidaturas, ganhou destaque em impresso especial que apresentou o plano de gestão das chapas concorrentes: Chapa 1 “Professores Unidos”, projeto de continuidade à atual gestão, e Chapa 2 “APROFURG Viva e Pela Base”, alternativa à atual Diretoria.

Com o avanço das reuniões entre o ANDES e o Governo, ocorreu a necessidade de maior articulação interna entre os docentes que compõem as Seções Sindicais, porém a APROFURG seguia com extrema dificuldade de aglutinar forças, mobilizar e reorganizar a categoria. Decorrente da demanda do Sindicato Nacional, foi realizada uma Assembleia que pautou uma paralisação da categoria para o dia 10, plenária essa que também solicitou que as Seções Sindicais verificassem o posicionamento dos docentes das IFES a respeito da deliberação de greve nacional⁸¹⁰.

Nesse momento de crise aguda do movimento docente da APROFURG, com implicações históricas de diferentes temporalidades, relacionadas às crises identitárias derivadas de um gradativo processo de transições políticas que reorganizaram o Estado brasileiro, as relações trabalhistas e as formas de organização das diferentes categorias que compunham a classe trabalhadora, foi possível observar, ainda, que o impacto do encerramento da greve de 2012 e o distanciamento natural da Diretoria em relação aos associados acabam levantando diversas dúvidas a respeito do atual processo que ocorre no quadro nacional.

Como reflexo dessa complexidade existente no fazer sindical, quando colocadas em votação, tanto a paralisação quanto a greve, ambas foram rejeitadas por ampla maioria dos docentes presentes em Assembleia, que, em contrapartida, propuseram, enquanto estratégia de mobilização, a estruturação de um fórum “para debater as propostas alternativas de mobilização à realização de uma greve”⁸¹¹, o que acabou não ocorrendo devido à falta de docentes dispostos a se envolverem em seu planejamento e execução⁸¹².

Em maio, simultaneamente ao fim da campanha eleitoral, eleições e escrutínio do pleito da nova Diretoria da APROFURG, registra-se avanço no diálogo do ANDES com o governo sobre as questões conceituais de carreira⁸¹³. O avanço não se dá de forma

⁸⁰⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 440, janeiro e fevereiro de 2014, p. 7.

⁸⁰⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/03/2014, s/nº, p. 1.

⁸⁰⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 441, março de 2014, p. 4.

⁸⁰⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 441, março de 2014, p. 7.

⁸¹⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/04/2014, s/nº, p. 1.

⁸¹¹ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/04/2014, s/nº, p. 1.

⁸¹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 02/06/2014, s/nº, p. 1.

⁸¹³ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 442, abril de 2014, p. 4.

isolada: a articulação do Sindicato Nacional da categoria em conjunto aos demais servidores públicos federais também pressiona o governo pela abertura de diálogo sobre a pauta unificada do Fórum dos SPF e sobre as demandas docentes do Ensino Superior, que tratam das condições de trabalho, valorização salarial e autonomia universitária – recebendo a última, respectivamente, maior resistência na conversa estabelecida em reunião junto ao Ministério da Educação⁸¹⁴.

Com a ida dos docentes às urnas nos dias 13 e 14 de maio, é eleita a nova Diretoria da APROFURG para o biênio 2014-2016. A Comissão Eleitoral, composta pelos Professores Claudio Gabiatti, Antonio Libório Philomena e pela Professora Regina Maria Carvalho Gonçalves, computou no escrutínio efetuado no dia 15 de maio um total de 221 votos, dos 788 docentes aptos a votar, declarando a Chapa 1, “Professores Unidos”, vencedora com 138 votos, contra 77 votos à Chapa 2, “APROFURG Viva e Pela Base”. Foram ainda registrados 2 votos em branco e outros 4 votos nulos⁸¹⁵. Em Editorial do Pó de Giz, a Diretoria destacou:

Na verdade, quem venceu foi o processo democrático de escolha, a lisura, transparência e civilidade em todas as etapas, a ílibada seriedade da Comissão Eleitoral presidida pelo professor Cláudio Gabiatti. Com a presença da Chapa 2 “APROFURG Viva e Pela Base” no processo eleitoral, os docentes da FURG reafirmam uma visível maturidade de engajamento na defesa da manutenção dos direitos da categoria, na defesa intransigente das árduas conquistas históricas dos profissionais da Educação, objeto igualmente permanentemente perseguido pela Diretoria anterior. A APROFURG, Seção Sindical do ANDES-SN, com a escolha da nova Diretoria, através de seus sindicalizados, está de parabéns, pois mantém e confirma o ideal democrático de sua representação, a defesa de uma Universidade autônoma e de qualidade socialmente referenciada.⁸¹⁶

Portanto, de forma democrática, foi declarada eleita a Chapa 1, com a seguinte nominata: Elmo Swoboda, Presidente; Tiaraju Alves de Freitas, Vice-Presidente; Carla Teresinha do Amaral Rodrigues, Primeira-Secretária; Rodnei Valentin Pereira Novo, Segundo-Secretário; Humberto Calloni, Primeiro-Tesoureiro; José Carlos Vieira Ruivo, Segundo-Tesoureiro; e Décio Rodrigues de Oliveira, Oswaldo José de Paula Barbosa, Marlene Teda Pelzer e Jovino Mansan, como respectivos suplentes, sendo empossada, no dia 9 de junho de 2014, em Assembleia Geral⁸¹⁷.

⁸¹⁴ O secretário da Sesu/MEC, Paulo Speller, afirmou “ter compreensão e concordância conceitual em relação aos dois primeiros pontos”, contudo “frente ao desenvolvimento na carreira apontou que este é um tema que merece ser melhor explorado e esmiuçado”, adiantando que “havia concordância na necessidade de elaborar uma base que dê autonomia às universidades, mas não tinha clareza de que se poderia deixar ‘tão aberto’ como propõe o Sindicato Nacional”. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 442, abril de 2014, p. 4.

⁸¹⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata n° 3 da Comissão Eleitoral, 15/05/2014, s/n°, p. 1.

⁸¹⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 443, maio de 2014, p. 2.

⁸¹⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Posse Biênio 2014/2016, 09/06/2014, s/n°, p. 1.

“APATIA, GOLPE E O AFLORAR DAS MUDANÇAS”

diversidades a serem enfrentadas pela nova Direção são latentes no que se refere à mobilização da categoria, fossem elas para o desenvolvimento de atividades em âmbito local, ou enquanto base de apoio para o ANDES diante das negociações junto ao Ministério da Educação. Com o cancelamento da reunião agendada com a Secretaria da Educação Superior do MEC, no dia 21 de maio, possivelmente motivada pela percepção do Governo em relação às dificuldades de mobilização do movimento docente em âmbito nacional, o editorial do *Pó de Giz* denunciou o descaso com os professores do ensino superior público:

A Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) mais uma vez não recebeu a diretoria do ANDES-SN para uma reunião que havia sido agendada para o dia 21. A pífia desculpa de que o secretário da pasta, Paulo Speller, estaria viajando naquela quarta-feira mais uma vez demonstra o desdém do governo com a categoria. [...] Mesmo com o cancelamento da reunião, a diretoria do ANDES-SN protocolou um documento com os temas que foram priorizados pelo Setor das IFES [...]. Dentre outras reivindicações, a pauta com o governo é pela melhoria das condições de trabalho, defesa da reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados e autonomia universitária.⁸¹⁸

Encarando o desafio de mobilizar a categoria, a recém-empossada Gestão dos “Professores Unidos” tem, enquanto primeira missão, reagrupar os docentes que se encontravam dispersos das lutas travadas pelo Sindicato Nacional. Dentre elas, com o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de junho, obtido através da reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do ANDES, nos dias 24 e 25 de maio⁸¹⁹, devido à suspensão da reunião junto à Secretaria do Ministério da Educação, foi definida uma agenda de mobilizações envolvendo também outras categorias articuladas ao Fórum dos SPF. O calendário seria finalizado com um Ato Nacional nas grandes cidades brasileiras que abre a jornada do movimento em protesto aos gastos com a Copa do Mundo: “Na Copa Vai Ter Luta”, além da avaliação de conjuntura das Seções Sindicais a fim de fornecer subsídio ao Sindicato Nacional sobre o indicativo de greve⁸²⁰.

Contudo, com a chegada de junho, mesmo com o crescimento das mobilizações nas IFES por todo o país, os docentes continuavam contrários à realização da greve:

Após analisar que ainda não está configurado um quadro para deflagração da greve nacional por tempo indeterminado dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), os representantes das seções sindicais do Setor das IFES reunidos em Brasília no dia 7 de junho, com base nas indicações das assembleias gerais realizadas em todo o país, decidiram por retirar o indicativo de greve em junho, e continuar insistindo na retomada

⁸¹⁸ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 443, maio de 2014, p. 2.

⁸¹⁹ *Cf. Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 443, maio de 2014, p. 4-5.

⁸²⁰ *Cf. Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 443, maio de 2014, p. 4-5.

de negociações com o Ministério da Educação (MEC), em torno da pauta de reivindicações protocolada no início do ano.⁸²¹

Com o objetivo de obter avanços e pressionar o Governo pela negociação junto ao Sindicato Nacional, a orientação do Setor das Federais do Ensino Superior do ANDES para as Seções Sindicais foi de intensificar a mobilização com suas reitorias pela negociação das pautas locais, dar continuidade à luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e o fundo de pensão para servidores públicos (FUNPRESP) e garantir a participação dos docentes na organização dos eventos programados para o período da Copa do Mundo, entre eles, os da Jornada “Na Copa Vai Ter Luta” em todos os estados”.⁸²²

Em agosto, ocorreu a realização do primeiro Encontro Nacional da Educação (ENE), reunindo diversas entidades de forma centralizada no Comitê Executivo Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!. O Comitê, composto pelo ANDES, SINASEFE, CSP- CONLUTAS, e outras diversas organizações estudantis nacionais, entidades e movimentos sociais⁸²³, surge como alternativa à Conferência Nacional de Educação e busca, em seu eixo central, avaliar de forma crítica o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho pela Presidenta Dilma Rousseff, que reforçou a política governista de privatização da educação, ao invés de repassar 10% do PIB para o ensino público, destinou recursos também para as empresas privadas, favorecendo a mercantilização da educação e a lógica do capital.⁸²⁴

A APROFURG esteve presente na grande marcha que marcou a abertura do Encontro Nacional da Educação e que reuniu mais de duas mil pessoas no Rio de Janeiro em 8 de agosto. Estiveram presentes diversas entidades que integravam outras lutas e categorias, mas que tinham a bandeira pela educação como uma de suas reivindicações. Entre elas o MST, o MTST, FASUBRA, ASSIBGE, entre outras.⁸²⁵ Porém, a APROFURG não pôde desenvolver as etapas municipais, tampouco participar da etapa estadual do Encontro, que teve “como objetivo promover a discussão ampliada sobre a educação pública [...] e sistematizar as questões locais para fomentar os debates durante o ENE”⁸²⁶, devido à inviabilidade na agenda dos membros de sua Diretoria⁸²⁷.

Ainda assim, é possível identificar pelo Pó de Giz atividades dispersas integradas e construídas pela Seção Sindical, como a participação no 59º CONAD, na cidade de Aracaju

⁸²¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 444, junho de 2014, p. 4.

⁸²² Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 444, junho de 2014, p. 4.

⁸²³ Como a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), a Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes (OE/UNE), a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEF), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET).

⁸²⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 445, julho e agosto de 2014, p. 4-5.

⁸²⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 445, julho e agosto de 2014, p. 4-5.

⁸²⁶ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 445, julho e agosto de 2014, p. 4-5.

⁸²⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Reunião da Diretoria, 26/05/2014, s/nº, p. 1.

no Sergipe, ainda no mês de agosto⁸²⁸; a realização do Projeto “Terças com a APROFURG”⁸²⁹, que, abordando diversos temas, tinha como pano de fundo promover avanços na formação política dos professores; e a manutenção do programa de rádio denominado “APROFURG em Pauta”, iniciado em agosto e apresentado todos os sábados pela Rádio da Universidade.

Trata-se de um Programa de entrevistas e debates do interesse da comunidade acadêmica que tem como pauta a ciência e tecnologia, a cultura, a realidade nacional e internacional, a situação do funcionalismo público federal, abordando todos os momentos de ações e intervenções junto aos congressos, seminários, etc., de forma crítica e equilibrada [...] ⁸³⁰

Com a chegada de 2015, a APROFURG retoma a tentativa de mobilizar a categoria docente da FURG, deliberando, em Assembleia, a estratégia de intensificar a comunicação com o professorado por meio de publicações em seu site e nas redes sociais, bem como através da circulação do Pó de Giz da participação em programas de rádio, confecção de cartazes, *folders* e visitas às unidades acadêmicas⁸³¹.

Dando sequência à reprodução das publicações que descreviam as atividades realizadas pelo ANDES-SN, as edições do Pó de Giz destacam as etapas do processo de negociação dos Servidores Públicos Federais em análises, matérias e depoimentos da Diretoria do Sindicato Nacional. As matérias registram a falta de avanço no diálogo⁸³² e a insistência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em oficializar um reajuste abaixo da inflação para os servidores⁸³³.

Em razão do cenário desfavorável para o movimento docente no contexto nacional, foi discutido, na APROFURG, um novo indicativo de greve, tendo em vista a argumentação apresentada pela Direção da Seção Sindical, durante a Assembleia do dia 23 de abril, quando abordou os cortes de verbas para as IFES e a interferência do PROIFES na mesa de negociações junto ao Governo⁸³⁴. Todavia, novamente, o indicativo foi rejeitado, sendo registrada ainda uma discreta participação de pouco mais de quarenta professores à plenária⁸³⁵.

O declínio gradual e, posteriormente, a retomada gradual da participação mais numerosa dos docentes nas atividades sindicais da APROFURG tem início em um momento de redefinição política do país, decorrente de uma nova crise do capital

⁸²⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/07/2014, s/nº, p. 1.

⁸²⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 449, janeiro de 2015, p. 2.

⁸³⁰ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 449, janeiro de 2015, p. 2.

⁸³¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/03/2015, s/nº, p. 1.

⁸³² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 451, abril e maio de 2015, p. 4.

⁸³³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 452, junho e julho, p. 4.

⁸³⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/04/2015, s/nº, p. 1.

⁸³⁵ A presença de quarenta docentes representa um aumento significativo na participação, contudo, para o cenário de deflagração de greve, ainda demonstra-se insuficiente, sendo pouco representativo frente à categoria.

e da supressão agressiva de direitos trabalhistas conquistados como corolário da recessão econômica. O panorama dessa conjuntura foi destacado pela Carta de Brasília, fruto do 7º CONAD Extraordinário.

[...] O apassivamento dos trabalhadores, a partir da cooptação das direções dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais, presente nas duas últimas décadas, torna-se insuficiente para o capital, na atual conjuntura, quando presenciamos o ascenso das lutas. Somam-se, então, à cooptação das direções, as ações de criminalização dos movimentos e a adoção de práticas antissindicais que têm como objetivo destruir entidades e movimentos que mantêm sua autonomia e combatividade. [...] O aprofundamento dos ataques aos trabalhadores se expressa em dois aspectos que consideramos serem faces da mesma moeda – a retirada de direitos, expressa nas ações do Executivo, com destaque para as Medidas Provisórias 664 e 665, nas ações do Legislativo, a exemplo da votação no Congresso Nacional do PL 4.330, e nas ações do Judiciário, tendo como exemplo a admissibilidade da constitucionalidade da Lei 9.637/98, e a adoção de medidas antissindicais do Estado Brasileiro e criminalização dos movimentos sociais. Destaque-se que não se trata de um conjunto de ações de um ou de outro governo, mas expressa o caráter de classe do Estado, que em momentos de aprofundamento da crise do capital, implementa, de forma mais contundente, ações que têm como objetivo retirar direitos. [...]⁸³⁶

Com o agravamento dos cortes orçamentários e a falta de comprometimento do Governo em avançar nas pautas do movimento docente, acabou aprovada, por quarenta e três dentre sessenta e uma Seções Sindicais, a deflagração de greve a partir do dia 28 de maio⁸³⁷. Mesmo com aumento significativo da participação dos docentes na Assembleia Geral que definiria a posição da APROFURG frente ao atual cenário, o indicativo de greve foi rejeitado por ampla maioria, sendo apenas aprovada a paralisação pontual das atividades no dia 29 de maio⁸³⁸.

No restante do ano, a APROFURG acompanhou as mobilizações das Instituições Federais de Ensino na maior greve da história do movimento docente, tendo oportunidade, também, junto ao Comando Nacional de Greve do ANDES, deliberar sobre as estratégias de negociações⁸³⁹. Além disso, aprovada a paralisação das atividades no dia 23 de setembro⁸⁴⁰, articularam-se de forma local – com o objetivo de divulgar o atual quadro das universidades em greve – ações que deram ênfase à relevância das atividades desenvolvidas pelo movimento grevista de outras Instituições⁸⁴¹.

⁸³⁶ Carta de Uberlândia. Relatório Final do 7º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, Brasília (DF), 02 a 03 de maio de 2015, p. 34.

⁸³⁷ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 451, abril e maio de 2015, p. 5.

⁸³⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/05/2015, s/nº, p. 1.

⁸³⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/09/2015, s/nº, p. 1.

⁸⁴⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 21/09/2015, s/nº, p. 1.

⁸⁴¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 21/09/2015, s/nº, p. 1.

Com algumas Universidades retomando as atividades após definição por parte de suas Seções Sindicais, em outubro, chegou ao final a Greve Nacional da categoria⁸⁴². A partir das deliberações retiradas em Assembleias Gerais das Associações Docentes, foi dada resposta à proposta de negociação apresentada pelo MPOG no dia 18 de novembro, apresentada pelo Setor das Instituições Federais de Ensino do ANDES.

Os docentes federais aceitaram alguns itens da proposta e fizeram contrapropostas em outros, demonstrando disposição em negociar. Sobre o índice de reajuste das tabelas salariais, o ANDES-SN fez uma contraproposta que impede o achatamento da carreira e a corrosão salarial em decorrência da inflação: 19,7% em duas parcelas, uma em janeiro de 2016 e outra em janeiro de 2017. Os docentes federais aceitaram as propostas relativas a benefícios, assim como a correção do problema que está ocorrendo com a progressão e promoção na carreira quando o professor atinge o prazo do interstício, impedindo efeitos financeiros e funcionais.⁸⁴³

Na avaliação do movimento, não houve avanços significativos na pauta referente à reestruturação da carreira, pauta central de suas reivindicações, pois os aparentes avanços apresentados pelo MPOG de forma “harmônica” na proposta manipulavam conceitos gerais e preservavam a desestruturação da carreira e trariam dois grandes prejuízos à categoria: a desvalorização do regime de dedicação exclusiva e a manutenção da diferença entre Professor Adjunto IV e Associado I e, entre D III e D IV na carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Ainda assim, a partir da proposta do MPOG, o movimento vislumbrou a oportunidade de abertura do diálogo, o que acarretou na articulação da contraproposta de criação de um Comitê Provisório para a proposta de reestruturação da carreira. A articulação tornaria concreto o acordo firmado nas negociações de 2014 com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, enquanto a discussão acerca da reestruturação da carreira deveria seguir ao longo do ano seguinte e ser implementada somente em 2017⁸⁴⁴.

O 35º Congresso do ANDES, que ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro em Curitiba, definiu uma série de encaminhamentos para o ano de 2016, como o Plano Geral de Lutas do Sindicato Nacional, que traçou a preparação do II Encontro Nacional de Educação, a intensificação na luta pela aposentadoria pública e integral e contrariedade à privatização da saúde pública representada pela EBSERH. Sem perder de vista o horizonte de “aprofundamento cada vez maior da privatização e da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão, dos serviços sociais em geral, bem como do ataque aos direitos sociais e trabalhistas”⁸⁴⁵, ficou definida a centralidade da luta para 2016:

⁸⁴² Após 139 dias de paralisação e mobilizações, em 11 de outubro, o ANDES-SN anunciou o fim da greve frente à impossibilidade de negociação com o Governo Dilma Rousseff. Cf. Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado nº 46, 11/10/2015, p. 1.

⁸⁴³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 454, novembro e dezembro de 2015, p. 7.

⁸⁴⁴ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 454, novembro e dezembro de 2015, p. 7.

⁸⁴⁵ Carta de Curitiba. Relatório Final do 35º Congresso Nacional do ANDES-SN, Curitiba (PR), 25 a 30 de janeiro de 2016, p. 96.

Defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores, com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora.⁸⁴⁶

As tensões políticas, que ganham ainda mais força em 2016, foram destacadas na edição de março do *Pó de Giz*, que reproduziu a manifestação da Diretoria do ANDES frente à crise:

A crise política que marca o momento brasileiro é filha direta da crise econômica, que tem como um de seus efeitos materiais mais expressivos a queda dos lucros, o que leva os poderosos, dos capitais nacionais e internacionais, a declararem guerra às parcas conquistas materiais e políticas da classe trabalhadora e a disputarem duramente o recurso público, por meio de medidas reducionistas da carga tributária e de ampliação dos subsídios públicos às empresas privadas, das privatizações e assegurando-se inviolabilidade do crescente endividamento do Estado e do pagamento de juros.⁸⁴⁷

No texto, a Diretoria do ANDES-SN enfatizou que, diante desse quadro, a posição do Governo não era de recuo na política de conciliação de classe, levada a cabo ao longo dos mandatos petistas, frente ao Poder Executivo e ao enfrentamento da burguesia, mas sim de brutalização dos ataques contra a classe trabalhadora, bem como de intensificação dos cortes orçamentários em detrimento dos investimentos na saúde e educação na ordem de R\$ 6 bilhões de reais somados⁸⁴⁸.

Como parte do pacote de ajuste fiscal iniciado em 2014, o Governo Dilma enviou ao parlamento o Projeto de Lei Complementar nº 257⁸⁴⁹. O PL atingia diretamente o conjunto dos servidores, bem como o funcionamento do serviço público, congelando salários, cortando benefícios, deteriorando a previdência, aumentando as alíquotas de contribuição, vedando novos concursos e propondo programas de desligamento voluntário – caso as medidas colocadas em prática não restabelecessem o reequilíbrio fiscal dos estados e do Distrito Federal⁸⁵⁰.

Em meio às turbulências políticas, no mês de março, ocorre o lançamento do Edital de Convocação para as Eleições da nova Direção da APROFURG para o biênio de 2016/2018⁸⁵¹. O processo contou com a inscrição de duas candidaturas, ganhou

⁸⁴⁶ Relatório da Plenária do Tema I. Movimento Docente e Centralidade da Luta. Relatório Final do 35º Congresso do ANDES-SN, Curitiba (PR), 25 a 30 de janeiro de 2016, p. 121.

⁸⁴⁷ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 456, março de 2016, p. 2.

⁸⁴⁸ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 456, março de 2016, p. 7.

⁸⁴⁹ O item 63 do EMI nº 36 de 21 de março de 2016, emitido pelo Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, justifica o PL nº 257, que tramitou em caráter de urgência, considerava “[...] o fortalecimento institucional que resultará da aprovação do Projeto de Lei Complementar, entende-se que as medidas ora propostas irão contribuir para a retomada da confiança dos investidores e irão demonstrar o compromisso do governo federal com a responsabilidade fiscal.”

⁸⁵⁰ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 456, março de 2016, p. 4-6.

⁸⁵¹ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 456, março de 2016, p. 2.

destaque em impresso especial que apresentou o plano de gestão das chapas concorrentes: Chapa 1, “Professores Unidos”, representando a continuidade da Gestão atual e da Chapa 2, “Democratização”, alternativa à atual Diretoria.

Após a Diretoria de a APROFURG repassar informações aos docentes sobre a gravidade que representava o PL 257, passou a imprimir esforços no sentido de manter a comunidade acadêmica e rio-grandina informadas sobre sua tramitação e pressionou, através do envio de e-mails, deputados estaduais e federais, denunciando os prejuízos decorrentes do projeto⁸⁵².

Com o acirramento do processo político que, em algumas semanas, ocasionaria o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, os professores que haviam deixado de compor a agenda de lutas programada pela comunidade acadêmica,⁸⁵³ que compunha um movimento em defesa da democracia e contra o golpe⁸⁵⁴, deliberaram, no dia 14 de abril, por integrar a Frente em Defesa da Democracia na Universidade⁸⁵⁵. Como destaca o editorial do *Pó de Giz* do mês:

Os docentes presentes na Assembleia Geral [...] manifestaram o firme propósito na defesa intransigente da democracia e contra o golpe dissimulado sob a cínica denominação de impeachment da atual presidente e chefe de estado do Brasil, por parte da extrema direita. Ficou claro na Assembleia que não se trata de respaldar, subliminarmente, o partido representado pela presidente Dilma. Longe disso: trata-se de recrudescer a luta pela construção da democracia no Brasil, na resistência permanente contra os ditames do capital internacional e a colonização de seu ideário em todas as camadas sociais, que produz subjetividades dóceis e alienadas do que realmente está em questão, ou seja, a luta histórica entre capital e trabalho.⁸⁵⁶

⁸⁵² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/04/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁵³ Mesmo sem a adesão ao movimento oficialmente deflagrado, a Diretoria da APROFURG, em reunião, no dia 29 de março, expôs o contato com a Frente: “Foi realizada uma reunião com a Frente em Defesa da Democracia, com a finalidade que a APROFURG participe da mesma, através de atos e confecção de faixa de apoio ao ato em Defesa da Democracia”, contudo, a discussão não ganhou pauta em Assembleia Geral, órgão de deliberação da Seção Sindical, sendo discutida pouco mais de duas semanas depois. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Reunião da Diretoria, 29/03/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁵⁴ O tratamento dado ao Setor de Comunicação pela Gestão (2014/2016) nos repasses de informações aos docentes foi elencado como deficitário e insuficiente por alguns docentes, o que, em muitos casos, dificultava a mobilização dos sindicalizados nas lutas em pautas importantes, como registrado em Ata de Assembleia Geral: “Outros docentes mencionaram problemas de comunicação da APROFURG, ou seja, entre a diretoria da APROFURG, o ANDES e os associados [...]. Foi enfatizado por docentes que há necessidade de uma democracia de fato; informações atualizadas e debates sobre as questões que envolvem a crise atual e que o Jornal, programas de rádio, etc., são importantes, mas não suficientes para o processo democrático na APROFURG. Foi dito que há problemas de comunicação também entre a direção da APROFURG e a Regional do ANDES-SN [...]. Mais uma vez foi dito que a comunicação do sindicato deve ser frequente [...]”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/04/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁵⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/04/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁵⁶ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 457, abril de 2016, p. 2.

A Frente em Defesa da Democracia era “composta por estudantes, professores, técnicos administrativos em educação, representações sindicais, movimentos sociais e comunidade em geral”. O movimento se apresentava de forma independente e plural, tendo como objetivo “a defesa incessante da democracia que se encontra gravemente ameaçada em nosso país”. Com as discussões e atividades construídas e promovidas de forma coletiva e aberta, a Frente contribuiu para aumentar a participação da comunidade da FURG “na luta pela manutenção do Estado Democrático de Direito, denunciando o grave golpe político que está em curso”⁸⁵⁷, e que acabou inaugurando um período de hegemonia de um grupo de políticos alinhados aos postulados da extrema-direita.

Mesmo em meio à crise, ainda em abril, o Governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2017, propondo dar continuidade às políticas de ajuste fiscal e priorizando o pagamento dos juros da dívida pública.⁸⁵⁸ Sem apontar aumento real do salário mínimo e indicando necessidade de ajuste fiscal da previdência – através do nebuloso preceito de “rombo na Previdência” e garantindo o pagamento da dívida – o Projeto previa, ainda, a interrupção na realização de concursos públicos a partir do mês de agosto. Além disso, outras medidas nocivas à classe trabalhadora e ao serviço público tramitavam na Câmara dos Deputados e foram divulgadas através do Pó de Giz em matérias produzidas pelo Setor de Imprensa do ANDES-SN.

A tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 257, conforme solicitação do Presidente interino Michel Temer⁸⁵⁹, acaba retirada do caráter de urgência, fato que tampouco o retira dos planos do Governo, que passa a priorizar a aprovação do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias que previa um déficit fiscal de mais de R\$ 170 bilhões de reais para o ano 2016 – projeção que supera em mais de 70 bilhões os valores informados pelo governo de Dilma⁸⁶⁰.

No período que antecede a posse da Diretoria para o biênio 2016/2018, ocorreram os encontros preparatórios para o II Encontro Nacional da Educação, que contou com etapas municipais de preparação em Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Novo Hamburgo e Santana do Livramento no Rio Grande do Sul⁸⁶¹. Sem a realização da etapa preparatória em Rio Grande, a Diretoria da APROFURG articulou uma reunião conjunta com o Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS) e com o Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), a fim de elaborar propostas

⁸⁵⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 457, abril de 2016, p. 2.

⁸⁵⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 457, abril de 2016, p. 4.

⁸⁵⁹ O processo de impeachment foi encaminhado ao Senado Federal, após aprovação na Câmara Federal por 367 a 137 votos, em 17/4/16 [...], afastando a presidenta Dilma por 180 dias. O impedimento definitivo ocorreu com a votação dos senadores em 31/8/16. Com 60 votos a favor e 21 contrários à destituição, Michel Temer assume a Presidência da República. BECKER, Camila; CESAR, Camila; GALLAS, Débora & WEBER, Maria Helena. *Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros*. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, Volume 13, nº 24 (13), 2016, p. 99.

⁸⁶⁰ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 458, maio de 2016, p. 6.

⁸⁶¹ Cf. ANDES-SN. Ofício circular nº 98/2016. Relatório da Reunião de Setor dos Docentes das IFES. Brasília, 15 e 16 de abril de 2016.

para o II ENE. A etapa estadual do evento foi realizada entre os dias 21 a 23 de abril em Porto Alegre e colaborou com o avanço das discussões do Encontro Nacional.

Além disso, ocorreu a conclusão das obras do Salão Social do sindicato⁸⁶², inaugurado no dia 24 de maio em solenidade que contou com a presença da Reitora da FURG, Cleuza Maria Sobral Dias, e Danilo Giroldo, Vice-Reitor, além do então presidente da APROFURG, Elmo Swoboda, do presidente eleito para a Diretoria do biênio 2016/2018, e de suas respectivas equipes diretivas⁸⁶³. No dia anterior à posse da nova gestão, como último ato, a Diretoria “aprovou a participação da APROFURG no movimento Frente Brasil Popular”, ato que seria executado no dia 10 de junho, no Largo Doutor Pio, em conjunto a outras entidades⁸⁶⁴. A Frente Brasil Popular, nos anos seguintes, viria a se tornar uma forte aliada nas mobilizações da Seção Sindical no município.

Após a realização das eleições nos dias 10 e 11 de maio, a Diretoria recém-eleita⁸⁶⁵, utilizando o editorial do *Pó de Giz*, cumprimentou os colegas, agradeceu os votos que oportunizam a sequência do trabalho desenvolvido entre 2014 e 2016 e conclamou a categoria à luta.

Não poderíamos iniciar este editorial sem antes agradecer aos professores sindicalizados que [...] depositaram sua confiança na continuidade do nosso trabalho elegendo a nova diretoria da APROFURG, agora encabeçada pelo professor Rodnei Valentin Pereira Novo. A Chapa 1, “Professores Unidos”, reconhece que, acima de tudo, a vitória é da democracia e conclama pela unidade de todos os professores, sindicalizados ou não, na defesa de seus direitos arduamente conquistados e que, neste momento, sofrem novos e duros golpes do governo através de 55 Projetos de Lei [...], além de outras medidas draconianas contra os servidores públicos a fim de fazer caixa para o pagamento dos juros da dívida pública. [...] nesse retrocesso agudo da inteligência científica e filosófica caracterizada por um congresso histriônico e sem pudor, torna-se urgente e necessária a participação orgânica, intelectual e afetiva de todos os docentes da nossa entidade [...] para que, unidos, possamos defender e fortalecer não somente nossos direitos e deveres, mas a ética, a integralidade, a justiça, a qualidade indispensável ao que sempre defendemos e defenderemos: o ensino público, gratuito, laico e de qualidade socialmente referenciada.⁸⁶⁶

A Chapa 1, denominada “Professores Unidos”, que derrotou a Chapa 2, denominada “Democracia em Movimento”, foi empossada com a seguinte nominata: Rodnei

⁸⁶² O espaço, que poderia “ser usufruído pelos seus associados para festividades e atividades acadêmicas”, viria a ser ressignificado mais tarde pelos docentes. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 459, junho de 2016, p. 2.

⁸⁶³ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 458, maio de 2016, p. 8.

⁸⁶⁴ Cf. *Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 06/06/2016, s/nº*, p. 1.

⁸⁶⁵ Não foram recuperados registros desse pleito junto à documentação da APROFURG, quanto ao número de docentes aptos a votar, número de votantes, de votos válidos, nulos, em branco, ou à quantidade de votos que deu a vitória a Chapa 1 “Professores Unidos” em detrimento da Chapa 2, “Democratização”.

⁸⁶⁶ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 459, junho de 2016, p. 2.



Valentin Pereira Novo, Presidente; Elmo Swoboda, Vice-Presidente; Marlene Teda Pelzer, Primeira-Secretária; Maria Mirta Calhava de Oliveira, Segunda-Secretária; Humberto Calloni, Primeiro-Tesoureiro; Carla Teresinha do Amaral Rodrigues, Segundo-Tesoureiro; e Antônio Libório Philomena, Milton Luiz Paiva de Lima, Cassius Rocha de Oliveira e Adriana Ladeira Pereira, como respectivos suplentes, sendo empossada no dia 7 de junho de 2016⁸⁶⁷.

⁸⁶⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Posse Biênio 2016/2018, 07/06/2016, s/nº, p. 1.

“O PÓS-GOLPE: A LUTA NUMA CONJUNTURA DE RETROCESSOS E A RUPTURA DE PRÁTICAS OBSOLETAS”

Logo que assume a Direção da APROFURG, a equipe recém-empossada participou do II Encontro Nacional da Educação⁸⁶⁸, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de junho⁸⁶⁹. A marcha de abertura do evento contou com a presença de mais de três mil pessoas na capital do país entre estudantes, professores e trabalhadores integrantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE)⁸⁷⁰. A data foi definida como o Dia Nacional de Luta na Reunião do Setor das IFES do ANDES⁸⁷¹.

Em julho, a Diretoria da APROFURG utilizou o editorial do *Pó de Giz*⁸⁷² para denunciar o brutal retrocesso e o ataque à Constituição, representado pelo Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados e que tramitava no Senado Federal, que instituiu o PL nº 7180/14⁸⁷³, com destaque ao manifesto produzido pela Frente Contra o PL “Escola sem Partido”⁸⁷⁴.

[...] não afronta apenas a Constituição da República Federal de 1988, principalmente em seu Cap. I itens IV (é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato) e IX (é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença), mas afronta, além de outras imposturas, a concepção arcaica de educando [Art. 2º item V], ou seja, do “educando como parte mais fraca na relação de aprendizado” (ignorando os enfoques teóricos da Educação que há décadas tem superado esta concepção de educando, embora ainda predomine,

⁸⁶⁸ Na plenária final do evento, foi entregue a carta de Declaração Política, “que sistematiza as discussões realizadas desde os encontros preparatórios regionais até o encontro nacional, encaminhadas de maneira consensual e unitária, sobre cada um dos seis eixos temáticos do II ENE. A declaração traz uma breve introdução, na qual avalia a conjuntura de aprofundamento dos ataques do capital aos direitos dos trabalhadores, e ressalta o crescimento da resistência dos oprimidos, que protagonizaram greves, lutas e ocupações no Brasil e no mundo”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 459, junho de 2016, p. 5.

⁸⁶⁹ Junto à ADUFPEL, Seção Sindical do ANDES dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas, a APROFURG enviou uma delegação composta por estudantes e docentes de ambas as universidades para participar do Encontro. ANDES-SN. Cf. Ofício circular nº 173/2016. Relatório da Reunião de Setor das IFES. Brasília, 4 e 5 de junho de 2016.

⁸⁷⁰ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 459, junho de 2016, p. 6.

⁸⁷¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 06/06/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁷² Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 460, julho de 2016, p. 2.

⁸⁷³ O Projeto de Lei nº 7.180, de 24 de fevereiro de 2014, de autoria de Erivelto Santana, do Partido Social Cristão (PSC/BA), visava incluir entre os princípios do ensino “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, adaptando a legislação brasileira à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro”.

⁸⁷⁴ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS*, nº 460, julho de 2016, p. 3.

em determinadas escolas, o exercício da mentalidade “bancária” presente na Educação escola tradicional) [...].⁸⁷⁵

No período que antecede a conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, caracterizando o que viria a significar um agravamento no cenário de retirada de direitos da classe trabalhadora, ocorre o adiamento das votações de admissibilidade do PLP 257 e da PEC 241⁸⁷⁶ – responsáveis por impactos significativos, sobretudo no funcionamento dos setores públicos da saúde e educação⁸⁷⁷. Assim, de acordo com a replicação feita pelo Pó de Giz, do conteúdo produzido pelo Setor de Imprensa do ANDES⁸⁷⁸, foi articulada, em todo o país, a mobilização da categoria docente para ocupar Brasília e pressionar os deputados para barrarem o PLP e a PEC⁸⁷⁹. Nesse sentido, a Diretoria desenvolveu atividade de panfletagem nas entradas do *Campus Carreiros* da FURG, em 16 de agosto, apontado como o Dia Nacional de Lutas, Paralisação e Protestos⁸⁸⁰.

No fim de agosto, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar 257, que, mesmo após diversas modificações⁸⁸¹, mantém sua proposta original de impor controle de gastos aos estados e ao Distrito Federal em detrimento de melhores condições de trabalho dos servidores públicos, bem como do funcionamento e da qualidade dos serviços prestados à população brasileira⁸⁸², ocasionando a intensificação da mobilização dos servidores de diversas categorias a pressionarem o Senado com o intuito de barrar o projeto.

⁸⁷⁵ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 460, julho de 2016, p. 2.

⁸⁷⁶ “Chamada de novo regime fiscal pelo governo interino, a PEC 241/2016 limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que significa que a cada ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), vai definir, com base na regra, o limite orçamentário dos poderes Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas da União), Executivo e Judiciário, Ministério Público Federal da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU)”. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 461, agosto de 2016, p. 4-5.

⁸⁷⁷ “Epitácio Macário, 3º tesoureiro do ANDES-SN, afirma que o adiamento se deu por conta da pressão dos servidores, mas também devido ao desacerto do governo com sua base e com a oposição. ‘A pressão teve papel importante porque atuou nesse momento de desacerto, momento em que o governo e sua base não tinham detalhes acertados de como votar o PLP’, diz o docente.”, Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 461, agosto de 2016, p. 4-5.

⁸⁷⁸ Durante esse período, a Direção da APROFURG optou, quase que exclusivamente, por replicar o conteúdo produzido pelo Setor de Imprensa do ANDES. Até mesmo o tradicional Editorial do Pó de Giz, espaço geralmente destinado à linha ideológica de cada uma das gestões, acabou desassistido.

⁸⁷⁹ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 461, agosto de 2016, p. 4-5.

⁸⁸⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Reunião da Diretoria, 15/08/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁸¹ “Várias modificações foram realizadas no texto original, enviado pelo governo à Câmara em março [...] permaneceu no projeto aprovado a exigência de que os gastos primários das unidades federadas não ultrapassem o realizado no ano anterior, acrescido da variação da inflação [...] também nos dois exercícios seguintes à assinatura da renegociação”. Foi possível observar a transferência de pontos da PLP para a PEC 241, visando ao congelamento dos gastos públicos por vinte anos. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 462, setembro de 2016, p. 4.

⁸⁸² Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 462, setembro de 2016, p. 4.

A necessidade eminente de organização e articulação dos docentes da FURG fez com que a APROFURG realizasse uma Assembleia Geral para avaliar a conjuntura e propor ações de resistência frente aos avanços nefastos contra a classe trabalhadora, representado principalmente pela PEC nº 241⁸⁸³ elaborada pelo Governo interino de Michel Temer e, por consequência, fruto direto da articulação golpista⁸⁸⁴. Para tanto, a Seção Sindical deliberou pela adesão à paralisação proposta pelo ANDES⁸⁸⁵ nos dias 22⁸⁸⁶ e 29 de setembro. No primeiro dia de paralisação, a Seção Sindical promoveu a “Plenária da Educação”, com participação dos três segmentos da comunidade acadêmica e, no segundo, uma palestra com sua Assessoria Jurídica.

Aguardando as definições das articulações entre o ANDES e demais categorias de trabalhadores dos serviços públicos representados pela FASUBRA e SINASEFE, a APROFURG passou a compor a Comissão Conjunta de Mobilização, integrada por técnicos administrativos em educação e estudantes da FURG⁸⁸⁷.

Com o FONASEFE consolidando a construção de um movimento unitário dos servidores federais e definindo o indicativo de greve para o dia 9 de novembro⁸⁸⁸, a APROFURG, em Assembleia Geral⁸⁸⁹, deliberou por sua adesão com participação no Dia Nacional de Luta da Educação – 25 de novembro – mesma data em que aconteceu a votação, em segundo turno, da PEC 241. O cenário de tensões e aflições não influenciou quantitativamente na participação dos docentes, que, em Assembleia Geral, aprovaram o indicativo de paralisação da categoria nos dias 24 e 25 de outubro, com greve geral definida para 11 de novembro⁸⁹⁰. Como forma de enfrentamento, as categorias atuaram de forma conjunta e passaram a ocupar o *Campus* da Universidade, realizando atividades de conscientização e luta contra a retirada de direitos.

Através da Tenda da Mobilização montada no estacionamento do Prédio 4 da Universidade, local estratégico e de grande circulação da comunidade universitária, os integrantes do movimento distribuíram panfletos, conversaram com estudantes,

⁸⁸³ A PEC nº 241, de 15 de junho de 2016, alterava o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

⁸⁸⁴ Não foram encontrados registros no Pó de Giz ou na documentação oficial consultada acerca de um posicionamento da APROFURG em relação à conclusão do processo de impeachment de Dilma Rousseff. A única manifestação encontrada foi o artigo “O que o Golpe Parlamentar de 2016 aprendeu com os golpes do século passado”, publicado na coluna mensal do Professor Rodrigo Santos de Oliveira. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 462, setembro de 2016, p. 6.

⁸⁸⁵ Nesse momento, havia perspectiva elaborada pelas Seções Sindicais em conjunto no Sindicato Nacional de realização de uma greve geral da categoria para o mês de outubro. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 21/09/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁸⁶ O ato teve como objetivo “denunciar à sociedade brasileira os efeitos nefastos do PLP 257/2016 (agora PLC 54/2016), das reformas previdenciária e trabalhista do governo Michel Temer, pelo Fora Temer e pela Escola Sem Mordaza”. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 463, outubro de 2016, p. 4-5.

⁸⁸⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 29/09/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁸⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/10/2016, s/nº, p. 1.

⁸⁸⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/10/2016, s/nº, p. 2.

⁸⁹⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/10/2016, s/nº, p. 1.

técnicos e docentes, em uma ação que impactou, de forma moderada, na participação dos professores na Assembleia que reafirmou a aprovação de indicativo de greve e definiu os itens que deveriam compor a pauta de reivindicações dos docentes da FURG⁸⁹¹.

A preocupação conjuntural, no momento posterior ao Golpe, levou a organização estudantil a mobilizar-se e a ocupar o *Campus* da FURG de São Lourenço do Sul, recebendo apoio dos docentes da Universidade, organizados em Assembleia⁸⁹², ocasião na qual foi agendada uma nova plenária para deliberar sobre a adesão ao movimento grevista⁸⁹³.

Enquanto reflexo direto das estratégias e ações da mobilização, cento e setenta e oito docentes participaram da Assembleia na sede da APROFURG para votar favoravelmente pela deflagração da greve⁸⁹⁴. As exposições e avaliações de conjuntura demonstravam uma mudança significativa no ímpeto do professorado, caracterizado por proposições com características classistas que dialogavam com a pauta de reivindicações⁸⁹⁵. Com a deflagração da greve, a APROFURG passa a desenvolver uma série de atividades de mobilização nos municípios que abrigam os *campi* da FURG⁸⁹⁶ e, em âmbito nacional, junto ao ANDES e demais categorias de servidores públicos. Ainda em novembro, ocorreu a grande Marcha denominada “Ocupa Brasília”, que levou mais de trinta mil pessoas à capital do país em protesto no dia de votação do primeiro turno da PEC n° 55. O Comitê Local de Mobilização deslocou cento e onze pessoas em três ônibus para a Marcha que foi recebida pela polícia com violenta repressão. A ação policial

⁸⁹¹ Contra a Proposta de Emenda Constitucional n° 55, de 26 de outubro de 2016 (PEC do teto dos gastos públicos), e a Medida Provisória n° 746, de 23 de setembro de 2016 (que dispõe sobre a reformulação do ensino médio); contra o projeto Escola Sem Partido; ausência de revisão geral de vencimentos; e descumprimento dos acordos realizados anteriormente pelo Governo. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 10/11/2016, s/n°, p. 1-2.

⁸⁹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 10/11/2016, s/n°, p. 1.

⁸⁹³ A Ata de Assembleia destaca, enquanto ações da Comissão de Mobilização, a realização de “aulões” pelos *Campi* e também a participação em audiência pública na Prefeitura. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 10/11/2016, s/n°, p. 1.

⁸⁹⁴ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/11/2016, s/n°, p. 3.

⁸⁹⁵ Essas foram algumas das manifestações dos docentes ao longo da Assembleia que oferecem sentido ao exposto sobre o movimento de greve durante a Assembleia Geral: “[...] não queremos nenhum direito a menos e que devemos ter consciência de que quanto mais direitos o outro tem, mais direitos nós teremos [...] esse é um movimento pelo nosso direito à liberdade e pelo nosso direito à reivindicação”; “[...] é um momento de compreender o que vem acontecendo no Brasil, que é um momento de parar e quem não quiser lutar deve respeitar e valorizar aqueles que estão lutando [...], devemos pôr a mão na consciência e não nos preocuparmos com coisas menores e que é urgente que haja luta e mobilização”; “[...] os servidores públicos federais são trabalhadores. [...] para que todos entendam que estão sendo tratados dois direitos relevantes: liberdade e democracia”; “[...] seremos nós, e não os milionários, que teremos que apertar o cinto e que estamos lutando para que não haja mais sacrifícios e por um Estado que dê dignidade às pessoas”; e, em questionamento de “como poderia se fazer mobilização com as atividades transcorrendo normalmente” um professor expõe que “não estamos aqui de graça, que muitos lutaram no passado para que isso fosse possível”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/11/2016, s/n°, p. 1-3.

⁸⁹⁶ A mobilização de 2016, mesmo cronologicamente inferior à greve de 2012, promoveu alguns avanços importantes para a organização do movimento docente, sobretudo, a participação de professores dos *campi* da FURG de São Lourenço, Santa Vitória e Santo Antônio da Patrulha, acarretando a descentralização da participação sindical, anteriormente alijada ao *campus* Sede da FURG e APROFURG.

foi denunciada e classificada em comunicado emitido pelo Comando Nacional de Greve do ANDES, como uma “violação ao direito constitucional à livre manifestação”.

Ao chegarem no espelho d’água, em frente à Esplanada, os manifestantes sofreram truculenta repressão policial. Utilizando-se de forte aparato militar – composto por bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, spray de pimenta, cavalaria, helicópteros e policiais armados com fuzis – foi desferida uma ofensiva brutal contra estudantes e trabalhadores. Apesar de pedidos insistentes dos manifestantes para que os ataques cessassem, não houve negociação. Ao contrário disso, o avanço violento da força policial dificultou a reestruturação da marcha e resultou no que consideramos uma violação ao direito constitucional à livre manifestação.⁸⁹⁷

Mesmo com quarenta e quatro IFES em greve e com toda a mobilização do lado de fora do Palácio do Congresso Nacional, a PEC foi aprovada no primeiro turno das votações no Senado⁸⁹⁸. Tendo em vista o perfil autoritário, antidemocrático e antipopular do Governo ilegítimo de Michel Temer, emergiu o receio dos docentes em relação à possibilidade de corte do ponto nas universidades, através da orientação da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do MPOG, que foi imediatamente rechaçada pela ANDIFES que alegou impossibilidade na realização do corte⁸⁹⁹.

Em Porto Alegre, no dia 13 de dezembro de 2016, docentes da APROFURG participavam de um ato de protesto em decorrência da aprovação, em segundo turno, da PEC 55, quando foram surpreendidos pela repressão policial. Na Capital Federal, em meio a um “cenário de guerra”, os protestos foram reprimidos violentamente por parte dos agentes do Estado⁹⁰⁰.

O ato [...] foi cercado pela PM, com a Cavalaria e a Força Tática, e impedido de sair da concentração, em frente ao Museu da República. O carro de som, que havia sido autorizado pelo Governo do DF, não teve acesso liberado à área. [...] Após diversas tentativas de negociação com a força policial, quando o ato tentou prosseguir na Esplanada, mais de três mil pessoas, entre docentes do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, de instituições federais e estaduais de ensino, estudantes, técnico-administrativos em educação, servidores de diversas categorias e movimentos populares foram atacados com bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e cassetetes. A polícia encurralou os manifestantes em direção à Rodoviária do Plano Piloto, transformando a área central de Brasília em cenário de brutalidade. Bombas foram disparadas indiscriminadamente em direção aos manifestantes, jornalistas e à população que circulava na área. Diversas pessoas ficaram feridas

⁸⁹⁷ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 465, novembro e dezembro de 2016, p. 3.

⁸⁹⁸ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 465, novembro e dezembro de 2016, p. 4.

⁸⁹⁹ Cf. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Ofício ANDIFES n° 253/2016. Brasília, 5 de dezembro de 2016, p. 2.

⁹⁰⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/12/2016, s/n°, p. 1-2.

e algumas detidas. Jornalistas foram revistados e intimidados pela polícia, que tentava proibir que os profissionais fizessem uso de mascarás contra gás, parte do Equipamento de Segurança Individual (EPI). A professora Andrea Silva, da Universidade Federal do Espírito Santo, foi covardemente agredida com spray de pimenta em seu rosto, quando tentou acompanhar a revista de dois estudantes detidos pela polícia. “Eles me disseram que eu estava atrapalhando, e eu respondi que sou professora e só estava acompanhando para auxiliar no que fosse preciso. Ele me disse ‘Você era professora’ e me atingiu no rosto com o jato de spray no rosto”, contou [...]. Os manifestantes dispersaram pelas ruas da área central da capital federal, passando entre os carros, e foram perseguidos pela polícia, que continuava a atirar bombas e balas de borracha. Durante horas se ouvia os helicópteros, sirenes e as bombas na região onde se concentram prédios de escritórios e hotéis.⁹⁰¹

Após esses episódios, em 19 de dezembro, os docentes, reunidos em Assembleia da categoria, na APROFURG, deliberam, de forma unânime, pelo encerramento da greve⁹⁰². De antemão, alguns sindicalistas demonstraram inquietação com o período pós-greve, tendo em vista o esvaziamento da Seção Sindical⁹⁰³, afinal, a saída da greve não poderia representar o abandono da luta. Sendo assim, foi redefinido o Comando Local de Greve da FURG e o Comitê de Mobilização. Por fim, como última tarefa do ano, ocorreu a formação de uma Comissão para Elaboração de Proposta de Calendário das atividades para 2017, composta de docentes e acrescida de alguns membros da Diretoria⁹⁰⁴.

Após um fim de ano trágico para toda a classe trabalhadora brasileira, bem como para a população beneficiária dos serviços públicos no país, o ano de 2017 começa com os “punhos cerrados”, símbolo do 36º Congresso do ANDES, que teve como tema “Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”. A APROFURG foi representada no evento pelos Professores Rodnei Valentin Pereira Novo, Mário José Junges, Lucas Santos Cerqueira, Márcia Borges Umpierre, Anderson Orestes Cavalcanti Lobato, Eduardo Dias Forneck e Luíza da Silva. Na Carta produzida através dos intensos debates que ocorreram nos seis dias de Evento, uma abreviada análise do contexto expunha que:

⁹⁰¹ Portal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). PEC 55 é aprovada em meio a manifestações e brutal repressão policial. 13 de dezembro de 2016.

⁹⁰² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/12/2016, s/nº, p. 2.

⁹⁰³ Alguns sindicalistas afirmavam que muitos docentes “ainda não acordaram para a preocupante situação e que são poucos os que estão preocupados com o futuro do Brasil”, bem como que “a universidade pública está com os dias contados” devido à baixíssima mobilização dos professores. Ainda, é mencionado o “despreparo da classe dos professores para o embate” e que “muitos professores novos ingressaram na carreira em uma época de fartura e que imaginam que os recursos até então existentes nunca serão retirados”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/12/2016, s/nº, p. 1.

⁹⁰⁴ Após o Presidente da APROFURG, Rodnei Valentin Pereira Novo, propor o encerramento da Assembleia Permanente, o que simbolicamente representava o abandono da luta por parte da Seção Sindical, houve contraposição de alguns docentes que, através de argumentação, mantiveram instaurado o estado de Assembleia Permanente, possibilitando ao sindicato o chamamento de novas plenárias de forma imediata, sem implicações estatutárias da convocação prévia de 72 horas exigida para a realização de uma Assembleia comum. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/12/2016, s/nº, p. 2.

Em face de uma conjuntura marcada pela intensificação dos ataques aos direitos sociais, pela criminalização das lutas e pelo recrudescimento do conservadorismo – protagonizado pelo ilegítimo governo de Michel Temer, por um parlamento predominantemente corrupto, por setores do poder judiciário e pela mídia corporativa – o 36º Congresso aprovou como centralidade da luta a “Defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-CONLUTAS, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral”.⁹⁰⁵

Com a proximidade do período de realização do 36º Congresso do ANDES, foi inaugurado um processo que passaria a caracterizar algumas alterações nas práticas adotadas pela APROFURG ao longo de suas gestões, compreendendo a observação de critérios norteadores que apontariam os delegados e observadores dos eventos promovidos pelo Sindicato Nacional⁹⁰⁶, afinal, após recomendação da leitura de um trecho do Estatuto do ANDES em Assembleia Geral, alguns docentes questionaram o descumprimento das normas de seleção de seus participantes. A postura crítica dos novos docentes sindicalizados, alguns desses provenientes dos polos de São Lourenço, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha, ocasionou a interrupção do *modus operandi* até então praticado⁹⁰⁷, gerando impacto imediato e subsequente na condução das políticas sindicais da APROFURG.

A presença de novos quadros de sindicalistas docentes passou a constituir uma nova perspectiva para a Seção Sindical, tanto que, na Assembleia seguinte, realizada na segunda metade de fevereiro, quando da discussão sobre a Campanha Salarial de 2017, fruto das negociações do ANDES no FONASEFE, foi problematizada por esses docentes a postura adotada pelo Sindicato Nacional, que, antes do debate nas bases, protocolou a reivindicação junto ao Governo Federal⁹⁰⁸.

⁹⁰⁵ Carta de Cuiabá. Relatório Final do 36º Congresso do ANDES-SN, Cuiabá (MT), 23 a 28 de janeiro de 2017, p. 124.

⁹⁰⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/01/2017, s/nº, p. 1.

⁹⁰⁷ A discussão levou à divergência dos presentes junto à Diretoria, que expôs duas propostas que acabaram por não serem escolhidas pelos docentes na assembleia: a primeira, que estipularia um “sistema de ‘quotas’ em que 3 nomes seriam escolhidos dentre os integrantes da Diretoria da APROFURG e 4 nomes seriam escolhidos dentre os professores que manifestassem interesse em participar do Congresso”; e a segunda, que definia pela obrigatoriedade de presença na Assembleia para receber a votação, sendo defendida pela tradição de que “sempre foram votados somente os professores que estivessem presentes na assembleia”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/01/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹⁰⁸ A justificativa estabelecida na Reunião de Setor é de que “o índice de 22,23% foi obtido de uma negociação inicial no FONASEFE, mas que o mesmo poderá ser modificado pelas bases”. Contudo, em seguimento dos questionamentos dos docentes presentes, é exposto que a ação se deu pela “entrega da pauta de reivindicações feita pelo PROIFES, que, no seu entender, pressionou o ANDES”. Por fim, sendo ressaltada a importância de defesa do sindicato nacional representante da categoria, é ressaltado que “a Diretoria do ANDES-SN agiu errado em protocolar a pauta de reivindicações sem consultar

Em relação aos preparativos à participação no 36º Congresso, alguns dos delegados e observadores expressaram preocupação sobre a atuação da APROFURG junto ao Sindicato Nacional, caracterizado pela falta de articulação nos debates sobre o cenário nacional e também a ausência dos relatos detalhados da atuação da Entidade em comparação a outras Seções Sindicais filiadas ao ANDES⁹⁰⁹. Dessa feita, após diagnosticar o problema, uma série de Grupos de Trabalhos foram instituídos conforme a estrutura organizativa do Sindicato Nacional⁹¹⁰ e, com cinco anos de atraso, foi criada a “Comissão da Verdade Local”⁹¹¹.

O mês de março foi movimentado na APROFURG mesmo com pouca presença de professores nas Assembleias⁹¹². Foram desenvolvidas atividades que compuseram a Semana Nacional de Mobilização, bem como de denúncia aos ataques contra a classe trabalhadora, por meio de panfletagem na FURG e em locais estratégicos de Rio Grande, e a exposição dos deputados do Rio Grande do Sul que votaram a favor da terceirização⁹¹³, sancionada no final do mês pelo Presidente Michel Temer.

A partir da adesão de algumas centrais sindicais ao último dia do calendário de lutas executado no mês de março, os trabalhadores das mais diversas categorias são convocados para a realização de uma Greve Geral unificada: “*Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil*”⁹¹⁴. O movimento, que recebeu a adesão de diversas entidades⁹¹⁵, era contrário às reformas

as bases”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/02/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹⁰⁹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/02/2017, s/nº, p. 2.

⁹¹⁰ Dos quais: GTF – Grupo das Fundações; GTSSA – Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria; GTPAUA – Trabalho, Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTC&T – Ciência e Tecnologia; GTPE – Política Educacional; GTCA – Comunicação e Artes; GTPFS – Política e Formação Sindical; GTPCEGDS – Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade; GTC – Carreira; GTHMD – História do Movimento Docente; GTVerbas. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 23/02/2017, s/nº, p. 2-3.

⁹¹¹ A criação das Comissões da Verdade nas Seções Sindicais foi definida a partir de deliberação do 32º Congresso do ANDES-SN, em 2013, na ocasião em que foi iniciado o processo de surgimento da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com o objetivo de “investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985”. Cf. Resoluções do 32º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional. Resoluções do Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores. Item II – Comissão da Verdade do ANDES-SN. 32º Congresso do ANDES-SN – Rio de Janeiro (RJ), 04 a 09 de março de 2013, p. 20.

⁹¹² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/03/2017, s/nº, p. 1.

⁹¹³ A Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, alterou os dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispunha sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

⁹¹⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 468, abril de 2017, p. 4.

⁹¹⁵ Assinam o documento as seguintes organizações de trabalhadores: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Intersindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCSIT), CSP-Conlutas, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 468, abril de 2017, p. 4.

previdenciária e trabalhista e à terceirização. Em apoio ao movimento, a APROFURG também deliberou em Assembleia pela deflagração de greve na mesma data⁹¹⁶.

Com o gradativo aumento da participação de docentes de outros *campi* da FURG, proveniente das articulações e atividades desenvolvidas no contexto do Golpe e da greve de 2016, entrou em pauta de Assembleia o “ressarcimento das despesas aos professores dos *campi* externos a Rio Grande” quando do deslocamento intermunicipal para a realização de atividades ligadas à APROFURG⁹¹⁷. Mesmo que pontuada anteriormente em reuniões da Diretoria, quando a pauta referente ao recebimento de “remuneração quando do deslocamento dos professores dos *campi* da FURG para participarem das assembleias” da Associação foi colocada em discussão, foi exposto pela Diretoria a existência de “uma possível complexidade jurídica”. A justificativa esteve assentada no argumento de que “o pedido dos colegas dos *campi* externos à sede [...] poderia não ser bem recebido pela maioria dos colegas sindicalizados e que pudesse surgir uma série de outras situações com pedidos de ressarcimentos”. Após ser criticada pela forma autoritária de condução do tema, a Diretoria propôs que o Setor Jurídico da APROFURG fosse consultado. Ainda assim, a soberania da Assembleia Geral deu parecer favorável pelo encargo da Seção Sindical.

No mês de maio, após definição na Reunião dos Setores do ANDES⁹¹⁸, realizada entre os dias 12 e 13, no Rio de Janeiro, foi articulada uma nova mobilização da categoria em ato a ser realizado em Brasília, no dia 24 do mesmo mês, denominado “Ocupa Brasília”⁹¹⁹. A manifestação seguiu o escopo de lutas dos professores do ensino superior contra as contrarreformas e a terceirização propostas pelo Governo Temer. A APROFURG ofereceu aos docentes interessados em participarem do ato a locação de um ônibus⁹²⁰, que, devido ao número de docentes interessados, acabou com vários assentos preenchidos por estudantes. Em âmbito local, além da paralisação de alguns docentes, faixas de protesto foram colocadas pelo *Campus* da Universidade e na sede da Seção Sindical.⁹²¹

O “Ocupa Brasília” levou cerca de cento e cinquenta mil pessoas à Capital Federal, com considerável participação de sindicalizados do ANDES, além de outras entidades ligadas ao setor da educação⁹²². É registrada durante a marcha forte repressão das forças policiais, como destaca matéria do ANDES publicada no *Pó de Giz*:

⁹¹⁶ Assim como em outras mobilizações realizadas em março, a articulação das atividades e composição na luta conjunta com as demais categorias foi definida a partir da Comissão de Mobilização em reunião posterior ao encerramento da Assembleia Geral, não havendo registro documental de tal ato. Contudo, é mencionado na Ata o contato com a presidente do CPERS – Sindicato dos docentes da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul – que informou sobre a intenção de realizar obstrução de algumas vias de trânsito no centro comercial de Rio Grande, bloqueio da BR-116 e realização de atividades no centro da cidade de São Lourenço do Sul. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/04/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹¹⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/04/2017, s/nº, p. 2-3.

⁹¹⁸ Composta pelas Instituições Federais, Estaduais e Municipais do Ensino Superior.

⁹¹⁹ Cf. Ofício circular nº 148/2017. Relatório da Reunião de Setor das IFES. Brasília, 13 de maio de 2017.

⁹²⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/05/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹²¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 17/05/2017, s/nº, p. 2.

⁹²² Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 470, junho de 2017, p. 4.

Tão grande era o ato que os manifestantes que estavam na parte de trás demoraram quase duas horas para chegar ao final da Esplanada. Lá, a PM [Polícia Militar], comandada pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB), cumpriu seu papel de braço armado do Estado e, durante horas de repressão incessante, milhares de bombas foram lançadas contra os trabalhadores, assim como gás de pimenta e tiros de bala de borracha para impedir o direito à manifestação. [...] Policiais do DF [Distrito Federal] também utilizaram, indiscriminadamente, armas de fogo letais contra os manifestantes. A secretaria de Saúde do DF informou que há uma pessoa baleada internada no Hospital de Base. Até o momento, há notícias de mais 80 manifestantes feridos e de mais de sete detidos.⁹²³

Com tamanha repressão contra a manifestação, promovida por Michel Temer, através do decreto de “Garantia de Lei e Ordem” – utilizada apenas outras duas vezes, por José Sarney, em 1986, e Dilma Rouseff, em 2013⁹²⁴ – o ato foi avaliado de forma positiva, pois oportunizou às Centrais Sindicais momentos de convergências e articulações coletivas. Ainda como resultado do “Ocupa Brasília”, a Direção da APROFURG, através de notícia publicada pelo ANDES, sinalizou a realização de uma nova greve, prevista para os últimos dias de junho⁹²⁵, recebendo aprovação unânime em Assembleias⁹²⁶.

A ínfima participação dos professores junto ao órgão deliberativo sindical, ou seja, a Assembleia Geral, em que pese à brutalização das políticas adotadas pelo Governo de Michel Temer, foi percebida como uma barreira para a articulação das mobilizações e realização das atividades de luta⁹²⁷ nas quais alguns docentes estavam engajados. Assim sendo, foi exposta a necessidade de desenvolver um contato maior

⁹²³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 470, junho de 2017, p. 4.

⁹²⁴ “Temer se valeu da Lei Complementar nº 97/1999 e do Artigo nº 84 da Constituição Federal para colocar as Forças Armadas nas Ruas. Segundo o Correio Braziliense, 1200 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica rapidamente se apresentaram na Esplanada dos Ministérios para ajudar a polícia de Rollemberg a reprimir a manifestação.” Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 470, junho de 2017, p. 4.

⁹²⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 470, junho de 2017, p. 7.

⁹²⁶ É digno de nota ressaltar a solicitação feita pela Procuradoria da República ao IFRS de “remoção de uma faixa que foi colocada em suas dependências pela APTAFURG”, pois “segundo denúncia recebida, a referida faixa possuía conteúdo ideológico e não poderia ser colocada naquele local”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 02/06/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹²⁷ Com a participação de apenas quinze docentes na Assembleia Geral do dia 19 de junho de 2017, dos quais, apenas treze permaneceram para as discussões cuja pauta única era de “Construção da Greve Geral do dia 30/06/2017”, foi exposta preocupação sobre a pulverização do espaço deliberativo do sindicato. Após discussões estratégicas de mobilização e exposições a respeito da conjuntura, foi proposto que os docentes se unissem a outros movimentos que executariam manifestações na data, com destaque para a atuação conjunta aos técnicos administrativos em educação e estudantes da Universidade. Na ocasião, também foram debatidas ações para aliciar um maior número de docentes às atividades, bem como a ampliação da participação dos docentes dos *campus* de fora da sede da APROFURG. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 19/06/2017, s/nº, p. 1-3.

entre os docentes e seu sindicato, através de uma atuação mais aproximada da Diretoria da APROFURG junto à Comissão de Mobilização⁹²⁸.

Alguns dias depois, é realizada nova assembleia no sindicato, momento em que são escolhidos o delegado e os observadores para o 62º CONAD. A democratização do processo de escolha dos representantes da APROFURG teve continuidade⁹²⁹, sendo ainda rediscutida a questão de obrigatoriedade da presença em Plenária para que o professor interessado possa ser votado. A posição tomada a partir daí foi mantida e deliberou-se pela não “obrigatoriedade de presença do candidato para ser votado, bastando que tenha havido sua manifestação por algum meio”⁹³⁰. Registrou-se também avanço em relação à preparação dos eleitos para participarem dos eventos organizados pelo ANDES, com proposta de reuniões abertas a fim de discutir os Textos de Resolução (TR’s) entre os docentes interessados em compor as discussões, bem como a ocorrência de uma Assembleia Geral, com objetivo de dar fechamento ao processo que antecedia a participação da Seção Sindical.

Com o tema “Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e nenhum direito a menos!”, “sob as linhas curvas da arquitetura revolucionária de Oscar Niemeyer, no Teatro Popular de Niterói e nas dependências da UFF”, os participantes do CONAD “desenharam os vetores da ação política do Sindicato, em face de uma desafiadora conjuntura, reafirmando a linha política e atualizando as consignas ‘Barrar e revogar as contrarreformas; construir uma nova greve geral; Fora Temer! Contra a política de conciliação de classes; eleições diretas e gerais já, com novas regras!’”⁹³¹.

A baixa frequência de participação dos docentes no cotidiano da APROFURG durante todo o ano⁹³², dessa vez, não impediu o reingresso e avanço significativo da Seção Sindical nas discussões tangentes aos Grupos de Trabalho atuantes no decorrer do 62º CONAD.

A retomada da atuação da APROFURG no cenário nacional do movimento sindical docente foi percebida pela Direção do ANDES, devido ao destaque obtido nos debates promovidos por seus representantes, tanto que “várias proposições foram aprovadas na plenária final do evento”. Com “uma atuação mais consistente” da Seção Sindical da FURG, pelo “fato dos TR’s terem sido previamente discutidos em reunião na sede da APROFURG, antes da ida ao CONAD”, o que “facilitou muito a participação nos ‘grupos mistos’ de discussão”, a participação dos docentes da FURG foi coroada de êxito quando a Direção do ANDES procurou os representantes da Seção Sindical “no sentido de verificar a possibilidade de que o 63º CONAD viesse a ser realizado na cidade do Rio Grande”, o que não foi aceito pela Diretoria, uma vez que “houve

⁹²⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 02/06/2017, s/nº, p. 2.

⁹²⁹ Havendo apenas uma vaga para delegado e sete para observadores, são votados oito nomes para compor a delegação e, posteriormente, é realizada a tiragem de um dos oito votados para a responsabilidade de delegado – também por meio de votação. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/06/2017, s/nº, p. 1.

⁹³⁰ Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/06/2017, s/nº, p. 2.

⁹³¹ Cf. Carta de Niterói. Relatório Final do 62º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Niterói (RJ), 13 a 16 de julho de 2017, p. 63.

⁹³² Apenas em duas Assembleias Gerais em 2017, foi registrada presença superior a vinte docentes – que não alcançaram o comparecimento de trinta professores.

o entendimento de que haveria a necessidade de um planejamento prévio e ampla discussão, para que Seção Sindical assumisse a realização de um evento de tão grande magnitude”. Além disso, foi levado em consideração “o fato de que no mês de maio de 2018 ocorreria nova eleição para composição da Diretoria”, concluindo que seria inadequado assumir um compromisso desta envergadura para, possivelmente, ter que ser cumprido por uma outra Equipe.⁹³³

No último quadrimestre de 2017, foi verificado o mesmo ritmo quantitativo de participação dos anos anteriores quanto à presença dos docentes nas Assembleias, porém a chegada de novos quadros gradativamente requalificavam as práticas adotadas pela Associação, rompendo obsoletos paradigmas que, de certa forma, estagnavam os fazeres sindicais, tendo em vista readequações necessárias às constantes e rápidas transformações políticas, econômicas e socioculturais promovidas no país.

Em setembro, após anúncio de intenção na Reunião de Setor do ANDES⁹³⁴ visando à construção de uma paralisação articulada com demais categorias do serviço público e privado – em defesa do serviço público e contra a reforma da previdência –, no dia 14, a APROFURG acabou deliberando perspectivas de adesão⁹³⁵ e encaminhou uma série de ações⁹³⁶, com destaque à elaboração de material impresso e digital, colocação de faixas em diversos locais dos *Campi* Centrais, publicação de nota no Jornal Agora, contendo indicativo de paralisação do dia 14/09/2017, nos *Campi* Centrais, em São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha, assim como o contato com outros sindicatos ligados à Educação⁹³⁷.

Ao fim de 2017, as Assembleias Gerais de novembro⁹³⁸ e dezembro⁹³⁹ refletem a falta de mobilização recorrente na grande parte do ano. A partir de negociações do ANDES com outros sindicatos, são enviadas as datas para as bases deliberarem sobre adesão ou não à greve. Ambas são aprovadas pela Assembleia na Seção Sindical dos Docentes do Ensino Superior e do IFRS – *Campus* Rio Grande, com organização e promoção de atividades⁹⁴⁰ na tentativa de mobilizar a categoria, ainda muito apática frente à conjuntura.

⁹³³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 21/08/2017, s/nº, p. 1.

⁹³⁴ Ocorrida no dia 18 de agosto em Brasília. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 21/08/2017, s/nº, p. 1.

⁹³⁵ Em lembrança da “pouca participação dos docentes na A.G. [Assembleia Geral] e que, embora seja um encaminhamento do ANDES-SN, a paralisação [...] seria imprópria” ainda que haja tempo hábil para a articulação de alguma atividade. Ainda, são discutidas, no espaço, formas de mobilizar os colegas docentes frente a tamanha apatia da categoria junto ao sindicato. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 01/09/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹³⁶ Devido à ausência de elaboração das edições do *Pó de Giz* nos meses de agosto, setembro e outubro, não foram obtidos registros das ações realizadas.

⁹³⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 01/09/2017, s/nº, p. 2.

⁹³⁸ Foi registrada a presença de apenas doze docentes. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 01/11/2017, s/nº, p. 1.

⁹³⁹ Apenas nove professores participam da Assembleia. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 30/11/2017, s/nº, p. 1.

⁹⁴⁰ Distribuição de panfletos, instalação de faixas e o contato com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da FURG, com a APTAFURG e outros sindicatos locais a fim de realizar atividades conjuntas nos dias de greve. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 01/11/2017, s/nº, p. 2.

Ainda em 2017, no dia 14 de dezembro, é realizado novo processo de escolha dos docentes que participarão do 37º Congresso do ANDES em Salvador, entre os dias 22 a 27 de janeiro do ano seguinte⁹⁴¹. As discussões apresentadas, posteriormente, retratam amadurecimento nos debates internos do sindicato, bem como a busca por maior participação efetiva da APROFURG junto ao Sindicato Nacional da categoria⁹⁴².

O período que compreende o início de 2018 e se estende até a troca da Diretoria para o biênio de 2018/2020, mesmo com a manutenção do atual *status* de brutalidade⁹⁴³ contra a classe trabalhadora e os diversos movimentos sociais que a representavam, aparentemente a APROFURG não logrou articular uma mobilização de maior volume e reter um maior número de professores envolvidos nas atividades sindicais⁹⁴⁴. Apenas algumas ações foram destacadas nas edições do *Pó de Giz* entre os meses de fevereiro e março, através de matérias produzidas pelo Sindicato Nacional, como a Campanha Salarial de 2018 dos Servidores Públicos Federais⁹⁴⁵, a construção do III Encontro Nacional de Educação e a denúncia do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, bem como da ação do poder judiciário no julgamento de Luís Inácio Lula da Silva.

⁹⁴¹ A Ata da Assembleia Geral do sindicato apresenta ainda a resistência da Direção em seguir adotando o método de votação realizado ao longo do ano, sendo proposto pelo presidente que, dos oito delegados da APROFURG, “fossem escolhidos quatro integrantes da Diretoria [...] e quatro professores que manifestassem interesse em participar” do evento. Colocado em votação, é deliberado por seguir a escolha através de votação direta uninominal dos interessados. Ainda, em modificação parcial da metodologia, é deliberado, por unanimidade, que “somente os presentes na A. G. poderiam vir a ser escolhidos”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/12/2017, s/nº, p. 1.

⁹⁴² O interesse dos docentes em enviar um número além dos oito delegados de direito da Seção Sindical ao Congresso é acertado pela utilização do fundo de greve, com reposição posterior de valores, bem como pela busca por minimização dos custos a serem investidos na reserva de quartos compartilhados, “respeitando as afinidades e levando em conta as solicitações e acertos feitos entre os professores”. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 14/12/2017, s/nº, p. 1-2.

⁹⁴³ Simbolizado na manutenção da “Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 05 de dezembro de 2016 da contrarreforma da previdência, lastreada em números forjados sobre o falacioso déficit da previdência social; a Medida Provisória nº 805 de 30 de outubro de 2017 e suas correlatas no plano dos estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11 para 14%; o Projeto de Lei nº 116, de 19 de abril de 2017, que estabelece regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por ‘insuficiência de desempenho’; a Medida Provisória nº 792 de 27 de julho de 2017 que trata de desligamento voluntário de servidores(as) públicos(as)”, como destaca a Carta de Salvador, fruto do 37º Congresso do ANDES. Além das ações expandidas ou aprofundadas do Governo Michel Temer. O evento ainda abrigou debate sobre “a seletividade da justiça no julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva” com enfoque na defesa da livre organização e dos movimentos sociais. Cf. Carta de Salvador. Relatório Final do 37º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, Salvador (BA), 22 a 27 de janeiro de 2018. p, 117 a 119.

⁹⁴⁴ Ainda, como já mencionada, a utilização inconsistente do *Pó de Giz* sobre a atuação local do sindicato impossibilita um detalhamento mais preciso das ações desenvolvidas. Nas Atas de Reunião da Diretoria – até a troca de gestão – é possível identificar uma série de colocações sobre alguns temas, das quais estão a mobilização conjunta às demais categorias do serviço público, o III Encontro Nacional da Educação e reuniões em coletivo no Setor das IFES, bem como dos Grupos de Trabalho articulado com o ANDES, e reuniões junto à Central Sindical CSP-CONLUTAS, à qual é filiado o Sindicato Nacional da categoria. Contudo, a confecção das atas das Assembleias, a considerar também sua possível ausência, impede que seja traçada uma linha completa que resgate os movimentos do período.

⁹⁴⁵ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 474, fevereiro de 2018, p. 4.

Também, no mês de março, foi instituída a Comissão Eleitoral, responsável por elaborar as normas referentes à eleição da próxima diretoria da APROFURG. Assim, os professores Anderson Orestes Cavalcante Lobato e Sérgio Botton Barcellos são referendados por unanimidade em Assembleia⁹⁴⁶, ainda ficando um terceiro integrante da Comissão a ser definido pela atual Diretoria, que indicou o Professor Milton Luiz Paiva de Lima⁹⁴⁷. O processo eleitoral ganhou destaque nas páginas do *Pó de Giz*, que apresentou a chapa única denominada “Democracia em Movimento” ao pleito realizado nos dias 9 e 10 de maio.⁹⁴⁸

[...] um grupo bem mais amplo que os dez nomes da chapa e [que] atua na APROFURG como oposição à atual gestão, buscando construir uma APROFURG mais atuante, com a retomada dos Grupos de Trabalho, participação efetiva nas atividades do ANDES-SN, organização da luta sindical, articulação com outras categorias, sindicatos e movimentos sociais e atuação nos *campi* fora da sede.⁹⁴⁹

Ainda foi destacada a avaliação do Professor Cristiano Ruiz Engelke, candidato à presidência da Seção Sindical, sobre a conjuntura e a organização da categoria:

Temos claro que vivemos em processo de golpe, com democracia dilacerada para garantir o avanço do neoliberalismo, com desmonte dos serviços públicos, ampliação da desigualdade social e um Estado cada vez mais repressor. É aviltante o desmonte das Universidades Públicas e Institutos Federais, inclusive com campanha de desmoralização do trabalho docente. Mais do que nunca é necessária uma APROFURG atuante.⁹⁵⁰

Com a realização do escrutínio dos votos, no dia 11 de maio, ocorrida sem qualquer complicação, guiada pela Comissão Eleitoral de forma transparente e imparcial⁹⁵¹, foi anunciada eleita a chapa única, “Democracia em Movimento”, obtendo um total de 153 votos dos 846 docentes aptos a votar, dos quais 139 para a Chapa 1 e, ainda, 11 votos brancos e 3 votos nulos⁹⁵². Posterior à definição do processo eleitoral, em entrevista ao *Pó de Giz*, o Presidente eleito afirmou que “o grande desafio é a APROFURG voltar a fazer parte da vida de professores e professoras da FURG e do IFRS. Isso não é só uma questão de fazer eventos ou atividades culturais, isso é um ponto fundamental para reforçar o sindicato e a luta política, que é o grande objetivo e o motivo de existência

⁹⁴⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 12/03/2018, s/nº, p. 2.

⁹⁴⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Reunião da Diretoria, 19/03/2018, s/nº, p. 1. Em janeiro assumiu o Setor de Imprensa da APROFURG o jornalista Diego Balinhas.

⁹⁴⁸ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 475, março de 2018, p. 4.

⁹⁴⁹ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 475, março de 2018, p. 4.

⁹⁵⁰ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 475, março de 2018, p. 4.

⁹⁵¹ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 476, abril e maio de 2018, p. 4.

⁹⁵² Cf. Mapa de apuração final da eleição para a Diretoria da APROFURG, 09 e 10 de maio de 2018.

da Associação”.⁹⁵³ Cristiano Engelke reforçou ainda a necessidade de contato junto a outros segmentos e junto ao Sindicato Nacional da categoria:

Já estamos em diálogo com outros sindicatos, começando pela própria universidade, com a APTAFURG, DCE, assim como outros sindicatos da área da educação, entre eles o SINPRO, SINTERG e CNTE, porque não faz sentido uma luta isolada. Temos que trabalhar junto com as outras categorias dentro e fora da FURG e do IFRS. [...] Devemos melhorar a nossa atuação dentro do ANDES-SN, além de ter um papel mais atuante, e uma participação mais efetiva. Temos que passar a ser protagonistas dentro das atividades do ANDES. Em razão disso, nós compusemos essa chapa e somos um grupo que surge e que se aproxima justamente já participando a partir da base como oposição. Nesse sentido, buscamos criar e reforçar os grupos de trabalho já existentes, participando mais e nos articulando.⁹⁵⁴

Declarada eleita, a chapa “Democracia em Movimento” tinha a seguinte nominata: Cristiano Ruiz Engelke, Presidente; Márcia Borges Umpierre, Vice-Presidente; Mário José Junges, Primeiro-Secretário; Amanda Motta Angelo Castro, Segunda-Secretária; Lucas Santos Cerqueira, Primeiro-Tesoureiro; Roberta Antunes Machado, Segunda-Tesoureira; e Cassiane de Freitas Paixão, Jaqueline Durigon, Eduardo Dias Forneck e Gustavo Borba Miranda, como respectivos suplentes, e foi empossada no dia 6 de junho de 2018 em Assembleia Geral⁹⁵⁵.

⁹⁵³ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 476, abril e maio de 2018, p. 4.

⁹⁵⁴ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 476, abril e maio de 2018, p. 4.

⁹⁵⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Posse Biênio 2018/2020, 06/06/2018, s/n°, p. 1.

“DEMOCRACIA EM MOVIMENTO”: A LUTA CONTRA O FASCISMO E A PANDEMIA.

A primeira ação da Gestão recém-empossada, no dia 11 de junho, foi a realização do processo de escolha de seus representantes no 63º CONAD – a ser realizado em Fortaleza, entre os dias 28 de junho a 1º de julho⁹⁵⁶. A seleção se deu seguindo os parâmetros definidos anteriormente. Para as candidaturas, além da exposição do interesse pessoal – posterior à apresentação das premissas e linhas gerais do evento por parte da Direção – a explanação da atuação do docente junto aos GT’s da Seção Sindical. Dessa feita, ficou definida uma delegação com oito pessoas, desses, um delegado, seis observadores e o jornalista da Seção Sindical.⁹⁵⁷

A experiência de participação no 63º CONAD foi destacada como valiosa pelos representantes da APROFURG, que enfatizaram o saldo positivo da atuação da Associação junto às demais Seções Sindicais, bem como a importância para o desenvolvimento da APROFURG, como destacou Billy Graeff em entrevista ao *Pó de Giz*:

O 63º CONAD foi um momento importante para a construção do nosso sindicato em âmbito nacional e também para o desenvolvimento da luta da categoria no contexto da FURG. [...] A delegação da APROFURG participou ativamente de todos os debates, inclusive liderando encaminhamentos e contribuindo para o avanço da organização do nosso sindicato, corroborando a expectativa de que a luta sindical entra em um momento acentuado na nossa Universidade. Eu, particularmente, volto à FURG com a esperança de que nas próximas semanas a energia do CONAD seja espalhada na luta da APROFURG.⁹⁵⁸

Com a chegada de julho, em São Lourenço do Sul, ocorreu uma intensa mobilização contra o projeto “Escola Sem Partido”⁹⁵⁹, que, sob a liderança da APROFURG, articulou a criação de uma Frente de Resistência ao programa⁹⁶⁰. Após promoção de debates e organização do movimento de resistência, no dia 20 de julho, o prefeito Rudinei Harder recebeu integrantes da Frente que entregaram um conjunto de documentos

⁹⁵⁶ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/06/2018, s/nº, p. 1.

⁹⁵⁷ É necessário destacar aqui a intenção de desenvolver um contato de fato da Seção Sindical com o ANDES, motivo pelo qual a Assembleia deliberou pela ida do jornalista Diego Balinhas, “pois um evento desta envergadura daria boas matérias e fotos para os nossos veículos de comunicação, além de mostrar o sindicato nacional por dentro”. A iniciativa demonstrou, ainda, a mudança de rumo em relação à proposta do *Pó de Giz*, enquanto importante ferramenta para aproximação da APROFURG com os docentes, tendo em vista a produção de conteúdo próprio relacionado ao cotidiano das atividades realizadas pela Seção Sindical. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/06/2018, s/nº, p. 1.

⁹⁵⁸ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 477, junho e julho de 2018, p. 5.

⁹⁵⁹ Apresentado “na Sessão da Câmara de Vereadores de São Lourenço no dia 16 de julho, o Projeto de Lei nº 0012/2018 – Escola Sem Partido, foi assinado por vereadores” partidários do PSDB, PP e PDT, recebendo votos contrários de edis filiados ao PT. Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 477, junho e julho de 2018, p. 3.

⁹⁶⁰ Cf. *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 477, junho e julho de 2018, p. 3.

de diversas Entidades que sustentavam o argumento de veto à proposta. Assim, passando-se dez dias do encontro, o Executivo Municipal anunciou o veto ao projeto, determinado por sua inconstitucionalidade⁹⁶¹.

A atuação nos primeiros dois meses de Gestão da nova Diretoria ganhou destaque no Editorial do *Pó de Giz* do mês de junho/julho, primeiro editado pela “Democracia em Movimento”.

A reestruturação dos Grupos de Trabalho e da Comissão da Verdade, ambos em articulação com a construção nacional do ANDES-SN passam a ser uma marca de nosso trabalho, pois são os espaços que dão organicidade ao funcionamento da APROFURG. [...] Inúmeras mudanças vêm sendo formuladas e construídas, passando pela comunicação, utilização dos espaços da APROFURG, atuação em todos os *Campi* da FURG e do IFRS, preocupação com a transparência, articulação com outros sindicatos e organizações [...].⁹⁶²

A segunda metade do ano foi de intensa movimentação. No dia 10 de agosto, foram realizadas diversas ações em Rio Grande e São Lourenço do Sul alusivas ao “Dia do Basta”⁹⁶³, data utilizada para denunciar o sucateamento e o ataque às Universidades Públicas, convertida pelos docentes da Seção Sindical em paralisação e realização de Assembleia⁹⁶⁴. No decorrer da paralisação, foram realizadas panfletagens pelo *Campus* Carreiros e conversas com os estudantes no Centro de Convivência do *Campus* Sede da FURG, bem como nas salas de aula, com alunos do IFRS, com o objetivo de explicar os motivos da mobilização⁹⁶⁵. Além da agitação nas rádios locais, ao fim da tarde de domingo, um ato conjunto com diversas Entidades e Sindicatos no Largo Dr. Pio, marcou o encerramento das atividades em Rio Grande. Em São Lourenço do Sul, foram realizadas ações de conscientização pelas ruas da cidade e na Praça Dêde Serpa.

⁹⁶¹ “O veto do prefeito se deu pela inconstitucionalidade, mas também muito pela força dos sindicatos e pelos movimentos sociais, que realizaram um trabalho incansável de mobilização nessas últimas semanas”, comentou a Vice-Presidenta da APROFURG, Márcia Borges Umpierre, destacando ainda que “o veto foi uma grande conquista para a democracia, mas o movimento de resistência segue mobilizado e atento para os desdobramentos do assunto”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 477, junho e julho de 2018, p. 3.*

⁹⁶² *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 477, junho e julho de 2018, p. 2.*

⁹⁶³ No mesmo dia, é repassada uma série de informes da Reunião do Setor das IFES, abrangendo outras manifestações como o Dia do Grito dos Excluídos (7 de setembro), Dia Nacional de Lutas contra o assédio moral e sexual (17 de outubro) e Dia Nacional de Lutas contra o Racismo (22 de novembro). Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/08/2018, s/n°, p. 1.

⁹⁶⁴ Mesmo após a reunião entre a Diretoria encaminhar pela mobilização, os vinte e dois docentes presentes em Assembleia decidiram converter o dia em paralisação da categoria, a fim de realizar atividades de conscientização e mobilização na comunidade acadêmica.

⁹⁶⁵ Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 478, agosto e setembro de 2018, p. 6.*

Na segunda metade de agosto⁹⁶⁶, são realizadas as etapas preparatórias para o III Encontro Nacional de Educação (ENE), ocorrendo, no auditório do Hospital Universitário da FURG, a etapa municipal do Encontro, que contou com cerca de 70 pessoas que discutiram amplamente os trinta eixos que dialogavam com questões ligadas à Educação Infantil até o Ensino Superior. A etapa municipal serviu de preparação para a fase estadual do ENE, que foi realizado em Porto Alegre entre os dias 24 e 26 do mesmo mês⁹⁶⁷. Lá, os participantes foram divididos em oito grupos de trabalho, momento em que professores e estudantes de Rio Grande, enviados por meio de apoio da APROFURG, defenderam as deliberações construídas no município e puderam construir coletivamente junto aos demais colegas do Rio Grande do Sul⁹⁶⁸.

O prenúncio de duros e nebulosos tempos, quando da aproximação ao período que antecedeu as eleições para Presidente, Governadores, Senadores e Deputados, expresso nos discursos e na ascensão de personalidades de caráter autoritário e fascista no Brasil, fez com que a Diretoria da APROFURG denunciasse tal conjuntura através do Editorial do *Pó de Giz*.

Se já não bastasse o avanço feroz do neoliberalismo com ataque aos direitos conquistados a tão duras penas, se já não bastasse estarmos vivendo um processo de golpe em nosso país, com esfacelamento de uma democracia burguesa que já era frágil, mas buscava se firmar e ampliar ainda que de forma lenta [...] ainda assim, não havia possibilidade aberta para o ódio, o desejo de destruição do “outro” e a eliminação das minorias [...]. O que temos hoje é um avanço sem igual em nossa história de um discurso fascista, que se baseia no ódio e no falso moralismo como forma de política. [...] O fortalecimento do fascismo fica evidente na campanha eleitoral e o uso do ódio e da violência como estratégia de marketing político, com práticas altamente preconceituosas contra as mulheres, LGBTIs, negras e negros, indígenas, quilombolas, populações periféricas, e ainda atrelado a uma defesa da ditadura militar e da tortura como forma desejável de política.⁹⁶⁹

⁹⁶⁶ O mês de agosto foi marcado também pela retomada das atividades da Comissão da Verdade da APROFURG, no dia 15, momento em que foram expostos os objetivos de curto prazo do grupo, a fim de consolidar o avanço na pauta. Entre professores e estudantes, integravam a Comissão cerca de dez pessoas, que, através de seus esforços, buscavam suprir as lacunas históricas deixadas pelas pesquisas realizadas até então “para o resgate da verdade”. *Cf.* *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 478, agosto e setembro de 2018, p. 4.*

⁹⁶⁷ Para detalhes da fase preparatória do evento na região sul, ver Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Ofício circular n° 344/2019. Brasília, 02 de setembro de 2019.

⁹⁶⁸ A professora Amanda Motta, apontada para representar a Diretoria da Seção Sindical no evento, destacou, em entrevista ao *Pó de Giz*, que “O ENE foi um espaço muito importante porque reuniu estudantes, docentes da educação básica e superior que vão fazer uma discussão e pautar as questões importantes para a educação pública brasileira. Além disso, seguimos na luta por uma educação classista, de qualidade, laica, democrática e pública. Essas pautas discutidas neste momento histórico são muito importantes e a gente entende que não estão garantidas. Por isso nós efetivamente temos que lutar sempre pela manutenção dos direitos de uma educação pública e gratuita”. *Cf.* *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 478, agosto e setembro de 2018, p. 7.*

⁹⁶⁹ *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 478, agosto e setembro de 2018, p. 2.*

O texto expõe ainda a posição da Seção Sindical frente ao atual cenário, integrando a luta promovida pelas mulheres, no dia 29 de setembro, por todo o país, que fizeram ecoar, em uníssono, a enfática palavra de ordem: “Ele Não!”⁹⁷⁰.

[A APROFURG] se coloca frontalmente contra qualquer forma de fascismo e não medirá forças na defesa da democracia (e de seu fortalecimento). [...] Vivemos momentos decisivos no Brasil. Mais que esquerda e direita, mais que lutar contra políticas contrárias à maioria da população brasileira que vem perdendo seus direitos, mais que lutar contra o neoliberalismo, mais que lutar contra uma elite egoísta que quer eternizar e aprofundar as desigualdades em nosso país, temos que lutar contra este monstro chamado fascismo. Não é momento para titubear. Nós temos lado e vamos lutar.⁹⁷¹

No mês de setembro, em meio a outras discussões na Assembleia Geral da categoria, a Diretoria levou a pauta às Diretrizes da Gestão de 2018/2020⁹⁷². A intenção de abrir a discussão segue a lógica de ampliação da democratização da Gestão da Seção Sindical, buscando horizontalidade junto aos associados, a fim de conduzir a APROFURG numa perspectiva compreendida entre o coletivo de professores da FURG e do IFRS, descentralizando as tomadas de decisões, historicamente atribuídas à Diretoria. Assim, são definidas, a partir das discussões, alterações na política de Gestão adotadas até então.⁹⁷³

Com o acirramento no cenário eleitoral brasileiro, expresso pela ida ao segundo turno do candidato representante do negacionismo, do autoritarismo e da anticiência, Jair Bolsonaro, em outubro, foi deliberada pelos docentes reunidos em numerosa Assembleia na APROFURG, a construção da Frente Local das Trabalhadoras e Trabalhadores para Defender a Democracia, os Direitos, a Universidade Pública e Combater o Fascismo⁹⁷⁴. Devido às tensões vivenciadas nesse contexto, logo após a Diretoria realizar o chamamento para a Assembleia Geral nas redes sociais⁹⁷⁵, a APROFURG passou a receber uma série de ataques pela internet⁹⁷⁶. Em nota conjunta,

⁹⁷⁰ De acordo com Céli Regina Jardim Pinto, Professora aposentada da UFRGS pelo Programa de Pós-Graduação em História, em entrevista concedida à BBC Brasil, a marcha representaria a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. Cf. CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana; ROSSI, Amanda. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil, 30 de setembro de 2018.

⁹⁷¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 478, agosto e setembro de 2018, p. 2.

⁹⁷² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral, 11/09/2018, s/n°, p. 4-5.

⁹⁷³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Diretrizes da Gestão da Diretoria da APROFURG 2018/2020, setembro de 2018.

⁹⁷⁴ Ainda, é deliberada a criação da Frente Local da APROFURG, bem como uma comissão de docentes que seriam “responsáveis pela construção da Frente e pelas articulações com outros grupos, sindicatos e movimentos”. É elaborada também no espaço uma nota, em representação da categoria docente, em defesa da democracia e combate ao fascismo. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 16/10/2018, s/n°, p. 1.

⁹⁷⁵ Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 479, dezembro de 2018, p. 7.

⁹⁷⁶ “Nós tínhamos esse tipo de problema, de ameaça, gravações em outras atividades semelhantes. Eu me lembro que teve em Santa Catarina uns policiais que invadiram [uma Assembleia Geral], em outras Universidades estava acontecendo coisas graves também, algumas discussões e problemas

professores e a Diretoria da APROFURG avaliaram a conjuntura e denunciaram a ascensão fascista:

O país vive um dos seus momentos mais graves e tensos da sua história recente. O acirramento das posições políticas e o aprofundamento da luta de classes fez emergir e ressurgir movimentos extremados e violentos. O crescimento do fascismo no Brasil é preocupante e não pode silenciar as entidades que representam a classe trabalhadora, que por natureza e identidade, estão alinhadas com a defesa dos valores republicanos da Democracia, em defesa dos direitos humanos e das minorias. As eleições atuais se revelaram como elemento catalisador de mais ódio e intolerância na busca pelo poder e controle do Estado.⁹⁷⁷

Após o anúncio do resultado de segundo turno da eleição que confirmou a vitória do projeto de extrema direita encabeçado pelo militar da reserva Jair Bolsonaro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL) e de tantos outros deputados, ainda no primeiro turno, que “surfaram junto à onda reacionária” apoiada por largas parcelas do eleitorado neopentecostal, e com a contribuição decisiva do Magistrado Sérgio Fernando Moro, que determinou a prisão de seu principal rival – posteriormente acabou ocupando o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública – a Diretoria não se furtou em expressar, através do Editorial do *Pó de Giz* do mês de dezembro, um retrospecto da construção da resistência frente à APROFURG, desde a sua posse em junho.

Depois de muito esforço, entramos cheios de gás para fazer o fronte na resistência das ideias e na luta pela justiça e liberdade. Construímos um grupo que tinha tarefa se constituir no dialogar das ideias, em uma democracia turbulenta em movimento. Entramos quase como empurrados pela conjuntura política que se desenhou a partir de 2016 – o ano do golpe. Nossas expectativas foram atropeladas pela conjuntura política. O pleito eleitoral presidencial que nos provocou a expormos nossos posicionamentos e, assim, nos expormos às opiniões de nossos colegas, gerou um confronto de ideias entre visões de mundo distintas. Ainda que por vezes mais tenso do que o esperado, todos pareciam estar estimulados a expor seus pontos de vista. Entre eles, encontramos mais companheiras e companheiros do que divergentes do nosso fazer no mundo. E reforço: são nestes momentos que encontramos nossos parceiros mais valiosos de luta. Vemos tempos difíceis pela frente. Ter a parceria de colegas, e por que não dizer amigos, que compartilham os mesmos anseios, é incrível. Queremos construir na diversidade, no diálogo e, sobretudo, na solidariedade.

na própria FURG, em sala de aula – alguns casos que foram chegando até nós – e forte ataque nas redes sociais. Ali, o Diego [jornalista do sindicato], eu me lembro, se apavorou e começou a colocar os filtros nos comentários, que estão até hoje. Determinadas palavras e xingamentos são cortados na hora, o comentário nem é publicado [...] na verdade quem publica não vê que o comentário está invisível para todos os outros. Infelizmente foi necessário e é necessário até hoje”, expôs o Presidente Cristiano Ruiz Engelke, em entrevista concedida em 02/11/2020.

⁹⁷⁷ *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 479, dezembro de 2018, p. 7.

E assim seguimos nos expressando. [...] Se o que nos parece esperar são dias amargos e doloridos, nossa única esperança é a nossa união enquanto classe trabalhadora. Venha construir com a gente!⁹⁷⁸

As forças conservadoras que ganharam espaço político na última década no Brasil culminando com a eleição e, posteriormente, a conduta ultraconservadora desse novo governo militar que chegou ao poder através do voto, na figura de Jair Bolsonaro, atacavam e criminalizavam os partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, as escolas e universidades públicas, gratuitas, laicas e democráticas, alçando professores à condição de inimigos do Estado e das famílias, sob acusações de doutrinação ideológica.⁹⁷⁹

Previendo as dificuldades e tensões que estavam por vir, porém conscientes de que o trabalho construído coletivamente oferecia as diretrizes para a boa luta, antes do fim do ano⁹⁸⁰, em novembro, foram escolhidos os delegados e observadores para representar a Seção Sindical no 38º Congresso do ANDES, em Belém, durante os dias 28 de janeiro e 2 de fevereiro⁹⁸¹. A discussão e propostas aos Textos de Resolução dos professores da APROFURG para o evento ganham destaque na última edição do Pó de Giz de 2018 pela primeira vez na década.

Com a chegada de 2019, a delegação da APROFURG viaja à capital do estado do Pará, a fim de construir o 38º Congresso do Sindicato Nacional. Assim, são levadas as propostas discutidas nas bases da Seção Sindical, das quais, entre as duas principais proposições realizadas, uma foi suprimida pelo Congresso e outra aprovada com modificações⁹⁸². Outro episódio marcante para a APROFURG no decorrer do evento foi a candidatura para sediar o Congresso do ANDES no ano seguinte, disputa na qual a Seção Sindical de Rio Grande acabou derrotada por apenas um voto, ficando registrada a contagem de 101 votos à entidade representativa dos docentes da FURG e do IFRS, contra 102 da Seção Sindical dos professores da Universidade de São Paulo, a ADUSP. O presidente da APROFURG, no período, Cristiano Engelke, comentou em entrevista que este foi um dos momentos mais marcantes durante a Gestão realizada pela Democracia em Movimento.

Foi o primeiro momento que, não só por ser presidente, mas por ser da delegação da APROFURG, que muita gente veio falar com a gente, tanto antes quanto depois da votação: “Que pena!”, “Eu queria que fosse

⁹⁷⁸ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 479, dezembro de 2018, p. 2.

⁹⁷⁹ Cf. BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira; CAVALCANTE, Cacilda Rodrigues; DIAS, Raquel; FARAGE, Eblin & FERREIRA, Franklin Douglas. *Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro*. Revista de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Volume 24, 2020, p. 313.

⁹⁸⁰ Destaca-se, também, em dezembro, a mobilização dos docentes no dia 4, antecedendo à paralisação proposta pelo ANDES-SN para ocorrer no dia 5, convertida na Seção Sindical pela continuidade da mobilização, visto que, com a paralisação, ocorre o esvaziamento dos *campi* da FURG. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/11/2018, s/n°, p. 1.

⁹⁸¹ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/11/2018, s/n°, p. 1.

⁹⁸² O TR 72, que dispõe sobre a reformulação dos eventos nacionais deliberativos da categoria, é aprovado, já o TR 74, que propõe a criação do GT Multicampia, acaba sendo suprimido no evento. Cf. Relatório Final do 38º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Belém (PA), 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2019.

vocês!”, “A gente gosta de vocês!”, “A gente quer ir pro Cassino!”, “A gente quer ir para Rio Grande!”, ali eu vi que a APROFURG existe dentro do ANDES e está passando a ser respeitada e valorizada.⁹⁸³

Perseguindo o encaminhamento das atividades da Seção Sindical, durante o mês de fevereiro, a Diretoria organizou algumas das próximas tarefas a serem realizadas em março⁹⁸⁴, dentre elas, a participação da APROFURG na 46ª Feira do Livro da FURG, o lançamento da Revista 3 Marias⁹⁸⁵ e a paralisação do dia 8 na Greve Internacional das Mulheres, entre outras atividades. Vale destacar também o lançamento da Frente pela Escola Democrática⁹⁸⁶, no espaço “É preciso estar atento e forte”, nome da tenda montada na Feira do Livro.

A vida dos professores e professoras que estão diariamente ocupando as salas de aula da FURG e no IFRS não voltaria a ser como anteriormente. Após o estabelecimento do Governo de extrema-direita representado por Jair Bolsonaro – que chegou até o poder graças a uma trama desenvolvida por juristas através dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que ocasionou na prisão, arbitrária e sem provas, em 7 de abril, de seu principal opositor e líder das pesquisas eleitorais Luís Inácio Lula da Silva⁹⁸⁷ – os ataques contra a classe trabalhadora e às Instituições Públicas de Ensino passariam a ser constantes e cada vez mais agressivos, alcançando, até mesmo, em alguns casos, aspectos de aparente normalidade, apesar da conduta odiosa de seus promotores.

Desde os primeiros dias de Governo, Jair Bolsonaro esteve envolvido em algumas polêmicas no campo da educação, dentre elas, empossando o colombiano naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodríguez, como Ministro da Educação, afirmações que os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Humanas receberiam menos verbas, afirmou que puniria a ‘balbúrdia’ no interior das Universidades Federais, realizaria corte orçamentário em todas as IFES, cortes de bolsas na Capes, varreria a ‘ideologia’ existente no Exame Nacional do Ensino Médio e alteraria o conteúdo dos livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio.

⁹⁸³ Entrevista concedida em 02/11/2020.

⁹⁸⁴ Na mesma oportunidade, é deliberada pela categoria a constituição de um calendário de assembleia, na intenção de facilitar a organização dos professores para participarem do espaço, bem como a possibilidade de indicação de pautas à discussão. É discutida, também, sem o registro de avanço da Diretoria junto ao quadro de associados, a proposta de elaboração das políticas de uso dos Espaços da APROFURG, ficando o debate postergado, visto o comparecimento exclusivo da diretoria nas reuniões agendadas, bem como a recomposição dos Grupos de Trabalho da Seção Sindical. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG. Ata de Assembleia Geral, 27/02/2019, s/nº, p. 1.

⁹⁸⁵ A revista, que “tem um caráter de histórias em quadrinhos para chegar em todos os públicos”, teve como primeira edição temática os efeitos da Ditadura Empresarial-Militar em Rio Grande e foi lançada durante a 46ª Feira do Livro da FURG. Em sua segunda edição, a 3 Marias contemplou o Dia Internacional da Mulher. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 27/02/2019, s/nº, p. 1.

⁹⁸⁶ Participam da Frente “os sindicatos em Educação aqui do Rio Grande, como APROFURG, APTAFURG, SINPRO, SINTERG e também a OAB, Associação LGBT e alguns grêmios estudantis. O DCE foi convidado, mas por motivo das férias ainda não participou”, estando aberta a todos interessados em sua construção. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 27/02/2019, s/nº, p. 1.

⁹⁸⁷ SOUZA, Flávia Clemente de. *A campanha que começa antes da campanha: a prisão de Lula e a interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018*. POLICROMIAS – Revista do Estudo do Discurso, Imagem e Som. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Museu Nacional, 2019, p. 81.

Representando um mandato que utiliza as redes sociais como principal meio de comunicação com a população brasileira, o recém-empossado Ministro da Educação Abraham Weintraub – a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez ocorreu três meses após sua posse – anunciou, pela plataforma do Facebook, a redução dos investimentos nas áreas de Ciências Humanas nos cursos das Universidades Públicas, alegando que sua decisão era baseada em medida semelhante, realizada no Japão. De maneira surreal, o Ministro afirmou que o país, muito mais rico que o Brasil, está tirando dinheiro público das faculdades tidas como para pessoas que já são muito ricas, ou de elite, como Filosofia, e acrescentou que “o dinheiro deve ser colocado em faculdades que geram retorno de fato, como: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”. O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, carinhosamente chamado de “Mito” por seus eleitores, corroborou a fala de Abraham Weintraub e afirmou que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família.” Tamanho reducionismo, descrédito e desvalorização do papel das ciências humanas na construção social, demonstrou o viés autoritário de um governo abjeto, pautado pela perseguição a todo e qualquer processo de formação que possibilite o pensamento crítico.

Tamanha mediocridade e ignorância, práticas que se tornaram características de sua equipe ministerial, composta por terraplanistas, supremacistas e negacionistas dos avanços promovidos pela ciência, acabou mobilizando 11 mil acadêmicos de Universidades de diferentes países, que publicaram, no jornal francês *Le Monde*, um manifesto se opondo aos cortes.⁹⁸⁸

[...] Bolsonaro chegou no poder graças a um discurso calcado no pensamento conservador, à leitura de um mundo pregado por determinados grupos religiosos, e ao pensamento colonialista que deprecia negros, homossexuais, e populações indígenas sem qualquer constrangimento. Os recursos para garantir sua eleição foram o uso de tecnologias digitais para difusão de fake news e o tradicional, parcial e alienador discurso armado nos grandes veículos de comunicação que produzem e reproduzem os interesses da elite financeira.⁹⁸⁹

Mediante a leitura da conjuntura brasileira⁹⁹⁰, além de realizar um chamamento de luta à categoria, a Diretoria da APROFURG afirmava, em publicação no Editorial do Pó de Giz, que:

⁹⁸⁸ Cf. FERRARI, Julie Fernanda. *O Processo de Bolonha e os cortes na Educação Superior do Governo Bolsonaro: Considerações a partir de textos jornalísticos*. Revista Ensaios Pedagógicos, Sorocaba – SP, Volume. 3, nº 2, 2019, p. 71-72.

⁹⁸⁹ AGUILAR, Luis Henrique & FRANÇA, Eliacir Neves. *A mudança de governo no Brasil e os efeitos nas políticas de Educação Superior: uma análise preliminar*. Revista Universidades, nº 85, 2020, p. 55.

⁹⁹⁰ O texto dá destaque aos ataques expressos pela “Medida Provisória nº 873 de 1º de março de 2019, que impede que o pagamento do sindicato seja feito com desconto em folha, mesmo que seja voluntário, [...] recentes cortes nas verbas das Universidades e Institutos Federais, o corte das bolsas de pós-graduação, o ataque à área de Ciências Humanas e Filosofia”, que demonstram a “cruzada travada por este governo contra a educação, ciência e tecnologia e contra a classe trabalhadora”. A MP 873/2019, que dificultava o processo de arrecadação sindical, eliminando a possibilidade do desconto direto da folha de pagamento dos associados, deixaria de fazer efeito em junho, pois não seria votada pelo Congresso Nacional. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 481, março e abril de 2019, p. 2.

Não teremos tempos fáceis pela frente. O atual governo não mede esforços para avançar em seus ataques à classe trabalhadora, à educação, à pesquisa científica, às Universidades, ao meio ambiente, às mulheres, à população LGBT, à população negra, aos povos indígenas, à soberania nacional, às políticas sociais e à democracia. [...] Mais do que nunca é momento de resistir. Resistir para existir, e é preciso perceber a gravidade do momento atual. Por isso estamos firmes e precisamos aumentar nossa força com maior participação possível de nossa categoria.⁹⁹¹

Os docentes, frente a tal conjuntura, organizados através da APROFURG, manifestaram-se nas ruas em protesto. Várias são as datas de articulação ao longo de 2019, somente no mês de março, ocorreram atividades nos dias 8, 14, 22 e 28⁹⁹².

Além da data de paralisação pelo Dia Internacional da Mulher, as mobilizações foram pautadas pela luta em resposta ao assassinato da socióloga e vereadora do PSOL, Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, contra reforma da previdência e em defesa da educação⁹⁹³. A perspectiva da luta conjunta, sobretudo no dia 22 de março, foi baseada na construção rumo à greve geral⁹⁹⁴, através da tentativa de organização conjunta de algumas centrais sindicais. Nas datas, são registradas, além da manifestação no Largo Dr. Pio, atividades de panfletagem pelos *campi*, bem como a montagem de tendas a fim de estabelecer diálogo com a comunidade acadêmica e externa às Instituições de Ensino ligadas à Seção Sindical.

Em articulação com a Frente Brasil Popular de Rio Grande, no mês de maio, a APROFURG realizou, na data alusiva em homenagem aos trabalhadores, uma série de atividades. A programação, marcada para ocorrer ao longo do dia, contou com apresentações culturais, distribuição de panfletos e colocação de faixas. Focada na luta contra a reforma da previdência, a mobilização iniciou pela manhã, onde está situado o monumento de Angelina Gonçalves⁹⁹⁵. Também foram desenvolvidas ações em São Lourenço do Sul com a montagem de uma tenda na praça, distribuição de panfletos e recolhimento de assinaturas para realização de um abaixo-assinado contra a reforma previdenciária.

⁹⁹¹ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 481, março e abril de 2019, p. 2.

⁹⁹² O dia viria a coincidir com a realização de “atividade promovida pela FURG, alusiva aos 50 anos da Universidade e da programação do Março Lilás”, quando, “no saguão do CidecSul, no *Campus* Carreiros, a direção do Seção Sindical, além de professores e professoras distribuíram bottons e panfletos informativos da reforma da previdência, além da 2ª Edição da revista 3 Marias”. As atividades fizeram parte do “Dia Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra a Reforma da Previdência, uma deliberação do último Congresso do ANDES”. Cf. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 481, março e abril de 2019, p. 7.

⁹⁹³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 18/03/2019, s/n°, p. 1.

⁹⁹⁴ Nesse intuito, foi criada, na APROFURG, uma nova Comissão Local de Mobilização e deliberado pela instituição de Assembleia Permanente – fundamentada pela contrarreforma previdenciária. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 18/02/2019, s/n°, p. 1.

⁹⁹⁵ Operária e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assassinada pela polícia durante manifestação ocorrida no dia primeiro de maio de 1950 no município de Rio Grande. Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade, v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 30.

Nos dias 15 e 30⁹⁹⁶ de maio, a APROFURG participou das mobilizações em resposta aos ataques sofridos pela classe trabalhadora, sobretudo aos trabalhadores em educação. Nas datas, foram articuladas pelo conjunto da comunidade acadêmica – estudantes, técnicos e professores – uma série de ações através do Comando Unificado⁹⁹⁷, deliberado por Assembleia Ampliada dos segmentos realizada alguns dias antes. O dia 15 também marcou a conquista da realização de atividades simultâneas nos *campi* fora da sede, em São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha.

No mesmo mês⁹⁹⁸, a Seção Sindical realizou o processo de seleção da delegação para participar do 64º CONAD em Brasília. O evento, que ocorreu entre os dias 11 a 14 de julho, contou ainda com um grande ato conjunto de estudantes e trabalhadores de todo o país, em luta contra a Reforma da Previdência e em Defesa da Educação⁹⁹⁹ no dia 12. A Seção Sindical deu seguimento à agenda de aproximação junto a seu Sindicato Nacional, elaborando, em conjunto com outras Seções Sindicais, teses sobre a política nacional e questões organizativas e financeiras do ANDES¹⁰⁰⁰. A conjuntura, entretanto, que já era negativa, com incontáveis ataques promovidos pelo Governo Jair Bolsonaro contra a classe trabalhadora brasileira, à educação pública e à ciência, acaba se aprofundando, havendo a necessidade de mobilização dos trabalhadores das Universidades Públicas devido ao anúncio do programa “Future-se”¹⁰⁰¹ pela Secretaria de Educação Superior do MEC. A Diretoria, fazendo uso do Editorial do *Pó de Giz*, explica os impactos da implementação das Organizações Sociais (OS) na gestão das Universidades e Institutos Federais, expondo uma série de questões:

⁹⁹⁶ A data foi reivindicada pelos estudantes da FURG e, posteriormente, acabou contando com a adesão dos docentes, que compuseram uma reunião realizada no dia 28 de maio, onde se definiu a agenda de atividades. A Assembleia Geral dos professores ainda definiu por acrescentar na pauta da Assembleia Permanente, deliberada no dia 18 de março, a “Defesa da Educação Pública”. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 27/05/2019, s/nº, p. 1.

⁹⁹⁷ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/05/2019, s/nº, p. 2.

⁹⁹⁸ No mesmo dia, em nova Assembleia, foram redefinidas as políticas de uso dos espaços da APROFURG: “são destinados para as atividades sindicais, sociais, culturais e artísticas, sendo vedado o uso dos espaços da APROFURG para atividades acadêmicas. São lugares passíveis de empréstimo, o Espaço APROFURG e o Auditório, sendo que o empréstimo será feito aos sindicalizados, organizações que atuam em defesa da educação e dos trabalhadores e trabalhadoras; funcionários da APROFURG e Órgãos Administrativos da FURG [...]. As atividades que podem ser realizadas: atividades culturais, artísticas, políticas e sociais (Espaço APROFURG)”. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/05/2019, s/nº, p. 1.

⁹⁹⁹ *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 482, junho e julho de 2019, p. 7.

¹⁰⁰⁰ *Cf.* Relatório Final do 64º CONAD – Conselho do ANDES – Sindicato Nacional, Brasília (DF), 11 a 14 de junho de 2019.

¹⁰⁰¹ “Tendo como foco o Ensino Superior, o programa ‘Future-se’ pretende privatizar as Universidades Federais ao promover a autonomia financeira das Instituições ao torná-las empresas. As Universidades públicas não seriam mais administradas sob o regime jurídico de direito público, deixando de ser autarquias, e fazendo com que seja implementada uma política de cobrança de mensalidade para cursos gratuitos”. *Cf.* *Pó de Giz*: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 482, junho e julho de 2019, p. 5.

É preciso que fique claro para toda a comunidade o que significa ter uma OS gerindo uma Instituição de Ensino Superior (IFE). De acordo com a Lei nº 9.637/98, OS “são entidades privadas sem fins lucrativos que têm auxílio do Estado e que tratam de algum interesse para a comunidade”. Na teoria, uma OS não tem fins lucrativos, no entanto, é uma entidade privada, e, como tal, possui interesses particulares, bem como intencionalidade e propósitos determinados, tanto quanto questionáveis, uma vez que não visa à pluralidade e ao interesse social e coletivo, diferentemente da forma atual de gestão das IFEs que é feita pela comunidade universitária, por intermédio de um conselho universitário e de uma reitoria indicada via consulta por essa mesma comunidade. Alertamos que, nesse contexto, com esse programa e considerando a atual conjuntura, o texto do Projeto de Lei descreve que a contratação das OS para a gestão das IFEs poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo Ministério da Educação ou por outros Ministérios, sem a necessidade de chamamento público. Outro ponto gravíssimo desse programa é a previsão de um fundo de investimento gerido pela OS, o qual prevê como garantia os bens patrimoniais das IFEs – prédios, laboratórios, maquinários e equipamentos de pesquisa, entre outros. Essa lógica do fundo de investimento muda a forma como compreendemos a educação, a qual passa a ser tomada por um viés produtivista e pragmático, voltada unicamente para a produção de resultados imediatos, com enfoque em um tipo muito específico de resultado: o financeiro, sob a forma de LUCRO. A pergunta que nos fazemos é: será que a finalidade de uma universidade é apenas gerar lucro? E se a IFE não der LUCRO? FECHA-SE A UNIVERSIDADE? Precisamos, urgentemente, refletir acerca da função do espaço universitário: Quais são os seus propósitos? A quem a universidade pública e gratuita deve servir? Para que ela existe?¹⁰⁰²

As ofensivas constantes contra a classe trabalhadora motivavam a APROFURG para novas mobilizações¹⁰⁰³. Em agosto, após aprovação no 64º CONAD, foi realizada paralisação no dia 13. Em outubro¹⁰⁰⁴, nos dias 2 e 3, acabou deliberado em Assembleia

¹⁰⁰² O texto ainda define sobre o programa: “NÃO TEMOS DÚVIDA DE QUE VISA AO FIM DA UNIVERSIDADE E DOS INSTITUTOS FEDERAIS A LONGO PRAZO. Afirmamos isso a fim de que todos se mantenham atentos a um discurso que parece, inicialmente, seduzir alguns, contudo, na prática, funciona como um cavalo de troia. Por isso, não podemos nos enganar! O ‘FUTURE-SE’ não resolve os problemas que vivenciamos nas IFEs, ele os agrava!”. Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 482, junho e julho de 2019, p. 2.

¹⁰⁰³ Em razão da MP nº 873, que viria a ter seu prazo de votação no Congresso expirado somente no dia 29 de junho, o impacto na organização financeira da Seção Sindical exigiu a expansão no número de associados, uma vez que as atividades não poderiam ser desenvolvidas sem os fundos arrecadados junto aos docentes. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/06/2019, s/nº, p. 1.

¹⁰⁰⁴ No mês anterior, em setembro, a APROFURG lançou o novo portal do sindicato, com perfil “mais moderno, dinâmico e intuitivo, possibilitando a convergência de todas as mídias sociais da APROFURG, como o programa de rádio ‘Aprofurg em Pauta’, o jornal Pó de Giz e a revista 3 Marias”. A atualização da ferramenta de comunicação foi descrita pelo presidente Cristiano Engelke como “[...] algo não separado do funcionamento da APROFURG, não é separado da luta sindical, comunicação é parte do processo como um todo, então o site não é só uma ferramenta, ele muda a maneira como os sindicalizados e as sindicalizadas

a construção de Greve Nacional da Educação, de 48 horas¹⁰⁰⁵, em resposta aos “cortes de verba nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFET, além do projeto ‘Future-se’”¹⁰⁰⁶. As atividades ficaram concentradas no Comitê Local de Mobilização, sendo realizado ainda, no dia 25, um debate conjunto com a APTAFURG para discutir o impacto do programa e o futuro dos Hospitais Universitários¹⁰⁰⁷.

A mobilização da categoria, mesmo que em alguns momentos não tenham refletido numa expansão significativa da presença docente na composição das atividades sindicais, não se limitou pela execução das tarefas programadas nas datas de paralisação ou de greve, mas mostrou-se um processo quase que constante frente ao cenário vivenciado na FURG e no IFRS¹⁰⁰⁸. Vale destacar a importância dos estudantes, que fortaleceram o movimento na resistência e luta em defesa das instituições públicas de ensino. Os avanços quantitativos e qualitativos das ações da APROFURG, alavancados pela aproximação efetiva ao ANDES e pela sua reorganização interna, promovida a partir do ano anterior, apontaram um saldo positivo para os trabalhadores em educação no ano de 2019.

O sindicato, além de todas as mobilizações, ainda viria a sediar, em novembro, o Seminário “História e Memória do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje”¹⁰⁰⁹. A organização do importante evento nacional do ANDES consolida a participação ativa da APROFURG junto a seu Sindicato Nacional.

se aproximam ou não. Então, a comunicação é algo fundamental, o acesso à informação é também uma das nossas prioridades”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 483, agosto e setembro de 2019, p. 5.*

¹⁰⁰⁵ “A proposta do ANDES é fazer os atos de rua no dia três, junto com a categoria dos petroleiros, unificando as atividades também com os funcionários dos correios”, engrossando o movimento. Cf. *Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 25/09/2019, s/n°, p. 1.*

¹⁰⁰⁶ “É preciso dizer não aos cortes de verbas para a educação pública e para o projeto da contrarreforma da educação, denominado Future-se. Nós temos é que dizer sim para a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada”, afirmou a Vice-Presidenta da APROFURG, Márcia Umpierre, em entrevista ao *Pó de Giz*. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 483, agosto e setembro de 2019, p. 4.*

¹⁰⁰⁷ “Além de representantes dos sindicatos, participaram do debate vereadores, DCE, CNTE, Adufpel, Asufpel, o Deputado Federal Henrique Fontana, o [então] Prefeito [de Rio Grande] Alexandre Lindenmeyer, IFRS, IFSUL, entre outras entidades”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 484, outubro de 2019, p. 4.*

¹⁰⁰⁸ Dentre algumas ações realizadas nos dias que antecederam a Greve de 48 horas, a programação foi intensa e extensa. “Ontem, no último dia de setembro, as atividades já começaram. Na parte da manhã, uma tenda de mobilizações foi montada no Centro de Convivências (CC) do *Campus* Carreiros da FURG. Já à tarde, uma oficina de lambe e cartaz também foi ministrada no espaço. E, no turno da noite, ocorreu um aulão no auditório da [Unidade da FURG de] Psicologia”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 483, agosto e setembro de 2019, p. 4.*

¹⁰⁰⁹ O espaço ainda proporcionou “a primeira etapa do Curso Nacional de Formação de 2019, com o tema ‘Reorganização da classe trabalhadora e os desafios para o movimento docente’”. O presidente da APROFURG, Cristiano Engelke, em entrevista realizada ao *Pó de Giz*, expressou o sentimento de receber o evento do Sindicato Nacional de tamanha envergadura: “uma honra para nós da APROFURG receber um seminário do ANDES-SN com esta importância e que trate da história de lutas do movimento docente ao longo dos quase 40 anos de história do ANDES-SN e dos quase 40 anos de história da APROFURG”. Cf. *Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, n° 486, novembro e dezembro de 2019, p. 6.*

Conscientes de que uma Seção Sindical não deveria se limitar apenas à condição de organismo técnico e burocrático, mas também de uma organização social, a Diretoria da APROFURG promoveu atividades socioculturais e de lazer em todos os *campi* da FURG, com o objetivo de “aproximar e mobilizar a comunidade da necessária luta”, por meio da música e de oficinas, “mostrando que cultura é sempre política” e compõe a construção coletiva¹⁰¹⁰.

Nós fizemos o Café com a APROFURG, Pôr-do-sol com a APROFURG, atividades culturais, festas, debates, discussões, filmes e o que foi possível buscar em relação a isso, o que eu acho muito importante. Se for apenas pela luta política – e o “apenas” não é reduzir a sua importância – a gente sabe que alguns colegas não vão se aproximar, sendo que podem de alguma forma construir junto para que a gente consiga ter um diálogo maior com a categoria.¹⁰¹¹

Com a chegada de 2020, não haveria como narrar as lutas da categoria docente na defesa das Instituições públicas de ensino ou mesmo os embates diários dos mais diversos movimentos sociais e de trabalhadores por todo globo, sem levar em consideração às pautas que movimentaram a ‘engrenagem’ de classe, sobretudo, a luta pelos direitos à moradia, saúde, alimentação, emprego e educação dignas, visando à construção de um horizonte de igualdade – que se expressava não somente pelo determinismo econômico, mas também em formas sutis ou declaradas de opressões de gênero e raça, componentes íntimos do processo histórico de acumulação do capital.

Porém, as muitas lutas programadas pela classe trabalhadora em 2020, de forma concreta, sucumbiram ou acabaram retardadas ao urgente enfrentamento dos efeitos nefastos da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)¹⁰¹², que levou milhares de pessoas ao isolamento social e, por consequência, ao adiamento dos embates em manifestações e atos contrários às políticas neoliberais praticadas por diversos Governos espalhados pelo mundo, a exemplo de Jair Messias Bolsonaro e de seus asseclas no Brasil¹⁰¹³. Ainda assim, o contexto não se limitou apenas à crise sanitária, tratada pelo Presidente, desde o início, como “uma gripezinha”, que, ao longo do ano, matou quase 200 mil brasileiros, atingindo instâncias econômicas que impactaram desastrosamente os trabalhadores e trabalhadoras, determinadamente construída e agravada a partir de uma cosmovisão política que excluía a saúde e a vida da população brasileira de sua agenda.

¹⁰¹⁰ Pó de Giz: Boletim da APROFURG. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, nº 486, novembro e dezembro de 2019, p. 2.

¹⁰¹¹ Destaca Cristiano Ruiz Engelke em entrevista concedida em 02/11/2020.

¹⁰¹² Após seu surgimento na China e expansão acelerada pela Europa e nos Estados Unidos, ainda durante o primeiro trimestre do ano, alguns países viriam a apresentar números expressivos de mortes diárias causadas pelo vírus.

¹⁰¹³ Para aprofundar o entendimento, ver: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Relatório Final do 8º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. Online, 30 e 31 de julho de 2020, p. 83-90.

Antes da paralisação¹⁰¹⁴ e do início dos registros de casos do vírus no estado, uma delegação da APROFURG¹⁰¹⁵ viajou até à cidade de São Paulo a fim de construir o 39º Congresso do ANDES – ocorrido entre os dias 4 a 8 de fevereiro, abarcando, em seu eixo central, a luta pelas liberdades democráticas, a autonomia universitária e a defesa da educação pública e gratuita¹⁰¹⁶. Em destaque, o Congresso veio a definir também uma importante alteração estatutária, fruto de uma temática defendida anteriormente pela APROFURG concomitante a outras Seções Sindicais sobre a *multicampia* e integração, tema evidenciado nos Textos de Resolução do evento¹⁰¹⁷.

Os espaços de debate sobre o universo multicampi apontou que a centralização das ações e dos espaços deliberativos na sede das seções sindicais não contribui com a ampla participação da base. A ausência de dirigentes sindicais e a distância da sede dos *campi* prejudicam o processo de filiação e dificultam a base se enxergar como parte do seu sindicato. [...] Tendo em vista a intensificação dos ataques contra as universidades, IF e CEFET, nossa organização sindical na multicampia e fronteira é fundamental. Para tanto, precisamos garantir a articulação da base com suas seções sindicais.¹⁰¹⁸

No Rio Grande do Sul, sobretudo a partir do dia 14 de março devido à suspensão das atividades acadêmicas presenciais em todos os *campi* da FURG, foi exigida da APROFURG e de seu Sindicato Nacional uma reorganização interna que fornecesse possibilidade de ação da categoria frente ao cenário atual com vistas ao futuro. No dia 5 de março, os docentes se reuniram em Assembleia na sede da APROFURG, oportunidade que marcaria também a primeira participação simultânea de professores dos *campi* de São Lourenço do Sul e de Santa Vitória do Palmar e constituiria a realização da primeira Assembleia descentralizada da categoria da FURG e do IFRS – *Campus* Rio Grande¹⁰¹⁹.

¹⁰¹⁴ No dia 14 de março de 2020, expondo que, “Apesar de não haver casos confirmados em Rio Grande até o momento, conforme informações oficiais, a Reitoria decidiu adotar o princípio da precaução em respeito às recorrentes manifestações da comunidade universitária, inclusive de especialistas no tema” e suspendeu as aulas presenciais na Universidade. Cf. Portal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Reitoria emite nota suspendendo aulas, 14/03/2020.

¹⁰¹⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 18/12/2019, s/nº, p. 1.

¹⁰¹⁶ “Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita”: Cf. ANDES-SN. Ofício circular nº 26/2020. Carta de São Paulo. Brasília, 11 de fevereiro de 2020.

¹⁰¹⁷ “6. Que o ANDES-SN, em articulação do GTPFS e dos setores de IEES/IMES e IFES, realize o seminário multicampia e fronteira, incluindo o debate sobre condições de trabalho e organização sindical. 7. Que o ANDES-SN elabore uma cartilha sobre multicampia e fronteira com a memória desse debate no ANDES-SN e as orientações sobre a organização sindical. 8. Indicar que as seções sindicais intensifiquem a luta e a ampliação da organização do(a)s trabalhadore(a)s docentes em todas as realidades, buscando impedir a precarização do trabalho do(a)s docentes itinerantes. 9. Indicar que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a incorporação de diferentes formas de participação do(a)s docentes multicampi na gestão sindical, com: o uso da videoconferência (atentando para as condições de organização de transmissão), assembleias simultâneas, assembleias descentralizadas etc., para garantir a participação da base dos *campi* nos espaços deliberativos da seção sindical”. Cf. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Relatório Final do 39º Congresso do ANDES-SN. São Paulo, 4 a 8 de fevereiro de 2020, p. 131-132.

¹⁰¹⁸ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Relatório Final do 39º Congresso do ANDES-SN. São Paulo, 4 a 8 de fevereiro de 2020, p. 287.

¹⁰¹⁹ Cristiano Engelke, então presidente, “informa para todos que a AG está sendo realizada de forma descentralizada e que a partir de agora as assembleias poderão contar com a participação dos *Campus*

Pouco menos de uma semana depois, reunidos em nova Assembleia¹⁰²⁰, frente aos diversos ataques, ameaças e chantagens promovidas pelo Governo Bolsonaro, foi aprovado pela categoria o indicativo de greve, bem como a adesão à Greve pela Educação¹⁰²¹, no dia 18 de março¹⁰²². Contudo, em face do avanço de casos registrados do Novo Coronavírus no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, no dia 16 de março, o Sindicato Nacional optou por suspender os eventos até o mês seguinte, enquanto reavaliava o quadro sanitário do país¹⁰²³.

Os meses seguintes configurariam as dificuldades expostas anteriormente: sentida a impossibilidade de organização presencial da categoria e da falta de previsão jurídica para legitimar as ações a distância, tanto do ANDES como da APROFURG, passaram-se alguns meses de imobilidade, até que a categoria pôde oficialmente reorganizar-se. O arcabouço jurídico foi dado através da Lei nº 14.010, que “dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de direito privado” – domínio sob o qual pertencem o Sindicato Nacional e a Seção Sindical –, permitindo a realização de Assembleias Gerais por meios eletrônicos¹⁰²⁴, independente de seu regimento.

de fora da sede, sendo eles: São Lourenço do Sul (SLS), Santa Vitória do Palmar (SVP) e Santo Antônio da Patrulha (SAP). O professor explica que essa forma de participação por vídeo conferência ou Skype foi aprovada no 39º Congresso do Andes [...]. Além disso, atesta que para que se possa ter uma Assembleia Geral com melhor interação entre os *Campus*, a diretoria está avaliando a compra de materiais adequados para cada *Campi*, se necessário”. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 05/03/2020, s/nº, p. 1. Entre os anos de 2010 e 2013, a FURG, consonante os objetivos do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado pelo governo federal, no ano de 2007, por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril, criou os *campi* de SLS, SVP e SAP.

¹⁰²⁰ Há um aumento no número de professores dos *Campi* externos de Rio Grande que vieram a participar do espaço: cinco de São Lourenço do Sul, quatro de Santa Vitória do Palmar e um docente de Santo Antônio da Patrulha. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/03/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰²¹ Poucos dias antes, em 15 de março, um movimento conjunto do ANDES-SN, FASUBRA Sindical e SINASEFE lançavam o Comando Nacional Unificado de Mobilização e Greve, “que se constitui como um instrumento estratégico para a luta em defesa dos serviços e servidore(a)s públicos e da educação e para o qual foram convidadas todas as entidades do serviço público”, durante ato realizado em Brasília, demonstrando uma potencial construção grevista que era articulada pelos trabalhadores da educação e dos serviços públicos. Cf. ANDES-SN; FASUBRA SINDICAL, SINASEFE. Manifesto em defesa da Educação e dos Serviços Públicos.

¹⁰²² Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 11/03/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰²³ Cf. URGENTE: ANDES-SN suspende eventos públicos até 18 de abril. Portal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), 16/03/2020.

¹⁰²⁴ O ANDES emitiu nota sobre tal precedente: “[...] diante do necessário isolamento social, imposto pela pandemia da COVID-19, nosso sindicato tem se encontrado impedido para realizar assembleias presenciais. Para atenuar tal dificuldade, plenárias docentes têm sido realizadas em diversas seções sindicais, sem caráter formal de assembleia, sem votações e com encaminhamentos consensuais. Inclusive duas reuniões conjuntas dos setores foram realizadas nesse formato, e também a Diretoria Nacional tem se reunido virtualmente. [...] salientamos, que essas assembleias devem acontecer, para que seja mantido o respeito aos princípios e práticas do ANDES-SN, apenas em situações excepcionais, quando a não realização da mesma possa pôr em risco a garantia de direitos e/ou o funcionamento da seção sindical e/ou do Sindicato Nacional. Além disso, alertamos para a necessidade de garantir acesso isonômico à(o)s sindicalizado(a)s, com convocação pública e ampla, garantindo os preceitos democráticos que estruturam o Sindicato Nacional. Por fim, alertamos, aos cuidados que devem ser tomados no que tange à segurança na realização de tais assembleias. Entendemos que caberá a cada seção sindical, dentro da sua autonomia, decidir quais os critérios da excepcionalidade”. Cf. Portal do Sindicato

Com a retomada das Assembleias em julho e, conseqüentemente, a possibilidade de deliberação por parte dos docentes através de seu sindicato, a categoria passa a atuar frente ao contexto da pandemia da Covid-19. Até então, entre os meses de março e julho – período em que começam a ser compreendidos os males e as formas de contágio do vírus – a APROFURG atuou de maneira solidária junto à classe trabalhadora, realizando doações de equipamentos de segurança e alimentos¹⁰²⁵ em parceria com a administração da FURG, a fim de minimizar os efeitos da crise sanitária¹⁰²⁶. Também esteve atuando na Frente Brasil Popular¹⁰²⁷ de Rio Grande, onde foram construídas campanhas de conscientização do isolamento social além da pressão política pela garantia de melhores condições sanitária à população¹⁰²⁸.

Durante o período sem Assembleias, foram promovidas rodas de conversa¹⁰²⁹ entre os associados, bem como *lives* para exposições sobre a conjuntura e os impactos do Coronavírus na educação, nas universidades e sobre a saúde mental dos docentes¹⁰³⁰. Com o passar das semanas, o MEC e o CNE oferecem subsídios à adaptação das Universidades Federais a fim de tornar possível o retorno remoto de suas atividades¹⁰³¹.

Em nota, ainda no mês de abril, a diretoria do sindicato havia se posicionado sobre as deliberações fornecidas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), 05/04/2018. Nota Política e Técnica sobre a Lei nº 14.010 de 2020, que versa sobre as assembleias online, 22/06/2020.

¹⁰²⁵ Cf. APROFURG contra o Coronavírus e a favor da solidariedade. Portal da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, 3 de abril de 2020.

¹⁰²⁶ Em nota aos seus associados e à comunidade rio-grandina, a Direção da APROFURG comunicou que os “esforços podem ser feitos de diversas formas, seja via ações individuais, ficando em casa, seja por intermédio de ações coletivas, como a assistência a pessoas sem renda por parte de grupos de amigos e amigas, seja por meio das entidades de que participamos. Nesse sentido, a diretoria da APROFURG está em contato com a administração da FURG, buscando formas de contribuir financeiramente com ações, como a compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) para o Hospital Universitário, compra de materiais para a produção de álcool glicerinado, desenvolvido por professores e professoras, técnicos e técnicas e estudantes da Escola de Química e Alimentos da FURG e aquisição de cestas básicas e kits de higiene para distribuição a famílias que não possuem renda”. Cf. Nota da Diretoria da APROFURG sobre os impactos do Covid-19 na sociedade brasileira. Portal da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, 27 de março de 2020.

¹⁰²⁷ Cf. FRENTE BRASIL POPULAR RIO GRANDE-RS. Manifesto da Frente Brasil Popular do Rio Grande: Em Defesa da Vida!. Rio Grande: 27 de abril de 2020.

¹⁰²⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰²⁹ As rodas de conversa passaram a ocupar, durante o período de indefinição, o espaço das Assembleias Gerais da categoria, contudo, sem seu caráter deliberativo. Nas rodas de conversa, foram discutidas diversas pautas, entre informes, avaliação sobre o retorno das atividades, discussões sobre a conjuntura política e assuntos gerais. Por não representar juridicamente um espaço formal promovido pelo sindicato, as rodas de conversa não tiveram seus conteúdos oficialmente registrados.

¹⁰³⁰ Alguns dos conteúdos produzidos estão disponíveis nas redes sociais do sindicato no Youtube, Facebook e Instagram.

¹⁰³¹ A prerrogativa para a implementação das Diretrizes Acadêmicas no período emergencial nas Universidades Federais se dá posterior à Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação e do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 5 de 2020, que dispõe, respectivamente, da “substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus” e da “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual”. Cf. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPEA) – FURG. Deliberação nº 23/2020. Dispõe sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial, 10 de julho de 2020.

de Educação, alertando sobre a pressão criada para o retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino:

Acreditamos que a singularidade do momento apresenta um cenário bastante complexo e incerto, nos demandando avaliar possibilidades alternativas de ensino e aprendizagem. Particularmente no momento presente, a utilização de ferramentas virtuais para a realização de atividades acadêmicas configura-se como uma alternativa apresentada pelo CNE e pelo MEC, pressionando as instituições de ensino público federal a adotarem tais alternativas de compensação pelas atividades presenciais suspensas. Ainda que essas ferramentas possam ser instrumentos adequados a certas realidades, não é possível tal troca sem o prejuízo significativo da qualidade da aprendizagem.¹⁰³²

Ainda assim, não houve capacidade de articulação e mobilização para conter o avançado estágio que se estabeleceu na FURG e demais IFES, que se organizaram para adotar o ensino remoto como prática substitutiva do ensino presencial durante a pandemia. Com a retomada das atividades sendo discutida nas rodas de conversa organizadas pela Seção Sindical, a APROFURG não pôde analisar os questionários¹⁰³³ coletados pela administração da FURG¹⁰³⁴ a tempo de realizar as propostas de alteração da minuta que fora proposta¹⁰³⁵. Assim, sem os resultados da consulta realizada à comunidade acadêmica e tempo hábil para maiores discussões, foi encaminhado na primeira Assembleia virtual da APROFURG o envio das propostas de alteração¹⁰³⁶

¹⁰³² Ainda, “o ensino remoto não pode ser utilizado como arremedo de aula presencial, nem sequer podendo ser considerado como EAD (Ensino a Distância), pois não tem a preparação adequada de docentes e estudantes, nem a estrutura necessária [...]. Ademais, torna-se importante ressaltar as inúmeras dificuldades enfrentadas por docentes e, principalmente, por estudantes, no que diz respeito ao acesso a computadores e internet de qualidade. Não considerar essas dificuldades ampliaria assim as diferenças sociais existentes no ambiente educacional. Não bastassem esses problemas, o atual momento gera uma grande preocupação e ansiedade, alterando completamente as vidas das pessoas, o que também faz com que muitos e muitas não tenham condições psicológicas de acompanharem as aulas e realizarem as atividades e isso deve ser compreendido por todos e todas. [...] Dessa forma, é de grande importância a compreensão de que a utilização de ambiente virtual de aprendizagem deve servir como organização de rotina de estudos de forma facultativa, e não para recomposição de conteúdo, frequência e reposição de dia letivo. Acima de tudo, neste momento, deve-se primar pelo cuidado com as vidas, e com a qualidade das vidas de toda a comunidade”. Cf. Nota da Diretoria da APROFURG sobre as implicações da pandemia de Covid-19 nas atividades docentes. Portal da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, 30 de abril de 2020.

¹⁰³³ O primeiro questionário, lançado no dia 3 de junho de 2020, é direcionado aos estudantes: o “Mapeamento de informações servirá para planejar ações e estratégias para retomada das atividades acadêmicas durante o período emergencial”. Cf. FURG lança questionário online para avaliar impacto da pandemia entre estudantes. Portal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 3 de junho de 2020.

¹⁰³⁴ O segundo questionário, lançado no dia 8 de junho de 2020, foi direcionado aos professores e técnicos administrativos da Universidade: o “Dossiê será usado no planejamento de ações e estratégias para retomada das atividades acadêmicas durante o período emergencial”. Cf. Questionário online avalia impacto da pandemia entre professores da FURG. Portal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 8 de junho de 2020.

¹⁰³⁵ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/07/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰³⁶ Na abertura do documento que propõe as alterações, destaca-se que “A partir da análise da minuta da normativa que instituirá as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial realizada durante a assembleia virtual do nosso sindicato, ocorrida em 03 de julho

elaboradas anteriormente pelos docentes presentes na roda de conversa, promovida no dia 30 de junho de 2020, pela Diretoria e por sugestões da base¹⁰³⁷.

Na mesma semana, são realizadas duas novas Assembleias que definiram os participantes da Seção Sindical no 8º CONAD Extraordinário¹⁰³⁸, bem como a prorrogação do mandato da Diretoria da Seção Sindical¹⁰³⁹ – medida que seria pauta única no evento do Sindicato Nacional da categoria, realizado nos dias 30 e 31 de julho¹⁰⁴⁰. A deliberação pela prorrogação do mandato da Diretoria, devido aos impactos da pandemia, foi aceita de forma unânime pelos docentes¹⁰⁴¹, decisão reafirmada, poucas semanas depois, no CONAD¹⁰⁴², em relação ao mandato da Diretoria Nacional do ANDES.

Posteriormente, a APROFURG concentrou esforços na garantia da qualidade do trabalho docente durante o tempo de duração do ensino remoto¹⁰⁴³, bem como

do presente ano, elencamos um conjunto de encaminhamentos, sejam questionamentos, sejam sugestões de inclusão, ou alteração desta norma. Esperamos assim, que seja possível dirimir as dúvidas e angústias do conjunto de docentes aqui encaminhadas, assim como contribuir para melhoria dos limites e das condições indicadas na norma em questão”. *Cf.* Encaminhamentos sobre a Normativa da Reitoria sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais. Portal da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, 3 de julho de 2020.

¹⁰³⁷ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 03/07/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰³⁸ Em relação aos acréscimos levados pelo sindicato, destaca-se a proposta de “que a comissão eleitoral avalie a possibilidade de realizar eleições por meio virtual [termo que seria substituído ainda na assembleia por digital], assegurando normas extraordinárias de disputa, além de garantir um aplicativo que permita uma votação centralizada nacionalmente, com um protocolo que contemple a segurança, a auditoria e a lisura do pleito”. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/07/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰³⁹ As eleições na APROFURG ocorrem simultâneas às eleições do ANDES: bienais e com previsão para ocorrerem em maio. Assim, como não houve tempo hábil e arcabouço jurídico que possibilitasse a adaptação do processo para um modelo eleitoral remoto pelo Sindicato Nacional, é proposto, na APROFURG, adotar o mesmo caminho que viria a ser utilizado pelo ANDES – e também por tantas outras organizações –, deliberando pela prorrogação do mandato da Diretoria.

¹⁰⁴⁰ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁴¹ A preocupação jurídica com a questão fez com que fossem buscadas elucidações junto à Assessoria Jurídica da Seção Sindical, que emitiu um parecer no dia 20 de abril, que “orienta de forma fundamentada que o mandato da atual diretoria da APROFURG deveria se prorrogar no tempo até que a comissão eleitoral, eleita pela categoria em assembleia geral, retomasse o calendário eleitoral e finalizasse o processo, dando posse a nova direção eleita no processo. Em paralelo, uma vez que houve ação judicial do ANDES-SN sobre esse tema, a Assessoria Jurídica da APROFURG também entendeu por bem fazer aqui em Rio Grande, ingressando com a ação de jurisdição voluntária na justiça estadual de Rio Grande. A APROFURG fez a solicitação judicial em que pede tão somente a prorrogação do mandato por noventa dias, podendo ser prorrogado por mais noventa dias. Essa ação foi protocolada no dia dezessete de junho... independente do fórum judicial, se a Assembleia Geral entender por bem prorrogar o mandato, do ponto de vista jurídico a diretoria estaria apta a prosseguir com seu mandato até se ter nova eleição”. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 07/07/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰⁴² *Cf.* Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Carta do 8º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. Online, 30 e 31 de julho de 2020.

¹⁰⁴³ Sobre as propostas enviadas à reitoria pelo sindicato para alterações da minuta que estabelece as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial “o documento tem onze considerações feitas mais especificamente sobre a norma e outras oito considerações gerais. Dessas onze, quatro considerações não foram incorporadas, três foram atendidas integralmente e quatro foram parcialmente consideradas. Das oito considerações gerais, quatro foram atendidas parcialmente

no suporte dado aos professores durante a adoção de tal modelo. Assim, foi instituído um novo canal de comunicação entre a Diretoria e a base da categoria, para identificar situações de assédio e outras problemáticas que pudessem emergir¹⁰⁴⁴. A APROFURG também viria a requerer a suspensão do Edital de Tutoria¹⁰⁴⁵ divulgado pela Pró-Reitoria de Graduação da FURG, lançado antes mesmo da aprovação normativa que versou sobre o ensino durante o período emergencial¹⁰⁴⁶.

Outro tema que ganhou destaque e foi discutido atentamente pelos docentes da APROFURG, tendo em vista a conjuntura política nacional¹⁰⁴⁷ de aplicação da Medida Provisória nº 914 de 2019 – que implicava a alteração da forma de escolha dos dirigentes das IFES, subtraindo o papel dos Conselhos Superiores e consumando um contundente ataque à autonomia dos Institutos Federais de Ensino Superior enquanto forma de retaliação ao papel desempenhado pelos Conselhos na rejeição do Programa “Future-se” – foi o processo de escolha da nova reitoria da Universidade.¹⁰⁴⁸

A tensão acabou fomentada pela prática de ataque à autonomia universitária exercida pelo Governo Federal ao não indicar os eleitos pelo processo interno das universidades, como ocorrera em mais de uma dezena de Universidades espalhadas pelo país. Desse modo, a Seção Sindical designou três nomes para compor a Comissão Especial responsável pela Pesquisa de Opinião¹⁰⁴⁹ – modelo até então utilizado para a escolha das chapas de candidaturas à reitoria na FURG¹⁰⁵⁰.

e quatro não foram aceitas”. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁴⁴ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁴⁵ *Cf.* Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante (PDE) – FURG. Edital PROGRAD nº 4 / 2020.

¹⁰⁴⁶ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 24/07/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰⁴⁷ “Devemos incluir aqui neste ponto uma análise sobre a eleição para a reitoria na Universidade, pois acredito que o próximo ponto de pauta deve levar em consideração o que está acontecendo em outras universidades, o risco de termos um interventor na universidade, devemos pensar em como devemos atuar levando em consideração o que vem acontecendo nacionalmente”, destaca a Vice-Presidente do Sindicato, Márcia Umpierre, em Assembleia Geral da categoria. *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 28/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁴⁸ *Cf.* WEGNER, Rubia Cristina. Ensino Superior no Brasil: descaminhos propostos pelo ‘Future-se’. Revista Docência e Cibercultura (REDOC). Rio de Janeiro, Volume 4, nº 1, 2020, p. 281.

¹⁰⁴⁹ A preocupação com o processo de escolha da nova reitoria a ser eleita levou o sindicato dos professores a articular junto à APTAFURG e com o DCE da FURG a realização de dois debates entre as chapas concorrentes. Também, em ato de pressão política, foi enviado às chapas um documento de “Declaração de Comprometimento com a Democracia”, para que fosse assinado pelos docentes candidatos ao pleito e apontasse pelo respeito à pesquisa de opinião.

¹⁰⁵⁰ *Cf.* Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 28/07/2020, s/nº, p. 2.

Além de acompanhar o estabelecimento das diretrizes acadêmicas¹⁰⁵¹ e do calendário¹⁰⁵² para o período emergencial através de reuniões fixas com a Reitoria¹⁰⁵³, compartilhando informações com os docentes, a APROFURG articulou formas de referendar o calendário eleitoral¹⁰⁵⁴ da nova diretoria¹⁰⁵⁵ junto à Comissão Eleitoral¹⁰⁵⁶. Em Assembleia Geral, o calendário foi aprovado após alguns destaques apontados pelos docentes, ficando definido o dia 27 de outubro para a realização do pleito à Diretoria do biênio 2020/2022¹⁰⁵⁷. O processo viria a receber a inscrição de uma única chapa – candidatura representante da continuidade do trabalho realizado pela gestão “Democracia em Movimento”, porém com reformulações na composição diretiva¹⁰⁵⁸. Enquanto isso, a partir do 9º CONAD Extraordinário¹⁰⁵⁹ – o ANDES oficializou o formato eleitoral a ser adotado durante o período de isolamento social através de eleições remotas.

As mobilizações contra as políticas antipovo praticadas pelo Governo, que se mantiveram com a chegada da pandemia, foram efetuadas através de denúncias publicadas

¹⁰⁵¹ Aprovada no dia 10 de julho de 2020, “institui, em caráter temporário e excepcional, Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial”. Cf. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPEA) – FURG. Deliberação nº 23/2020. Dispõe sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial, 10 de julho de 2020.

¹⁰⁵² O Calendário Emergencial 2020-2021 foi aprovado no dia 29 de julho de 2020 e determinou a retomada das atividades no dia 14 de setembro do mesmo ano. Cf. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPEA) – FURG. Deliberação nº 29/2020. Dispõe sobre o Calendário Emergencial 2020-2021, 29 de julho de 2020.

¹⁰⁵³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 28/07/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁵⁴ Suspenso no dia 25 de março de 2020 pela Comissão Eleitoral após a leitura de Ofício da Comissão Eleitoral Central do ANDES nº 5 de 24/03/2020 devido às condições sanitárias resultantes da pandemia do novo *coronavirus*. Ata nº 03/2020, Comissão Eleitoral do ANDES-Sindicato Nacional.

¹⁰⁵⁵ A necessidade de agilizar a organização do processo se deu posterior às informações repassadas pela assessoria jurídica do Sindicato em Assembleia no dia 2 de setembro, que informou sobre o prazo da Lei nº 14.010 de junho de 2020 que, “no seu artigo quinto, estabelece que é possível, sim, realizar a votação virtual independente do que temos no estatuto da entidade”. “Essa regra para a realização das eleições virtuais será possível de ser aplicada até trinta de outubro de dois mil e vinte”. Assim, ficou definida em Assembleia a realização de eleições no ano de 2020, o trabalho conjunto da diretoria junto à Comissão Eleitoral para viabilizar o processo, a elaboração do calendário eleitoral pela comissão e prorrogação por mais 90 dias do mandato da diretoria atual ou até que a diretoria eleita seja empossada. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 02/09/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰⁵⁶ Definida em Assembleia Geral ainda anterior à pandemia, no dia 5 de março de 2020, é composta pelos Professores Anderson Orestes Cavalcante Lobato (Presidente), Eder Dion de Paula Costa e pela Professora Elisângela Martha Radmann (Titulares) e Professora Jara Lourenço da Fontoura (Suplente). Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 05/03/2020, s/nº, p. 2.

¹⁰⁵⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 08/09/2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁵⁸ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata da Comissão Eleitoral nº 05 de 2020, s/nº, p. 1.

¹⁰⁵⁹ Neste evento, a APROFURG seguiu a defesa da linha proposta ainda no CONAD Extraordinário anterior, quando defendeu a realização de eleições por meio remoto nas excepcionalidades pela pandemia. Na ocasião, viria a defender também a realização de eleições no ano de 2020 e, posteriormente, sua realização por formato remoto. Por fim, a plenária veio a deliberar pelo voto em eleição remota através de voto telepresencial. Cf. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Relatório Final do 9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. Online, 28 de janeiro a 30 de setembro de 2020, p. 56-57.

nas redes sociais da Seção Sindical. A Entidade investiu também na adoção de propagandas veiculadas nos meios de comunicação da cidade, desde rádios, jornais e outdoors até motos de som com mensagens que manifestavam a indignação da categoria com as políticas que atentavam contra os servidores públicos e que, por consequência, contra a classe trabalhadora brasileira¹⁰⁶⁰.

Um dos principais protestos promovidos pela APROFURG em parceria com sindicatos locais e a Frente dos Servidores Públicos foi referente à Proposta de Reforma Administrativa através da PEC n° 32/20¹⁰⁶¹ do Poder Executivo, realizado em 30 de setembro, através de um ato presencial que ocorreu na frente da Área Acadêmica do Hospital Universitário do município¹⁰⁶², espaço este ocupado por inúmeros apoiadores do Governo Bolsonaro.

Na chegada do décimo quinto dia do mês de outubro, a APROFURG completou 40 anos. Devido às condições de isolamento social causado pela pandemia da Covid-19, foi realizado um evento comemorativo em formato virtual. O aniversário, que coincide com a data alusiva em comemoração ao “Dia do Professor”, foi celebrado por meio de um ato político-cultural online¹⁰⁶³ e contou com a participação de mais de trinta professores. Estiveram presentes ainda o Diretor do IFRS – *Campus* Rio Grande, Alexandre Machado; o Presidente do ANDES-SN, Antônio Gonçalves Filho; as representantes da APTAFURG, Maria de Lourdes Fonseca Lose, e do DCE-FURG, Laís Lacerda; além de trabalhadores da APROFURG e da Assessoria Jurídica e representantes do Sindicato dos Professores e Professoras do IFRS na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre (SindoIF), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e CPERS.

O evento contou com atrações culturais¹⁰⁶⁴ e foi um espaço do reviver das memórias da trajetória de lutas da Seção Sindical, oportunidade na qual a Diretoria apresentou a 4ª edição da Revista Três Marias¹⁰⁶⁵, que conta, de forma lúdica e resumida, as quatro décadas de existência da APROFURG.

Pouco tempo depois, no dia 27 de outubro, os professores “foram às urnas” para escolher a nova Diretoria para os próximos dois anos. A decisão de 94% da categoria

¹⁰⁶⁰ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 22/09/2020, s/n°, p. 2.

¹⁰⁶¹ “Chamada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros. As principais medidas tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas somente para quem ingressar no setor público após a aprovação das mudanças. [...] Em uma segunda parte, a PEC traz regras transitórias e prevê a eventual atuação dos entes federativos na regulamentação, já que alguns dispositivos – como exigência da criação de novos regimes jurídicos específicos para servidores – se aprovados, dependerão de regulamentação posterior à promulgação das mudanças pelo Congresso Nacional”. Cf. PEC muda regras para futuros servidores e altera organização da administração pública. Agência Câmara de Notícias, 04/09/2020.

¹⁰⁶² Contra a Reforma Administrativa, Frente de Servidores Públicos realiza atos na capital e no interior do RS nesta quarta-feira (30). Portal do Sindicato dos Técnicos-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS, 29 de setembro de 2020.

¹⁰⁶³ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 15/10/2020, s/n°, p. 1.

¹⁰⁶⁴ Apresentação musical da cantora rio-grandina Luciana Lima. Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral, 15/10/2020, s/n°, p. 1.

¹⁰⁶⁵ Cf. Três Marias. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande (Grupo de Trabalho Política de Formação – GTPF). 40 anos.

foi pela continuidade do trabalho realizado pela Gestão “Democracia em Movimento”¹⁰⁶⁶. O resultado do pleito online contou com um recorde de eleitores em comparação aos últimos anos, com um total de 234 votos, dos quais, 220 para a chapa única, 10 brancos e outros 4 nulos. A posse se deu em Assembleia Geral¹⁰⁶⁷, no mês seguinte, no dia 3 de novembro, ficando assim definida a nominata da chapa eleita para coordenar as tarefas da Seção Sindical no biênio de 2020/2022: Márcia Borges Umpierre, Presidente; Alana das Neves Pedruzzi, Vice-Presidente; Sabatha Catoia Dias, Primeira-Secretária; Tamires Lopes Podewils, Segunda-Secretária; Magda de Abreu Vicente, Primeira-Tesoureira; Cristiane Simões Netto Costa, Segunda-Tesoureira; e Gustavo Borba de Miranda, Cristiano Ruiz Engelke, Juarez José Rodrigues Fuão e Mário José Junges, como respectivos suplentes.

Pela primeira vez em sua história, a APROFURG passou a contar com a presença exclusiva de mulheres em seus cargos diretivos. Tal fato evidenciou, entre tantos outros aspectos, que identificam a trajetória de luta dos novos quadros militantes da Associação, o engajamento histórico das Professoras pela construção de uma Seção Sindical, um Sindicato Nacional e um país, atentos e contrários à opressão de gênero, afinal, “memórias, histórias e lutas” são palavras do gênero feminino, assim como educação e democracia. Nesse momento, a orgulhosa mensageira Minerva devia estar se encontrando com Athena para anunciar-lhe as boas-novas!

¹⁰⁶⁶ Cf. A Chapa “Democracia em Movimento” foi eleita com 94% dos votos válidos. Portal da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS, 28 de outubro de 2020.

¹⁰⁶⁷ Cf. Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande – APROFURG-SS. Ata de Assembleia Geral de Posse Biênio 2020/2022, 03/11/2020, s/nº, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras perguntas poderiam ter sido formuladas, levando em consideração os primeiros 40 anos de existência da APROFURG, ainda que esse não tenha sido o intuito dos escritos apresentados até este momento. As (in)conclusões ou considerações provenientes da formulação de um trabalho de pesquisa orientado pela temática sindical docente, tendo como problemáticas a atuação desta Seção Sindical, ainda estão por ser feitas e se apresentam como um relevante instrumento de compreensão das formas organizativas dos trabalhadores em educação de nível superior no Brasil. Portanto, cabe dizer que a narrativa apresentada, indiscutivelmente, não compreende a complexidade de alternativas vislumbradas através do escrutínio das fontes pesquisadas.

Ainda assim, a proposta narrativa das ações sindicais da APROFURG no período de 1980 a 2020 ofereceu aos leitores um panorama geral acerca das alterações das relações de trabalho dos docentes no âmbito da educação superior, através da reconstrução das principais iniciativas de seus associados e dirigentes.

Assim como evidenciou ainda que as transformações socioeconômicas e políticas dos anos 1990 impactaram diretamente na organização sindical da categoria de trabalhadores docentes, fragmentando sua base militante, em decorrência de embates internos que enfraqueceram sobremaneira sua representação política. Dessa feita, aparentemente, através de um processo gradativo de radicalização e despolitização, formaram-se grupos distintos compostos de militantes orgânicos que exercem funções de direção, assim como agrupamentos que procuraram expandir as pautas sindicais e demais ações da Entidade. Por outro lado, persistiram os aglomerados difusos de docentes que atuaram apenas em importantes mobilizações como, por exemplo, nas paralizações grevistas e reivindicatórias, e aqueles que não manifestaram nenhum tipo de interesse na vida sindical da Seção Sindical da APROFURG, ou seja, não participaram de nenhuma ação proposta.

Com tantas cisões, a APROFURG conseguiu manter, ao longo de seus quarenta anos, a virtude de mobilização e de diálogo com a categoria, tendo em vista a ocorrência de uma postura militante e a capacidade de algumas de suas lideranças, guardadas as devidas proporções, de promoverem a renovação do movimento sindical docente. Na contramão da fragmentação de outros sindicatos brasileiros, em grande parte de sua trajetória, a APROFURG continuou forte e atuante, apesar das divergências internas em relação à sua atuação sindical e política. Até porque, no âmago de sua filosofia existencial e enquanto um de seus principais elementos de identidade, a Seção Sindical reconhece que os debates políticos, econômicos e socioculturais do país e do mundo devem ser perseguidos e problematizados pelo horizonte dos trabalhos intelectuais, produtores de conhecimento e formadores de opinião que compõem seus quadros.

Ainda que, em alguns casos, as alterações promovidas pelo processo de redemocratização de modelo neoliberal, que impactaram no setor educacional, impelindo a intensificação produtiva dos docentes, não acompanhadas de melhorias das condições laboriosas e salariais, fizessem com que muitos docentes passassem a adotar uma postura pragmática voltada apenas às suas incumbências profissionais, a APROFURG procurou fomentar o despertar das lutas políticas e ideológicas, no sentido de que ocupassem um lugar de resistência frente aos ditames do Estado e sua subordinação ao mercado e às instituições de fomento à pesquisa. Em certos momentos de sua história de lutas, a APROFURG combateu e repudiou veementemente a mecanização da mão de obra

docente, primando pela existência de uma militância autônoma, forte e pautada por valores democráticos, resistindo na construção de uma Universidade voltada para servir a sociedade brasileira.

As atividades desenvolvidas pela APROFURG, em larga escala, demonstraram uma capacidade de resistência e de enfrentamento surpreendentes. Certamente, a conduta da Seção Sindical dos docentes da FURG contribuiu sobremaneira para a manutenção do caráter público das universidades brasileiras. Portanto, a história de luta dos docentes e dos quadros diretivos da APROFURG integram as conquistas do movimento docente brasileiro.

Lutar pela Universidade pública, gratuita e de qualidade continuará sendo a bandeira desta Seção Sindical, juntamente com largas parcelas do movimento docente que fazem do ensino superior o seu trabalho e sua realização pessoal e profissional. Vida longa à APROFURG!

LOCAIS DE PESQUISA E FONTES

1. CONSULTAS NA INTERNET

Portal do Senado Federal

- Projeto de Lei nº 116, de 19 de abril de 2017;
- Medida Provisória nº 805 de 30 de outubro de 2017;

Portal da Câmara dos Deputados

- Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969;
- Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968;
- Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;
- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990;
- Diário do Congresso Nacional. Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Brasília – Distrito Federal, Junho de 1991, p. 1746;
- Diário do Congresso Nacional. Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Brasília – Distrito Federal, Julho a Setembro de 1991, p. 2083, 2098;
- Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília – Distrito Federal, Ano XLVIII, nº 46, 23 de março de 1993;
- Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília – Distrito Federal, Ano LI, nº 108, 18 de junho de 1996;
- Medida Provisória nº 1.616-16, de 13 de março de 1998;
- Projeto de Lei Complementar nº 9 de 16 de março de 1999;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 30 de abril de 2003;
- Projeto de Lei nº 4.330, de 26 de outubro de 2004;
- Projeto de Lei nº 6.368, de 12 de dezembro de 2005;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 555 de 22 de junho de 2006;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 270 de 26 de junho de 2008;
- Projeto de Lei Complementar nº 549 de 22 de dezembro de 2009;
- Decreto Legislativo nº 206 de 7 de abril de 2010;
- Projeto de Lei nº 1749 de 5 de julho de 2011;
- Projeto de Lei nº 4368 de 31 de agosto de 2012;
- Lei Ordinária nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012;
- Projeto de Lei nº 7180 de 24 de fevereiro de 2014;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 5 de dezembro de 2016;



- Medida Provisória nº 792 de 27 de julho de 2017;
- Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 32 de 03 de setembro de 2020.

Portal do Planalto – Governo Federal

- Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968;
- Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;
- Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974;
- Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977;
- Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983;
- Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;
- Lei nº 7.783/89, de 28 de junho de 1989;
- Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995;
- Decreto nº 2.066, de 12 de novembro de 1996;
- Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997;
- Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998;
- Lei nº 9.192, de dezembro de 1995;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 370, de 17 de junho de 1996;
- Medida Provisória nº 2.020 de 24 de março de 2000;
- Decreto nº 4.010, de 12 de novembro de 2001;
- Decreto nº 9096/07 de 24 de abril de 2007;
- Medida Provisória 520 de 31 de dezembro de 2010;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 15 de junho de 2016;
- Medida Provisória nº 746 de 23 de setembro de 2016
- Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 26 de outubro de 2016;
- Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017;
- Medida Provisória nº 873 de 1º de março de 2019;

Portal da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES)

- Histórico de Greves: Reivindicações e resultados.

Portal da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFMS)

- Jornal da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria – SEDUSFM/ANDES. Agosto a Outubro de 2011.

Portal da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (CONDSEF)

- Mandato de Injunção nº 880, MI 880. Aposentadoria Especial. Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, Brasília – DF, 2006.

Revista de Economia Política

- Pronunciamento do Presidente José Sarney. (Documento), vol. 9, nº 2, abril-junho/1989, p. 127-128;

Portal da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

- Reitoria emite nota suspendendo aula, 14/03/2020.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

- Ofício nº 253/2016. Brasília, 5 de dezembro de 2016;

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN)

- Relatório – Proposta para a Universidade. 2ª Reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes – 2º CONAD, Salvador (BA), 5 a 7 de julho de 1981.

- Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Cadernos ANDES – nº 2. Proposta do ANDES para a Universidade Brasileira. 4ª Ed, Florianópolis: 1981.
- Relatório – Fundações. 1º Congresso Nacional da ANDES, Florianópolis (SC), de 1º a 05/02/1982.
- Relatório da Reunião Setorial das Fundações. Relatório Final do 5º CONAD, Belo Horizonte (MG), 11 a 13 de junho de 1982.
- Ata da Plenária do 2º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 2º Congresso, Fortaleza, 31/01 a 04/02/1983.
- Conjuntura Política, Movimento Sindical e Movimento Docente. O Movimento Docente na Conjuntura Política e Sindical. Conjuntura política – Documento Final. 3º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 3º Congresso, Piracicaba, 13 a 18/02/1984.
- Tema 1 – Conjuntura Nacional e Organização dos Movimentos Sociais. Conjuntura Nacional e Unificação dos Movimentos Sociais. 4º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 4º Congresso, Vitória, 24 a 01/03/1985.
- Relatório da Plenária do Tema I – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Autonomia Universitária, Democratização do Acesso à Riqueza; Integridade Nacional. 39º CONAD – Conselho da ANDES-Sindicato Nacional – Curitiba (PR), 19 a 22 de novembro de 1999.
- Relatório do Tema II – Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Políticas Sindicais e Políticas Públicas. IV – Autonomia Universitária, Financiamento e Avaliação. 19º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. Juiz de Fora (MG), 21 a 27 de fevereiro de 2000.
- Diretoria do ANDES-SN. Texto nº 22 – Movimento Docente e Conjuntura. 40º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – Brasília, 22 a 24 de junho de 2000.
- Ata da Plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras, do 20º Congresso do ANDES-SN. 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 a 21/02/2001.
- Resoluções do Tema II – Políticas Setoriais, Estratégias, Greve da Educação, Greve dos Servidores Públicos Federais. 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 a 21/02/2001.
- Resoluções do Tema I – Eixos Políticos e Planos de Lutas. Planos de Lutas do Setor das IFES. Relatório Final do 42º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Uberlândia (MG), 28 de junho a 1º de julho de 2001.
- Carta de Rio Grande. Relatório Final do 21º Congresso Nacional do ANDES-SN, Rio Grande (RS), 23 de fevereiro a 1º de março de 2002.
- Resoluções do 45º CONAD. Relatório do Tema I – Avaliação do Plano de Lutas. II – Plano Geral de Lutas do Sindicato. 45º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – Belém (PA), 1º a 3 de novembro de 2002.
- Carta de Teresina. Relatório Final do 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, Teresina (PI), 8 a 13 de março de 2003.
- Carta de Aracaju. Relatório Final do 45º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Aracaju (SE), 17 a 20 de junho de 2004.
- Carta de Curitiba. Relatório Final do 24º Congresso Nacional do ANDES-SN, Curitiba (PR), 24 de fevereiro a 1º de março de 2005.
- Carta de Fortaleza. Relatório Final do 50º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Fortaleza (CE), 15 a 17 de julho de 2005.
- Carta de Campina Grande. Relatório Final do 26º Congresso Nacional do ANDES-SN, Campina Grande (PB), 27 de fevereiro a 4 de março de 2007.
- Carta de Goiânia. Relatório Final do 27º Congresso Nacional do ANDES-SN, Goiânia (GO), 14 a 21 de janeiro de 2008.
- Carta de Brasília. Relatório Final do 3º Congresso Extraordinário do ANDES-SN, Brasília (DF), 19 a 22 de setembro de 2008.

- Carta de Curitiba. Relatório Final do 54º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Curitiba (PR), 16 a 19 de julho de 2009.
- Carta de Pelotas. Relatório Final do 28º Congresso do ANDES-SN, Pelotas (RS), 10 a 16 de fevereiro de 2009.
- Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do Plano de Lutas: Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores do 55º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Fortaleza (CE), 24 a 27 de junho de 2010.
- Carta de Fortaleza. Relatório Final do 55º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Fortaleza (CE), 24 a 27 de junho de 2010.
- Carta de Uberlândia. Relatório Final do 30º Congresso do ANDES-SN, Uberlândia (MG), 14 a 20 de fevereiro de 2011.
- Ata da Plenária do Tema III. Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores. Relatório Final do 30º Congresso do ANDES-SN, Uberlândia (MG), 14 a 20 de fevereiro de 2011.
- Ata da Plenária do Tema III – Plano de Lutas Geral do 56º CONAD do ANDES-SN, Maringá (PR), 14 a 17 de julho de 2011.
- ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília, 27 de setembro de 2012;
- Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012);
- Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado Especial, 02/08/2012;
- ANDES-SN. Ofício circular nº 211/2012. Avaliação da Greve de 2012. Brasília: 27/09/2012;
- Ofício circular nº 136/2013. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), Brasília, 6 de agosto de 2013;
- Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Comunicado nº 46, 11/10/2015;
- Carta de Curitiba. Relatório Final do 35º Congresso Nacional do ANDES-SN, Curitiba (PR), 25 a 30 de janeiro de 2016;
- Relatório da Plenária do Tema I. Movimento Docente e Centralidade da Luta. Relatório Final do 35º Congresso do ANDES-SN, Curitiba (PR), 25 a 30 de janeiro de 2016;
- Ofício circular nº 98/2016. Relatório da Reunião de Setor dos Docentes das IFES. Brasília, 15 e 16 de abril de 2016;
- Carta de Cuiabá. Relatório Final do 36º Congresso do ANDES-SN, Cuiabá (MT), 23 a 28 de janeiro de 2017;
- Boletim InformANDES, Informativo Especial do 36º Congresso, Cuiabá: janeiro de 2017;
- Ofício circular nº 148/2017. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Relatório da Reunião de Setor das IFES. Brasília, 13 de maio de 2017;
- Carta de Niterói. Relatório Final do 62º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Niterói (RJ), 13 a 16 de julho de 2017;
- Carta de Salvador. Relatório Final do 37º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Salvador (BA), 22 a 27 de janeiro de 2018;
- Relatório Final do 38º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Belém (PA), 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2019;
- Relatório Final do 64º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, Brasília (DF), 11 a 14 de junho de 2019;
- Ofício circular nº 26/2020. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Carta de São Paulo. Brasília, 11 de fevereiro de 2020;
- Relatório Final do 39º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. São Paulo, 4 a 8 de fevereiro de 2020;
- Relatório Final do 9º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional. Online, 28 de janeiro a 30 de setembro de 2020.

2. PERIÓDICOS, BOLETINS INFORMATIVOS E ATAS DE ASSEMBLÉIAS

- Biblioteca Rio-grandense.
- Jornal Agora;
- Folha de São Paulo.

Centro de Documentação História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

- Jornal da FURG;

Biblioteca da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG).

- Pó de Giz. Boletim Informativo da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG);
- Atas de reuniões e assembleias da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG).

3. FONTES ORAIS

- Manifestação voluntária do Professor Claudio Gabiatti. Evento denominado “Bate-papo com os ex-presidentes da APROFURG” – Feira do Livro da FURG, 30/01/2020;
- Manifestação voluntária do Professor Ernesto Luiz Gomes Alquati. Evento denominado “Bate-Papo com os Presidentes da APROFURG” – Feira do Livro da FURG, 30/01/2020;
- Entrevista com o Professor Claudio Gabiatti, gravada no formato de áudio em 05/08/2020;
- Entrevista com o Professor Mário José Junges, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 11/09/2020;
- Entrevista com o Professor Manoel Luís Martins da Cruz, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 01/02/2021;
- Entrevista com o Professor Ubiratã Soares Jacobi, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 06/10/2020;
- Entrevista com o Professor Tiarajú Alves de Freitas, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 05/11/2020;
- Entrevista com o Professor Cristiano Ruiz Engelke, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 02/11/2020;
- Entrevista com a Professora Márcia Borges Umpierre, gravada nos formatos de áudio e vídeo em 02/11/2020.

OUTRAS FONTES

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990;
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade, v. 3. Brasília: CNV, 2014;
- Professor Humberto Camargo Piccoli em entrevista concedida por e-mail em 23/08/2020;
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 3ª Edição, Petrópolis: Vozes, 1985.
- Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR, Luís Henrique; FRANÇA, Eliacir Neves. A mudança de governo no Brasil e os efeitos nas políticas de Educação Superior: uma análise preliminar. *Revista Universidades*. n° 85, 2020.
- ALMEIDA, Aline de; COUTINHO, Miguel Luis Felipe. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Revista Opinião Pública*. v. 13, n° 1, 2007.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói, 2010.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990 a 2000). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n° 19, 2002.
- _____. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social”: Ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n° 15, 2000.
- ARAÚJO, Raquel Dias; FONSECA, Laura Souza; VASCONCELOS, Elisabeth Carla. O ANDES-SN e a defesa da educação pública: O Encontro Nacional de Educação como espaço de resistência. Trabalho Necessário. *Revista do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDDATE*. v. 17, n° 33, 2019.
- AZANHA, José Mario Pires. Conselho Federal de Educação: Significado de sua dissolução. Martins Fontes: São Paulo, 1995.
- BACHA, Edmar Lisboa. Plano Real: Uma avaliação Preliminar. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, jun. 1995.
- BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. Os desafios do movimento docente nos dez anos de lutas do ANDES-Sindicato Nacional. *Universidade e Sociedade, ANDES-SN*. Brasília, DF, ano 1, n. 1, fev. 1991.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BECKER, Camila; CESAR, Camila; GALLAS, Débora; WEBER, Maria Helena. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. v. 13, n° 24 (13), 2016.
- BERNARDO, João. Um duplo desafio. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XV, n° 37, mar. 2006.
- BOITO, Armando. O sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção Trajetória 8), 2005.
- _____. Classe média e sindicalismo. *POLITELA: História e Sociedade, Vitória da Conquista*. v. 4, n° 1, 2004.
- _____. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n° 59, mai./ago. 2010.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior no Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 28, n° 101, set./dez. 2007.
- BRANDÃO, Aline Lima. Empreiteiras e impeachment: os agentes privados na cobertura midiática de escândalos de corrupção. *Revista Compolítica*7. FABICO/UFRGS, Porto Alegre, maio de 2017.
- BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira; CAVALCANTE, Cacilda Rodrigues; DIAS, Raquel; FARAGE, Eblin; FERREIRA, Franklin Douglas. Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão*. v. 24, 2020.

- BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. O Novo sindicalismo brasileiro e o papel da crítica: Análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980. *Revista Primeiros Estudos*. São Paulo, n° 6, 2014.
- CABERLON, Vera Isabel. Universidade Federal do Rio Grande: Revisando Movimentos Político-Institucionais. *Reflexão e Ação – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC*. v. 17, n° 2, 2009.
- CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
- CAMARGO, Sonia. O Canto da sereia. América Latina perante a ALCA. *São Paulo em Perspectiva*. v. 16, n° 1, 2002.
- CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional. 3ª Ed. São Paulo: FAPESP/UNICAMP, 1994.
- CARREIRÃO, Yan. A Eleição Presidencial de 2002: Uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n° 22, 2004.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? *Economia*. Niterói, v. 4, n° 2, jul./dez. 2003.
- _____. As origens e a gênese do Plano Collor. *Nova Economia*: Belo Horizonte, v. 16 (1), jan./abr. 2006.
- CARVALHO, Rodrigo de. A Imprensa Escrita na Era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mercado, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.
- COELHO, Pedro Rabelo. Sindicalismo na Universidade: Um estudo do movimento docente. Editora Grafos: Santa Maria, SEDUSFM/ANDES-SN, 1996.
- COLBARI, Antônia. A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80. In: *SINAIS – Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória, v. 1, n° 08, 2010.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Desvalorização do real: a agonia de uma estabilização inacabada. *Indicadores FEE*. Porto Alegre, v. 27, n° 1, 1999.
- CONCEIÇÃO, Jefferson José da; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de Trabalho e Sindicato no Primeiro Governo Lula (2003-2006). *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 60, n° 4, 2008.
- CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n° 88, Edição Especial, 2004.
- COSTA, Bianca Silva. O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2009.
- COSTA, Flambo Santos. O Poder Constituinte de Reforma: Análise da Emenda Constitucional n° 16, de 04/06/1997, que garantiu a reeleição para a chefia do Poder Executivo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- COSTA, Leandro Braz da. A “Era dos Festivais” em Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2021.
- CUNHA, Luiz Antônio. Luta política nas Universidades Federais: poder sindical versus poder acadêmico. *Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. v. 8, n° 3, 2003.
- DALMAS, Leandra Marcia Pedroso. APROFURG 27 anos de luta. Rio Grande: Editora Signus Comunicação LTDA, 2008.

- DIAS, Luiz Antonio. Política e Participação Juvenil: Os caras-pintadas e o movimento pelo impeachment. *História Agora – A Revista de História do Tempo Presente*, jan. 2008.
- DONATONI, Alaíde Rita. O Movimento Docente do Ensino Superior na Nova República. *Educação e Filosofia*. v. 16, n° 31, 2002.
- DUARTE, Adriana Cancelli; OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; VIEIRA, Livia Fraga. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- EIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração de poder institucional: o Governo FHC. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 11(2), out. 1999.
- ÉSTHER, Angelo Brigato. Uma história da universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional. Relatório de Pós-Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.
- FANTINATTI, Márcia. O Movimento Docente na Universidade Pública. Campinas: Alínea Editora, 2001.
- FERRARI, Julie Fernanda. O Processo de Bolonha e os cortes na Educação Superior do Governo Bolsonaro: Considerações a partir de textos jornalísticos. *Revista Ensaios Pedagógicos*, Sorocaba – SP. v. 3, n° 2, 2019.
- FERRAZ, Marcos; GINDIN, Julián. Sindicalismo no Governo Lula: desafios de protagonismos e fragmentação. In: BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcoz; OLIVEIRA, Roberto Vêras de (orgs). *Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Fino Traço Editora: Belo Horizonte, Coleção Trabalho e Desigualdade, 2014.
- FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). *Linhas Críticas: Brasília, DF*, n° 36, 2012.
- FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRAGA, Ricardo Carvalho Fraga; VARGAS, Luiz Alberto de. Greve dos Servidores Públicos e STF: O direito de greve dos servidores públicos após a decisão do Supremo Tribunal Federal. *Rev. Trib. Reg. Trab.* 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 51, n. 81, jan./jun. 2010.
- FREITAS, Luciana Lopes de; MACHADO, Débora Gomes; SOUZA, Maria José Carvalho de. A Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Sua evolução através de um resgate histórico. *SINERGLA*, Rio Grande, v. 15 (1): 23-36, 2011.
- GADOTTI, Moacir. Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflitos. *Revista Adusp*: São Paulo, 1996.
- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Revista Outubro*, n° 18, 2009.
- GOIS, Antônio. Quatro décadas de gestão educacional no Brasil: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.
- GUAZINA, Liziane Soares; PORTO, Mauro Pereira. A política na TV. O horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. *Revista Contracampo*. v. I, n° 3, jan./jun. 1999.
- GUILHERME, Cássio Augusto. O Governo José Sarney (1985-1990): Transição sem ruptura. *Revista Confronteiras*. ano 1, n° 01, abr. 2017.
- HOBBSBAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Marco Antonio de. Mudanças institucionais de relações de trabalho: As iniciativas do Governo FHC no período de 1995-1998. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*. Direção e Coordenação da Escola da Magistratura, Campinas, São Paulo, n° 22, 2003.

- LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. “Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ano 6, n° 1, 2006.
- LIMA, Olavo Brasil Jr. Eleições Presidenciais: Centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 14, n° 40, jun. 1999.
- LYRA, Rubens Pinto. Universidade e Movimento Docente. João Pessoa: Editora Universitária, UFPb/FUNAPE, 1982.
- MANSAN, Jaime Valim. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). *CLIO-Revista de Pesquisa Histórica*, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2013.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Governo Lula e a Contra-Reforma Previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*. v. 18, n° 3, 2004.
- MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)*, São Paulo, n° 11 (2), out. 1999.
- MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. História, imprensa e poder: Folha de São Paulo e o Globo como atores políticos nas eleições presidenciais de 1994 e 1998. In: PEREIRA, Denise (Org.) *A transversalidade da prática do profissional de história*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, v. 1, 2019.
- MENDES, Antonio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: O Plano Real na sucessão de Itamar Franco. *Opinião Pública*, Campinas. vol. II, n° 2, dez. 1994.
- MIRANDA, Kênia Aparecida. As lutas dos trabalhadores da educação: Do Novo Sindicalismo à Ruptura com a CUT. Tese de Doutorado em História: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF, Rio de Janeiro – Niterói, 2011.
- _____. Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior. Editora da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Niterói, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas – Revista Digital de La Escuela de Historia*, Universidade Nacional de Rosario, año 8, n° 17, may./ago. 2016.
- KANTORSKI, Leonardo Prado. Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977). Dissertação de Mestrado em História: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – PPGH/UFPEL, 2011.
- KUCINSKI, Bernardo. Abertura, a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.
- MANSAN, Jaime Valim. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). *Clio – Revista de Pesquisa Históricas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE)*. v. 2, n° 30, 2013.
- MENDONÇA, Daniel. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários *Veja* e *Isto É*. *Revista Alceu – PUC/RJ*. v. 5, n. 10, jan./jun. 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. Cultura e poder no Brasil contemporâneo. Curitiba: Juruá, 2002.
- NAVARRO, Igenes Pinto. ANDES-SN: Um Sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994). Cuiabá: ADUFMAT, 2001.
- NEVES, Newton; FAGUNDES, Milton. *Collor: o artífice do caos*. São Paulo: Mission Edições e Eventos Ltda, 1996.
- NORONHA, Eduardo Garuti. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, 76: 2009.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

- PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. Tempo e Argumento: Florianópolis. v. 1, nº 1, 2009.
- PELLICCIONE, André Luis Pires. A Greve Docente de 2001 no noticiário de O GLOBO e do ADUFRJ: Um diálogo de surdos. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2004.
- POCHMANN, Marcio. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. Novos Estudos, São Paulo, nº 50, 1998.
- REZENDE, Ricardo Pazzotti. Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.
- ROCHA, Vânia Amaral da. Políticas de Avaliação Docente no Ensino Superior: O Significado da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2005.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- _____. Tendências futuras do sindicalismo brasileiro. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil 1990: Caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- RODRIGUES, Marly. A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às praças. Editora Ática: São Paulo, 1992.
- PINTO, Élide Graziane; XIMENES, Salomão Barros. Financiamento dos direitos sociais na Constituição de 1988: do “Pacto Assimétrico” ao “Estado de Sítio Fiscal”. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 39, nº. 145, 2018.
- SALLUM, Brasílio Jr. Crise política e impeachment. *Novos estudos*, CEBRAP, São Paulo, ano 2, v. 35, jul. 2016.
- SALLUM, Brasílio Jr.; GOULART, Jefferson. O Estado brasileiro contemporâneo. Liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, nº 60, 2016.
- SANTOS, Vitor Garcia Rodrigues dos. Caso Riocentro: Terror e violência no processo de abertura política brasileiro. *Revista Contemporânea*. Niterói, ano 4, v. 1, n. 5, 2014.
- SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, nº 133, out./dez. 2015.
- SILVA, Suylan de Almeida Midlej. “Ganhamos a batalha, mas não a guerra”: A visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não-assinatura do acordo. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2008.
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). O ANDES-SN em cartas. Organização ANDES-SN, 1ª ed, São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- SOUZA, Flávia Clemente de. A campanha que começa antes da campanha: a prisão de Lula e a interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018. *POLICROMIAS – Revista do Estudo do Discurso*, Imagem e Som. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Museu Nacional, 2019.
- SÜSSEKIND, Arnaldo. Convenções da OIT. Editora LTr, 2ª edição, 1998.
- TREIN, Sérgio. A retórica da corrupção: os neologismos propagandísticos utilizados para denunciar a corrupção no Governo Lula, em 2005. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa nº 03 – Publicidade, Propaganda e Marketing, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)**, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VERGARA, Alcides José Sanches. Ação sindical do movimento docente universitário (1982-2002). Dissertação de Mestrado, Programa Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPHS), Porto Alegre, 2003.

VIEIRA, Rafael. Monumento de cultura – Monumento de barbárie. Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a Universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985). Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

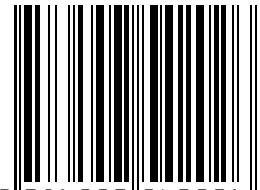
VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 88, n° 219, 2007.

VELLOSO, Jacques. Políticas do MEC e recursos para o ensino no Governo Collor. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 12, n° 42, ago. 1992.

WEGNER, Rubia Cristina. Ensino Superior no Brasil: descaminhos propostos pelo ‘Future-se’. *Revista Docência e Cibercultura (REDOC)*. Rio de Janeiro, v. 4, n° 1, 2020.



ISBN978-65-5754-202-6



9 786557 542026